



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXXIII Nº 71, QUARTA-FEIRA, 23 DE MAIO DE 2018

BRASÍLIA - DF



COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

Senador Eunício Oliveira (PMDB-CE)

Presidente

Senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB)

1º Vice-Presidente

Senador João Alberto Souza (PMDB - MA)

2º Vice-Presidente

Senador José Pimentel (PT-CE)

1º Secretário

Senador Gladson Cameli (PP-AC)

2º Secretário

Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE)

3º Secretário

Senador Zeze Perrella (PMDB-MG)

4ª Secretário

SUPLENTES DE SECRETÁRIO

1º - Senador Eduardo Amorim (PSDB-SE)

2º - Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)

3º - Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP)

4º - Senador Cidinho Santos (PR-MT)



Publicado sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal (Art. 48, RISF)

Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho

Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal

Roberta Lys de Moura Rocha

Diretora da Secretaria de Atas e Diários

Patrícia Gomes de Carvalho Carneiro

Coordenadora de Elaboração de Diários

Paulo Max Cavalcante da Silva

Coordenador de Registros e Textos Legislativos de Plenários

Ilana Trombka

Diretora-Geral do Senado Federal

Quésia de Farias Cunha

Diretora da Secretaria de Registro e Redação Parlamentar

Alessandro Pereira de Albuquerque

Diretor da Secretaria de Tecnologia da Informação - Prodasen



ELABORADO PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE ATAS E DIÁRIOS

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

PARTE I

1 – ATA DA 73ª SESSÃO, DELIBERATIVA ORDINÁRIA, EM 22 DE MAIO DE 2018	
1.1 – ABERTURA	13
1.2 – PERÍODO DO EXPEDIENTE	
1.2.1 – Expediente encaminhado à publicação (Vide Parte II)	13
1.2.2 – Realização de sessão	
Realização de sessão especial amanhã, às 11 horas, no Auditório Petrônio Portela, destinada a comemorar os 50 anos de fundação da Igreja Cristã Maranata, nos termos do Requerimento nº 262/2018.	13
1.2.3 – Oradores	
Senador Telmário Mota – Apelo ao Governo Federal para que libere emenda orçamentária de autoria de S. Ex ^a destinada ao Distrito Sanitário Especial Indígena em Roraima; e outro assunto	13
Senador Eduardo Amorim – Satisfação com a construção do Complexo Termoelétrico Porto de Sergipe I, que promete alavancar a economia sergipana	15
Senadora Ana Amélia – Comentários a respeito da paralisação dos caminhoneiros em dezoito estados brasileiros; e outros assuntos	17
Senador Humberto Costa, como Líder – Considerações acerca do reflexo socioeconômico da crise da indústria naval brasileira, em especial, no estado de Pernambuco	21
Senadora Vanessa Grazziotin – Críticas à decisão do Governo do Amazonas em investir mais recursos no Porto Organizado de Manaus; e outros assuntos	22
Senadora Gleisi Hoffmann – Críticas à suposta seletividade das delações premiadas; e outros assuntos	26
Senador Eduardo Lopes – Defesa do fortalecimento do municipalismo no Pacto Federativo brasileiro; e outros assuntos	27
Senador Wellington Fagundes, como Líder – Considerações sobre a Marcha dos Prefeitos, que ocorre esta semana em Brasília; e outros assuntos	30
Senadora Ângela Portela – Considerações acerca do alto preço dos combustíveis e da forma como isso afeta diretamente a população brasileira; e outro assunto	33



Senador João Capiberibe – Comentários sobre a criação da Lei Complementar nº 131/2009, a Lei da Transparência; e outro assunto	35
Senador Jorge Viana – Protesto contra o constante aumento no preço dos combustíveis no País; e outro assunto	38
Senador José Maranhão – Críticas ao constante reajuste no valor dos combustíveis	42
Senador Antonio Carlos Valadares – Preocupação com a crescente taxa de desemprego no País; e outros assuntos	47
Senador Lindbergh Farias – Análise das motivações para os aumentos consecutivos dos preços dos combustíveis	51
Senador José Medeiros, como Líder – Considerações acerca do controle exercido pela Petrobras sobre os biocombustíveis; e outro assunto	53
1.3 – ORDEM DO DIA	
1.3.1 – Item 2	
Projeto de Lei da Câmara nº 102/2015-Complementar (nº 25/2015, na Câmara dos Deputados), que altera a Lei Complementar nº 94, de 1998, a fim de incluir novos municípios na Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno - RIDE. Aprovado com adequação redacional (votação nominal). À sanção.	57
1.3.2 – Item extrapauta	
Mensagem nº 30/2018 (nº 231/2018, na origem), do Presidente da República, que submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Sr. MARCOS BEZERRA ABBOTT GALVÃO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário, Chefe da Missão do Brasil junto à União Europeia, em Bruxelas. Aprovada (votação nominal).	73
1.3.3 – Item 3	
Projeto de Decreto Legislativo nº 10/2018 (nº 487/2016, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo de Previdência Social entre a República Federativa do Brasil e os Estados Unidos da América, assinado em Washington, em 30 de junho de 2015. Aprovado . À promulgação.	78
1.3.4 – Requerimento	
Requerimento nº 311/2018, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, de urgência para o Projeto de Resolução nº 18/2018. Aprovado	78
1.4 – APÓS A ORDEM DO DIA	
1.4.1 – Oradores	
Senador Reguffe – Críticas ao incessante aumento de preços dos combustíveis no País; e outro assunto	79
Senadora Lúcia Vânia – Satisfação com a criação da Universidade Federal de Catalão; e outro assunto	84
Senador Hélio José, como Líder – Manifestação contra a venda de ações da Companhia Energética de Brasília (CEB) pelo atual governo do Distrito Federal	86
Senador Roberto Requião – Comentários sobre documento divulgado pela Congregação para a Doutrina da Fé, da Igreja Católica, sobre economia e ética	88
Senador Randolfe Rodrigues, como Líder – Preocupação com o aumento do desemprego no País, em especial no estado do Amapá	94



Senador Wilder Morais – Considerações sobre o aumento do valor dos combustíveis no País; e outro assunto	97
Senadora Regina Sousa – Manifestação contra o aumento do feminicídio, em especial no estado do Piauí; e outro assunto	99
Senador Eduardo Lopes – Protesto contra o constante encarecimento do valor dos combustíveis no País; e outro assunto	102
Senadora Rose de Freitas – Preocupação com a forma como os idosos são tratados na sociedade	104
Senador Pedro Chaves – Manifestação contrária ao contínuo aumento do valor dos combustíveis no País	107
Senador Paulo Rocha – Expectativas com o lançamento da pré-candidatura do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva	108
Senador Fernando Collor – Comentários acerca da precariedade da segurança pública no País	110
Senador Elmano Férrer – Relato da recente viagem de S. Ex ^a . ao Centro de Lançamento de Alcântara, no Maranhão; e outros assuntos	116
Senadora Fátima Bezerra – Considerações a respeito de audiência pública da CDR destinada a debater ações em defesa do forró, a ser realizada no dia 23 corrente; e outros assuntos	118
1.5 – ENCERRAMENTO	122

PARTE II

2 – MATÉRIAS E DOCUMENTOS DA 73ª SESSÃO

2.1 – EXPEDIENTE

2.1.1 – Abertura de prazos

Abertura do prazo de cinco dias úteis para apresentação de emendas, perante a Mesa, ao Projeto de Lei do Senado nº 188/2014-Complementar.	124
Abertura do prazo de cinco dias úteis para apresentação de emendas, perante a Mesa, ao Projeto de Lei do Senado nº 375/2017-Complementar.	124
Abertura do prazo de cinco dias úteis para apresentação de emendas, perante a Mesa, ao Projeto de Lei da Câmara nº 71/2017.	124
Abertura do prazo de cinco dias úteis para apresentação de emendas, perante a Mesa, ao Projeto de Lei da Câmara nº 65/2017.	124
Abertura do prazo de cinco dias úteis para apresentação de emendas, perante a Mesa, ao Projeto de Lei da Câmara nº 88/2017.	124

2.1.2 – Comunicações

Do Senador Humberto Costa, de participação de S. Ex ^a em missão realizada nos dias 26 e 27 de abril último, nos termos do Requerimento nº 166/2018.	126
Da Liderança do Bloco Moderador, de indicação de membro para integrar a Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor (Ofício nº 35/2018).	127
Do Senador Gladson Cameli, que justifica a não participação de S. Ex ^a em missão programada para o período de 22 a 26 do corrente, nos termos do Requerimento nº 288/2018.	128



2.1.3 – Discurso encaminhado à publicação

Senador Wellington Fagundes - Íntegra do discurso de S. Ex^a, nos termos do art. 203 do Regimento Interno. 130

2.1.4 – Inclusão em Ordem do Dia

Inclusão em Ordem do Dia, oportunamente, da Mensagem nº 31/2018. 134

2.1.5 – Matéria recebida da Câmara dos Deputados

Projeto de Lei da Câmara nº 51/2018 (nº 7.553/2017, na Câmara dos Deputados), que *altera a Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), para dispor sobre a multipropriedade.* 136

2.1.6 – Mensagens do Presidente da República

Nº 263/2018, na origem (**Mensagem nº 39/2018, no Senado Federal**), que submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Sr. PAULO ESTIVALLET DE MESQUITA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Popular da China e, cumulativamente, na Mongólia. 141

Nº 264/2018, na origem (**Mensagem nº 40/2018, no Senado Federal**), que submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Sr. MANUEL ADALBERTO CARLOS MONTENEGRO LOPES DA CRUZ, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Azerbaijão. 198

Nº 265/2018, na origem (**Mensagem nº 41/2018, no Senado Federal**), que submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Sr. TOVAR DA SILVA NUNES, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na Federação Russa e, cumulativamente, junto à República do Uzbequistão. 229

2.1.7 – Ofício da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP

"S" nº 23/2018 (nº 82/2018, na origem), que encaminha o Balanço de Gestão da Agência, referente ao ano de 2017. 296

2.1.8 – Ofício do Ministro de Estado da Fazenda

"S" nº 22/2018 (nº 315/2018, na origem), que encaminha o endereço eletrônico por meio do qual se podem acessar os demonstrativos das operações de crédito analisadas no âmbito do Ministério da Fazenda mensalmente, bem como as tabelas demonstrativas da posição de endividamento dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. 362

2.1.9 – Projeto de Decreto Legislativo

Nº 56/2018, do Senador Alvaro Dias, que *susta dispositivos da Resolução Normativa ANEEL nº 414, de 9 de setembro de 2010, que estabelece as Condições Gerais de Fornecimento de Energia Elétrica, e da Resolução ANEEL nº 223, de 29 de abril de 2003, que estabelece as condições gerais para elaboração dos Planos de Universalização de Energia Elétrica e fixa as responsabilidades das concessionárias e permissionárias de serviço público de distribuição de energia elétrica, para eliminar incentivos à ocupação irregular do solo urbano.* 366



2.1.10 – Projetos de Lei do Senado

Nº 246/2018 (apresentado como conclusão do Parecer nº 41/2018-CDH), que *acrescenta dispositivos à Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014 (Marco Civil da Internet), que estabelece princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da Internet no Brasil, para dispor sobre medidas de combate à divulgação de conteúdos falsos (fake news) ou ofensivos em aplicações de internet.* 374

Abertura do prazo de cinco dias úteis para apresentação de emendas, perante a Mesa, ao Projeto de Lei do Senado nº 246/2018. 383

Nº 247/2018, do Senador Eduardo Amorim, que *transforma a Reserva Biológica de Santa Isabel, criada pelo Decreto nº 96.999, de 20 de outubro de 1988, em Parque Nacional de Santa Isabel.* 384

Nº 248/2018, do Senador Lasier Martins, que *dispõe sobre direitos dos ex-Presidentes da República.* 388

Nº 249/2018, da Senadora Maria do Carmo Alves, que *institui o Dia Nacional do Museu.* 394

Nº 250/2018, do Senador Hélio José, que *altera a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003 (“Estatuto do Desarmamento”), para conceder porte de arma de fogo aos comissários e agentes de proteção da infância e da juventude do Poder Judiciário.* 401

2.1.11 – Projetos de Resolução

Nº 20/2018 (apresentado como conclusão do Parecer nº 36/2018-CAE), que *autoriza o município de Sorocaba (SP) a contratar operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, com a Corporação Andina de Fomento (CAF), no valor de até US\$ 70.000.000,00 (setenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América).* 407

Nº 21/2018 (apresentado como conclusão do Parecer nº 38/2018-CAE), que *autoriza o Município de Salvador, situado no Estado da Bahia, a contratar operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, junto ao Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), no valor de até US\$ 125.000.000,00 (cento e vinte e cinco milhões de dólares dos Estados Unidos da América).* 420

Nº 22/2018 (apresentado como conclusão do Parecer nº 40/2018-CAE), que *autoriza o Município de Salvador (BA) a contratar operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, com o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, no valor de até US\$ 67.500.000,00 (sessenta e sete milhões e quinhentos mil dólares dos Estados Unidos da América).* 434

Abertura do prazo de cinco dias úteis para apresentação de emendas, perante a Mesa, aos Projetos de Resolução nºs 20 a 22/2018. 447

2.1.12 – Requerimentos

Nº 305/2018, do Senador Alvaro Dias, de homenagens de pesar pelo falecimento do ex-Deputado Federal Walber Souza Guimarães. 449

Nº 306/2018, da Senadora Gleisi Hoffmann e outros senadores, de informações ao Ministro de Estado da Justiça. 453

Nº 307/2018, do Senador Humberto Costa, de oitiva da Comissão de Assuntos Econômicos sobre o Projeto de Lei do Senado nº 32/2017. 457

Nº 308/2018, do Senador Humberto Costa, de oitiva da Comissão de Assuntos Sociais sobre o Projeto de Lei do Senado nº 32/2017. 459

Nº 309/2018, da Senadora Regina Sousa, de oitiva da Comissão de Meio Ambiente sobre o Projeto de Lei do Senado nº 32/2017. 461



Nº 310/2018, do Senador Lasier Martins, de homenagens de pesar pelo falecimento do Sr. Alberto Dines.	463
Nº 312/2018, do Senador Jorge Viana, de informações ao Ministro de Estado de Minas e Energia. ...	466
2.1.13 – Retificação	
Retificação do despacho inicial apostado ao Ofício "S" nº 19/2018.	472
2.2 – DELIBERAÇÕES DA ORDEM DO DIA	
2.2.1 – Projeto de Lei da Câmara nº 102/2015-Complementar	
Lista de votação	474
2.2.2 – Mensagem nº 30/2018	
Lista de votação	477
2.2.3 – Requerimento nº 311/2018	
Matéria lida e aprovada	480
3 – MATÉRIAS E DOCUMENTOS DIVERSOS	
3.1 – PARECERES APROVADOS EM COMISSÕES	
Nº 35/2018-CAE, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 188/2014-Complementar	484
Nº 36/2018-CAE, sobre a Mensagem (SF) nº 35/2018	493
Nº 37/2018-CAE, sobre o Projeto de Resolução do Senado nº 102/2013	503
Nº 38/2018-CAE, sobre a Mensagem (SF) nº 36/2018	510
Nº 39/2018-CAE, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 375/2017-Complementar	521
Nº 40/2018-CAE, sobre a Mensagem (SF) nº 37/2018	533
Nº 41/2018-CAE, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 573/2015	543
Nº 42/2018-CAE, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 71/2017	550
Nº 43/2018-CAE, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 206/2007	558
Nº 31/2018-CE, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 88/2017	580
Nº 32/2018-CE, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 65/2017	586
Nº 6/2018-CI, sobre a Mensagem (SF) nº 31/2018	594

PARTE III

4 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL	601
5 – COMPOSIÇÃO DA MESA DIRETORA	604
6 – LIDERANÇAS	605



7 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS	609
8 – COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO	622
9 – COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES	625
10 – CONSELHOS E ÓRGÃOS	674



Ata da 73ª Sessão, Deliberativa Ordinária,
em 22 de maio de 2018

4ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura

Presidência dos Srs. Eunício Oliveira, Cássio Cunha Lima, João Alberto Souza, Waldemir Moka, Jorge Viana, Paulo Rocha e Elmano Férrer e das Srªs Rose de Freitas e Fátima Bezerra.

(Inicia-se a sessão às 14 horas e encerra-se às 21 horas e 23 minutos.)





REGISTRO DE COMPARECIMENTO E VOTO

Senado Federal 55ª Legislatura 4ª Sessão Legislativa Ordinária

73ª Sessão Deliberativa Ordinária, às 14 horas
Presenças no período: 22/05/2018 07:00:00 até 22/05/2018 21:24:00
Votos no período: 22/05/2018 07:00:00 até 22/05/2018 21:24:00

Partido	UF	Nome Senador	Presença	Voto
PDT	RO	Acir Gurgacz	X	
PSDB	MG	Aécio Neves	X	X
PMDB	SP	Airton Sandoval	X	X
PODE	PR	Alvaro Dias	X	X
PP	RS	Ana Amélia	X	X
PDT	RR	Ângela Portela	X	X
PSDB	MG	Antonio Anastasia	X	X
PSB	SE	Antonio C Valadares	X	X
PTB	PE	Armando Monteiro	X	X
PSDB	TO	Ataídes Oliveira	X	X
PP	AL	Benedito de Lira	X	X
PSDB	PB	Cássio Cunha Lima	X	X
PPS	DF	Cristovam Buarque	X	X
PSDB	SC	Dalírio Beber	X	X
PMDB	SC	Dário Berger	X	X
PSDB	SE	Eduardo Amorim	X	X
PMDB	AM	Eduardo Braga	X	X
PRB	RJ	Eduardo Lopes	X	X
PODE	PI	Elmano Férrer	X	X
PMDB	CE	Eunício Oliveira	X	
PT	RN	Fátima Bezerra	X	
PMDB	PE	Fernando Coelho	X	X
PTC	AL	Fernando Collor	X	X
PSDB	PA	Flexa Ribeiro	X	X
PMDB	RN	Garibaldi Alves Filho	X	X
PP	AC	Gladson Cameli	X	X
PT	PR	Gleisi Hoffmann	X	X
PROS	DF	Hélio José	X	X
PT	PE	Humberto Costa	X	X
PP	RO	Ivo Cassol	X	X
PMDB	MA	João Alberto Souza	X	X
PSB	AP	João Capiberibe	X	X
PT	AC	Jorge Viana	X	X
PMDB	PB	José Maranhão	X	X
PODE	MT	José Medeiros	X	X
PT	CE	José Pimentel	X	X
PSDB	SP	José Serra	X	X
PSD	RS	Lasier Martins	X	X
PSB	BA	Lídice da Mata	X	X
PT	RJ	Lindbergh Farias	X	X
PSB	GO	Lúcia Vânia	X	X
DEM	SE	Maria do Carmo Alves	X	X
PMDB	SP	Marta Suplicy	X	X
PSD	AM	Omar Aziz	X	X
PSD	BA	Otto Alencar	X	X

Emissão 22/05/2018 21:26:29





REGISTRO DE COMPARECIMENTO E VOTO

Senado Federal 55ª Legislatura 4ª Sessão Legislativa Ordinária

73ª Sessão Deliberativa Ordinária, às 14 horas
Presenças no período: 22/05/2018 07:00:00 até 22/05/2018 21:24:00
Votos no período: 22/05/2018 07:00:00 até 22/05/2018 21:24:00

Partido	UF	Nome Senador	Presença	Voto
PSDB	SC	Paulo Bauer	X	X
PT	PA	Paulo Rocha	X	X
PRB	MS	Pedro Chaves	X	X
PSD	PB	Raimundo Lira	X	X
REDE	AP	Randolfe Rodrigues	X	X
PT	PI	Regina Sousa	X	X
-	DF	Reguffe	X	X
PSDB	ES	Ricardo Ferraço	X	X
PP	BA	Roberto Muniz	X	X
PMDB	PR	Roberto Requião	X	X
PSDB	MA	Roberto Rocha	X	X
PR	MT	Rodrigues Palma	X	X
PODE	RJ	Romário	X	X
PMDB	RR	Romero Jucá	X	
DEM	GO	Ronaldo Caiado	X	X
PODE	ES	Rose de Freitas	X	X
PSD	AC	Sérgio Petecão	X	X
PMDB	MS	Simone Tebet	X	X
PSDB	CE	Tasso Jereissati	X	X
PTB	RR	Telmário Mota	X	X
PMDB	RO	Valdir Raupp	X	X
PCdoB	AM	Vanessa Grazziotin	X	X
PMDB	MS	Waldemir Moka	X	X
PR	MT	Wellington Fagundes	X	X
DEM	GO	Wilder Morais	X	X
PMDB	MG	Zeze Perrella	X	X

Compareceram 71 senadores.



O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Há número regimental. Declaro aberta a sessão.

A Presidência comunica ao Plenário que há expediente sobre a mesa, que, nos termos do art. 241 do Regimento Interno, vai à publicação no *Diário do Senado Federal*. (**Vide Parte II do Sumário**)

Senadora Gleisi, a senhora está pedindo pela ordem, mas primeiro teria que ser o Senador Humberto Costa.

Senador Humberto Costa.

A SR^a GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Eu só queria pedir inscrição, Sr. Presidente, para um comunicado inadiável, para que eu pudesse falar.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Comunicação inadiável?

A SR^a GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Comunicação inadiável.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Ah, pensei que fosse pela Liderança.

A SR^a GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Não. Comunicação inadiável.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Então, V. Ex^a está inscrita em segundo lugar. Em primeiro está o Senador Eduardo Amorim.

O Senador Humberto Costa pediu pela Liderança, pela Minoria. Então, V. Ex^a fica inscrito em primeiro lugar na relação de Líderes.

Há oradores inscritos.

Antes de conceder a palavra ao Senador, a Presidência lembra às Senadoras e aos Senadores – Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, eu gostaria que prestassem atenção – que o Senado Federal está convocado para uma sessão especial a realizar-se no dia 23 de maio, quarta-feira, destinada a celebrar os 50 anos de fundação da Igreja Cristã Maranata, nos termos do Requerimento n^o 262, de 2018, de autoria do Senador Magno Malta e outros Senadores.

Concedo a palavra ao Senador Telmário Mota, do PTB, de Roraima.

V. Ex^a tem dez minutos.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Moderador/PTB - RR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Sr. Presidente, Senador João Alberto.

Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras, telespectadores e telespectadoras da TV Senado, ouvintes da Rádio Senado, Sr. Presidente, venho a esta tribuna hoje para tratar da importância de uma de minhas emendas impositivas para 2018, ainda aguardando liberação de limite, que foi destinada a atender o DSEI Leste em Roraima.

O Distrito Sanitário Especial Indígena (DSEI) é a unidade gestora descentralizada do Subsistema de Atenção à Saúde Indígena. Trata-se de um modelo de organização de serviços – orientado para um espaço etnocultural dinâmico, geográfico, populacional e administrativo bem delimitado – que contempla, Sr. Presidente, um conjunto de atividades técnicas, visando a medidas



racionalizadas e qualificadas de atenção à saúde, promovendo a reordenação da rede de saúde e das práticas necessárias à prestação da assistência com o controle social.

No Brasil, Sr. Presidente, são 34 DSEIs, tendo como base a ocupação geográfica das comunidades indígenas. Além dos DSEIs, a estrutura de atendimento conta com postos de saúde e com os polos-base.

A emenda de minha autoria, Sr. Presidente, foi no valor de R\$2,802 milhões, e teve como objeto a aquisição de mobiliário e equipamentos básicos e hospitalares para os postos de saúde e também a aquisição de equipamentos, motores e eletrobombas para o abastecimento de água nos polos-base.

A aquisição dos mobiliários e equipamentos visa suprir as necessidades dos 286 postos de saúde, das 316 comunidades do Distrito Sanitário Especial Indígena do Leste de Roraima, visando atender as necessidades prioritárias para uma adequada execução das ações de atenção básica no atendimento de 46.260 pessoas, em todos os 34 polos-base de saúde existentes no meu Estado.

Para os postos de saúde, Sr. Presidente, onde a demanda por equipamentos é maior, foi destinado aproximadamente 85% do valor total da emenda, perfazendo o montante de R\$2.371.801,05. A lista de equipamentos é extensa e vai desde o mobiliário básico, como estantes, mesas, cadeiras, macas, colchões, bebedouros, até equipamentos mais voltados para o atendimento médico e hospitalar, tais como bombas de nebulização, cilindros de oxigênio, detectores fetais, geladeiras e refrigeradores, dentre tantos outros equipamentos.

Os outros 15% da emenda, Sr. Presidente, que totalizam o valor de R\$430.198,95, foram destinados a aquisição de equipamentos para os polos-base.

A aquisição de equipamentos, mobiliários, motores estacionários e bombas submersas para os polos-base tem por objetivo, Sr. Presidente, a reposição dos 178 sistemas de abastecimento de água existentes nas comunidades indígenas do DSEI Leste.

Veja, Sr. Presidente, que o alcance social de atendimento dos DSEI é enorme. Ao todo 46.260 pessoas de 316 comunidades são atendidas pelos 280 Postos de Saúde e 34 polos-base.

No entanto, Sr. Presidente, para a efetiva liberação deste recurso, preciso de empenho do Ministro da Saúde, bem como do Ministro da Casa Civil. Essa verba precisa ser descentralizada para o Secretaria de Saúde Indígena, a Sesai, para, então, ser repassada ao DSEI.

O DSEI Leste possui dois projetos prontos, um de equipação dos postos de saúde, que minha emenda atenderá em 60%, e outro de equipação do sistema de captação de águas dos polos-base, que será atendido em 100%.

Portanto, faço aqui um apelo para que a liberação da verba de emenda siga com seu trâmite e chegue, o mais rápido possível, a seu destino, para que essas 46 mil pessoas possam continuar recebendo o atendimento humanizado do DSEI.

Sr. Presidente, esse é um apelo que faço ao Ministro da Saúde, ao Ministro da Casa Civil. Ninguém faz retaliação a nenhum Parlamentar que tem compromisso com a saúde do povo.

É verdade que o Governo Federal hoje usa um pacote de maldades contra o Estado de Roraima. A maldade? Basta ver que não resolve a questão dos venezuelanos, basta ver que não faz o perdão da dívida de apenas R\$2 bilhões para o Estado de Roraima. A maldade do Governo Federal para o Estado de Roraima é muito grande, dele e de seus apaniguados, principalmente o povo do MDB do Estado de Roraima.



A maior prova disso é a não liberação da titulação das terras. Hoje o Estado de Roraima está aparelhado para fazer toda a titulação do Estado de Roraima, da área urbana e da área rural. No entanto, só por falta de assentimento, de autorização do Conselho Nacional de Segurança, da Casa Civil – fazendo uma retaliação ao Governo do Estado –, não liberam.

Portanto, o Governo Federal está fazendo, com o Estado de Roraima, um verdadeiro massacre, jogando no quanto pior, melhor, para tentar, assim, destacar as ações dos membros do MDB, que, no meu Estado, só fazem corrupção.

Portanto, é o momento de este Governo corrupto de Michel Temer não fazer retaliação às emendas de políticos honestos que estão comprometidos com o povo de Roraima.

São mais de 46 mil pessoas que, em meu Estado, estão precisando desses recursos. E a Casa Civil irresponsavelmente está trancando esses recursos.

Faço aqui essas minhas declarações e, sobretudo, essa grave denúncia do Michel Temer.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Muito obrigado, Senador Telmário Mota.

Antes de falar o Senador Eduardo Amorim, quero registrar a presença aqui do ex-Deputado Federal Heleno Silva, que está aqui conosco. Ele é de Sergipe, do PRB, e um grande amigo do Senador Eduardo Amorim.

Seja bem-vindo a esta Casa, Deputado.

Eu concedo a palavra ao Senador Eduardo Amorim, do PSDB, de Sergipe, para uma comunicação inadiável.

Por cinco minutos, Excelência.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco Social Democrata/PSDB - SE. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Sr. Presidente, Senador João Alberto.

Sr. Presidente, colegas Senadores, Senadora Ana Amélia, ex-Deputado Heleno Silva – aqui presente, que nos honra nesta tarde –, ouvintes da Rádio Senado, telespectadores da TV Senado, todos que nos acompanham pelas redes sociais, diante de tantas notícias ruins e de todo o caos que tomou conta de Sergipe, hoje venho a esta tribuna, com muita satisfação, para falar de um marco histórico para a economia sergipana.

Refiro-me, Sr. Presidente, ao Complexo Termoelétrico Porto de Sergipe I, que está em construção no Município de Barra dos Coqueiros e representa o maior investimento já realizado, em todos os tempos, no nosso Estado, o Estado de Sergipe.

Sr. Presidente, colegas Senadores, a termoelétrica, orçada em cerca de R\$5 bilhões, pertence à Celse (Centrais Elétricas de Sergipe), empresa criada pela brasileira Ebrasil (Eleticidade do Brasil) e a Golar Power – uma associação entre a norueguesa Golar LNG e o fundo de investimentos americano de infraestrutura Stonepeak. A Celse foi vitoriosa no leilão de energia nova, em abril de 2015, estabelecendo 26 contratos para entrar em operação comercial em janeiro de 2020.

A usina sergipana é a maior termoelétrica a gás natural em construção no Brasil, a maior da América Latina, Senadora Ana Amélia, e, sem sombra de dúvida, vai revolucionar a maneira como a energia é distribuída no Brasil. Isso porque, Sr. Presidente, colega Senador João Alberto, além da usina, que transformará o gás natural em energia elétrica, a unidade de Sergipe contará com uma linha de transmissão de cerca de 33km de extensão, que levará a energia gerada até o Sistema



Interligado Nacional; e um conjunto de instalações *offshore*, que contemplam uma unidade flutuante de armazenamento e de regaseificação do gás natural liquefeito, bem como um gasoduto dedicado para suprimento da usina. Um projeto, sem sombra de dúvida, Deputado Heleno, grandioso, que vai funcionar em ciclo combinado, em que turbinas a gás e a vapor geram eletricidade a partir da queima do mesmo combustível.

A General Electric foi contratada para realizar o projeto, a construção, a operação e a manutenção da usina, além de aplicar soluções digitais para trazer mais eficiência à termoeletrica. A empresa vai, ainda, instalar uma turbina a vapor e três turbinas a gás, detentoras de uma tecnologia certificada pelo Livro dos Recordes, o Guinness, que, quando usadas em ciclo combinado, a gás e a vapor, atingirão uma taxa de eficiência altíssima.

A Usina Termoeletrica Porto de Sergipe I será a primeira no Brasil a receber as turbinas a gás da GE consideradas o estado da arte, em operação até o momento somente na França e no Japão. Utilizando o gás natural, a usina representa baixo impacto ambiental, com emissões 90% menores do que as usinas movidas a diesel e com emissão zero de enxofre.

Colegas Senadores, quando estiver em funcionamento, a termoeletrica terá capacidade de produzir cerca de 1.516 megawatts e será capaz de gerar energia para os lares de 20 milhões de brasileiros e atender até 15% da demanda energética de todo o Nordeste. A usina vai quadruplicar a geração anual de energia de Sergipe e transformar o Estado no segundo maior gerador de energia em todo o Nordeste brasileiro.

E aqui é importantíssimo ressaltar, Sr. Presidente, que os ganhos econômicos são uma realidade desde o início da implantação da usina, em agosto de 2016. Sua instalação já beneficia tanto a cidade de Barra dos Coqueiros, quanto o Estado de Sergipe, ampliando de forma significativa suas capacidades de investimentos em bens e serviços públicos.

Para que os senhores tenham ideia, até o momento, a Prefeitura Municipal de Barra dos Coqueiros já arrecadou cerca de R\$17 milhões, apenas com o recolhimento do Imposto Sobre Serviços, o ISS. Ao final do projeto, em 2020, a expectativa de arrecadação é de cerca de R\$60 milhões. A obra da termoeletrica também ampliou o mercado de trabalho local. Hoje, são gerados cerca de 2.250 empregos,...

(Soa a campanha.)

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco Social Democrata/PSDB - SE) – ... entre diretos e indiretos, além das 160 empresas sergipanas contratadas, que fornecem produtos e serviços para a usina, cujos contratos superam o valor de R\$70 milhões e empregam mais de 4 mil pessoas.

Sr. Presidente, colegas Senadores, sabemos que a geração de energia é atividade estratégica para o desenvolvimento econômico e a termoeletrica é a concretização do sonho acalentado por décadas de implantação de um polo industrial de grande porte na região portuária de Sergipe e, com certeza, a disponibilidade de ampla oferta de gás natural será um importante atrativo para novos projetos industriais para a região, contribuindo para o desenvolvimento econômico não só para o Município de Barra dos Coqueiros, não só para o meu Estado, o Estado de Sergipe, mas, com toda a certeza, para todo o Brasil.

Termoeletrica já gera mais de dois mil empregos...



(Soa a campanha.)

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco Social Democrata/PSDB - SE) – ...diretos e indiretos e, com certeza, promete gerar centenas de outros empregos para toda a região.

Sergipe será o segundo maior produtor de energia de todo o Nordeste brasileiro.

É bem-vinda a termoeletrica para o nosso Estado e, com certeza, a perspectiva de um futuro muito melhor espero que ocorra.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Como prometido, dentro do tempo que me foi colocado.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Eu que agradeço V. Ex^a, Senador Eduardo Amorim.

V. Ex^a aniversariou no dia 17, mas não atendia o telefone. Os colegas lhe telefonavam, e o senhor não atendia os telefones. Eu fui um que telefonou a V. Ex^a. A Ana Amélia disse que telefonou também, e não foi atendida.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco Social Democrata/PSDB - SE) – Sr. Presidente, eu atendi a muitos, porque eram muitos amigos e colegas e era um dia de agradecimento, Sr. Presidente.

(Soa a campanha.)

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco Social Democrata/PSDB - SE) – Era um dia de agradecimento para os inúmeros colegas como V. Ex^a, como a Senadora Ana Amélia e tantos outros aqui no plenário.

Obrigado pela lembrança.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. Bloco Maioria/PMDB - MA) – De nada!

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco Social Democrata/PSDB - SE) – Que Deus continue aí nos dando esse milagre, que é o milagre da vida.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. Bloco Maioria/PMDB - MA) – A Senadora Fátima Bezerra aniversariou também no dia 19, e não atendeu o telefone. O do José Agripino Maia é amanhã. Vamos ver se ele vem aqui para podermos abraçá-lo.

Concedo a palavra à Senadora Ana Amélia, Progressista do Rio Grande do Sul.

Excelência, dez minutos, por gentileza.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Obrigada! Sr. Presidente, Senador João Alberto, colegas Senadoras e Senadores, nossos telespectadores da TV Senado, ouvintes da Rádio Senado, ontem usei esta mesma tribuna e comecei o meu pronunciamento falando sobre a paralisação dos caminhoneiros em 17 Estados.

Hoje, a paralisação chegou a 18 Estados e já tem reflexos, como em outras paralisações, de uma manifestação democrática. A gente tem que entender a gravidade da situação dos caminhoneiros pelo preço abusivo, eu diria, dos combustíveis, que estavam represados e, agora, a Petrobras adota uma política de reajuste diário.



Depois de ter – eu diria – quase provocado os caminhoneiros, porque muitos deles são autônomos e dependem desse serviço, o custo que impactava sobre o serviço estava fazendo com que muitos deles paralisassem os seus caminhões, porque não podiam trabalhar no prejuízo. E hoje a GM, a fábrica de Gravataí, parou de produzir e não tem prazo para retomar as atividades pela falta de autopeças. Da mesma forma, o sindicato de laticínios do Rio Grande do Sul (Sindilat) anuncia que são coletados 12 milhões de litros de leite cru, por dia, de 65 mil produtores rurais no nosso Estado.

Esses caminhões, que são caminhões-tanque, próprios para transportar o leite produzido no Estado, também estão provocando para as cooperativas de laticínios, para as indústrias de laticínios, um problema no fornecimento. Então, mesmo que o próprio sindicato esteja solidário com o protesto dos caminhoneiros, exigindo uma redução do preço do combustível, especialmente do diesel, que é o principal combustível usado pelos caminhões ou pelas máquinas agrícolas, que eles tenham um tratamento diferenciado, porque se trata de produto perecível e, se não houver um tratamento diferente,

Se não houver um tratamento diferente – o produtor de leite já está sofrendo uma crise sem precedentes pelo aviltamento dos preços, pela importação de leite em pó do Uruguai –, vai aumentar ainda a gravidade desse problema.

Então, eu faço também um apelo ao Governo: que entenda essa manifestação. A Petrobras, depois de ter anunciado um aumento na segunda-feira, decide, hoje, depois da pressão dos caminhoneiros, uma redução de 2,08% no preço da gasolina entregue à refinaria e, do diesel, 1,54%. É claro que o que pesa mais no preço final do combustível é o imposto – nós sabemos disso. Mas, como o País quebrou, os Estados quebraram, os Municípios quebraram... Muitos Estados não pagam funcionário em dia – o meu Estado, o Rio de Janeiro e outros Estados também –, e Municípios também vivem o mesmo dilema. É compreensível a situação de o Governo não aceitar a redução dos impostos para resolver esse grave problema, mas a Petrobras tem caminhos para equacionar isso. Também estamos solidários com esse movimento e desejamos que seja resolvido brevemente, para evitar essa cascata de consequências negativas sobre setores econômicos muito dinâmicos.

Quero falar também como Senadora municipalista, Senador João Alberto – V. Ex^a foi Governador do Maranhão. Hoje, os Estados estão vivendo os mesmos dramas dos Municípios. O senhor também é um Senador municipalista, como eu, nesta Casa.

Hoje, começou a XXI Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios. Nunca vi tanta gente reunida – fui à abertura às 8h da manhã. São muitas as demandas dos Municípios, e eu tive a oportunidade de acompanhar muitos prefeitos ao Ministério da Saúde. O sistema adotado pelas UPAs (Unidades de Pronto Atendimento) foi fixado pelo Governo Federal sem consultar a realidade dos Municípios, pequenos e médios especialmente, e uma das reivindicações mais importantes é que as UPAs fiquem abertas por 24h. Às vezes, a demanda não comporta a abertura durante 24h. Então, foi liberado que os Municípios decidam o tempo necessário para atender a população. A população ganha, e o serviço fica de melhor qualidade, desonerando as prefeituras municipais.

Já que estou falando em saúde, meu caro Senador João Alberto, caros Senadores, vejam só: a Lei nº 8.666, a famosa Lei das Licitações, uma lei dos anos 90, muito bem-vinda aliás, do ex-Deputado e Ministro Luís Roberto Ponte, ficou desatualizada. O valor de uma carta-consulta para



fazer a licitação de um conserto de um motor de uma ambulância, Senador, é de R\$8 mil. Ora, hoje, para se fazer esse conserto, o custo, com a burocracia, é exatamente muito mais do que isso que se cobra na licitação. Os recursos são feitos, com 40 dias no mínimo. Será que o paciente que precisa da ambulância para ser transferido de uma cidade para outra, para um tratamento ou para uma consulta de alta complexidade, vai poder esperar 40 dias, Senador? É impossível isso.

Há a necessidade dessa mudança da Lei das Licitações. Já houve, em 2014, o RDC (Regime Diferenciado de Contratações) para viabilizar os contratos das obras da Copa do Mundo. Agora, é uma questão emergencial. São pequenos, médios e até grandes Municípios que estão limitados por essa lei. O Governo deverá mandar um decreto para cá. E não é só o conserto do motor de uma ambulância que vai consumir 40 dias, mas também o de máquinas agrícolas de Estados produtores, de Municípios que fazem uma estrada vicinal. A máquina também fica parada. Uma máquina para fazer uma melhora da pavimentação, para o escoamento da safra, fica comprometida por 40 dias, até porque, para se consertar o motor de uma máquina ou de uma ambulância, são necessários mais de R\$8 mil, sem dúvida, meu caro Senador João Alberto.

Também o produtor não pode ficar aguardando recuperar essa estrada. Atrapalha o gerenciamento dos Municípios.

Também outra questão importante refere-se a um projeto do Senador Walter Pinheiro, de muito boa oportunidade, que trata de criar consórcios municipais para unir os Municípios de determinado número de habitantes para que eles juntos possam ter acesso a recursos de financiamentos internacionais, que são mais baratos. Esse projeto está aqui na pauta do Senado. Haverá uma audiência com o Senador Eunício Oliveira. Vamos ver se nós conseguimos tratar dessa questão, que é muito importante.

E, sobretudo, uma questão fundamental é a questão relacionada à distribuição dos royalties do petróleo, porque hoje 70% desses royalties do petróleo estão concentrados no Estado do Rio de Janeiro e, se o Supremo Tribunal Federal aquiescer a demanda dos Municípios, serão R\$5 bilhões de receitas a serem compartilhados por diversos Municípios. Então, acho que a situação dos Municípios hoje já teve, pelo menos, alguns sinais. E, se essa medida relacionada aos royalties for equacionada – aqui trabalhou muito nessa matéria o ex-Senador e agora Governador Wellington Dias –, nós teremos para os Municípios um fôlego, assim como foi a parte que ficou da multa da repatriação do dinheiro no exterior, que também foi compartilhada com os Municípios, recebendo um reforço para os seus caixas.

Na quarta-feira, o Presidente atual da Confederação Nacional de Municípios, o gaúcho Paulo Ziulkoski, será substituído pelo Glademir Aroldi, do meu Partido, que assume até 2021 a Presidência da Confederação Nacional de Municípios. São dois líderes municipalistas: um ex-Prefeito de Saldanha Marinho e Paulo Ziulkoski, ex-Prefeito de Mariana Pimentel, dois Municípios pequenos, mas que têm um ativismo extraordinário na questão municipalista.

E, na nossa Federação dos Municípios do Rio Grande do Sul, haverá também a celebração, agora no dia 24 de maio, quinta-feira, do aniversário de 42 anos de fundação da Federação dos Municípios do Rio Grande do Sul, presidida hoje pelo Salmo Dias, Prefeito de um Município pequeno também, Rio dos Índios, que vai ser substituído pelo Prefeito Antonio Cettolin, do PMDB, do seu Partido, que é do Município de Garibaldi, na Serra Gaúcha, conhecido como a capital nacional do



champanhe, ou do espumante. O Prefeito de Rio dos Índios, Salmo Dias, deixará a Presidência no dia 5 de julho numa cerimônia.

O que eu ressalto aqui é que também essa data mostra a força do municipalismo no Rio Grande do Sul. Daqui a pouco, Senador, eu estarei junto com Prefeitos da região da serra, especialmente da minha cidade, Lagoa Vermelha, Gustavo Bonotto.

(Soa a campanha.)

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Nós estaremos reunidos com o Ministro dos Transportes, Valter Casimiro, para tratar da necessidade inadiável e urgente do asfaltamento de pouco mais de 40 quilômetros da BR-470, uma estrada federal, federalizada em 2015, que vai significar uma revolução na economia da região de toda a serra do meu Estado e não só Bento Gonçalves, Veranópolis, Lagoa Vermelha e Nova Prata. Esse trecho é entre André da Rocha e Barretos, que imbuca na 285, que pega na minha querida terra natal, Lagoa Vermelha, que fez uma bela festa recentemente e se prepara para realizar, em janeiro de 2019, a Festa Nacional do Churrasco e o Rodeio Crioulo Internacional.

Então, eu já antecipo os cumprimentos e o agradecimento, convidando V. Ex^a a estar presente e conhecer o melhor churrasco do mundo.

Aliás, fiz um projeto para considerar Lagoa Vermelha a Capital Nacional do Churrasco, pela excelência e pela qualidade da carne, pela forma de corte e pela qualidade também...

(Soa a campanha.)

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – ... dessa culinária do nosso Estado e da minha cidade, Lagoa Vermelha.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Agradeço a V. Ex^a, Senadora Ana Amélia.

Pela Liderança da Minoria, concedo a palavra ao Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. *Fora do microfone.*) – Posso trocar com ela, que está inscrita para uma comunicação?

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Depois de V. Ex^a, vai usar a palavra a Senadora Vanessa Grazziotin. Então, usa a Vanessa e, depois, o senhor.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM. *Fora do microfone.*) – Seria para trocar a fala pela Liderança por outra para uma comunicação inadiável.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. Bloco Maioria/PMDB - MA) – V. Ex^a, Senadora Grazziotin, está aqui inscrita como oradora.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – Sim. Não é comigo que ele trocaria. Seria com a Gleisi.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Sim, mas é porque, depois dele, viria um orador inscrito.

Por exemplo, falaria agora o Senador Humberto Costa e, depois, V. Ex^a.



A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM. *Fora do microfone.*) – Eu imaginei que falaria a Gleisi, falaria eu e, depois, o Humberto.

A SR^a GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR. *Fora do microfone.*) – Não pode.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Não pode.

Então, pela Liderança da Minoria, concedo a palavra ao Senador Humberto Costa, PT, de Pernambuco.

Por cinco minutos, Excelência.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, telespectadores da TV Senado, ouvintes da Rádio e internautas que nos acompanham.

Sr. Presidente, Pernambuco está às vésperas de um novo desastre econômico: o Estaleiro Atlântico Sul deve suspender 3,7 mil contratos de trabalho para evitar imediatas demissões, em razão da terrível crise que afeta o setor.

A indústria naval, depois de ter renascido por obra de Lula, amarga seus piores dias sob Michel Temer.

Em Pernambuco, cumpriu papel fundamental, gerando dezenas de milhares de empregos diretos e indiretos e impulsionando vigorosamente a economia do Estado, que virou uma locomotiva no Nordeste.

Hoje, vive um quadro desolador: estaleiros na iminência de fechamento porque o Governo Temer agiu para favorecer importações, especialmente da China, e não há condição mínima de concorrência com esse cenário tão desleal criado pelos golpistas para a indústria nacional.

Diversas plataformas e navios petroleiros, como o João Câmara, o Henrique Dias, o Dragão do Mar, o Zumbi dos Palmares e, agora, o Castro Alves, foram produzidos em respeito a uma inteligência política de conteúdo local, que levava a Petrobras a privilegiar a compra desses equipamentos dentro do País.

Agora, as regras estabelecidas por Temer levam a empresa a adquirir o que precisa no estrangeiro, gerando emprego no exterior e destruindo os empregos brasileiros.

No mês passado, foi lançado o documento chamado Manifesto pelo Salvamento da Indústria Naval Brasileira, que não é outra coisa senão uma denúncia e um pedido de socorro de um setor fundamental ao País.

Há mais de um ano, o Estaleiro Atlântico Sul aguarda a liberação de US\$980 milhões pelo BNDES para arcar com novas encomendas, e o empréstimo não sai. Há uma total resistência do Governo em socorrer esse setor estratégico.

A Petrobras vai precisar de 80 plataformas e 210 navios nos próximos 25 anos para explorar o pré-sal. E deixa de comprar no Brasil para comprar lá fora, gerando empregos na China, na Coreia e em Singapura.

Temer é culpado pelo estrangulamento da indústria naval e pelo fim de milhares de empregos em Pernambuco, no Rio de Janeiro, no Rio Grande do Sul, que viraram polos dessa área com Lula e Dilma. É preciso restaurar urgentemente a política de conteúdo local e garantir uma desoneração



planejada para esse setor estratégico e que tanto emprega. A indústria naval precisa ter retomada rapidamente, uma política de incentivo sustentada.

O Ministro dos Transportes de Temer, Valter Casimiro, esteve em Pernambuco para ver os estaleiros há um mês e nada fez. E a situação crítica de ameaça de fechamento definitivo dos estaleiros já no ano que vem segue viva.

É inadmissível que o Governo Federal preveja imposto zero para a importação de navios do exterior, enquanto dá as costas para a indústria nacional.

(Soa a campanha.)

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – É inadmissível que algo que nos orgulhe tanto, pelo trabalho de inteligência e de tecnologia empregado, seja reduzido a pó por este Governo nefasto.

Pernambuco e o País têm o direito de ter retomados os investimentos na indústria naval, da qual dependem milhares de trabalhadores e suas famílias. É de uma burrice atroz abandoná-la e deixá-la morrer, quando tudo de que ela precisa é de incentivos para seguir florescendo, como ocorreu quando Lula e Dilma foram Presidentes.

O Governo Temer é um navio a pique, que vai afundar sozinho. Mas não pode levar a nossa indústria naval com ele.

Nos próximos dias, Sr. Presidente, a Petrobras fará uma grande...

(Interrupção do som.)

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – ... licitação para contratação de plataformas *(Fora do microfone.)* e de navios, aquilo a que eu me referi anteriormente.

No entanto, até agora não aceitou as propostas de ampliar a exigência de conteúdo local na produção de navios e plataformas, o que garantiria que os estaleiros de Pernambuco, do Rio de Janeiro e do Rio Grande do Sul pudessem participar, com amplas chances de vitória, para, com isso, reativar a indústria naval e garantir os empregos que já foram gerados e que agora foram destruídos por este Governo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Eu que agradeço a V. Ex^a.

Quero registrar a presença aqui no plenário do ex-Senador Jorge Yanai. É uma satisfação da Casa recebê-lo.

Concedo a palavra ao Senador João Capiberibe. *(Pausa.)*

Concedo a palavra à Senadora Vanessa Grazziotin, Partido Comunista do Brasil, do Amazonas.

Por dez minutos, Excelência.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Muito obrigada, Sr. Presidente.

Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras, Sr. Presidente, esta semana, no Estado do Amazonas – e quero dizer particularmente eu e tenho certeza de que muitas pessoas –, nós todos fomos tomados de surpresa com a notícia de uma decisão do Governador do Estado do Amazonas, Governador



Amazonino Mendes, que disse que deverá investir novamente recursos públicos no porto organizado de Manaus.

Eu até estou aqui com a matéria que foi publicada na coluna Sim & Não do jornal *A Crítica* do último dia 18. Diz o seguinte: "Porto será reformado pelo governo." E aí fala a notinha:

À espera de uma canetada do ministro dos Transportes, Portos e Aviação, Valter Casimiro, o governo do AM se prepara para reassumir a autoridade portuária do Porto de Manaus. A informação é da Superintendência Estadual de Navegação, Portos e Hidrovias. Segundo o chefe da pasta, Francisco da Jornada, após a assinatura do convênio entre os governos federal e estadual, a gestão Amazonino Mendes fará a revitalização do porto, hoje em situação precaríssima. Mas a concessão [veja, Sr. Presidente: mas a concessão] seguirá com a família De'Carli.

Eu repito, Sr. Presidente: essa é a maior barbaridade que eu ouvi nos últimos tempos, e passo a explicar o porquê, Senadora Ângela Portela. Veja, no ano de 1997, o então Governador do Amazonas, Amazonino Mendes, assinou um convênio, o Convênio nº 7, com a União, que transferia a administração do porto organizado de Manaus, que era administrado pela União, pela Companhia Docas do Maranhão (Codomar), para que esse porto passasse a ser administrado pelo Governo do Estado do Amazonas, ou seja, transferiu a administração da Codomar para a SNPH, que foi a empresa criada pelo Governo do Estado do Amazonas. Isso em 1997.

Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, no ano de 2001, o Governo do Estado do Amazonas decidiu por transferir a atividade destinada à movimentação, armazenamento de carga e contêineres para outra localidade portuária da cidade de Manaus, transformando o porto organizado de Manaus, que fica bem no centro da cidade, no coração da cidade de Manaus, num porto de transporte de passageiros, ou seja, um porto turístico, para transportar passageiros do interior do Estado do Amazonas, para navegação regional, assim como para receber os grandes transatlânticos que até hoje chegam à cidade de Manaus.

Ocorre que para esse feito o Governador resolveu investir no porto organizado de Manaus a quantia nada mais nada menos do que R\$35 milhões à época – R\$35 milhões à época – e deu início, assim, a uma concorrência pública no ano de 2001, tendo saído vitoriosa a empresa da família De'Carli.

Ocorre que, em decorrência das inúmeras irregularidades, das inúmeras imoralidades... Porque veja: ele estava transferindo a administração de um porto público em que ele, naquele momento, estava investindo R\$35 milhões para adaptação e modernização para uma empresa privada da família De'Carli.

Então, diante desses fatos absurdos e ilegais, nós tomamos algumas providências. Além de termos feito – e, à época eu era Deputada Federal – inúmeros debates na Câmara dos Deputados, na Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas, nós ingressamos, no ano de 2001, com uma ação popular, uma ação popular que tinha como objetivo anular o resultado da Concorrência nº 01, aquela que transferiu para a iniciativa privada, à custa do erário, a administração do porto organizado de Manaus.

E tivemos, Sr. Presidente, a primeira decisão de mérito perante a 14ª Vara da Justiça Federal aqui de Brasília somente no ano de 2010, uma decisão favorável à nossa ação. A partir dali, os



proprietários dessa empresa privada entraram com inúmeros recursos. E o que se tem, Senador João Alberto, de 2010 até agora? Em 2008, temos a tramitação desses recursos, que são claramente recursos para procrastinar o andamento de um processo tão importante para o erário, porque, além de tudo, nós pedimos a devolução desses R\$35 milhões que foram colocados lá. E, mais, entramos com outras inúmeras denúncias, porque o patrimônio público – que não era estadual, era um patrimônio público federal – foi completamente dilapidado. Maquinários que custavam, à época, R\$400 mil, R\$500 mil foram vendidos por R\$10 mil, R\$5 mil para pessoas amigas da família De'Carli.

Mas, enfim, nós ingressamos, em 2002, com uma denúncia perante o Tribunal de Contas da União, e a denúncia e o processo no Tribunal de Contas da União tomaram o nº 7.582/2002. E o que nós temos? A partir dos julgamentos e das análises promovidas pelo Tribunal de Contas da União e após vários recursos impetrados pelos proprietários dessa empresa privada, o Tribunal de Contas, no ano passado, em 2017, julgou os últimos recursos mantendo o entendimento sempre, mantendo o entendimento de que houve inúmeras e gravíssimas irregularidades na privatização do porto de Manaus. E está prevista para amanhã, Sr. Presidente, dia 23 do mês de maio, uma nova votação, uma votação do parecer, do voto do Ministro Augusto Sherman em relação a esse caso do porto organizado de Manaus, ou seja, nós temos uma grande expectativa de, no dia de amanhã, a partir desse julgamento do relatório do Ministro Augusto Sherman, conseguirmos, pelo menos por parte do Tribunal de Contas da União, tomar uma decisão definitiva sobre a ilegalidade, portanto, a necessidade da anulação dessa tal concessão feita por chamamento público e privatização do porto organizado de Manaus.

Mas, diante de todos esses fatos que estou colocando, Sr. Presidente, nós ficamos surpresos de o Governo do Estado do Amazonas dizer que fez tratativas com o atual Ministro dos Transportes, Dr. Valter Casimiro. E para quê? Porque, nesse período todo, em decorrência desses problemas, a União retomou o porto organizado de Manaus para si, retirando do Governo do Estado do Amazonas. Enquanto o processo tramita na Justiça Federal, no Tribunal de Contas, a União retomou, repito, o porto organizado de Manaus para si. E o Governador Amazonino, novamente Governador do Estado do Amazonas, diz que está em tratativas avançadas com o Sr. Valter Casimiro, Ministro dos Transportes, para retomar novamente o poder sobre o porto de Manaus, que ele, na condição de Governador do Estado, fará investimentos públicos no porto e que a concessão seguirá com a família De'Carli.

Então, veja, acho que o Governador do meu Estado não está acompanhando...

(Soa a campanha.)

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – ... os processos que tramitam tanto no Poder Judiciário quanto no Tribunal de Contas da União.

Acho que o Governador do Estado do Amazonas está sendo enganado, só posso imaginar isso, porque não acredito, não quero crer que, diante de quase um encerramento de um julgamento de mais de uma década no Tribunal de Contas da União em relação a esse processo, ele ainda diz que vai retomar o porto para o Estado do Amazonas e vai manter a concessão com a família De'Carli. Isso é inaceitável, isso é inadmissível, Sr. Presidente.



E não quero aqui fazer nenhum julgamento de valor precipitado. Portanto, quero chegar à conclusão de que ele está enganado, de que ele desconhece todo esse imbróglgio judicial tanto no Poder Judiciário quanto no Tribunal de Contas da União em relação ao porto organizado de Manaus.

(Soa a campainha.)

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – E quem tem que devolver o dinheiro ao Estado é exatamente a família De’Carli, esta sim deve muito dinheiro ao Estado do Amazonas. Não é o Estado do Amazonas que deve investir novamente no porto para que ele continue sendo explorado pela família De’Carli. O que é isso? Nós não podemos aceitar essa inversão de valores. Ou seja, quem tem que pagar ao Estado todo o prejuízo causado até agora é essa família De’Carli, que, além de não ter investido um centavo no porto de Manaus, dilapidou um patrimônio público federal.

Mas, Sr. Presidente, se V. Ex^a me permite, para concluir minha participação neste instante, em mais dois minutos somente, eu quero dizer de mais uma medida provisória assinada por Michel Temer no dia de ontem, publicada *Diário Oficial* de hoje: Medida Provisória 830, que extingue o Fundo Soberano do Brasil...

(Soa a campainha.)

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – ... Fundo Soberano, que foi criado no ano de 2008 e que tinha como objetivo...

E quero ler aqui o que diz a lei de 2008, a Lei nº 11.887, que criou o Fundo Soberano, dizendo que os recursos desse Fundo Soberano deveriam servir para a consecução do objetivo de garantir estabilidade econômica ao nosso País e, mais do que isso, ser utilizados num momento de grave crise econômica.

Pois bem, mais uma vez, através de uma medida provisória, este Governo provisório, ilegítimo, que só governa com medida provisória, assina nova medida provisória, extinguindo o Fundo Soberano – cujos recursos ele não quer utilizar para gerar emprego, não, quer utilizar para transferir para os rentistas, para pagar a dívida pública brasileira.

(Interrupção do som.)

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – Lamento muito que, neste momento de crescimento do desemprego... E novamente digo, relato aqui, registro que o que estamos vivendo, em todas as cidades brasileiras, é algo não só lamentável, mas digno de que medidas urgentes sejam tomadas.

Somente na cidade de Manaus, em frente à Secretaria de Infraestrutura, que publicou um anúncio abrindo 308 vagas de contratação para pedreiros e auxiliares de pedreiros, contrato temporário de trabalho, com um salário mínimo mensal, há desde domingo uma fila quilométrica. Milhares e milhares de homens, pais de famílias, algumas mulheres também, estão enfrentando sol e chuva na fila para conseguir um emprego temporário, para receber um salário mínimo ao final do mês.



Enquanto isso, Michel Temer extingue o Fundo Soberano, para pagar a dívida pública. Tenha paciência.

Obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Eu que agradeço a V. Ex^a, Senadora Vanessa Grazziotin.

Concedo a palavra à Senadora Gleisi Hoffmann, PT do Paraná, para uma comunicação inadiável.

V. Ex^a tem cinco minutos, por gentileza.

A SR^a GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão da oradora.) – Obrigada.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, quem nos acompanha pelas redes do Senado, a imprensa revelou, neste final de semana, um abjeto submundo das delações, coisa que muitos de nós sabíamos. É isto mesmo, uma verdadeira indústria de delação premiada, não só nas delações, mas também em alguns silêncios premiados.

Segundo a imprensa, o advogado Figueiredo Basto, pioneiro das delações, cobrava propina para garantir silêncio seletivo de seus clientes, manipulando depoimentos. Eu e Paulo Bernardo sempre denunciávamos que fomos vítimas dessas manipulações.

A grande ironia disso tudo é que o delator foi acusado por delatores premiados, e Figueiredo Basto agora diz que a palavra de delatores não deve ser considerada. Em outros termos, advogado de delatores descarta a palavra de delatores. Seria uma piada pronta, mas é trágico o retrato de um sistema judicial envenenado e partidarizado.

Figueiredo Basto foi advogado de Alberto Youssef, Pieruccini, Delcídio do Amaral e Pedro Corrêa, todos eles delatores do processo em que me acusam. Aliás, ele é advogado de vários outros delatores. E, se isso for verdade, coloca em risco grande parte da Operação Lava Jato, para não dizer toda ela, em razão de ele estar cobrando propina para fazer delações premiadas dirigidas, com concertação.

Aliás, esse Figueiredo Basto não é mais ninguém do que também assessor do PSDB do Paraná. Isso mesmo. Em 2014, um pouco antes de assumir como advogado dos delatores, ele era assessor no governo de Beto Richa. O então Procurador da República, Rodrigo Janot, em entrevista ao jornal *Folha de S. Paulo*, afirmou textualmente que Figueiredo Basto tinha vinculações com o PSDB e com o ex-Governador do Paraná, Beto Richa, sugerindo motivações eleitorais na movimentação do advogado. Sempre sustentamos isso.

A acusação de Janot já autorizava supor que o fato de sermos do PT e adversários históricos de Richa tenha influenciado na condução das delações dos clientes de Figueiredo Basto. E agora a gente vê que Figueiredo Basto cobrava propina para dirigir as suas delações e fazer concertação, dizendo quando o delator deveria falar e quando o delator deveria se calar.

Isso é muito grave. Nós não aprovamos nesta Casa a Lei de Organizações Criminosas com o instituto da delação para acontecer esse tipo de coisa. Cabe ao Congresso Nacional corrigir os rumos disso. E penso que cabe ao Congresso Nacional, também, investigar o que de fato aconteceu e qual é o papel dos agentes e atores da Lava Jato nesse processo.



E eu não posso aqui terminar o meu pronunciamento sem falar de algo que está movimentando o País, que é o preço da gasolina, o preço do gás de cozinha e o preço do diesel. Nós chegamos, Srs. Senadores, à vergonha de gás de cozinha e compra de combustíveis estarem sendo parcelados – está-se comprando à prestação.

Na época do Lula, sabe o que se comprava à prestação? Casa própria, carro, eletrodoméstico. Na época do Temer, desse golpista, compra-se gasolina, gás. Aliás, muita gente, Senador Capiberibe, está deixando de comprar gás para poder comprar comida, e está cozinhando com fogão a lenha ou então com fogareiro a álcool.

(Soa a campanha.)

A SR^a GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – O número de pessoas queimadas aumentou muito no País.

Isso é um escândalo, é uma vergonha. Tiraram a Dilma, prenderam o Lula para entregar isso ao País. É isso que entregaram ao País. Eu sinto muito subir a esta tribuna para ter que fazer esse registro, mas é o País que nós estamos vivendo: 13 milhões de desempregados, 1,5 milhão a mais de pessoas abaixo da linha da miséria, a dívida pública estourando e um Governo que não consegue sequer conter o aumento da gasolina.

Só para registrar, na época da Dilma a gasolina estava R\$2,6; hoje está R\$5 o litro.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Eu que agradeço a V. Ex^a, Senadora Gleisi Hoffmann.

Concedo a palavra ao Senador Eduardo Lopes, do PRB, do Rio de Janeiro.

V. Ex^a tem dez minutos, por gentileza.

O SR. EDUARDO LOPES (Bloco Moderador/PRB - RJ. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Quero cumprimentar todos que acompanham agora esta sessão, que acompanham a TV Senado, a Rádio Senado, nos acompanham também pelas redes sociais.

Eu quero, em primeiro lugar, registrar aqui que hoje acontece – eu creio que na próxima hora – o sepultamento do nosso Vice-Prefeito, na cidade do Rio Janeiro, o engenheiro Fernando Mac Dowell. Será sepultado hoje no Cemitério João Batista.

Eu não pude comparecer ao velório nem prestar essa última homenagem, lá no próprio sepultamento, devido aos compromissos aqui em Brasília, inclusive com a própria sessão deliberativa de hoje.

Mas eu quero registrar aqui que conheci o Fernando Mac Dowell na eleição para a Prefeitura, em 2016, em que ele foi indicado para ser o Vice-Prefeito do Senador, à época, Crivella, quando alcançamos a vitória e ele se tornou, então, Vice-Prefeito. Tivemos vários momentos, várias conversas, conheci alguns dos seus projetos. Era um engenheiro renomado, inclusive na área de mobilidade urbana. Ele participou de projetos importantes para a cidade do Rio de Janeiro, na questão do metrô, na questão, enfim, da mobilidade.

Ele deixou o seu legado, marcou a sua passagem entre nós com um grande trabalho. Era um homem de uma honestidade ímpar, um homem de uma honestidade inquestionável, um grande



amigo, carinhoso. Então, fica aqui o registro, em primeiro lugar, do falecimento e do sepultamento do nosso engenheiro e Vice-Prefeito do Rio de Janeiro Fernando Mac Dowell.

Falando em Rio de Janeiro – e a Senadora Ana Amélia falou sobre a questão municipalista, sobre a cerimônia de abertura da Marcha dos Prefeitos, aqui em Brasília, promovida pela Confederação Nacional dos Municípios –, eu quero registrar aqui que eu tenho me declarado como um Senador republicano municipalista.

Registro aqui e agradeço, pois, na semana passada, fui contemplado com o título de Parlamentar municipalista destaque pelo Observatório Político do Estado do Rio de Janeiro, em primeiro lugar no *ranking* dos Parlamentares que mais ajudam os Municípios.

Ouvi a Senadora dizer que o nosso Presidente também é um municipalista – foi Governador de Estado, mas é um municipalista – e eu também sou municipalista. Preocupado com os problemas dos Municípios, visito os Municípios, converso com os Municípios. Então, me fizeram essa homenagem, sendo o primeiro no *ranking*, do Estado do Rio de Janeiro, entre os Parlamentares que mais ajudam os Municípios.

Eu sempre digo que os prefeitos têm as portas do meu gabinete abertas. Eu atendo os prefeitos e ajudo os prefeitos, porque a gente sabe que o Município... Na verdade, já há muitos anos, eu falo sobre nós repensarmos o Pacto Federativo. Eu quero levantar realmente essa bandeira, porque, na verdade, a União fica com muito; os Estados ficam com pouco e os Municípios ficam com quase nada.

Eu tomei conhecimento, Presidente, que, desde 2002, se eu não me engano, quando foi criada a Lei de Responsabilidade Fiscal, uma lei importante... Mas hoje eu acho que ela tem que ser atualizada, por alguns pontos que dificultam muito a gestão municipal, inclusive a questão da queda da arrecadação, para manter o mesmo número de pessoal sem infringir a Lei de Responsabilidade. É um verdadeiro malabarismo. Então, estou estudando algum meio para que a gente possa atualizar isso, bem como outras questões da própria Lei de Responsabilidade Fiscal.

Mas o Prefeito Juninho, como eu costumo chamá-lo, o Júnior, de Paty do Alferes, me falava, na sexta-feira, que, desde que foi criada a LRF (Lei de Responsabilidade Fiscal), já foram atribuídas aos Municípios mais 15 ações que eram do Governo Federal e que passaram a ser agora do Município. Então, imaginem: são 15 novas ações com que os Municípios tiveram que arcar e que eram da União, sem, no entanto, mexer na Lei de Responsabilidade Fiscal. Então, os prefeitos, como eu disse aqui, vivem realmente fazendo malabarismo. Eu pedi ao prefeito para me dar a lista dessas 15 ações que hoje são do Município, para que aqui possamos começar a debater sobre isso.

Portanto, com muito prazer, recebi esse prêmio do Observatório Político do Estado do Rio de Janeiro como o primeiro Parlamentar do *ranking*, no Estado do Rio de Janeiro, na questão dos pronunciamentos, das votações e em defesa dos Municípios. Obrigado, então, à Confederação Nacional dos Municípios!

Amanhã, eu participarei da Marcha dos Prefeitos e vou, inclusive, fazer um pronunciamento nessa Marcha dos Prefeitos – eu já os parabenizo.

Ontem, estive reunido com o Presidente da Câmara, Rodrigo Maia. Ele convidou prefeitos para um jantar, exatamente para selarmos essa união em favor do Estado do Rio de Janeiro, porque tanto



o Rodrigo Maia, na Câmara, como eu, no Senado, e a Bancada do Rio, independentemente de partido, estamos unidos em favor do Rio de Janeiro, em favor do Estado do Rio de Janeiro.

Eu fui convidado pelo Presidente Rodrigo Maia, e, segundo informações de hoje pela imprensa, houve ontem ali a presença de 62 prefeitos – de 92 prefeitos do Estado do Rio de Janeiro, 62 prefeitos estavam ali. Tanto o Presidente da Câmara, Rodrigo Maia, como eu, como Senador do Estado, nos dirigimos a esses prefeitos, cumprimentando-os, porque a crise tem esse lado "positivo" – entre aspas, porque nenhuma crise é positiva, é claro, mas eu tenho dito que essa crise pela qual passamos tem um lado positivo. Qual é o lado positivo? A união. Eu nunca atendi tantos prefeitos, independentemente de partido, unidos, buscando soluções para a sua região. Então, isso fortalece o regionalismo, fortalece o municipalismo. Por isso, eles têm todo o meu apoio. Participaram 62 prefeitos desse jantar oferecido, ontem, pelo Presidente da Câmara, nosso companheiro Rodrigo Maia.

Agora, encerrando, eu quero falar um pouco do final de semana. Eu estive presente em várias reuniões e, no sábado pela manhã, estive num encontro de um conselho chamado Copazo, que é o Conselho de Pastores da Zona Oeste do Rio de Janeiro. Ali nós nos dirigimos a eles, dando apoio e parabenizando-os também pelo trabalho evangelístico e pelo trabalho social que realizam, resgatando pessoas das drogas, do vício, levando uma proposta de uma vida melhor.

Ainda pela manhã, na cidade de Itaguaí, eu fui conhecer um grupo de jovens que, através da dança, tem buscado a saída das drogas, da marginalidade e lá eu pude falar um pouco da minha vida, porque eu vim de um lar pobre, com muitos filhos. Sofri discriminações.

Tudo que sumia na casa dos amigos com quem brincávamos – porque eu morava de favor na casa do meu avô, morávamos até num bairro bom, mas nós éramos os patinhos feios daquele bairro, eu e meus três irmãos homens – iam buscar lá na nossa casa.

(Soa a campanha.)

O SR. EDUARDO LOPES (Bloco Moderador/PRB - RJ) – Diziam: "Criança é assim mesmo. Criança, às vezes, esquece e pega." Mas, na verdade, não era isso. Na verdade, é porque acreditavam que, por nós sermos os mais pobres, então nós teríamos ou poderíamos ter o hábito de roubar aquilo que era de outras crianças. Mas não há problema. Foi ali que eu ouvi de uma vizinha que eu e meus irmãos seríamos todos bandidos, mas, naquele momento, eu disse: "Eu vou ser alguém na vida, eu vou trabalhar, eu vou lutar." E estamos aqui. Nem eu nem meus irmãos, nenhum de nós nos tornamos bandidos. Todos somos chefes de família. Mas não há problema. Aquela palavra negativa, aquele preconceito, na verdade, só serviu para me estimular, serviu para me motivar, realmente, a lutar e vencer na vida.

E eu pude levar isso também aos jovens que ali praticavam a dança, inclusive com pais que, pela primeira vez, estavam vendo seus filhos dançarem, com muita alegria,...

(Soa a campanha.)

O SR. EDUARDO LOPES (Bloco Moderador/PRB - RJ) – ... com lágrimas nos olhos, filhos que deixaram a droga ou deixaram de se envolver com a droga.

Então, um abraço para todos em Itaguaí, um abraço para todos lá do Conselho de Pastores da Zona Oeste no Rio de Janeiro.



Também estive – finalizando – na Feira de São Cristovão, a feira de tradições nordestinas no Estado do Rio de Janeiro. Ali pude comer uma carne de sol, um baião – coisa boa, comida boa. Então, um abraço para todos ali da feira de São Cristóvão, a nossa feira de tradições nordestinas. Ali pude encontrar um grupo de senhoras de terceira idade, de Realengo, passeando. Mandei um abraço. E aqui vai um abraço a todos.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Eu que agradeço a V. Ex^a, Senador Eduardo Lopes.

Pela Liderança do Bloco Moderador, concedo a palavra ao Senador Wellington Fagundes, do PR, de Mato Grosso, por cinco minutos.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente João Alberto, meu companheiro de Câmara dos Deputados, agora há pouco conversávamos ali da nossa experiência de ter vivido, inclusive, com o Senador Jonas Pinheiro. E eu tenho a satisfação de estar aqui hoje com o meu companheiro, suplente de Senador e ex-Deputado Jorge Yanai, que assumiu aqui no Senado como suplente do Senador Jonas Pinheiro e que representa, principalmente – ele está ali sentado –, a região norte do Mato Grosso, como a cidade de Sinop, onde temos a satisfação de ter como Prefeita uma companheira do PR, a companheira Rosana Martinelli, que está fazendo um grande trabalho, dando prosseguimento ao excelente trabalho também feito pelo ex-Prefeito Juarez, que era do PMDB, o mesmo Partido do nosso companheiro Jorge Yanai.

Sr. Presidente, eu quero aqui registrar que faleceu hoje, quarta-feira, em São Paulo, o jornalista e escritor carioca Alberto Dines, aos 86 anos. Ele foi um dos mais brilhantes, talentosos e corajosos profissionais da imprensa brasileira, responsável pela renovação da linguagem e da forma de importantes veículos de comunicação no século passado, tais como, entre outros, o carioca *Jornal do Brasil*, em que ele foi editor-chefe de 1962 a 1973, e também a *Folha de S.Paulo*, em que foi articulista e diretor da sucursal carioca.

Dines, como era conhecido, se bateu pela liberdade de imprensa e de opinião numa época em que isso era extremamente perigoso, ou seja, nos anos 1960 e 1970. E, com ousadia e criatividade, por várias vezes, soube driblar o bloqueio da censura prévia, por exemplo quando registrou, no sucinto boletim meteorológico na primeira página do *JB* todo o seu inconformismo com o advento do Ato Institucional nº 5, baixado na sexta-feira, 13 de dezembro de 1968.

Também foi professor convidado da Universidade de Colúmbia, em Nova York, sede da mais prestigiosa escola de Jornalismo do mundo, e também foi secretário editorial do Grupo Abril, período em que morou em Portugal, sendo responsável pelo lançamento da edição local da revista *Exame*.

Combatente pela democracia, Alberto Dines escreveu *Morte no Paraíso*, bela e alentada biografia do escritor austríaco de origem judaica Stefan Zweig, que se refugiou no Brasil durante a Segunda Guerra Mundial, escapando da perseguição nazista, que foi autor de *Brasil, País do Futuro* e que, tendo sido acometido de depressão, pôs fim à própria vida, em Petrópolis.

Em 1994, ele fundou o respeitado centro de estudos, programa de TV e sítio da internet Observatório da Imprensa, posto privilegiado de acompanhamento crítico do jornalismo do Brasil e do mundo.



Em reconhecimento ao seu fecundo trabalho e às suas contribuições humanísticas, Dines conquistou distinções como a Ordem do Mérito das Comunicações no grau Grã-Cruz; o prêmio Jabuti, de Literatura, em 2007; e a Comenda Memorial do Holocausto Austríaco, em 2009.

Desta tribuna, quero enviar as minhas condolências à sua família e à sua legião de amigos, na pessoa de sua mulher, a também jornalista Norma Couri.

Ao mesmo tempo, quero aqui proclamar a minha esperança de que a vida e a obra de Alberto Dines continue sendo uma fonte inesgotável de inspiração aos profissionais de imprensa de todas as gerações, bem como a todos nós, leitores e admiradores, que, com ele, aprendemos a compreender melhor a vida, o Brasil e o mundo.

Sr. Presidente, quero aqui também registrar com satisfação que, agora pela manhã, também estive na Marcha dos Prefeitos, que acontece aqui em Brasília. Em todas as marchas estive presente.

Parabenizo o Presidente que agora encerra o seu mandato, depois de 21 anos, da Confederação Nacional dos Municípios, o Paulo Ziulkoski. Agora assumiu o Glademir Aroldi. Eles construíram, edificaram uma grande sede da Confederação Nacional dos Municípios.

Cumprimento todos os prefeitos, em especial do meu Estado, em nome de Neurilan Fraga, o Presidente da Associação Mato-Grossense dos Municípios.

Quero dizer que esse evento, Sr. Presidente, significa mais um passo importante na consolidação do movimento municipalista, que busca o fortalecimento da autonomia dos Municípios, a partir de iniciativas políticas e técnicas capazes de gerar excelência na gestão para se atingir, na plenitude, a qualidade de vida da nossa população.

Na abertura, hoje, estive lá o Presidente Michel, e pudemos ouvir...

(Soa a campanha.)

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT) – ... com muita atenção a história desse movimento e suas marchas, das quais, com muita honra, tenho o prazer de ter participado de todas elas como homem público que entende que é no Município que tudo acontece; é no Município em que se geram as oportunidades e onde estão depositadas, pelo cidadão, as esperanças de dias melhores.

Agora à tarde, Sr. Presidente, estarão na Marcha dos Prefeitos vários candidatos a Presidente da República – aliás, pré-candidatos, porque ainda estamos na fase da pré-candidatura – para ouvir o reclamo dos prefeitos e, claro, para cada um colocar as suas intenções e as suas plataformas.

Creio que seja, seguramente, também um momento de firmar compromissos com quem deseja governar a nossa Nação; alguns muito relevantes, como, por exemplo, a reforma tributária, sem dúvida nenhuma essencial, porque a nossa condição tributária de alta...

(Interrupção do som.)

(Soa a campanha.)

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT) – ... uma tributação extremamente complexa. Nós temos que buscar simplificar tudo isto.

Por isso eu quero aqui lembrar que a Constituição de 1988 promoveu significativa descentralização de recursos, mas, infelizmente, a regulamentação não aconteceu no seu devido



tempo. Portanto, aquilo que está previsto na Constituição, que era uma repartição em que seriam destinados aos Municípios 22% de tudo o que se arrecadasse, não acontece.

Até pouco tempo atrás, esses cinco mil e tantos Municípios recebiam menos que 15%. E foi exatamente com a nossa luta – e tenho certeza de que V. Ex^a é um entusiasta desta causa – que já conseguimos ampliar e hoje está chegando a algo em torno de 18%. Mas ainda é muito pouco, porque foram criados muitos programas, cujas responsabilidades recaem para os Municípios, ou seja, o Governo Federal cria, mas os recursos não chegam, tanto é que hoje muitos Municípios passam por dificuldades. E no meu Estado...

(Interrupção do som.)

(Soa a campanha.)

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT) – ... as dificuldades são maiores, porque o Governo...

O Estado do Mato Grosso, Sr. Presidente João Alberto, é um dos únicos Estados do Brasil que tem aumentado a sua arrecadação, mas, infelizmente, por falta de uma gestão eficiente, uma gestão eficaz, uma gestão com diálogo, o nosso Estado está em situação caótica. A saúde é um caos.

Nós da Bancada temos feito a nossa parte. No ano passado, colocamos R\$100 milhões em emenda impositiva para tentar amenizar o problema das filantrópicas, dos hospitais regionais. Foi feito um compromisso com o governo do Estado, mas infelizmente o governo não honrou o que assinou com a Bancada, dizendo ele – um absurdo – que não tinha compromisso com as filantrópicas.

Ora, todos sabem que são as filantrópicas que prestam os serviços relevantes à sociedade a um custo muito mais baixo. As santas-casas de misericórdia e todos os hospitais...

(Interrupção do som.)

(Soa a campanha.)

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT) – ... sem dúvida nenhuma, muito respeito e, claro, apoio para continuarem o trabalho.

Sr. Presidente, gostaria de dar como lido, como fazíamos na Câmara, mas aqui não é o costume. Mas quero registrar que esta causa do municipalismo chega a ser uma obsessão minha. E o meu compromisso, inclusive sou pré-candidato a Governador, é com a causa municipalista.

Eu acho que essa concentração tão forte dos recursos na mão do Governo Federal, do Governo do Estado faz com que esses recursos não cheguem verdadeiramente lá ao cidadão, na ponta. Por isso nós estamos vivendo essa crise, a crise da saúde, a crise da segurança, a crise da falta de geração de emprego. Então, os impostos pagos pelo cidadão têm que chegar à ponta, lá onde é mais possível ser fiscalizado, lá onde estão os prefeitos, os vereadores e a comunidade.

(Interrupção do som.)

(Soa a campanha.)

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT) – Por isso sou um entusiasta também da vida comunitária. *(Fora do microfone.)* Aliás, a maioria dos crimes elucidados no Brasil se dá exatamente através da comunidade. Quando se vê no seu vizinho algo



estranho e quando se comunica à polícia, tudo isso facilita. Por isso a comunidade, o cidadão lá na ponta é fundamental.

Por isso eu quero aqui parabenizar, mais uma vez, a Marcha dos Prefeitos. Lá havia hoje quase 4 mil prefeitos. Estaremos lá hoje, amanhã e depois para ouvir ainda os presidentes. Amanhã estará o Presidente Eunício, representando o Congresso Nacional e todos nós, Senadores; estará o Presidente da Câmara dos Deputados, e lá nós vamos abordar... Inclusive, fui convidado para tratar do tema de que fui relator aqui numa comissão especial, que é a regulamentação da Lei Kandir. Nosso relatório, Sr. Presidente, prevê que aquilo que é hoje 1,9 bilhão passe para

(Interrupção do som.)

(Soa a campanha.)

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT) – ... 39 bilhões. Há um compromisso do Governo Federal... Vou concluir, Sr. Presidente. Há um compromisso do (*Fora do microfone.*) Governo Federal de compensar os Estados que estão fazendo seu dever de casa, os Estados que estão exportando, os Estados que estão ajudando o Brasil para que possa melhorar nossa balança comercial.

E aí praticamente todos os Estados serão beneficiados, em especial, claro, o meu Estado de Mato Grosso, que é o Estado que tem mais exportado as *commodities* agropecuárias, mas também Minas Gerais, com as *commodities* agrícolas, o Pará, enfim, os Estados do Sul, do Centro-Oeste, todos eles precisam ser compensados por esses esforços para melhorar a nossa balança comercial.

Agradeço a paciência de V. Ex^a, Senador João Alberto, e tenho certeza de que V. Ex^a também comunga com essas ideias municipalistas, que eu creio que são o caminho para melhorar a qualidade de vida de toda a população.

Muito obrigado.

DISCURSOS NA ÍNTEGRA ENCAMINHADOS PELO SR. SENADOR WELLINGTON FAGUNDES.

(Inseridos nos termos do art. 203 do Regimento Interno.) (Vide item 2.1.3 do Sumário)

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Eu que agradeço a V. Ex^a, Senador Wellington Fagundes.

Concedo a palavra à Senadora Ângela Portela, PDT, de Roraima.

Por dez minutos, Excelência.

A SR^a ÂNGELA PORTELA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Obrigada, Sr. Presidente.

Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras, nos últimos dias só se fala, no Brasil inteiro, no aumento do preço da gasolina, do diesel e do gás de cozinha. A questão está dominada na pauta da mídia nacional, mas o impacto sobre o bolso das pessoas já ocorre há vários meses. Faz algumas semanas, eu alertei aqui, desta tribuna, para o gravíssimo impacto dessa alta sobre a vida dos brasileiros.

Por onde ando em meu Estado de Roraima ouço pedidos para fazer alguma coisa. Estive, no final de semana, no Município de Rorainópolis, um dos Municípios mais bonitos da região sul do Estado, e a situação é preocupante. Os moradores dependem de carro, de moto, de caminhão, para percorrer as vicinais para se locomover pela região do Estado. Quem pode pagar R\$5 por um litro de



gasolina? Quem pode pagar R\$80 por uma botija de gás? Muitos brasileiros estão trocando o gás pela lenha.

E aí eu lembro aqui o *slogan* genial criado pelo Governo: "O Brasil voltou 20 anos em dois." Estamos voltando ao tempo do forno de lenha. Essa manhã houve protestos de caminhoneiros em pelo menos 18 estados. Pressionada pela revolta da população, a Petrobras anunciou uma redução de 2% do preço nas refinarias. Isso representa R\$0,04, Sr. Presidente, é muito pouco R\$0,04.

Queria lembrar aos Senhores alguns fatos. Em junho do ano passado, Temer e seu Ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, decidiram duplicar a alíquota do PIS/Cofins sobre a gasolina. Da noite para o dia, o litro da gasolina ficou R\$0,41 mais caro, e o litro do diesel, R\$0,21 mais caro. E por que aumentou? Para arrecadar R\$10 bilhões. Tiraram do bolso de quem não pode se defender, para cobrir o rombo fiscal, que eles diziam que iam diminuir e só aumentaram. Existe até uma campanha dos donos de postos, com o seguinte *slogan*: "O problema não é o posto. É o imposto."

Agora, o que diz o Sr. Meirelles, que saiu do Ministério para ser pré-candidato deste Governo à Presidência da República? Abro aspas: "Caso eleito em outubro, vamos diminuir os impostos sobre o combustível". Fecho aspas. Isso, ele disse ontem, lá em Belo Horizonte. Custo a crer, Sr. Presidente. Então a gasolina só vai baixar se o povo votar nos mesmos políticos responsáveis pelo preço alto da gasolina? Maior que o preço da gasolina, só a cara de pau dessas pessoas, desse Governo.

Este Senado Federal, pela figura do Presidente, Senador Eunício Oliveira, convocou uma comissão mista para debater formas de reduzir o preço da gasolina. Eu me pergunto se o Líder do Governo nesta Casa, apoiador número um do Governo Temer, comparecerá a essa comissão para se explicar, para explicar por que a gasolina, que dois anos atrás custava R\$2,60, agora bate nos R\$5,00. Provavelmente ficará quieto como está quieto neste momento. Ou então vai tentar culpar o Governo anterior, do qual também foi Líder.

Só que os brasileiros não querem desculpas. Os brasileiros querem ação.

Os brasileiros exigem a redução imediata dos impostos injustos que recaem sobre o combustível.

Sr. Presidente, não queria falar apenas sobre coisas tristes, lamentáveis. Também tenho a alegria de dizer que os servidores de Roraima foram enquadrados. Quero expressar a minha imensa alegria com o grupo de enquadramento de servidores federais em Roraima na carreira de Policial Civil. Eles tiveram seus nomes publicados no *Diário Oficial da União*, nessa segunda-feira. São servidores que desempenharam trabalho de natureza policial na Secretaria de Segurança na época da transformação e instalação do Estado de Roraima, de ex-território para Estado. Então, o enquadramento destes servidores federais de Roraima na União é uma vitória chamada reconhecimento de um direito há muito tempo negado pelo Poder Público Federal, pela Administração Federal.

Orgulho-me de ter contribuído para essa vitória, com uma emenda Parlamentar de minha autoria que propiciou o enquadramento nos cargos da carreira policial civil. Trabalhei junto à Deputada Dalva Figueiredo para incluir o texto com esse direito na PEC nº 111, de 2011, e garantir a sua aprovação tanto na Câmara quanto no Senado.

Nessa luta, articulei conversas com Parlamentares, solicitei audiências com ministros, me reuni com dirigentes sindicais e servidores e monitorei passo a passo esse processo. Agora, os beneficiados



podem finalmente comemorar o momento de terem em mãos os merecidos contracheques, que vão garantir o pagamento do subsídio do cargo, que chega a R\$17.800,00. Que coisa boa!

Então, quero parabenizar todos os agentes de polícia, entre eles: Antônio Pereira da Silva, o querido Pai Careca; Augusto Lopes Oliveira; Gleison Oliveira Nascimento; João Juno do Nascimento Milenas; José Paulo do Nascimento Milenas; Josefa Brito de Almeida; Maria Lenice Rodrigues; Oquilder Reis da Silva; Osvaldo Jesus Oliveira Lima Júnior; e Ronaldo Luiz de Souza.

Também parabenizo o servidor Carlos Alberto Torres dos Santos, que foi enquadrado no cargo de Guarda de Presídio, e a servidora Maria Jucineuda Lima Sobral de Barros, nossa querida Neuda, que foi enquadrada como Escrivã de Polícia Civil.

Estou muito feliz por isso, porque a luta foi intensa, a luta dos servidores, a nossa luta, pois apresentamos essa emenda que beneficia esses servidores.

Faço aqui mais uma cobrança à Comissão Especial dos Ex-Territórios, ao Ministério do Planejamento, que agilize a análise dos processos dos outros servidores, que estão na mesma situação, em situação semelhante a esses que já foram beneficiados.

Quero reafirmar aqui, junto aos servidores, que vamos continuar juntos nessa batalha para que todos sejam beneficiados.

Então, Sr. Presidente, não posso deixar aqui de dar o meu abraço especial principalmente ao meu amigo Antônio Pai Careca, que por inúmeras vezes aqui, veio aqui ao Senado Federal, à Câmara dos Deputados, numa articulação intensa com os líderes sindicais, pressionado os Parlamentares, fazendo toda essa negociação, esse diálogo. Felizmente, os servidores da Secretaria de Segurança Pública que prestaram serviço no ex-Território no período de 1988 a 1993 já foram enquadrados. E, se Deus quiser, até junho, receberão os seus salários, os seus contracheques da União.

Então, é motivo de muita alegria, de muita satisfação quando vemos esses servidores que lutaram quase 30 anos agora sendo beneficiados.

Essa luta – quero dizer a todos – eu vou continuar junto com vocês para que os outros servidores que também estão esperando esse enquadramento possam ser reconhecidos.

A nossa luta é intensa, mas certamente ela será vitoriosa.

Era isso, Sr. Presidente.

Muito obrigada.

(Durante o discurso da Sr^a Ângela Portela, o Sr. João Alberto Souza, 2^o Vice-Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Cássio Cunha Lima, 1^o Vice-Presidente.)

O SR. PRESIDENTE (Cássio Cunha Lima. Bloco Social Democrata/PSDB - PB) – Agradeço, Senadora Ângela, pela observância do tempo, como sempre. É uma característica de V. Ex^a, colaborando sempre com os andamentos dos trabalhos.

Concedo a palavra ao Senador João Capiberibe.

V. Ex^a tem a palavra pelo tempo regimental.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - AP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Sr. Presidente.



Cumprimento V. Ex^a, cumprimento os telespectadores, os ouvintes da Rádio Senado, os Srs. Senadores e as Sr^{as} Senadoras.

Nesse dia 27 próximo, completam-se nove anos da Promulgação da Lei da Transparência, a Lei Complementar nº 131, de 2009.

Durante muitos anos, o Estado brasileiro vivia de costas para a sociedade, não se sentia na obrigação de prestar contas dos recursos que arrecada de impostos de cada brasileiro, de cada brasileira.

As primeiras leis que tornaram o Estado brasileiro mais transparente foram a LRF, de 2001, a Lei de Responsabilidade Fiscal, que, na verdade, foi uma exigência do mercado financeiro, para que sobrasse dinheiro para honrar os compromissos da dívida pública; e a lei de nossa autoria, a Lei da Transparência.

Ela foi aprovada, no Senado, em 2004. Em novembro de 2004, esta Casa aprovou por unanimidade essa proposta, esse projeto de lei, que daqui seguiu para a Câmara. No dia 5 de maio de 2009, com 389 votos favoráveis, de todos os partidos, nenhum voto contrário e apenas uma abstenção, ela foi aprovada na Câmara Federal. E o Presidente Lula sancionou a lei no dia 27 de maio de 2009. Portanto, nesse próximo dia 27 de maio, faz nove anos a sua promulgação.

A lei previa o seu cumprimento de maneira escalonada: um ano para a União, os Estados, o Distrito Federal e Municípios com mais de 100 mil habitantes; dois anos para os Municípios que tenham entre 50 mil e 100 mil habitantes; e quatro anos para os Municípios com menos de 50 mil habitantes.

Veja, Sr. Presidente, essa é uma lei que, evidentemente, causou algumas polêmicas no processo da sua execução, principalmente no que se referia à publicidade dos salários de servidores públicos. Algumas categorias entraram na Justiça para suspender a obrigatoriedade, mas a lei é clara. A Lei da Transparência diz que todos os gastos públicos terão que ser feitos diante dos olhos dos pagadores de impostos.

E aí, hoje, todos conhecem. Nós conhecemos os nossos salários, os cidadãos todos sabem dos nossos salários aqui, no Senado, dos nossos gastos detalhados, os da Câmara federal, do Judiciário.

Há muita polêmica envolvendo os salários de juízes, que, através da transparência, se revelaram salários astronômicos. Até hoje você encontra, nos portais de transparência dos tribunais de justiça, salários acima de R\$100 mil por mês. Então, são salários, realmente, que chamam a atenção. São remunerações altíssimas num País em que o salário mínimo é de R\$965.

Então, essa lei foi muito importante. Agora, vejam, precisamos dar um salto adiante, já que temos disponíveis todas as informações nos portais de transparência dos entes públicos. Ao longo desses nove anos, essa lei avançou muito. Hoje, a lei tem uma aplicação que eu diria que atende a 80% do previsto. Então, 80% dos entes públicos estão cumprindo corretamente. E vamos continuar avançando. Agora, a gente precisa dar um salto adiante, ou seja, mobilizar a sociedade, para exercer o controle social dos gastos públicos.

Nós aprovamos aqui, no Senado, o PLS nº 325, de 2017 – aprovamos por unanimidade. Ele está agora na Câmara Federal, já com um requerimento de urgência aprovado. E aí eu faço um apelo ao Presidente Rodrigo Maia, faço um apelo ao PSDB, que é o Partido de quem nos preside, neste momento. Sr. Presidente, eu faço um apelo. E já conversei com o Líder do seu Partido, e eles



estão de acordo em aprovar o projeto de lei da gestão compartilhada, que institui o acompanhamento, na execução de obras, serviços públicos, compras governamentais, por grupos organizados em aplicativos. Então, o cidadão vai poder acompanhar de perto.

E tenho uma notícia alvissareira: em um Município da Paraíba, pertinho de João Pessoa – o Município do Conde –, a Câmara de Vereadores do Conde aprovou a lei da gestão compartilhada. Eu queria aqui manifestar a minha alegria e também parabenizar a Prefeita Márcia Lucena pela aprovação. Ela apresentou o projeto e está fazendo uma cartilha – eu li no Facebook da Prefeitura do Conde – para orientar os munícipes a fazer o acompanhamento das obras, das compras da Prefeitura. Então, é o primeiro Município do País a aprovar a lei da gestão compartilhada.

Eu espero que os Líderes da Câmara Federal... Já está tudo pronto, inclusive, com o requerimento de urgência aprovado. Está no plenário da Câmara. Tenho conversado com os Líderes dos partidos.

Apelo a V. Ex^a, Senador, para conversar com o Líder do seu Partido. Eles me recebem muito bem. Eu tenho convicção de que o PSDB vai apoiar e, também, não só apoiar, mas vai trabalhar para aprovar esse projeto que é um salto da cidadania. É um projeto que permite a mobilização da sociedade.

Sabemos que nós estamos submetidos a uma enorme descrença. Nós, representantes políticos, estamos vivendo uma crise tremenda, uma crise de distanciamento das nossas bases. Então, quando a gente aprova uma proposta como essa, que permite ao cidadão participar e influenciar os destinos do Estado, a gente se aproxima da sociedade e, certamente, ela passa a nos reconhecer e a nos olhar com outros olhos.

Portanto, eu estou trabalhando na Câmara. A Deputada Janete está lá; o nosso Líder da Bancada do PSB, na Câmara, o Deputado Júlio Delgado está empenhado na sua aprovação, porque esse é um projeto importantíssimo.

Há algumas pessoas que argumentaram que isso vai causar prejuízo aos Prefeitos. Ao contrário, a Prefeita Márcia Lucena, quando tomou conhecimento do projeto, disse: "Isso aqui para nós é um achado, porque vai permitir à Prefeitura se aproximar do cidadão e vai permitir ao cidadão influenciar diretamente a nossa gestão na Prefeitura".

Portanto, eu queria, neste nono ano da Lei da Transparência, falar do benefício dessa lei. Essa lei trouxe uma possibilidade de acompanhamento do cidadão, de acompanhar, de conhecer, de se informar das receitas públicas e, também, das despesas públicas. Isso é um fator muito importante. Depois dela – essa é uma lei aberta que obriga o Estado a prestar informação –, logo em seguida, em 2011, nós aprovamos a Lei de Acesso à Informação, que foi uma iniciativa do Poder Executivo. Mas como a gente já tinha aplainado o caminho, não foi difícil aprovar a LAI. Muita gente confunde as duas leis, são completamente diferentes. A LAI é uma lei passiva, ou seja, o Estado exige que você demande a informação. A Lei da Transparência é uma lei ativa. O Estado se obriga a prestar informação.

Portanto, encerro por aqui, Sr. Presidente, uma vez mais recorrendo a V. Ex^a, que é Líder do PSDB – eu tenho conversado com alguns Líderes do PSDB para ver se a gente ajuda no processo de aprovação –, para que V. Ex^a converse lá com o PSDB da Câmara, para a gente dar mais essa contribuição ao cidadão brasileiro.



Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Cássio Cunha Lima. Bloco Social Democrata/PSDB - PB) – Pode contar, Senador Capiberibe, com o meu empenho. Inclusive, quando V. Ex^a desfraldou aqui o trabalho de instalação da Comissão de Transparência, contou com o meu apoio.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - AP) – É verdade.

O SR. PRESIDENTE (Cássio Cunha Lima. Bloco Social Democrata/PSDB - PB) – À altura, eu estava como Líder do PSDB aqui, no Senado. Vamos fazer todas as gestões perante a Liderança e a Bancada do PSDB na Câmara, para que possamos avançar também nesse aspecto.

Cumprimento V. Ex^a pela oportunidade do pronunciamento.

Concedo a palavra ao Senador Jorge Viana, que dispõe do tempo regimental, para o seu pronunciamento, de dez minutos.

Tem V. Ex^a a palavra, Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, caros colegas Senadores e Senadoras, hoje é o Dia da Biodiversidade. É um dia muito importante. Penso que, quando trabalhamos a ideia de um Planeta sustentável, nós trabalhamos a ideia da vida no Planeta.

Eu, obviamente, farei oportunamente um pronunciamento mais sobre essa questão vinculada a uma agenda que, hoje, o Congresso debate e que, de alguma maneira, põe em risco essa biodiversidade, põe em risco a vida no Planeta e nos leva para o século passado, em vez de nos ajudar a nos firmar no século XXI.

Defender o meio ambiente, defender a biodiversidade, defender a vida é defender também uma economia que tenha futuro, que seja sustentável, que possa fazer o Brasil ser competitivo. Não tem mais volta esse caminho, porque o consumidor, nós todos estamos mais conscientes. Queremos também colaborar com a nossa saúde, adotando comportamentos e tomando atitudes que parem de pôr em risco as nossas vidas, comendo melhor, procurando saber a origem dos produtos, tendo um consumo saudável e responsável.

Então, fica aqui o registro, Sr. Presidente, por essa data em que se comemora o Dia da Biodiversidade.

O Brasil, que cumpre um papel importante, pois tem 20% da biodiversidade do Planeta, tem uma responsabilidade um pouco maior. Eu trago esse tema, que é um tema do presente, do futuro e é algo, para mim, da maior importância, quando pensamos a médio e a longo prazo.

Mas, Sr. Presidente, Senador Cássio Cunha Lima, que está aqui, eu queria dizer que não poderia deixar de trazer a grande discussão que o Brasil inteiro faz na televisão, no rádio, nas esquinas, nas conversas, no noticiário e que chegou, tardiamente, ao Congresso Nacional. Refiro-me à inaceitável política do Governo Temer de afrontar os brasileiros com os constantes aumentos de combustível, uma coisa que beira a provocação. Agora, o que houve? Os caminhoneiros pararam, não aceitando mais trabalhar ou pagar para trabalhar. Não há explicação.

Eu vim à tribuna dezenas de vezes. Toda vez que vou ao meu Estado – e vou toda semana, Senador Maranhão, pego um barco, ando pelos rios, vou aos Municípios, converso com as pessoas nas esquinas, vou ao mercado –, as pessoas falam: "Jorge [lá ninguém me põe nenhum prenome, ainda



bem; sou só o Jorge, mesmo tendo sido Prefeito, Governador, Senador], não é possível tanto aumento, o aumento do combustível, da gasolina, do óleo diesel, do gás de cozinha."

As pessoas estão voltando para o carvão e para a lenha. Fui outro dia a Porto Acre e vi lá um empreendedor. Eu estava conversando com ele, que me disse: "Olhe, eu agora não estou mais dando conta; estou trabalhando muito, produzindo muito." Eu disse: "Mas você não é carvoeiro? Trabalha e produz?" Ele falou: "Pois é, agora aumentei os meus fornos e estou produzindo." Ele estava lá trabalhando num sábado. Interessante! Muita gente está largando o gás, por causa do preço, e voltando para o carvão, voltando para a lenha. Isso é uma constatação de norte a sul deste País, e, no Nordeste, não é diferente.

Eu fico pensando comigo como é que a ficha não cai. Será que não viram que a história da Petrobras, mesmo tendo problemas que poderiam ter sido enfrentados e vencidos de outra maneira... De fato, o pano de fundo que está por trás disso é que tomaram de assalto a Petrobras – tomaram de assalto. Vamos ser sinceros! Estão vendendo agora, por preço de banana, ativos importantes e pararam os investimentos. Mesmo assim, dizem: "Mas houve um lucro de 6 bilhões, 7 bilhões." O lucro de 6 bilhões, 7 bilhões é de recursos que vieram da venda, por preço de banana, do patrimônio do povo brasileiro, uma ação criminosa dos que hoje mandam neste País e que se esconderam atrás da ideia de combate à corrupção. Combate à corrupção? Dizem, por exemplo, que, na privatização da Eletrobras, há um acordo de 30 anos de mesada para os que estão na linha de frente – 30 anos de mesada.

Queria que houvesse manifestação do Ministério Público, do Tribunal de Contas da União. Não é possível que um governo que não tem apoio de ninguém – a não ser aqui dentro do Congresso, na hora das votações –, que não tem apoio do povo... Eu vi aqui o Presidente do MDB fazer um discurso dizendo que a Presidente Dilma não podia governar porque só tinha 15%, 20% de apoio. Este Governo tem quanto? E está tomando as medidas mais duras contra os brasileiros e contra o nosso País.

Hoje, os caminhoneiros estão parados no Estado de V. Ex^a, Senador Lasier. Os caminhoneiros estão lá denunciando que estão pagando para trabalhar. E aí alguns dizem: "Mas isso é herança do governo Dilma." Não é, não! A gasolina e o óleo diesel eram bem mais baratos do que hoje, assim como o gás.

Olhem, vou dar um exemplo que, às vezes, parece que as pessoas não gostam de lembrar: "Ah, mas são os impostos." É verdade. O Governo Temer aumentou, no ano passado, o PIS e Cofins para arrecadar 10 bilhões a mais – e arrecadou 10 bilhões a mais, só que ninguém sabe onde foram gastos – à custa do aumento de combustível. Só com esse aumento, essa alteração que foi dada, há um aumento que o contribuinte está tendo que pagar no preço da gasolina e do combustível. Se pegarmos abril do ano passado, custava 4,23. Agora é 4,80 – 4,80! "Ah, mas a inflação está abaixo de cinco." Para quem? Uma inflação que é decorrente do desmonte da economia do Brasil, de tirar o direito do brasileiro de consumir, de viajar, de fazer um churrasco no fim de semana, de convidar os vizinhos e parentes para comer. A maioria do povo brasileiro gastou, está gastando as economias, está endividado. Pagamos um juro absurdo de cartão de crédito e o juro bancário, que é criminoso. Por quê? Porque se desmontou a estrutura bancária do País e hoje nós temos o Banco Santander, o Itaú, o Bradesco, mais a Caixa e o Banco do Brasil. Eles formam um esquema bancário. E os



privados têm quase 85% a 90% de todo o movimento bancário do País. Nenhum país do mundo adota esse sistema, nenhum país do mundo. E aí nós somos reféns. Não há saída para o brasileiro.

E quais são as consequências de um Governo que é fruto de um golpe parlamentar, de uma ação de intolerância com a democracia? Tira-se a Presidente Dilma – até hoje não se provou absolutamente nada contra ela, muito menos aquela base do *impeachment* – e, no Palácio, os ministros dos apartamentos cheios de dinheiro...

(Soa a campanha.)

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – ... das malas transitam nas ruas. E quem está pagando caro pelo Governo que nós temos hoje são os brasileiros, especialmente aqueles que menos podem.

Eu queria dizer, Sr. Presidente, que, se no Acre ainda tivéssemos esse preço de gasolina, de óleo diesel e de gás de cozinha, estava até razoável, mas nós somos tratados como brasileiros de segunda classe. Eu não vou parar de defender o povo do Acre. Senador Lasier, há Município no Acre em que custa R\$10 um litro de gasolina agora, R\$10.

As pessoas prosperaram na época do Lula. Todo mundo que trabalhou cresceu. Houve um crescimento enorme. Houve ano que cresceu 7,5%. Compraram barco, compraram motor, compraram uma moto, compraram um carrinho usado. Agora não podem usar nem a moto, nem o carro usado, nem o motor, porque não têm dinheiro para pôr combustível. Sabe quanto...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Cássio Cunha Lima. Bloco Social Democrata/PSDB - PB) – Eu vou encarecer, Senador Jorge, que V. Ex^a possa concluir o pronunciamento. Vou-lhe conceder mais um minuto, o.k.?

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Já concludo, Presidente.

Um bujão de gás custa no Município de Santa Rosa, próximo da fronteira com o Peru, R\$250, graças à ação deste Governo, que, lamentavelmente, conta com o apoio de uma classe política que não está sensível aos interesses verdadeiros do povo brasileiro.

Respeito muito os colegas que são de oposição, que têm uma posição diferente. Por isso, proponho vários requerimentos pedindo explicação da Agência Nacional de Petróleo, pedindo explicação do Ministério de Minas e Energia, propondo que tenhamos aqui uma sessão temática para discutir os verdadeiros interesses do povo brasileiro. Isto afeta todo mundo: essa política do Temer de desmontar a Petrobras e meter a mão no bolso dos brasileiros, com a gasolina, o óleo diesel e o gás de cozinha mais caros do mundo, quando tivemos um aumento da produção do pré-sal de...

(Interrupção do som.)

(Soa a campanha.)

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Dez segundos.

Querida, Sr. Presidente, dizer que é muito importante que todos nós, sejam Deputados Federais, sejam Senadores, nos juntemos e façamos aqui uma sessão temática para debater os verdadeiros



interesses dos caminhoneiros que estão parados, que estão pagando para trabalhar, dos agricultores, dos produtores, que agora vão ter seus produtos mais caros na mesa do povo consumidor por conta desse escandaloso esquema dentro da Petrobras, de meter a mão no bolso dos brasileiros com os preços mais caros proporcionais que a Petrobras já teve para o custo da gasolina, do óleo diesel e do gás de cozinha.

Obrigado, Sr. Presidente, pela extensão do tempo.

O SR. PRESIDENTE (Cássio Cunha Lima. Bloco Social Democrata/PSDB - PB) – Agradeço ao Senador Jorge. E comungo com V. Ex^a em relação a este tema da gasolina, que paralisou o Brasil. É um absurdo o que está acontecendo. Não há como ficar calado diante disso tudo. Portanto, é preciso que o Governo reveja essa política equivocada de aumentos diários no preço do combustível, sob pena de o Brasil continuar paralisado como está.

Concedo a palavra ao Senador José Maranhão.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB - RO) – Pela ordem, Sr. Presidente, enquanto o Senador Maranhão se dirige à tribuna.

O SR. PRESIDENTE (Cássio Cunha Lima. Bloco Social Democrata/PSDB - PB) – Antes, pela ordem...

Senador José Maranhão, concedo a palavra a V. Ex^a e, enquanto V. Ex^a se dirige à tribuna, pela ordem, o Senador Valdir Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB - RO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Eu tive vontade de fazer um aparte ao Senador Jorge Viana, mas já estava concluindo o seu pronunciamento.

Enquanto o Senador sobe à tribuna, eu vou falar um pouco sobre este assunto também.

Eu falei hoje, na Comissão de Infraestrutura do Senado Federal, numa reunião pela manhã, que ninguém aguenta mais, Senador Jorge. Ninguém aguenta mais.

Qual a comparação que eu faço? Os juros estão caindo, e os bancos estão tendo altos lucros. A inflação nunca esteve num nível tão baixo nos últimos 30 anos, como está agora. Se a inflação está baixa e os juros estão caindo, Senador Maranhão, por que a gasolina está com essa disparada de alta que não para mais?

Eu cheguei até a pensar, Presidente Cássio Cunha Lima, alguns meses atrás, que deveria haver uma escalada de baixa e não de alta. E não para de subir. Quando eu imaginava que haveria uma escalada de baixa no preço do combustível, o combustível não para de subir.

Aí vêm aqueles vídeos para poder, inclusive, tirar onda com os políticos, em que se carregam carretas de combustível nas refinarias no Brasil e levam para a Bolívia a centavos de real o litro dessa gasolina.

Então, não dá. Eu acho que chegou ao limite extremo. Essa paralisação que está acontecendo hoje nas rodovias até demorou, porque ninguém aguenta mais. A verdade é essa. Não é razoável, não está sendo razoável o preço dos combustíveis no Brasil hoje.

Então, quero aqui colaborar, contribuir com a fala do Senador Jorge Viana.

Eu sou da Base do Governo, mas eu tenho de me contrapor àquilo que é contra a grande maioria da sociedade brasileira. E essa questão da escalada da alta do preço do combustível é contra a grande maioria da população brasileira. Essa é a verdade.



Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Cássio Cunha Lima. Bloco Social Democrata/PSDB - PB) – Senador José Maranhão, tem V. Ex^a a palavra pelo tempo regimental de dez minutos.

O SR. JOSÉ MARANHÃO (Bloco Maioria/PMDB - PB. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, eu vou trazer mais um pronunciamento na mesma linha do que fez o Senador Jorge Viana e, agora, o Senador Valdir Raupp.

Eu acho que, aqui, cabe o provérbio: "Água mole em pedra dura tanto bate até que fura."

Vamos juntar aqui a indignação da Bancada do Governo à Bancada da oposição, porque o problema para o povo brasileiro é um só. Tanto está sofrendo o eleitor que votaria ou que vota nos partidos de Governo como o eleitor que vota na oposição. Então, não podemos estabelecer aqui um *apartheid*, um muro entre os que se situam na Bancada de oposição e os que se situam na Bancada de Governo.

Os recentes aumentos dos preços da gasolina, do diesel, do gás, enfim, dos derivados de petróleo, chamam a atenção da sociedade e ecoam aqui neste Parlamento.

Hoje, o tema é pauta de destaque nos principais jornais do País, que apontam o rompimento pelos Estados Unidos do acordo com o Irã e o recuo acentuado na produção de petróleo na Venezuela como principais fatores para a diminuição da oferta das *commodities* no mercado internacional e a consequente elevação do seu preço.

Há uma contradição nessas informações. Quando o preço do petróleo foi lá para baixo, a gasolina não diminuiu um centavo aqui, um centavo aqui, e alguma instituição, alguém, pessoa física ou jurídica, ganhou o resultado disso e não o distribuiu com a sociedade brasileira. Como agora querem distribuir as suas desvantagens, se é que há, ou seus prejuízos?

Não fosse o bastante, a economia global em crescimento pressiona a demanda e os preços do petróleo e dos seus derivados, conforme informa o editorial econômico do jornal *O Estado de S. Paulo* de hoje.

O combustível em qualquer país do mundo é um produto de consumo social, ou seja, a economia, a vida das pessoas depende dele. E sempre há políticas de proteção para justificar, como eu acabei de afirmar, que o brasileiro não tenha direito a participar das benesses quando o mercado do petróleo está lá embaixo. Então, seria razoável que o Governo agora tivesse algum mecanismo para evitar, Sr. Presidente, que esse malefício chegasse à bolsa do cidadão.

Eu ouvi aqui comovido o depoimento do Senador Jorge Viana, falando que muitos pequenos industriais da sua terra – isso, com certeza, está acontecendo no Brasil inteiro e não duvido que na minha Paraíba também aconteça o mesmo – já deixaram de utilizar o gás de cozinha e outras fontes de calor nas suas indústrias.

É de conhecimento geral que o preço dos combustíveis no mercado interno está atrelado ao valor do barril de petróleo no mercado internacional. Também é notório que o aumento da cotação do dólar em relação ao real e outras moedas influenciaram nesse aumento de combustíveis.

Entretanto, nesse cenário, a população brasileira e os agentes econômicos afetados não podem ser abandonados para navegarem ao sabor da maré do mercado. O Governo precisa agir de forma eficaz, para impedir que o cidadão comum, especialmente aquele mais carente, sofra com esses



aumentos absurdos dos combustíveis no seu dia a dia – para evitar que a mãe e o pai de família tenham que trocar o leite, a carne ou o pão pelo gás de cozinha; para permitir que o caminhoneiro, trabalhador vital para o funcionamento da nossa economia e para o abastecimento das nossas cidades, consiga ter um lucro digno de mercado pelo seu serviço e tenha motivação e brio para continuar enfrentando as estradas.

Além disso, não se pode esquecer que o petróleo e seus derivados constituem a base da economia produtiva, e a manutenção dos seus preços elevados gera dificuldade ao crescimento econômico, inflação e estrangula o sistema produtivo, gerando desemprego e perda de produtividade da indústria nacional.

Ao analisar a composição do preço médio da gasolina, por exemplo, constatamos que o ICMS corresponde a 29%, em média, e que a Cide, PIS/Pasep e Cofins, juntos, correspondem a 16% do valor global do preço do combustível. Caros Senadores, estamos falando de uma carga tributária de 45%, sobre um produto tão essencial quanto o próprio pão de cada dia! Está claro que o Governo possui margem para resolver a situação.

Não é por acaso que manifestações começam a eclodir pelo nosso País. Os caminhoneiros deflagraram uma paralisação por tempo indeterminado e bloqueiam rodovias em vários Estados.

Diante da premente necessidade de dar uma resposta ao cidadão sobre esse problema que afeta diretamente o seu cotidiano e as suas finanças, clamamos ao Governo Federal que estude medidas urgentes de desoneração da carga tributária que incide sobre os combustíveis, como forma de mitigar o problema de forma quase instantânea.

Sou pré-candidato ao Governo do Estado da Paraíba e gostaria de fazer uma afirmação aqui: não posso concordar com a permanência desse quadro. O povo paraibano clama por uma medida do Governo! Por onde passo, no meu Estado, ouço pessoas, especialmente as mais humildes, reclamando das dificuldades que vêm enfrentando por conta da alta do custo dos combustíveis. Essa situação não pode perdurar!

Nós temos que fazer aqui uma cruzada e nos dar as mãos, Senadores de todos os partidos, Senadores da Base, como eu sou, Senadores da oposição, como muitos também o são.

Acredito na competência e no bom senso do nosso Presidente Michel Temer e de sua equipe econômica, se bem que até teria motivo para não continuar acreditando, vou ser sincero, diante da passividade com que o Governo vem admitindo essa situação, que eu considero uma situação de verdadeiro descalabro.

Mas sabemos que a carga tributária que incide sobre os combustíveis não é exclusivamente federal, Senador Cássio Cunha Lima...

(Soa a campanha.)

O SR. JOSÉ MARANHÃO (Bloco Maioria/PMDB - PB) – ...uma parcela significativa – o ICMS corresponde à maior parte – é de competência estadual.

Por isso, quero fazer uma afirmação aqui. Não é apelo de qualquer espécie, mas quero assumir um compromisso: se o povo da Paraíba, porventura, depois de minha candidatura aprovada por horas – sou apenas pré-candidato – me colocar no governo do Estado, farei uma revisão completa da parte que toca ao governo estadual.



É possível reduzir essa carga tributária. Se nós reduzíssemos o ICMS, que chega a ser equivalente a 29%, se nós reduzirmos 40%, já teremos aí uma diminuição significativa no preço do combustível. De sua parte, o Governo Federal fez...

(Interrupção do som.)

O SR. JOSÉ MARANHÃO (Bloco Maioria/PMDB - PB) – ...os impostos que cobram são múltiplos. Uma redução nós teremos como compensar. No governo anterior, uma medida discutível – é verdade à luz da economia...

O Sr. Antonio Carlos Valadares (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - SE) – V. Ex^a me concede um aparte, Senador?

O SR. JOSÉ MARANHÃO (Bloco Maioria/PMDB - PB) – ...segurou os preços do combustível durante muito tempo...

O Sr. Antonio Carlos Valadares (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - SE) – V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. JOSÉ MARANHÃO (Bloco Maioria/PMDB - PB) – Enquanto isso, o País respirou.

O Sr. Antonio Carlos Valadares (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - SE) – É aqui.

O SR. JOSÉ MARANHÃO (Bloco Maioria/PMDB - PB) – Senador, V. Ex^a tem o aparte...

O Sr. Antonio Carlos Valadares (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - SE) – Senador José Maranhão.

O SR. JOSÉ MARANHÃO (Bloco Maioria/PMDB - PB) – ...e eu até interrompo a frase para ouvir V. Ex^a pela importância que V. Ex^a tem.

O Sr. Antonio Carlos Valadares (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - SE) – Agradeço a V. Ex^a. Se o Presidente me permitir, que V. Ex^a já está encerrando o seu pronunciamento, apenas para dizer o seguinte: o Governo comete uma grande injustiça ao permitir que a Petrobras promova essa escalada de aumentos do diesel e da gasolina. A meu ver isso tem contribuído sem dúvida alguma para a redução...

(Soa a campanha.)

O Sr. Antonio Carlos Valadares (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - SE) – ...da lucratividade na nossa economia e também da exaustão, quase exaustão do setor de transportes. Veja: o Governo aumentou o óleo diesel em 56% do ano passado para cá e está agora prometendo, em face da greve dos caminhoneiros, fazer uma redução de 1,54%. Isso é – a meu ver – um deboche! Quer dizer, aumentou em um ano 56% e agora, em face da gritaria geral e da crise que se abateu sobre o setor de transportes, os caminhoneiros prometendo fazer uma greve indefinida, o Governo diz que vai reduzir 1,54%. Volto a dizer é mangar do consumidor, do pobre do caminhoneiro, que atravessa...

(Interrupção do som.)

(Soa a campanha.)

O Sr. Antonio Carlos Valadares (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - SE) – ...que transportam a nossa produção e recebem uma migalha de redução de preços num aumento de



crise como este que estamos vivendo. Portanto, eu quero parabenizar V. Ex^a por levantar este problema aqui na Casa. E a promessa que faz V. Ex^a, se for eleito governador, que vai fazer uma revisão do ICMS, é isso que todos os governadores deveriam fazer. E daqui a pouco, eu vou falar sobre um caso semelhante lá em Sergipe, que por falta de redução do valor do ICMS, as empresas internacionais estão deixando de baixar em Aracaju, e o turismo perdendo muito com isso.

O SR. JOSÉ MARANHÃO (Bloco Maioria/PMDB - PB) – Eu agradeço e incorporo o aparte de V. Ex^a ao meu discurso sem precisar de fazer maior consideração, já que V. Ex^a foi muito claro e muito convincente nos fatos que acabou de arrolar a esse...

(Soa a campanha.)

O SR. JOSÉ MARANHÃO (Bloco Maioria/PMDB - PB) – ...modesto pronunciamento que eu estou fazendo.

Eu acho que nós estamos diante de um caso de calamidade. Eu não tenho dúvida nenhuma de que, se essa situação continuar, o transporte no Brasil, transporte de massa, transporte de carga vai paralisar completamente, porque é uma questão de não suportar mais.

Quando você conversa com a dona de casa, quando você conversa com o taxista, quando você conversa com um motorista de caminhão que transporta a riqueza deste País, fica realmente sem resposta diante da inação do Governo, da falta de sensibilidade daqueles que estão fazendo esse tipo de intervenção no setor dos combustíveis.

(Interrupção do som.)

(Soa a campanha.)

O SR. JOSÉ MARANHÃO (Bloco Maioria/PMDB - PB) – Acho que a Petrobras é importante para o Brasil, acho que o Brasil precisa dela. Afinal de contas, foi uma luta que muitas gerações enfrentaram. A minha geração foi marcada por essas lutas, eu participei como estudante dessas lutas – "O petróleo é nosso". Mas essa empresa, que ao longo da história do Brasil foi sempre motivo de orgulho para todos nós, nacionalistas, não pode se tornar num verdadeiro vilão porque aqueles que dirigem a política econômica não querem dar um tratamento condigno a uma questão que se coloca: o que é mais importante para o Brasil? Os brasileiros ou uma empresa, por mais importante que essa empresa seja?

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cássio Cunha Lima. Bloco Social Democrata/PSDB - PB) – Muito obrigado, Senador José Maranhão.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - RS) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Cássio Cunha Lima. Bloco Social Democrata/PSDB - PB) – Eu felicito V. Ex^a pelo pronunciamento. Outros Senadores já se manifestaram sobre o mesmo tema que preocupa o Brasil inteiro. O Brasil paralisado com essa política absolutamente equivocada. São um acinte ao povo ao povo brasileiro esses reajustes diários que estamos tendo nos combustíveis. E a observação que V. Ex^a faz também no que diz respeito à carga tributária nos Estados, que contribui obviamente para a majoração desses preços, é pertinente, em decorrência de alíquotas, como é o caso da Paraíba, chegarem a quase 30%. Praticamente 30% do preço do combustível na Paraíba são fruto



do ICMS. Ao tempo em que fui Governador, como V. Ex^a também foi, o ICMS do combustível era bem menor do que o praticado atualmente.

Portanto, cumprimento V. Ex^a pela oportunidade e pela importância do pronunciamento de V. Ex^a.

Pela ordem, Senador Lasier. Na sequência, ouviremos o Senador Antonio Carlos Valadares e, depois, o Senador Lindbergh.

Senador Lasier.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Presidente.

Nesse cenário em que estamos aqui deplorando este preocupante e absurdo aumento dos combustíveis, eu queria abrir espaço para uma nota de pesar pelo falecimento de um dos mais importantes jornalistas da história do Brasil, e, por isso, estou encaminhando requerimento de pesar à Mesa.

Faleceu hoje, em São Paulo, o jornalista carioca Alberto Dines, aos 86 anos, vítima de uma pneumonia seguida de complicações respiratórias.

Dines era um dos profissionais mais respeitados do jornalismo brasileiro, um estudioso da mídia e um dos mais destacados defensores do ofício da reportagem e do papel central da imprensa livre para a democracia.

Perdemos uma figura de referência, que passou pelas mais importantes redações de jornais do Brasil e que criou uma geração de jornalistas comprometidos com a ética e com a informação precisa.

Calou-se uma voz que não se cansava de pregar boas práticas na reportagem e de provocar o debate em torno da qualidade na difusão de notícias, como ficou marcado no programa televisivo Observatório da Imprensa. Trata-se de uma personalidade que ainda vai inspirar muita gente nesses tempos tão confusos como os atuais.

Nascido no Rio em 1932 e jornalista desde 1952, como crítico de cinema, na revista *A Cena Muda*, Dines liderou as inovações trazidas pelo *Jornal do Brasil* entre 1962 a 1973. A modernização do diário carioca inspirou vários veículos.

Em 1970, recebeu o Prêmio Maria Moors Cabot, da Universidade Columbia, nos Estados Unidos. Cinco anos depois, tornou-se diretor da sucursal da *Folha de S. Paulo* no Rio e lançou a coluna *Jornal dos Jornais*, sendo o precursor da função de *ombudsman*. Trabalhou ainda nas revistas *Manchete*, *Visão* e *Fatos e Fotos*, nos jornais *Última Hora*, *Tribuna da Imprensa* e *Diário da Noite* e no semanário *O Pasquim*. No Grupo Abril, foi secretário editorial.

Nos anos 1990, foi colunista da *Folha* e responsável pela criação do Laboratório de Estudos Avançados em Jornalismo da Unicamp. Como professor, lecionou na PUC-Rio, na Universidade de Columbia, nos Estados Unidos, e na ESPM. Foi autor de 15 livros, ganhando o prêmio Jabuti em 1993, com a obra *Vínculos de Fogo*.

Dines estava internado há dez dias no Hospital Albert Einstein, na capital paulista. Deixa esposa e quatro filhos do primeiro casamento.

Por ser originário da imprensa, não poderia deixar de fazer esse registro dessa figura admirável e que tantos bons exemplos nos deixa: Alberto Dines.

Obrigado, Presidente.



O SR. PRESIDENTE (Cássio Cunha Lima. Bloco Social Democrata/PSDB - PB) – A Mesa se soma aos votos de pesar e condolência de V. Ex^a pela perda do jornalista e transmitirá à família a manifestação de V. Ex^a.

Senador Antonio Carlos Valadares, tem V. Ex^a a palavra, como orador inscrito.

Na sequência, ouviremos o Senador Lindbergh e o Senador José Medeiros, e, se possível, o Senador Reguffe, que solicitou à Mesa sua inscrição. E como expliquei ao Senador Reguffe, caso nenhum outro Senador que já esteja previamente inscrito chegue, terei muito prazer em conceder a palavra a S. Ex^a.

Senador Valadares, tem V. Ex^a a palavra.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - SE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, meu pronunciamento tem o objetivo de mostrar nossa preocupação em face de uma pesquisa divulgada recentemente pelo PNAD, que fala sobre desemprego – desemprego em nosso País, desemprego especialmente no Estado de Sergipe, que represento aqui, nesta Casa.

Dessa vez, o infortúnio é que atingimos, no primeiro trimestre de 2018, uma taxa de desocupação de 17,1% no Estado de Sergipe. Estamos entre os cinco Estados com maior percentual de população em situação de desemprego.

Considerando as regiões metropolitanas, o cenário é ainda mais alarmante. Com um índice de desemprego de 19,8%, a Grande Aracaju perde para duas regiões metropolitanas: a de Macapá, com 20,3%, e a da Grande São Luís, com 20,1%.

Em todo o País, boa parte desse contingente de atingidos pelos desmandos políticos e econômicos tem sido levada a uma sensação de torpor. São as vítimas do desalento, estado de ânimo transformado em números pelo IBGE.

O Brasil encerrou o primeiro trimestre deste ano com 4,6 milhões de desalentados. Por que são desalentados? São os que simplesmente desistiram de procurar trabalho, que não acreditam na possibilidade de oportunidades profissionais. Desses, 2,8 milhões são nordestinos.

Outros 13,7 milhões de brasileiros estão desempregados, mas continuam a buscar uma vaga no mercado de trabalho. Como eu disse, 4,6 milhões já desistiram de procurar emprego; 3 milhões estão na fila, há dois anos ou mais; e os que ainda têm lugar ao sol encontram condições piores, empregos mais frágeis e de menor salário. No primeiro trimestre deste ano, foram menos de 408 mil empregados com carteira assinada no setor privado.

É um tremendo desarranjo social. São pais e mães de família experientes que, de uma hora para outra, perdem o sustento da casa. São jovens sem futuro.

Aliás, o Governo, quando fez a reforma trabalhista e mandou para o Congresso projeto nesse sentido, afirmou alto e bom som, prometeu que, com a aprovação daquela lei, haveria a criação de seis milhões de empregos com carteira assinada, uma verdadeira balela, uma mentira somente para agradar ao mercado.

A gente não pode se acostumar – e quero falar, em especial, ainda, sobre o meu povo, o povo sergipano. A gente deve reagir. A gente deve dizer "não" à corrupção, à irresponsabilidade.



Agora mesmo, na pré-campanha, o Presidente Temer e seus aliados alardeiam promessas de dinheiro fácil, de derrame de recursos federais em busca de apoio – apoio que a biografia deste Governo, uma biografia manchada por denúncias de corrupções, não tem condições de conquistar.

Em Sergipe, por exemplo, o que fazem é nos humilhar. E as coisas sempre podem piorar. Só esperam o final das eleições para fechar, definitivamente, a fábrica de fertilizantes de Laranjeiras, a Fafen, que desde 1982 marcou um ciclo de desenvolvimento para o nosso Estado, gerando empregos e ampliando divisas.

Se o mais teimoso insiste em dizer que não percebe, dou aqui outro exemplo. Contando com a omissão do Governo do Estado, o Presidente Temer cortou quase R\$80 milhões dos R\$100 milhões que haviam sido destinados ao Ministério da Integração para levar adiante a obra do Canal de Xingó. E o fez através do PLN nº4, que foi aprovado às pressas para jogar dinheiro, a torto e a direito, a granel, em favor dos seus aliados em vários Estados brasileiros, no Nordeste, especialmente em Sergipe, para a construção de uma Bancada visando dar apoio aos seus projetos e, através de uma defesa dos chamados escudeiros, que possam, no próximo ano, fazer o proselitismo, no Senado e na Câmara, do Governo atual do Presidente Temer.

É um tremendo desarranjo social, Sr. Presidente. São pais e mães de famílias experientes que, de uma hora para a outra, perdem o sustento. São jovens sem futuro. A gente não pode se acostumar, Sr. Presidente.

Falando sobre o canal de Xingó, R\$300 milhões foram aprovados pela Comissão de Integração Nacional, presidida, no ano passado, pelo Deputado Federal Valadares Filho; desses R\$300 milhões, o Governo baixou para R\$100 milhões; de R\$100 milhões, agora, está em R\$200 milhões para um projeto que, sem dúvida alguma, se realizado, se executado, seria a redenção do sertanejo sergipano.

O canal está destinado a gerar empregos duradouros, a partir do incremento de atividades produtivas, pelo fortalecimento da pecuária leiteira, pelo desenvolvimento da agricultura irrigada, da agroindústria, da apicultura e da piscicultura. Municípios como Poço Redondo, Canindé, Nossa Senhora da Glória, Porto da Folha, Monte Alegre, Feira Nova seriam diretamente beneficiados com a construção desse canal, promovendo o desenvolvimento na região, salvando a mortalidade de gado durante as secas e, sem dúvida alguma, dando uma contribuição enorme para a pecuária leiteira daquela região, que é bastante forte.

E o corte no orçamento do canal se deu com o único intuito de direcionar essas verbas para ações de cunho meramente eleitoreiro, do interesse do Presidente Temer e de sua Bancada.

A retirada dos recursos para esse projeto é uma traição ao povo do Nordeste, ao povo de Sergipe.

Ademais, o Governo do meu Estado não tem sido bom exemplo de boa administração; que o digam os servidores com salários sempre em atraso.

E agora, para piorar o quadro, nos chega a notícia de que o Governo de Sergipe descumpriu acordo relativo à alíquota de combustível com a empresa aérea GOL, que decidiu suspender o voo internacional para a Argentina e da Argentina para Aracaju. Isso vai levar à queda da vinda de inúmeros turistas que vêm da Argentina e dos países vizinhos para Aracaju.

(Soa a campanha.)



O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - SE) – Turismo em baixa, mais desemprego.

Por tudo isso, Sr. Presidente, está claro que a mentira, o populismo, a demagogia e o poder econômico não convencem mais o povo. Ele está atento e percebe que interesses nada republicanos podem se esconder por trás do discurso enganoso e das dádivas financeiras efêmeras em ano de eleição. O nordestino sabe que de esmola grande cego desconfia.

Acredito que somente os que conseguirem transmitir credibilidade e capacidade de enfrentar questões, como o planejamento regional, com olhos na geração de emprego, deverão ser os escolhidos para os desafios que estão impostos.

E no cenário de incerteza e inquietude que ora se apresenta, de crise de credibilidade e de questionamento ético da política, que se faz imperativo dar fim às forças...

(Interrupção do som.)

(Soa a campanha.)

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - SE) – Sr. Presidente, não podemos e não devemos nos acostumar com esse estado de ineficiência no direcionamento das questões mais importantes do nosso País.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Cássio Cunha Lima. Bloco Social Democrata/PSDB - PB) – Agradeço, Senador Valadares, pela colaboração com o tempo.

Concedo a palavra ao Senador Lindbergh.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA. *Fora do microfone.*) – Presidente.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cássio Cunha Lima. Bloco Social Democrata/PSDB - PB) – Antes de o Senador chegar à tribuna, pela ordem, o Senador Otto Alencar...

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cássio Cunha Lima. Bloco Social Democrata/PSDB - PB) – ... e o Senador Caiado, na sequência.

Senador Otto Alencar.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, só para registrar aqui, nos *Anais do Senado Federal*, a matéria de capa do Jornal *The Guardian*, que estampa:

Acusado de corrupção e com popularidade beirando zero – por que o Presidente do Brasil ainda está no cargo? [O jornalista responde]

- a) O mercado não liga para a corrupção;
- b) Temer tem orçamento suficiente para subornar o Congresso;
- c) Os protestos anticorrupção eram basicamente contra a Dilma e não contra a corrupção.



Eu queria registrar, porque essa é uma realidade do Brasil hoje. Eu sei que, quando se fala aqui em orçamento suficiente para comprar o Congresso, subornar o Congresso, existem várias exceções, como V. Ex^a e tantos outros Senadores decentes. Mas, na verdade, isso existiu no breu das tocas aqui, no período em que aconteceu o *impeachment* da Presidente Dilma.

Eu peço a V. Ex^a que possa registrar essa matéria de hoje estampada no *The Guardian* como uma das principais matérias sobre o nosso País, o que envergonha todos nós.

O SR. PRESIDENTE (Cássio Cunha Lima. Bloco Social Democrata/PSDB - PB) – A Mesa aguardará o encaminhamento do requerimento de V. Ex^a...

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cássio Cunha Lima. Bloco Social Democrata/PSDB - PB) – Eu concederei a palavra a V. Ex^a, Senador Caiado.

É apenas para que não fiquemos na generalização, que não é correta neste instante. O PSDB da Paraíba, através do Deputado Pedro Cunha Lima, que é o único representante – Senador Otto Alencar, solicito a atenção de V. Ex^a –, em nome próprio naturalmente, em nome do PSDB, da Paraíba, e em meu nome pessoal também – já que não sou Deputado –, nas duas ocasiões em que a Câmara foi chamada para votar pela abertura dos processos de investigação contra o Presidente Michel Temer, nas duas oportunidades, o Deputado Pedro Cunha Lima votou pela abertura dos processos.

Portanto, quero apenas refutar a generalização que é feita...

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Não, eu ressalvei V. Ex^a, imediatamente, e outros Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Cássio Cunha Lima. Bloco Social Democrata/PSDB - PB) – ... para que nós possamos continuar esse combate.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Eu jamais ia generalizar. Eu podia pontuar até, mas não generalizar, de maneira nenhuma.

O SR. PRESIDENTE (Cássio Cunha Lima. Bloco Social Democrata/PSDB - PB) – Senador Caiado, o Senador Lindbergh está na tribuna. Vou pedir que V. Ex^a seja breve, porque já há um orador na tribuna aguardando o pronunciamento.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, a ponderação que faço a V. Ex^a é esta: se poderíamos começar diretamente a votação com o projeto de lei complementar, que precisa de quórum qualificado. Se o projeto pudesse anteceder a votação das autoridades, seria bom, porque já está na pauta há várias semanas, e, sempre depois da votação de autoridades, existe o esvaziamento do plenário. A solicitação que faço à Mesa é que seja o primeiro item, logo após o pronunciamento do Sr. Senador.

O SR. PRESIDENTE (Cássio Cunha Lima. Bloco Social Democrata/PSDB - PB) – Senador Caiado, o Presidente Eunício Oliveira deve comparecer ao plenário dentro de poucos instantes, creio eu. Ao assumir a Presidência dos trabalhos, vou levar ao conhecimento de S. Ex^a o Senador Eunício a solicitação de V. Ex^a.

Senador Lindbergh, tem V. Ex^a a palavra pelo tempo regimental.



O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras, Senador Otto Alencar, é impressionante a devastação social que este Governo está fazendo, a destruição.

Eu vejo aqui chegando o Senador Romero Jucá, Líder do Governo. Ele tinha que subir aqui para se explicar. Falavam do preço da gasolina com a Dilma Rousseff. Sabe quantos aumentos houve, Senador Romero Jucá, de julho de 2017 até agora? Foram 11 aumentos. O que o senhor tem a dizer? O aumento de gasolina foi de 57%; o aumento do botijão de gás... Eu estou falando de 1,2 milhão de pessoas que voltaram a cozinhar com fogão a lenha; eu estou falando de gente que está se queimando porque está cozinhando com álcool, e os senhores não fazem um pronunciamento à Nação, Senador Romero Jucá, que está saindo.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB - RR. *Fora do microfone.*) – Vou me inscrever como Líder.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Houve um aumento da desnutrição infantil, Senador Otto Alencar, de 11%.

Eu tenho aqui o aumento da taxa de mortalidade infantil, Senador Otto – V. Ex^a é médico. Eu espero que o Senador Romero responda. A taxa de mortalidade, no começo do Governo Lula, era de 30,3% e caiu para 14,5%. Aumentou agora 11% a taxa de mortalidade infantil. Nós estamos voltando a ter tuberculose no País – tuberculose! Nós tínhamos o programa Aqui Tem Farmácia Popular, e agora não há mais medicamentos.

Concedo um aparte ao Senador Otto.

O Sr. Otto Alencar (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Senador Lindbergh, todas as doenças relacionadas à subnutrição estão tendo expansão – registro a expansão no Brasil e, mais ainda, no Nordeste brasileiro. Todas! Eu vou acentuar aqui dois episódios que mostraram que, no Brasil, não há Presidente. Primeiro, a ameaça de golpe do General Eduardo Villas Bôas. O Presidente se calou, não disse absolutamente nada; depois, deu razão à ameaça de golpe do General. Segundo, o Presidente da Petrobras disse hoje, textualmente, sem ouvir o Presidente da República, que descarta o recuo dos aumentos que estão sendo dados, praticamente todo dia, no preço dos combustíveis. E mostra que nós não temos Presidente da República. Nós temos setores que andam em movimentos atetoides, ou seja, sem controle e sem governo, num País da dimensão do nosso. Por isso, o *The Guardian* hoje mostrou essa manchete, que é uma grande realidade do que nós estamos vivendo neste momento.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Senador Otto Alencar, quando eu falo que é uma devastação social – mortalidade infantil, volta da tuberculose, miséria... Senador Otto Alencar, 32 milhões de brasileiros saíram da pobreza extrema. 2017, estamos fazendo o processo inverso: 1,5 milhão de pessoas na pobreza extrema. Nós estamos voltando ao mapa da fome. E esses senhores que defenderam o Governo do Temer, nenhuma palavra sobre isso. No Estado do Rio de Janeiro, a pobreza extrema tinha 143 mil pessoas e, em um ano, passou para 480 mil pessoas – triplicou.

Tenho mais dados aqui, dados de tudo: 170 mil brasileiros com idade de 19 a 25 anos abandonam as universidades, por vários motivos: desemprego, queda do salário, mas também houve



uma redução do Fies, de 732 mil vagas para 98 mil vagas. O estudante mais pobre está saindo da universidade. Então, é ataque para tudo que é lado.

Desemprego: 1 milhão nesse primeiro trimestre de 2018; 1,4 milhão pessoas a mais desempregadas. Nós chegamos ao número de 13,7 milhões. Mas é mais grave, Senador Otto: se você colocar os subocupados – porque há essa categoria – nós vamos para 27,7 milhões pessoas. Pior: entre jovens, o desemprego de 28%. E, ao contrário do que diz Temer, que mentiu, são 4,6 milhões pessoas desalentadas.

Aí a gente fica vendo aqui todo mundo subindo aqui para falar: "esse aumento de gasolina é um absurdo, esse aumento do diesel é um absurdo". É mesmo! Mas é a política deste Governo. Vocês defendiam que qualquer tipo de regulação de preço era um equívoco. O resultado – eu vou repetir os números: de julho de 2017, quando começou essa política, foram 111 aumentos, 111 aumentos. O valor de aumento de gasolina é 57; diesel, 57; e botijão de gás, esse é o pior, que impacta mais os mais pobres. Lula e Dilma tinham preocupação mesmo e seguraram o preço em R\$30. Qual o problema de segurar o preço do botijão de gás? Mas a tese desses que defendiam tudo aqui: não pode – uma visão ultraliberal de que não podia haver nenhum tipo de controle de preço, mesmo numa área com impacto social como essa.

Agora, esse debate está sendo coberto pela imprensa sem um aprofundamento. No caso aqui, Senador Otto, do preço do diesel, nós temos o histórico. Aqui no Brasil, o preço do diesel oscilava de acordo com o preço internacional, algo de 0,88 a 1,02. Sabe quanto está a diferença? Hoje o preço do diesel no Brasil é 50% mais caro que o preço internacional. É esse o debate que a gente tem que fazer aqui. E o que está acontecendo em virtude dessa política da Petrobras? Sabe o que aconteceu? A gente só está exportando petróleo cru, óleo bruto. Nós diminuimos a capacidade de refinamento do País. Em relação à capacidade de refinamento, temos hoje uma ociosidade de 25%. E eles estão querendo falar em privatização das refinarias, inclusive uma no Estado da Bahia.

E sabe por que as refinarias estão em dificuldades aqui dentro? Porque está mais fácil importar, já que aqui o diesel é 50% mais caro. E sabe de onde estamos importando, Senador Otto Alencar, Senadora Vanessa? Dos Estados Unidos. Em 2015, nós importávamos 41% do diesel dos Estados Unidos. Sabe o que aconteceu? Dobrou para 82%. E por que dobrou? Porque o preço aqui está alto. O preço aqui, volto a dizer, é 50% mais alto do que a comparação internacional.

Então, não estamos refinando, estamos diminuindo o refino, estamos exportando petróleo, óleo bruto, e estamos importando, porque no caso do diesel está mais barato lá do que aqui.

Se essa imprensa fizesse uma cobertura justa, eles iriam atrás desses valores, desses números. Nós temos fontes aqui... Há um desequilíbrio gigantesco. Faz parte de uma estratégia da empresa se livrar das suas refinarias.

Senadora Vanessa Grazziotin.

A Sr^a Vanessa Grazziotin (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – Senador, quero cumprimentá-lo pelo pronunciamento. Acho que V. Ex^a traz dados que são incontestáveis. De fato, o que estamos vivendo é um grande retrocesso no Brasil – dizíamos isso em 2016. O objetivo não era tirar o País da crise, acabar com a corrupção; o objetivo era exatamente este: mudar a política, retirando direitos sociais, retirando direitos dos trabalhadores e entregando o patrimônio público. V. Ex^a fala da diminuição da produção do beneficiamento do óleo bruto pela



Petrobras. Isso ocorre, em grande parte, porque eles estão destruindo a Petrobras: estão vendendo, dizendo que é desinvestimento, mas, na realidade, estão privatizando a Petrobras. E eu aproveito, ...

(Soa a campainha.)

A Sr^a Vanessa Grazziotin (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – ... e pedi o aparte a V. Ex^a, para lembrar que temos uma ação no Supremo Tribunal Federal contra a medida do Michel Temer que permite o atentado que são as privatizações silenciosas que a Petrobras está sofrendo. E o resultado é este: a população está sofrendo com o maior preço de combustível que este País já viu, Senador. É o maior preço dos combustíveis que o Brasil já viu. Então, é preciso que a população entenda o que está acontecendo e nos ajude nessa luta contra este Governo provisório, de medidas provisórias. Obrigada.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Muito obrigado, Senadora Vanessa.

No Rio, eu vi sendo vendido botijão de gás parcelado em seis vezes. Neste Brasil, a gente parcelava compra de carro, compra de casa. Agora é botijão de gás. As pessoas estão sem dinheiro para comprar comida e comprar botijão de gás.

(Interrupção do som.)

(Soa a campainha.)

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – As pessoas estão sem dinheiro. No Rio, quando caminho na Baixada, as pessoas dizem: na época do Lula, a gente tinha dinheiro para fazer um churrasquinho, para tomar uma cerveja. Estive andando em vários bairros, no sábado que antecedeu o Dia das Mães, e, pelo menos no Rio de Janeiro, as lojas estavam vazias.

O segredo daquele período Lula era o seguinte: quando você melhorava para todo mundo, para o povo trabalhador, quando havia dinheiro, aquilo estimulava a economia. Agora não! É só desemprego: 1,4 milhão só neste trimestre. É só retirada de políticas sociais, estão acabando com tudo. Estão acabando com tudo. O crescimento da mortalidade infantil é pela suspensão de programas: programa da cegonha, Programa de Aquisição de Alimentos. Ou seja, é um grande desmonte! Os senhores estão conseguindo destruir o que teve de bom neste País. É uma devassa social.

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Cássio Cunha Lima. Bloco Social Democrata/PSDB - PB) – Senador José Medeiros, tem V. Ex^a a palavra pela Liderança do Podemos.

Tem V. Ex^a a palavra.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PODE - MT. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Eu quero começar a minha fala com o final do Senador que me antecedeu: "Os senhores estão destruindo este País".



Sr. Presidente, veja bem, esse pessoal passou 13 anos, Senador Waldemir Moka, e poderiam ter feito o que quisessem, poderiam transformar isso aqui no Jardim do Éden, poderiam transformar isso aqui na Disneylândia se quisessem.

Durante o governo deles foi descoberto o pré-sal. Então, era de se esperar que a Petrobras virasse "a empresa". Sabe o que aconteceu com a Petrobras? Quebraram. Então, Senador Caiado, a Petrobras, que era uma das principais empresas do mundo, chegou a valer menos de 60 bilhões. É um pessoal que não tem a mínima moral para falar de Petrobras, mas eu tenho algumas coisas para falar de Petrobras, Senador Cássio Cunha Lima.

Eu penso que essa história que eles dizem – "A Petrobras é nossa!" – cabe para eles, cabe para eles, porque realmente se mostrou – e o Moro está mostrando – que a Petrobras era deles. Agora, para os brasileiros esse negócio não é muito bom, porque, quando a Petrobras quebra, nós somos chamados para pagar a conta. Quando a Petrobras dá lucro, nós não somos chamados para dividir o lucro.

Então, eu tenho comigo o seguinte: nós precisamos nos livrar desse negócio. Nós precisamos, Senador Waldemir Moka, começar a discutir essa história. Por exemplo, o que tem a ver, Senador Waldemir Moka, o álcool com o petróleo? Álcool não é petróleo, gente! E por que é a ANP que controla isso? Por que a Petrobras é que tem que controlar isso? Quem tinha que estar controlando isso era o Ministério da Agricultura.

Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Goiás, também, são produtores de biocombustíveis, mas quem está intermediando isso? A Petrobras. Poderia muito bem haver um posto de combustível de álcool que comprasse este combustível direto do produtor e vendesse ao consumidor. Não, o negócio tem que ir para Petrobras, para quê? Para encher o bolso dos acionistas e, dependendo de alguns governos que houver, da turma amiga de quem estiver no governo.

Nós precisamos começar a falar da Petrobras, mas fale em privatizar a Petrobras? É uma vaca sagrada. Uma vaca sagrada porque dá dinheiro, mas não para o povo. Estufam o peito e dizem: "O petróleo é nosso, a Petrobras é nossa". Eu quero deixar essa reflexão aqui para o povo brasileiro: nossa? De quem? Nossa? De quem?

A Presidente – o Senador que me antecedeu disse agora há pouco –, por pena, fixou em um patamar baixo o preço dos combustíveis, e agora estamos pagando o rombo. O que nós estamos fazendo agora é pagando o rombo.

Então, o que é que acontece?

O Sr. Lindbergh Farias (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PODE - MT) – Concedo logo em seguida, Senador Lindbergh.

Então, o que é que acontece? Tungam o dinheiro da Petrobras, manipulam os preços. Agora, vem a hora da consequência, e, aí, dizem ainda que essa Petrobras é nossa. "Nossa" de quem? "Nossa" para quem?

Em tempo, Sr. Presidente, eu gostaria de registrar a presença do Dr. Alípio aqui, no plenário, nos visitando, ele que é Presidente da Comissão de Direito Imobiliário da OAB, no Mato Grosso do Sul; do Dr. Paulo Estevão da Cruz e Souza, ex-Deputado Estadual e ex-Secretário de Estado do



Mato Grosso do Sul; e Dr. Jean Pierre Vargas, que é Presidente da Comissão de Advogados Publicistas da OAB Mato Grosso do Sul também; do Dr. João Paulo Lacerda, que é Presidente do Instituto de Direito Administrativo de Mato Grosso do Sul. Eles são idealizadores do evento sobre o projeto de lei das licitações no Mato Grosso do Sul e estão aqui – visitando-nos – na tribuna de honra.

Mas, continuando, Senador Waldemir Moka, veja bem – e aqui só estou respondendo, na verdade, ao Senador que me antecedeu, porque ele disse que nós somos culpados por isso –, são 13 anos, Senador, 13 anos que podiam transformar isso aqui em ruas de ouro, em mar de cristal. E, aí, eu pergunto por quê? O que é que aconteceu? E não me venham dizer que foi a crise de 2008, porque o próprio Paul Krugman disse que o Brasil estava saneado, com o sistema financeiro saneado, e não foi afetado por crise de 2008 coisíssima nenhuma.

O que aconteceu foi o seguinte: de repente, vocês que são adeptos desse tranco contínuo na economia acharam que podiam abraçar o mundo com as pernas, gastaram e esbandalharam com o sistema fiscal do País, e, aí, chegou a hora de pagar a conta. Chegou a hora de pagar a conta, é isso.

Agora, o que é esse monopólio? Dizem que o monopólio da Petrobras acabou. Que monopólio? Que acabou que nada. Nós estamos com o País da seguinte forma: na carne, quem manda é JBS; nas construções, são umas três ou quatro construtoras; no combustível, é a Petrobras; e há os bobos para pagar as dívidas.

No meu Estado, Mato Grosso, e no Mato Grosso do Sul, em Goiás e no Brasil inteiro, esse rapaz que estava preso aí... Aproveitando que o Senador Moka está aqui, eu queria fazer esse registro, porque o Brasil não sabe, Senador Zeze Perrella, que eles vieram com conversa mole, certa feita, no gabinete do Senador Waldemir Moka, e ele tocou os dois irmãos, os dois pilantras, de dentro do gabinete dele, o Sr. Wesley e o Sr. Joesley. Ele os tirou de lá de dentro, bem ao estilo lá da divisa em Bela Vista. O que é que acontece? Esses caras compraram as plantas frigoríficas, as fecharam e demitiram meio mundo. Sob as bênçãos de quem? E aproveito que vou conceder o aparte para o Senador Zeze Perrella – concedo primeiramente ao Senador Lindbergh e quero que ele responda: sob as bênçãos de quem foram criadas essas campeãs?

Eu peço só que o senhor seja breve, Senador Lindbergh, porque eu ainda tenho que falar e tenho que passar o aparte para o...

O Sr. Lindbergh Farias (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Senador, sinceramente, se eu fosse o senhor, eu teria vergonha. Vocês estão votando aqui tudo contra trabalhador. Aí, agora, sobe na tribuna. Sabe quanto a gasolina aumentou, e o diesel, desde julho de 2017? Cento e onze vezes, com um aumento de 57%. Botijão de gás, 70%. Na época do Lula, o botijão era R\$30, porque isso tem um impacto social. Mas os senhores estão pouco ligando para o povo. O senhor sabe que são 13,7 milhões de desempregados, mas, se for juntar com subocupado, são 27 milhões de brasileiros. E o senhor tem coragem de vir aqui falar isso, depois de o Temer estar destruindo o País? Até a mortalidade infantil está subindo. A pobreza extrema, da qual Lula tirou 32 milhões de pessoas: 1,5 milhão agora nesse ano de 2017. Então, Senador, menos. Os senhores deviam vir aqui se explicar neste dia de hoje, porque um papelão que esse Governo do Temer está fazendo merece desculpa ao povo brasileiro pelo aumento da gasolina, do diesel e, principalmente,



pelo botijão de gás. São 1,2 milhão de pessoas que estão voltando a cozinhar com fogão a lenha, Senador Medeiros. Tenham coragem de pedir desculpas ao povo pelo que fizeram!

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PODE - MT) – Senador Lindbergh, muito obrigado pelo aparte, e lhe concedi porque V. Ex^a sempre é democrático e concede, mas sem sofismas, Senador Lindbergh, menos. Não meta a colher do Temer no meio porque eu não estou falando de Temer. Eu estou falando dos 13 anos, e o senhor não me respondeu, o senhor não conseguiu fazer a resposta.

E mais: não foi só a Petrobras que vocês arrebantaram, não. Vocês arrebantaram também com o sistema elétrico. É verdade. Vocês controlaram o sistema de preços, os preços administrados, e agora o pobre está se lascando porque esse negócio aí é que nem uma barragem: uma hora estoura.

Senador Zeze Perrella.

O Sr. Zeze Perrella (Bloco Maioria/PMDB - MG) – Só para se falar, Senador Medeiros. Não sei se V. Ex^a sabe, eu fui do setor frigorífico durante vários anos. Um ano e meio atrás,...

(Soa a campanha.)

O Sr. Zeze Perrella (Bloco Maioria/PMDB - MG) – ... dois anos atrás, eu fiz um discurso aqui no Senado denunciando o pessoal da JBS. Financiaram 1.980 campanhas. Eu sou do ramo deles: nunca financiaram uma campanha minha...

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PODE - MT) – Parabéns, Senador!

O Sr. Zeze Perrella (Bloco Maioria/PMDB - MG) – ... nem por dentro nem por fora. Eu nunca tive o desprazer de conhecê-los, aliás. E sei como é que eles ganharam dinheiro: ganharam dinheiro em cima do governo Lula, que emprestou bilhões do BNDES para eles construírem plantas lá fora, para não dar nenhum emprego aqui. Compraram frigorífico na Inglaterra, nos Estados Unidos, se transformaram no maior do mundo com dinheiro do povo brasileiro.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PODE - MT) – Por isso é que eu perguntei para o Senador Lindbergh e ele não conseguiu responder.

O Sr. Zeze Perrella (Bloco Maioria/PMDB - MG) – Eles não fizeram nada de errado... Eles se esqueceram de Pasadena, esqueceram-se de um monte de coisa. Sabe por que eles não querem que a Petrobras seja privatizada nunca? Nem a Eletrobras? Eles vão roubar de quem depois? De quem? E só para lembrar também ao pessoal do PT, que sempre me acusava aí do coitadinho do caso do helicóptero – eu vou voltar nesse assunto porque é uma coisa que me machuca –: ele foi preso de novo, traficando para o PCC. E agora, aqueles que falavam que a corda arrebenta para o lado mais fraco, arrebentou para o coitadinho do piloto. Ele está preso, senhores do PT! Vocês, que usaram isso de uma maneira torpe e covarde contra mim. Tomou dez anos de cadeia, que é pouco. Nós temos que mudar essa lei de tráfico no Brasil, Senador: tomou dez anos; respondendo em liberdade, continuou praticando crime, o vagabundo. Tomara que ele tome trinta anos. E eu queria um dia que esse pessoal do PT se desculpasse comigo, porque eu já vi Lula fazendo gracinha com isso, já vi Vanessa Grazziotin: "E os 450kg de cocaína?". Os 450kg de cocaína, peçam para esse filho da mãe agora explicar porque ele deve saber.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PODE - MT) – Muito obrigado, Senador Zeze Perrella. Mas isso, Senador Zeze Perrella, não é nem... Eu vou dizer



para o senhor: não é pessoal, não, contra o senhor; isso é simplesmente parte da realidade da alternativa que se cria. O senhor mesmo falou que o Senador não tocou em pontos-chave do que eu provoquei aqui porque não tem como explicar darem todas as riquezas do País para certos grupos. Quebram o País e depois chegam aqui imputando a todos. E usando sabe o quê? O pobre como biombo.

Tome vergonha, Senador Lindbergh! Usar o pobre como biombo... O senhor me fala para eu ter vergonha? Tome vergonha o senhor! Vocês usam o pobre como biombo. Aliás, vocês deveriam tomar vergonha: quem deveria estar no acampamento lá eram vocês. Vocês estão mandando os pobres morrerem de frio lá, dando um pão com mortadela para o povo ficar lá, e vocês não ficam. Vocês deveriam estar lá.

(Soa a campainha.)

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PODE - MT) – Então, quando se fala em vergonha, Senador, eu tenho muita vergonha, mas vocês deveriam ter vergonha de criar, porque o *impeachment*, por exemplo... Até hoje, falávamos uma coisa, e eles falavam outra. Então, se eu tivesse que falar aqui uma coisa para contrapor, eu diria o seguinte – eu vou repetir o que eu falei no *impeachment* –: naquele momento e hoje ainda, nós temos um bicho na sala, Senador Reguffe, que mia, bebe leite, come rato; todo o mundo diz que é gato. Aí vêm o Senador Lindbergh, a Senadora Vanessa, a Senadora Gleisi, a Senadora Fátima e todo o mundo e dizem: "Não, não é gato, não. Isto aqui é cachorro." E ai de quem disser que é gato! É desse jeito! E ainda olham para a gente e dizem: "Tome vergonha!" Que vergonha, Senador Lindbergh? Respeito-o muito, mas vocês é que deveriam tomar vergonha e fazer um debate sério aqui, neste plenário do Senado Federal.

Muito obrigado.

(Durante o discurso do Sr. José Medeiros, o Sr. Cássio Cunha Lima, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Waldemir Moka.)

(Durante o discurso do Sr. José Medeiros, o Sr. Waldemir Moka deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Eunício Oliveira, Presidente.)

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco Maioria/PMDB - CE) – Há número regimental. Declaro aberta a presente sessão para a Ordem deliberativa do Dia.

Eu vou pedir aos Senadores e Senadoras que compareçam ao plenário. Nós vamos iniciar um processo de votação nominal. Nós estamos com a pauta trancada pela medida provisória, mas vamos votar projeto de lei complementar, que, portanto, necessita da presença de 41... Precisa-se de 41 votos "sim" para aprová-lo e, obviamente, da presença dos Srs. Senadores, que já temos 59 no painel. Eu peço aos Senadores que estão nos seus gabinetes que compareçam ao plenário. Vamos entrar em processo de votação nominal.

Item 2 da pauta.

Projeto de Lei da Câmara nº 102, de 2015 – Complementar – portanto, precisa-se de 41 votos "sim" para aprová-lo – (nº 25, de 2015, na Casa de origem), que altera a Lei Complementar 94, de



1998, a fim de incluir novos municípios na Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno – RIDE.

Parecer nº 472, de 2016, da CDR, o Relator foi o Senador Hélio José, favorável ao projeto e pela rejeição da Emenda nº 1, apresentada perante aquela Comissão.

Não foram oferecidas emendas perante a Mesa.

A Presidência comunica que a Emenda nº 1, da CDR, não será objeto de deliberação, nos termos do art. 124, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal.

Discussão do projeto em turno único.

Para discutir a matéria, pede a palavra o Senador Ronaldo Caiado, pelo DEM, do Estado de Goiás.

Logo, na sequência, vou abrir a votação, que será nominal.

Senador Caiado, tem a palavra V. Ex^a.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu quero, neste momento, solicitar à Mesa, na ausência do Sr. Relator, que faça apenas uma emenda de redação, pois foi incluído aqui São Gabriel como Município; e é um distrito. É uma solicitação que foi feita para correção apenas de um ponto, porque não tem ainda a sua emancipação, e como tal eu peço...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco Maioria/PMDB - CE) – Na ausência do Relator, a Presidência vai designar V. Ex^a para fazer a emenda de redação que V. Ex^a propõe neste momento.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Muito obrigado.

Farei e entregarei à Mesa imediatamente, Sr. Presidente.

Dando-me V. Ex^a a oportunidade, eu quero comunicar aos colegas, aos pares que este projeto tem uma importância ímpar para o Estado de Goiás e inclui também dois Municípios de Minas Gerais.

O que ocorre é que a RIDE – essa rede de integração que existe, essa região integrada ao Distrito Federal – é prevista na Constituição brasileira, e a União pode ampliar ou fazer atos administrativos que incorporem Municípios à região, para diminuir as desigualdades regionais. Então, esse projeto tem a importância de trazer mais essas dez cidades, esses dez Municípios do Estados de Goiás, mais dois Municípios de Minas Gerais com o intuito de promover uma maior ligação, uma interface maior nas ações, principalmente na situação das áreas da saúde, da educação, do transporte e da segurança pública.

Nós conhecemos a importância socioeconômica do Distrito Federal. Isso está criando uma região que está realmente desprovida de todo e qualquer atendimento na área de saúde, principalmente, Sr. Presidente, porque não há como as pessoas terem uma regionalização da saúde diante do número de habitantes que já ocupam a região do Entorno. É o segundo maior colégio eleitoral do Estado de Goiás. São mais de 800 mil votos nessa região, eleitores que se sentem totalmente desassistidos.

Na área da segurança também: sabemos que hoje essas facções criminosas estão migrando para essa região do Entorno, devido ao poder aquisitivo de Brasília, ampliando cada vez mais o mercado do narcotráfico, trazendo sequelas irreparáveis às famílias que lá habitam.



Uma situação hoje em que não temos o investimento, a infraestrutura, para poder dar a essa região do Estado de Goiás a mínima condição de absorver a mão de obra de jovens que ali hoje ficam na dependência de um emprego na Capital, em Brasília.

A situação se torna ainda mais delicada quando imaginamos hoje o que é o transporte das pessoas para virem à cidade de Brasília, a Capital Federal. Um cidadão em Luziânia gasta três horas de ônibus para chegar a Brasília e três horas para voltar. Quando esse cidadão está em Santo Antônio do Descoberto, a mesma coisa ocorre. São milhares de pessoas; só em algumas cidades, temos mais de um milhão de pessoas que se deslocam para Brasília no decorrer do seu dia a dia.

Então, Sr. Presidente, estamos falando realmente de algo que é grave e que está se deteriorando a cada dia que passa.

(Soa a campanha.)

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Para encerrar, Sr. Presidente, o pedido que faço aos nobres pares é que, por se tratar de uma lei complementar, nós precisamos de 41 votos favoráveis para a aprovação desta matéria.

E peço também e insisto, porque a situação da saúde, área na qual exerço profissão há 43 anos, é um colapso completo. Hoje, o cidadão que precisa de uma hemodiálise, de um tratamento emergencial, não tem para onde recorrer, tendo que passar, muitas vezes, por Brasília sem ter aqui a regulação e tendo que ficar na esperança de que vai conseguir alguma coisa em Goiânia ou na cidade de Anápolis.

Então, como tal, a proposta é fazer com que a União possa expandir suas ações administrativas nessa região, que inclui – e faço questão de citar aqui – os Municípios, primeiro, de Alto Paraíso...

(Soa a campanha.)

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – ... Alvorada do Norte, Barro Alto, Cavalcante, Flores de Goiás, Niquelândia, São João d'Aliança, Simolândia, Vila Boa e Vila Propício; e, de Minas Gerais, Arinos e Cabeceira Grande. Esses são os Municípios incluídos.

Agradeço a V. Ex^a e solicito o voto favorável aos demais pares.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco Maioria/PMDB - CE) – Senador Wilder, para discutir a matéria.

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Social Democrata/DEM - GO. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu também queria falar com os nobres colegas Senadores sobre esse PLC 102, de 2015, que aumenta as cidades na RIDE.

Realmente, como disse o Senador Ronaldo Caiado, que me antecedeu aqui, é uma situação muito difícil a que vivem as cidades daqui do Entorno, que são chamadas de "cidades do nem", porque não são nem de Brasília, nem do Entorno.

Realmente, hoje cresceu muito...

(Soa a campanha.)



O SR. WILDER MORAIS (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Para se ter uma ideia, nós estamos pedindo a inclusão de mais 11 cidades; são mais de 200 mil pessoas que poderiam ser beneficiadas. Brasília foi construída para integrar o Brasil, no entanto, com esse crescimento desordenado do Entorno, ocorreu o contrário.

A população do Entorno aclama por essa situação, para que a gente possa viabilizar mais recursos para a área da saúde, da educação, do transporte e da segurança pública, que é uma calamidade total.

Então, eu queria pedir aos colegas Senadores que a gente vote a favor, para que a gente possa ter aí os 41 votos, aprovando esse PLC 102.

Era isso, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco Maioria/PMDB - CE) – Senador Hélio José, para discutir a matéria.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PROS - DF. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, essa matéria é importante tanto para a Bancada do Estado de Goiás quanto para a Bancada de Brasília. Sem dúvida, a Região Integrada de Desenvolvimento Econômico impacta muito o Distrito Federal e impacta o Estado de Goiás. Quando a gente faz essa ampliação, ela vem exatamente no sentido autorizativo, para que esses Municípios, que têm toda a relação com o Distrito Federal, possam fazer jus a projetos no FCO. Por isso que Brasília não é contra, apoia essa questão.

Eu queria fazer o seguinte encaminhamento histórico do projeto, porque eu fui o Relator na Comissão de Desenvolvimento Regional, para que os nossos pares aqui possam conhecê-lo.

Sr. Presidente, faz muito tempo que pensamos a questão das Regiões Metropolitanas, as chamadas RMs. Na qualidade de Relator do PLC 102, de 2015, que trata da RIDE (Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno), essa preocupação com o conjunto dos entes federativos conexos sempre esteve presente em nossas meditações. O abrupto crescimento das cidades brasileiras desde os anos de 1960, com a industrialização crescente, apresentou uma série de problemas que foram se tornando cada vez mais complexos com o passar do tempo.

Meu nobre Senador Dário Berger, o senhor, que foi Prefeito de São José, que fica ao lado de Florianópolis, sabe do impacto desses crescimentos das regiões de entorno.

O nosso Estatuto da Cidade, estabelecido pela Lei nº 10.257, de 2001, que regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, forneceu diretrizes gerais para a política urbana, já apontando o bem-estar dos cidadãos e o equilíbrio ambiental como vertentes importantes de análise.

Em 2015, a Lei nº 13.089 instituiu o Estatuto da Metrópole, alterando o Estatuto da Cidade. Antes delas, no entanto, já tivemos, em 1973, com a edição da Lei Complementar nº 14, a criação das regiões metropolitanas de São Paulo, Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Salvador, Curitiba, Belém e Fortaleza.

Hoje, temos dezenas de regiões metropolitanas abrangendo, cada uma, inúmeros Municípios adjacentes, que foram conturbando-se ou relacionando-se de maneira indissolúvel com a entidade federativa matriz. Trata-se, deveras, de um fenômeno sociológico incontrolável, sob qualquer ponto de vista formativo.



Vejam, pois, a dispersão desse tema fundamental! Ele toca a questão do território das cidades envolvidas e de sua população com reflexos que vão desde o atendimento à saúde até transportes, segurança e educação, dentre outros. Pela natural assimetria entre os Municípios participantes, entendemos também natural a criação de políticas públicas urbanas integradas que tornem esse todo mais coeso e harmonioso.

É preciso entender que se trata de um fenômeno mundial, cujas características têm tido atenção privilegiada dos governos e que precisa de toda atenção por parte do Poder Legislativo.

Quero unificar esses temas hoje quando falo da nossa Lei Complementar nº 94, de 19 de fevereiro de 1998, que autorizou o Poder Executivo a criar a Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (RIDE) e instituiu o Programa Especial de Desenvolvimento do Entorno do Distrito Federal. Ela foi importante no contexto de se começar a pensar a integração entre o DF e alguns Municípios de Goiás e de Minas Gerais e continua importante, pois, desde então, nossa população e nossa economia cresceram como em poucos locais no Brasil.

Já tive oportunidade de dizer o quanto é importante essa região integrada. Apenas o PIB da RIDE a situa como a terceira região mais rica do Brasil...

(Soa a campanha.)

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PROS - DF) – Estou concluindo, Sr. Presidente. A nossa turma tem de estar bem orientada para poder votar essa matéria.

Então, já tive a oportunidade de dizer o quanto é importante essa região integrada. Apenas o PIB da RIDE a situa como a terceira região mais rica do Brasil, embora acumule inúmeras desigualdades. Há muito a ser realizado pela promoção do desenvolvimento da Região, sobretudo no que toca à otimização e à efetividade de políticas públicas.

Esse é um ponto que desejo reforçar aqui para todos: não haverá articulação nem funcionalidade na RIDE sem que um esforço para a sua organicidade seja debatido com os gestores de políticas públicas. Essas pequenas confederações de Municípios de vários Estados podem ser pensadas como cantões em constituição. Geram riqueza e podem gerar a organização ideal que conduza à uma vida melhor para as pessoas que vivem nelas.

Sr^{as} e Srs. Senadores, além desses aspectos, estamos preocupados com a abrangência da nossa RIDE, que pode ser alterada pelo Legislativo, por nós. Nossa intenção, com o PLC nº 102, de 2015, é aumentar o número de entes federativos constantes dela, exatamente porque, em quase vinte anos da Lei Complementar 92, de 1998, muito aconteceu em termos de política demográfica, econômica e social.

É preciso gerar emprego e fixar mão de obra qualificada no Entorno, aumentando a arrecadação e diminuindo as desigualdades. Assim, desejamos ver Alto Paraíso, Cavalcante, São Gabriel, São João d'Aliança, Goianésia, Niquelândia, Alvorada do Norte, Barro Alto, Simolândia e Vila Propício, todos de Goiás, mais Arinos e Cabeceira Grande, de Minas Gerais, incluídos como integrantes da RIDE, pela sua significativa ligação com o DF.

Enfatizamos aqui a aprovação...

(Soa a campanha.)



O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PROS - DF) – ... do PLP nº 25, de 2015, por unanimidade, que destina recursos e estabelece convênios para a Ride em áreas fundamentais, como infraestrutura, transporte, educação e saúde. A Ride alargada, como propomos, receberá recursos federais que serão destinados a atividades de caráter socioeconômico, elemento vital para o seu crescimento.

Portanto, Sr. Presidente, concluindo, o PLC 102, de 2015, é, sem dúvida, um projeto de grande relevância para o DF e para o Brasil. Por isso, solicitamos o apoio das Sr^{as} e dos Srs. Senadores de todos os Estados. Embora seja uma matéria de interesse do Estado de Goiás, de Brasília e de Minas Gerais, é uma matéria do Brasil, e precisamos da votação de todos os colegas.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

A SR^a ÂNGELA PORTELA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RR) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Presidente.

A SR^a ÂNGELA PORTELA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RR) – Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco Maioria/PMDB - CE) – Só um minutinho. Eu vou pedir permissão ao Plenário – só um minuto – para abrir o painel para os Senadores poderem votar, porque essa matéria precisa de 41 votos "sim" para ser aprovada. Para os Senadores votarem e vou dar a palavra aos Senadores. Vou encerrar a discussão e vou dar a palavra aos Senadores pela ordem, como pediu o Senador Otto e a Senadora.

A SR^a ÂNGELA PORTELA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RR) – Pela ordem, Sr. Presidente.

Eu gostaria...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco Maioria/PMDB - CE) – Eu daria a palavra a V. Ex^a.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Eu cedo para ela.

A SR^a ÂNGELA PORTELA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RR. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Eu encaminhei à Mesa Diretora um requerimento pedindo a inclusão em pauta do Projeto de Lei do Senado nº 349, de 2017, que dispõe sobre a concessão de aposentadoria especial aos condutores de ambulância que atuem em condições insalubres. Já foi aprovado na Comissão de Assuntos Sociais, teve, como Relator, o Senador Paulo Paim, e o projeto se encontra pronto para ser deliberado aqui na pauta do Senado Federal.

Eu queria registrar a presença dos condutores de ambulância do Brasil inteiro que estão aqui cobrando a inclusão em pauta desse projeto, que é tão importante para essa categoria profissional, que trabalha em condições perigosas e insalubres.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco Maioria/PMDB - CE) – Eu quero só responder à Senadora que, antes de vir para cá, acabei de receber a comissão, que está aqui na



galeria, que autorizei a entrar na galeria – inclusive, ali está o meu conterrâneo, cearense, que está no meio de nós.

Senador Otto, eu vou só abrir o painel e dou a palavra a V. Ex^a, porque aí V. Ex^a fica à vontade para falar o tempo que for necessário.

Está encerrada a discussão.

Votação do projeto, com adequação redacional relativa à exclusão da expressão "São Gabriel", que não é Município ainda. A Presidência comunica que o projeto trata de matéria objeto de lei complementar, sujeito à votação nominal.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores já podem votar.

Abre-se o painel e eu dou a palavra ao Senador Otto Alencar.

(Procede-se à votação.)

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco Maioria/PMDB - CE) – Tem a palavra V. Ex^a.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – O Democratas vota "sim", Presidente.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu estou observando a preocupação de V. Ex^a, como Presidente do Senado, com a questão do aumento exacerbado, exagerado dos combustíveis.

Vejo agora, pela imprensa, uma proposta para zerar a Cide. Zerar a Cide não resolve o problema. Incide só 2% sobre o valor, 14% é PIS/Cofins e 29%, ICMS. Essa é uma questão muito grave e reduzir 2% em cima do preço do diesel ou do combustível não vai resolver. O que vai, na verdade, resolver é se o Governo Federal tomar uma providência de chamar o Presidente da Petrobras para uma conversa com os membros do Governo, com setores que decidem, inclusive V. Ex^a, que pode decidir nesse sentido.

Hoje eu fiquei muito preocupado, porque o Presidente da Petrobras foi textual e disse: "Não há a menor chance de se diminuir o preço dos combustíveis." Ele fala como se ele fosse o Presidente da República. Eu sei que o Presidente da República está fragilizado há muito tempo e não governa vários setores. Existem governos, setores e grupos que governam vários ministérios, inclusive a própria Petrobras, que foi uma indicação do PSDB, dos tucanos. Então, o Presidente da Petrobras falar dessa forma é desconhecer que existe uma autoridade. Na verdade, não existe o Presidente da República para dizer isso.

Então, ao zerar a Cide, vão perder Estados e Municípios e não vai se resolver o problema. São só 2% sobre o preço dos combustíveis. Tem também que diminuir PIS/Cofins, tem que convocar os governadores para ver se eles podem diminuir também o valor cobrado do ICMS, que é 29%, para dar condições de o Brasil não parar.

O Brasil vai parar com a greve dos transportadores, dos caminhoneiros. E vai parar para mostrar que é impossível conviver com a Petrobras aumentando, se não me engano, 115 vezes em um ano o preço dos combustíveis. Em um ano, a Petrobras, com o Pedro Parente, já aumentou em 115% o preço dos combustíveis. Não há como trabalhar no Brasil, ter condições, se o Brasil continuar nessa situação.



Então, eu apelo a V. Ex^a, para que V. Ex^a, com a autoridade que tem, de Presidente do Senado e do Congresso Nacional, chame uma reunião e diga ao Presidente que convoque o Presidente da Petrobras, até os governadores, para tomar uma decisão.

O Brasil não pode parar porque uma pessoa está decidida a aumentar os combustíveis com o aumento e a variação do dólar. Não pode ser por aí, absolutamente não pode ser por aí. Não se pode dolarizar, no Brasil, os combustíveis. Portanto, eu peço a V. Ex^a que tome a iniciativa, já que o Presidente não toma e também não chama o Presidente da Petrobras para conversar. E ele falou assim, como autoridade máxima, que não há condição de baixar, fim e acabou. Não há outra autoridade em cima dele, até porque o Presidente não tem tomado a ação que devia tomar para segurar essa questão tão importante para o Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco Maioria/PMDB - CE) – Senador Otto Alencar, é procedente – e muito procedente – o que coloca V. Ex^a. E, já no domingo, eu tive uma reunião longa com o Presidente da Câmara dos Deputados.

O Parlamento brasileiro... Senador Otto, eu queria responder a V. Ex^a. O Parlamento brasileiro... Nós fizemos uma reunião, Rodrigo Maia, Presidente da Câmara, e eu, porque todos nós entendemos este momento. E V. Ex^a sabe que, nesta Casa, eu tenho sido o Presidente da Casa e, quando sento na outra cadeira, Presidente do Congresso Nacional. Não sou nem aceito que aqui seja puxadinho de ninguém. Este é um dos três Poderes da República.

É abusivo o que está acontecendo, no Brasil, em relação a essa questão dos combustíveis, do gás de cozinha, do óleo diesel e da gasolina. Portanto, nós já fizemos uma reunião e definimos que, no dia 29, agora, de maio, às 9h da manhã, nós vamos fazer uma comissão geral, convocando o Presidente do Cade, que tem responsabilidade nessa questão de carteis; e nós estamos convidando o Ministro de Minas e Energia, para que aqui venha; o Presidente da Petrobras; o Presidente das distribuidoras, por um lado; e, por outro lado, nós vamos convidar os representantes dos consumidores. Se houver seis membros desse lado – eu estou me referindo, deve ser na Câmara dos Deputados, porque é uma comissão mista –, nós teremos seis membros do outro lado, para fazermos o debate e encontrarmos um caminho.

Eu sinceramente fiquei assustado com o que eu ouvi hoje, que agora essa questão do aumento de combustível está vinculada ao aumento do dólar. Meu Deus do céu, quantas vezes variou o dólar no dia de hoje? Será que essa variação aconteceria ou está acontecendo nos postos de gasolina, onde as pessoas vão abastecer? Será? Eu tenho certeza absoluta de que não. Se estiver acontecendo, é para cima, e não para baixo.

Então, Senador Otto, só para responder a V. Ex^a, que cuidadosamente pede ao Presidente que, como autoridade de Presidente do Congresso Nacional, faça essa convocação: essa discussão será feita numa comissão geral – não é numa comissão A, ou comissão B, representativa da Câmara ou do Senado, mas numa comissão geral, conjunta –, convidando as pessoas que representam os interesses do Governo, como é o caso da Presidência, e as pessoas que defendem os direitos dos consumidores.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Presidente.



O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco Maioria/PMDB - CE) – Portanto, V. Ex^a, de pensamento, coincide com as providências que estão sendo tomadas, porque é necessário neste momento.

Eu não vou discutir aqui governo A, governo B. Agora, aqui nós todos sabemos que preocupa a todos nós, não por ser um ano eleitoral, mas pela responsabilidade que temos com o povo brasileiro e obviamente com as representações que temos pelos nossos Estados. É extremamente preocupante essa questão. E nós vamos fazer o debate aberto, transparente, para abrir essa planilha e saber o que está acontecendo em relação aos combustíveis no Brasil.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Sr. Presidente,...

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Só um pequeno adendo.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – ... eu só queria falar para V. Ex^a o seguinte: o caso é de urgência. Sete dias, com o Brasil parado, como está parado, o caso é de urgência; tem que se decidir logo. Eu acho que é uma coisa tão importante que deveriam as duas Casas, com os seus dois Presidentes, chamar o Presidente da República, o Presidente da Petrobras, e, numa reunião de quatro ou cinco, tomar-se uma decisão. É urgência: tem que botar na sala e operar, não dá para pedir exame, não! Com 90 dias, o cara morre! Isso é coisa para cirurgião, não é para clínico, não. É para resolver logo, Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco Maioria/PMDB - CE) – Não são 90 dias, não; é no dia 29, Senador.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Dia 29, são 7 dias, o que dá mais de 90 dias na situação que está aí.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco Maioria/PMDB - CE) – É, mas nós temos que fazer o convite para as autoridades que serão convocadas.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Sr. Presidente, muito rapidamente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco Maioria/PMDB - CE) – Só um minutinho.

O Senador Lindbergh pediu a palavra pela ordem, assim como a Senadora Ana Amélia e o Senador José Medeiros.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu também quero trazer um adendo sobre o tema.

De fato, é um absurdo. De julho de 2017 para cá, foram 115 reajustes, com 57% na gasolina; 57% no diesel; 70%, só em 2017, no botijão de gás. Eu chamo atenção, Senador Jorge Viana: 1,2 milhão de pessoas estão voltando a cozinhar com fogão a lenha, havendo gente acidentada com queimaduras, cozinhando com álcool.

E o mais grave, Sr. Presidente – e eu queria que o senhor prestasse atenção só a este dado, o nosso ex-ministro conhece o assunto –, é que o preço do diesel no Brasil está 50% mais alto que o preço do diesel no mercado internacional. Esse é um problemaço! A que isso está levando, Senador Jorge Viana? Nós estamos virando exportadores de petróleo bruto e estamos importando diesel dos



Estados Unidos, porque o daqui está muito caro! Para se ter uma ideia, entre 2015 e 2017, nós importávamos 41% do diesel dos Estados Unidos; agora, são 82%. Então, essa tese de que o preço está variando de acordo com o mercado internacional, no caso do diesel, é furada!

Eu queria chamar a atenção para isso, porque eu acho que a imprensa está cobrindo de forma muito superficial o tema e acho que é preciso, como falou o Senador Otto, que todos nós atuemos com velocidade neste momento.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Presidente. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco Maioria/PMDB - CE) – Senadora Ana Amélia, pela ordem.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Eu quero apenas acrescentar os impactos que estão acontecendo, como lembrado aqui pelos Senadores que me antecederam.

A fábrica da General Motors em Gravataí está parada por falta de autopeças em função da greve, da paralisação dos caminhoneiros. No setor da produção de leite, de acordo com o Sindilat, que é um sindicato da indústria de laticínios, 12 milhões de litros deixam de ser transportados, pois são buscados em 65 mil propriedades rurais de produtores de leite. Isso agrava ainda mais os problemas que o setor já vinha enfrentando com uma concorrência de leite em pó do Uruguai. Os impactos são gerais. Há a possibilidade de um impacto sobre o transporte aéreo, por falta de combustível nos aeroportos para o transporte aéreo.

A cadeia que o setor representa mostra a relevância que tem o transporte rodoviário no País e a unidade que tem essa categoria, que tem a solidariedade de todos nós, em função de ser considerado abusivo esse reajuste. Enquanto os preços dos combustíveis aumentaram, na média, 8%, a inflação no período não chegou a 1%.

Eu queria também dizer, Senador Eunício Oliveira, para terminar, que, no Paraguai, o combustível da Petrobras tem a metade do preço do combustível aqui no Brasil. Então, essa equação precisa ser muito bem explicada pela Petrobras a todos os brasileiros, especialmente aos caminhoneiros, aos quais nós também somos solidários.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PROS - DF) – Sr. Presidente! É para orientar, Sr. Presidente.

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Sr. Presidente, pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco Maioria/PMDB - CE) – Tem ordem de inscrição.

Senador Raimundo Lira e Senador José Medeiros.

O SR. RAIMUNDO LIRA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - PB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu cresci, envelheci neste País, e uma das maiores aspirações da população brasileira era exatamente ter autonomia na produção de petróleo.

Nós conseguimos essa autonomia há vários anos, e, portanto, essa fórmula matemática de formar o preço no varejo é uma decisão exótica, uma decisão que ninguém entende e uma decisão que só faz punir a população brasileira. Qual é a justificativa, Senador Jorge Viana, de termos este



ano 111 aumentos do preço do combustível? Leva a um estresse e a uma incompreensão à população e aos consumidores brasileiros de uma forma absolutamente inaceitável. Será possível que a função do atual Presidente da Petrobras de recuperar as suas finanças, de reduzir o seu nível de endividamento... É preciso que a população brasileira, os caminhoneiros em particular, pague uma conta tão elevada desse jeito?

Sr. Presidente, como falou o Senador Otto Alencar, essa questão é absolutamente emergencial, porque os caminhoneiros já são vítimas de estradas que não são construídas e não são mantidas. Já são vítimas da insegurança e da violência do dia a dia. Quando um caminhoneiro sai atravessando as estradas brasileiras, a sua esposa e seus filhos não têm a certeza de que ele vai voltar. E agora mais essa punição, que é esse preço definido diariamente em função dos preços internacionais.

Portanto, Sr. Presidente Eunício Oliveira, essa questão é emergencial e urgente. A sociedade brasileira, o País, nós não podemos aceitar uma formação de preço tão exótica quanto essa que a Petrobras está fazendo.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco Maioria/PMDB - CE) – Senador José Medeiros.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PODE - MT. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, muito me honra, eu estou aqui do lado da Senadora Serys Slhessarenko, uma mato-grossense de Chapecruz. Mas mais do que isso, Sr. Presidente, há poucos dias eu assisti ao programa Conversa com Bial e tive a honra de ver o produtor José Padilha dizer que fez o seriado O Mecanismo inspirado na lei da Senadora Serys Slhessarenko. Ela, quando fez a Lei das Organizações Criminosas, colocou um dispositivo, que foi a Lei da Delação Premiada. Essa lei, embora precise ser aprimorada, possibilitou, de certa forma – não que fosse essa a intenção dela –, que ela lavasse a alma, Sr. Presidente, porque ela era Senadora nata, na eleição de 2006, 2010, e o PT simplesmente tirou a candidatura dela.

A ironia do destino, Sr. Presidente, foi justamente a lei que a Senadora Serys fez: uma bomba de efeito retardado que possibilitou, hoje, que toda aquela cúpula que acabou com a sua candidatura estivesse presa.

Mas, Sr. Presidente, dito isso, queria fazer essa homenagem a ela e dizer que nós precisamos... Essa lei precisa de aprimoramento porque tem sido usada por pessoas, como o ex-Procurador Janot, para poder fazer acordo com bandido e mandar bandido para Nova York.

Então, eu queria fazer este registro aqui da Senadora Serys, fazer esse desagravo, porque ela foi uma companheira que era para ser Senadora até hoje, Sr. Presidente, se não fosse a sacanagem que o PT fez com ela lá em Mato Grosso.

Muito obrigado.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PROS - DF) – Sr. Presidente, para orientar.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco Maioria/PMDB - CE) – Concedo a palavra ao Senador Wilder Morais.

Senador Wilder Morais.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PROS - DF) – Sr. Presidente.



O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco Maioria/PMDB - CE) – V. Ex^a é o PT, V. Ex^a é Senador Lindbergh.

Wilder Moraes.

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Social Democrata/DEM - GO. Sem revisão do orador.) – Presidente, eu gostaria de registrar a presença aqui dos estudantes da Ulbra, lá de Itumbiara: trinta estudantes do curso de Direito que andaram 400 quilômetros para visitar a nossa Casa, Presidente.

Os alunos do curso de Direito da faculdade Ulbra, da cidade de Itumbiara, que andaram 400 quilômetros para visitar a nossa Casa no dia de hoje.

Sr. Presidente, gostaria que se fizesse o registro da presença deles aqui.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco Maioria/PMDB - CE) – Obviamente, pelo intermédio de V. Ex^a, está registrada,...

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PROS - DF) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco Maioria/PMDB - CE) – ... e com prazer, a presença dos universitários que estão aqui nos visitando nesta tarde noite de hoje.

Senador Eduardo Braga.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Sr. Presidente, os meus cumprimentos aos jovens aqui da cidade de Itumbiara, sul do Goiás, uma cidade referência.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PROS - DF) – Importante.

Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco Maioria/PMDB - CE) – Senador Eduardo Braga.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Maioria/PMDB - AM. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, cumprimentando os jovens de Itumbiara, eu gostaria de cumprimentar V. Ex^a pela decisão de montarmos uma comissão geral para discutirmos e debatermos essa questão do preço de combustível.

Mas quero dizer que eu concordo com os oradores que me anteciparam de que é absolutamente inadmissível e descabida a política de reajuste de preço que a Petrobras está fazendo nos derivados de petróleo, na gasolina, no óleo diesel e no GLP.

Sr. Presidente, eu queria chamar a atenção do povo brasileiro de que, neste momento, com o aumento do preço do barril de petróleo, só a expectativa de aumento de *royalties* para o Orçamento da União, dos Estados e dos Municípios é da ordem de mais de R\$45 bilhões.

Portanto, o espaço fiscal para que o Governo possa fazer uma desoneração, neste momento, dos impostos sobre os derivados de petróleo, a fim de equalizar uma situação que tem impacto econômico e social para a economia brasileira, para o povo brasileiro é absolutamente importante e essencial, Sr. Presidente.

E queria sugerir a V. Ex^a que, mesmo antes do dia 29, nós pudéssemos, aqui no Senado, fazer uma manifestação nesse sentido. Com o aumento do preço do barril do petróleo para US\$80, nós estamos tendo um ganho de expectativa de arrecadação crescente de *royalties*. Esse ganho pode tranquilamente ser repassado para o consumidor em sua boa parte para evitar que em Carauari, por exemplo, no interior do Amazonas, o preço da gasolina e o preço do combustível estejam chegando na estratosfera. Não é apenas nas grandes cidades ou nas grandes BRs, é também no interior do



Brasil, no interior da Amazônia, onde toda e qualquer locomoção depende de óleo diesel ou de gasolina. E as pessoas mais pobres, de menor IDH deste País, são as que estão sendo mais penalizadas.

Portanto, fica aqui, Sr. Presidente, uma sugestão a V. Ex^a como Presidente do Congresso e Presidente do Senado. Veja, nós temos aqui o instituto criado pelo Senado da República para tratar da questão fiscal. Pois que o IFI faça um documento, um estudo urgente, imediato, para suportar e sustentar uma proposta do Senado, para que o Governo faça uma compensação fiscal e tributária para equalizar o preço e criar justiça social no preço do combustível. Afinal de contas, o Brasil criou e investiu tanto no pré-sal, criou e investiu tanto na Petrobras, para que os brasileiros tenham uma energia e um combustível tão caro como nós estamos tendo no momento?

Portanto, Sr. Presidente, fica aqui a sugestão de que o Senado da República encampe neste momento uma campanha junto ao Governo Federal para que se faça o ajuste fiscal em cima do preço dos derivados de petróleo para beneficiar a população, a economia e o aspecto social brasileiro, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco Maioria/PMDB - CE) – Senador Hélio José.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PROS - DF. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, são três coisas rápidas.

Primeiro, para encaminhar. Nós estamos discutindo uma matéria importante para a Ride, o encaminhamento do PROS é "sim", concordando com a Mesa com relação à supressão da palavra São Gabriel, porque ela realmente faz parte do Município de Planaltina de Goiás e já está contemplada na região da Ride.

Com relação à segunda questão, concordando com todos que me antecederam aqui, com esse preço absurdo do petróleo, da gasolina na bomba, porque é inadmissível isso. Aqui, em Brasília, há posto já cobrando R\$5,5, quase R\$6. Não dá para a gente continuar nessa situação.

Então, essa Comissão Geral para discutir essa questão é fundamental.

E, terceira e última questão, Sr. Presidente, seguindo orientação de V. Ex^a, eu gostaria exatamente de pedir a V. Ex^a, Sr. Presidente, a leitura do requerimento da CPI do setor elétrico, porque o senhor deixou claro para nós, na semana passada, que nós o leríamos, ainda na sessão anterior, na quarta-feira, não o lemos, e que hoje eu o colocasse aqui, no início da Ordem do Dia, para que possamos ler o requerimento de instalação da CPI do setor elétrico, que já está aí há mais de dois meses com as assinaturas regimentais regulares, para podermos instalar a CPI do setor elétrico e discutir essa importante matéria.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco Maioria/PMDB - CE) – Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, queria cumprimentar V. Ex^a por ter tomado, ainda no final de semana, uma atitude junto com o Presidente da Câmara em relação a esse episódio.

Pelo que estou contando, foram mais de 20 manifestações de Senadoras e Senadores, denunciando esse absurdo que é, na prática, a privatização, do pior jeito, da Petrobras.



Senadora Lídice, o que aconteceu foi isto: criaram o artifício de que a Petrobras estava vivendo lá um drama, privatizaram-na... E hoje esse tema está unindo todos nós. Os caminhoneiros paralisaram o Brasil. Nós estamos falando de um setor importantíssimo da nossa economia, o agronegócio, a agricultura familiar, que, de norte a sul do País, se manifestaram.

E a Presidência da Petrobras parece que teve uma carta-branca, não sei dada por quem, de cometer um verdadeiro assalto ao povo brasileiro. Parece até que querem que o Brasil fique com ódio da Petrobras para depois venderem. Mas eu ponho na conta do Governo Temer, do Sr. Meirelles, da direção da Petrobras.

Não é possível. Eu estou falando do meu Estado. Eu fiz mais de dez discursos daquela tribuna, mais de dez, andando no Acre e vendo a situação. Senador Caiado, há Municípios, lugares como o Rio Purus, acima de Santa Rosa, na fronteira com o Peru, em que um bujão de gás chega a R\$250, R\$150, R\$120, R\$170, é só andar um pouco nos Municípios mais distantes que você encontra. Um litro de gasolina R\$10. O litro de óleo diesel um escândalo.

Eu não tenho dúvida de que nós estamos diante de uma situação terrível. Está sendo tirado do brasileiro o direito de consumir, de ir e vir, de usar aquilo que ele comprou. Na prosperidade, na época do governo do Presidente Lula, alguns compraram barco com motor, como eu visitei muitos agora no Juruá. Vou visitar agora Feijó e Tarauacá no próximo fim de semana. Agora não podem usar o barco, o motor que compraram na casa de farinha ou mesmo para andar nos rios com sua família para o ir e vir, por causa do preço do combustível. Alguns compraram uma moto, um carrinho usado. Não podem usar por conta do absurdo do preço.

Sabe qual é a grande discussão hoje? Aumento das passagens de ônibus, aumento do trem por conta disso que nós estamos discutindo aqui, da Petrobras, da nova direção, de o Governo Temer achar que pode fazer isso com o brasileiro. E digo mais ainda, ano passado eles aumentaram PIS e Cofins para arrecadar R\$10 bilhões a mais. Qual é a lógica? O petróleo dobrou de preço. A produção de petróleo no Brasil dobrou também nos últimos dez anos. Temos 1,2 milhão a mais. O Brasil está arrecadando um mar de *royalties*, como disse aqui o Eduardo Braga.

Não há a menor lógica. Aquilo que falou o Lindbergh, nós importamos diesel. Nós estamos importando e pagando caríssimo por aquilo que nós podíamos produzir aqui no nosso País. Para mim, é um crime. Para mim, nós tínhamos que ter uma sessão temática, como eu apresentei uma proposta aqui, ter essa comissão instalada. E acho que, agora sim, caberia uma CPI para apurar o que estão fazendo...

(Soa a campainha.)

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – ... com o patrimônio brasileiro em relação à Petrobras e o que estão fazendo com o cidadão brasileiro, que vai agora, com o preço da passagem aérea, sentir um escândalo por conta do preço do combustível. Tudo isso dentro de um pacote a partir de um Governo que prometia uma ponte para o futuro e fez uma pinguela para o passado.

É um absurdo o que nós estamos vivendo e merece este debate que nós estamos fazendo aqui hoje de solidariedade a todos os brasileiros que estão sofrendo as consequências de um Governo que não passou nas urnas, que é o Governo Temer.



O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco Maioria/PMDB - CE) – Vou dar a palavra à Senadora Lídice da Mata e vou encerrar a votação na sequência.

Senadora Lídice da Mata.

A SR^a LÍDICE DA MATA (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - BA. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, para contribuir com o gesto de V. Ex^a e do Presidente da Câmara, que constituíram essa comissão mista, embora eu concorde com a opinião do Senador Otto Alencar de que nós precisamos de uma intervenção imediata. Aliás, com todos os erros do Ministro Levy, não saía desta Casa, não saía do gabinete do Presidente do Senado Federal o Ministro da Fazenda, debatendo com o Senado Federal diversas medidas para melhorar a produtividade, para melhorar a situação econômica do País.

Agora não se alcança o poder. O Sr. Pedro Parente decidiu, num planejamento estratégico, chamado, da Petrobras, que ia acabar com as refinarias da Petrobras, ia acabar com as Fafens no Brasil e está implementando o seu projeto, e, segundo falam, recebeu carta branca do Presidente da República.

Ele, então, hoje, é o Pedro imperador. Ninguém toca no Pedro Parente. Ele não se dispõe a conversar com ninguém. Veio para uma reunião com as Bancadas de Deputados Federais e Senadores dos Estados do Nordeste – o Sergipe e a Bahia, atingidos pela sua decisão em relação à fábrica de fertilizantes – todo protegido. Não podia entrar na reunião nem fabricante, nem representação das federações da indústria. Foi preciso intermediar para que essas entidades entrassem na sala.

E não é possível, portanto, Sr. Presidente, acontecer uma comissão dessas sem a presença do Presidente da Petrobras. Se essa comissão não convocar ou convidar, como V. Ex^{as} queiram, o Presidente da Petrobras, não terá sentido ser realizada, porque o Presidente da Petrobras faz ouvidos moucos para o que fala esta Casa e a Câmara dos Deputados. Ele não está nem aí para nenhum de nós. Ele não está se importando com a opinião do Congresso Nacional. Ele está se sentindo o imperador do Brasil à frente da Presidência da Petrobras.

Ou esta Casa toma uma providência em relação a isso, ou nós só vamos ver piorar essa situação dos combustíveis no Brasil, que agora chega a essa situação de absoluta inconveniência, que é da dolarização do preço do combustível no Brasil. Não é possível conviver mais com isso e não é possível que nós tenhamos aqui essa reação somente quando atingimos os grandes fornecedores e as grandes transportadoras com o aumento do preço do diesel.

O povo, em geral, que utiliza, que tem carro, o consumidor comum, está pagando mais de R\$5,00 no posto de gasolina, além do que já falado aqui, da dificuldade do povo brasileiro, da maioria da população em poder consumir o gás de cozinha. Mas isso não interessa ao imperador Pedro Parente, porque ele tem, para os carros dele, o combustível pago pelo povo brasileiro, e tem de graça no seu carro, no carro de sua família.

Portanto, esta sessão, Sr. Presidente, só terá sentido se tiver a convocação ou o convite para que participe o Presidente da Petrobras. Ou ele se dobra a ouvir o Congresso Nacional, ou não tem sentido se realizar essa sessão.

Muito obrigada.



O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco Maioria/PMDB - CE) – Senador Randolfe Rodrigues, e vou encerrar a votação.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/REDE - AP. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, obviamente, nesta votação, encaminho o voto "sim", mas me permita tratar também do mesmo tema de que todos os demais colegas Senadores estão tratando, sobre o absurdo aumento do preço dos combustíveis – R\$4,00, quase a R\$4,00 vai o óleo diesel; quase a R\$5,00 vai o preço da gasolina –, trazendo concretamente... Primeiramente, cumprimentando V. Ex^a pela iniciativa de trazer este debate para o Congresso Nacional na comissão geral que V. Ex^a propôs fazer em conjunto com o Presidente da Câmara dos Deputados, uma comissão geral do Congresso Nacional.

Agora, Sr. Presidente, é importante que se diga algumas coisas sobre a composição do preço do combustível no País. O Brasil gasta menos na produção do seu combustível do que os Estados Unidos.

Então, parte da responsabilidade... É importante que nós compreendamos, que todos aqueles que nos assistem compreendam que boa parte da composição do combustível está nos tributos que são pagos. Aliás, Sr. Presidente, quase 1/3, de 20% a 34% do preço do combustível, em alguns Estados da Federação, é de ICMS. No Rio de Janeiro, por exemplo, dos colegas Senadores Romário e Lindbergh Farias, o ICMS sobre o preço do combustível chega a 34% do valor do combustível.

Ocorre que a responsabilidade de cuidar desse tema cabe a nós, aqui do Senado Federal. Nós já debatemos esse tema outrora aqui. Cabe ao Senado Federal definir a alíquota máxima e a alíquota mínima do ICMS sobre combustíveis no País.

Sugiro aqui – acho que até em decorrência, Sr. Presidente, desta comissão geral – que o Senado da República pensasse em uma resolução no sentido de unificar a alíquota de ICMS sobre o combustível.

Isso seria uma contribuição concreta nossa para enfrentar esse debate, principalmente, que ocorre hoje, porque é um acinte, um atentado ao consumidor brasileiro pagar pelo preço de combustível em que quase mais da metade é derivada dos tributos que são pagos ao Estado brasileiro e são pagos, em especial, aos Estados federados, integrantes da União. Creio que nós do Senado podemos dar uma contribuição concreta.

Reitero aqui os termos da Senadora Lídice: é indispensável nessa comissão geral que faremos a presença da Petrobras, a presença do Presidente da Petrobras para discutir o tema em conjunto com todos nós.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco Maioria/PMDB - CE) – Vou encerrar a votação. Todos já votaram? (*Pausa.*)

Está encerrada a votação

(*Procede-se à apuração.*) (Item 2.2.1 do Sumário)

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco Maioria/PMDB - CE) – Votaram SIM 64 Sr^{as} e Srs. Senadores; NÃO, 1.



Está, portanto, aprovado.

A matéria vai à sanção presidencial.

Item 2 da pauta.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco Maioria/PMDB - CE) – Na sequência dou a palavra a V. Ex^a.

Vai ser nominal e é a última matéria, porque estamos com a pauta trancada pela medida provisória. Então, vou votar esta matéria e, na sequência, vou encerrar a Ordem do Dia.

Mensagem nº 30, de 2018, (231/2018, na origem), pela qual a Presidência da República submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Sr. Marcos Bezerra Abbott Galvão, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário, Chefe da Missão do Brasil junto à União Europeia, em Bruxelas.

Parecer sob nº 39, de 2018, da Comissão de Relações Exteriores, Relator: Senador Cristovam Buarque.

Discussão do parecer. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, está encerrada a discussão.

Passa-se à votação da matéria, que, nos termos regimentais, deve ser procedida por escrutínio secreto.

Os Senadores e as Senadoras já podem votar.

(*Procede-se à votação.*)

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco Maioria/PMDB - CE) – Tem a palavra o Senador Humberto Costa, pela ordem.

A SR^a MARTA SUPLICY (Bloco Maioria/PMDB - SP) – Pela ordem também.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco Maioria/PMDB - CE) – Depois, Senador Caiado.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu gostaria, aqui, de fazer um apelo ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), para que ele resolva definitivamente um problema da maior gravidade no Estado de Pernambuco abrangendo os Municípios de Tacaratu, Petrolândia e Jatobá, à margem do Rio São Francisco.

Essa área, Sr. Presidente, durante muitos anos foi motivo de disputa entre as populações indígenas, especialmente os pankararu, e os pequenos agricultores que ali também moravam e trabalhavam.

O Supremo Tribunal Federal chegou à decisão de que as áreas pertencem aos indígenas, e não há qualquer contestação a isso. As áreas pertencem aos pankararu e devem ser claramente delimitadas, e já o foram, e devem ser utilizadas por eles.

No entanto, quando houve essa decisão, houve um apelo para que 671 ocupações que foram feitas de boa-fé pudessem ser retiradas e fossem oferecidas a essas famílias, 346 famílias, terras equivalentes e de boa qualidade na região.



O Incra, no entanto, até agora só destinou uma área que é suficiente apenas para 93 famílias, ou seja, quase quatro vezes menos do que aquilo que é necessário.

Como hoje já há um pedido de integração de posse aos índios pankararu, que são os verdadeiros donos da terra, nós estamos cobrando que o Incra tome uma medida urgente no sentido de garantir terras para essas pessoas que sabem, que têm consciência de que precisarão sair dali. A área pertence aos índios, mas elas precisam também ter uma condição mínima para sua sobrevivência.

Nesse sentido, o Tribunal Regional Federal da 5ª Região deverá julgar uma medida adiando essa reintegração de posse, mas exigindo do Incra que faça, o mais rapidamente possível, o assentamento dessas famílias que estão ocupando irregularmente as terras indígenas.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco Maioria/PMDB - CE) – Só um minutinho.

Senadora Marta Suplicy e, depois, Senador Caiado. Depois, Senador Lasier.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO. Sem revisão do orador.) – É só no intuito de agradecer a V. Ex^a pela sensibilidade em colocar em votação um projeto de lei complementar que atende a dez Municípios do Estado de Goiás na inclusão de ações compartilhadas com o Distrito Federal.

Muito obrigado e o agradecimento a todos os Senadores pela aprovação.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco Maioria/PMDB - CE) – V. Ex^a tem sempre o prestígio da Mesa.

Senadora Marta Suplicy. Depois, o Senador Lasier.

A SR^a MARTA SUPLICY (Bloco Maioria/PMDB - SP. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Presidente, é para agradecer a inclusão, na pauta, do pleito do Município paulista de Sorocaba para a contratação de operação de crédito externo. É um recurso que vai ajudar muito o financiamento do Programa Ambiental e de Otimização Viária de Sorocaba - Mobilidade Total.

Recebi o Prefeito. Sorocaba é uma cidade grande do Estado de São Paulo, com 700 mil habitantes, é o maior PIB do País, segundo o IBGE. A soma de tudo o que foi produzido pelo Município corresponde a 06% do PIB total do Brasil e está entre as melhores cidades do Brasil para se empreender.

Então, acredito que nós vamos ter um resultado bom, uma boa aplicação na mobilidade da cidade de Sorocaba com esse projeto aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco Maioria/PMDB - CE) – Senador Lasier.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - RS. Sem revisão do orador.) – Presidente Eunício, eu queria apelar à sensibilidade de V. Ex^a para a importância de decidirmos e de apreciarmos a Medida Provisória nº 813, que trata do saque do PIS/Pasep. Essa medida está com a eficácia por terminar no dia 1º de junho.

Então, eu queria pedir a V. Ex^a as suas diligências para que, junto ao Presidente da Câmara, também apressássemos lá para que, depois, viesse para cá, porque ela traz benefícios a milhares de brasileiros e sem qualquer aumento de despesas para a União.

Então, este é o apelo: a Medida Provisória 813, do saque do PIS/Pasep.



Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco Maioria/PMDB - CE) – Será feita a solicitação de V. Ex^a.

Vou pedir aos Senadores e Senadoras que venham ao plenário. Nós estamos em um processo de votação nominal, e essa é a última matéria a ser votada no dia de hoje, tendo em vista que a medida provisória está trancando a pauta.

Votaram apenas 32 Sr^{as} e Srs. Senadores até agora.

Senador Lasier já falou...

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PROS - DF) – Sr. Presidente.

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco Maioria/PMDB - CE) – Senador Serra.

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP. Para encaminhar. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero dizer aqui da minha satisfação, da minha alegria mesmo, de encaminhar um voto para o Embaixador Marcos Galvão, que foi Secretário-Geral do Itamaraty quando eu fui Ministro e posso assegurar que representa o que de melhor tem a nossa diplomacia. Vai agora para a União Europeia. Tenho certeza de que vai ser um grande Embaixador, tenho certeza de que vai defender os interesses do Brasil com habilidade, com conhecimento, com talento.

Enfim, quero novamente registrar minha satisfação de poder dar este voto e fazer este encaminhamento. Estejam certos os Srs. Senadores que estamos promovendo para uma Embaixada extraordinariamente importante um extraordinário diplomata.

Muito obrigado.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PROS - DF. *Fora do microfone.*) – Sr. Presidente.

A SR^a LÚCIA VÂNIA (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - GO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco Maioria/PMDB - CE) – Mais uma vez, eu vou pedir aos Senadores que venham ao plenário. Nós estamos num processo de votação nominal.

Senador Medeiros e Senador Hélio José.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PODE - MT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, ouvi agora há pouco as palavras do Senador Humberto Costa e fiquei preocupado pelo seguinte: no País inteiro estão surgindo – apesar de uma decisão do STF –, capitaneadas pela Funai, diversas ações para a retirada de pessoas que estão nas terras e para a demarcação de novas áreas de territórios indígenas.

Em Mato Grosso, Sr. Presidente, praticamente o território todo já é indígena. Os índios vivem morrendo de fome lá. Eu não vejo políticas da Funai preocupadas com isso, mas são terras, e mais terras, e mais terras. Lá fizeram uma desintrusão de uma cidade de 8 mil habitantes, e havia também, nos mesmos moldes dessa que o Senador Humberto Costa colocou aqui, a promessa do Inkra de atender essas famílias que iriam ganhar o seu pedaço de terra. Detalhe: foi feita a desintrusão, patrocinada pela Senadora Gleisi Hoffmann e Gilberto Carvalho, que prometeram, na época, que essas famílias iam ter sua terra, e estão lá: já mais de dez pessoas se suicidaram.

Agora, a minha preocupação não é essa que passou. É que já estão falando em fazer em Jarudore, o Senador Humberto Costa falou que está para acontecer outra: nós precisamos dar um



marco zero nisso. O Supremo Tribunal Federal já entendeu que existe um marco legal nisso. Mas, não sei, parece que a Funai não está muito preocupada com esse negócio de lei, com decisão judicial... Onde é que a gente vai parar? Os índios, está sobrando terra e está faltando comida para eles. Eu acho que neste momento o que eles querem é começar uma política que dê dignidade de vida para eles. Agora está se criando conflito, tirando pessoas que estão lá há 20, 30 anos em cima da terra, e jogando na rua, sem possibilidade nenhuma, como foi feito lá em Marãiwatsédé para atender aos desígnios políticos do então Bispo Dom Pedro Casaldáliga.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco Maioria/PMDB - CE) – Senador Hélio José.

A SR^a LÚCIA VÂNIA (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - GO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PROS - DF. Para encaminhar. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu quero dizer que o nosso nobre Ministro Marcos Galvão – o nosso nobre Embaixador, não é Ministro – é uma pessoa indicada para o lugar certo, uma pessoa realmente bem entrosada e, igual ao que o nosso nobre Presidente e nosso ex-Ministro (sempre Ministro das Relações Exteriores) Serra acabou de colocar aqui, uma pessoa que merece todo o nosso apoio. Por isso é que eu reforço o pedido de V. Ex^a para que nossos pares venham aqui ao plenário avaliar essa indicação importante, para a União Europeia, do nosso Embaixador Marcos Galvão.

E gostaria também, Sr. Presidente, de agradecer a V. Ex^a pela colocação do PLC 102 em votação, que garantiu a ampliação da Ride, inclusive com sua colaboração na exclusão do termo de redação que era desnecessário. Então, eu quero agradecer a todos os nossos Senadores aqui que votaram "sim" – praticamente, só houve um voto contra – pela inclusão desses 12 Municípios dos Estados de Goiás e de Minas Gerais na Ride. Isso é muito importante para o Entorno do Distrito Federal e para a nossa cidade.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

A SR^a LÚCIA VÂNIA (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - GO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco Maioria/PMDB - CE) – Pela ordem, Senadora Lúcia Vânia.

E eu vou pedir mais uma vez aos Senadores que, depois de ouvir a Senadora Lúcia Vânia, eu vou encerrar a votação.

A SR^a LÚCIA VÂNIA (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - GO. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, eu gostaria de registrar meu voto "sim" no PLC 102, de 2015, que tem por objetivo ampliar a área da abrangência da Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (Ride).

Esse projeto é de autoria do Deputado Rogério Rosso, e a relatoria é do Senador Hélio José, a quem cumprimento nesta oportunidade. O objetivo da modificação do texto original do projeto é incluir os Municípios goianos de Gameleira, Teresina de Goiás e Colinas do Sul à Ride. Essa medida estenderia o benefício das ações de políticas públicas, realizadas no âmbito da Ride, a uma região maior nos arredores de Brasília, Municípios esses que já apresentam vocação natural de interagir de forma intensa e complementar com a Ride.

Eram essas as minhas palavras, Sr. Presidente.



Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco Maioria/PMDB - CE) – Senadora Ana Amélia.

E na sequência vou encerrar a votação.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS. Para encaminhar. Sem revisão da oradora.) – Eu quero registrar exatamente a relevância dessa indicação ao Ministério de Relações Exteriores, do Embaixador Marcos Galvão, Secretário Executivo do Ministério de Relações Exteriores, para um dos cargos mais importantes e estratégicos, o de representante do Brasil junto à União Europeia. E digo isso porque a agenda que aguarda o Embaixador é extremamente densa e em alguns temas preocupante, pelos embargos que a União Europeia vem fazendo à produção brasileira, não apenas da área de frangos, mas também de pescados e outros que advirão também agora com a proximidade que temos de um eventual acordo Mercosul-União Europeia.

Então eu desejo boa sorte ao Embaixador, e quero dizer que ele integra aquela categoria de qualificados diplomatas que todos nós respeitamos pelo trabalho que desempenhou e pelos resultados obtidos nas diversas missões que teve a responsabilidade de comandar – a última, claro, na Secretaria-Geral do Ministério de Relações Exteriores.

E essa missão será desafiadora, como eu disse. Esperamos, no Rio Grande do Sul, que a atuação do Ministro possa derrubar as barreiras protecionistas que crescem a cada dia, interferindo diretamente nos resultados de uma produção que é importantíssima, que é a produção de carne de frango, já que metade da produção é consumida no mercado interno e a outra metade é destinada ao mercado internacional – e a União Europeia é um grande consumidor.

Muito obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco Maioria/PMDB - CE) – Todos já votaram?

Eu vou encerrar votação. (*Pausa.*)

Está encerrada a votação.

(Procede-se à apuração.) (Item 2.2.2 do Sumário)

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco Maioria/PMDB - CE) – Votaram SIM 46 Sr^{as} e Srs. Senadores.

Está, portanto, aprovado o nome do Sr. Marcos Bezerra para assumir o cargo de Embaixador em Bruxelas.

Será feita a devida comunicação à Presidência da República.

O último item da pauta é simbólico, e na sequência vou encerrar a Ordem do Dia.

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Social Democrata/DEM - GO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Presidente, pela ordem.

Só queria que registrasse o meu voto na votação anterior como positivo. Está bom?

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco Maioria/PMDB - CE) – A Mesa registrará o voto de V. Ex^a.

Item 3 da pauta.



Projeto de Decreto Legislativo nº 10, de 2018 (487, de 2016, da Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo de Previdência Social entre a República Federativa do Brasil e os Estados Unidos da América, assinado em Washington, no dia 30 de junho de 2015.

Parecer favorável nº 27, de 2018, do Senador Jorge Viana. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, está encerrada a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

Aprovado.

A matéria vai à promulgação. (*Pausa.*)

Foi apresentado requerimento de urgência que será publicado na forma regimental para o Projeto de Resolução 18, de 2018. (**Requerimento n.º 311/2018 – Item 2.2.3 do Sumário**)

Votação do requerimento.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

Aprovado. (**Item 2.2.3 do Sumário**)

Será cumprida a deliberação do Plenário.

Nada mais havendo a tratar no dia de hoje, tendo em vista que a pauta está trancada pela medida provisória, eu convido o Senador José Medeiros, pela Liderança do Podemos, para fazer uso da palavra.

Está encerrada a Ordem do Dia.

Convido V. Ex^a para fazer uso da palavra.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/REDE - AP) – Presidente,...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco Maioria/PMDB - CE) – E peço ao Senador Jorge...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/REDE - AP) – ... V. Ex^a me inscreve pela Liderança da Rede, por gentileza?

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco Maioria/PMDB - CE) – Pois não.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PODE - MT) – Presidente, eu já falei.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco Maioria/PMDB - CE) – Senador Reguffe...

Já falou?

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PODE - MT) – Já falei pela...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco Maioria/PMDB - CE) – Como Líder?

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PODE - MT) – ... Liderança.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco Maioria/PMDB - CE) – Senador Reguffe.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PODE - MT. Sem revisão do orador.) – Enquanto o Senador Reguffe sobe à tribuna, Sr. Presidente, queria fazer um pedido a V. Ex^a. V. Ex^a sabe que o Executivo é o maior legislador deste País na verdade. E sabe o que está acontecendo? Os órgãos estão se arvorando do direito de legislar por portaria.



Veja o senhor que, na divisa de Mato Grosso com o Pará, os garimpeiros estavam trabalhando numa área autorizada, e seus bens foram todos queimados. E, mesmo que fosse numa área em que não se tivesse autorizado, Sr. Presidente, queimaram retroescavadeira de valor de R\$700 mil, baseados numa portaria amparada por um decreto. Nós não podemos permitir isso. Quando é pego um traficante carregando cocaína, não se queima o veículo; este é doado ou vai para o Estado. Há tantas prefeituras precisando de máquina.

Aí, antes, a Presidente do Ibama dizia o seguinte: que queimavam isso porque corriam o risco de levar tiro, porque os agentes estavam vulneráveis. Senador Reguffe, desta vez estavam com a Polícia Federal. Por que não doar essas máquinas? Eu não vou entrar no mérito de se estava certo ou se estava errado. Por que não doar para as prefeituras?

Dito isso, é inadmissível que se queimem bens sem o princípio do contraditório e sem haver um respaldo desta Casa. Para o que servem, então, o Senado Federal e a Câmara Federal se qualquer funcionário pode fazer uma portaria e legislar a bel-prazer?

Muito obrigado.

(Durante o discurso do Sr. José Medeiros, o Sr. Eunício Oliveira, Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Jorge Viana.)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – O Senador Reguffe tem a palavra, após a Ordem do Dia, como inscrito pela Liderança. V. Ex^a tem a palavra.

O SR. REGUFFE (S/Partido - DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Parlamentares, o País vive neste momento uma escalada nos preços dos combustíveis. E isso é absolutamente inaceitável.

Eu não sou daqueles que defendem que o Governo controle o preço simplesmente. Agora, é preciso se analisarem aqui algumas questões com relação a esse aumento do preço dos combustíveis. A primeira delas é o aumento da arrecadação do Governo com PIS/Cofins sobre combustíveis. A própria Receita Federal apresenta números que dizem que, de agosto de 2016 a março de 2017 – portanto, nesses oito meses –, a arrecadação do Governo Federal com PIS/Cofins sobre combustíveis foi de R\$8,993 bilhões. No mesmo período, um ano depois, de agosto de 2017 a março de 2018 – e ambos os períodos neste mesmo Governo –, a arrecadação com PIS/Confins sobre combustíveis foi de R\$19,065 bilhões, passando de praticamente R\$9 bilhões para mais de R\$19 bilhões em apenas um ano, um aumento da arrecadação num percentual de 111%. E isso foi antes desta escalada agora do aumento dos preços dos combustíveis. Com este aumento, a arrecadação do Governo vai aumentar muito mais.

Eu defendo a responsabilidade fiscal – inclusive, às vezes, sou criticado por isso. Um governo não pode gastar mais do que arrecada. Eu votei contra também os PLNs que alteravam a meta fiscal do Governo. Um governo não pode gastar mais do que arrecada – isso, para mim, é princípio. Agora, não dá é para essa sanha arrecadatória do Governo simplesmente jogar os consumidores deste País no *corner*, na parede, como está fazendo hoje. Isso, para mim, é algo inaceitável, não dá para aceitar que o Governo esteja tributando PIS/Cofins do jeito que está, nos combustíveis. Está aí: aumentou,



em um ano, mais de 111% a arrecadação do Governo, passando de R\$9 bi para mais de R\$19 bi. E isso foi antes deste aumento; com este aumento, vai aumentar muito mais.

O que o Governo deveria fazer? Já que aumentou agora mais, ele deveria reduzir o PIS/Cofins. Não vai cair a arrecadação nominal do Governo, porque ele reduz o percentual e, com o aumento do preço dos combustíveis, vai arrecadar a mesma coisa ou talvez arrecade até mais. Então, o Governo deveria reduzir, sim, neste momento, o PIS/Cofins sobre os combustíveis.

Assinei também, agora há pouco, na tarde de hoje, aqui no Senado, junto com o Senador Randolfe Rodrigues, um projeto de resolução para ter como alíquota máxima de ICMS sobre combustíveis o percentual de 18%. Eu assinei junto com o Senador Randolfe Rodrigues um projeto na tarde de hoje. Os governos estaduais e o daqui também, no Distrito Federal, querem arrecadar muito com o combustível. Aumentando o preço do combustível, eles podem reduzir imposto. Por que há essa sanha arrecadatória? Por que não podem reduzir? Se aumentou o preço do combustível, dá para reduzir a alíquota. Por que não podem fazer isso pela população? O foco de um governo não tem que ser a população? Não é nada irresponsável. Seria irresponsável se a arrecadação fosse cair, mas, com o aumento do preço, pode-se reduzir um pouco a alíquota. O Governo aqui, hoje, trabalha com uma alíquota de 28% sobre o ICMS – ele aumentou de 25% para 28%. Então, eu assinei essa proposta para uniformizar...

Concedo um aparte ao Senador Randolfe Rodrigues.

O Sr. Randolfe Rodrigues (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/REDE - AP) – Senador Reguffe, quero, primeiramente, concordar com a linha do pronunciamento de V. Ex^a. Nessa questão dos combustíveis, nós temos que recuperar um histórico e, ao mesmo tempo, encontrar as razões de hoje, na bomba de combustível, o cidadão brasileiro estar pagando quase R\$4 no óleo diesel e quase R\$5 na gasolina. Veja, primeiro, estou de acordo com o senhor de que há uma política em relação a isso que fracassou. E, nesse aspecto, há de se concordar com a linha adotada pela Petrobras. A política de subsídio, de subsidiar os preços dos combustíveis, fracassou. É importante que se diga que hoje o Brasil é um dos países do mundo que gasta menos na produção dentre vários outros países exportadores de petróleo, como os Estados Unidos, por exemplo, que já destacamos aqui anteriormente. Temos que encontrar as razões centrais para o aumento desmedido do preço de combustível para o consumidor final. E uma delas V. Ex^a aponta: é a sanha arrecadatória do Estado brasileiro. O senhor, Senador Reguffe, é candango, brasileiro de coração, carioca de nascimento. Pois bem, no Estado de V. Ex^a, no Estado que viu V. Ex^a nascer e que deu ao Brasil esse belo Senador da República, os cidadãos do Estado pagam 34%: a cada R\$1 que eles gastam na bomba de combustível, R\$0,34... Ou seja, a cada R\$100, R\$34 são gastos com o ICMS, com o tributo destinado ao Estado. Isso é um assalto a céu aberto! Veja, a cada R\$100, R\$34; a cada R\$1, R\$0,34. No meu Estado do Amapá, o tributo é de R\$0,22 a R\$0,25, ou seja, é de 22% a 25% o ICMS sobre a alíquota do combustível. Nesse aspecto nós do Senado temos que fazer algo concreto. Cabe a nós... E por isso que fico muito honrado com o fato de V. Ex^a ter sido a primeira assinatura – destaco aqui: a primeira assinatura – no projeto de resolução para buscar unificar a alíquota sobre o ICMS de combustível. E isso é uma necessidade! E uma necessidade que o Senado pode responder ao Brasil: basta um projeto de resolução aprovado pelo Senado com voto de 54 Senadores e nós unificamos em 18% a alíquota do ICMS sobre combustível em todo o País. Aí se tem um argumento concreto,



inclusive para reduzir o preço do combustível. Veja a diferença. Veja a diferença: reduzir, por exemplo, em Estados como o Rio de Janeiro, de 34 para 18%; de R\$0,34 para R\$0,18; de R\$34 para R\$18. Eu creio que a alternativa que nós do Senado temos que apresentar concretamente é esta: nós, Senadores e Senadoras da República, podemos fazer algo concreto em relação a esse absurdo. Eu espero que, com o nosso projeto de resolução – permita-me dizer assim, Senador Reguffe, já que sua assinatura foi a primeira –, nós consigamos dar essa contribuição para o Brasil.

O SR. REGUFFE (S/Partido - DF) – Muito obrigado pelo aparte, Senador Randolfe.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Senador Reguffe, eu acho que hoje nós estamos quase que numa sessão temática. Eu propus isso, mas eu aqui, na condição de estar aqui também na Presidência, vendo o colega Randolfe, quero dizer que estou 100% nisso.

O problema todo é que, no ano passado, o Governo Temer deu um aumento no PIS/Cofins para combustível que é um absurdo.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/REDE - AP) – Estou de pleno acordo.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Arrecadou R\$10 bilhões no ano passado e já vai arrecadando R\$8...

Acabei de ter informações – tenho andado muito em Juruá, no Estado inteiro, tenho denunciado isto – de que amanhã o litro de gasolina vai passar a R\$5,50 lá em Cruzeiro do Sul. Lá há uma base de abastecimento da Petrobras, que acabou de ser construída; não tem explicação. Isso é um caso de CPI, isso é um caso gravíssimo; por isso que eu queria cumprimentar V. Ex^a.

No nosso caso do Acre, nos altos rios, chega a R\$10.

Então, veja o que aconteceu: os brasileiros começaram a adquirir alguns bens, motores para andar de barco, um carrinho, uma moto, e agora não podem abastecer os veículos por conta do Governo que assumiu e resolveu fazer uma privatização às avessas da Petrobras – porque eu acho que foi isso que aconteceu –, um ato irresponsável que une aqui todas as forças políticas nessa denúncia do abuso da Petrobras e na solidariedade aos caminhoneiros, aos taxistas, aos mototaxistas, ao cidadão que precisa se locomover, que foi empurrado para ter um carrinho, e que agora não tem dinheiro para pagar o combustível do carrinho que comprou com sacrifício.

Parabéns, Senador.

O SR. REGUFFE (S/Partido - DF) – Obrigado, Senador Jorge Viana.

Quero agradecer o aparte do Senador Randolfe e quero conceder também um aparte ao Senador Renan Calheiros.

O Sr. Renan Calheiros (Bloco Maioria/PMDB - AL) – Eu queria cumprimentar V. Ex^a, Senador Reguffe, pelo oportuno pronunciamento que faz. E quero dizer que só agora cheguei ao plenário do Senado Federal e não pude acompanhar verdadeiramente os desdobramentos com relação às reuniões que o Governo tem feito com relação a essa sistemática de reajuste quase que diário dos combustíveis – da gasolina, do óleo diesel – e também do gás de cozinha. A grande imprensa não fala, mas quantos não foram os brasileiros que voltaram a cozinhar no fogão à lenha porque não têm condição de incluir no seu ganho o gás, mais um botijão de gás? Sr. Presidente, isso é um absurdo! Ouvi falar também, Senador Jorge Viana, que preside esta sessão, que o Congresso Nacional anuncia



que vai fazer uma comissão geral para discutir com a Petrobras um mecanismo de redução do preço da gasolina. Sr. Presidente, nada mais sintomático do que essa conversa fiada de fazer uma comissão para discutir. O povo não aguenta isso; não aguenta! Ainda mais, Sr. Presidente, porque o Governo estaria chantageando o Congresso para trocar redução do preço dos combustíveis por aumento de imposto. Eu, há pouco, acabei de ver isso na coluna do Valdo Cruz, que diz que um dos itens relacionados como chantagem para abaixar o preço da gasolina é o de reonerar a folha de pagamento. Sr. Presidente, nós já temos, no Brasil, Senador Reguffe, 13,7 milhões de desempregados. Reonerar a folha das empresas, neste momento, significa ainda mais demissão; significa que esse desemprego ainda vai aumentar mais. Isso é um absurdo! O Congresso Nacional tem que fazer uma intervenção no bom sentido; não pode esperar comissão geral, nada – Comissão Geral é conversa fiada, não vai a lugar nenhum –, e não pode aceitar a chantagem do Governo de querer reduzir o preço da gasolina em troca do aumento de impostos, especialmente da reoneração da folha. Senador Reguffe, da forma que vai, o consumidor vai recorrer ao Supremo Tribunal Federal para conter esse abuso que significa aumentar o preço dos combustíveis diariamente – diariamente. Isso é um absurdo. O Presidente da República hoje, que tinha 1% na pesquisa, anunciou a retirada da sua candidatura e colocou no seu lugar o ex-Ministro da Fazenda que levou o País a essa situação. Inclusive, não sei se V. Ex^a sabe, é o Ministro da Fazenda o comandante de tudo que acontece nas estatais, principalmente na Petrobras. Essa candidatura do Meirelles não vai... Essa pré-candidatura não vai passar do pré, pelas maldades que, ao longo desses meses, eles têm conseguido fazer com o povo brasileiro. Eu estava dizendo aqui ao Senador Requião – e agradeço-lhe desde logo pelo aparte – que eu não acredito que o PMDB homologue uma candidatura como essa, porque a candidatura do Meirelles vai rebaixar o PMDB em todos os Estados. A consequência do Governo do Presidente Temer com relação ao nosso Partido já é dramática, Senador; muito dramática. Nós perdemos aqui, no Senado Federal, sete Senadores e perdemos, na Câmara dos Deputados, 15 Deputados – 15! Quer dizer, com o Meirelles candidato, rebaixando o Partido em cada Estado e levando essa discussão das maldades que perpetrou contra o povo na flexibilização de direitos, no engessamento do orçamento, no aumento de imposto, no fim dos programas sociais, na redução do Bolsa Família, na elevação do número de desempregados... Porque, quando nós entregamos o Governo ao Presidente Michel Temer aqui, neste Senado Federal, nós tínhamos 11,4 milhões de desempregados; hoje temos 13,7. Não vai! Não vai! Eu queria, portanto, agradecer a V. Ex^a, me somar ao oportuno pronunciamento que V. Ex^a faz e dizer, Senador Jorge Viana – infelizmente não está aqui o nosso querido Presidente Eunício Oliveira –, que o Senado não pode aceitar essa conversa fiada de comissão geral. Para quê? Para quê? O Senado tem que votar, com a urgência que o assunto requer, um novo critério de preços para a Petrobras, um critério justo; mas não pode aceitar chantagem do Governo, que admite controlar melhor – como falou ontem o Ministro Padilha – o preço dos combustíveis, desde que se aumentem os impostos e se reonere a folha de pessoal das empresas, o que vai ainda agravar a questão do desemprego. Muito obrigado, Senador Reguffe.

O SR. REGUFFE (S/Partido - DF) – Obrigado, Senador Renan Calheiros, pelo aparte.

Quero dizer a V. Ex^a, Sr. Presidente, e às Sr^{as} e aos Srs. Senadores que não terá o meu voto aqui qualquer aumento de imposto colocado pelo Governo Federal. Como representante da população



do Distrito Federal, como representante eleito por essa população, não terá o meu voto aqui qualquer aumento de impostos.

E volto a dizer, Sr. Presidente, volto a colocar aqui os dados que são da própria Receita Federal. Estes dados são da própria Receita Federal: a arrecadação com PIS/Cofins sobre combustíveis no Brasil enquanto, de agosto de 2016 a março de 2017, era de R\$9 bilhões – R\$8,993 bilhões, praticamente R\$9 bi –, passou, um ano depois, nos mesmos meses, de agosto de 2017 a março de 2018, para mais de R\$19 bi.

O Governo já estava arrecadando isso antes desse aumento de combustíveis; então, aumentando o preço dos combustíveis, a arrecadação ainda vai aumentar muito mais. Então, se aumentou o preço do combustível, o Governo poderia fazer uma redução dessa tributação para o consumidor. Não iria cair a arrecadação – porque o Governo vai tributar um valor absoluto maior, porque aumentou o preço do combustível – e o Governo poderia fazer isso pela população, até porque o foco de um governo tem que ser a população.

Eu defendo a responsabilidade fiscal: um governo não pode gastar mais do que arrecada. Eu sou um sujeito que sempre fui responsável aqui. Agora, não tenho como aceitar que esteja sendo feito o que está sendo feito neste País neste momento com a questão dos combustíveis. O Governo tem margem, sim, porque, se aumenta o preço dos combustíveis, aumenta a arrecadação do Governo. Então, o Governo pode, sim, tirar um pouco na alíquota do PIS/Cofins; o Governo pode, sim, reduzir o PIS/Cofins.

O Sr. Hélio José (Bloco Maioria/PROS - DF) – Senador Reguffe?

O SR. REGUFFE (S/Partido - DF) – Concedo um aparte ao Senador Hélio José.

O Sr. Hélio José (Bloco Maioria/PROS - DF) – Senador Reguffe, aparte rápido. Só quero reconhecer aqui seu trabalho, sempre sério, responsável na defesa do contribuinte, na defesa do brasileiro; o acerto dessa resolução que V. Ex^a e que o nosso nobre Senador Randolfe assinaram – e que eu também aqui acabei de assinar e que vários outros aqui irão assinar. Então, eu quero concordar com V. Ex^a, em gênero, grau e número, no que V. Ex^a coloca. É um absurdo essa situação. Meus cumprimentos – meu, como Senador de Brasília, e da população de Brasília, porque nos orgulha muito ter um Senador como V. Ex^a, que trabalha aqui incessantemente em prol da nossa população. Parabéns, Senador Reguffe. Obrigado.

O SR. REGUFFE (S/Partido - DF) – Muito obrigado, Senador Hélio.

E apenas, Sr. Presidente, para encerrar, eu quero também lembrar a situação aqui do Distrito Federal, porque aqui, no Distrito Federal, os postos de gasolina, os postos de combustíveis estão aumentando o preço da gasolina em percentuais muito acima do que já foi aumentado pelas distribuidoras.

Eu fui autor, quando era deputado distrital, no ano de 2009, da representação na Secretaria de Direito Econômico que gerou a investigação do Cade sobre o mercado de combustíveis do Distrito Federal, que gerou, inclusive, uma operação da Polícia Federal, que gerou intervenção em postos de gasolina.

(Soa a campanha.)



O SR. REGUFFE (S/Partido - DF) – Foi uma representação minha que iniciou isso no ano de 2009; foi uma representação que eu fiz na Secretaria de Direito Econômico, do Ministério da Justiça, que gerou a investigação do Cade.

Neste momento, os postos de gasolina no Distrito Federal estão aumentando o preço da gasolina em percentuais muito acima do aumento que já foi dado pelas distribuidoras. Então, é importante também que as autoridades competentes, neste momento, fiquem de olho vivo com isso, porque nós não podemos aceitar esse aumento que vai contra a economia popular, muito acima do bom senso, e não dá para aceitar. Então, está errado no plano nacional e está errado também no plano local. Então, é importante que as autoridades competentes fiquem de olho aqui nos postos do Distrito Federal.

E só para encerrar mesmo, Sr. Presidente, agradecendo a benevolência do tempo – mas houve muitos apartes –, digo que, se ocorreu esse aumento de arrecadação do Governo no PIS/Cofins, aumentando o preço de combustível, eu acho que não custa nada reduzir um pouco o PIS/Cofins sobre os combustíveis. Isso não é algo irresponsável. Eu não sou um populista, eu aqui defendo a Lei de Responsabilidade Fiscal, defendo que um governo não pode gastar mais do que arrecada, votei contra os PLNs que alteravam a meta fiscal. Então, sempre fui responsável.

Agora, na medida em que se aumenta a base arrecadatória, aumentando-se o preço dos combustíveis, eu acho que o Governo poderia, sem baixar a arrecadação – porque, com o aumento do preço do combustível, ele arrecada mais –, reduzir um pouquinho também o que o consumidor deste País paga de imposto e está pagando sobre o PIS/Cofins da gasolina, assim como os governos estaduais e o Governo do Distrito Federal poderiam fazer com o ICMS. O ICMS hoje, no Distrito Federal, é de 28% sobre o preço da gasolina. Então, foi aumentado, inclusive, neste Governo. É algo que, na minha concepção, não deveria ser feito e é algo que pode ser reduzido, principalmente neste momento de aumento da base de arrecadação com o aumento do preço da gasolina.

Era isso o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Cumprimento V. Ex^a, Senador Reguffe.

Por uma inversão que acordaram, a Senadora Lúcia Vânia, que tem que sair, vai fazer o seu pronunciamento como inscrita, mas falou que é por pouco tempo; depois, o Senador Hélio José.

A SR^a LÚCIA VÂNIA (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - GO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, em primeiro lugar, quero agradecer o Senador Hélio José e o Senador Roberto Requião por me cederem o seu espaço.

Sr. Presidente, venho à tribuna do Senado hoje para agradecer ao Ministro da Educação, o Sr. Rossieli Soares, pela visita realizada ontem a algumas cidades do Estado de Goiás. Durante a minha trajetória parlamentar, aprendi que a vida não acontece aqui nos gabinetes em Brasília, mas nos Municípios e, se queremos acertar no trabalho feito por aqui, temos que conhecer de perto a realidade vivida pela população nas cidades brasileiras. Foi exatamente isso que o Ministro fez ontem. E quero parabenizá-lo pela disponibilidade de visitar os Municípios goianos de Catalão, Ipameri e Morrinhos. Para nós goianos foi uma honra recebê-lo em nosso Estado.



A primeira parada foi em Catalão, onde aprovamos recentemente a criação da Universidade Federal de Catalão, um desejo de mais de 20 anos finalmente concretizado. Lá também foi lançada a pedra fundamental do *campus* do Instituto Federal Goiano em Catalão.

Quero, na oportunidade, cumprimentar o ex-Prefeito Haley Margon, um dos grandes idealizadores desta universidade, e o atual Prefeito Adib Elias, que nos recebeu naquela cidade.

O Sr. Ministro da Educação anunciou a criação da Universidade Federal de Catalão (UFCat), fruto da Lei 13.634, de 20 de março de 2018. Tive a honra de relatar, na Comissão de Educação desta Casa Legislativa, o projeto de lei que criou a universidade.

A Universidade Federal de Catalão já nasce grande: com 35 anos de experiência no ensino, pesquisa e extensão, com cerca de 3,5 mil alunos, pouco mais de 450 servidores efetivos, cerca de 130 servidores terceirizados, além de 28 cursos de graduação, 10 cursos de mestrado e 2 de doutorado.

Durante a visita, o Ministro Rossieli lançou a pedra fundamental da construção do prédio que abrigará cursos da área de saúde da universidade. O custo estimado para a construção do prédio é de aproximadamente R\$8,8 milhões, com previsão de início das atividades em 2019.

Ainda no Município de Catalão, o Ministro da Educação participou do lançamento da pedra fundamental para o início da construção da sede definitiva do Campus Avançado Catalão e do Instituto Federal Goiano.

Quero cumprimentar a população de Catalão e todas as lideranças políticas daquele Município pela criação do curso de Medicina, que trouxe, sem dúvida nenhuma, uma grande satisfação a toda a população.

Na cerimônia, o Ministro assinou a liberação de R\$4 milhões, provenientes de recursos do Ministério da Educação, para o início das obras. Criado em 2013, o *campus* do Instituto Federal Goiano funciona, provisoriamente, em duas edificações adjacentes cedidas pelo Município.

Em Ipameri, o Sr. Ministro Rossieli Soares visitou o Campus Avançado do Instituto Federal Goiano. Durante o evento, foram inaugurados o pavilhão de laboratórios, a sala de professores, o auditório, o campo de futebol e a biblioteca.

Em Morrinhos, o Ministro também inaugurou obras no Instituto Federal Goiano daquela localidade, como o centro de vivência dos blocos de agronomia, de informática e de química, além de laboratórios de fitopatologia e fisiologia vegetal. Destinei R\$1 milhão para as obras no Instituto Federal Goiano de Morrinhos, após encontrar, em uma visita feita àquela unidade, salas totalmente vazias. No dia de ontem, nas mesmas salas, havia mesas, cadeiras, computadores e, o mais importante, alunos estudando.

Talvez as Sr^{as} e os Srs. Senadores não saibam, mas o modelo de administração adotado pelos institutos federais é um dos mais modernos do País. Penso que poderia servir de exemplo a outras instituições de ensino. A gestão desses institutos é desburocratizada e descentralizada. As unidades possuem autonomia financeira para definir as respectivas prioridades. Posso lhes garantir: o modelo tem sido muito exitoso.

Entendo que as duas universidades federais recentemente criadas em Goiás, a Universidade Federal de Catalão e a Universidade Federal de Jataí, resultantes de um desmembramento da Universidade Federal de Goiás, propiciarão condições para a expansão do acesso ao ensino superior, além de incentivar a aproximação da comunidade acadêmica com as realidades locais.



Para encerrar esta minha fala, além de registrar a visita do Ministro Rossieli ao Estado de Goiás, quero parabenizar todos aqueles que lutam pela educação superior em nosso País e no Estado de Goiás, em particular.

Como Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado Federal, reassumo meu compromisso de garantir acesso à educação de qualidade pelos nossos jovens.

Continuo a acreditar na educação como principal instrumento de redução das históricas desigualdades existentes em nosso País. Por isso, incluo-me entre aqueles que pretendem alçar a educação ao primeiro plano das políticas públicas em nosso País. Cuidar da educação é cuidar do nosso futuro como nação.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente, e encerro minhas palavras agradecendo novamente ao Senador Hélio José, ao Senador Requião e, principalmente, ao Ministro Rossieli pela sua honrosa visita ao Estado de Goiás.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

(Durante o discurso da Sr^a Lúcia Vânia, o Sr. Jorge Viana deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Paulo Rocha.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Obrigado, Senadora.

Dando continuidade, pelas inscrições das Lideranças, Senador Hélio José.

Vamos assegurar aqui, pela lista, para o pessoal se organizar... Pelas inscrições que recebi aqui, nessa ordem: Hélio José, depois Requião, Randolfe, Wilder, Eduardo Lopes, Regina Sousa, Rose de Freitas, etc. Dez minutos para cada um.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PROS - DF. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Senador Paulo Rocha, meus cumprimentos a V. Ex^a pela presidência dos trabalhos, meus cumprimentos às nobres Senadoras e aos nobres Senadores presentes a esta sessão e meus cumprimentos aos ouvintes da TV e da Rádio Senado.

Venho falar aqui sobre uma questão importante envolvendo o Distrito Federal, que é uma questão relativa à tentativa de doação da Companhia Energética de Brasília (CEB).

Sr. Presidente, a Lei das Eleições, a Lei nº 9.504, de 1997, no seu art. 73, §10, proíbe a doação de bens em anos eleitorais. E pior ainda é fazer a doação mascarada de licitação, que é o que quer fazer com a Companhia Energética de Brasília, o Governo do Distrito Federal. Por isso, eu venho aqui fazer esta fala, para evitar que, na Capital do nosso País, a CEB (Companhia Energética de Brasília) seja dada mascarada de licitação.

Infelizmente, nosso povo já está farto de políticos que, em época de campanha, prometem e falam aquilo que seus eleitores querem ouvir, mas que, quando assumem os cargos para os quais foram eleitos, agem exatamente na contramão de absolutamente tudo que falaram durante a campanha, Sr. Presidente.

No caso do Distrito Federal, refiro-me especificamente à forma como o Governador Rodrigo Rollemberg vem tratando, durante o seu Governo, esse patrimônio do povo de Brasília que é a sua companhia energética de Brasília.



Como ex-funcionário dessa empresa, Sr. Presidente, onde trabalhei por 27 anos, tal comportamento me causa especial dissabor. Foram anos e anos de labuta, junto com meus companheiros e minhas companheiras de ofício que ainda trabalham lá, para ajudar a construir uma companhia que é modelo e referência internacional na gestão de energia elétrica, que é Companhia Energética de Brasília (CEB).

Após passar toda a campanha em que foi vitorioso, em 2014, prometendo que não iria vender e sim valorizar a empresa pública distrital, o atual Governador, Sr. Rodrigo Rollemberg, tem tomado diversas ações e medidas que colidem frontalmente com o que dissera durante o período eleitoral. Pior, Sr. Presidente, assinou uma carta aberta garantindo essas questões. Enquanto era candidato, chegou mesmo a escrever uma carta aberta aos seus funcionários, dando a sua palavra de que iria sanear a empresa e não privatizá-la. Agora dá claros passos no sentido de alienar e destruir o patrimônio que o povo de Brasília construiu com muito suor, ao longo das últimas décadas.

O processo de desmonte é claro, Sr. Presidente. Primeiramente, começou a retirar direitos e garantias de seus empregados, como a saída dos aposentados e pensionistas do plano de saúde da Companhia Energética de Brasília. Foram milhares de beneficiários que, de uma hora para outra e de maneira cruel, viram-se desprotegidos e descobertos, Sr. Presidente. O senhor sabe que, quando a pessoa vai se aposentar, é o momento em que ela mais precisa do plano de saúde da companhia energética. V. Ex^a conhece a Celpa e está vendo lá o trabalho, a situação dura pela qual os eletricitários da Celpa vêm passando lá no seu Estado.

Foi, portanto, Sr. Presidente, necessário que propuséssemos, em caráter humanitário, o PLS 436, de 2016, que altera o art. 31 da Lei dos Planos de Saúde, a fim de permitir que todos os aposentados, incluindo os da CEB e seus dependentes, pudessem continuar vinculados ao plano de saúde da companhia.

Agora, em pleno ano eleitoral, somos surpreendidos com a notícia de que o Governador quer vender – já devidamente autorizado pela assembleia geral ocorrida no último dia 10 de maio – alguns dos ativos mais valiosos e lucrativos da empresa Companhia Energética de Brasília. São mais de R\$675 milhões em participações acionárias em cinco outras empresas e consórcios, Sr^{as} e Srs. Senadores, sem informar onde exatamente esses vultosos valores serão realocados nem como.

Vale lembrar, Sr. Presidente, que, mesmo autorizado a fazê-lo pela Lei Distrital nº 5.577, de 2015, a receita oriunda das alienações, se houver, deve ser aplicada pela CEB Distribuição S.A., exclusivamente em investimentos, pagamento de tributos e amortização de dívidas oriundas de empréstimos contraídos. Ora, não há qualquer informação ou cronograma, até o momento, como exige a lei, sobre o destino desses recursos quando arrecadados.

É importante frisar também, Sr. Presidente, Paulo Rocha, que se tratam de ativos comprovadamente lucrativos, conforme atestam os demonstrativos de resultados do exercício 2014/2017 da CEB Holding e de suas controladas. São participações de usinas hidrelétricas altamente lucrativas e que a CEB quer dar a preço de banana.

O que justificaria, então, a sanha entreguista do Sr. Governador Rodrigo Rollemberg? Os atuais problemas de caixa do GDF, compartilhados com quase todos os entes federativos na atual crise fiscal que vivemos, não podem servir de motivo para o ato. Em primeiro lugar, pela exigência legal de que esses recursos sejam aplicados na própria empresa. E, ademais, como já frisamos, trata-se de



ativos que geram dividendos para a companhia, cujos resultados financeiros têm sido amplamente satisfatórios e celebrados. Então, Senadora Rose de Freitas, não dá para entender como é que um governador quer entregar um patrimônio da Capital do País, como a CEB, para a iniciativa privada, pondo em risco toda a Administração Pública Federal, na sanha simplesmente de se desfazer do que é público para dar para o privado. E ademais, como já frisamos, trata-se de ativos, igual ao que falei, que geram dividendos para a companhia, cujos resultados financeiros têm sido amplamente satisfatórios e celebrados.

Suspeito, Sr. Presidente, de que seja mais um jogo de cena do candidato, que aparece de quatro em quatro anos com um discurso calibrado e atos espalhafatosos, mas sem consistência ou justificativa gerencial. Desmontar a Companhia Energética de Brasília sob o falso discurso de austeridade fiscal é mais um grande engodo que se tenta vender para a calejada população do Distrito Federal. Além de se constituir em um invejável e valioso patrimônio público – que não pode nem deve ser alienado da noite para o dia, a preço vil, dado, como esse que querem fazer –, sabemos da importância de se manter a condição pública desse tipo de serviço, por suas especificidades e caráter estratégico. Por isso é que precisamos instalar imediatamente a CPI do setor elétrico, Sr. Presidente.

O fato é que estamos vigilantes, desta tribuna, para qualquer ato do Sr. Governador Rodrigo Rollemberg que gere prejuízos ou desfaça de ativos lucrativos do nosso Distrito Federal, como esse da CEB. A CEB é do povo do Distrito Federal, e não podemos deixar que maus gestores façam o que estão fazendo, prejudicando trabalhadores que, ao longo das suas vidas, deram as suas vidas e a sua saúde para construir esse patrimônio público, e hoje, quando mais necessitam de ver o seu suor valorizado, vem um governador como esse, querendo fazer doação em ano eleitoral – porque privatização disfarçada de doação é como se fosse doação. Isso é um absurdo e é inadmissível.

Muito obrigado, Sr. Presidente, pela atenção e pelo tempo que me foi colocado. Forte abraço, obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Obrigado, Senador Hélio José.

Dando continuidade aos oradores inscritos, passo a palavra ao Senador Roberto Requião.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco Maioria/PMDB - PR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – O tema do meu pronunciamento hoje será um trabalho sobre economia, da Congregação para a Doutrina da Fé, da nossa Igreja Católica, o *Oeconomicae et Pecuniarum Quaestiones*.

Na semana passada, a Igreja de Francisco divulgou a mais veemente condenação papal aos excessos da especulação financeira em tempos de globalização, com fundamento não apenas em preceitos religiosos, mas sobretudo éticos.

São palavras muitas vezes duras, Senador Randolfe, porém não muito diferentes das que eu próprio tenho pronunciado, na condição de leigo, vazando a minha indignação contra a escravização a que o mercado do dinheiro tem levado bilhões de pessoas no mundo, especialmente no Brasil, no nosso País.

O Papa pede corajosamente uma regulação mundial do mercado do dinheiro. Lembra que isso poderia ter ocorrido depois da crise de 2008, mas essa oportunidade foi perdida.



Na realidade, o poder formidável de Wall Street subjogou completamente as iniciativas do Presidente Obama nesse sentido.

Até mesmo uma tentativa mais amena, que seria a volta da regulamentação limitada adotada no *New Deal*, a separação entre banco comercial e banco de investimento, foi torpedeada pelos financistas norte-americanos que impuseram a liberação total do mercado, uma temeridade que provoca riscos incalculáveis.

Entretanto, diz o Papa – abro aspas, Senadora Regina:

Nenhum espaço no qual o homem age pode legitimamente pretender ser estranho, ou de permanecer impermeável, a uma ética fundada na liberdade, na verdade, na justiça e na solidariedade. [Fecho aspas.]

Abro aspas:

Embora o bem-estar econômico global tenha certamente crescido ao longo da segunda metade do século, com uma rapidez nunca experimentada antes, constata-se que, ao mesmo tempo, aumentaram as desigualdades entre os países e no interior dos países. Além disso continua a ser ingente o número de pessoas que vivem em condições de extrema pobreza. [Fecho aspas.]

No dizer de Francisco, abro aspas:

A recente crise financeira, iniciada em 2008, poderia ter sido uma ocasião para desenvolver uma nova economia, mais atenta aos princípios éticos, e uma nova regulamentação da atividade financeira, neutralizando os aspectos predatórios e especulativos, valorizando o serviço à economia real.

Não é justamente isso o que nós temos condenado no Brasil? O descolamento entre a órbita financeira, voltada para si mesma, e a órbita da economia real, voltada para a produção e a geração de emprego?

Mas não houve iniciativa eficaz, nos últimos anos, que – abro aspas –,

tenha levado a repensar aqueles critérios obsoletos que continuam a governar o mundo. [Aspas fechadas.]

Não estaria entre esses critérios obsoletos a devoção absoluta a Mamom, ao deus do dinheiro, mediante subjugação completa ao neoliberalismo?

O documento da Igreja. Diz o Papa, diz o documento – aspas:

Está em jogo o autêntico bem-estar da maior parte dos homens e das mulheres do nosso Planeta, os quais correm o risco de serem confinados de maneira crescente sempre mais às margens ou de serem excluídos e descartados do progresso e do bem-estar real, enquanto algumas minorias desfrutam e reservam somente para si imensos recursos e riquezas, indiferentes às condições dos demais [...]. É muito claro que, em último termo, o egoísmo [...] faz pagar a todos um preço muito alto. Se queremos o bem real para os homens, o dinheiro deve servir, e não governar. [Fecho aspas.]



Abro aspas:

É sentida a necessidade de realizar uma reflexão ética sobre todos os aspectos da intermediação financeira, cujo funcionamento, quando foi desvinculado de adequados fundamentos antropológicos e morais, não só produziu evidentes abusos e injustiças, mas também se revelou capaz de criar crises sistêmicas e de alcance mundial. Trata-se de um discernimento oferecido a todos os homens e mulheres de boa vontade. [Fecho aspas.]

O documento do Vaticano, aprovado por Francisco, observa que:

Não existem receitas econômicas válidas sempre e universalmente, [é que, em cada lugar e momento, deve-se tomar conhecimento da situação histórica. Isso vale para os pretensiosos arautos do neoliberalismo que propagavam ser esta a doutrina econômica definitiva, o fim da história.]

Continua o documento.

A economia tem necessidade da ética para seu correto funcionamento; não uma ética qualquer, mas de uma ética amiga da pessoa.

Ou, digo eu, não uma ética simplesmente "amiga" do mercado.

Nesse sentido, o Papa faz uma clara fundamentação do princípio de gratuidade, mesmo no capitalismo, baseado em fundamentos estritamente éticos. Isso pode-se aplicar, como exemplo, à água, que não pode ser um bem de mercado.

Como menção direta ao neoliberalismo, afirma Francisco que:

Nenhuma atividade econômica pode sustentar-se longamente se não é vivida em um clima de uma sadia liberdade de iniciativa. Hoje, no entanto, é também evidente que a liberdade de que gozam os atores econômicos, se compreendida de modo absoluto e distante da sua intrínseca referência à verdade e ao bem, tende a gerar centros de supremacias e a inclina na direção de formas de oligarquias que, no final, prejudicam a própria eficiência do sistema econômico. [Palavras do documento.]

Deste ponto de vista, é sempre mais fácil perceber que, diante do crescente e permissivo poder de importantes agentes e grandes redes econômico-financeiras, aqueles que deveriam exercer o poder político ficam desorientados e impotentes pela supranacionalidade daqueles agentes e pela volatilidade dos capitais por eles geridos. E o poder econômico deixa, assim, de responder à sua originária vocação de servidor do bem comum, transformando-se em sujeito a serviço de interesses estranhos àquele bem.

Tudo isso [diz o documento papal] torna urgente uma renovada aliança entre agentes econômicos na promoção daquilo que serve ao completo desenvolvimento de cada pessoa humana e de toda a sociedade, com as exigências da solidariedade humana aos mais pobres.

O Chefe da Igreja valida o que muitos economistas progressistas e eu próprio temos insistido em dizer: o mercado não é capaz de regular-se a si mesmo. Abro aspas:



Além do mais, para além do fato de que muitos de seus operadores sejam individualmente animados por boas e retas intenções, não é possível ignorar que hoje a indústria financeira, por causa da sua difusão e da sua inevitável capacidade de condicionar e, em certo sentido, de dominar a economia real, é um lugar onde os egoísmos e as imposições violentas têm um potencial excepcional de causar danos à coletividade.

Dinheiro, como meio de financiamento da atividade produtiva, assim como a Bolsa são em si mesmos bons, observa o documento. Entretanto, quando se torna a riqueza virtual, abro aspas,

concentrando-se sobretudo em transações caracterizadas pelo mero intento especulativo e em negociações de alta frequência (*high frequency trading*), atraindo a si excessivas quantidades de capital, subtraindo-os em tal modo dos circuitos virtuosos da economia real.

Com uma referência indireta aos grandes economistas clássicos, o documento de Francisco observa – aspas:

Isto que por mais de um século foi tristemente previsto, tornou-se realidade hoje: o lucro do capital coloca fortemente em risco, e corre o risco de suplantará, a renda do trabalho, comumente confinada às margens dos principais interesses do sistema econômico. Isso proporciona o fato que o trabalho, com a sua dignidade, não somente se torne uma realidade sempre em risco, mas perca também a sua qualidade de bem para o homem, transformando-se em um mero meio de troca ao interno de relações sociais tornadas assimétricas.

Peço um minuto de reflexão dos Srs. Senadores e das Sras. Senadoras. O que fez este Senado ao aprovar a infame reforma trabalhista de Temer, a reforma de "Uma ponte para o futuro", a não ser acentuar as características deletérias do sistema de trabalho denunciado pelo Papa Francisco?

Além disso, prossegue o documento em outro ponto, entramos na era do descarte, Senadora Regina. Tratado como instrumento, como coisa, o trabalhador acaba sendo descartado no momento de crise. Abro aspas:

Já não se trata simplesmente do fenômeno de exploração e opressão, mas de uma realidade nova: com a exclusão, fere-se, na própria raiz, a pertença à sociedade onde se vive, pois quem vive nas favelas, na periferia ou sem poder já não está [mais na sociedade], mas fora. Os excluídos não são [mais] "explorados", mas resíduos, "sobras".

A tal propósito [prossegue o documento papal], como não pensar na insubstituível função social do crédito, cuja disponibilidade incumbe em primeiro lugar a intermediários financeiros habilitados e confiáveis?

Nesse âmbito, parece claro que aplicar taxas de juros excessivamente elevadas, não sustentadas pelos sujeitos que tomaram os créditos, representa uma operação não somente ilegítima eticamente, mas também disfuncional à saúde do próprio sistema econômico. Semelhantes práticas, assim como comportamentos usurários, desde sempre, foram advertidos pela consciência humana como iníquos e pelo sistema econômico como adversos ao seu bom funcionamento.



O documento exorta ainda sobre o caráter especulativo de vários instrumentos de crédito e de seus derivativos específicos.

Sobre cada um deles, apresenta-se uma fundamentação moral de regulação. De forma detalhada, como nunca se fez antes na história do Planeta, com exceção talvez de alguns padres da igreja séculos atrás. Há uma condenação expressa dos movimentos do mercado que provocam prejuízos a milhões de pessoas e chegam, abro aspas, "a alterar artificialmente o correto funcionamento dos sistemas políticos".

A intenção especulativa [adverte o Papa], particularmente no âmbito econômico-financeiro, arrisca hoje suplantar todas as outras intenções importantes que integram a substância da liberdade humana.

Este fato está deteriorando o imenso patrimônio de valores que funda nossa sociedade civil como lugar de pacífica convivência, de encontro, de solidariedade, de regenerante reciprocidade e de responsabilidade em vista do bem comum.

Nesse contexto, palavras como 'eficiência', 'competição', 'liderança', 'mérito' tendem a ocupar todo o espaço de nossa cultura civil, assumindo um significado que termina por empobrecer a qualidade das trocas, reduzida a meros coeficientes numéricos.

O Papa, repito, faz exortações específicas sobre a necessidade de regulação do sistema financeiro, indicando instrumentos financeiros individualizados a serem regulados. Não tenho tempo para entrar nesses detalhes. Recomendo, porém, fortemente, a meus pares que leiam o documento integral do Vaticano.

"Mas quem é o Papa?", dirá um cínico. "Acaso é um especialista em economia?" Se não é um especialista, é sim autoridade universal em moral e, como tal, tem a prerrogativa, não só para os cristãos, mas para o conjunto da humanidade, de examinar em profundidade os fundamentos éticos das relações econômicas e principalmente financeiras.

Gostaria, finalmente, de subscrever alguns conceitos fundamentais proferidos no documento. Isso serve, em grande medida, a nossas reflexões sobre o futuro que teremos de desenhar para o nosso Brasil.

A experiência dos últimos decênios [diz o documento] mostrou com evidência, de uma parte, o quanto seja ingênua a confiança em uma presumida autossuficiência da capacidade funcional dos mercados, independente de qualquer ética, e de outra parte, a imperiosa necessidade de uma [...] regulação.

Regulação que deve ser capaz de conjugar ao mesmo tempo a liberdade e a tutela de todos os sujeitos econômicos, especialmente dos mais vulneráveis, em regime de saudável e correta interação.

Nesse sentido, poderes políticos e poderes econômico-financeiros devem sempre permanecer distintos e autônomos[...] [Insiste o Papa].

Como? Poderes políticos e poderes econômico-financeiros devem permanecer sempre distintos e autônomos? Mas o que dizer de um banqueiro do Itaú, uma instituição teoricamente sob regulação, ser Presidente do Banco Central brasileiro, poder regulador?

O Papa também trata do sistema de informação.



"Sobretudo porque a concentração assimétrica de informações e poder tende a reforçar os sujeitos econômicos mais fortes, criando hegemonias capazes de influenciar unilateralmente não só os mercados, mas também os sistemas políticos normativos."

E toca em um ponto central da administração empresarial contemporânea: os administradores são levados, abro aspas, "a realizar políticas econômicas voltadas não a incrementar a saúde econômica das empresas que servem [...] e, sim, para satisfazer as meras vantagens dos acionistas [...], prejudicando assim os legítimos interesses dos quais são portadores todos aqueles que com o trabalho e os serviços operam em vantagem da empresa mesma, e também os consumidores e as várias comunidades locais [...].

O que dizer a esse respeito, da política defendida pelo atual Presidente da Petrobras, Pedro Parente, o qual proclama a todos os ventos que o objetivo da empresa, uma empresa de economia mista controlada pelo Estado, é atender seus acionistas, não aos brasileiros?

Chega em boa hora o documento do Papa para contestar essa estupidez tão prejudicial ao povo brasileiro e que se traduz, atualmente, em políticas de produção e de preços de derivados totalmente contrários ao bem-estar da população.

O Papa trata igualmente do gerenciamento da dívida pública, em termos similares aos que temos feito ao longo das últimas décadas. É claro que a palavra e o conselho dele têm prevalência absoluta sobre as críticas que temos feito às pornográficas taxas de juros reais no Brasil, mas o sentido é o mesmo.

Não sou um católico praticante, mas o Pontificado de Francisco reconciliou não só a mim, mas a milhões de cidadãos do mundo com a ideia de uma igreja dedicada principalmente aos pobres.

Este documento que apresento em síntese é muito mais rico em sua versão original.

Reforço o meu convite às Senadoras, aos Senadores, aos ouvintes da Rádio e da TV Senado, aos telespectadores em geral, a lerem a versão original. Na sua essência, ele é a mais genuína crítica ao capital financeiro e aos processos de financeirização das economias mundiais jamais enunciada desde a emergência do neoliberalismo em fins dos anos 70.

É importante que se repita que se trata, sim, de um documento de valor sobretudo moral e ético, como era de se esperar de um documento do Papa, porém com fundamentos econômicos de caráter absolutamente irresponsável de sentido universal.

Brilhante documento da Igreja Católica, principalmente adequado à crítica do neoliberalismo que ocorre no País hoje.

Presidente, era este o pronunciamento. Agradeço a tolerância que teve a Mesa com o tempo em que o expedi.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Obrigado, Senador Roberto Requião, e parabéns pelo pronunciamento.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB - RR) – Sr. Presidente, pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Pois não, Senador Jucá.



O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB - RR. Pela ordem. Sem revisão do orador.)

– Eu queria que constasse o meu voto "sim" nas votações nominais que ocorreram no plenário.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Duas votações.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB - RR) – Nas duas votações.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Será registrado na ata, Sr. Senador.

Com a palavra o Senador Randolfe Rodrigues.

V. Ex^a dispõe de dez minutos.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/REDE - AP. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Paulo Rocha, do meu querido vizinho Estado do Pará.

Sr. Presidente, na semana passada, foi divulgada a pesquisa PNAD sobre o desemprego em todo Brasil. Eu trago aqui a reflexão sobre os números em relação ao meu Estado do Amapá. Segundo a PNAD Contínua, sobre a taxa de desocupação, de desemprego no País, retratando os dados do primeiro trimestre de 2018, no Amapá se registrou o pior resultado do País. Lamentavelmente, 21,5% de desempregados.

A média nacional já é dramática, já é trágica. Nunca é demais dizer que o que nós estamos vivendo no Amapá, com o pior desemprego da história amapaense, se deve à política econômica adotada pelo Governo de Michel Temer. Política econômica recessiva, já foi dito aqui neste plenário hoje.

O Senhor Michel Temer tomou posse no plenário deste Senado, na Presidência da República, com uma taxa de desemprego no País de 11%. Hoje, devido à política implementada pelo Senhor Michel Temer e em parceria com o Sr. Henrique Meirelles, aliás, se há um responsável direto pelo aumento do desemprego, por termos 13% de desempregados hoje no País, se temos um responsável direto por termos a gasolina a quase R\$4, ou melhor, o óleo diesel a quase R\$4, a gasolina a quase R\$5, o aumento exorbitante do gás de cozinha, é a dupla Michel Temer e Henrique Meirelles.

Essa é a dupla da maldade, responsável pela política recessiva do País. Um Estado como o meu, dependente diretamente da economia nacional, nós, outras vezes, nesta tribuna, já advertíamos que o que poderia vir a ser um resfriado na economia nacional tinha efeito de pneumonia na nossa economia. O cenário que se desenhou, lamentavelmente, no Amapá, foi muito pior.

Veja, Sr. Presidente, 13,4% é a média nacional de desempregados. A maior da história nos últimos 30 anos. No meu Estado do Amapá, a taxa de desemprego do último trimestre chegou a dramáticos 21,5%; 21,5%, Senadora Regina, representam 79 mil pessoas em idades e condições de trabalhar sem emprego e sem condições de sustentarem a si e a suas famílias, 79 mil pessoas de uma população de quase 800 mil habitantes; 21,5%, quase próximo de um terço da população do Estado.

É a situação de catástrofe social. É uma situação de catástrofe social, e, via de regra, essas catástrofes sociais se revelam na juventude sem perspectiva, na sociedade sem esperanças e se revelam, se retratam dramaticamente também no aumento da violência. Não à toa que nós chegamos



a ser um dos dez Estados mais violentos do País; não à toa que esses índices contrastam com a realidade outrora do Amapá.

Todos lembram a realidade de Território Federal nos anos 70 e começo dos anos 80, quando nós tínhamos o sexto Índice de Desenvolvimento Humano do País. O aprofundamento do desemprego em nosso Estado, a ausência de esperança para a nossa juventude, a ausência de perspectiva para o futuro, a degradação dos serviços sociais da educação e da saúde, a ausência de um cobertor de proteção social nos remetem a termos hoje um dos piores índices de qualidade de vida, um dos piores Índice de Desenvolvimento Humano de todo o País.

Um Estado com 21,5% de sua população desempregada é uma situação de catástrofe geral. É uma situação de catástrofe social que, como já disse, tem um conjunto de várias outras consequências. Uma catástrofe, Sr. Presidente, que impacta em todos os setores da vida. Uma catástrofe que tem como primeira referência, como já disse, a violência, mas que tem como reflexo a ausência de perspectiva de futuro. Este é o pior resultado dessa catástrofe.

Um outro indicador revelado também por essa PNAD, Sr. Presidente, nos remete a considerar este período um dos piores da história do Amapá desde a sua formação como Território Federal, nos anos de 1940. O percentual de jovens que nem estudam nem trabalham em meu Estado, segundo a pesquisa PNAD, aumentou em relação ao ano passado, atingindo o número de 63 mil pessoas, 63 mil jovens, entre 15 e 29 anos, que não estudam nem trabalham; 63 mil jovens que estão incluídos nessa parcela de 79 mil que não têm perspectivas de empregos.

Nós, então, como resultado concreto da política recessiva do Governo Temer, como resultado concreto também da ausência de alternativas políticas sustentáveis de desenvolvimento do Amapá, temos tido como resultado concreto disso a construção de uma geração de jovens que são expulsos do mercado de trabalho e são expulsos da escola. Claro que isso só pode refletir, isso só pode ser revelado no aumento desmesurado da violência na nossa capital, Macapá, e no segundo Município, em Santana, porque nós encontramos uma juventude que não só não tem expectativa, como uma juventude que acaba sendo refém do uso e do tráfico de drogas, uma juventude que acaba sendo empurrada para o caminho único, para o caminho exclusivo da violência.

Esses dados da PNAD, Sr. Presidente, revelam, então, esse cenário mais desolador, em que boa parte dos desempregados, boa parte desses que não têm horizonte são jovens.

Por outro lado, Sr. Presidente, no meio da PNAD, surge uma notícia boa. Segundo o Ministério do Trabalho, com base no Cadastro Geral de Empregados e Desempregados, foi registrado, no último mês de abril, um aumento de 410 novas vagas no Amapá. Este é o melhor abril revelado pelo Ministério do Trabalho, por meio da PNAD do IBGE. É o melhor abril de geração de empregos no Amapá desde 2014.

Por isso, esse contraste de dados precisa de uma análise mais amíúde. Por um lado, nós chegamos a um número dramático de 21,6% da população economicamente ativa desempregada. Nós chegamos ao número dramático de 63 mil jovens em meu Estado sem estudar, sem trabalhar. Mas luz no fim do túnel surge quando este abril é o melhor abril desde 2014. Por isso é importante a análise do porquê desse abril melhor em relação à geração de empregos. Quando nós detalhamos os números, percebemos que essa geração de emprego se deu devidamente, precipuamente na construção



civil. E quais as ações que ocasionaram a geração de empregos na construção civil? A retomada, com muito afinho,...

(Soa a campanha.)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/REDE - AP) – ... das obras do Aeroporto Internacional de Macapá e a construção do hospital universitário, que são duas obras em que se tem a responsabilidade direta da Bancada federal. São duas obras com emendas de Bancada destinadas pela Bancada federal. Foram R\$170 milhões para a construção do hospital universitário, que será o maior hospital e um dos maiores hospitais universitários da Amazônia. Entre os Estados da Região Amazônica, nós seremos o terceiro ou o quarto Estado a termos um hospital universitário, um hospital universitário de magnitude capaz de ter mais de 200 leitos hospitalares, mais de 60 leitos de UTI, o que representa mais do que a soma de leitos hospitalares de todo o Estado, o que representa mais do que a soma de leitos de UTI de todo o Estado. Uma obra...

(Soa a campanha.)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/REDE - AP) – Já concluo, Sr. Presidente, só mais um minuto.

Uma obra que representará uma revolução, em primeiro lugar, na saúde pública do Amapá, mas que, de imediato, tem sido a salvação para que essa situação de catástrofe social, de geração de desemprego em nosso Estado não se aprofunde mais.

Por um lado é isso, e por outro a obra do Aeroporto Internacional de Macapá, retomada agora devido a uma emenda destinada pela Bancada que contou com nosso voto a favor no ano passado, uma emenda destinada pela Bancada federal no valor de R\$120 milhões. Nunca é demais destacar que desde 2011 nós temos batido na tecla aqui da necessidade e da importância da obra do Aeroporto Internacional de Macapá, que agora felizmente caminha para a sua conclusão.

Por fim, Sr. Presidente, e digo isso para concluir,...

(Soa a campanha.)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/REDE - AP) – ... esses dados revelam mais uma vez a dependência enorme que o Amapá tem da transferência de recursos do Fundo de Participação dos Estados e da transferência de recursos de Brasília. É necessário repetir e reiterar aqui a necessidade que têm o Governo do Estado do Amapá e quem o governa de buscar alternativas para o seu desenvolvimento sustentável.

Há um mecanismo que foi emprestado, que foi conquistado aqui em Brasília do qual o Governo do Estado tem feito pouco uso. A instituição da Zona Franca Verde é um mecanismo para alterar a matriz de desenvolvimento econômico do Amapá e para atrair, para ampliar a arrecadação própria do Estado.

Não acredito... – em um minuto eu concluo, Sr. Presidente – Enquanto o Amapá continuar dependendo...

(Soa a campanha.)



O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/REDE - AP) – ... da transferência de recursos federais ou da transferência das ações somente aqui de Brasília, nós continuaremos à mercê de que cada susto na economia nacional sempre tenha resultados em dobro ou em triplo lá no Amapá. Só quando mecanismos como a Zona Franca Verde forem implementados é que nós poderemos finalmente diversificar a matriz econômica do Amapá e evitar que situações novamente como estas (de nós termos a maior taxa de desemprego da história, de longe a maior taxa de desemprego do País, e de termos sem expectativa e sem esperança a nossa juventude) possam, em outras situações e momentos, voltar a se repetir.

Obrigado pela tolerância, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Obrigado, Senador Randolfe Rodrigues.

Com a palavra o Senador Wilder Moraes, depois a Senadora Regina Sousa, depois o Senador Eduardo Lopes, depois Rose de Freitas, depois Pedro Chaves e depois Paulo Rocha.

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Social Democrata/DEM - GO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, antes de começar o meu pronunciamento, eu queria agradecer ao Ministro da Educação, o Ministro Rossieli, que esteve ontem no meu Estado, Goiás, visitando a cidade de Catalão, juntamente com o meu colega Senador Ronaldo Caiado, e lá lançando a pedra fundamental da Universidade Federal de Catalão e também a autorização para o curso de Medicina, também na cidade de Catalão. Depois, fomos visitar também o Instituto Federal do Estado de Goiás da cidade de Ipameri, inaugurando obras, e depois também tivemos a oportunidade de estar na cidade de Morrinhos.

Então, queremos agradecer ao Ministro por esse empenho. Conhecemos a instalação... Quero dizer da importância dessa notícia tão boa não só para a região de Catalão, com a universidade federal, mas para toda aquela região, onde vai aumentar muito a oferta de estudo para o nosso povo goiano.

Sr. Presidente, minha vinda à tribuna é para falar sobre esse tema tão polêmico de que hoje a gente fala que é a questão dos combustíveis no nosso País.

O povo brasileiro não suporta mais os aumentos dos combustíveis. Esse aumento diário e contínuo é um desastre para a economia. Os preços do óleo diesel e da gasolina geram impacto diretamente na passagem de ônibus, nos fretes de todas as outras mercadorias e também no gás de cozinha, Presidente. Os caminhoneiros em manifestação representam o desespero de toda a sociedade.

E não adianta reduzir 1% para acalmar a população. Também não adianta congelar artificialmente os preços da Petrobras, como fez o governo Dilma. É preciso enfrentar os problemas reais, as causas desse absurdo. São três erros que tornam a nossa gasolina uma das mais caras do mundo: os impostos altíssimos, chegando a mais de 50%; os monopólios e os cartéis; e a corrupção na Petrobras.

Em Goiás, mais de 40% do preço da gasolina é de impostos, Sr. Presidente. Goiás tem o quinto maior ICMS do Brasil sobre gasolina. Como crescer a economia, a infraestrutura, o turismo se o cidadão é saqueado todo dia quando sai de casa, quando passa na bomba de um posto de gasolina? Precisamos reduzir os limites do ICMS sobre combustíveis.



Outro ponto que precisamos combater, Presidente, é a corrupção. Laudos da Polícia Federal apontam que é de mais de R\$40 bilhões o prejuízo da Petrobras com a corrupção. Esse dinheiro enriqueceu políticos e empresários criminosos e está sendo pago agora pela população brasileira, pelos motoristas e caminhoneiros de todo o País.

Além disso, Goiânia e outras cidades são vítimas de cartéis dos postos de combustível, havendo muitas condenações em todo o País.

Pior ainda é o monopólio de fato da Petrobras. A Petrobras domina 99% do refino de combustível no País. O brasileiro é refém das decisões dessa empresa, muitas vezes voltadas para a politicagem e não para o bem da economia. É o caso das terríveis parcerias com a Venezuela, como a Refinaria Abreu e Lima, em Pernambuco. Essa Venezuela de Chávez e Maduro; Venezuela que mata os estudantes em manifestações, que manipula eleições, que persegue a oposição, que está matando seu povo de fome; Venezuela de onde os cidadãos estão fugindo para o Brasil, gerando uma crise humanitária em nosso País; Venezuela que nos deu um calote, recentemente, de mais de R\$1 bilhão. Foi com esse país que a Petrobras, no governo PT, fez um acordo para construir uma refinaria, a refinaria mais cara do mundo, de US\$21 bilhões. Pela parceria, a Venezuela entraria com 40% desse investimento. Não entrou com nada. E ela nunca foi concluída. Nessa parceria, a Venezuela nunca colocou R\$1.

Toda essa politicagem quebrou a Petrobras, e essa conta está sendo imposta aos cidadãos – não apenas aos motoristas e aos caminhoneiros, como disse anteriormente, mas também às donas de casa, devido ao gás de cozinha – em todo o nosso País. Combustível mais caro é ônibus mais caro para o trabalhador, é frete mais caro para os demais produtos. E a fórmula é muito simples: "impostos + corrupção + monopólio = combustíveis caros".

Precisamos matar o mal pela raiz, Sr. Presidente, e reduzir os impostos, principalmente o ICMS e a Cide. O Governo, agora, está querendo eliminá-la, mas isso não adianta: ele tem de reduzir todos os impostos, trazer mais concorrência e liberdade. Com mais empresas no refino e na distribuição, os preços ficarão mais controlados, com transparência e ética, para que a Petrobras se recupere do assalto que sofreu. Combustíveis mais baratos, com certeza, serão o motor para o nosso desenvolvimento.

Sr. Presidente, como pode um país como o Paraguai, que não produz quase nada ou nada de petróleo... Hoje, a própria Petrobras vende o nosso petróleo lá a 50% abaixo do nosso preço.

Com certeza, hoje, o Presidente da nossa Casa, o Senador Eunício, vai fazer, em conjunto, uma reunião com o Presidente Rodrigo Maia para que possamos discutir esse critério dos preços dos combustíveis. É um absurdo a gente ter uma das maiores empresas de refinaria e petróleo do mundo e ter o maior custo, o maior valor para o petróleo, do mundo, para o povo brasileiro.

Deixo uma pergunta: vale a pena ter a Petrobras, em que cinquenta e tantos por cento são impostos? Vale a pena ter a Petrobras que judia e que, a cada dia que passa, agride mais o povo brasileiro? Nós temos de fazer essa reflexão, Presidente. Eu sempre falo que, nas empresas em que há talão de cheque, em que há transferência bancária, o Governo tem de, cada vez mais, ausentar-se, porque a corrupção chega aonde há dinheiro e facilidade, aonde as pessoas podem entrar nas contas e fazer esses absurdos que fizeram com a Petrobras.

Era esse o meu depoimento, Presidente.



O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Obrigado, Senador Wilder.

Dando continuidade aos inscritos, passo a palavra à Senadora Regina Sousa e, depois, ao Senador Eduardo Lopes.

A SR^a REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras, telespectadores da TV Senado, ouvintes da Rádio Senado, venho aqui para falar de uma questão específica das mulheres, principalmente das do meu Estado. Mas não posso deixar de falar de algumas coisas que escuto aqui.

Da questão dos combustíveis, por exemplo. É impressionante como ainda se quer culpar o PT por isso. Há dois anos assaltaram o Poder, e ainda é o PT o culpado. Lembro-me de que a Dilma aumentou R\$0,20, e isso foi motivo para o "Fora Dilma!". Falaram de estelionato eleitoral e não sei mais o quê.

E aí, aumenta-se todo dia... O gás de cozinha passa de R\$42 para R\$90 em alguns lugares; as pessoas estão cozinhando com lenha, com carvão, no fogareiro.

Aliás, a Rede Globo é famosa nisto: ela glamorizou cozinhar no fogão a lenha, mas é num fogão a lenha daquele sofisticado, caríssimo, dos grandes restaurantes. Ela fez um *glamour*, mas ela não sabe o que é a trempe lá no Nordeste. Cozinhar a lenha no Nordeste é numa trempe: três pedras com uns pedaços de pau no meio, e acende-se o fogo. Mas querendo ainda dizer que é bom cozinhar a lenha... É bom para os restaurantes chiques!

A outra questão é também, ainda, essa história da Petrobras, de as pessoas virem aqui falar ainda do PT, que quebrou a Petrobras a corrupção do PT. Eu pergunto de quem eram aqueles R\$51 milhões naquele *bunker* no apartamento no Geddel; se o Geddel é do PT; se as malas de dinheiro circulando por aí eram do PT.

Então, a gente vem aqui, porque é preciso responder, porque, em dois anos de Governo, criaram essa catástrofe, que foi dita aqui, foi mostrada aqui, da questão do desemprego. Havia desemprego? Havia; mas ele já cresceu em mais de dois milhões neste Governo. Então, como é que ficam botando a culpa nos outros? Aprovam uma reforma trabalhista que precarizou o trabalho. Ninguém encontra mais emprego que não seja o mais... Quando tem carteira assinada, é no máximo de dois salários mínimos; isso depois vai refletir na Previdência. E a culpa ainda é do PT? Dá licença! Me poupe!

Mas eu quero registrar aqui mesmo é uma questão da qual, por tantos problemas que a gente tem, ninguém fala, mas algo que todo dia se vê, se ouve: a questão do feminicídio. É a matança das mulheres, é o assassinato de mulheres pelos seus companheiros, ex-companheiros. É um problema para o qual é preciso ter olhares. A gente só quer olhar a questão da mulher no 8 de março. Não pode ser assim. Há uma coisa muito grave acontecendo: a matança dia a dia. A gente abre a televisão em alguns programas, em alguns canais, e é só morte de mulher – pelos namorados, pelos maridos, pelos irmãos, pelas pessoas da sua afetividade – e estupros.

E eu quero falar do meu Piauí, porque, na semana passada, houve dois feminicídios. No Piauí, houve 27 feminicídios em 2017 e, na semana passada, houve dois seguidos – um deles, da menina Aretha. Eu visitei o pai e o irmão dela – porque a mãe já morreu – e tive dois momentos, assim, de consternação. Um foi ter descoberto que Seu Audí, pai da Aretha, era meu vizinho – fomos vizinhos



algumas décadas atrás, e eu fui visitá-lo sem saber quem era –; e o outro foi ver como ele está uma pessoa destruída de ver como sua filha morreu.

E a gente vê que o Piauí, apesar desse número de feminicídios, é um dos Estados que têm os melhores equipamentos, os melhores aplicativos para combater o feminicídio. Tanto que todos os feminicídios estão resolvidos; resolvidos do ponto de vista policial, do ponto de vista dos inquéritos; todas as pessoas estão presas. Então, resolve-se logo, até porque o feminicídio é um crime que deixa rastros, que deixa rastros muito sérios. E ele tem sintomas: antes a pessoa é ameaçada, só que ela não fala. Mas, aí, depois que a matam, o vizinho diz: "Ele a ameaçou" ou "Ele bateu nela", mas depois que já aconteceu. Então, quer dizer, é um crime que deixa rastro e que tem sintomas.

E o Piauí – eu quero dizer – tem todo um esforço de combater, mas está difícil. Agora mesmo, há uma lei estadual que criou as delegacias de mulheres em todos os territórios. É o único Estado que tem um plantão de gênero 24 horas por dia; tem uma delegacia lá para receber as denúncias, receber as mulheres; tem a Delegacia do Feminicídio; tem o aplicativo Salve Maria, que já está no mundo inteiro.

A ONU, inclusive, mandou parabenizar a Secretaria de Segurança pelo aplicativo e vai recomendá-lo para outros países, porque ele foi apresentado na Inglaterra pela Dr^a Eugênia. É um aplicativo diferente, porque é no celular: qualquer pessoa pode denunciar pelo celular uma agressão a que esteja assistindo. Há aquela história da pulseira, mas, às vezes, a mulher não consegue acioná-la, porque o agressor está em cima dela. E esse, não, é no celular; é um aplicativo chamado Salve Maria, com o qual qualquer pessoa que esteja ouvindo o vizinho agredir a mulher, por exemplo, pode acionar o aplicativo, que toca na delegacia mais próxima e, em 5 minutos, em 10 minutos no máximo, está lá alguém para socorrê-la. Então, é um aplicativo que está sendo elogiado, já está disponível no Google, por exemplo, e os Estados já o estão adotando, porque é muito bom.

Há um aplicativo para a questão de crimes na internet. Há uma série de equipamentos que poderiam tornar o Piauí um Estado menos violento em relação à mulher, mas infelizmente nós estamos nos primeiros lugares na questão do feminicídio.

E eu queria fazer este registro tanto do esforço do Governo quanto das delegadas para combater isso. Nós temos um time de delegadas e de delegados também – já temos Delegados treinados para essa questão –, que estão agindo muito bem; mas, apesar do esforço e de todos os equipamentos criados, a gente está vendo acontecer feminicídio todos os dias.

E a gente fica se perguntado: o que está acontecendo com os homens?

Também, no Piauí, os crimes são muito divulgados – no Estado, claro; não é destaque nacional –, mas os outros Estados também têm um grande número de feminicídio. O problema é que, no Piauí, já há uma equipe treinada para tipificar o crime como feminicídio, porque não é simples, há uma série de questões que têm que ser identificadas para se dizer que foi um feminicídio. Então, o que se descobriu é que, em alguns outros Estados, os crimes são tipificados como crime comum. É mais fácil jogar no rol dos crimes comuns. Morreu uma mulher, bota lá no crime comum, porque é mais difícil tipificar como feminicídio, pois tem que se fazer toda uma investigação, responder todo um questionário. Fica mais fácil às vezes o delegado jogar como crime comum, sendo um feminicídio. Por isso que o nosso Estado está na frente no combate, mas tem uma incidência muito grande dessa questão.



E é lamentável que, no século XXI, a gente ainda tenha que discutir a violência doméstica, a violência contra a mulher. É incompreensível! O que está se passando na cabeça dos homens? Não se pode mais terminar um relacionamento, porque geralmente você vai olhar a razão e foi o fim do relacionamento: acabou o casamento, acabou o namoro, acabou o noivado; em seguida, a mulher morre.

(Soa a campanha.)

A SR^a REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Eu acho que a gente tem que se juntar. Eu tenho dito sempre que a questão da violência contra a mulher e a questão do empoderamento da mulher também, que é outra bandeira nossa, têm que ser discutidas com os homens. A gente faz seminários, faz seminários, mas só há mulheres. Não! Têm que levar os companheiros, os namorados, os irmãos, os pais para discutirem essa questão.

Agora, eu insisto: a saída é pela educação. Educar a criança para a não violência; inculcar na cabeça dela uma cultura de paz; ensinar que o menino não é melhor que a menina, não pode mais que a menina, não pode bater na irmãzinha. Então, os pais não podem dizer para o menino: "Você é o homem da casa; tome conta da sua irmã!" Porque ele se achará empoderado; para bater inclusive, para castigar. Então, se não houver educação, se as escolas não discutirem...

Agora, há o patrulhamento de uma tal de Escola sem Partido, que não quer que se discuta. É a escola o palco da discussão.

Deve-se educar a criança, porque, se ela cresce vendo o pai bater na mãe, dando empurrão, acha que também deve bater.

Há um depoimento de uma pessoa, de um agressor que estava num centro de reeducação, a que eu assisti, em que ele dizia: "Eu pensei que eu não poderia bater na mulher dos outros, mas, na minha mulher, eu poderia. Meu pai batia na minha mãe, meu avô batia na minha avó. Por que eu não posso bater na minha mulher?" Ele disse isso na maior naturalidade. O agressor estava num centro de reeducação, que é outra questão.

Inclusive, sou autora do projeto que cria os centros de reeducação dos agressores, porque, se não se educarem esses homens enquanto estiverem presos, vão sair da prisão e vão ser agressores de novo. Então, tem que haver esse olhar também para a reeducação do agressor. E eu sou autora do projeto de lei que está na Câmara; foi aprovado aqui, mas está na Câmara esperando votação.

Então, todas essas questões têm que ser da conta de homens e mulheres. Tem que ser discutida na família essa questão da violência, para poder haver uma geração futura...

(Soa a campanha.)

A SR^a REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – ... que não sinta vontade de agredir, que não sinta vontade de bater na mulher. E isso só acontece pela educação na família, mas principalmente nas escolas.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Obrigada, Senadora Regina Sousa.

Com a palavra o Senador Eduardo Lopes. Depois, Senadora Rose de Freitas.



O SR. EDUARDO LOPES (Bloco Moderador/PRB - RJ. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, todos os que nos acompanham agora pela TV Senado, pela Rádio Senado, pelas redes sociais, eu venho à tribuna, neste momento, para falar do assunto do dia e dos últimos dias, que é exatamente a questão dos combustíveis, da gasolina, do óleo diesel no nosso País.

O Brasil tem vivido um dilema, uma crise financeira que parece não ter fim. Todos estamos preocupados com os rumos que a nossa economia vem tomando nos últimos tempos. Boa parte dos trabalhadores brasileiros atualmente mal consegue se manter, mal consegue pagar as suas contas e proporcionar uma vida digna a sua família. Isso sem falar na alta de desemprego que estamos passando: o índice de desemprego no Brasil atingiu 13,1% no trimestre encerrado em março de 2018; é o maior nível desde maio do ano passado. Isso significa que 13,7 milhões de pessoas estão desempregadas no nosso País. É um número preocupante.

Como se não bastasse esse problema, agora estamos presenciando uma verdadeira farra no aumento do preço da gasolina e do diesel no Brasil. Em algumas regiões do País, inclusive no Rio de Janeiro, o preço da gasolina chegou a R\$5 o litro. No período de 15 dias, a gasolina sofreu aumento 11 vezes. Pela nova metodologia, os reajustes acontecem com maior frequência, inclusive diariamente. Na semana passada, foram cinco reajustes diários seguidos. No acumulado, somente na semana passada, a alta chegou a 6,98% nos preços da gasolina e 5,98%, do diesel. A Petrobras justifica os reajustes diários afirmando que os combustíveis e derivados de petróleo são *commodities* e que os preços estão atrelados aos mercados internacionais.

Com isso, houve o movimento dos caminhoneiros, movimento contra essa alta do diesel. Vale aqui lembrar que, no Brasil, além de o caminhoneiro enfrentar o preço do combustível, do diesel, o caminhoneiro ainda enfrenta estradas em má condições e pedágios. Na verdade, o Brasil tem no preço do quilômetro rodado um dos maiores do mundo. Esse é o problema. Então, fora o combustível de preço alto e as estradas ruins, ele ainda tem um dos quilômetros rodados mais caros, se não o mais caro, do mundo.

Não há uma justificativa plausível. Não é admissível que um dos maiores produtores de petróleo do mundo cobre tão alto por um litro de gasolina. O valor praticado no Brasil é um dos recordistas no mercado mundial. De acordo com dados da empresa de consultoria Air-lnc, o preço nos postos aqui, no Brasil, é o segundo mais caro entre os 15 países que mais produzem petróleo no mundo. A gasolina brasileira só perde para a da Noruega, onde o preço é ainda mais salgado, chegando a quase US\$1,90 por litro, mas devemos lembrar aqui também, claro, que o poder aquisitivo na Noruega é totalmente diferente do nosso poder aquisitivo. Sendo US\$1,90 o litro, arrendando, isso daria um pouco mais de R\$7 no nosso preço, mas, repito, o poder aquisitivo na Noruega é diferente do nosso poder aquisitivo no Brasil.

Eu lia – e ouvia outros Senadores falando – que, realmente, é complicado, Senador Pedro Chaves, nosso companheiro do PRB, porque 55% do valor da gasolina ficam com a Petrobras, e 34% ou 35% ficam com o Governo. Há aí 85% só na questão tributo e Petrobras. Então, realmente, fica muito difícil a situação.

Como nós falamos, o preço da gasolina brasileira só perde para o da Noruega.



Agora, o dado chama mais a atenção quando se compara o preço praticado nos postos daqui ao que vigora na Venezuela, por exemplo. No vizinho sul-americano, que não é exemplo para tudo – pelo contrário, temos muitas restrições a ele; eu particularmente tenho –, é US\$0,01 a gasolina. Quer dizer, com esse US\$0,01, é possível comprar um litro de gasolina na Venezuela.

O caso na Venezuela é extremo, mas, em outros países, o valor de um litro de gasolina também é inferior ao encontrado no Brasil. No caso dos Estados Unidos, é possível encher um tanque de um carro popular, com 40 litros de gasolina, com US\$24,80, ou seja, algo em torno de R\$81. Aqui no Brasil, seriam necessários R\$176, com a gasolina a quatro e pouco. Como, em matemática, eu sou um pouco rápido, com a gasolina a R\$5, ficariam R\$200 para encher um tanque. Certo? Então, bem maior que nos Estados Unidos com R\$81 de média.

Segundo especialistas, a alta tributação que está inserida no valor da gasolina no Brasil é o principal motivo que leva o País a ser um dos mais caros do mundo quando o assunto é encher o tanque, e ainda estamos sujeitos à interferência do câmbio no preço da gasolina. Isso acontece porque, desde 2011, o País voltou a consumir mais do que produz e aumentou a quantidade de gasolina que importa do exterior, que é paga em dólares. Tudo isso pela falta de planejamento.

O País não investe em refino. Durante 30 anos, o Brasil não construiu uma única refinaria. Depois de Henrique Lage, em São Paulo, em 1980, uma nova refinaria só foi surgir no País em 2009 – a Clara Camarão, do Rio Grande do Norte. A última refinaria de grande porte construída no Brasil, com 100 mil barris por dia, foi Abreu e Lima, em Pernambuco. Antes disso, a refinaria com processamento de mais de 100 mil barris inaugurada foi a do Vale do Paraíba, em São Paulo, em 1980, com 251 mil barris por dia. Não é admissível que isso aconteça, não é justo com o brasileiro que já tem passado por tantas dificuldades. Precisamos de respostas e explicações para essa alta absurda da gasolina no Brasil.

Outro ponto que precisa ser discutido é a regra tributária de cobrança do ICMS na origem para todos os produtos, exceto sobre operações que destinem a outros Estados petróleo, inclusive lubrificantes, combustíveis líquidos e gasosos dele derivados, e energia elétrica, em que a cobrança ocorre no destino. Essa regra beneficia diretamente o consumidor, na cobrança do ICMS do petróleo, em detrimento dos Estados produtores, como o Rio de Janeiro, que é o maior produtor de petróleo e gás em solo brasileiro.

O Rio de Janeiro foi muito prejudicado com essa regra. Meu objetivo agora é trabalhar para alterar a forma como o ICMS incide sobre a cadeia de petróleo e gás no Brasil. A ideia é fazer com que o setor de petróleo e gás seja tributado como os outros setores, na origem e não no destino final.

E falo, agora, diretamente ao nosso povo do Estado do Rio de Janeiro. Para vocês terem uma ideia, o fato de o ICMS ser deferido na ponta faz com que o Rio de Janeiro – Senador Collor de Mello, prazer em vê-lo mais uma vez – tenha uma perda anual de cerca de R\$10 bilhões. Quer dizer, o Rio de Janeiro, com toda a sua crise, com todos os seus problemas, na questão do ICMS em que petróleo e derivados são cobrados no destino e não na origem, perde R\$10 bilhões/ano.

Uma lei criada em 1980, a famosa Lei do Petróleo... Inclusive, eu estou querendo entender qual é a justificativa desse projeto. Claro que o Rio de Janeiro vai perder, no voto, para 26 Estados interessados, mas por que só no petróleo? Por que só nos derivados de petróleo o ICMS é cobrado...

(Soa a campanha.)



O SR. EDUARDO LOPES (Bloco Moderador/PRB - RJ) – ... no destino e não na origem, onde ele é produzido? E o Rio de Janeiro é o maior prejudicado. Nós somos uma Federação, somos uma República Federativa, somos irmãos, mas o Rio de Janeiro sofreu um golpe duro dos irmãos brasileiros. Então, eu quero rediscutir esse assunto para que o ICMS possa ser cobrado exatamente na origem, para que o Rio de Janeiro possa ter, pelo menos neste momento, a sua situação melhorada.

De 1980 para cá, já são quantos anos? São 38 anos. São 38 anos que o Rio de Janeiro perde receita do ICMS, porque ele é cobrado no destino e não na origem. E, sem dúvida, o maior beneficiado disso é São Paulo, que é o maior consumidor de combustível e derivados em nosso País. Então, é um assunto que nós precisamos discutir.

Vou concluir em mais um minuto, já peço a sua tolerância, Sr. Presidente.

(Soa a campanha.)

O SR. EDUARDO LOPES (Bloco Moderador/PRB - RJ) – Então, nesse caso, o Rio é injustiçado. E eu, como Senador do Rio de Janeiro, defensor do meu Estado do Rio de Janeiro, tenho que levantar minha voz aqui. Eu sou a voz do Rio de Janeiro no Senado Federal. Então, eu tenho que levantar a voz porque precisamos distribuir melhor o ICMS na cadeia do petróleo e dos refinados também. O ICMS, em vez de ser um imposto na circulação, tem que ser de consumo, porque o petróleo é diferente de todos os outros setores.

Fica aqui o nosso pensamento. Rio de Janeiro e Brasil, estaremos aqui realmente registrando que não podemos aceitar como está a situação em relação à gasolina e, no nosso caso do Rio de Janeiro, o ICMS ser cobrado só no destino e não na origem.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Obrigado, Senador Eduardo Lopes.

Com a palavra a Senadora Rose de Freitas e, depois, o Senador Pedro Chaves.

A SR^a ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PODE - ES. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, em uma conturbada série de episódios, sobretudo em nível nacional, nós nos ressentimos com a indefinição política e econômica no que diz respeito à elevada alteração de preços do combustível que joga, de uma maneira sacrificada, nas ruas, os nossos caminhoneiros, o nosso transporte autônomo.

Em um país em crise, você aceitar o aumento dos preços dos combustíveis... Realmente não se consegue explicar como é que eles que dependem dessa política econômica mais ajustada às necessidades e à gravidade da situação do País podem corresponder...

Amanhã darei, aqui da tribuna, as estatísticas, os números, as consequências dessa política de aumento do preço dos combustíveis e outras mais que gostaríamos de abordar.

Hoje eu gostaria muito de falar aqui, e é isso o que vou fazer, sobre a população de idosos, que cresce, Senador Elmano, vigorosamente, em todo o mundo, de uma maneira assimétrica, mas que vai assinalando uma terrível tendência irreversível e sem políticas públicas definidas, pelo menos nas próximas décadas. Há cada vez mais idosos e cada vez menos jovens.



No Brasil, no exterior, o noticiário em geral, as publicações especializadas são pródigos em registrar uma inédita recomposição etária, um remanejamento mais acelerado nas sociedades de alta renda, mas em ritmo igualmente relevante nas sociedades de média e baixa renda.

Essa reconfiguração passou a exigir do Estado novas políticas públicas, compatíveis com este cenário de agora. As repercussões consequentes do envelhecimento da população são expressivas em diversos aspectos. Na perspectiva governamental, há um impacto, sobretudo, no orçamento e nas contas públicas, que precisam ser levadas em conta, porque é grande a alteração.

Em um dos momentos mais vulneráveis da existência humana, é preciso que o Estado, a sociedade, a família se fortaleçam e estabeleçam uma efetiva malha de proteção social, que nós não estamos vendo, que garanta o bem-estar e a dignidade dos idosos.

Pode parecer, assim, *grosso modo*, uma observação trivial, mas ela é decididamente imperiosa, Srs. Senadores. Os idosos, por imposições categóricas do próprio processo de envelhecimento, passam a necessitar de maior assistência nos diversos âmbitos de suas vidas.

Lugar prioritário nesse contexto e sentido profundamente pela população é o atendimento à saúde. O desafio dos governantes, Sr. Senador, Sr. Presidente, é particularmente complexo se considerarmos que parte desse contingente não está mais em idade produtiva e, ainda assim, demanda serviços do Poder Público.

Afinal, na maturidade, Sr. Presidente, a saúde invariavelmente começa a reclamar mais cuidados e acompanhamento continuado. É exatamente a partir desse período que se torna ainda mais necessária, para a grande maioria dos brasileiros, a ação regular e competente do Estado, um Estado que, durante décadas, exigiu, recolheu tributos, contribuições regularmente e sempre impostergáveis de todos os cidadãos-contribuintes.

Em um País como o Brasil, o SUS (Sistema Único de Saúde) assume um protagonismo indiscutível. Nos últimos anos, contudo, tem evidenciado recorrentes falhas do modelo no cumprimento de suas obrigações mais básicas e singelas, o que acaba por comprometer a saúde do sistema e de seus milhões de usuários.

"É muito ruim passar por essa espera toda. Há mais de um ano, estamos aguardando exames. Acredito que, nesta fase da vida que eu e outras pessoas vivemos, deveríamos ter, no mínimo, um acesso adequado e melhor ao SUS". Essas são as palavras e exclamações sempre, reiteradas vezes, colocadas em inúmeras mídias. O desabafo que nós ouvimos agora, com as últimas frases, é da Sr^a Anair Romano, de 84 anos, ao jornal *A Tribuna*, de Vitória.

Ainda na primeira semana de abril, Senador Pedro Chaves, quando foi publicada a reportagem da jornalista Kelly Kalle, a aposentada aguardava, há 13 meses, uma ressonância do joelho, há 16 meses uma eletroneuromiografia, procedimento para diagnóstico e prognóstico de lesões no sistema nervoso periférico.

A idosa, que vive no Espírito Santo, no meu Estado, enfrentava outras tantas esperas semelhantes, variando de nove a onze meses para realizar apenas consultas com profissionais das áreas médicas de angiologia, dermatologia e cardiologia. Levando em conta também, Sr. Presidente, que profissionais da área da geriatria hoje são difíceis de se encontrar disponíveis na rede pública.

O drama que nós estamos vivendo por angiologia, dermatologia, cardiologia na área da geriatria... O drama da D. Anair é emblemático da verdadeira via-crúcis enfrentada por outros



milhões de idosos capixabas, brasileiros que dependem unicamente do SUS para emergências e cuidados regulares à saúde.

Eu vou citar mais um triste exemplo. A Sr^a Lucimar Oliveira, de 65 anos, que, depois de cinco meses, conseguiu se consultar com o infectologista, teve que desembolsar R\$1.300 para fazer uma ressonância particular. Veja o relato dela ao jornal *A Tribuna*: "Meu marido morreu esperando dois meses. Três meses depois de morto, ele conseguiu a vaga." Essa é a triste realidade do nosso País. O SIS, por exemplo, ao qual todos nós temos direito, é um paraíso em meio à demência da saúde pública.

A ampliação da expectativa de vida que constatamos hoje, que deveria ser para comemorar, não deveria surpreender ninguém – na escala em que nós estamos vivendo, já prevíamos essa longevidade –, sobretudo especialistas, profissionais e técnicos do Governo, que sabiam disso. Não se programaram para isso. Ela é consequência direta e evidente de uma série de fatores, que nós podemos dizer que são fatores positivos. São conquistas da nossa civilização, que passaram a assegurar uma qualidade de vida melhor para largas parcelas das populações em todo o mundo.

Saneamento básico, avanço da ciência médica e seus aparatos, vacinas, todos os medicamentos, dietas mais saudáveis, incentivo à atividade física cotidiana, entre outros desenvolvimentos científicos e tecnológicos, estão facultando aos humanos uma existência mais prolongada, sem as adversidades e os infortúnios que nos castigavam no passado, tanto que os avós do século XXI passariam por jovens adultos no século XX, tamanha a melhoria de vida vivenciada no limiar desses dois séculos.

(Soa a campanha.)

A SR^a ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PODE - ES) – Mas, claro – Sr. Presidente, eu peço um pouco de tempo só para concluir –, eu falo daquela parcela da população com melhor padrão de vida.

Infelizmente, Sr. Presidente Elmano Férrer, a maioria dos idosos continua a viver como se ainda estivesse no século XX e esse século não tivesse acabado. É o caso do Brasil, que se encontra em uma quadra política, institucional e econômica conturbada e ainda não oferece serviços de saúde compatíveis com as necessidades sociais de seus cidadãos, em especial os idosos.

Eu citei o caso do meu Estado e cito novamente. De acordo com projeções do IBGE, o Espírito Santo teria, na atualidade, uma população de 4.046.700 habitantes. Ainda segundo o IBGE, em 2018, o segmento com 60 ou mais, representaria em torno de 13% do total da população, ou seja, 526 mil idosos. Dos idosos capixabas, no caso, com idade a partir de 59 anos, conforme dados da Agência Nacional de Saúde Suplementar, de dezembro de 2017, apenas 146 dispõem de algum plano privado de saúde, ou seja, os demais estão à mercê da sorte.

Os números indicam que parcelas superlativas, 72% dos idosos capixabas, dependem unicamente do SUS para qualquer necessidade de saúde: emergência, consulta, exame e cirurgias. A falta de assistência é tamanha no Espírito Santo que no segundo semestre do ano passado tivemos a notícia de que, em decorrência das dificuldades de atendimento, o número de processos judiciais contra a Secretaria do Estado de Saúde cresceu 350%, de 2011 a 2016.

No Estado, Sr. Presidente – o meu discurso é longo, eu vou sintetizar –, tem-se mostrado recorrente, por exemplo, falta de medicamento. Eu não sei, Presidente Elmano Férrer, como é que



nos sentimos quando se fala de falta de medicamento, inclusive o alerta é para o câncer também. Não há medicamento para atender pacientes que tratam de câncer.

A dependência do serviço público de saúde mostra-se ainda mais expressiva em diversas outras unidades da Federação – o mesmo que eu cito do meu Estado. Em Rondônia, por exemplo, cerca de 84% da população idosa depende totalmente do SUS! No Maranhão, no Piauí, o percentual ultrapassa os 90%. Mesmo nos Estados da Região Sul, onde os indicadores sociais...

(Soa a campainha.)

A SR^a ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PODE - ES) – ... costumam ser melhores, o número de idosos que mantêm um plano de saúde é relativamente pequeno. No Rio Grande do Sul, apenas 25% detinham esse tipo de cobertura; no Paraná, 29%; em Santa Catarina, 24%. Tudo isso, sem levar em consideração as prováveis desistências junto aos planos privados de saúde nos primeiros quatro meses de 2018.

Eu, ainda concluindo, queria dizer que ainda não foram contabilizadas as renúncias devido a reajustes que superam em muito a inflação, conforme noticiou o *site* do jornal *O Globo* no dia 20 de abril. Os planos individuais deverão incorporar percentuais de atualização que chegam a 13%. Justamente quando mais precisam da assistência médica, mais as idosas e os idosos são jogados ao relento.

Portanto, Presidente, eu concluo dizendo que esse é um sistema cruel sobre o qual espero que o próximo mandatário brasileiro a ser eleito em outubro se debruce com vigor e compromisso.

Não é possível preservarmos esse sistema em que as operadoras de planos de saúde escolhem quem vão atender; um sistema em que a parcela mais velha da população está abandonada.

Quero dizer que esse é um tema sobre o qual devemos refletir, nos debruçar e sobretudo legislar, para que possamos amparar a velhice e contemplá-la com um plano, com uma assistência de saúde mais justa em que se possa dizer "a longevidade chegou". Mas os políticos, a Administração Pública, o serviço, continuam ineficazes e descomprometidos com essa população.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

(Durante o discurso da Sr^a Rose de Freitas, o Sr. Paulo Rocha deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Elmano Férrer.)

O SR. PRESIDENTE (Elmano Férrer. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PODE - PI) – Agradeço as palavras de V. Ex^ª.

Pela ordem de oradores inscritos, concedo a palavra ao nobre Senador Pedro Chaves, do Mato Grosso do Sul.

O SR. PEDRO CHAVES (Bloco Moderador/PRB - MS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^ªs Senadoras, Srs. Senadores, o nosso boa-noite!

Nos últimos 17 dias, houve 11 aumentos sucessivos nos preços dos combustíveis em nosso País. Novo reajuste já foi anunciado para hoje!

Nas refinarias, o litro da gasolina aumentou 61 vezes em menos de seis meses durante o ano passado; o diesel, 68 vezes. Foi uma consequência direta da mudança na política de preços da Petrobras. Entre julho de 2017 e maio de 2018, o total de alta foi de mais de 42%.



Nos postos, onde o consumidor percebe rapidamente o problema, os sustos são diários. A gasolina está a quase R\$5 – em alguns lugares, mais do que R\$5 –; o diesel, R\$3,70.

A justificativa mais comum que se ouve é o aumento do preço do petróleo e do dólar. Mas até onde me consta, nem um nem outro subiu 42% do ano passado para cá!

No afã de fazer caixa, de se recuperar economicamente a Petrobras, ela está repassando para o consumidor final os custos de anos de má administração e desmandos naquela empresa.

Agregue-se a isso, a inclemente carga tributária que pesa sobre o valor final dos combustíveis, cujas cifras estão em torno de 40%.

Se não temos jurisdição sobre o que acontece no mercado internacional em relação ao preço do petróleo e do dólar, não há nada que possa ser feito internamente para conter essa alta dos preços? Será que ninguém está pensando nos efeitos terríveis que isso pode ter para a nossa convalescente economia, para o orçamento das famílias, para o planejamento das empresas? Será que ninguém está preocupado com o efeito disso para os preços dos fretes? E, depois dos fretes, o impacto inflacionário disso nos preços gerais?

O Poder Público precisa tomar alguma providência urgentemente. É preciso sair em defesa do consumidor brasileiro, que já está combalido, está em dificuldades muito grandes, pois a renda *per capita* tem caído ano após ano, e a atividade econômica em geral sofrerá as piores consequências.

Pergunto: não há o que fazer ou não há vontade de fazer, vontade política?

Nossa economia não está forte o suficiente para resistir a tanto aprofundamento dessa crise, que já está mostrada nos meios de comunicação.

O povo brasileiro não tem condições de arcar com mais esse prejuízo em série. E ficamos extremamente preocupados, porque todos os parâmetros da economia estavam em franca recuperação. Com essa alta sucessiva de preço, poderá comprometer a taxa de juros, a inflação e todos os indicadores importantes que possam melhorar a qualidade de vida da população brasileira.

Era isso, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Elmano Férrer. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PODE - PI) – Agradeço a V. Ex^a pelas palavras.

Pela ordem dos oradores inscritos, convido o nobre Senador Paulo Rocha, do PT, do Pará.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, não vou falar da gasolina nem do combustível. Na verdade, vou falar de tudo que está retrocedendo neste País nos últimos dois anos, após o golpe parlamentar e a assunção do Temer no nosso governo.

Aumentou tudo. Claro que o aumento da gasolina influencia diretamente na economia do nosso País e o do gás, somente o da cozinha, influencia diretamente na renda da família brasileira.

Mas eu quero falar das soluções para o que fizeram com o nosso País, essa crise econômica, social e política que nosso País está vivendo.

Claro que, na parte política, nós temos certa responsabilidade porque se esgarçou a disputa política entre as forças políticas, entre os nossos partidos, e o Judiciário brasileiro, que também tomou parte nesse processo da disputa. De uma forma autoritária, intervém na solução dos problemas do nosso País de uma maneira equivocada, autoritária, cometendo atrocidades e injustiças



na medida em que faz seleção de julgamento, seleção de investigação e, conforme denúncias, como já está ficando claro para o nosso País, usa o instrumento da prisão coercitiva e o instrumento da delação como parte do processo de julgamento para favorecer este ou aquele e conforme a simpatia ou o interesse político do juiz ou do Ministério Público, assim como condena aqueles que o julgam como adversário na política do nosso País.

Só há uma solução para consertar isso, tanto para a economia quanto para a questão política e os problemas sociais consequentes dessa política econômica desastrosa que está sendo implementada em nosso País: as eleições que se aproximam. Nada como passar para as mãos do povo a solução. É dar autoridade ao povo para a escolha de governantes e de governos que possam solucionar esse problema. Foi através da democracia que o Brasil encontrou o seu caminho. E é através da democracia – e, portanto, da maioria, da vontade do povo – que se poderão escolher governantes com autoridade para solucionar os graves problemas do nosso País.

Por isso é que nós, do Partido dos Trabalhadores, estamos convencidos de que vamos colocar a candidatura do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva como parte do debate político das eleições de 2018, como uma solução para tirar o País desta crise. Por isso, nos próximos dias, a partir de domingo, nós vamos lançar, em todo o Brasil, a pré-candidatura do companheiro Luiz Inácio Lula da Silva e dialogar com todos os setores – através de seminários e de debates – sobre um programa de Governo que vá ao encontro da solução dos problemas econômicos e sociais do nosso País.

Nós vamos debater, claramente, por que votar no Lula. Por que queremos que o Lula volte? Nós vamos com autoridade, depois de todo esse processo de condenação política, de condenação moral contra o Partido dos Trabalhadores. O Partido dos Trabalhadores ainda é o maior Partido que pode apresentar uma frente política capaz de propor ao País, através de um programa de governo, soluções para os problemas que estão a afligir o nosso povo, a nossa gente.

Nós temos autoridade para isso; Lula tem autoridade, inclusive perante o mundo. Foi através do governo Lula que nós resgatamos a soberania perante os outros povos. Inclusive, mudamos a geografia econômica mundial com a criação do G-20, com a criação dos BRICS. Foi através de programas sociais e de inclusão social, em nosso País, que adquirimos autoridade perante outros povos, por exemplo com o programa de combate à fome que Lula defendeu no plenário da ONU, o programa de combate à miséria, o Fome Zero, criado em nosso governo, que ganhou respeito internacional e tirou mais de 42 milhões de brasileiros da pobreza absoluta, número equivalente à população do Canadá. Vejam a magnitude dessa ação política.

Nós temos autoridade para dialogar com a juventude brasileira, porque nós criamos escolas técnicas e universidades, cerca de 18, nos governos de 12 anos do PT. Criamos programas de inclusão no ensino superior, como o Prouni, o Fies, e inclusão social para trazer dignidade para a família, não só o combate à fome, mas programas de inclusão de dignidade, como o Minha Casa, Minha Vida, o Luz para Todos, e colocamos a mulher como titular na gestão da dignidade da família, para ser titular de algumas situações, como no programa Minha Casa, Minha Vida.

Políticas econômicas com crescimento econômico e distribuição de renda, como a criação do Pronaf, para poder investir e valorizar a agricultura familiar. Isso criou condições para que 70% da produção de alimentos para a mesa do povo brasileiro viessem da agricultura familiar. Mas também nós não deixamos de valorizar a grande agricultura do agronegócio, com aumento de investimentos,



porque, quando nós pegamos os governos, havia investimentos de financiamentos de 28 bilhões; nos últimos anos do governo Dilma, chegamos a 180 bilhões, a serviço do financiamento do agronegócio.

A criação do PAC no investimento da infraestrutura do nosso País...

(Soa a campanha.)

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – ... em estradas, portos, aeroportos, gerou capacidade de crescimento da indústria da construção civil, que era um setor muito importante para a geração de emprego. Foi a partir dessas políticas que nós geramos cerca de 20 milhões de empregos no nosso País.

Então, é com essa autoridade que nós defendemos a candidatura do companheiro Lula. E, no dia 15 de agosto, nós vamos lá no TSE registrar a candidatura do Lula, porque o Lula, mesmo preso, não perdeu os direitos políticos. E nós vamos, exatamente, fazer esse debate jurídico de que ele tem legitimidade para registrar sua candidatura. Então, o PT não está fazendo chicana jurídica. Nós vamos brigar pela legitimidade da candidatura do Lula, vamos registrá-la e vamos fazer questão do debate, porque os próprios TREs e o TSE já legitimaram nos últimos anos, após a Lei da Ficha Limpa, cerca de 145 candidaturas de prefeitos, vereadores, que concorreram sob a condição do questionamento da Ficha Limpa e depois assumiram.

O próprio TSE – depois de eleitos esses que estavam questionando a legitimidade de suas candidaturas – deu posse para cerca de dez ou mais que lograram vitória. Houve um caso até de um prefeito que estava preso, participou das eleições, ganhou as eleições e teve de assumir após a vitória nas urnas.

Portanto, nós temos condições de registrar a candidatura do Lula, fazer o debate jurídico, fazer a sua defesa. E vamos usar todos os instrumentos e recursos para assegurar a legitimidade da candidatura, porque autoridade política o PT tem, e o companheiro Lula tem um legado para poder dialogar com a população brasileira e assegurar a sua vitória para recolocar o Brasil no rumo em que nós estávamos construindo: um Brasil para todos, um Brasil que tenha a capacidade de desenvolvimento, crescimento econômico, distribuição de renda, inclusão social e financiamento de políticas públicas para trazer dignidade e cidadania...

(Soa a campanha.)

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – ... para o nosso povo e para a nossa gente.

Era isso que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Elmano Férrer. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PODE - PI) – Agradeço a V. Ex^a.

Pela ordem dos oradores inscritos, concedo a palavra ao nobre Senador e ex-Presidente, Fernando Collor de Mello.

O SR. FERNANDO COLLOR (Bloco Moderador/PTC - AL. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Obrigado.

Ex^{mo} Sr. Presidente desta sessão, Senador Elmano Férrer, Ex^{mos} Srs. Senadores, Ex^{mas} Sr^{as} Senadoras, a segurança pública no Brasil chegou ao estado terminal. Não há sequer um dia sem que tenhamos notícias sobre a violência em todo o território do País. Especialistas já decretam que



estamos vivendo uma verdadeira epidemia que vitima o cidadão brasileiro. A certeza que impera é que estamos mais do que atrasados na busca de soluções para devolver ao brasileiro a sensação de segurança há muito perdida. O fato nos força a repensar se os caminhos trilhados até o momento terão o condão de produzir os efeitos que ansiamos.

Em pleno século XXI, o Brasil ainda tateia quando falamos em políticas públicas. Com a exceção parcial da área econômica, padecemos, em todos os setores, do mal da improvisação, do imediatismo e da falta de visão sistêmica. Produzimos, ao longo do tempo, muito mais ações, ou melhor, reações do que propriamente políticas públicas no sentido de conjunto de medidas articuladas e programas de governo que deveriam visar às garantias básicas estabelecidas para qualquer sociedade que almeja ser, de fato, civilizada.

No combate à insegurança generalizada que se instalou no País, a população já percebeu que, pelo nosso arcabouço legal, temos excesso de direitos, porém escassez de deveres; que temos excesso de investigações, porém escassez de elucidações; que temos excesso de polícias, porém escassez de policiais; que temos, enfim, excesso de meios, porém escassez de resultados.

A segurança pública, a história nos ensina, é uma das funções mais típicas do Estado. Há quem afirme mesmo que foi razão primeira da criação do Estado, exatamente para evitar que a humanidade viva em conflito permanente. Assim, não há motivo para os governos se omitirem diante da questão.

A mão pesada do Estado, no sentido do uso sensato e determinado do poder coercitivo, é ansiosamente esperada pelo cidadão brasileiro. Contudo, Sr. Presidente, sabemos também que o uso da coerção como ferramenta única da ação pública está fadado ao fracasso. Estados policialescos não se sustentaram ao longo da história; com frequência, se desmancham em pouco tempo, em razão do custo econômico, social ou político, na medida em que, nessas situações, é comum o abuso do poder. Foi assim com o nazifascismo, foi assim com a experiência soviética, foi assim com o Estado Novo.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o termo epidemia é bem aplicado na questão da segurança pública. Cabe a nós, assim como nas doenças do corpo, buscar causas, alternativas de tratamento, medidas paliativas que possam dar conforto no necessário período de cura, assim como buscar imunizar contra recidivas, mas, acima de tudo, cabe ao Estado implantar políticas públicas integradas contínuas e efetivas de prevenção, antes que o mal se instale e avance como epidemia.

As causas remotas do aumento da violência estão, sem dúvida, no esgarçamento do tecido socioeconômico. Crise, desemprego, desalento, sensação de abandono, educação escassa. São vários os fatores que podem empurrar indivíduos em situação mais frágil rumo à violência como meio de vida ou de relacionamento com o restante da sociedade. Nunca se comprovou, entretanto, que o caminho contrário é trilhado com naturalidade. A retomada do crescimento econômico é fundamental, mas não vai recolocar aqueles que já vivem na violência e da violência no trilho do convívio social pacífico. Por essa razão, são necessárias as leis, ainda que duras, bem como um sistema judicial e prisional eficaz. Devemos entender quais condutas individuais ou coletivas são danosas à sociedade e estabelecer, de forma clara, punições, compensações e, eventualmente, formas de redenção, se for o caso. Não punir ou punir fracamente condutas criminosas é insultar toda a imensa parcela da sociedade majoritária que, diante do mesmo quadro de desafio social ou econômico, não optou pelo crime.



A população espera a rigorosa punição do criminoso. Não podemos obrigar o cidadão a conviver com aqueles que ameaçam sua vida, seus bens ou seus direitos.

Nosso sistema prisional, por exemplo, é um modelo a ser descartado de forma veemente. Somos a 4ª população carcerária do mundo e uma taxa de reincidência de até 75%. Repito, somos a 4ª população carcerária do mundo e uma taxa de reincidência de 75%.

No longo prazo, sabemos: mais escolas e, conseqüentemente, menos presídios. Mas o que fazer com essa geração já perdida para o crime? A ressocialização pretendida, evidentemente, não está funcionando.

Na maioria das prisões a realidade é de superlotação e insalubridade. Os presidiários apenas estão lá, em situação de ócio, quando não segregados e dominados por facções criminosas rivais, que comandam os presídios, sem restrições, como miniaturas da realidade social que ajuda a produzir a delinquência.

O modelo faliu, Sr. Presidente, e alternativas viáveis continuam fora do radar e da vista do povo brasileiro.

Nossa legislação, responsabilidade direta deste Congresso Nacional, é apontada como benevolente com a conduta criminosa, ao tempo que permite adiar *ad aeternum* a punição ao criminoso e a reparação às vítimas. É necessário revê-la para garantir que as penas impostas a criminosos sejam de fato cumpridas.

Como Presidente da República, sancionei a Lei 8.072, de 1990, que dispõe sobre os crimes hediondos. A norma, ainda em vigor, foi uma satisfação à sociedade sobre a punição para crimes que têm efeito especialmente danoso ao tecido social. Mas sinto, Sr. Presidente, que é o momento de atualizar a lei e, mais do que isso, retomar discussões mais profundas, como a questão das penas, por exemplo. Não se trata de reforçar alguma forma de direito de vingança das vítimas, mas, sim, de não permitir que determinados tipos de criminosos, sabidamente irrecuperáveis, voltem ao convívio do restante da sociedade.

A pena de morte, advogada por alguns para crimes violentos, não funciona como fator coercitivo. Cinquenta e três por cento dos países do mundo aboliram a pena de morte para todos os crimes. Se pegarmos a lista desses países, poucos poderiam ser caracterizados como violentos.

Contudo, em prol da segurança pública, não podemos deixar de, pelo menos, discutir a possibilidade de introduzir a prisão perpétua, por exemplo, para reincidência em homicídios e latrocínios.

Os homicídios, no Brasil, a cada nova pesquisa divulgada, vão batendo seus próprios recordes, a ponto de igualar ou ultrapassar os números de regiões com conflitos deflagrados, como a Síria, em plena guerra civil. Estamos entre os 10% dos países mais violentos do mundo em taxas de homicídios, ao lado de Ruanda, República Dominicana, África do Sul e Congo.

Mudou também o perfil das regiões violentas, com uma migração da onda de crimes em direção às Regiões Norte e Nordeste, atingindo indistintamente tanto metrópoles quanto pequenos e médios Municípios. Uma lástima!

A taxa de homicídios já deve ter ultrapassado as 29,9 mortes por 100 mil habitantes, dados do Anuário Brasileiro da Segurança Pública de 2017, referentes ao ano de 2016. Isso é três vezes o limite



considerado tolerável pela Organização Mundial de Saúde. Mais da metade das nossas unidades federativas já ultrapassou esse limite. No total do ano passado, registramos 61 mil óbitos violentos.

Para piorar, Sr. Presidente Elmano Férrer, apenas 6% dos homicídios dolosos em nosso País são elucidados, contra 90% do Reino Unido, 80% da França ou 65% dos Estados Unidos. Aqui no Brasil, apenas 6%, como disse, dos homicídios dolosos são elucidados. Será que estamos dando licença para matar?

Dentre os homicídios, a morte de policiais é um triste destaque. O assassinato de um policial é claramente um desafio ao poder do Estado. Em várias partes do mundo, a elucidação dessas mortes é considerada prioritária. Aqui, apenas engrossam as estatísticas de violência não elucidada. Nos dois últimos anos, foram 838 policiais mortos em todo o País. Aproximadamente 4 a cada 5 morreram fora do horário de trabalho, a maior parte deles simplesmente pelo fato de terem sido reconhecidos pelas suas funções. No Rio de Janeiro, somente neste ano de 2018, cerca de 2 policiais, em média, são assassinados por semana.

Além de tudo isso, Sr. Presidente, há o enorme prejuízo econômico para o País. Estima-se que, para cada homicídio de jovens de 13 a 25 anos de idade, o valor presente da perda de capacidade produtiva é de cerca de R\$550 mil. A perda acumulada de capacidade produtiva decorrente de homicídios, entre 1996 e 2015, superou os R\$450 bilhões. Nesse mesmo período, os custos econômicos da criminalidade cresceram substancialmente, de cerca de R\$113 bilhões para R\$285 bilhões, o que equivale a um incremento real médio de aproximadamente 4,5% ao ano.

Mesmo quando se verifica aumento de investimentos em segurança, há, pasmem, aumento na criminalidade. As estatísticas assim comprovam. Ou seja, há também uma péssima gestão dos recursos públicos, um autêntico descalabro, além de um paradoxo.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, como pano de fundo desse quadro crítico da violência, certamente está o crime organizado, notadamente ligado ao tráfico de entorpecentes, nacional e internacional. Sabemos que as facções criminosas deram ao nosso País o duplo papel de consumo e rota do tráfico rumo a mercados estrangeiros, muitas vezes sob o olhar tolerante de autoridades omissas. O problema das drogas é, ao mesmo tempo, uma questão de saúde e de segurança pública.

Há tempos, tratamos o problema focando na repressão e na criminalização, que limitam relativamente a oferta de drogas, mas fazem os preços subir e garantem maiores retornos ao tráfico. Por isso, passamos do momento de tomar uma decisão corajosa, qual seja: ou se criminaliza de vez o tráfico, o porte e o uso de drogas, aumentando a capacidade de repressão do Estado; ou se descriminaliza integralmente tudo isso, passando a tratar a questão apenas como questão de saúde pública, como o tabaco ou a bebida alcoólica.

O que não pode, Sr. Presidente, é a posição dúbia ou vacilante que permite a movimentação de estimados R\$15,5 bilhões, foco das disputas entre facções criminosas e pivô de grande parte do tráfico de armas e mortes violentas no País.

Mesmo o Exército, em que a população deposita elevado nível de confiança, não tem sido capaz de deter esse fluxo de armas e drogas, tendo em vista as restrições logísticas e materiais para fazer frente a nossas imensas fronteiras.

Intervenções eventuais, como a que vigora no Rio de Janeiro, embora necessárias, ainda não foram capazes de provar que podem gerar soluções definitivas. Não.



O Poder Legislativo avançou no seu papel ao aprovar recentemente o projeto de lei que institui o Sistema Único de Segurança Pública. Sem dúvida, um importante passo, mas sabemos que, entre a sanção de uma lei e a sua efetiva e integral aplicação, há um imenso hiato de tempo e adaptações. E o Brasil, hoje, pede urgência, clama por um socorro que somente o Estado pode e deve oferecer.

Por isso, Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, o que se espera do Estado diante do quadro de absoluta enfermidade da segurança pública é a sua capacidade de articulação, planejamento e elaboração de políticas públicas que ultrapassem o simples reagir aos fatos. Não haverá diminuição da delinquência e dos crimes violentos no Brasil sem que o Estado, na figura do Poder Executivo Federal, demonstre estar preparado para implementar políticas de forma coordenada com os Poderes subnacionais. Fiscalização e repressão devem andar *pari passu*, com políticas de formação e requalificação dos profissionais da área. É necessário equipar as forças policiais, assim como investir bastante em inteligência, ou seja, tecnologia, informação e integração de ações e políticas públicas.

Experiências em todo o mundo comprovam que o modelo tradicional de patrulhamento semialeatório, ou seja, uma resposta rápida às chamadas de ação, investigações posteriores pela Polícia e esforços de cumprimento da lei, sem foco, não são eficazes para reduzir a criminalidade. O aumento da eficiência nessa área depende do estabelecimento de uma política de segurança baseada em evidências, isto é, do desenho de políticas públicas calcadas no estado da arte da evidência empírica sobre quais tipos de intervenções funcionam para cada situação e localização distintas. Assim, impõe-se o uso prévio de técnicas de georeferenciamento, dados estatísticos e experiências disponíveis. Para tanto, faz-se urgente também a agregação de dados sobre a atuação das forças de segurança e o monitoramento e o acompanhamento das políticas públicas implementadas, adaptando-as ou descontinuando-as quando sua eficácia não for observada.

Assim, Sr. Presidente, quem, senão o Governo Federal... Sr^a Presidente Rose de Freitas, quem, senão o Governo Federal, tem capacidade...

(Soa a campanha.)

O SR. FERNANDO COLLOR (Bloco Moderador/PTC - AL) – ... para coordenar todos esses esforços necessários?

É notório que apenas 1,36% do Produto Interno Bruto – dado de 2016 – disponibilizado para enfrentar a questão da segurança pública é insuficiente. Contudo, verificamos que não se trata somente de alocar mais recursos. As estatísticas oficiais mostram que, mesmo nos períodos mais recentes em que houve aumento real de investimentos nas áreas de segurança pública, como aqui já dito, os índices de criminalidade não recuaram. Ao contrário, até aumentaram. Ou seja, existe também, como de resto na grande maioria dos setores da Administração Pública, um desperdício imenso de recursos por falta de planejamento e compromisso e por excesso de burocracia e incompetência.

Em um contexto de limitação orçamentária, é essencial balizar as escolhas futuras de políticas públicas de segurança por análises de custo-benefício, com prioridade para aquelas que de fato tragam maior retorno social para cada real investido.

Ademais, precisamos rever a previsão constitucional, que acarreta dispêndios desproporcionais em segurança pública realizados por Estados e Municípios, que arcam com cerca de 80% dos gastos, conforme levantamento oficial das últimas duas décadas. Ou seja, nesse mesmo período, à União



coube o dispêndio de recursos que variou apenas entre 10 e 19% do total de gastos no setor. Isso é um absurdo se considerarmos a garantia da segurança pública como função precípua do Poder central, já que, no Brasil, o problema está alastrado de forma sistêmica por todo o Território,...

(Soa a campanha.)

O SR. FERNANDO COLLOR (Bloco Moderador/PTC - AL) – ... além de implicar questões fronteiriças e até mesmo de segurança nacional, sobretudo em períodos críticos como o que vivemos nas últimas duas décadas.

Ou seja, Sr^a Presidente, essa é uma questão a ser enfrentada pelo Executivo Federal, especialmente pelo próximo Presidente da República a ser eleito ainda este ano. Por isso, como pré-candidato a Presidente da República, volto a repetir que, se eleito, os criminosos sentirão a mão pesada do Estado.

Já ao Congresso Nacional cabe promover, com coragem, a discussão dos temas da legislação penal fraca ou omissa, da criminalização do porte e uso de drogas, do sistema penitenciário, de preferência evitando soluções simplistas, desconexas e pontuais, que pouco fazem por modificar a realidade de forma permanente.

Da mesma forma, ao Parlamento cabe resguardar importantes marcos legais, como é o caso do Estatuto da Criança e do Adolescente, muitas vezes citado de forma falaciosa como origem ou facilitador da criminalidade. Mas a verdade é que não se pode avaliar a eficiência da lei de forma pontual, nesse ou naquele aspecto: o importante é a sua concepção – e, no caso do Estatuto da Criança e do Adolescente, há um enorme liame com a educação fundamental. E é neste ponto que entra o ensino integral nos moldes que implantei quando Presidente da República, por meio dos CIACs. Além de retirar os jovens da ociosidade das ruas, o modelo oferecia oportunidades de formação técnica, esportiva, artística, além do atendimento médico e odontológico na própria escola. Esse é o lento, porém certo caminho a percorrer.

Por outro lado, Sr^a Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a aposta de longo prazo nas gerações futuras, com educação de qualidade, saúde, emprego e renda é o remédio que cura e imuniza. Mas as medidas paliativas de curto e médio prazos para uma sociedade que sofre com a violência também não podem quedar esquecidas. Devem ser aplicadas, entretanto, com a devida determinação e a equilibrada responsabilidade, para evitar que viciem o organismo social, ou mesmo para que os efeitos colaterais não ultrapassem os benefícios de seu uso.

Era o que tinha a dizer, Sr^a Presidente, agradecendo desde já pelo tempo que me foi concedido. Muito obrigado.

(Durante o discurso do Sr. Fernando Collor, o Sr. Elmano Férrer deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pela Sr^a Rose de Freitas.)

A SR^a PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PODE - ES) – Parabenizo V. Ex^a pelo discurso proferido, que lhe confere o direito de refletir sobre um país hoje tão cheio de percalços, inclusive nessa área que passa a ser prioritariamente preocupação de todos os brasileiros.

Concedo a palavra ao próximo orador, Senador Elmano Férrer.



O SR. ELMANO FÉRRER (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PODE - PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr^a Presidente, estimada Senadora Rose de Freitas, Sr^{as} e Srs. Senadores, estivemos, na quinta-feira, dia 10 de maio, em viagem ao Centro de Lançamento de Alcântara, no nosso Estado do Maranhão, e, na última quinta-feira, eu estive em visita ao comando – Comandante, digo melhor – da Aeronáutica, Tenente-Brigadeiro do Ar Nivaldo Luiz Rossato, experiente militar gaúcho que comanda com brilhantismo e competência nossa Força Aérea Brasileira, ciente de sua responsabilidade e dos inúmeros desafios da Força.

Em seguida, Sr^a Presidente, fui conhecer o primeiro Centro Integrado de Defesa Aérea e Controle de Tráfego Aéreo (Cindacta I), aqui em Brasília, a convite da Assessoria Parlamentar e de Relações Institucionais da Aeronáutica, na pessoa do eminente Brigadeiro do Ar Maurício Augusto Silveira de Medeiros.

Sr^a Presidente, fiquei impressionado com a estrutura e com a excelência da equipe da Aeronáutica responsável pelo Centro de Lançamento de Alcântara e pelo Cindacta I. Aliás, todos os convidados tiveram a mesma impressão positiva da viagem institucional à Alcântara, que foi prestigiada não só por Parlamentares, mas também por membros do Poder Executivo, do Judiciário e do Ministério Público. Da nossa Casa, tivemos a companhia do estimado Senador Airton Sandoval.

Sr^{as} e Srs. Senadores, nessa viagem pude apreender a relevância de investimento em ciência e tecnologia não só para o aperfeiçoamento da nossa Força Aérea Brasileira, mas para o desenvolvimento do Brasil e sua inserção no rol dos países mais avançados e influentes do mundo.

Nesse contexto, Sr^a Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, assume importância o domínio da tecnologia aeroespacial. Na nossa Aeronáutica também existe o Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial, sediado em São José dos Campos, no Estado de São Paulo, cuja competência do seu corpo técnico é demonstrada por meio da coordenação e acompanhamento de vários projetos bem-sucedidos, que contribuíram para o crescimento da Aeronáutica e do País, com destaque para a implantação da indústria aeronáutica brasileira e o desenvolvimento da pesquisa aeroespacial.

Sr^a Presidente, a título de exemplo, temos o Instituto Tecnológico de Aeronáutica, nosso aclamado ITA, e o Centro de Lançamento de Alcântara; ambos são organizações integrantes do Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial, hoje comandado pelo Tenente-Brigadeiro do Ar Carlos Augusto Amaral Oliveira.

O ITA, Sr^a Presidente, sediado, como V. Ex^a sabe, em São José dos Campos, é um centro de referência no ensino de Engenharia no Brasil. Esse centro foi criado em 1950 por inspiração do Marechal cearense Casimiro Montenegro Filho. O ingresso no ITA é motivo de cobiça dos melhores alunos do Brasil. Nos seus 68 anos de história, o Instituto Tecnológico de Aeronáutica já formou mais de 6 mil alunos na graduação e mais de 5 mil alunos na pós-graduação.

Já o Centro de Lançamento de Alcântara, na cidade de mesmo nome no Estado do Maranhão, foi inaugurado em 1983, por ser considerado um lugar privilegiado em virtude da posição geográfica, das condições climáticas e dos aspectos de segurança. Veio em substituição ao Centro de Lançamento da Barreira do Inferno, situado na cidade de Natal, no Rio Grande do Norte.



O Brasil, Sr^a Presidente, passou a ter capacidade de colocar no espaço equipamentos altamente sofisticados de pesquisa, de coleta de dados, de telecomunicação, de sensoriamento remoto, dentre outras aplicações.

Além disso, não posso deixar de mencionar a conquista advinda do lançamento do Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas, que está sob controle e operação do Comando de Operações Espaciais da Aeronáutica, em Brasília.

Neste mês de maio, Sr^a Presidente, completa-se um ano do bem-sucedido lançamento do satélite desenvolvido no Brasil, com aplicação civil e militar. A banda X, por exemplo, de uso exclusivo militar, objetiva assegurar a segurança das comunicações militares, ao passo que a banda civil, controlada pela empresa estatal Telebras, será responsável pela massificação da banda larga em nosso País.

Quanto à visita, Sr^a Presidente, ao Cindacta I, aqui, em Brasília, fui testemunha da organização, do profissionalismo e da eficiência dos militares chefiados pelo Coronel Aviador Rubem Schneider. O Cindacta I, órgão vinculado ao Departamento de Controle do Espaço Aéreo, é responsável pelo gerenciamento de tráfego aéreo, pela defesa aérea, pela produção de informações aeronáuticas, pela meteorologia aeronáutica e pelas buscas e salvamento na área de sua abrangência.

Sr^a Presidente, a título de exemplo da sua importância para o País, o Cindacta I é responsável pelo controle dos voos que chegam, saem ou passam pelo céu de Brasília. Nossa segurança é garantida pela capacitada equipe de controladores de voo, atuando ininterruptamente, 24 horas por dia, em prol de todos os brasileiros.

Aliás, fato que me chamou atenção, Sr^a Presidente, e me deixou orgulhoso como servidor público foi a quantidade de mulheres servindo no Cindacta I. Pude notar a predominância de mulheres no controle do tráfego aéreo nacional, principalmente aqui, no Distrito Federal, atuando de forma técnica, segura e precisa. Posso tranquilizar, neste instante, todos os passageiros de que nosso céu está mais seguro em virtude da competência das nossas mulheres, que a cada dia ocupam espaço de destaque na nossa sociedade.

Sr^a Presidente, não é fácil controlar, defender e integrar uma área de 22 milhões de quilômetros quadrados. Uma missão tão complexa requer uma equipe capacitada, eficiente, estruturada e, principalmente, que se dedique integralmente à Pátria, com muita disciplina, firmeza, seriedade e disposição. Tenho convicção, Sr^a Presidente, de que nossa Força Aérea Brasileira atende todos esses requisitos imprescindíveis à defesa do nosso País.

Por fim, Sr^a Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, não tenho dúvidas a respeito do importante papel desempenhado pela Força Aérea Brasileira na sua missão de controlar, defender e integrar o Território nacional. A história da instituição é marcada por inúmeros desafios, vitórias, conquistas e muito profissionalismo de seus membros.

Em 2041, comemoraremos 100 anos de atuação da Força Aérea para o engrandecimento do Brasil. Somos gratos a esses bravos brasileiros que dão suas vidas, no ar, para a defesa do País.

Era este, Sr^a Presidente, o nosso pronunciamento na noite de hoje.

(Durante o discurso do Sr. Elmano Férrer, a Sr^a Rose de Freitas deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pela Sr^a Fátima Bezerra.)



A SR^a PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Cumprimento V. Ex^ª, Senador Elmano Férrer, pelo pronunciamento que acaba de fazer, ao tempo em que peço a V. Ex^ª que presida os trabalhos, neste momento, para que eu possa também fazer uso da tribuna.

(A Sr^a Fátima Bezerra deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Elmano Férrer.)

O SR. PRESIDENTE (Elmano Férrer. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PODE - PI) – Pela ordem dos oradores inscritos, concedo a palavra à nobre Senadora Fátima Bezerra, do PT, do nosso querido Estado do Rio Grande do Norte.

A SR^a FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Senador Elmano Férrer, telespectadores, ouvintes da Rádio Senado, aqueles que nos acompanham pelas redes sociais, quero aqui fazer o registro da nossa mobilização em prol da valorização do forró. E começo aqui, Senador Elmano Férrer, portanto, convidando toda a Bancada Federal não só do meu Estado, mas especialmente do Nordeste, porque amanhã, a partir das 9 horas, na Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, que tenho a honra de presidir aqui, no Senado Federal, dando continuidade ao debate para tornar o forró reconhecido como patrimônio imaterial da cultura brasileira, estaremos realizando mais uma audiência pública.

A iniciativa da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo de acolher esse debate, Senador Elmano Férrer, responde exatamente a uma reivindicação do movimento artístico-cultural intitulado Fórum Nacional do Forró de Raiz, que nasceu no Nordeste, movimento que expressa a preocupação dos artistas com a falta de apoio, de valorização, de reconhecimento de uma das mais importantes expressões da cultura popular brasileira, que é o forró de raiz. Aliás, um gênero típico da cultura nordestina, que se manifesta por meio, Senador Elmano, de diferentes ritmos: o xote, o baião, o xaxado, o chamego, a nossa marchinha junina, Senador Elmano Férrer. Forró é a alma dos nossos festejos juninos. Forró, que também se expressa através do famoso arrasta-pé.

Então, Senador Elmano, nós estivemos em João Pessoa ano passado, capital da Paraíba, e lá participamos de uma importante audiência pública como parte desse movimento, repito, o movimento artístico-cultural fórum nacional em defesa do forró pé de raiz. Estivemos em João Pessoa, numa audiência pública com muita participação, bem como também recentemente estivemos no Rio de Janeiro, mobilizando gestores, pesquisadores, estudiosos, mas principalmente os nossos artistas, os sanfoneiros, enfim todos aqueles que tocam a sua sanfona encantadora, que cantam o forró de raiz com tanta alma.

Então, dando continuidade a esse debate é que nós estaremos realizando essa audiência pública, amanhã, na CDR. Na verdade, essas audiências públicas pretendem, primeiro, dar visibilidade ao tema, ampliando, portanto, o debate; levando este debate também para as demais regiões do País; cumprindo com o nosso papel, que é, através do Senado Federal, fortalecer esse movimento em defesa do reconhecimento do forró como patrimônio imaterial da cultura brasileira, o que nós consideramos muito justo.



Nós vamos ter amanhã, aqui, Senador Elmano Férrer, a presença do Iphan, até porque o Iphan é o órgão que cuida exatamente do registro das formas de expressão como patrimônio cultural imaterial brasileiro. Então, o Iphan não pode faltar, de maneira nenhuma, a essa audiência, aliás, como não tem faltado. Quero aqui dizer que, nas audiências públicas que nós realizamos até o presente momento, o Iphan tem comparecido; amanhã, inclusive, vai estar a sua Presidente, Kátia Bogéa. Os técnicos do Iphan, os diretores do Iphan já estão debruçados sobre o registro do forró como patrimônio imaterial da cultura brasileira.

Para tanto, Senador Elmano, nós, inclusive, aportamos emendas ao Orçamento Geral da União. Eu apresentei uma emenda; o Deputado Luiz Couto, da Paraíba, apresentou outra. Eu já conversei, inclusive, com V. Ex^a, com outros Senadores e Senadoras e outros Deputados, porque vamos precisar de mais recursos, levando em consideração principalmente esses tempos de teto de gastos, de congelamento dos investimentos nas áreas sociais, e o Iphan não tem orçamento de maneira nenhuma. Daí a necessidade exatamente de aportarmos mais emendas ao Orçamento Geral da União para que o Iphan possa fazer o seu trabalho, que é um trabalho que passa pela realização de pesquisas, que devem ser feitas com muita seriedade e com muita profundidade, para que, ao final, o Iphan possa dar ao Brasil, especialmente ao Nordeste, o selo de salvaguarda, de reconhecimento do forró como patrimônio imaterial da cultura popular nacional.

Quero ainda dizer que nós vamos ter aqui também, amanhã, na audiência pública, uma delegação grande de Brasília; nós vamos ter aqui o pessoal que organiza o fórum de Brasília em defesa do forró pé de raiz. E já tive a confirmação de que amanhã nós vamos ter aqui uma delegação de sanfoneiros, trianguleiros e zabumbeiros aqui de Brasília, bem como está vindo também uma delegação lá do meu Estado.

Nós vamos ter a alegria de contar com o talento de Roberto do Acordeon, nosso artista potiguar, que encanta com a sua sanfona; de Deusa, de As Nordestinas, encantadora; e também da menina Carol Benigno, que toca uma sanfona que, literalmente, toca os nossos corações, pela melodia que sai da sua sanfona, com tanto ritmo e tanta harmonia.

Nós vamos ter também, Senador Elmano, representante do Fórum Nacional dos Secretários de Cultura. É importante que os secretários de cultura do Piauí, do Rio Grande do Norte e de todo o Nordeste, especialmente, participem intensamente desse debate.

Nós vamos ter também a presença aqui de representantes do Sesc. Eu quero aqui, mais uma vez, dizer da nossa alegria, pois ele, reconhecendo a justeza e o merecimento da luta que é o reconhecimento do forró como patrimônio imaterial da cultura brasileira, aderiu a esse movimento. Ele participou no Rio de Janeiro – inclusive, a audiência pública foi no auditório do Sesc, no Rio de Janeiro, no centro. E, aqui em Brasília, também, o Sesc vai participar.

E nós vamos contar aqui, naturalmente, com a presença de uma figura muito especial que é Joana Alves, paraibana, que preside o fórum nacional do movimento artístico cultural forró pé de raiz. À Joana, mais uma vez, todas as minhas homenagens pelo quanto ela vem se dedicando a esse movimento, que não começou hoje. Precisamente em 2011, esse movimento se iniciou. Tratativas têm sido feitas junto ao Iphan.

Mais do que nunca, Senador Elmano Férrer, é muito importante preservar, valorizar a cultura brasileira pelo que isso significa do ponto de vista da memória para a geração presente e para as



gerações futuras. Nós não estamos aqui tratando, repito, de uma expressão cultural popular qualquer; nós estamos tratando de uma das expressões do ponto de vista popular mais genuínas e mais, digamos assim, identitárias do seu povo, que é exatamente o forró, o chamado forró pé de raiz.

É claro que a identidade dessa expressão cultural popular que é o forró, o forró pé de raiz, guarda uma relação muito forte com o povo nordestino, mas o forró ultrapassou as fronteiras do Nordeste. Está lá a Feira de São Cristóvão no Rio de Janeiro, está lá São Paulo, assim como todas as regiões do Brasil. Aliás, o forró ultrapassou as fronteiras do próprio País.

Quero aqui, portanto, dizer da minha alegria como professora, como Senadora potiguar, como Senadora nordestina e na condição de Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo. Turismo que tem tudo a ver com o que nós estamos falando aqui, afinal de contas, o forró – e por isso mesmo que ele deve ser preservado, deve ser valorizado – deve ser a alma das nossas festas juninas. E, para ele ser a alma das nossas festas juninas, nós precisamos respeitar os artistas que cantam o forró, o forró pé de raiz, fiel, portanto, a toda a tradição do forró de Luiz Gonzaga, de Dominginhos, de Marinês e de tantos e tantas. Aliás, o Maestro Márcio Farias, filho de Marinês, vai estar também presente amanhã, aqui na nossa audiência pública.

Quero aqui, portanto, enfatizar que a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo se sente muito honrada em acolher esse debate e dar a nossa contribuição.

Estamos chamando a audiência pública para amanhã, às 9h, audiência pública que será acompanhada pela TV Senado, pelo portal e-Cidadania. Fica, desde já, o meu convite, a renovação do convite não só à Bancada federal do meu Estado, mas à Bancada federal dos demais Estados, especialmente os do Nordeste, assim como o meu convite a todos os artistas, aos sanfoneiros, aos zabumbeiros pelo País afora e a todos aqueles que amam o forró e que querem ver essa luta avançar, para que possam acompanhar amanhã essa audiência pública.

Espero que a audiência pública de amanhã, assim como a que vamos fazer em Natal, no dia 14 de junho... Estou avisando desde agora: dia 14 de junho, dando prosseguimento ao movimento artístico-cultural em prol do forró pé de raiz, nós vamos estar na Assembleia Legislativa do meu Estado, o Rio Grande do Norte.

Quero concluir, Senador Elmano, dizendo que essa audiência pública de amanhã seja mais um passo para que, assim como, merecidamente, o maracatu e o frevo, de Pernambuco, já receberam o reconhecimento de patrimônio imaterial da cultura brasileira, agora seja a vez, exatamente, do nosso forró pé de raiz.

Muito obrigada. Espero contar com a presença de V. Ex^a amanhã. V. Ex^a, que eu sei, é um amante da cultura nordestina; V. Ex^a, inclusive, que é um amante do forró e, pelo que já tomei conhecimento, é um excelente dançarino. (*Risos.*)

Que façamos amanhã, repito, esse sarau poético, esse sarau artístico e cultural para que sensibilizemos o Congresso Nacional, contando com a presença do Iphan amanhã, dos artistas, para que possamos, se Deus quiser, em breve, dizer que, além do frevo e do maracatu – o maracatu e o frevo de Pernambuco merecidamente já têm a salvaguarda de patrimônio imaterial da cultura brasileira –, da mesma forma, em breve, possamos dizer ao Brasil e ao mundo, especialmente ao povo nordestino, que o forró pé de raiz é, sim, reconhecido como patrimônio imaterial da cultura brasileira.



O SR. PRESIDENTE (Elmano Férrer. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PODE - PI) – Cumprimento V. Ex^a pelo brilhantismo da exposição.

Vamos nos conter amanhã para não dançarmos o chamego, o xaxado, o forró e o baião. Creio que o forró pé de raiz é um forró pé de serra, como dizia o velho Luiz Gonzaga, vamos realmente transformá-lo, através do projeto de lei, em um patrimônio imaterial da nossa cultura. Sei que ele está presente no coração de todos nós nordestinos, dos brasileiros até. Quem de nós não brincou um São João?

Essa audiência pública de amanhã precede, digamos, a nossa mais popular festa, que é o nosso São João, e, sobretudo, o São João lá da Paraíba, de Campina Grande, o São João de Caruaru.

A SR^a FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. *Fora do microfone.*) – O Mossoró, Cidade Junina, também lá do Rio Grande do Norte.

O SR. PRESIDENTE (Elmano Férrer. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PODE - PI) – O Mossoró, exatamente.

Eu sei que V. Ex^a vai se desdobrar, ao longo deste ano, pelas cidades do Rio Grande do Norte, grandes, pequenas, médias, etc. Então, eu queria cumprimentá-la e parabenizá-la por um assunto tão relevante, de interesse regional e, sobretudo, da nossa Região Nordeste.

A SR^a FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Senador Elmano, eu que agradeço o aparte de V. Ex^a, que incorporo com o maior prazer.

Por fim, Senador Elmano, eu queria só pedir a V. Ex^a para fazer também um registro da XXI Marcha dos Prefeitos e Prefeitas do Brasil. Ou seja, mais uma vez, Brasília acolhe os prefeitos e prefeitas de todo o Brasil nessa luta cotidiana em defesa dos Municípios brasileiros.

Como sempre, nós temos aqui uma grande delegação...

(Soa a campanha.)

A SR^a FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – ... dos prefeitos e prefeitas lá do meu Rio Grande do Norte, inclusive também de secretários, de vereadores e de vereadoras.

Eu quero aqui colocar, Senador Elmano, que, mais do que nunca, esse é um momento, sobretudo, para refletirmos sobre a estrutura tributária existente no Brasil, tão injusta, tão desequilibrada. É inaceitável que a União, por exemplo, concentre, em suas mãos, quase 60% dos recursos fruto dos impostos que pagamos, os Estados fiquem com cerca de 25% e os Municípios fiquem com míseros 15% a 18%, quando é exatamente nos Municípios onde as pessoas vivem, trabalham, lutam, sonham com uma vida digna...

(Soa a campanha.)

A SR^a FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – ... com o direito a terem a sua cidadania atendida.

Então, que essa Marcha, repito, essa 21^a Marcha dos Municípios possa contribuir para com esse debate, para que a gente não desista, de maneira nenhuma, da luta pelo novo Pacto Federativo – não é, Senador Elmano? –, que corrige exatamente essas distorções, sobretudo, nesses tempos em que nós estamos vivendo, Senador Elmano, de ataque à democracia, de congelamento dos gastos sociais,



dos investimentos sociais, de empobrecimento. E quem mais sente o reflexo disso é exatamente o Município.

Por isso que, mais uma vez, eu quero concluir aqui, dizendo da minha alegria pelo dever cumprido de, como Deputada Estadual, Deputada Federal e, agora, como Senadora, sempre ter defendido a agenda em defesa dos Municípios do meu Estado e do Brasil. E dizer da alegria que tive, repito, de ter sido homenageada pela Confederação Nacional dos Municípios como a Senadora do Rio Grande do Norte que mais se destacou aqui, no Senado, votando a favor de todas as agendas legislativas que passaram aqui por esta Casa, que dizem respeito aos interesses dos Municípios.

Na Câmara dos Deputados foi a Deputada Federal Zenaide Maia que foi homenageada, recebeu esse certificado, esse diploma de destaque; e aqui, no Senado, foi esta professora que vos fala, Senadora representando aqui o povo potiguar.

(Soa a campainha.)

A SR^a FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Quero aqui dizer que não fiz nada mais, nada menos do que o meu dever e que recebo essa distinção, repito, esse destaque da Confederação Nacional dos Municípios como a Senadora que mais se destacou na pauta legislativa em defesa dos Municípios, recebo isso não com sentimento de vaidade, mas com sentimento do dever cumprido, sobretudo como um incentivo, para que continuemos aqui com a nossa luta em defesa dos interesses legítimos dos Municípios do nosso País.

O SR. PRESIDENTE (Elmano Férrer. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PODE - PI) – Mais uma vez, agradeço as palavras de V. Ex^a, ao tempo em que incorporo todas as considerações feitas com relação aos Municípios brasileiros e à 18^a Marcha, aliás, à 21^a Marcha aqui, de nossa Capital.

Não havendo mais nenhum orador inscrito, declaro encerrada a presente sessão ordinária.

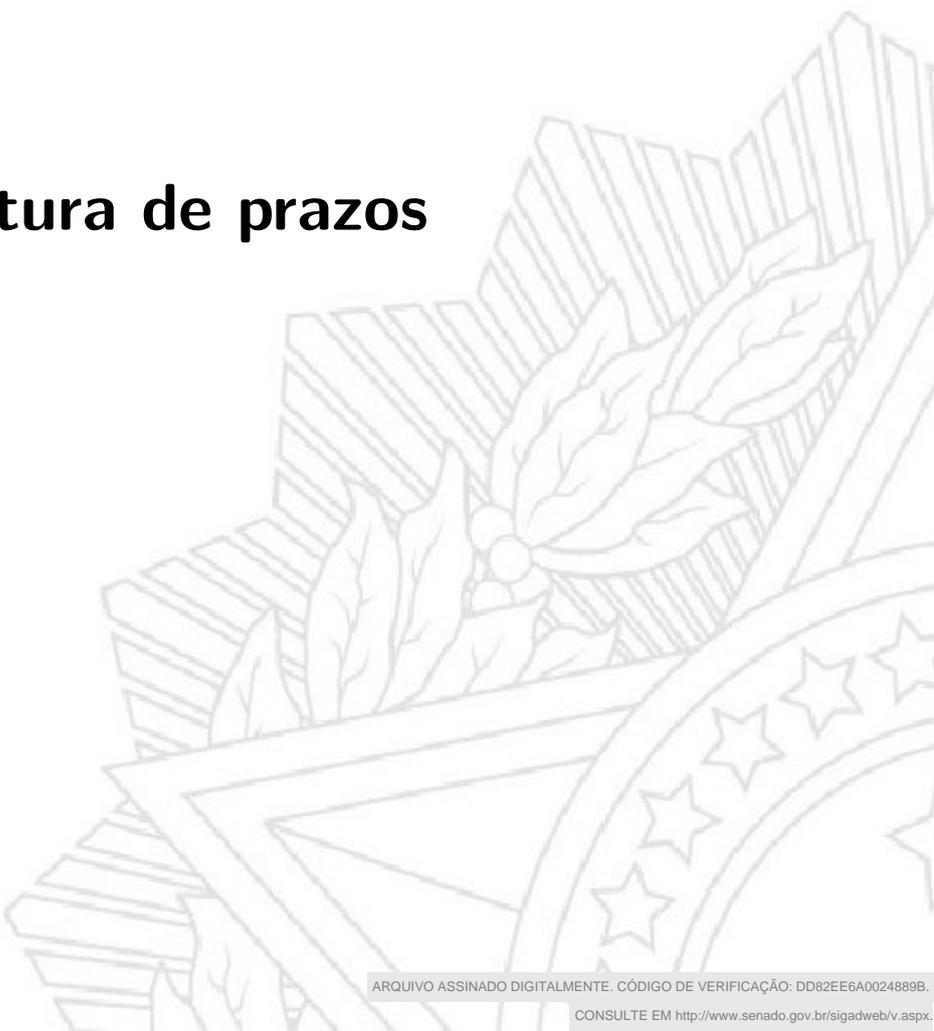
(Levanta-se a sessão às 21 horas e 23 minutos.)



MATÉRIAS E DOCUMENTOS DA 73^a SESSÃO

EXPEDIENTE

Abertura de prazos



Concluída a instrução do Projeto de Lei do Senado nº 188/2014 - Complementar, fica aberto o prazo de cinco dias úteis para recebimento de emendas, nos termos do art. 235, II, "d", do Regimento Interno.

Concluída a instrução do Projeto de Lei do Senado nº 375/2017 - Complementar, fica aberto o prazo de cinco dias úteis para recebimento de emendas, nos termos do art. 235, II, "d", do Regimento Interno.

Concluída a instrução do Projeto da Câmara nº 71/2017, fica aberto o prazo de cinco dias úteis para recebimento de emendas, nos termos do art. 235, II, "d", do Regimento Interno.

Concluída a instrução do Projeto da Câmara nº 65/2017, fica aberto o prazo de cinco dias úteis para recebimento de emendas, nos termos do art. 235, II, "d", do Regimento Interno.

Concluída a instrução do Projeto da Câmara nº 88/2017, fica aberto o prazo de cinco dias úteis para recebimento de emendas, nos termos do art. 235, II, "d", do Regimento Interno.



Comunicações



Expediente do Senador Humberto Costa, já disponibilizado no endereço eletrônico do Senado, por meio do qual relata participação em reuniões do Parlamento do Mercosul, nos dias 26 e 27 de abril de 2018, nos termos do Requerimento nº 166, de 2018.

O Requerimento vai ao Arquivo.





SENADO FEDERAL
Bloco Moderador

pedro que se
em 22.05.18.
jo

OF. Nº 035/2018-BLOMOD

Brasília, 22 de maio de 2018.

A Sua Excelência o Senhor
Senador **EUNÍCIO OLIVEIRA**
Presidente do Senado Federal

Senhor Presidente,

Cumprimentando Vossa Excelência, indico o nome do Senador **Pedro Chaves (PRB/MS)** para compor, como membro Suplente, a **Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor – CTFC**.

Atenciosamente,


Senador **WELLINGTON FAGUNDES**
Líder do Bloco Moderador
PTB – PR – PRB – PTC

Recebido em 22/5/18
Hora: 14:38


Renata Drexler Saldanha - Mat. 315749
SGM/SLSF



Memorando nº 11, de 2018, do Senador Gladson Cameli, que comunica a impossibilidade de comparecer à Assembleia Mundial de Saúde, em Genebra, Suíça, entre os dias 22 e 26 de maio de 2018, em razão de compromissos parlamentares, ficando cancelada a missão objeto do Requerimento nº 288 de 2018. O Requerimento vai ao Arquivo.



Discurso encaminhado à publicação



O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, faleceu hoje (quarta-feira, 22 de maio), em São Paulo, o jornalista e escritor carioca Alberto Dines, aos 86 anos de idade.

Ele foi um dos mais brilhantes, talentosos e corajosos profissionais de imprensa brasileira, responsável pela renovação da linguagem e da forma de importantes veículos de comunicação brasileiros no século passado, tais como, entre muitos outros, o carioca *Jornal do Brasil* (onde foi editor-chefe de 1962 a 1973) e a *Folha de S.Paulo* (articulista e diretor da sucursal carioca).

Dines se bateu pela liberdade de imprensa e de opinião numa época em que isso era extremamente perigoso (anos 60 e 70), e, com ousadia e criatividade, por várias vezes, soube driblar o bloqueio da censura prévia, por exemplo quando registrou no sucinto boletim meteorológico na primeira página do JB todo o seu inconformismo com o advento do Ato Institucional nº 5, baixado na sexta-feira, 13 de dezembro de 1968.

Também foi professor convidado da Universidade de Colúmbia, em Nova York, sede da mais prestigiosa escola de Jornalismo do mundo, e secretário editorial do Grupo Abril, período em que morou em Portugal, sendo responsável pelo lançamento da edição local da revista *Exame*.

Combatente pela democracia, Alberto Dines escreveu *Morte no Paraíso*, bela e alentada biografia do escritor austríaco de origem judaica Stefan Zweig (Tsuáig), que refugiou-se no Brasil durante a Segunda Guerra Mundial, escapando da perseguição nazista, foi autor de *Brasil, País do Futuro* e, acometido de depressão, pôs fim à própria vida, em Petrópolis.

Em 1994, ele fundou o respeitado centro de estudos, programa de TV e sítio da internet *Observatório da Imprensa*, posto privilegiado de acompanhamento crítico do jornalismo do Brasil e do mundo.

Em reconhecimento ao seu fecundo trabalho e às suas contribuições humanísticas, Dines conquistou distinções como a Ordem do Mérito das Comunicações (no grau Grã-Cruz), o prêmio Jabuti, de Literatura, em 2007, e a Comenda Memorial do Holocausto Austríaco, em 2009.

Desta tribuna, quero enviar as minhas condolências à sua família e à sua legião de amigos, na pessoa de sua mulher, a também jornalista Norma Couri, e, ao mesmo tempo, proclamar a minha esperança de que a vida e a obra de Alberto Dines continue sendo uma fonte inesgotável de inspiração aos profissionais de imprensa de todas as gerações, bem como a todos nós, leitores e admiradores que com ele aprendemos a compreender melhor a vida, o Brasil e o mundo.

Muito obrigado!

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, é com muita satisfação que retorno a esta tribuna, hoje, para enaltecer e cumprimentar a Confederação Nacional dos Municípios (CNM) pela realização da Vigésima Primeira Marcha à Brasília em Defesa dos Municípios, que acontece no Centro Internacional de Convenções de Brasília, até quinta-feira, dia 24 de maio.

Evento este, Sr. Presidente, que significa mais um passo importante na consolidação do movimento municipalista, que busca o fortalecimento da autonomia dos Municípios, a partir de iniciativas políticas e técnicas capazes de gerar excelência na gestão para se atingir, na plenitude, a qualidade de vida da população.

Na abertura, com a presença do Presidente Michel Temer, pudemos ouvir com muita atenção a história desse movimento e suas marchas, da qual, com muita honra, tenho o prazer de



ter participado de todas, por ser um municipalista convicto. Um homem público que entende que é no município que tudo acontece; é no município em que se geram as oportunidades e onde estão depositadas, pelo cidadão, as esperanças de dias melhores.

Agora à tarde, acontece um dos eventos fundamentais da Marcha do Municipalismo. É quando prefeitos - e muitos vereadores também - irão ouvir os presidentiáveis, suas propostas e suas intenções.

Creio que seja, seguramente, também um momento de 'firmar' compromissos com quem deseja governar a nossa nação. Alguns muito relevantes, como, por exemplo, a reforma tributária - tão essencial para resgatarmos a base de financiamento de programas sociais e de infraestrutura.

A reforma tributária, Sr. Presidente, é a base essencial para promovermos o tão necessário reequilíbrio do Pacto Federativo.

Lembramos que a Constituição de 1988 promoveu significativa descentralização de recursos, sem a preocupação de redistribuir, simultaneamente, a responsabilidade sobre os serviços. De lá para cá, a situação tem sido crítica - ano, após ano. Exemplo está nas inúmeras vezes em que se criou ou se majorou alíquotas de tributos não partilhados com estados e municípios, sobretudo de contribuições sociais.

O aumento das obrigações estaduais e municipais em relação a áreas como saúde, segurança e educação, por exemplo, sem o devido crescimento de arrecadação destinada a essas entidades federativas, se faz sentir na intensa crise social que nossa nação vem vivendo e se aprofundando.

É preciso dar um basta!

Hoje de cada R\$ 100,00 arrecadados no Brasil, R\$ 66,00 vão para o governo federal, enquanto os estados ficam com R\$ 20,00 e os municípios com pouco mais de R\$ 10,00.

Portanto, precisamos enfrentar essa questão com muita coragem. Quem quiser governar o nosso país, precisa ter essa situação em mente - muito claramente.

Com a legitimidade de estar muito mais próximo dos anseios do cidadão em 5 mil 568 municípios brasileiros, o movimento municipalista deve e está priorizando essa questão. E com a mobilização, esperamos obter grande êxito - e quando digo "esperamos", Sr. Presidente, é porque me incluo nessa luta.

Amanhã, quarta-feira, dia 23, a programação tratará, porém, do presente. Das relações entre municípios e legislativo brasileiro. Objetivamente, da chamada Pauta Prioritária do Congresso Nacional para os interesses municipalista.

Lá, após ouvir os Presidentes do Senado e Congresso Nacional, Senador Eunício Oliveira, e da Câmara dos Deputados, deputado Rodrigo Maia, serão debatidos os grandes temas relevantes, que procuram alavancar a busca dos objetivos do municipalismo brasileiro.

De minha parte, falarei sobre o Projeto de Lei Complementar para regulamentar os repasses da Lei Kandir, aprovado pela Comissão Especial Mista do Congresso Nacional, da qual tive a honra de ser relator.

Vamos tratar, Sr. Presidente, de uma proposta que alcança um repasse anual de 39 bilhões de reais para Estados e Municípios exportadores de produtos primários e semi-industrializados como forma de repor as perdas com a isenção de ICMS concedida pela lei.

Desse total, 25% cabe aos municípios, numa soma que chega à casa de 9 bilhões e 700 milhões de reais. Mato Grosso, como o maior exportador de produtos primários e semielaborados,



como a soja, milho, algodão, carne bovina, frango, etc., tem, conseqüentemente, a maior parcela a ser compensado, na ordem de 1 bilhão e 500 milhões.

Como todos sabem, a aprovação de uma Lei Complementar com a finalidade de regulamentar as compensações é uma determinação do Supremo Tribunal Federal, em ação protocolada em 2013 pelo Governo do Estado do Pará, juntamente com outras 15 unidades da federação, após constatação de situação de anomalia quanto aos valores dos repasses.

Sr. Presidente, veja o quanto é importante essa iniciativa do Congresso Nacional. No período de 1996, quando foi aprovada a Lei Kandir, até o ano de 2016, de acordo com o Comitê de Secretários de Fazenda (COMSEFaz), estima-se que os repasses efetuados pela União cobriram apenas 17,8% das compensações.

Não tem como dar certo! A conta não fecha!

Lembrando que o ICMS é a principal fonte de receita do Estado, responsável pela maior parte do financiamento das ações públicas, seja em ações sociais ou de infraestrutura. Representa 18,3% do total arrecadado pelos cofres públicos no Brasil, a maior fatia entre todos os tributos.

Ao abrir mão do ICMS para os produtos primários e semielaborados destinados à exportação, a União, por meio da Lei Kandir, a União se propunha a fazer uma compensação a esses entes federados. Mas não o fez adequadamente.

Importante ressaltar que a Lei Kandir é fundamental para Estados como Mato Grosso, que tem vocação para exportação. Porém, a experiência mostrou a falta de rigor e de seriedade na compensação dessa isenção fiscal. Fazem 22 anos que há reclamações incessantes a respeito do ressarcimento, devido pela União. E são reclamações justas!

Na condição de relator, atuamos para que a nova compensação represente ganho para Estados e municípios em relação ao passado recente; e que os repasses passem a ser regulares e estáveis, para permitir um melhor planejamento tributário para as unidades da Federação.

É sobre isso que vamos tratar amanhã nesse evento da Marcha dos Prefeitos.

Por isso, importante que estejamos cientes pelo que estamos lutando. Chamo a atenção para o prazo existente para concluir esse processo legislativo e encaminhar ao presidente da República para sua sanção: é o mês de agosto.

Daí julgar mais uma vez a importância da mobilização, que é exatamente o que acontece nestes dias aqui em Brasília.

Cumprimento prefeitos, vereadores e integrantes do movimento municipalista, por meio do Presidente da Associação Mato grossense dos Municípios, Neurilan Fraga, que muito tem nos ajudado nesse trabalho.

Era o que eu tinha a dizer!

Meu muito obrigado.



Inclusão em Ordem do Dia



Concluída a instrução da Mensagem nº 31, de 2018, a matéria aguardará deliberação do Plenário.



Matéria recebida da Câmara dos Deputados





SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 51, DE 2018

(nº 7.553/2017, na Câmara dos Deputados)

Altera a Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), para dispor sobre a multipropriedade.

AUTORIA: Câmara dos Deputados

DOCUMENTOS:

- [Texto do projeto de lei da Câmara](#)
- [Legislação citada](#)
- [Projeto original](#)

http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1551733&filename=PL-7553-2017

DESPACHO: À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.



Página da matéria



Altera a Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), para dispor sobre a multipropriedade.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Esta Lei dispõe sobre a multipropriedade.

Art. 2º A Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 1.225.

.....

XIV - a multipropriedade.”(NR)

“Art. 1.225-A. Dá-se a multipropriedade quando a coisa possui vários proprietários que a usufruem, individualmente, por tempo determinado e em períodos diversos, de modo equânime, com possibilidade de cada um dispor de sua parte quando lhe aprouver.

Parágrafo único. Convenção aprovada pela maioria absoluta dos multiproprietários disciplinará as regras de administração, funcionamento, encargos, disposição e outras regras relacionadas à coisa comum, aplicando-se-lhe, no que couber, a Lei nº 4.591, de 16 de dezembro de 1964.”



Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA DOS DEPUTADOS, de maio de 2018.



LEGISLAÇÃO CITADA

- Lei nº 4.591, de 16 de Dezembro de 1964 - Lei do Condomínio; Lei de Incorporações;
Lei de Incorporações Imobiliárias - 4591/64
<http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:1964;4591>
- Lei nº 10.406, de 10 de Janeiro de 2002 - Código Civil (2002) - 10406/02
<http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:2002;10406>



Mensagens do Presidente da República





SENADO FEDERAL

MENSAGEM Nº 39, DE 2018

(nº 263/2018, na origem)

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com os arts. 39 e 41 da Lei nº 11.440, de 2006, a escolha do Senhor PAULO ESTIVALLET DE MESQUITA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Popular da China e, cumulativamente, na Mongólia.

AUTORIA: Presidência da República

DESPACHO: À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional



[Página da matéria](#)



Mensagem nº 263

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor PAULO ESTIVALLET DE MESQUITA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Popular da China e, cumulativamente na Mongólia.

Os méritos do Senhor Paulo Estivallet de Mesquita que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 21 de maio de 2018.



EM nº 00096/2018 MRE

Brasília, 14 de Maio de 2018

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

De acordo com o art. 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39, combinado com o artigo 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência o nome de **PAULO ESTIVALLET DE MESQUITA**, ministro de primeira classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Popular da China e, cumulativamente na Mongólia.

2. Encaminho, anexos, informações sobre os países e *curriculum vitae* de **PAULO ESTIVALLET DE MESQUITA** para inclusão em Mensagem a ser apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Marcos Bezerra Abbott Galvão



INFORMAÇÃO**CURRICULUM VITAE****MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE PAULO ESTIVALLET DE MESQUITA**

CPF.: 349.807.170-04

ID.: 9015255831 SSP/RS

1959 Filho de Antônio Setembrino de Mesquita e Ruth Estivallet de Mesquita, nasce em 17 de dezembro, em Porto Alegre/RS

Dados Acadêmicos:

1983 Engenharia Agrônoma pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul
 1984 CPCD - IRBr
 1986 Pós-graduação em Administração, École Nationale d'Administration, Paris/FR
 2004 CAD, IRBr - Multifuncionalidade e Preocupações Não-Comerciais: Implicações para as Negociações Agrícolas na OMC

Cargos:

1985 Terceiro-secretário
 1989 Segundo-secretário
 1997 Primeiro-secretário, por merecimento
 2001 Conselheiro, por merecimento
 2006 Ministro de segunda classe, por merecimento
 2013 Ministro de primeira classe, por merecimento

Funções:

1986-89 Divisão de Política Comercial, Assistente
 1989-93 Embaixada em Roma/FAO, terceiro e segundo-secretário
 1993-95 Embaixada em Santiago, segundo-secretário
 1995-96 Secretaria de Planejamento Diplomático, assessor
 1996-2000 Divisão de Política Comercial, assessor e subchefe
 2000-01 Divisão da Ásia e Oceania II, chefe, substituto
 2001-03 Gabinete do Ministro de Estado, assessor
 Grupo de Trabalho Internacional sobre Créditos Oficiais à Exportação (IWG), 1ª. – 6ª. reuniões, – chefe de delegação;
 2012-2014 Grupo Consultivo sobre Temas Econômicos e Comerciais dos BRICS (CGETI), 1ª.-9ª reuniões, chefe de delegação;
 2014 Conferência Ministerial da OCDE, 2014 – chefe de delegação;
 2015 Reuniões do Grupo Mercado Comum (GMC), Reunião Ordinária do Conselho do Mercado Comum (CMC) e Cúpula de Presidentes do MERCOSUL, Assunção, 2015 – Coordenador Nacional para o Mercosul;
 2003-08 Delegação Permanente em Genebra, conselheiro e ministro-conselheiro
 2008-11 Delegação do Brasil junto à OMC, ministro-conselheiro
 Grupo de Trabalho Internacional sobre Créditos Oficiais à Exportação (IWG), 1ª. – 6ª. reuniões, – chefe de delegação;
 2012-2014 Grupo Consultivo sobre Temas Econômicos e Comerciais dos BRICS (CGETI), 1ª.-9ª reuniões, chefe de delegação;
 2014 Conferência Ministerial da OCDE, 2014 – chefe de delegação;
 2015 Reuniões do Grupo Mercado Comum (GMC), Reunião Ordinária do Conselho do Mercado Comum (CMC) e Cúpula de Presidentes do MERCOSUL, Assunção, 2015 – Coordenador Nacional para o Mercosul;
 2011-15 Departamento Econômico
 2011 XXXVI Reunião Ministerial do Grupo de Cairns, chefe de delegação



- 2012 Grupo de Trabalho Internacional sobre Créditos à Exportação, chefe de delegação
- 2013 Rodada Doha da Organização Mundial do Comércio, Reunião de Altos Funcionários, chefe de delegação
- 2013 Acordo-Quadro Brasil-EUA que estabelece bases para solução mutuamente satisfatória no contencioso do algodão, chefe de delegação
- 2013 VI Revisão da Política Comercial do Brasil, chefe de delegação
- 2011-15 Diretor do Departamento Econômico
- 2015 Subsecretário-Geral da América Latina e do Caribe
- 2016 Reunião de Coordenadores Nacionais e Reunião de Cúpula da Comunidade de Estados Latino-americanos e Caribenhos (CELAC), Quito, 2016 – Coordenador Nacional;
- 2016 Reunião de Coordenadores Nacionais e reunião de Chanceleres da CELAC, São Domingos, 2016 - Chefe de delegação.
- 2016 Reunião de Consultas Políticas Brasil-Cuba, Havana, chefe de delegação;
- 2016 Reuniões do Grupo Mercado Comum, Montevidéu, chefe de delegação;
- 2016 Cerimônias de posse presidencial da República Dominicana, Santo Domingo, representante do Senhor Presidente da República;
- 2016 Reunião de Ministros das Relações Exteriores da CELAC, Nova York, chefe de delegação;
- 2016 Reunião de Chanceleres CELAC-UE, Santo Domingo, chefe de delegação;
- 2016 Reunião de Ministros e Altos Funcionários responsáveis pelo comércio da ALADI, Montevidéu, chefe de delegação.
- 2017 Reunião de Cúpula da CELAC, Punta Cana, chefe de delegação;
- 2017 Reuniões do Grupo Mercado Comum (GMC), Reunião Ordinária do Conselho do Mercado Comum (CMC) e Cúpula de Presidentes do MERCOSUL, Brasília, Coordenador Nacional para o Mercosul;
- 2017 Reunião Extraordinária de Chanceleres da UNASUL, Quito, chefe de delegação;
- 2017 Reunião de Consultas Políticas Brasil-Chile, Santiago, chefe de delegação;
- 2017 Reunião do Conselho de Chanceleres do Sistema de Integração Centro-americano (SICA) com representantes de países observadores e XLIX Cúpula do SICA, São José da Costa Rica, chefe de delegação;
- 2017 Reunião GMC-Mercosul/Grupo de Alto Nível da Aliança do Pacífico, Montevidéu, chefe de delegação;
- 2017 Reunião de Ministros das Relações Exteriores da CELAC, Nova York, chefe de delegação.
- 2016-18. Membro do Conselho de Administração da Itaipu Binacional

Condecorações:

- 1986 Prêmio Rio Branco, IRBr, Medalha de Prata
- 1996 Medalha Mérito Tamandaré, Brasil
- 2001 Ordem do Mérito Militar, Brasil, Cavaleiro
- 2002 Ordem do Mérito Naval, Brasil, Oficial
- 2002 Ordem de Rio Branco, Brasil, Comendador

Obras Publicadas:

- 2006 "Multifuncionalidade e Preocupações Não-comerciais: Implicações para as Negociações Agrícolas na OMC". Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2006.
- 2009 "Taxation and Representation in the WTO". In Stewart, Terence P. (ed.) "Opportunities and Obligations: New Perspectives on Global and US Trade Policy". Alphen aan den Rijn: Kluwer Law.
- 2013 "A Organização Mundial do Comércio". Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão.
- 2013 "O papel central do setor privado na atuação do Brasil no Sistema de Solução de Controvérsias da OMC". In Benjamim, Daniela Arruda (org.). "O Sistema de Solução de Controvérsias da OMC". Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão.

ALEXANDRE JOSÉ VIDAL PORTO
DIRETOR DO DEPARTAMENTO DO SERVIÇO EXTERIOR



SUBSECRETARIA-GERAL DA ÁSIA E DO PACÍFICO (SGASP)
Departamento da Ásia do Leste (DAL)
Divisão da China e da Mongólia (DCM)

REPÚBLICA POPULAR DA CHINA



INFORMAÇÃO OSTENSIVA
Maio de 2018



DADOS BÁSICOS	
NOME OFICIAL	República Popular da China
GENTÍLICO	Chinês
CAPITAL	Pequim
ÁREA	9.561.000 km ²
POPULAÇÃO	1,37 bilhão
LÍNGUA OFICIAL	Mandarim
PRINCIPAIS RELIGIÕES	Ateísmo/agnosticismo (61%); budismo (18%); taoísmo (13%); cristianismo (4%); islamismo (2%); outras religiões (2%).
SISTEMA DE GOVERNO	República parlamentarista
PODER LEGISLATIVO	Assembleia Nacional Popular; Parlamento unicameral, composto por 2.987 membros, eleitos para mandatos de 5 anos
CHEFE DE ESTADO	Presidente Xi Jinping (desde 14 de março de 2013)
CHEFE DE GOVERNO	Primeiro-ministro Li Keqiang (desde 14 de março de 2013)
CHANCELER	Wang Yi (desde 14 de março de 2013)
PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB) NOMINAL (2017)	US\$ 12,01 trilhões
PIB – PARIDADE DE PODER DE COMPRA (PPP) (2017)	US\$ 23,16 trilhões
PIB PER CAPITA (2017)	US\$ 8.643
PIB PPP PER CAPITA (2017)	US\$ 16.600
VARIAÇÃO DO PIB	6,86% (2017); 6,72% (2016); 6,9% (2015); 7,3% (2014); 7,7% (2013); e 7,7% (2012).
ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO (IDH) (2016)	0,738 (90ª posição entre 188 países)
ÍNDICE DE DESEMPREGO (2017)	3,90%
UNIDADE MONETÁRIA	Renminbi (ou yuan)
EMBAIXADOR EM BRASÍLIA	Li Jinzhang (23/01/2012)
EMBAIXADOR EM PEQUIM	Marcos Caramuru de Paiva (25/08/2016)
BRASILEIROS NO PAÍS	Há registro de 16.700 brasileiros residentes.

INTERCÂMBIO BILATERAL BRASIL-CHINA (em US\$ milhões, fonte: MDIC)										
Brasil → China	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Intercâmbio	36.557	36.915	56.381	77.105	75.479	83.330	77.961	66.327	58.498	74.810
Exportações	16.523	21.004	30.786	44.315	41.228	46.026	40.616	35.608	35.134	47.488
Importações	20.044	15.911	25.595	32.791	34.251	37.304	37.345	30.719	23.364	27.321
Saldo	-3.522	5.093	5.190	11.524	6.976	8.722	3.271	4.888	11.770	20.167



APRESENTAÇÃO

A República Popular da China (RPC), localizada na Ásia do Leste, é o país mais populoso – 1,37 bilhão de habitantes – e com o terceiro maior território – 9.596.961 km² – do mundo. Apresenta vasta e diversa paisagem geográfica, desde estepes e desertos ao norte até florestas subtropicais ao sul. Também é variada a composição humana, com 56 etnias, sendo a Han a mais numerosa – correspondente a mais de 90% da população.

A China tem sua história iniciada na Antiguidade, na bacia do Rio Amarelo, que corre na Planície Setentrional do país. Durante milênios, seu sistema político baseou-se em monarquias hereditárias. A República da China, fundada em 1912, encerrou o período monárquico. Em 1949, o Partido Comunista Chinês (PCC) venceu a guerra civil, e foi proclamada, em outubro, por Mao Tsé-Tung, a República Popular da China.

Com capital em Pequim, a RPC adota sistema de governo republicano parlamentarista, sob liderança do PCC. O país divide-se, administrativamente, em 22 províncias, 5 regiões autônomas – Xinjiang, Mongólia Interior, Tibete, Ningxia e Guangxi –, 4 municipalidades ligadas diretamente ao governo central – Pequim, Tianjin, Xangai e Chongqing – e duas Regiões Administrativas Especiais com forte autonomia – Hong Kong e Macau.

Durante os últimos dois mil anos de história, a China foi, por longo tempo, a maior economia do mundo. É, desde a introdução de reformas econômicas, em 1979, um dos países de mais forte crescimento do planeta. Desde 2014, detém o maior produto interno bruto por paridade de poder de compra.



PERFIL BIOGRÁFICOS

XI JINPING

Presidente da República



Nasceu em 1953, em Fuping (província de Shaanxi). Graduiu-se em engenharia química pela Universidade Tsinghua (1975-79), em Pequim. Mais tarde, obteve, pela mesma universidade, doutorado em Direito, com especialização em teoria marxista e educação política e ideológica. De 1969 a 1975, durante a Revolução Cultural, trabalhou no campo, na Brigada Liangjiahe, na província de Shaanxi. Exerceu cargos em nível provincial, com destaque para sua longa passagem por Fujian, de 1985 a 2002, e por Zhejiang, entre 2002 e 2007, província de que foi governador e diretor-local do PCC. Em 2008, tornou-se vice-presidente da China. Em novembro de 2012, sucedeu Hu Jintao como Secretário-Geral do Partido Comunista e Presidente da Comissão Militar Central e, em março de 2013, como Presidente da República. Visitou o Brasil em fevereiro de 2009 (ainda no cargo de vice-presidente) e em julho de 2014 (visita de Estado). Seu pai é o ex-vice-primeiro-ministro reformista Xi Zhongxun (1913-2002).

LI KEQIANG

Primeiro-Ministro do Conselho de Estado



Nasceu em 1955. Ingressou, em 1976, no Partido Comunista Chinês (PCC) e graduou-se, em 1982, pela Faculdade de Direito da Universidade de Pequim, onde viria a obter doutorado em economia. Atuou, entre 1993 e 1998, como secretário, membro do Comitê Permanente e chefe do Departamento Escolar do Comitê Central da Liga da Juventude Comunista. Serviu como Secretário-Geral da Federação de Estudantes de toda a China.

Foi eleito, em 1998, Vice-Secretário do Comitê Provincial de Henan do PCC e, no ano seguinte, tornou-se o mais jovem governador provincial, cargo exercido até 2003. Foi, entre 2003 e 2004, Presidente do Comitê Permanente do Congresso do Povo da província de Henan. Exerceu, entre 2004 e 2007, a função de Secretário do Comitê Provincial de Liaoning do PCC. É, desde 2007,



membro do Comitê Permanente do Politburo. Foi, entre 2008 e 2013, vice-primeiro-ministro executivo do Conselho de Estado e vice-presidente do Pequeno Grupo de Liderança de Economia e Finanças do Comitê Central e, entre 2010 e 2013, diretor da Comissão Estatal de Segurança Alimentar. Foi escolhido, em março de 2013, por ocasião da XII Assembleia Nacional Popular, primeiro-ministro do Conselho de Estado da RPC, cargo a que foi reconduzido em 2018. Ocupa a segunda posição na hierarquia do Comitê Permanente do PCC.

RELAÇÕES BILATERAIS

Desde seu estabelecimento em 1974, as relações Brasil-China evoluíram de forma intensa, e ganharam densidade. Em 1988, os dois países iniciaram o Programa CBERS (*China-Brazil Earth Resources Satellite/Satélites de Recursos Terrestres Brasil-China*), para construção e lançamento de satélites de monitoramento terrestre. Em 1993, as relações foram elevadas à condição de Parceria Estratégica, e, a partir de 2004, passaram a contar com arcabouço institucional da Comissão Sino-Brasileira de Alto Nível de Concertação e Cooperação (COSBAN), mais alta instância permanente do diálogo político entre os dois países.

A COSBAN é chefiada, do lado brasileiro, pelo vice-presidente da República, mas, em razão da atual vacância desse cargo, o governo brasileiro designou para exercer temporariamente as funções de co-presidente da Comissão o chanceler Aloysio Nunes Ferreira. Do lado chinês, é liderada pelo vice-presidente Wang Qishan. A COSBAN reuniu-se quatro vezes: em 2006 (Pequim), 2012 (Brasília), 2013 (Cantão) e 2015 (Brasília).

A Secretaria Executiva é exercida, pelo lado brasileiro, pelo secretário-geral das Relações Exteriores e, pelo chinês, pelo vice-ministro do Comércio responsável por Américas.

A Comissão é o principal órgão decisório do Plano de Ação Conjunta Brasil-China 2015-2021 (PAC) e do Plano Decenal de Cooperação 2012-2021 (PDC).

A estrutura atual da COSBAN contempla doze Subcomissões temáticas: (1) Política, (2) Econômico-Comercial — com Grupos de Trabalho de Comércio, Investimentos, Propriedade Intelectual, Harmonização Estatística, Assuntos Aduaneiros e Comércio de Serviços —, (3) Econômico-Financeira, (4) de Inspeção e Quarentena, (5) de Agricultura — com Grupo de Trabalho de Biotecnologia Agrícola e Biossegurança —, (6) de Ciência, Tecnologia e Inovação, (7) de Indústria e Tecnologia da Informação, (8) de Cooperação Espacial, (9) de Energia e Mineração, (10) Educacional, (11) Cultural — com Grupo de Trabalho de Esportes — e (12) de Saúde.

Em 2012, foi estabelecida Parceria Estratégica Global entre os dois países, com a criação do Diálogo Estratégico Global (DEG), mecanismo em nível de chanceleres, para intercâmbio de opiniões sobre assuntos das agendas bilateral, regional e multilateral. A primeira reunião do Diálogo realizou-se em Brasília, em abril de 2014, e a segunda em Pequim, em junho de 2017.

O DEG compreende dez diálogos setoriais: (1) Desarmamento e Não-Proliferação; (2) Direitos Humanos; (3) Temas Asiáticos; (4) Temas relativos aos Estados Unidos; (5) Planejamento Diplomático; (6) Temas de Oriente Médio; (7) Temas de Direito Internacional e Cooperação Jurídica; (8) Temas Migratórios e Consulares; (9) Temas Latino-Americanos e Caribenhos; e (10) Temas Africanos.



Em setembro de 2017, a visita de Estado do presidente Michel Temer à China deu seguimento ao ciclo de nove visitas bilaterais no mais alto nível: do lado brasileiro, duas visitas do presidente Lula, em 2004 e em 2009, e uma da presidente Dilma Rousseff, em 2011; do lado chinês, duas visitas do presidente Hu Jintao, em 2004 e 2010, uma do primeiro-ministro Wen Jiabao, em 2012, uma do presidente Xi Jinping, em 2014, e uma do primeiro-ministro Li Keqiang, em maio de 2015.

Durante a visita do presidente Michel Temer, foram mantidos encontros, entre outras autoridades, com o presidente Xi Jinping e o primeiro-ministro Li Keqiang, e assinados 22 atos, 6 dos quais governamentais — nas áreas de turismo, consular, cinema, comércio eletrônico, saúde e supervisão de produtos de consumo — e 16 privados.

O ministro Aloysio Nunes Ferreira realizará, de 14 a 16 de maio corrente, visita a Pequim, onde manterá encontros com autoridades chinesas.

Cooperação parlamentar

Os grupos parlamentares de amizade Brasil-China constituem instância de diálogo e aproximação. Na Câmara dos Deputados, o grupo, criado em 1993, é presidido pelo deputado Federal Herculano Passos (PMDB-SP). No Senado Federal, o grupo, criado em 2004, é presidido pelo senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA).

Assuntos consulares

Além da Embaixada em Pequim, o Brasil mantém na China três Consulados-Gerais – em Cantão, em Hong Kong e em Xangai.

A comunidade brasileira na China é estimada em 16.160 nacionais. Segundo dados de 2015, há 6.500 brasileiros residentes na jurisdição do Consulado-Geral em Cantão, 760 na jurisdição do Consulado-Geral em Hong Kong, 8.000 na jurisdição do Consulado-Geral em Xangai e 900 na jurisdição da Embaixada do Brasil em Pequim.

A China foi pioneira, no fim de 2015, no recebimento de *Visa Centers* do Brasil — em Pequim, em Xangai e em Cantão — que contribui para acelerar tramitação de pedidos de vistos por meio da terceirização de tarefas mais burocráticas do processo.

POLÍTICA INTERNA

O Estado chinês é composto por três grandes instituições paralelas: (1) Partido Comunista da China (PCC); (2) Assembleia Nacional Popular – ANP (ou Congresso Nacional Popular); e (3) Conferência Consultiva Política do Povo Chinês (CCPPC). Segundo a Constituição, o PCC ocupa posição de preeminência em relação à ANP e à CCPPC, instituições de governo. Observa-se, na prática, forte entrelaçamento de instâncias partidárias e governamentais.

A Assembleia é formalmente a instância máxima de governo, com cerca de 3 mil deputados, com mandato de 5 anos. A ela estão submetidos o Poder Executivo, com o Conselho de Estado e os Ministérios, e o Poder Judiciário. O Presidente da Suprema Corte possui mandato



igual ao dos parlamentares e só pode reeleger-se uma vez. A totalidade da ANP reúne-se apenas uma vez por ano, geralmente em março, para duas semanas de trabalhos legislativos. No restante do ano, os trabalhos são conduzidos por cerca de 200 delegados da Comissão Permanente da ANP.

A CCPPC apresenta-se como órgão de assessoramento da cúpula partidária e governamental. Nela estão representados o PCC, os demais partidos chineses, políticos sem filiação partidária, organizações populares, grupos étnicos compatriotas de Taiwan, Macau e Hong Kong, chineses que retornaram do exterior e indivíduos especialmente convidados.

O PCC divide-se em três esferas concêntricas de poder: (1) Comitê Permanente, com 7 integrantes; (2) Politburo: composto por 25 membros; e (3) Comitê Central, com 205 integrantes. A atual composição do Comitê Permanente do PCC, núcleo máximo de poder político na China, é a seguinte: Xi Jinping (secretário-geral do PCC e presidente da China), Li Keqiang (primeiro-ministro), Li Zhanshu (presidente do Congresso Nacional do Povo), Wang Yang (presidente da Conferência Consultiva Política do Povo Chinês), Wang Huning (chefe do Secretariado do Comitê Central), Zhao Leji (chefe da Comissão Central de Inspeção Disciplinar) e Han Zheng (vice-primeiro-ministro).

O principal cargo político da China é o de Secretário-Geral do PCC, ocupado por Xi Jinping, que, a exemplo de seus antecessores Hu Jintao e Jiang Zemin, acumula também a Presidência da República. É considerado o líder mais forte desde Mao Tsé-Tung.

Em outubro de 2017, o XIX Congresso do PCC, além de confirmar a continuidade de Xi Jinping como Secretário-Geral do Partido, estabeleceu três objetivos nacionais: até 2020, a China deverá tornar-se "sociedade moderadamente próspera", da qual será erradicada a pobreza absoluta; de 2020 a 2035, deverá ser iniciada etapa final da modernização da sociedade chinesa, durante a qual a China deverá ascender à posição de líder global em inovação, com aprimoramento do estado de direito "com características chinesas" e fortalecimento do *soft power* chinês; e de 2035 a 2050, deverá ser completada modernização da sociedade chinesa, quando serão atingidos elevados índices de avanço material, político, social e cultural, e a China deverá passar, então, a ser líder global.

Em 20 de abril de 2018, nas reuniões anuais da ANP e da CCPPC, foram aprovadas as seguintes medidas: mudança constitucional que retirou limite de dois mandatos consecutivos para presidente e vice-presidente da República, reforma da estrutura do governo e criação da Comissão Nacional de Supervisão, órgão que ampliará a campanha anticorrupção.

Taiwan

A questão de Taiwan é de extrema importância política para a China. No preâmbulo da Constituição da República Popular da China (RPC) está consignado que "Taiwan é parte inalienável do território chinês, e a completa reunificação de Taiwan com a China continental é tarefa de todo o povo chinês, incluídos os taiwaneses".

Desde a eleição, em Taiwan, da líder Tsai Ing-wen, integrante do Partido Progressista Democrático (DPP), verificou-se aumento da tensão no relacionamento entre os dois lados do estreito, agravado pela decisão dos Estados Unidos, de março de 2018, de aprovar o "Taiwan Travel Act", que encoraja troca de visitas entre autoridades norte-americanas e taiwanesas.



O governo da RPC reagiu de maneira assertiva à vitória do DPP, enfatizando que a nova administração taiwanesa deve aderir ao Consenso de 1992, que contempla o princípio de "uma só China".

O Brasil não mantém relações diplomáticas com Taiwan desde agosto de 1974, quando foi emitido o Comunicado Conjunto sobre o Estabelecimento de Relações Diplomáticas com a República Popular da China (RPC).

Tibete

No século XVIII, o Tibete foi conquistado pela dinastia Qin (Manchu). Com a dissolução do Império Chinês, em 1911, os tibetanos proclamaram sua independência.

Em 1951, o Tibete foi integrado à China como região autônoma. Embora tenha suscitado protestos no âmbito da ONU, o processo foi tacitamente aceito pelos cinco membros permanentes do Conselho de Segurança (dentre os quais, naquela época, Taiwan) e pela comunidade internacional.

Desde 1971, quando a República Popular da China substituiu Taiwan na Assembleia Geral e no Conselho de Segurança das Nações Unidas, o assunto não foi mais levantado naquele foro.

A China enfatiza a posição de que o Tibete é parte inalienável do território chinês e assunto interno da China.

POLÍTICA EXTERNA

A realização do XIX Congresso do PCC, em outubro de 2017, oficializou a narrativa atual da política externa da China. O relatório do presidente Xi Jinping ao Congresso trouxe numerosas mensagens ao exterior, que sinalizam maior assertividade do país no cenário internacional. Essas mensagens encerram ainda ideias de cooperação, sobretudo em comércio e em investimentos em infraestrutura.

Parte importante desse novo perfil expressa-se na prioridade atribuída por Pequim à iniciativa *Belt and Road* (ou “Cinturão e Rota”), de investimentos em conectividade e infraestrutura. Trata-se de ambiciosa iniciativa do governo Xi Jinping, transversal à atuação internacional da China em diferentes frentes.

De forma esquemática, cinco eixos orientam a política externa chinesa. O primeiro é definido como "relação entre grandes países", entre os quais os Estados Unidos, a Rússia e a União Europeia.

Quanto aos Estados Unidos, busca-se consolidar a ideia de que a região da Ásia-Pacífico comporta presença tanto da China quanto daquele país. Esse posicionamento contrapõe-se à teoria da "ameaça chinesa", segundo a qual a China é percebida como principal ameaça, a médio e a longo prazo, à primazia econômica e militar dos Estados Unidos.

Ao mesmo tempo, Pequim e Moscou articulam-se na tentativa de estabelecimento de arcabouço de segurança na Ásia. Segundo declarado pelo chanceler Wang Yi em abril de 2014, a "parceria-estratégica de coordenação" sino-russa é a mais substancial e de maior importância estratégica nas relações entre grandes potências.



No caso da União Europeia, verificam-se convergências na defesa do multilateralismo, porém divergências relacionadas a acesso ao mercado chinês.

O segundo eixo é a relação com países vizinhos, à qual a China dedica especial atenção. Pequim tem mantido posições firmes sobre questões de disputas territoriais, ao mesmo tempo empenhando esforços para evitar conflitos.

Pequim investe na normalização das relações com Japão e Índia. A China confere, ainda, especial atenção à condução da questão coreana, em razão de seu forte potencial desestabilizador regional e global.

O terceiro eixo relaciona-se ao fortalecimento da parceria com países em desenvolvimento como base da diplomacia econômica chinesa. Nesse âmbito, inserem-se as relações com a América Latina e Caribe (ALC) e com a África. Em 2014, foi formalizada a criação do Foro CELAC (Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos)-China. Na África, Pequim apresenta-se como parceiro para o desenvolvimento, a despeito de críticas sobre reforço da relação de dependência dos países daquele continente.

O quarto eixo concerne à progressiva atenção que Pequim atribui a organismos e foros multilaterais e plurilaterais como a Organização das Nações Unidas (ONU), G20, BRICS, Organização de Cooperação de Xangai (OCX), APEC e outros, estabelecidos em diferentes regiões. Esse adensamento de participação reflete a afirmação, pela China, no cenário internacional, de seu protagonismo e de sua identidade de país emergente e em desenvolvimento.

O quinto eixo ressalta a importância da diplomacia pública como instrumento de contato com a sociedade civil.

BRICS

Brasil e China cooperam no âmbito do agrupamento BRICS desde 2008, de modo a ampliar os espaços de concertação política dos dois países em escala global, e já lograram importantes resultados, entre os quais destaca-se a criação do Novo Banco de Desenvolvimento e do Arranjo Contingente de Reservas. O BRICS oferece, ademais, oportunidades de cooperação em áreas-chave para o enfrentamento dos desafios comuns dos países de renda média. Há grande potencial para cooperação nas áreas de saúde, inovação, infraestrutura e energia. Em saúde, é significativo o estabelecimento da Rede de Pesquisa em Tuberculose, voltada ao desenvolvimento de diagnóstico, vacinas e tratamentos inovadores para a doença.

Fórum de Macau

O Fórum para a Cooperação Econômica e Comercial entre a China e Países de Língua Portuguesa – Fórum de Macau – foi criado, em 2003, por iniciativa do Ministério do Comércio da China (MOFCOM) com o objetivo declarado de promover o comércio e os investimentos entre os países de língua oficial portuguesa e a China.

O Secretariado Permanente do Fórum, com sede em Macau, é composto por um secretário-geral, indicado pela China. Além da China, são membros do Fórum Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné Bissau, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste.



No âmbito do Fórum, foi criado, em 2013, o Fundo da Cooperação para o Desenvolvimento entre a China e os Países de Língua Portuguesa, administrado pelo Banco de Desenvolvimento da China (CDB).

A cada três anos realizam-se conferências ministeriais das pastas, em princípio, de comércio. Na última dessas reuniões, em 2016, foi adotado o Plano de Ação 2017-2019, bem como o Memorando de Entendimento sobre a Promoção da Cooperação da Capacidade Produtiva do Fórum de Macau.

Foro CELAC-China

A criação do Foro resultou de uma proposta chinesa, apresentada pelo então primeiro-ministro Wen Jiabao, em visita à região em 2012, e aprovada pelos chefes de estado e de governo da CELAC na Cúpula de Havana, em janeiro de 2014. O Foro foi lançado simbolicamente em Brasília, em julho de 2014, quando o governo brasileiro organizou, a pedido da China, a Cúpula de Líderes da China e de Países da América Latina e Caribe.

Foram realizadas duas reuniões ministeriais do Foro, a primeira em Pequim, em 2015, e a segunda em janeiro deste ano, em Santiago. Nesta última, foi adotado o Plano de Ação 2019-2021, que prevê ações para promoção do desenvolvimento sustentável e incremento das relações entre a China e os países da América Latina e do Caribe.

BASIC

O Brasil e a China atuam em coordenação por meio do BASIC, agrupamento que reúne Brasil, África do Sul, Índia e China, estabelecido em 2007, no contexto das negociações sob a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC) e seu Protocolo de Quioto. Esse grupo desempenha papel de liderança na busca de convergências no regime sobre mudança do clima e na construção de resposta global efetiva e justa para o aquecimento global.

ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

A economia chinesa encontra-se em fase de transição entre modelo de investimentos públicos e maior participação do consumo privado. A estratégia econômica estabelecida por Deng Xiaoping, alicerçada em elevados investimentos em infraestrutura e exportações de produtos intensivos em mão de obra – ainda que tenha assumido nova configuração, com o atual predomínio de produtos de alto valor agregado na pauta exportadora da China –, mostra sinais de esgotamento.

Um dos subprodutos do processo de transição é a relativa redução, nas últimas duas décadas, do nível de crescimento médio do PIB chinês. Apesar dessa desaceleração, a China tornou-se, em 2014, a maior economia do mundo em termos de PIB/PPP, de acordo com dados do FMI. O processo é descrito, no jargão oficial, como passagem do desenvolvimento "de alta velocidade" para o "de alta qualidade".



Nesse contexto, em novembro de 2013, o Comunicado Final do Terceiro Pleno do 18º Comitê Central do Partido Comunista anunciou o mais ambicioso programa de reformas desde o início da "reforma e abertura". A base das reformas é a avaliação de que o mercado deve exercer "papel decisivo" na alocação de recursos na China. Entre os principais objetivos contemplados, destacam-se a redução do papel das estatais; a reforma agrária com vistas a criar mercado de propriedades rurais; a reforma financeira, por meio da flexibilização do câmbio e gradual liberalização dos juros; a reforma fiscal, por meio de sistema orçamentário transparente e definição de competências para províncias e cidades; as reformas política e administrativa, por intermédio do aperfeiçoamento do sistema de justiça e do combate à corrupção; e a abertura de mercados a investimentos estrangeiros.

Em outubro de 2017, no discurso de abertura do XIX Congresso do PCC, Xi Jinping afirmou que a China "apoiará o capital estatal para se tornar mais forte, mais eficiente e maior, tornando as empresas chinesas competitivas globalmente". Defendeu também, como principal meta para a economia chinesa, a implementação de "reforma do lado da oferta", por meio de incremento na eficiência produtiva, mantendo a China aberta ao mundo.

Conjuntura atual

Ao longo de 2017, a China manteve crescimento a taxas de 6,9%, superando a meta do governo e expectativas do mercado. No primeiro trimestre de 2018, o PIB cresceu 6,8% em comparação com igual período do ano passado. O consumo das famílias e o investimento privado foram os principais fatores da expansão.

O consumo interno foi responsável por 77,8% do crescimento. A renda das famílias registrou crescimento superior ao da média da economia, indicando que o consumo, em substituição ao investimento, pode sustentar-se como principal motor da atividade chinesa.

A alta dos investimentos das empresas estatais foi a menor da séria histórica, como reflexo da política do governo central de acentuada redução dos níveis de endividamento das companhias públicas e das esferas subnacionais de governo.

Os serviços contribuíram com 61,6% do PIB, superando em 25 pontos percentuais a participação da indústria e da construção civil. O setor apresentou crescimento trimestral de 8,1% em relação ao ano passado. Os melhores desempenhos foram obtidos por empresas de informação (tecnologia e transmissão) e inovação tecnológica, aluguéis e "business services".

Os números da balança comercial também reforçam o crescente peso da economia interna. As importações chinesas registraram, no primeiro trimestre, aumento de 11,7%, em comparação com 7,4% das exportações. O saldo comercial caiu um quinto em relação ao ano passado.

Comércio e investimentos bilaterais

No campo do comércio, a China é, desde 2009, o principal parceiro do Brasil. A corrente de comércio alcançou US\$ 74,8 bilhões no ano passado — exportações de US\$ 47,4 bilhões e importações de US\$ 27,3 bilhões —, com superávit brasileiro de US\$ 20,1 bilhões. No primeiro trimestre de 2018, o intercâmbio cresceu 9% em relação ao mesmo período do ano passado. Em



contrapartida, o Brasil é o nono maior parceiro comercial da China, com participação de 2,1% na corrente de comércio daquele país.

Os três principais produtos de exportação para a China (soja, minério de ferro e petróleo, em ordem decrescente) representam 79,8% do total das vendas brasileiras para aquele país.

Por sua vez, os vinte primeiros produtos da pauta de importação brasileira da China — quase todos componentes eletroeletrônicos — representam 21% das importações totais oriundas da China.

No domínio dos investimentos, é crescente a presença chinesa no Brasil. O estoque de inversões, que, até 2009, era pouco superior a US\$ 300 milhões, em 2014, superava US\$ 12 bilhões, segundo dados do Banco Central do Brasil.

Em termos de distribuição setorial, os investimentos chineses dirigiram-se, em 2017, às áreas de energia renovável, saneamento, telecomunicações, agronegócio, serviços, aproveitamento energético, serviços de TI, infraestrutura portuária, investimento bancário e financeiro.

Em 2016, foi criado o Fundo Brasil-China de Cooperação para a Expansão da Capacidade Produtiva, no montante de US\$ 20 bilhões (dos quais US\$ 15 bilhões oriundos da parte chinesa e US\$ 5 bilhões da parte brasileira), destinado ao financiamento de projetos de infraestrutura.



CRONOLOGIA HISTÓRICA

221 a 210 a.C.	Unificação de diversos reinos feudais sob o Imperador Qin Shihuang.
206 a 220 d.C.	Dinastia Han.
618 a 907	Dinastia Tang.
960 a 1279	Dinastia Song.
1368 a 1644	Dinastia Ming.
1644	Início da Dinastia Qing (ou Manchú).
1839 a 1842	Primeira Guerra do Ópio, entre Grã-Bretanha e China.
1842	Tratado de Nanquim abre os portos chineses aos comerciantes britânicos.
1856 a 1860	Segunda Guerra do Ópio, entre Grã-Bretanha e China.
1894 a 1895	Primeira Guerra Sino-Japonesa.
1900	Rebelião dos Boxers, contra a dominação da China por potências ocidentais.
1912	Proclamação da República da China.
1921	Fundação do Partido Comunista Chinês (PCC).
1934 a 1935	“Longa Marcha” das forças comunistas lideradas por Mao Tsé-Tung.
1937	Japão invade a China.
1949	Fundação da República Popular da China (RPC), em 1º de outubro, por Mao Tsé-Tung.
1958	Programa “Grande Salto Adiante”: coletivização da agricultura.
1962	Disputa territorial com a Índia, na região do Himalaia.
1966	Início da Revolução Cultural.
1969	Conflito fronteiriço com a União Soviética.
1971	Governo da China passa a ocupar assento permanente no Conselho de Segurança da ONU.
1972	Visita do Presidente dos EUA, Richard Nixon, à China.
1976	Morte de Mao Tsé-Tung. Fim da Revolução Cultural.
1978	Abertura da RPC aos investimentos estrangeiros; adoção de medidas de incentivo à economia de mercado e ao setor privado.
1989	Forças Armadas reprimem manifestantes na Praça da Paz Celestial (Tiananmen).
1993	Jiang Zemin assume oficialmente a Presidência da China.
1994	China adota política de câmbio flutuante para o renminbi (yuan).
1997	Hong Kong é devolvida à China pelo Reino Unido.
1999	Macau é devolvida à China por Portugal.
2001	China torna-se membro da Organização Mundial do Comércio (OMC).
2003	Hu Jintao é eleito, pelo Congresso Nacional do Povo, presidente da China; China e Índia chegam a acordo histórico sobre diferendos territoriais; lançamento do primeiro astronauta chinês ao espaço.
2004	Assinatura de acordo comercial com a ASEAN.
2005	Nova lei sobre Taiwan determina uso da força caso ilha declare independência. Presidente Bush visita a China.
2006	Visita do Presidente Hu Jintao a Washington.
2007	17º Congresso do PCC: Hu Jintao é reconduzido no cargo de secretário-geral do PCC.
2008	Terremoto em Sichuan. Jogos Olímpicos de Pequim.
2009	Comemoração dos 60 anos da fundação da RPC.
2010	V Sessão Plenária do XVII Comitê Central do PCC – vice-presidente Xi Jinping nomeado vice-presidente da Comissão Militar Central.
2011	Visita de Hu Jintao a Washington.
2012	18º Congresso Nacional do PCC: Xi Jinping é alçado ao posto de Secretário-Geral do PCC, sucedendo a Hu Jintao.
2013	Confirmação de Xi Jinping no cargo de presidente da República Popular da China. Criação da Zona de Identificação de Defesa Aérea (ADIZ) no Mar do Leste da China (novembro).
2014	Protestos na Região Administrativa Especial de Hong Kong. Assinatura de Memorando de Entendimento para criação do Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura. Visita do presidente Barack Obama à China. Encontro entre o presidente Xi Jinping e o primeiro-ministro japonês Shinzo Abe, à margem das reuniões da APEC.



2015	O presidente da China, Xi Jinping, e representante de Taiwan, Ma Ying-jeou encontram-se em Singapura (foi o primeiro encontro de altas autoridades desde a Guerra Civil Chinesa)
2016	Crescimento econômico chinês cai a sua taxa mais baixa em 25 anos (6,9%)
2017	19º Congresso do Partido Comunista da China aprova inclusão do nome e ideologia de Xi Jinping na Constituição do país.
2018	Congresso Nacional do Povo vota pela remoção do limite de dois mandatos presidenciais.



CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

1974	O Brasil e a China estabelecem relações diplomáticas.
1978	Assinatura de Acordo Comercial Brasil-China.
1984	Visita do ministro dos Negócios Estrangeiros Wu Xueqian ao Brasil; Memorando de Entendimento sobre Cooperação em Energia Nuclear; Acordo para criação de consulados em São Paulo e Xangai.
1988	Presidente José Sarney visita a China; início do programa de satélites sino-brasileiro (CBERS – <i>China-Brasil Earth Resource Satellite</i>).
1993	Visita do ministro dos Negócios Estrangeiros Qian Qichen ao Brasil; Presidente Jiang Zemin visita o Brasil; estabelecimento da Parceria Estratégica Brasil-China.
1995	Presidente Fernando Henrique Cardoso visita a China; Brasil declara apoio à entrada da China na Organização Mundial do Comércio (OMC).
1999	Lançamento do CBERS-1.
2000	Visita do ministro dos Negócios Estrangeiros Tang Jiaxuan ao Brasil; China torna-se o maior parceiro comercial do Brasil na Ásia; abertura de escritório da Embraer em Pequim.
2003	Lançamento do CBERS-2.
2004	Ministro Celso Amorim visita a China em fevereiro; Presidente Lula visita a China em maio; Presidente Hu Jintao visita o Brasil em novembro; Criação da COSBAN.
2006	I Reunião da COSBAN.
2007	Reunião da Subcomissão Política da COSBAN; Lançamento do satélite CBERS-2B; I Reunião do Diálogo Estratégico Brasil-China.
2008	Visitas ao Brasil do Ministro do Comércio da China ao Brasil;
2009	Visitas ao Brasil do vice-presidente da China, Xi Jinping (fevereiro) e do ministro dos Negócios Estrangeiros, Yang Jiechi (janeiro); Visita de Estado do presidente Lula à China (maio). Visita à China do ministro da Defesa, Nelson Jobim (outubro);
2010	Visita de Estado do presidente Hu Jintao ao Brasil (abril). Lançamento do Plano de Ação Conjunta – PAC 2010-2014 (abril). Visita do ministro da Defesa da China ao Brasil (setembro).
2011	Visita de Estado da presidenta Dilma Rousseff à China (abril). Visita do ministro do Comércio, Chen Deming, ao Brasil (maio).
2012	II Reunião da COSBAN, presidida do lado brasileiro pelo vice-presidente Michel Temer, em Brasília (fevereiro) e, pelo lado chinês, pelo vice-primeiro-ministro Wang Qishan. Visita do presidente da Câmara dos Deputados, Marco Maia, à China (maio). Visita do primeiro-ministro Wen Jiabao ao Brasil (junho). Visita do ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, Fernando Pimentel, à China (julho). Missão à China de delegação do Grupo Parlamentar de Amizade Brasil-China do Senado Federal, a convite do Governo chinês (novembro).
2013	Encontro da presidente Dilma Rousseff com o presidente chinês Xi Jinping à margem da V Cúpula do BRICS em Durban (março). Missão da ministra-chefe da Casa Civil, Gleisi Hoffmann, e do ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Fernando Pimentel, a Pequim (agosto). Visita da ministra da Cultura, Marta Suplicy, à China (setembro). III Reunião da COSBAN, presidida, do lado brasileiro, pelo vice-presidente Michel Temer e, do lado chinês, pelo vice-primeiro-ministro Wang Yang, em Cantão (novembro).
2014	Visita oficial do presidente da Câmara dos Deputados, Henrique Alves, à China (abril). I Reunião do Diálogo Estratégico Global (abril). Visita de Estado do presidente Xi Jinping ao Brasil (Brasília, julho). Cúpula de Brasília de Líderes da China e de Países da América Latina e Caribe (julho). Visita do ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Neri Geller, à China (novembro). Encontro bilateral entre a presidente Dilma Rousseff e o presidente Xi Jinping à margem da IX Cúpula do G20, em Brisbane (novembro). Visita do Secretário do Partido Comunista da China na Província de Jiangsu, Luo Zhijun, ao Brasil (novembro).



	Lançamento do satélite CBERS-04, em Taiyuan (dezembro).
2015	<p>Visita do vice-presidente Li Yuanchao para as cerimônias de posse da presidente da República, Dilma Rousseff (janeiro).</p> <p>I Reunião Ministerial do Fórum CELAC-China, em Pequim (janeiro).</p> <p>Brasil adere ao Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura (AIIB) como membro fundador (abril).</p> <p>Visita do primeiro-ministro da China, Li Keqiang, ao Brasil (maio).</p> <p>IV Sessão Plenária da COSBAN (presidiram a Sessão, do lado brasileiro, o vice-presidente da República, Michel Temer, e, do lado chinês, o vice-primeiro-ministro do Conselho de Estado, Wang Yang).</p> <p>Encontro entre a presidente Dilma Rousseff e o presidente Xi Jinping à margem da VII Cúpula do BRICS (julho).</p> <p>Encontro entre a presidente Dilma Rousseff e o presidente Xi Jinping à margem da COP 21 (novembro).</p>
2016	O presidente da República, Michel Temer, realiza viagem a Xangai para participar do Seminário Empresarial de Alto Nível Brasil-China (setembro)
2017	<p>Visita do ministro das Relações Exteriores, Aloysio Nunes Ferreira, à China (junho)</p> <p>Visita de Estado do presidente Michel Temer (setembro)</p>
2018	<p>Realização da II Reunião do Fórum CELAC-China, em Santiago.</p> <p>Visita do ministro das Relações Exteriores, Aloysio Nunes, à China (maio)</p>



ACORDOS BILATERAIS

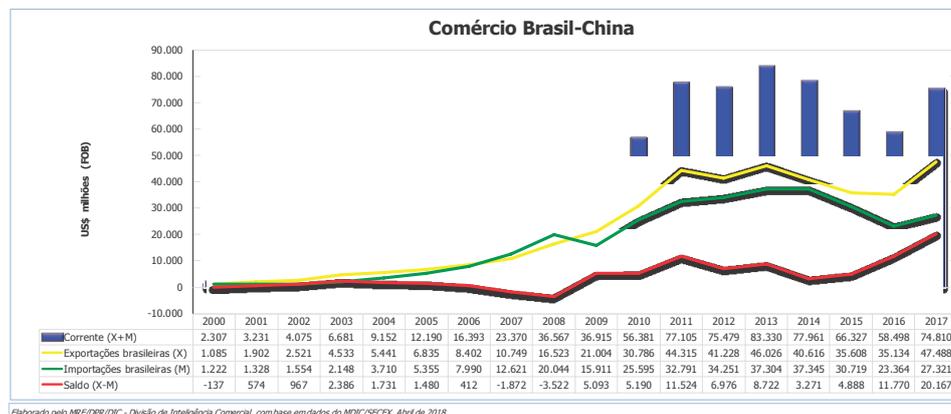
Título	Celebração	Entrada em vigor	Publicação (D.O.U.)
Acordo Comercial	07/01/1978	22/11/1978	13/03/1979
Convênio sobre Transportes Marítimos	22/05/1979	30/10/1980	05/11/1980
Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica	25/03/1982	30/03/1984	25/08/1992
Protocolo entre o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico e a Comissão Estatal de Ciência e Tecnologia no Campo da Cooperação Científica e Tecnológica	29/05/1984	29/05/1984	13/06/1984
Protocolo Adicional ao Acordo de Comércio	29/05/1984	29/05/1984	22/06/1984
Acordo para Criação de Consulados em São Paulo e em Xangai	15/08/1984	15/08/1984	23/08/1984
Acordo para a Cooperação nos Usos Pacíficos da Energia Nuclear	11/10/1984	21/12/1987	15/01/1988
Protocolo de Cooperação em Matéria de Siderurgia	01/11/1985	01/11/1985	18/11/1985
Protocolo de Cooperação em Matéria de Geociências	01/11/1985	01/11/1985	18/11/1986
Acordo de Cooperação Cultural e Educacional	01/11/1985	08/03/1988	22/04/1988
Protocolo de Cooperação na Área de Tecnologia Industrial	06/07/1988	29/12/1989	12/03/1990
Acordo de Cooperação Econômica e Tecnológica	18/05/1990	05/03/1992	24/07/1992
Acordo Destinado a Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Impostos sobre a Renda	05/08/1991	06/01/1993	20/02/1993
Acordo, por Troca de Notas, sobre a Instalação Mútua de Consulados-Gerais	05/08/1991	04/09/1991	16/09/1991
Acordo sobre Serviços Aéreos	11/07/1994	27/11/1997	17/02/1998
Acordo-Quadro sobre Cooperação em Aplicações Pacíficas de Ciência e Tecnologia do Espaço Exterior	08/11/1994	29/06/1998	31/07/1998
Acordo de Quarentena Vegetal	13/12/1995	03/07/1997	02/10/1997
Acordo sobre Segurança Técnica Relacionada ao Desenvolvimento Conjunto dos Satélites e Recursos Terrestres	13/12/1995	29/06/1998	30/07/1998
Acordo sobre a Manutenção do Consulado-Geral na Região Administrativa Especial de Hong Kong da República Popular da China	08/11/1996	01/07/1997	18/11/1996
Protocolo Complementar ao Acordo-Quadro sobre Cooperação em Aplicações Pacíficas de Ciência e Tecnologia do Espaço Exterior para a Continuidade do Desenvolvimento Conjunto de Satélites de Recursos Terrestres	27/11/2002	25/03/2008	09/09/2008
Tratado sobre Assistência Judiciária Mútua em Matéria Penal	24/05/2004	26/10/2007	04/12/2007
Acordo sobre Isenção de Vistos para Portadores de Passaportes Diplomáticos Oficial e de Serviços	24/05/2004	10/08/2004	10/08/2004



Tratado de Extradicação entre a República Federativa do Brasil e a República Popular da China	12/11/2004	10/04/2015	10/04/2015
Acordo sobre o Fortalecimento da Cooperação na Área de Implementação de Infraestrutura de Construção	05/06/2006	22/11/2006	04/01/2007
Tratado entre a República Federativa do Brasil e a República Popular da China sobre Auxílio Judicial em Matéria Civil e Comercial	19/05/2009	10/04/2015	10/04/2015
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular da China de Assistência Mútua Administrativa em Matéria Aduaneira	21/06/2012	-	30/12/2015
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular da China sobre a Facilitação da Concessão de Vistos para Homens de Negócios	16/07/2014	15/08/2014	13/08/2014
Plano de Ação Conjunta entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular da China	19/05/2015	19/05/2015	-
Emenda ao Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular da China Sobre Facilitação de Vistos para Homens de Negócios	01/09/2017	01/10/2017	-
Acordo de Coprodução Cinematográfica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular da China	01/09/2017	-	-
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular da China sobre a facilitação de vistos de turista	01/09/2017	01/10/2017	11/09/2017



DADOS ECONÔMICOS E COMERCIAIS



2017 / 2018	Exportações brasileiras	Importações brasileiras	Corrente de comércio	Saldo
2017 (jan-mar)	11.784	6.255	18.040	5.529
2018 (jan-mar)	11.898	7.774	19.672	4.124

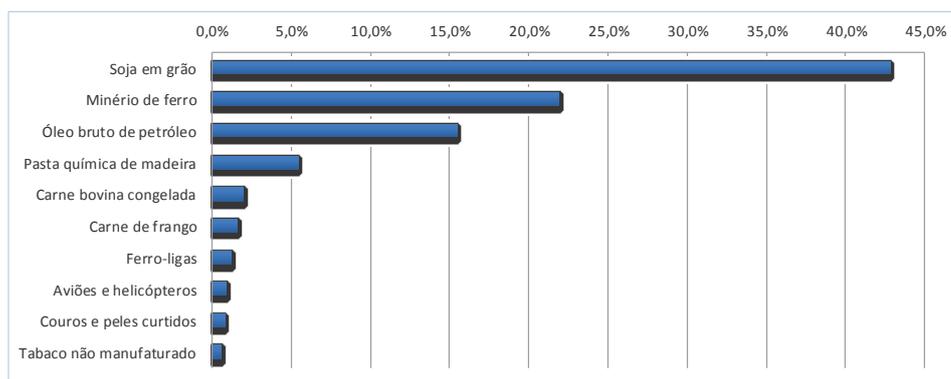


Composição das exportações brasileiras para a China (SH4)
US\$ milhões

Grupos de produtos	2015		2016		2017	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Soja em grão	15.788	44,3%	14.386	40,9%	20.310	42,8%
Minério de ferro	6.452	18,1%	7.315	20,8%	10.393	21,9%
Óleo bruto de petróleo	4.139	11,6%	3.908	11,1%	7.351	15,5%
Pasta química de madeira	1.862	5,2%	2.166	6,2%	2.573	5,4%
Carne bovina congelada	476	1,3%	703	2,0%	929	2,0%
Carne de frango	608	1,7%	859	2,4%	761	1,6%
Ferro-ligas	571	1,6%	475	1,4%	564	1,2%
Aviões e helicópteros	165	0,5%	332	0,9%	403	0,8%
Couros e peles curtidos	426	1,2%	389	1,1%	398	0,8%
Tabaco não manufaturado	264	0,7%	279	0,8%	276	0,6%
Subtotal	30.751	86,4%	30.812	87,7%	43.957	92,6%
Outros	4.856	13,6%	4.322	12,3%	3.531	7,4%
Total	35.608	100,0%	35.134	100,0%	47.488	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Abril de 2018.

Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil, 2017

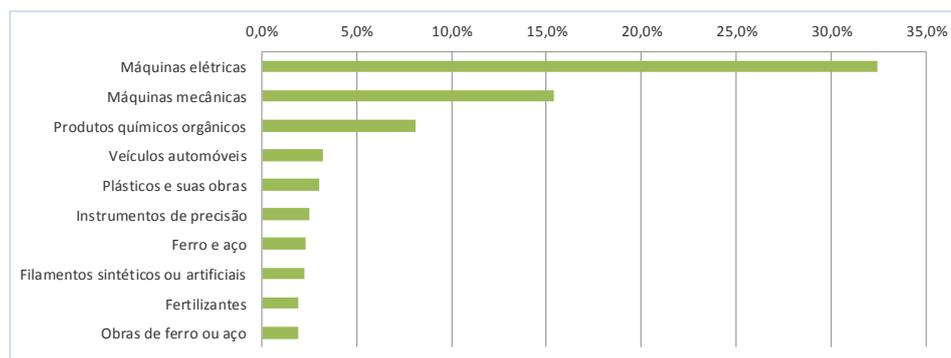


Composição das importações brasileiras originárias para a China (SH2)
US\$ milhões

Grupos de produtos	2015		2016		2017	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Máquinas elétricas	8.471	27,6%	6.954	29,8%	8.859	32,4%
Máquinas mecânicas	5.230	17,0%	4.013	17,2%	4.210	15,4%
Produtos químicos orgânicos	1.960	6,4%	1.989	8,5%	2.212	8,1%
Veículos automóveis	744	2,4%	582	2,5%	874	3,2%
Plásticos e suas obras	928	3,0%	730	3,1%	825	3,0%
Instrumentos de precisão	671	2,2%	575	2,5%	692	2,5%
Ferro e aço	934	3,0%	427	1,8%	633	2,3%
Filamentos sintéticos ou artificiais	557	1,8%	531	2,3%	612	2,2%
Fertilizantes	635	2,1%	404	1,7%	523	1,9%
Obras de ferro ou aço	820	2,7%	437	1,9%	522	1,9%
Subtotal	20.950	68,2%	16.642	71,2%	19.962	73,1%
Outros	9.769	31,8%	6.722	28,8%	7.359	26,9%
Total	30.719	100,0%	23.364	100,0%	27.321	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Abril de 2018.

Principais grupos de produtos importados pelo Brasil, 2017



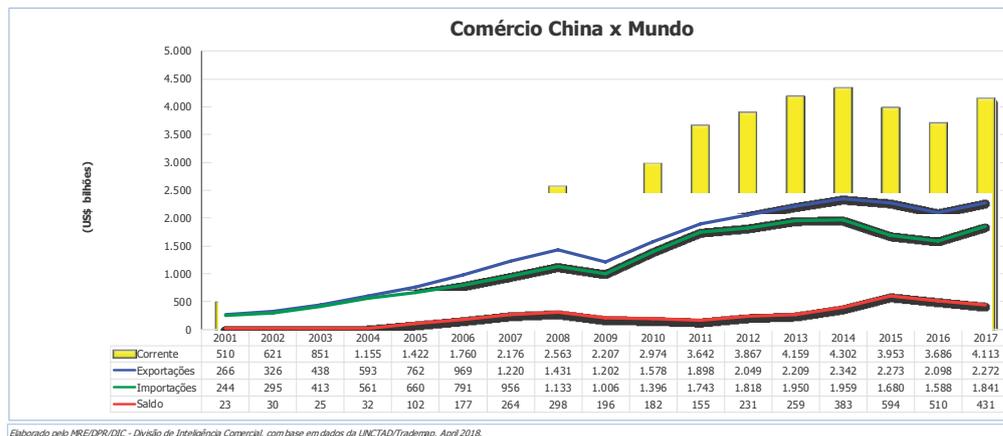
Composição do intercâmbio comercial (dados parciais)
US\$ milhões

Grupos de produtos (SH4)	2 0 1 7 (jan-mar)	Part. % no total	2 0 1 8 (jan-mar)	Part. % no total	Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil em 2018
Exportações					
Soja	4.289	36,4%	4.035	33,9%	
Óleos brutos de petróleo	2.300	19,5%	2.793	23,5%	
Minérios de ferro	2.923	24,8%	2.489	20,9%	
Pastas químicas de madeira	515	4,4%	763	6,4%	
Carnes bovinas	219	1,9%	314	2,6%	
Carnes de frango	187	1,6%	205	1,7%	
Ferro-ligas	151	1,3%	161	1,4%	
Pastas químicas de madeira, para dissolução	103	0,9%	105	0,9%	
Couros bovinos curtidos ou em crosta	103	0,9%	98	0,8%	
Bombas de ar ou de vácuo	4	0,0%	89	0,8%	
Subtotal	10.794	91,6%	11.052	92,9%	
Outros	991	8,4%	846	7,1%	
Total	11.784	100,0%	11.898	100,0%	

Grupos de produtos (SH4)	2 0 1 7 (jan-mar)	Part. % no total	2 0 1 8 (jan-mar)	Part. % no total	Principais grupos de produtos importados pelo Brasil em 2018
Importações					
Aparelhos elétricos para telefonia	551	8,8%	555	7,1%	
Partes de aparelhos de TV, câmeras fotográficas, radar, de gravação, monitores e projetores	231	3,7%	363	4,7%	
Circuitos integrados eletrônicos	202	3,2%	218	2,8%	
Díodos e transistores	194	3,1%	199	2,6%	
Partes e acessórios de computadores, máquinas de escrever ou calcular	145	2,3%	198	2,6%	
Partes e acessórios de veículos automóveis	117	1,9%	166	2,1%	
Insumos para medicamentos contendo nitrogênio	86	1,4%	164	2,1%	
Tecidos de fios sintéticos	98	1,6%	114	1,5%	
Aquecedores elétricos de água/ambientes/solo/cabelos	86	1,4%	110	1,4%	
Computadores e suas unidades	82	1,3%	102	1,3%	
Subtotal	1.790	28,6%	2.189	28,2%	
Outros produtos	4.465	71,4%	5.585	71,8%	
Total	6.255	100,0%	7.774	100,0%	

Elaborado pelo NRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Abril de 2018.

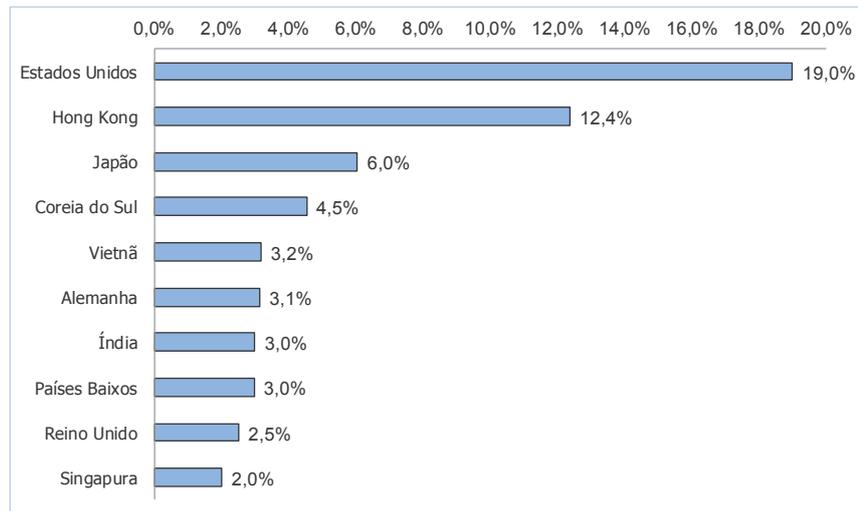




Principais destinos das exportações da China
US\$ bilhões

Países	2 0 1 7	Part.% no total
Estados Unidos	432	19,0%
Hong Kong	281	12,4%
Japão	137	6,0%
Coreia do Sul	103	4,5%
Vietnã	72	3,2%
Alemanha	71	3,1%
Índia	68	3,0%
Países Baixos	67	3,0%
Reino Unido	57	2,5%
Singapura	46	2,0%
...		
Brasil (21º lugar)	29	1,3%
Subtotal	1.363	60,0%
Outros países	909	40,0%
Total	2.272	100,0%

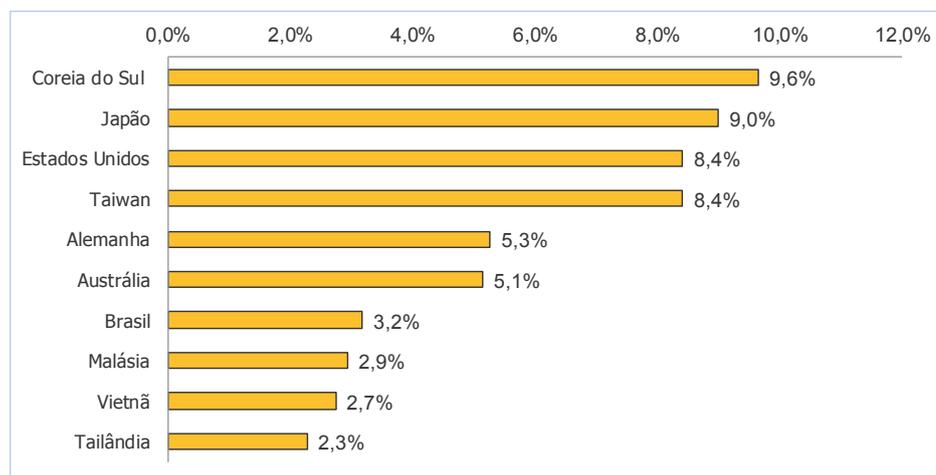
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/Trademap, Abril 2018.



Principais origens das importações da China
US\$ bilhões

Países	2 0 1 7	Part.% no total
Coreia do Sul	178	9,6%
Japão	165	9,0%
Estados Unidos	155	8,4%
Taiwan	155	8,4%
Alemanha	97	5,3%
Austrália	95	5,1%
Brasil	58	3,2%
Malásia	54	2,9%
Vietnã	50	2,7%
Tailândia	42	2,3%
Subtotal	1.049	57,0%
Outros países	792	43,0%
Total	1.841	100,0%

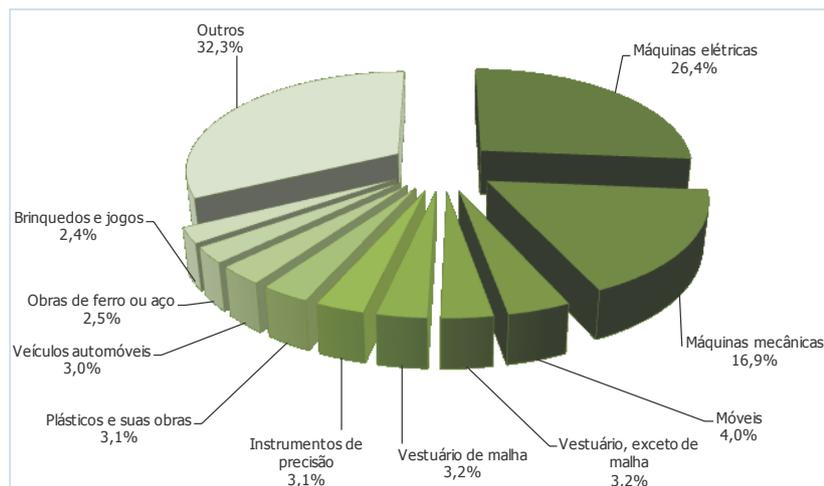
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/Trademap, Abril 2018.



Composição das exportações da China (SH2)
US\$ bilhões

Grupos de Produtos	2 0 1 7	Part.% no total
Máquinas elétricas	599	26,4%
Máquinas mecânicas	383	16,9%
Móveis	90	4,0%
Vestuário, exceto de malha	74	3,2%
Vestuário de malha	72	3,2%
Instrumentos de precisão	71	3,1%
Plásticos e suas obras	71	3,1%
Veículos automóveis	67	3,0%
Obras de ferro ou aço	57	2,5%
Brinquedos e jogos	55	2,4%
Subtotal	1.538	67,7%
Outros	733	32,3%
Total	2.272	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/Trademap, Abril 2018.

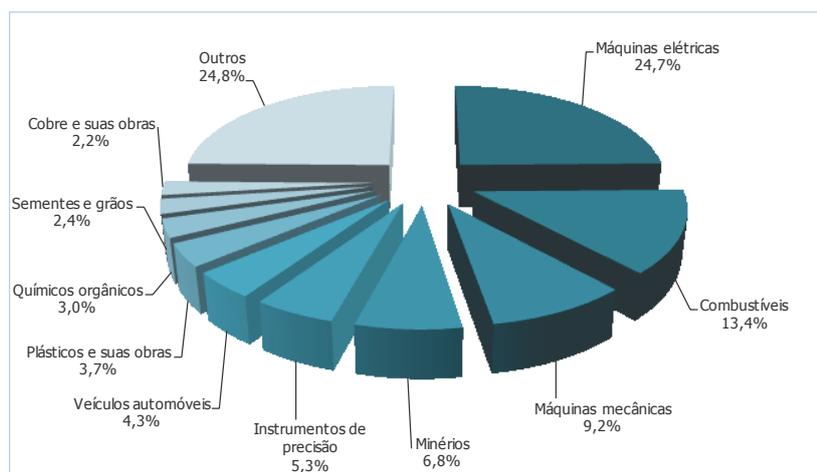


Composição das importações da China (SH2)
US\$ bilhões

Grupos de produtos	2 0 1 7	Part. % no total
Máquinas elétricas	455	24,7%
Combustíveis	248	13,4%
Máquinas mecânicas	170	9,2%
Minérios	125	6,8%
Instrumentos de precisão	97	5,3%
Veículos automóveis	79	4,3%
Plásticos e suas obras	69	3,7%
Químicos orgânicos	56	3,0%
Sementes e grãos	44	2,4%
Cobre e suas obras	41	2,2%
Subtotal	1.385	75,2%
Outros	456	24,8%
Total	1.841	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/TradeMap, Abril 2018.

10 principais grupos de produtos importados



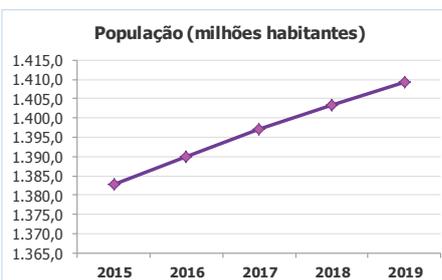
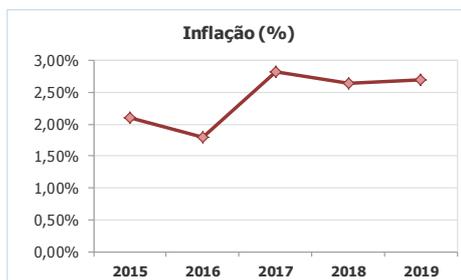
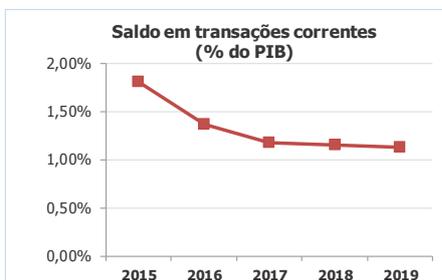
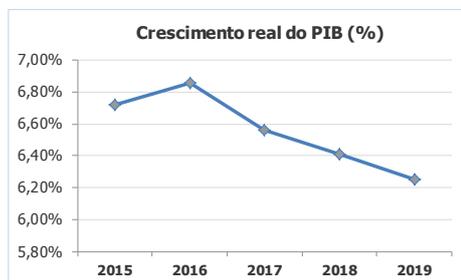
Principais indicadores socioeconômicos da China

Indicador	2016	2017	2018 ⁽¹⁾	2019 ⁽¹⁾	2020 ⁽¹⁾
Crescimento real do PIB (%)	6,72%	6,86%	6,56%	6,41%	6,25%
PIB nominal (US\$ trilhões)	11,22	12,01	14,09	15,54	16,95
PIB nominal "per capita" (US\$)	8.116	8.643	10.088	11.076	12.029
PIB PPP (US\$ trilhões)	21,29	23,16	25,24	27,44	29,73
PIB PPP "per capita" (US\$)	15.397	16.660	18.066	19.551	21.093
População (milhões habitantes)	1.382,7	1.390,1	1.397,0	1.403,4	1.409,3
Desemprego (%)	4,02%	3,90%	4,00%	4,00%	4,00%
Inflação (%) ⁽²⁾	2,10%	1,80%	2,83%	2,64%	2,70%
Saldo em transações correntes (% do PIB)	1,80%	1,37%	1,18%	1,15%	1,14%
Dívida externa (US\$ bilhões)	1.429,5	1.543,5	1.684,3	1.770,2	1.854,7
Câmbio (Rmb / US\$) ⁽²⁾	6,95	6,51	6,55	6,66	6,62
Origem do PIB (2017 Estimativa)					
Agricultura	8,2%				
Indústria	39,5%				
Serviços	52,2%				

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base nos dados do IMF - World Economic Outlook Database, Abril 2018 e da EIU, Economist Intelligence Unit, Country Report April 2018 e The World Factbook (www.cia.gov).

(1) Estimativas FMI e EIU.

(2) Média de fim de período.



MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

Subsecretaria-Geral da Ásia e do Pacífico

Departamento da Ásia do Leste

Divisão da China e da Mongólia

MONGÓLIA**INFORMAÇÃO OSTENSIVA****2018**

DADOS BÁSICOS

NOME OFICIAL	Mongólia
GENTÍLICO	Mongol, mongólico
CAPITAL	Ulan Bator
ÁREA	1.566.500 km ²
POPULAÇÃO (2013)	3,06 milhões
IDIOMAS	Mongol
PRINCIPAIS RELIGIÕES	Budismo (53%), Islamismo (3%), Xamanismo (2,9%), Cristianismo (2,1%), outras religiões (0,4%), sem religião (38,6%).
SISTEMA DE GOVERNO	República semipresidencialista
PODER LEGISLATIVO	Parlamento unicameral (Grande Hural)
CHEFE DE ESTADO	Khaltmaagiin Battulga
CHEFE DE GOVERNO	Ukhnaagiin Khürelsükh
MINISTRO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS E COMÉRCIO EXTERIOR	Tsogtbaatar Damdin
PIB nominal (2016)	US\$ 11,1 bilhões
PIB PPP	US\$ 39,7 bilhões
PIB nominal per capita	US\$ 3.640
PIB PPP per capita	US\$ 12.979
VARIAÇÃO DO PIB	6,3 % (2010); 17,5% (2011); 12,28% (2012); 11,74% (2013); 9,6% (2014); 1,24% (2016); 5,15% (2017)
IDH	0,675 (108º lugar no ranking)
EXPECTATIVA DE VIDA	68,8 anos
ÍNDICE DE ALFABETIZAÇÃO	97,4% (2013)
ÍNDICE DE DESEMPREGO	7,9%
UNIDADE MONETÁRIA	Togrog/Tugrik (US\$ 1,00 = ₮2,427 – câmbio flutuante)
EMBAIXADOR EM BRASÍLIA	(ainda não indicado pelo governo mongol / será Embaixador não residente)
EMBAIXADOR EM ULAN BATOR	Marcos Caramuru de Paiva (25/08/2016) – Embaixador não residente (Pequim)
COMUNIDADE BRASILEIRA ESTIMADA	10

Fundo Monetário Internacional, Banco Mundial, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento.

INTERCÂMBIO BILATERAL BRASIL-MONGÓLIA (em mil US\$)									
Brasil - Mongólia	2001	2003	2005	2007	2009	2011	2013	2015	2017
Intercâmbio	14	129	1.869	2.468	2.878	5.562	949	1.267	5.601
Exportações	14	104	1.869	2.467	2.878	5.546	814	1.195	5.516
Importações	0	25	0	1	0	15	135	72	85
Saldo	14	79	1.869	2.465	2.878	5.531	680	1.122	5.432



APRESENTAÇÃO

A Mongólia é país de pequena população – 3 milhões de habitantes – e com a 18ª maior extensão geográfica – de 1,56 milhão de km² – do mundo. Em consequência, apresenta uma das menores densidades demográficas do planeta.

Trata-se de país mediterrâneo, entre a Rússia e a China, com a maior parte de sua superfície coberta por estepes, com montanhas ao norte e a oeste, e o deserto de Gobi ao sul.

A área hoje ocupada pela Mongólia foi governada por diversos impérios nômades. Foi berço do império mongol, dominante nos séculos XIII e XIV e considerado o maior da história em área contígua. Seu fundador, Genghis Khan, é figura venerada na cultura popular do país.

Em 1925, foi instaurado, na Mongólia, um regime comunista. O país experimenta, desde 1990, regime semipresidencialista, pluripartidário, com eleições diretas.

Circundada por grandes potências — China e Rússia —, a Mongólia mantém relações tênues com países extrarregionais e tem interesses econômicos fortemente concentrados no setor mineral.

PERFIL BIOGRÁFICO

KHALTMAAGIIN BATTULGA

Presidente da República



Nasceu em Ulan Bator, em 1963. Tem formação em artes (1982-1986) e foi membro, entre 1992 e 1997, da seleção de luta livre da Mongólia. Foi campeão mundial de sambo, arte marcial moderna desenvolvida na União Soviética. Em 1993, fundou a Genco, holding que atua em diversos setores da economia mongol. Em 2004, elegeu-se deputado parlamentar, cargo que ocupou até 2016. Em 2006, assumiu a Federação Mongol de Judô. Ocupou, entre 2008 e 2012, o cargo de ministro das Estradas, Transportes, Construção e Urbanismo. Em 2012, foi ministro da Agricultura. Foi, nas eleições de julho de 2017, candidato pelo Partido Democrático, pelo qual se elegeu com 50,6% dos votos.



UKHNAAGIIN KHÜRELSÜKH
Primeiro-Ministro



Nasceu em 1968. Ex-coronel do Exército, é formado em ciência política na Universidade de Defesa da Mongólia e em administração pública pela Universidade Nacional da Mongólia. Em 1990, iniciou carreira política. Em 2000, foi eleito ao Parlamento, para o qual foi reeleito em 2004 e em 2012. Entre 2008 e 2012, foi Secretário-Geral do Partido Popular Mongol.

Foi um dos principais responsáveis pela negociação da dívida externa e obtenção do pacote de US\$ 5 bilhões de dólares junto ao FMI, no início de 2017. Sucedeu ao primeiro-ministro Jargaltulgiin Erdenabat, removido do cargo em setembro de 2017, após receber moção de desconfiança do Parlamento.

RELAÇÕES BILATERAIS

Brasil e Mongólia estabeleceram relações diplomáticas em 27 de junho de 1987, momento em que o país asiático iniciava estratégia de ampliação de suas relações exteriores, intitulada "terceiros vizinhos". Em janeiro daquele ano, a Mongólia estabeleceu relações diplomáticas com os Estados Unidos. Desde então, promove a consolidação de regime político na linha das democracias ocidentais e um sistema de economia de mercado.

Para a Mongólia, o Brasil é um país em desenvolvimento com projeção nos planos regional e internacional, dotado de setores industriais e tecnológicos avançados, sendo visto como potencial parceiro econômico, especialmente no setor de mineração.

Em junho de 2014, a Mongólia instalou embaixada residente em Brasília, a primeira na América do Sul. A Embaixada foi fechada em junho de 2017. A Embaixada do Brasil em Pequim é cumulativa com Ulan Bator.

Em maio de 2007, o Secretário de Estado da Chancelaria mongol, Embaixador Hasbazaryn Behbat, visitou o Brasil, quando foi assinado o Memorando de Entendimento para o Estabelecimento de Mecanismo Regular de Consultas Políticas.

A primeira reunião desse mecanismo ocorreu em Brasília, em maio de 2007. As três sessões seguintes se realizaram em Ulan Bator, em 2010, e em Brasília, em 2012 e em 2014. Esses encontros evidenciaram a possibilidade de cooperação nas seguintes áreas: energia e mineração; educação; esportes; agricultura e sanidade animal; e consular.



Em seguimento às reuniões de consultas políticas, foram assinados, em 2015, quatro acordos nas áreas educacional, consular, esportiva e entre academias diplomáticas.

A Mongólia dispõe de reservas de cobre e de minerais não-ferrosos, exploradas em sua maioria por empresas estrangeiras, principalmente chinesas. O país conta, ainda, com grandes reservas de ferro e carvão. O setor de mineração é responsável por cerca de 80% das exportações mongóis.

O país possui uma das maiores minas de carvão a céu-aberto do mundo, situada ao sul do país, cujas reservas chegariam a 6,5 bilhões de toneladas. Em 2011, o país promoveu licitação internacional para a concessão de licenças de exploração da mina, da qual a Vale participou, em associação com empresas indianas e sul-coreanas, sem sucesso. Em 2012, a Vale fechou o escritório que mantinha, desde 2004, na Mongólia.

O intercâmbio comercial bilateral foi de US\$ 5,6 milhões em 2017, máximo histórico. Nesse ano, a Mongólia foi o 28º parceiro do Brasil no continente asiático, com participação de 0,04% no comércio exterior do Brasil com a Ásia.

Nos últimos três anos, verificou-se acentuado aumento das exportações brasileiras. Os produtos manufaturados predominaram nas vendas brasileiras (99%) e, também, assumiram participação majoritária nas compras provenientes do mercado mongol (98%). O saldo comercial é favorável ao Brasil.

Apesar das condições climáticas bastante variadas, a Mongólia apresenta elevado potencial para desenvolvimento agropecuário, o que cria oportunidades de cooperação com o Brasil. Em outubro de 2011, foi assinado o Memorando de Entendimento sobre Agricultura e Agroalimentação entre o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) e o Ministério da Alimentação, Agricultura e Indústria Leve da Mongólia. O Memorando prevê a criação de Grupo de Trabalho Conjunto (GTC) para aprofundar a cooperação.

Empréstimos e financiamentos oficiais

Não há registro de empréstimos ou financiamentos oficiais para a Mongólia.

Assuntos Consulares

A comunidade brasileira residente na Mongólia é estimada em cerca de uma dezena de pessoas e está sob jurisdição do Setor Consular da Embaixada do Brasil em Pequim, que conta com o apoio do Consulado Honorário do Brasil em Ulan Bator (Cônsul Honorário Battulga Tumurdash, designado em 2018).

POLÍTICA INTERNA

Antes do fim da União Soviética, o sistema político mongol emulava, em grande medida, o do vizinho do norte. Com a queda do muro de Berlim e a dissolução da União Soviética, a Mongólia iniciou transição para sistema multipartidário e com economia de mercado. Em 1986, as tropas da URSS deixaram o país, e, em 1990, os partidos políticos foram legalizados, realizando-se eleições para o Grande Hural (parlamento mongol). Em geral,



caracteriza-se o ano de 1990 como o da "revolução democrática" no país. Em 1992, foi promulgada a Constituição da Mongólia (em vigor), que estabelece direitos e liberdades civis.

A cena política mongol é composta atualmente pelos seguintes partidos políticos principais:

(i) Partido Democrata da Mongólia (PD): o PD foi formado pela fusão de lideranças políticas e movimentos de proa na chamada revolução democrática de 1990, que pôs fim ao comunismo no país. O atual PD foi fundado em 2000 pela união do Partido Nacional Democrático Mongol e do Partido Social Democrata Mongol. De vertente liberal, é o principal partido do país atualmente. É a agremiação vencedora das eleições presidenciais desde 2009.

(ii) Partido Popular Mongol (PPM): em sua atual versão, o PPM foi criado em 2010 como sucessor do antigo Partido Revolucionário do Povo Mongol, de inspiração leninista, fundado em 1920. O PPM adotou ideário assimilável à social-democracia.

(iii) Partido Revolucionário do Povo Mongol (PRPM): em sua versão atual, disputou apenas as eleições presidenciais de 2013, quando a Ministra da Saúde Natsagiin Udval, figura próxima ao ex-presidente Nambaryn Enkhbayar, recebeu apenas 6,5% dos votos.

Embora de relevância decrescente, a clivagem capital-interior ainda repercute na política partidária mongol. O país tem 62% da população vivendo nas cidades. O maior centro urbano, a capital Ulan Bator, conta com 950 mil habitantes. Enquanto o PPM mantém bases fortes no interior, inclusive junto à população nômade, o PD concentra sua base de apoio na capital do país.

A 7.^a eleição presidencial foi concluída em julho de 2017, tendo como vencedor o candidato do PD, Khaltmaa Battulga, que derrotou o candidato situacionista, Miyeegombyn Enkhbold. Battulga obteve 50,61% dos votos, contra 41,16% de Enkhbold, do PPM, tornando-se o quinto presidente da Mongólia e o primeiro a ser eleito em segundo turno.

A vitória de Battulga ocorreu um ano após o MPP ter conquistado maioria nas eleições parlamentares. Um dos principais desafios do presidente, que tomou posse em julho de 2017, tem sido manter relação produtiva com o parlamento. As próximas eleições parlamentares se realizarão em 2020.

POLÍTICA EXTERNA

Com seu território encrustado entre a Rússia e a China, a situação geográfica da Mongólia condicionou historicamente as relações exteriores do país, concentradas na parceria com os dois vizinhos. Se, no período comunista, a parceria com a União Soviética era aspecto preponderante das relações exteriores, desde a abertura do país a China tornou-se seu parceiro preferencial. Das exportações mongóis, mais de 60% destinam-se à China, e 15% à Rússia.

Analistas interpretaram a vitória do presidente Battulga, nas eleições de 2017, como sinal de aproximação da Rússia e de tentativa de distanciamento de Pequim. Na campanha eleitoral, Battulga buscou associar sua imagem à do presidente russo, Vladimir Putin, utilizando fotos em que aparece ao lado do chefe de estado russo.

Nas duas últimas décadas, a Mongólia busca diversificar parcerias, explorando inserção em diferentes sistemas sub-regionais asiáticos, em especial nas relações com as duas Coreias, com a Ásia Central (aderiu à Organização para Cooperação de Xangai, como membro



observador em 2004) e com os países da ASEAN (aderiu, em 2005, ao Tratado de Cooperação e Amizade no Sudeste Asiático).

Também procura ampliar seus canais de contato com outras regiões do mundo, na linha da política de "terceiros vizinhos", além de participar mais ativamente em organismos multilaterais.

Desde 2011, a Mongólia estabeleceu relações diplomáticas com mais de quinze países, elevando para mais de 160 o número de países-membros da ONU com os quais mantém relações diplomáticas.

Em 2012, tornou-se membro pleno da Organização para a Cooperação e a Segurança na Europa (OSCE). Naquele ano, o presidente mongol visitou Alemanha, Quirguistão, Noruega, Brasil (visita particular) e Suécia, e compareceu aos encontros do Movimento dos Não-Alinhados, da Cúpula Ásia-Europa e da Organização de Cooperação de Xangai (OCX).

Em 2013, o país sediou, em Ulan Bator, o Fórum Internacional sobre a Liderança da Mulher e a VII Reunião Ministerial da Comunidade das Democracias (CD).

A presença chinesa amplia-se significativamente na Mongólia. Em 2011, os dois países estabeleceram Parceria Estratégica.

A Rússia, principal fornecedor de energia para a Mongólia, também continua a ser prioridade da política externa mongol.

A Mongólia é detentora de amplas reservas minerais e de grande potencial pecuário, dois setores muito valorizados pela demanda chinesa. O país recebeu extensivos investimentos chineses na área de mineração.

O estreitamento das relações com os Estados Unidos constitui importante vetor da política externa mongol. Após os atentados de 11 de setembro de 2001, o país se ofereceu como base de apoio para projeção militar norte-americana na Ásia Central, facilitando sobrevoos em seu território e locais de treinamento para contingentes da coalizão.

A Mongólia também contribuiu com efetivos para a intervenção no Iraque. Em sua região, o país integra dois importantes agrupamentos ligados ao tema de segurança: a Organização de Cooperação de Xangai (OCX), como país-observador; e o Fórum Regional da Associação de Nações do Sudeste Asiático (ASEAN) — fórum para assuntos de defesa —, como membro pleno.

Em razão de suas boas relações com as duas Coreias, a Mongólia busca também contribuir para a resolução da questão da Península Coreana, tendo sediado duas reuniões intercoreanas e encontro de representantes das Conversações Hexapartites sobre Desnuclearização da Península Coreana.

A Mongólia se declarou "Estado livre de armas nucleares", fato de relevância para o contexto do Nordeste Asiático. No plano extrarregional, a Mongólia é, desde 2010, país-membro do Fórum de Cooperação América Latina-Ásia do Leste (FOCALAL). Ademais, apresentou candidatura a assento não-permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas, para o biênio 2023- 2024.

ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS



Impulsionada por abundante riqueza mineral, a Mongólia beneficiou-se, nos últimos anos, do *boom* das *commodities*.

Apesar do aumento substancial da produção mineradora, o crescimento do produto interno bruto (PIB) da Mongólia caiu de 11%, em 2013, para apenas 1% em 2016.

Com a queda, particularmente a partir de 2016, dos preços internacionais das *commodities*, a Mongólia enfrenta dificuldades, sobretudo em razão de sua forte dependência das rendas geradas pela mineração.

Em fevereiro de 2017, o país assinou acordo de três anos com o FMI, que inclui empréstimo de US\$ 440 milhões e compromisso com adoção de medidas de estabilização fiscal e financeira.

A mina de Oyu Tolgoi (cobre e ouro), desenvolvida em *joint venture* pela australiana Rio Tinto e pelo governo da Mongólia, é o maior empreendimento econômico da história da Mongólia. Espera-se que, em seu pico de produção, responda por até 30% do PIB do país, o que poderá ajudar a recuperar o crescimento econômico dos últimos anos, ainda que suscetível à variação do preço das *commodities* minerais.

A despeito do crescimento da produção mineral, a previsão para os próximos anos é a de desaceleração moderado do ritmo do crescimento da economia mongol, em consequência dos ajustes de políticas fiscal e monetária para contenção da inflação.

Representantes do FMI, após visita para avaliar a implementação do acordo, declararam que a economia mongol está em recuperação. A estimativa de crescimento do PIB em 2018 está projetada em 5%.

Nos últimos dez anos, as exportações mongóis de bens cresceram de US\$ 950 milhões, em 2005, para US\$ 5 bilhões, em 2016. A China é o principal mercado para produtos mongóis, especialmente em razão do elevado grau de complementaridade das respectivas pautas e da proximidade geográfica. Dessa forma, em 2016, a China absorveu 80% do total das vendas externas da Mongólia.

Entre 2005 e 2017, as importações mongóis aumentaram de US\$ 1,2 bilhão para US\$ 3,3 bilhões. Os principais fornecedores da Mongólia em 2016 foram China, Rússia e Japão. Após mostrar resultados deficitários por sete anos consecutivos, o saldo da balança em transações comerciais de bens alcançou superávit em 2014, mantido em 2015 e em 2016. O superávit obtido pelo país é reflexo tanto do fortalecimento da oferta mongol, com aumento da produção mineral exportadora, quanto do decréscimo registrado pela demanda de importações da Mongólia.



CRONOLOGIA HISTÓRICA

1206	Constitui-se como Estado a partir de tribos nômades de etnia mongol.
1206 a 1263	Após a unificação das tribos mongóis, Genghis Khan lança campanha para conquista. Seus filhos e netos criam um dos maiores impérios da história em extensão territorial.
1267-1368	Enfraquecido pela desunião, o império implode. Tropas Ming expulsam os mongóis de Dadu, atual Pequim.
1636	O império Manchu (Qing) conquista os mongóis do sul, criando a Mongólia Interior (<i>Inner Mongolia</i>).
1691	O império Qing oferece proteção para os mongóis do Norte, criando a Mongólia Exterir (<i>Outer Mongolia</i>).
1727	O Tratado de Kyakhta fixa a fronteira ocidental entre a Rússia e os impérios Manchu, confirmando o domínio Qing sobre a Mongólia e Tuva.
1911	A dinastia Qing cai, e a Mongólia Externa declara independência. A Rússia e a República da China reconhecem sua autonomia.
1919	O exército chinês ocupa a Mongólia Externa.
1920	Revolucionários mongóis fundam o Partido Popular da Mongólia e fazem contato com bolcheviques na Sibéria.
1921	Com o apoio do Exército Vermelho, revolucionários mongóis expulsam as forças chinesas e czaristas e instalam o "Governo Popular Mongol".
1924	O Partido Popular escolhe o modelo leninista de "caminho para o socialismo cortornando o capitalismo" e renomeia o próprio Partido de Partido Revolucionário do Povo Mongol (PRPM). A República Popular da Mongólia é proclamada.
1937	O primeiro-ministro Genden, da Mongólia, é preso na União Soviética (URSS) e acusado de espionagem para o Japão. O ministro da Guerra Marshal Demid é envenenado a bordo de trem Trans-Siberiano.
1939	As tropas soviéticas e mongóis comandadas pelo general Zhukov derrotam invasão por forças japonesas na Batalha de Khalkhyn Gol.
1945 e 1946	A Conferência de Yalta preserva o controle soviético da Mongólia. Mongóis votam pela independência em plebiscito das Nações Unidas. A Mongólia é reconhecida pela República da China.
1949 a 1955	São estabelecidas relações com a República Popular da China. Ferrovia que liga a Rússia e a China é construída na Mongólia.
1961	Conselho de Segurança da ONU aprova adesão da Mongólia à ONU.
1966	O secretário-geral do Partido Comunista Soviético assina tratado de amizade em Ulan Bator permitindo permanência de tropas soviéticas na Mongólia.
1984	O secretário-geral do partido Tsendenbal, chefe de Estado desde 1974, é forçado a renunciar.
1986	Discurso de Gorbachev em Vladivostok abre caminho para <i>détente</i> com a China e retirada das tropas soviéticas da Mongólia.
1990	Protestos forçam renúncia do Politburo PRPM. Partidos políticos são legalizados. Eleições para o Grande Hural (Parlamento) são vencidas pelo PRPM.
1992	Nova Constituição da Mongólia dá prioridade aos direitos e liberdades civis. Nas primeiras eleições democráticas, o PRPM ganha 71 dos 76 assentos na nova unicameral Grande Hural.
1993	Primeiras eleições diretas para presidente são vencidas por Ochirbat, indicado pelos Nacionais e Sociais Democratas.
1997	O candidato Bagabandi, do PRPM, vence a eleição presidencial.
2001	Reeleição do presidente Bagabandi
2002	Visita do Dalai Lama à Mongólia.
2003	200 soldados mongóis foram enviados ao Iraque para contribuir para manutenção da paz.
2004	Tsakhagiin Elbegdorj é nomeado Primeiro-Ministro.
2005	O candidato do PRPM, Nambaryn Enkhbayar, vence a eleição presidencial. Presidente George W. Bush se torna o primeiro presidente dos EUA a visitar a Mongólia.



2006	Parlamento escolhe Miyegombo Enkhbold, do PRPM, como primeiro-ministro.
2007	Em novembro, o primeiro-ministro Miyegombo Enkhbold renuncia e é substituído por Sanjagiin Bayar.
2008	O presidente Enkhbayar declara estado de emergência para conter protestos na capital.
2009	O candidato do Partido Democrático, de oposição, Tsakhiagiin Elbegdorj, é eleito presidente. O primeiro-ministro Sanjagiin Bayar, do PRPM, renuncia por motivos de saúde. O ministro dos Negócios Estrangeiros e Comércio Exterior, Sukhbaataryn Batbold, o sucede.
2010	Primeiro-ministro Sukhbaataryn Batbold assume como chefe de governo. O ex-Presidente Nambaryn Enkhbayar funda o Partido Revolucionário do Povo Mongol (PRPM).
2012	Eleições parlamentares. Partido Democrata consegue maioria. O ex-Presidente Nambaryn Enkhbayar é condenado a quatro anos de prisão por corrupção.
2013	Candidato do Partido Democrático e Presidente da República, Tsakhiagiin Elbegdorj, é reeleito presidente.
2014	Nomeação de novo Chefe de Governo: primeiro-ministro Chimed Saikhanbileg (dezembro). Nomeação do ministro dos Negócios Estrangeiros Lundeg Purevsuren (dezembro).
2016	PRPM vence eleições parlamentares e ocupa 65 das 76 cadeiras do Parlamento.
2017	Acordo com o FMI. Khaltmaa Battulga eleito presidente.



CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

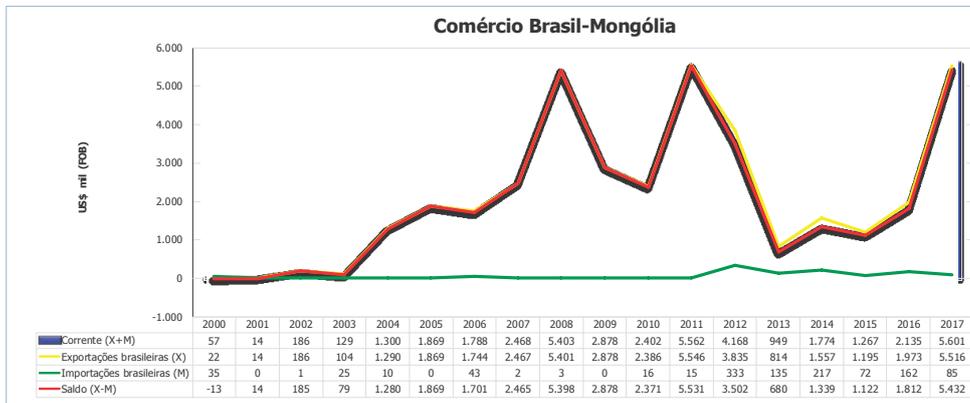
1987	Estabelecimento de relações diplomáticas (27 de junho).
2003	Visita do primeiro-ministro Nambaryn Enkhbayar, para participar do Congresso Internacional Socialista.
2005	Abertura do Consulado Honorário da Mongólia em São Paulo. Visita do Vice-Ministro da Indústria e Comércio da Mongólia, Tsagaandari Enhtuvshin, ao Brasil (Rio de Janeiro e Brasília). Na ocasião, firmaram-se Memorandos de Entendimento com o Ministério das Minas e Energia e com a Petrobras.
2007	Abertura do Consulado Honorário do Brasil em Ulan Bator (23 de abril). Assinatura de Acordo sobre isenção de vistos em passaportes diplomáticos e de Memorando de Entendimento para o estabelecimento de Mecanismo de Consultas Políticas (3 de maio). I Reunião de Consultas Políticas Brasil-Mongólia, em Brasília (3 de maio).
2008	Criação do Grupo Brasil-Mongólia, no Parlamento mongol.
2010	Brasil doa US\$ 100 mil ao fundo de resposta humanitária do UNICEF, destinados à assistência às vítimas do inverno na Mongólia. II Reunião de Consultas Políticas Brasil-Mongólia (24 de junho), em Ulan Bator.
2011	Assinatura de Memorando de Entendimento entre o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) e o Ministério da Alimentação, Agricultura e Indústria Leve (MOFA) (outubro)
2012	Visita privada do presidente da Mongólia, Tsakhiagiin Elbegdorj, ao Rio de Janeiro, para receber o prêmio <i>Champions of Earth</i> , do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente – PNUM (Rio de Janeiro, 1º de junho). III Reunião de Consultas Políticas Brasil-Mongólia (Brasília, 15 de junho). Participação do secretário de Estado do Ministério de Negócios Estrangeiros da Mongólia, Batkhishig Badamdorj, na Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável – Rio+20 (Rio de Janeiro, 21 de junho).
2013	Visita a Ulan Bator do embaixador do Brasil como Representante da presidente Dilma Rousseff para cerimônias de posse do presidente Tsakhiagiin Elbegdorj.
2014	IV Reunião de Consultas Políticas Brasil-Mongólia, em Brasília (junho). Abertura da Embaixada da Mongólia em Brasília (junho).
2017	Fechamento da Embaixada da Mongólia em Brasília (junho).



ATOS BILATERAIS			
Título	Celebração	Entrada em vigor	Publicação no Diário Oficial da União (D.O.U.)
Acordo sobre Isenção Mútua de Vistos para Portadores de Passaportes Diplomáticos e Oficiais	03/05/2007	03/07/2007	15/02/2008
Memorando de Entendimento para o Estabelecimento de um Mecanismo Regular de Consultas Políticas entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Mongólia	03/05/2007	03/05/2007	10/05/2007
Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Mongólia na Área do Esporte	09/06/2015	09/06/2015	06/08/2015
Memorando de Entendimento sobre Cooperação entre o Ministério das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil e o Ministério dos Negócios Estrangeiros da Mongólia	21/09/2015	21/09/2015	-
Acordo de Cooperação Educacional entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Mongólia	21/09/2015	21/01/2016	17/01/2018
Entendimento Recíproco, por Troca de Notas, entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Mongólia sobre Isenção de Vistos de Curta Duração	21/09/2015	-	21/10/2015



DADOS ECONÔMICO-COMERCIAIS

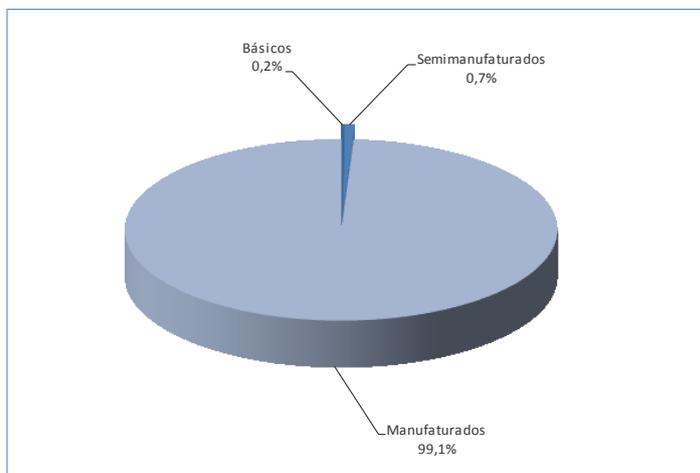
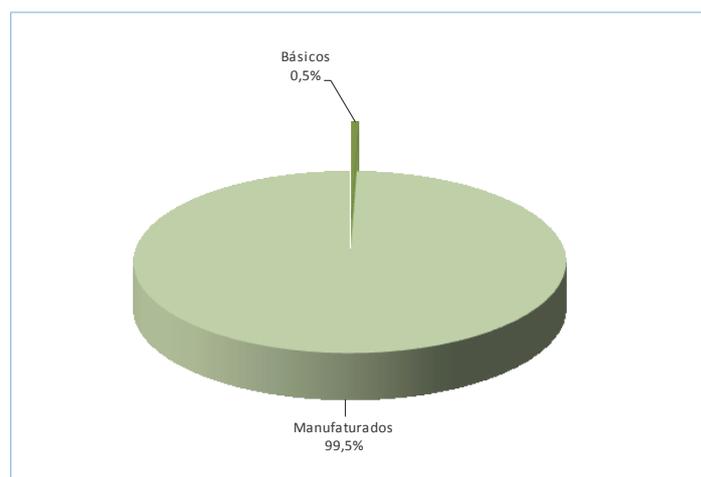


Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX, Abril de 2018.

2017 / 2018	Exportações brasileiras	Importações brasileiras	Corrente de comércio	Saldo
2017 (jan-mar)	1.332	1	1.333	1.330
2018 (jan-mar)	930	48	978	881

Página 46 de 57 Parte integrante do Aviso da MSF nº 39 de 2018.



**Exportações e importações brasileiras por fator agregado
2017****Exportações****Importações**

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX, Abril de 2018.

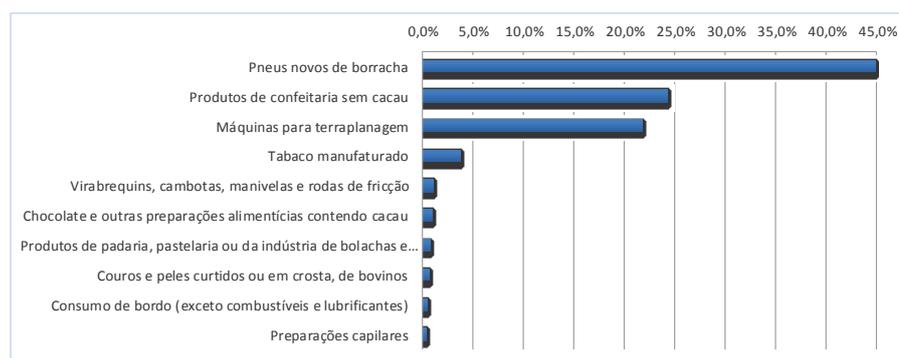


Composição das exportações brasileiras para a Mongólia (SH4)
US\$ mil

Grupos de produtos	2015		2016		2017	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Pneus novos de borracha	52	4,3%	222	11,3%	2.474	44,8%
Produtos de confeitaria sem cacau	668	55,9%	1.236	62,6%	1.334	24,2%
Máquinas para terraplanagem	0	0,0%	0	0,0%	1.198	21,7%
Tabaco manufacturado	0	0,0%	72	3,7%	207	3,8%
Virabrequins, cambotas, manivelas e rodas de fricção	0	0,0%	0	0,0%	57	1,0%
Chocolate e outras preparações alimentícias contendo cacau	15	1,2%	9	0,4%	47	0,9%
Produtos de padaria, pastelaria ou da indústria de bolachas e biscoitos	0	0,0%	0	0,0%	40	0,7%
Couros e peles curtidos ou em crosta, de bovinos	26	2,2%	0	0,0%	29	0,5%
Consumo de bordo (exceto combustíveis e lubrificantes)	18	1,5%	15	0,7%	24	0,4%
Preparações capilares	0	0,0%	0	0,0%	21	0,4%
Subtotal	778	65,1%	1.554	78,8%	5.431	98,5%
Outros	416	34,9%	419	21,2%	85	1,5%
Total	1.195	100,0%	1.973	100,0%	5.516	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Abril de 2018.

Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil, 2017

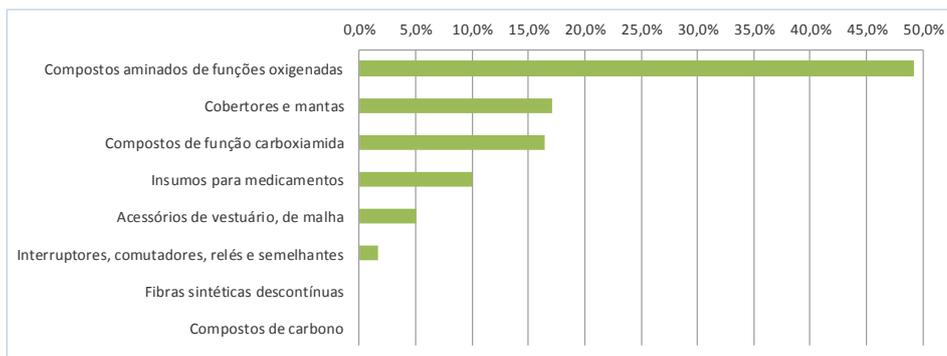


Composição das importações brasileiras originárias da Mongólia (SH4)
US\$ mil

Grupos de produtos	2015		2016		2017	
	Valor	Part. % no total	Valor	Part. % no total	Valor	Part. % no total
Compostos aminados de funções oxigenadas	0	0,0%	0	0,0%	42	49,2%
Cobertores e mantas	0	0,0%	0	0,0%	14	17,1%
Compostos de função carboxiamida	0	0,0%	0	0,0%	14	16,4%
Insumos para medicamentos	0	0,0%	0	0,0%	8	10,0%
Acessórios de vestuário, de malha	0	0,0%	3	1,7%	4	5,0%
Interruptores, comutadores, relés e semelhantes	0	0,0%	0	0,0%	1	1,7%
Fibras sintéticas descontínuas	62	85,4%	118	73,2%	0	0,0%
Compostos de carbono	0	0,0%	25	15,6%	0	0,0%
Subtotal	62	85,4%	146	90,4%	84	99,3%
Outros	11	14,6%	15	9,6%	1	0,7%
Total	72	100,0%	162	100,0%	85	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Abril de 2018.

Principais grupos de produtos importados pelo Brasil, 2017



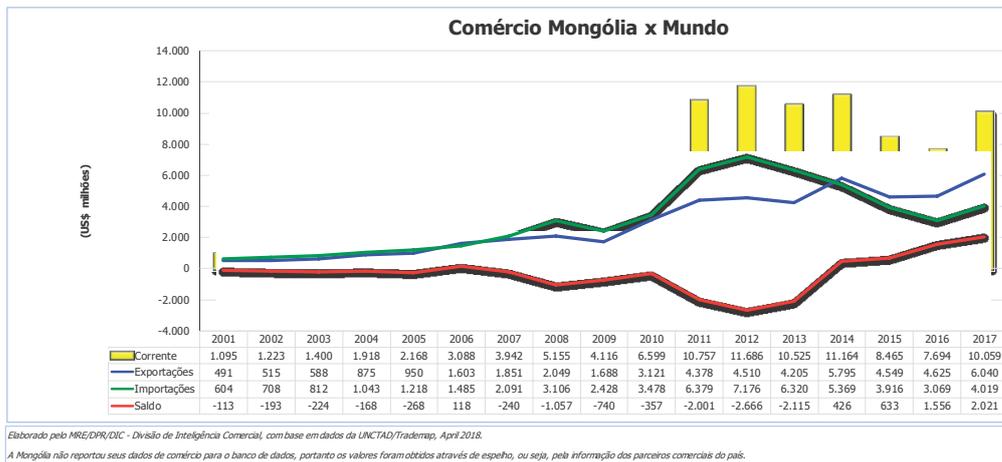
Composição do intercâmbio comercial (dados parciais)
US\$ mil

Grupos de produtos	2 0 1 7 (jan-mar)	Part. % no total	2 0 1 8 (jan-mar)	Part. % no total	Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil em 2018
Exportações					
Pneus novos de borracha	1.014	76,1%	513	55,2%	Pneus novos de borracha 55,2%
Tabaco manufaturado	48	3,6%	180	19,3%	Tabaco manufaturado 19,3%
Sucos de frutas	0	0,0%	99	10,7%	Sucos de frutas 10,7%
Produtos de confeitaria sem cacau	235	17,7%	71	7,7%	Produtos de confeitaria sem cacau 7,7%
Produtos de padaria, pastelaria ou da indústria de bolachas e biscoitos	0	0,0%	40	4,3%	Produtos de padaria, pastelaria ou da indústria de bolachas e biscoitos 4,3%
Máquinas para peneirar minérios	0	0,0%	22	2,4%	Máquinas para peneirar minérios 2,4%
Medicamentos em doses	0	0,0%	2	0,3%	Medicamentos em doses 0,3%
Preparações para higiene bucal ou dentária	0	0,0%	2	0,2%	Preparações para higiene bucal ou dentária 0,2%
Sais complexos de flúor	0	0,0%	0	0,0%	Sais complexos de flúor 0,0%
Consumo de bordo (exceto combustíveis e lubrificantes)	24	1,8%	0	0,0%	Consumo de bordo (exceto combustíveis e lubrificantes) 0,0%
Subtotal	1.321	99,2%	930	100,0%	
Outros	10	0,8%	0	0,0%	
Total	1.332	100,0%	930	100,0%	

Grupos de produtos	2 0 1 7 (jan-mar)	Part. % no total	2 0 1 8 (jan-mar)	Part. % no total	Principais grupos de produtos importados pelo Brasil em 2018
Importações					
Compostos de função carboxiamida	0	0,0%	21	44,2%	Compostos de função carboxiamida 44,2%
Compostos derivados de amoníacos	0	0,0%	14	29,7%	Compostos derivados de amoníacos 29,7%
Xales, écharpes, lenços de pescoço, cachecóis, mantilhas, véus	0	0,0%	12	25,0%	Xales, écharpes, lenços de pescoço, cachecóis, mantilhas, véus 25,0%
Plantas, sementes e frutos utilizados em perfumaria, medicina, inseticidas	0	0,0%	1	1,1%	Plantas, sementes e frutos utilizados em perfumaria, medicina, inseticidas 1,1%
Interruptores, comutadores, relés e semelhantes	1	100,0%	0	0,0%	Interruptores, comutadores, relés e semelhantes 0,0%
Subtotal	1	100,0%	48	100,0%	
Outros produtos	0	0,0%	0	0,0%	
Total	1	100,0%	48	100,0%	

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Abril de 2018.





Parte integrante do Aviso da MSF nº 39 de 2018.

Página 51 de 57

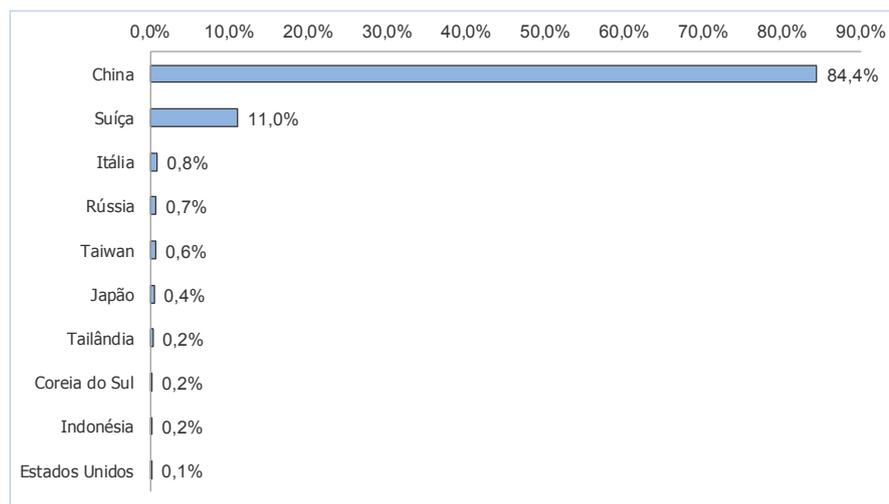


Principais destinos das exportações da Mongólia
US\$ milhões

Países	2 0 1 7	Part.% no total
China	5.097	84,4%
Suíça	666	11,0%
Itália	50	0,8%
Rússia	41	0,7%
Taiwan	38	0,6%
Japão	25	0,4%
Tailândia	14	0,2%
Coreia do Sul	10	0,2%
Indonésia	9	0,2%
Estados Unidos	9	0,1%
...		
Brasil (36º lugar)	0	0,0%
Subtotal	5.959	98,7%
Outros países	81	1,3%
Total	6.040	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/Trademap, Abril 2018.

A Mongólia não reportou seus dados de comércio para o banco de dados, portanto os valores foram obtidos através de espelho, ou seja, pela informação dos parceiros comerciais do país.

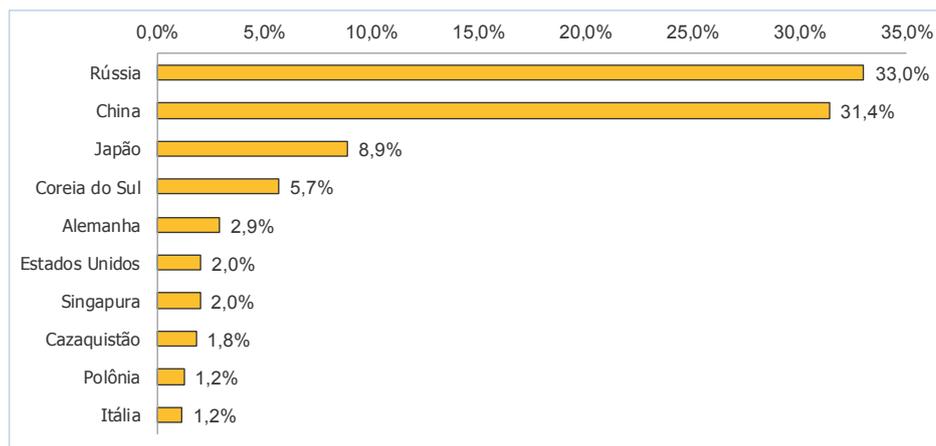


Principais origens das importações da Mongólia
US\$ milhões

Países	2 0 1 7	Part.% no total
Rússia	1.327	33,0%
China	1.261	31,4%
Japão	357	8,9%
Coreia do Sul	228	5,7%
Alemanha	117	2,9%
Estados Unidos	81	2,0%
Singapura	80	2,0%
Cazaquistão	72	1,8%
Polônia	50	1,2%
Itália	47	1,2%
...		
Brasil (33º lugar)	6	0,1%
Subtotal	3.626	90,2%
Outros países	393	9,8%
Total	4.019	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/Trademap, Abril 2018.

A Mongólia não reportou seus dados de comércio para o banco de dados, portanto os valores foram obtidos através de espelho, ou seja, pela informação dos parceiros comerciais do país.

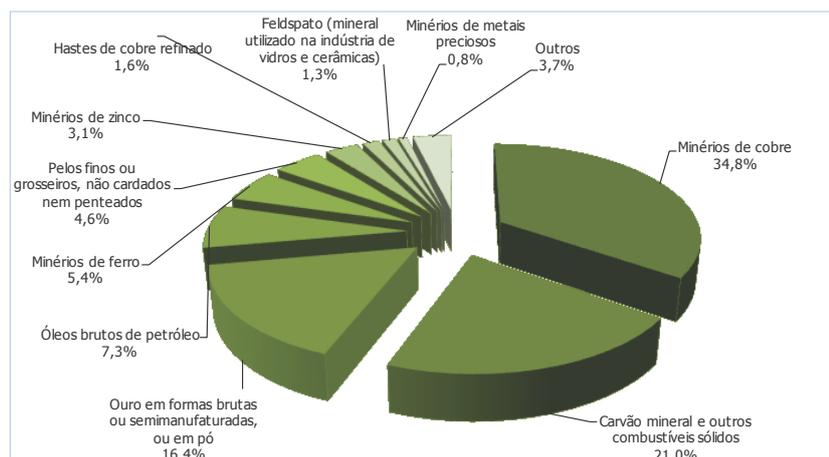


Composição das exportações da Mongólia (SH4)
US\$ milhões

Grupos de Produtos	2 0 1 6⁽¹⁾	Part.% no total
Minérios de cobre	1.608	34,8%
Carvão mineral e outros combustíveis sólidos	972	21,0%
Ouro em formas brutas ou semimanufaturadas, ou em pó	758	16,4%
Óleos brutos de petróleo	337	7,3%
Minérios de ferro	250	5,4%
Pelos finos ou grosseiros, não cardados nem penteados	212	4,6%
Minérios de zinco	145	3,1%
Hastes de cobre refinado	74	1,6%
Feldspato (mineral utilizado na indústria de vidros e cerâmicas)	59	1,3%
Minérios de metais preciosos	38	0,8%
Subtotal	4.454	96,3%
Outros	171	3,7%
Total	4.625	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/Trademap, Abril 2018.

(1) Última atualização disponível para composição das exportações do país.



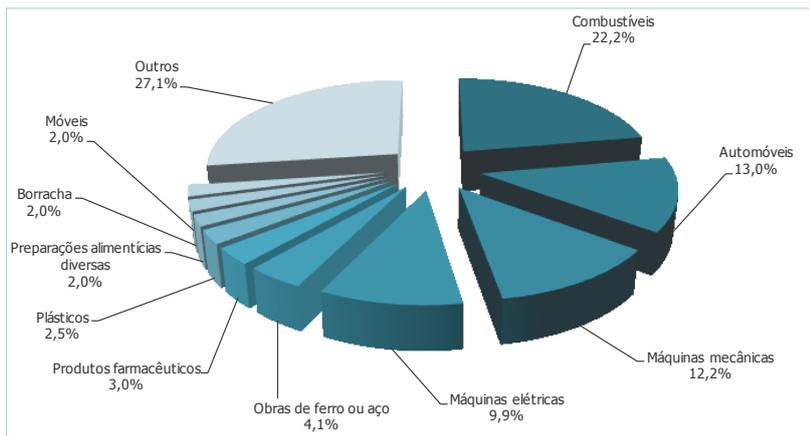
Composição das importações da Mongólia (SH2)
US\$ milhões

Grupos de produtos	2 0 1 6⁽¹⁾	Part.% no total
Combustíveis	681	22,2%
Automóveis	398	13,0%
Máquinas mecânicas	375	12,2%
Máquinas elétricas	305	9,9%
Obras de ferro ou aço	126	4,1%
Produtos farmacêuticos	91	3,0%
Plásticos	76	2,5%
Preparações alimentícias diversas	62	2,0%
Borracha	61	2,0%
Móveis	61	2,0%
Subtotal	2.236	72,9%
Outros	833	27,1%
Total	3.069	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/Trademap, Abril 2018.

(1) Última atualização disponível para composição das exportações do país.

10 principais grupos de produtos importados



Principais indicadores socioeconômicos da Mongólia

Indicador	2016	2017	2018 ⁽¹⁾	2019 ⁽¹⁾	2020 ⁽¹⁾
Crescimento real do PIB (%)	1,24%	5,15%	5,02%	6,32%	5,00%
PIB nominal (US\$ bilhões)	11,05	11,14	12,51	13,79	15,05
PIB nominal "per capita" (US\$)	3.667	3.640	4.029	4.374	4.704
PIB PPP (US\$ bilhões)	37,09	39,70	42,65	46,32	49,60
PIB PPP "per capita" (US\$)	12.307	12.979	13.734	14.698	15.504
População (milhões habitantes)	3,01	3,06	3,11	3,15	3,20
Desemprego (%)	7,95%	7,96%	7,96%	7,96%	7,96%
Inflação (%) ⁽²⁾	0,90%	7,23%	7,80%	6,86%	6,50%
Saldo em transações correntes (% do PIB)	-6,33%	-8,80%	-6,42%	-8,30%	-5,98%
Câmbio (Tg / US\$) ⁽²⁾	2,490	2,427	2,339	2,276	n.d.

Origem do PIB (2017 Estimativa)

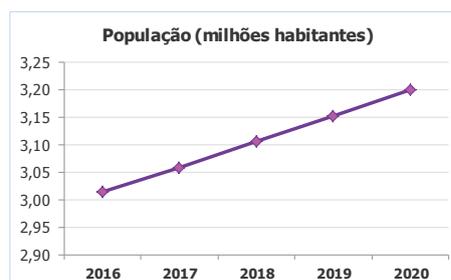
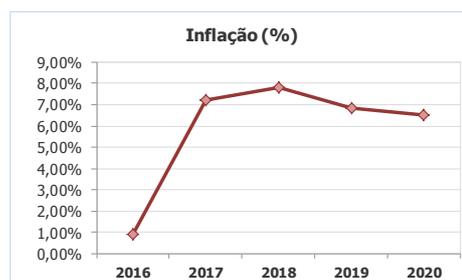
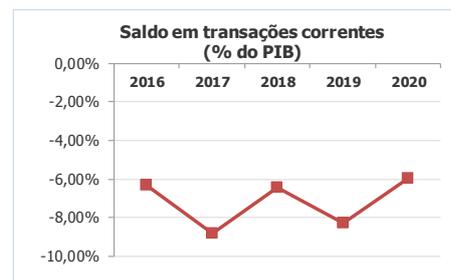
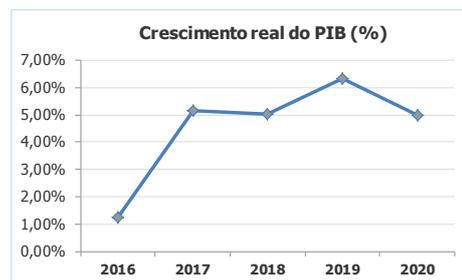
Agricultura	13,2%
Indústria	36,1%
Serviços	50,7%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base nos dados do IMF - World Economic Outlook Database, April 2018, da EIU, Economist Intelligence Unit, Country Report 1st Quarter 2018 e da Cia.gov.

(n.d.) Dado não disponível.

(1) Estimativas FMI e EIU.

(2) Média do período.



Aviso nº 240 - C. Civil.

Em 21 de maio de 2018.

A Sua Excelência o Senhor
Senador JOSÉ PIMENTEL
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem com a qual o Excelentíssimo Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor PAULO ESTIVALLET DE MESQUITA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Popular da China e, cumulativamente na Mongólia.

Atenciosamente,

ELISEU PADILHA
Ministro de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República





SENADO FEDERAL

MENSAGEM Nº 40, DE 2018

(nº 264/2018, na origem)

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com os arts. 39 e 41 da Lei nº 11.440, de 2006, a escolha do Senhor MANUEL ADALBERTO CARLOS MONTENEGRO LOPES DA CRUZ, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Azerbaijão.

AUTORIA: Presidência da República

DESPACHO: À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional



[Página da matéria](#)



Mensagem nº 264

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com art. 46 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor MANUEL ADALBERTO CARLOS MONTENEGRO LOPES DA CRUZ, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Azerbaijão.

Os méritos do Senhor Manuel Adalberto Carlos Montenegro Lopes da Cruz que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 21 de maio de 2018.



EM nº 00097/2018 MRE

Brasília, 15 de Maio de 2018

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

De acordo com o artigo 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39, combinado com o artigo 46, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência o nome de **MANUEL ADALBERTO CARLOS MONTENEGRO LOPES DA CRUZ**, ministro de segunda classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Azerbaijão.

2. Encaminho, anexos, informações sobre o país e *curriculum vitae* de **MANUEL ADALBERTO CARLOS MONTENEGRO LOPES DA CRUZ** para inclusão em Mensagem a ser apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Marcos Bezerra Abbott Galvão



I N F O R M A Ç Ã O C U R R I C U L U M V I T A E

MINISTRO DE SEGUNDA CLASSE MANUEL ADALBERTO CARLOS MONTENEGRO LOPES DA CRUZ

CPF.: 18573576120

ID.: 9315 MRE

1959 Filho de Adalberto Tércio Lopes da Cruz e Martha Montenegro Lopes da Cruz, nasce em 8 de fevereiro, em Cochabamba/Bolívia

Dados Acadêmicos:

1979 Bacharel em relações Internacionais, Universidade de Brasília
 1986/87 Curso de Preparação para a Carreira de Diplomata, Instituto Rio Branco
 Mestre em Relações Internacionais, Universidade de Brasília. Tese: " A política externa como instrumento da autonomia e do desenvolvimento nacionais: um estudo de caso do Tratado de Cooperação Amazônica"
 1989 Mestre em Ciência Política, The George Washington University, Washington, D.C.
 2006 Curso de Altos Estudos IRBR. Tese: " O Brasil e a Sociedade da Informação: a construção de uma estratégia para a Cúpula Mundial da Sociedade da Informação"

Cargos:

1986 CPCD - IRBr
 1987 Terceiro-secretário
 1994 Segundo-secretário
 2005 Primeiro-secretário
 2009 Conselheiro
 2016 Ministro de segunda classe

Funções:

1979/87 Editor, Editora Universidade de Brasília
 1984/85 Chefe de Editoração, editora Universidade de Brasília
 1988/89 Assistente do Chefe da Divisão de Informação Comercial, MRE
 1989/92 Assistente do Chefe da Divisão de Ciência e Tecnologia, MRE
 1993 Assessor do Chefe do Departamento de Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica, MRE
 1990/95 Secretário-Executivo da Rede de Informação Tecnológica Latino-Americana, RITLA
 1997/99 Assessor Especial de Assuntos Internacionais do Ministro, MCT
 1999/2003 Coordenador-Geral de Programas Especiais, Assessoria Internacional do MCT
 2003/2005 Subchefe da Divisão de Desarmamento e Tecnologias Sensíveis, MRE
 2005/2006 Coordenador-Geral de Bens Sensíveis, no exercício da Autoridade Nacional de Bens Sensíveis, MCT
 2014/2015 Coordenação-Geral de Combate aos Ilícitos Transnacionais, MRE
 2015/2017 Chefe da Divisão de Ciência e Tecnologia, MRE
 2017 Subchefe de Gabinete do Ministro de Estado das Relações Exteriores

Condecorações:

Ordem do Mérito da Defesa, Cavaleiro
 Medalha de Honra ao Mérito, Adidância da Defesa e Aeronáutica, Embaixada em La Paz
 Medalha de Honra ao Mérito, Adidância do exército, Embaixada em La Paz
 Medalha de Honra ao Mérito, Adidância Naval na Bolívia

Obras publicadas

1987 "Política externa brasileira: três autores em questão". Contexto Internacional . Rio de Janeiro: Instituto de Relações Internacionais da PUC
 1991 "Programa Paradigma: uma nova proposta de cooperação na América Latina e Caribe" (em co-autoria com Roberto Spolidoro e Carlos I.Z. Mammana). Boletim de Diplomacia Econômica 13 (1992). Brasília: Ministério das Relações Exteriores..
 1993 "A Rede de Informação Tecnológica Latino-Americana e os desafios de desenvolvimento tecnológico nos anos 90". Boletim de Diplomacia Econômica



- 2000 Política Externa e Cooperação Amazônica: a negociação do Tratado de Cooperação Amazônica". In: J. A. Guilhon de Albuquerque (Org.). 60 Anos de Política Externa Brasileira. Volume IV: "Prioridades, Atores e Políticas". São Paulo: USP-NUPRI
- 2013 "Securitización de aspectos societales en la Amazonía: aproximaciones desde Brasil y Bolivia". Col. Meira Mattos, set/dez 2013, v.7, n. 30, p.221-231 (co-autor: Sérgio R.R. Matos).
- 2013 "A temática da segurança sob o prisma das teorias de relações internacionais: um debate". (Co-autor: Matos, Sérgio). Revista da Escola de Guerra Naval, dezembro de 2013, volume 19 n. 2, p.411-434.

ALEXANDRE JOSÉ VIDAL PORTO
Diretor do Departamento do Serviço Exterior





MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

AZERBAIJÃO



INFORMAÇÃO OSTENSIVA Maio de 2018



DADOS BÁSICOS

NOME OFICIAL	República do Azerbaijão
GENTÍLICO	Azerbaijano
CAPITAL	Baku
ÁREA	86.600 km ²
POPULAÇÃO	9,6 milhões
LÍNGUA OFICIAL	Azeri (90,3%) Obs: línguas não oficiais: lezgui (2,2%); russo (1,8%); armênio (1,5%).
PRINCIPAIS RELIGIÕES	Muçulmanos (95%), cristãos ortodoxos russos (2,5%) e armênios (2,3%)
SISTEMA DE GOVERNO	República Presidencialista
PODER LEGISLATIVO	Unicameral, Assembleia Nacional (<i>Milli Mejlis</i>)
CHEFE DE ESTADO	Presidente Ilham Aliyev (desde 31/10/2003)
CHEFE DE GOVERNO	Primeiro-Ministro Novruz Mammadov (desde 23/04/2018)
CHANCELER	Elmar Mammadyarov (desde 07/04/2004)
PIB NOMINAL (2017)	US\$ 37,2 bilhões
PIB PPP (2017)	US\$ 166,8 bilhões
PIB “per capita” (BM 2017)	US\$ 3.876
PIB “per capita” PPP (2017)	US\$ 17.400
VARIAÇÃO DO PIB	-1% (2017); -3,1% (2016); 1,1% (2015)
IDH	0,751 (78ª posição entre 188 países)
EXPECTATIVA DE VIDA	72,5 anos
ÍNDICE DE ALFABETIZAÇÃO	99,8%
TAXA DE DESEMPREGO	5,3%
UNIDADE MONETÁRIA	Manat azerbaijano
EMBAIXADOR EM BRASÍLIA	Elkhan Polukhov
EMBAIXADOR EM BAKU	Santiago Fernández Alcázar
COMUNIDADE BRASILEIRA	Cerca de 100 pessoas, maioria esportistas

Comércio Bilateral - Fonte: MDIC (US\$ Milhões)

BRASIL → AZERBAIJÃO	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018 (abril)
<i>Intercâmbio</i>	28,7	17,0	22,2	47,1	34,4	151,0	26,8	26,1	11,2	71,2	3,5
<i>Exportações</i>	28,5	16,9	22,0	47,0	34,2	150,7	26,6	25,9	11,1	71,0	3,2
<i>Importações</i>	0,19	0,1	0,19	0,04	0,17	0,3	0,2	0,2	0,1	0,1	0,2
<i>Saldo</i>	28,3	16,8	21,8	47,0	34,0	150,4	26,4	25,7	10,9	70,9	2,9



APRESENTAÇÃO

O Azerbaijão comemora em 28 de maio de 2018 o centenário da criação da República Democrática do Azerbaijão.

Com uma área de 86.600 km², a República do Azerbaijão tem o tamanho aproximado de Portugal e localiza-se na região transcaucasiana da Ásia Ocidental (a sudeste das Montanhas do Cáucaso), limitando-se no norte com a Rússia, a noroeste com a Geórgia, a leste com o Mar Cáspio, ao sul com o Irã e a oeste com a Armênia. É parte do Azerbaijão o enclave de Nakhchevan, entre o Irã e a Armênia, com pequena fronteira com a Turquia.

O Azerbaijão conta com amplos recursos energéticos na Bacia do Cáspio, onde o petróleo vem sendo explorado desde o final do século XIX. Desde a independência, o país abriu o setor às companhias petrolíferas estrangeiras por meio de acordos de compartilhamento de produção (PSAs) com a companhia estatal SOCAR, de modo a desenvolver a prospecção e a exploração “off-shore” em águas profundas, tendo sido encontrados ao menos dois campos de grande porte, o Azeri-Chirag-Guneshli (petróleo), bem como o Shah Deniz (gás).

A população é estimada em 9,6 milhões de habitantes. Possui o país grande número de refugiados (estimados em 800 mil), tanto internos, em decorrência do conflito na região do Nagorno-Karabakh, quanto os provenientes da comunidade azerbaijana que vivia na Armênia.

A religião predominante é o islã, sendo que, formalmente, dois terços da população são xiitas e os demais, sunitas. Entre as minorias étnicas – eslava, armênia e georgiana – pratica-se também o cristianismo russo ortodoxo (2,5%) e o armênio ortodoxo (2,3%). Apesar da grande maioria muçulmana, o país tem orgulho em apresentar-se como secular.

A área ocupada pelo Azerbaijão foi dominada, no século VII a.C. pelos medos (tribo que na Antiguidade ocupou parte do território do Irã), tornando-se posteriormente parte do Império Persa. No século VII, a região foi conquistada pelos árabes, que introduziram a cultura islâmica. Tribos turcas controlaram a região nos séculos XI e XII, mas o domínio persa foi restaurado no século XVI. Os Tratados de 1813 e de 1828 cederam à Rússia a região que constitui hoje o Azerbaijão. Com a Revolução Russa em 1918, o Azerbaijão tornou-se nação independente. Em 1920, com a proclamação da República Socialista Soviética, os atuais estados do Azerbaijão, Geórgia e Armênia uniram-se e formaram a República Socialista Federativa Soviética Transcaucasiana. Dissolvida a associação em 1936, o Azerbaijão tornou-se parte constitutiva da União Soviética. O Azerbaijão permaneceu na União Soviética até o colapso do comunismo em 1991, quando declarou independência. Imediatamente após a independência, irrompeu conflito com a Armênia, em razão da região autônoma (durante o regime soviético) de Nagorno-Karabakh, enclave habitado por maioria étnica armênia dentro do território azerbaijano. A Armênia ocupou militarmente Nagorno-Karabakh e outros sete distritos adjacentes, criando extensa zona-tampão com o Azerbaijão. O país ingressou na Organização das Nações Unidas em 1992.



PERFIS BIOGRÁFICOS



Ilham Aliyev, presidente: Nasceu em 24/12/1961, em Baku. Filho do ex-presidente Heydar Aliyev, sucedeu-o no poder. Formou-se em Relações Internacionais na Universidade Estatal de Moscou (MGIMO) em 1982. É PhD em História e Ciência Política também pela MGIMO. Entre 1994 e 2003 foi vice-presidente da “State Oil Company of the Republic of Azerbaijan” (SOCAR), estatal que controla a exploração de petróleo no país. Em 1995 foi eleito para o parlamento e, em 1999, nomeado presidente adjunto do Partido do Novo Azerbaijão (YAP). Em 2003, foi nomeado primeiro-ministro e, posteriormente, eleito presidente da República, com 76% dos votos válidos, em eleição realizada após a morte do pai. Reeleito em 2008, 2013 e 2018.



Novruz Mammadov, primeiro-ministro: Nasceu em 15/03/1947 em Nakhchivan. Atuou como intérprete na Argélia (1967-1968), Guiné (1971-1973) e novamente na Argélia (1978-1981). De 1992 a 1993, foi reitor da faculdade preparatória do Instituto Pedagógico de Línguas Estrangeiras do Azerbaijão (APFLI). Entre 1995 a 1997, foi intérprete da Presidência da República. De 1997 a 2018, foi chefe do Departamento de Relações Exteriores da Administração do presidente da República do Azerbaijão. De 2003 a 2018, foi o presidente do Departamento de Lexicologia e Metodologia da Língua Francesa na Universidade de Idiomas Estrangeiros do Azerbaijão. Em 21 de abril de 2018, foi nomeado primeiro-ministro do Azerbaijão.



RELAÇÕES BILATERAIS

Brasil e Azerbaijão comemoram, em 2018, 25 anos do estabelecimento de relações diplomáticas. Os dois países estabeleceram relações a 21 de outubro de 1993, no auge do conflito de Nagorno-Karabakh. O Brasil, naquele contexto, cumpria mandato de membro não permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas e votou pela adoção das quatro resoluções (aprovadas por unanimidade) que levaram as duas partes a um cessar-fogo. A posição brasileira é recordada, com gratidão, pelos azerbaijanos.

Em 1995, à margem da Assembleia Geral das Nações Unidas, o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso encontrou-se com o ex-presidente Haydar Aliyev. Em abril de 2006, o chanceler Elmar Mammadyarov visitou o Brasil e reuniu-se com os titulares das pastas das Relações Exteriores, Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e Minas e Energia. Na ocasião, foram assinados o Acordo sobre Consultas Políticas e o Acordo sobre Isenção Parcial de Vistos para Portadores de Passaportes Diplomáticos, Oficiais ou de Serviço.

As relações bilaterais ganharam impulso com a abertura recíproca de embaixadas. A Embaixada do Brasil em Baku foi instalada em maio de 2009. Em maio de 2012, chegou ao Brasil o primeiro embaixador residente azerbaijano no País.

Em fevereiro de 2013, o então ministro Antônio Patriota reuniu-se com Mammadyarov à margem da Cúpula de Segurança de Munique. O subsecretário-geral Hadil da Rocha Vianna, responsável pela área de promoção comercial do MRE, realizou exitosa missão comercial a Baku, em maio de 2013, com representantes de empresas dos setores de alimentação, infraestrutura e defesa. Ainda em 2013, o presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara, deputado Nelson Pellegrino (PT-BA), e o presidente da Comissão Parlamentar de Amizade Brasil-Azerbaijão, deputado Cláudio Cajado, visitaram Baku por ocasião do II Fórum Internacional de Diálogo Multicultural.

O então subsecretário-geral de Política I do Itamaraty, embaixador Carlos Paranhos, recebeu, em novembro de 2013, o vice-ministro dos Negócios Estrangeiros do Azerbaijão, Araz Azimov, para a realização da I Reunião de Consultas Políticas Brasil-Azerbaijão ao abrigo do Protocolo de Consultas Políticas.

O ministro da Juventude e dos Esportes do Azerbaijão, Azad Rahimov, visitou o Brasil em abril de 2014, ocasião em que manteve encontros com o então ministro dos Esportes Aldo Rebelo e com o presidente da Autoridade Pública Olímpica Márcio Fortes e assinou acordo de cooperação bilateral na área esportiva. O então ministro dos Esportes Aldo Rebelo reciprocou a visita de Rahimov em novembro de 2014. Também no mês de abril de 2014, o major-general Ramiz Najafov, chefe do Departamento de Cooperação Internacional do



Ministério da Defesa azerbaijano, visitou o Brasil, ocasião em que sugeriu que Brasil e Azerbaijão celebrem Acordo-Quadro de cooperação em defesa.

O subsecretário-geral de Assuntos Políticos Multilaterais, Europa e América do Norte (SGEAM) do Itamaraty, embaixador Fernando Simas Magalhães, realizou visita oficial a Baku em abril de 2016 para participar, como chefe da delegação brasileira, do VII Fórum Global da Aliança das Civilizações. Na ocasião, manteve reuniões de trabalho no Ministério dos Negócios Estrangeiros com os vices-ministros Khalaf Khalafov e Araz Azimov para tratar do relacionamento bilateral.

Em fins de outubro de 2016, o presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia, e os deputados federais José Carlos Aleluia (DEM-BA), Heráclito Fortes (PSB-PI), Rogério Rosso (PSD-DF) e Rubens Bueno (PPS-PA) realizaram visita oficial ao Azerbaijão.

Finalmente, em 14-15 de novembro último, o ministro das Relações Exteriores, Aloysio Nunes Ferreira, realizou visita oficial a Baku. A visita revestiu-se de caráter histórico por ser a primeira de um chanceler brasileiro ao país e à região do Cáucaso. Na ocasião, encontrou-se com o presidente Ilham Aliyev, com o ministro dos Negócios Estrangeiros, Elmar Mammadyarov, e com o ministro da Economia, Shahin Mustafayev. Foi assinado Memorando de Entendimento entre o Instituto Rio Branco e a Universidade ADA sobre Cooperação Mútua para o Treinamento de Diplomatas.

Perfil do Comércio Bilateral

Em 2017, a corrente de comércio bilateral somou US\$ 71,2 milhões, e foi composta, em sua quase totalidade, de exportações brasileiras, no valor de US\$ 71,0 milhões. O crescimento vertiginoso em relação a 2016, quando as exportações alcançaram US\$ 11,1 milhões, foi impulsionado pela venda brasileira de aeronaves Embraer, que equivaleram a cerca de US\$ 60 milhões. O Azerbaijão anunciou a compra de oito aviões E-190, um dos quais já entregue, perfazendo transação estimada em US\$ 400 milhões. O pequeno montante exportado pelo Azerbaijão ao Brasil correspondeu a produtos químicos envolvendo mistura de ácidos.



POLÍTICA INTERNA

O presidente Heydar Aliyev, ex-membro da KGB e próximo a Yuri Andropov, dominou a vida política azerbaijana nos anos 1970 e 1980 e voltou a governar o país após a "débâcle" que se seguiu à guerra do Nagorno-Karabakh. Ao longo de dez anos, construiu um regime verticalizado que não foi alterado, em sua essência, pelo seu filho e atual presidente, que exerce controle sobre as estruturas políticas e sociais do país.

O presidente Ilham Aliyev ocupa o cargo desde fins de 2003, quando substituiu seu pai, falecido em dezembro do mesmo ano. Foi reeleito em 2008, 2013 e 2018.

Na última eleição, em abril último, o presidente Aliyev assegurou sua terceira reeleição e seguirá no comando do Azerbaijão pelos próximos sete anos. Segundo informações oficiais, 3,9 milhões de eleitores, de um total de 5,3 milhões, compareceram às urnas, indicando índice de abstenção de pouco mais de 25%, conforme já se previa nas pesquisas eleitorais.

O presidente Aliyev obteve 86% dos votos, com o restante distribuído entre outros sete candidatos. Nos três pleitos anteriores, Aliyev conseguiu 76,7% (2003), 89% (2008, ano em que houve boicote da oposição) e 84,7% (2013). O resultado final está um pouco acima do que estimaram os institutos locais de pesquisa, que divulgaram amplamente nos dias anteriores vitória do atual presidente por cerca de 83% dos votos.

A Assembleia Nacional (*Milli Mejlis*) é constituída de 125 deputados, eleitos por voto direto. A maioria dos assentos é ocupada pelo Partido do Novo Azerbaijão, do presidente Ilham Aliyev. Referendo realizado em setembro de 2016 promoveu mudanças constitucionais para fortalecer o poder do presidente da República.



POLÍTICA EXTERNA

Desde sua independência (1991), o principal tema de política externa azerbaijana é a questão de Nagorno-Karabakh, assim como a reincorporação das áreas adjacentes àquele território. O Azerbaijão tem dedicado grande prioridade às relações com a Turquia, como complementar aos vínculos estreitos que mantém com Moscou, aliado de primeira ordem da Armênia. A opção turca reflete também o reconhecimento ao apoio de Ancara no encaminhamento da questão de Nagorno-Karabakh.

Outro aspecto central da política exterior azerbaijana refere-se aos recursos energéticos do país – fator que levou o especialista em geopolítica Zbigniew Brzezinski a classificar o país como "pivô" na Eurásia, em seu livro "The Grand Chessboard". Baku, nesse contexto, equilibra-se entre a órbita russa e a europeia. O Ocidente incentiva o governo azerbaijano a participar de projetos energéticos que visam a transportar petróleo e gás para a Europa Ocidental, via Geórgia e Turquia, contornando o território russo.

Digno de destaque é o aumento expressivo dos gastos azerbaijanos com a defesa nacional. O reequipamento das Forças Armadas e uma retórica mais assertiva de Baku têm causado preocupação na Armênia. O novo contexto regional, que parece caracterizar-se por uma aliança entre Rússia, Irã e Turquia, em um novo eixo de poder é, do ponto de vista da política externa azerbaijana, dos mais favoráveis.

Nação de língua túrquica e que, embora de maioria xiita, tem na Turquia sunita seu principal "aliado estratégico", o Azerbaijão é, simultaneamente, herdeiro plurissecular da civilização e da cultura persa, preservando, por tal motivo, sinergias históricas com o grande vizinho iraniano, igualmente xiita. O país mantém vínculos extremamente estreitos e incontornáveis, como herança da extinta União Soviética e, antes do Império czarista, com a Federação da Rússia.

Baku sempre buscou manter, simultânea e concomitantemente, as melhores e mais distendidas relações com o Ocidente (Estados Unidos e União Europeia), resultado de sua política externa ostensivamente multifacetada e não alinhada.

Nos últimos anos, o Azerbaijão busca apresentar-se como nação multiétnica, laica, próspera e confiável. Realiza importante esforço para a atração de grandes eventos esportivos, culturais e políticos multilaterais, a fim de promover o país.

O Azerbaijão lançou a candidatura de Baku como sede para a Exposição Mundial de 2025 (EXPO 2025).

Questão de Nagorno-Karabakh

A região de Nagorno-Karabakh tem cerca de 8.200 km² e uma população de aproximadamente 140 mil habitantes. Desde o início do século XX, a região, com população



majoritariamente armênia, é disputada pela Armênia e por etnias que vieram a compor o moderno Estado do Azerbaijão. Com a eclosão da revolução Bolchevique e a posterior consolidação da União Soviética, Josef Stalin, à época Comissário soviético para as Nacionalidades, decidiu, em 1923, manter o território como parte da República Socialista Soviética (RSS) do Azerbaijão, com o status de região autônoma. Em 1945, 1965 e 1977, houve petições para que Nagorno-Karabakh fosse anexado à RSS da Armênia, sem sucesso. Com o advento da “perestroika”, o território de Nagorno-Karabakh transformou-se na primeira região dissidente da União Soviética. Com a dissolução da URSS e o vácuo de poder que se seguiu, em dezembro de 1991 – após, portanto, a independência tanto do Azerbaijão quanto da Armênia -, em um referendo boicotado pelos azerbaijanos locais, os armênios de Nagorno-Karabakh aprovaram a criação de um Estado independente. O conflito que se seguiu, que opôs forças azerbaijanas aos armênios de Nagorno-Karabakh, gerou, segundo números do Azerbaijão, cerca de 30 mil mortos dos dois lados e mais de um milhão de refugiados de etnia azerbaijana, deslocados da Armênia, da própria região de Nagorno-Karabakh e de sete distritos adjacentes a Karabakh. Desde a guerra, a região está sob controle de tropas de etnia armênia. Os armênios étnicos ocupam, além do Karabakh propriamente dito, sete distritos azerbaijanos adjacentes.

Entre as dificuldades associadas ao conflito estão: a ação dos franco-atiradores de ambos os lados na chamada linha de contato de Nagorno-Karabakh; o pleito do Azerbaijão de ver reconhecido episódio de genocídio na localidade de Khojaly (Stepanakert para os armênios, em designação à capital do enclave de Nagorno-Karabakh) a oposição azerbaijana à abertura do aeroporto de Khojaly/Stepanakert; e o caso Ramil Safarov.

Desde 1992, negociações de paz tem sido conduzidas no âmbito da Organização para a Segurança e Cooperação na Europa (OSCE), pelo Grupo de Minsk, sob a co-presidência dos EUA, Rússia e França. Os principais elementos do processo de negociação de paz estão consubstanciados nos quatro princípios da Ata Final de Helsinque (não uso ou ameaça do uso da força; integridade territorial; autodeterminação dos povos; e igualdade de direitos) e nos seis elementos constantes da Declaração de l’Aquila (devolução dos distritos adjacentes a Nagorno-Karabakh ao controle do Azerbaijão; status interino de Nagorno-Karabakh com garantias de segurança e autogoverno; corredor de ligação entre Nagorno-Karabakh e a Armênia; direito dos refugiados e deslocados internos de regressar a seus locais de residência; e determinação final do status legal de Nagorno-Karabakh por meio de um plebiscito com resultados vinculantes). Todos esses aspectos, por sua vez, estão incorporados nos chamados “Princípios de Madri” de 2007. Armênia e Azerbaijão discordam, no entanto, quanto à sequencialidade, ou à ordem em que devem ser implementados. A Rússia mediu cessar-fogo, assinado em 1994, pelas partes, que, no entanto, jamais assinaram tratado de paz.

Os constantes incidentes na zona de contato entre os territórios ocupados e o Azerbaijão propriamente dito adquiriram contornos dramáticos em 2016, com a ocorrência



das piores conflagrações desde 1994. O lado armênio divulgou haver abatido um helicóptero e dois "drones" inimigos, bem como destruído dois tanques. O Azerbaijão alegou haver destruído seis tanques armênios. Os lados se acusam mutuamente pelo início das hostilidades. Pela primeira vez, desde o cessar-fogo de 1994, houve mudança da fronteira na linha de contato em favor do Azerbaijão. Após quatro dias de batalhas e 64 baixas estimadas entre militares e civis, as partes chegaram a um novo cessar fogo.

Os países que presidem o Grupo de Minsk (Rússia, Estados Unidos e França) conclamaram as partes à moderação e à manutenção do cessar fogo. A Turquia declarou solidariedade ao Azerbaijão, país do qual os turcos são bastante próximos. Como pano de fundo do conflito entre dois países pequenos do Cáucaso está a rivalidade histórica no Cáucaso Sul entre a Turquia (aliada do Azerbaijão) e a Rússia (aliada da Armênia e árbitro de última instância das conflagrações no espaço pós-soviético). Eventual escalada do conflito poderia levar a uma indesejada e perigosa intervenção, com grande potencial de desestabilização, das grandes potências regionais, cujo relacionamento está abalado pelos já conhecidos desencontros na Síria.

Posição do Brasil

O Brasil não reconhece a independência de Nagorno-Karabakh (nenhum país a reconhece, nem mesmo a Armênia), defende a solução pacífica do conflito por meio de negociações e apoia os esforços do Grupo de Minsk. Ademais, defende a plena implementação das quatro Resoluções do Conselho de Segurança das Nações Unidas de 1993 sobre Nagorno-Karabakh (822, 853, 874, 884).

Cabe a menção de que a Câmara Municipal de Franco da Rocha propôs lei para "declarar o município em apreço como Cidade Irmã da capital do território de Nagorno-Karabakh, Stepanakert" (chamada pelo Azerbaijão de Khankendi), o que ensejou seguidas gestões e protestos do embaixador do Azerbaijão junto ao Ministério das Relações Exteriores. O Itamaraty transmitiu missiva em que conclamou as autoridades locais a tornar sem efeito o referido ato normativo, que poderia acarretar prejuízo nas relações bilaterais com o Azerbaijão. Na oportunidade, reiterou-se os termos do artigo 21, Inciso I, da Constituição Federal da República, segundo o qual compete à União manter relações com os Estados estrangeiros.

Projetos de lei similares foram propostos, em 2015, nas Câmaras Municipais de São Paulo e de Guarulhos. Ambos os projetos, no entanto, foram retirados pelos autores (o de Guarulhos, em 2016, e o de São Paulo, em setembro de 2017), após gestões do MRE.

O governo brasileiro assinala que tais iniciativas não favorecem a construção de ambiente propício para a solução do conflito e poderiam ser interpretados como reprovação brasileira ao processo de paz estabelecido pela comunidade internacional. Poderiam, ademais,



serem vistos como contrários ao bom relacionamento diplomático entre o Brasil e o Azerbaijão.

ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

Desde o início das atividades, em novembro de 1997, o Azerbaijão extraiu 454 milhões de toneladas de petróleo do maior bloco de exploração, Azeri-Chirag-Gunashli, no mar Cáspio. Foram retirados também 144 bilhões de metros cúbicos de gás associado. Cerca de 57% da produção se converte em receita para o governo azerbaijano (soma de taxas e impostos sobre a atividade de empresas estrangeiras e extração direta da estatal SOCAR) -, ou US\$ 132 bilhões de um total de US\$ 230 bilhões. Os principais exploradores de petróleo na região do mar Cáspio azerbaijano são a britânica BP (30,4%), a SOCAR (25%), a norte-americana Chevron (9,6%), a japonesa INPEX (9,3%) e a norueguesa Statoil (7,3%).

Os hidrocarbonetos, a despeito de alegados esforços do governo azerbaijano para diversificar a economia, permanecem como principal fonte econômica do país, com o petróleo sendo ainda responsável por aproximadamente 90% das exportações do Azerbaijão, segundo dados do Banco Mundial. A queda acentuada dos preços internacionais do produto, a partir de 2014, fez com que o PIB do país, em dólares, caísse praticamente à metade daquele ano a 2017, refletindo a preeminência do petróleo na economia local. O início da produção de novos campos de gás natural no mar Cáspio e, em especial, do funcionamento de gasodutos ligando o Azerbaijão à Europa Ocidental (previsto para até meados de 2019), além do aumento dos preços do petróleo, são a maior esperança para a recuperação econômica do país.

Os outros setores da economia, inclusive o financeiro e bancário, seguem dependentes de investimentos estatais e aportes do fundo soberano, que contam com recursos oriundos basicamente da exploração dos hidrocarbonetos. Outra preocupação do governo é a inflação, apesar da queda do índice de 15% para 8% de 2016 para 2017. A desvalorização do *manat* contribuiu para o aumento dos preços, o que tem levado o Banco Central a promover leilões regulares de títulos públicos para reduzir a liquidez. Essa política monetária contracionista, por outro lado, dificulta o ambiente de negócios dentro do país e, conseqüentemente, a pretensa diversificação da economia.



CRONOLOGIA HISTÓRICA

1913 – Por tratado, a Pérsia cede à Rússia a região que hoje é o Azerbaijão.
1918 – Após a Revolução Russa, o Azerbaijão torna-se independente.
1920 – Com a proclamação da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, o Azerbaijão e outros países do Cáucaso formaram a República Socialista Federativa Soviética Transcaucasiana.
1936 – O Azerbaijão, como entidade autônoma, torna-se parte constitutiva da União Soviética.
1991 – Com o colapso da União Soviética, o país torna-se independente.
1991 – Guerra com a Armênia pela soberania sobre a região de Nagorno-Karabakh.
1992 – O Azerbaijão ingressa na Organização das Nações Unidas.
1994 – Cessar-fogo com a Armênia, sob mediação russa.
2003 – Assume o presidente Ilham Aliyev, filho do ex-presidente Heydar Aliyev.
2008 – Presidente Ilham Aliev é reeleito.
2009 – Referendo elimina limites para a reeleição presidencial.
2011 – O Azerbaijão assume assento não permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas para o mandato 2012-13.
2013 – Presidente Ilham Aliev é reeleito pela segunda vez.
2016 – Conflagrações em Nagorno-Karabakh mudam fronteira na linha de contato em favor do Azerbaijão.
2018 – Presidente Ilham Aliev é reeleito pela terceira vez.
2018 – O Azerbaijão comemora o centenário da criação da República Democrática do Azerbaijão (28 de maio).



CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

1993 – No dia 21 de outubro, o Brasil e o Azerbaijão estabeleceram relações diplomáticas.
1995 – Representante azerbaijano comparece à posse do Presidente Fernando Henrique Cardoso.
1997 – Ex-presidente do Conselho Supremo do Azerbaijão, Rasul Guliyev, visita o Brasil.
2006 – Ministro dos Negócios Estrangeiros do Azerbaijão, Elmar Mammadyarov, visita o Brasil.
2006 - Protocolo sobre Consultas Políticas entre o Ministério das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil e o Ministério dos Negócios Estrangeiros da República do Azerbaijão.
2009 – Brasil abre Embaixada residente em Baku.
2010 – Acordo, por troca de Notas, sobre a Isenção Parcial de Vistos para Portadores de Passaportes Diplomáticos, Oficiais ou de Serviço.
2012 – Azerbaijão abre Embaixada residente em Brasília.
2013 – Encontro entre o ministro das Relações Exteriores e o ministro dos Negócios Estrangeiros do Azerbaijão, Elmar Mammadyarov, à margem da 49ª Conferência Internacional de Segurança de Munique.
2013 – Visita do presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara, deputado Nelson Pellegrino (PT-BA), e o presidente da Comissão Parlamentar de Amizade Brasil-Azerbaijão a Baku, deputado Cláudio Cajado.
2013 - I Reunião de Consultas Políticas Brasil-Azerbaijão, em Brasília.
2013 – Missão comercial brasileira liderada pelo subsecretário-geral de Cooperação, Cultura e Promoção Comercial do Itamaraty.
2014 – Visita ao Brasil do ministro dos Esportes do Azerbaijão, Araz Rahimov. Visita do ministro dos Esportes, Aldo Rebelo, a Baku.
2016 – Visita do embaixador Fernando Simas Magalhães a Baku para encontro com o vice-ministro dos Negócios Estrangeiros, Araz Azimov.
14-15/11/2017 – Visita oficial a Baku do ministro das Relações Exteriores, Aloysio Nunes Ferreira, a primeira de um chanceler brasileiro ao país e à região do Cáucaso.

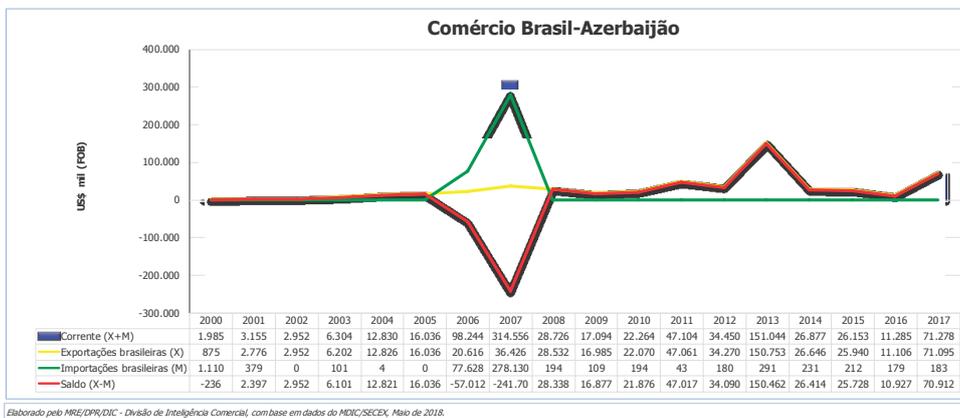


ACORDOS BILATERAIS

Título do Acordo	Data	Status da Tramitação
Memorando de Entendimento entre o Instituto Rio Branco do Ministério das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil e a ADA Universidade sob o Ministério dos Negócios Estrangeiros da República do Azerbaijão sobre Cooperação Mútua para o Treinamento de Diplomatas.	15/11/2017	Em Vigor
Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Azerbaijão sobre Cooperação na Área de Comércio e Investimentos	14/12/2016	Em Vigor
Acordo, por troca de Notas, sobre Isenção Parcial de Vistos para Portadores de Passaportes Diplomáticos, Oficiais ou de Serviço	04/04/2006	Em Vigor
Protocolo sobre Consultas Políticas entre o Ministério das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil e o Ministério dos Negócios Estrangeiros da República do Azerbaijão	04/04/2006	Em Vigor



DADOS ECONÔMICOS E COMERCIAIS



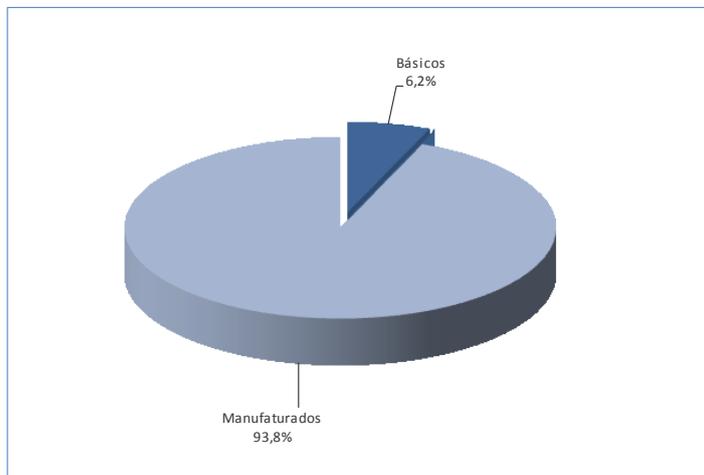
2017 / 2018	Exportações brasileiras	Importações brasileiras	Corrente de comércio	Saldo
2017 (jan-abr)	3.464	80	3.544	3.384
2018 (jan-abr)	3.148	295	3.443	2.854

Página 20 de 31 Parte integrante do Aviso da MSF nº 40 de 2018.

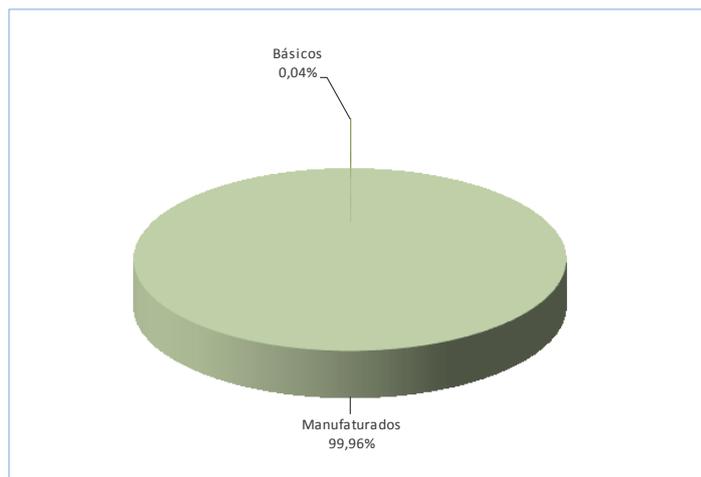


Exportações e importações brasileiras por fator agregado 2017

Exportações



Importações



Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX, Maio de 2018.

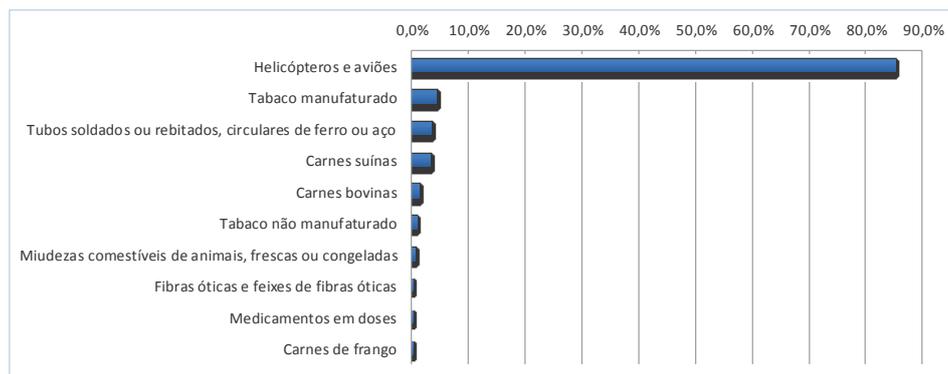


Composição das exportações brasileiras para o Azerbaijão (SH4)
US\$ mil

Grupos de produtos	2015		2016		2017	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Helicópteros e aviões	0	0,0%	0	0,0%	60.569	85,2%
Tabaco manufaturado	0	0,0%	0	0,0%	2.999	4,2%
Tubos soldados ou rebitados, circulares de ferro ou aço	0	0,0%	0	0,0%	2.402	3,4%
Carnes suínas	9.179	35,4%	4.965	44,7%	2.337	3,3%
Carnes bovinas	2.281	8,8%	358	3,2%	914	1,3%
Tabaco não manufaturado	506	2,0%	97	0,9%	523	0,7%
Miudezas comestíveis de animais, frescas ou congeladas	1.933	7,5%	1.363	12,3%	459	0,6%
Fibras óticas e feixes de fibras óticas	13	0,1%	156	1,4%	145	0,2%
Medicamentos em doses	215	0,8%	20	0,2%	121	0,2%
Carnes de frango	11.028	42,5%	3.466	31,2%	118	0,2%
Subtotal	25.155	97,0%	10.425	93,9%	70.587	99,3%
Outros	785	3,0%	680	6,1%	508	0,7%
Total	25.940	100,0%	11.106	100,0%	71.095	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Maio de 2018.

Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil, 2017

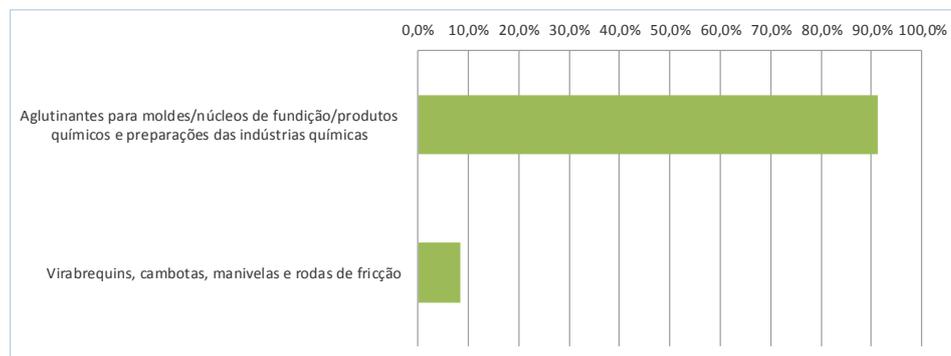


Composição das importações brasileiras originárias do Azerbaijão (SH4)
US\$ mil

Grupos de produtos	2015		2016		2017	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Aglutinantes para moldes/núcleos de fundição/produtos químicos e preparações das indústrias químicas	182	85,7%	179	100,0%	167	91,3%
Virabrequins, cambotas, manivelas e rodas de fricção	0	0,0%	0	0,0%	16	8,5%
Tecidos de fibras sintéticas, combinados com algodão	0	0,0%	0	0,0%	0	0,2%
Chapas, folhas, películas, tiras e lâminas, de plástico	28	13,4%	0	0,0%	0	0,0%
Subtotal	210	99,1%	179	100,0%	183	100,0%
Outros	2	0,9%	0	0,0%	0	0,0%
Total	212	100,0%	179	100,0%	183	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Maio de 2018.

Principais grupos de produtos importados pelo Brasil, 2017



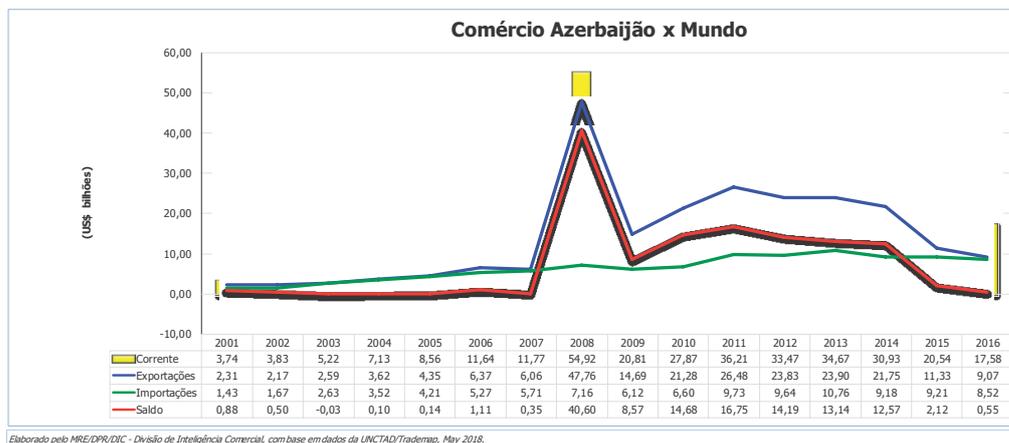
Composição do intercâmbio comercial (dados parciais)
US\$ mil

Grupos de produtos	2 0 1 7 (jan-abr)	Part. % no total	2 0 1 8 (jan-abr)	Part. % no total	Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil em 2018
Exportações					
Tabaco manufaturado	260	7,5%	1.871	59,4%	
Carnes suínas	1.975	57,0%	537	17,0%	
Carnes de frango	118	3,4%	232	7,4%	
Carnes e miudezas salgadas/salmoura, secas/defumadas	0	0,0%	112	3,6%	
Máquinas e aparelhos com função própria	0	0,0%	98	3,1%	
Tabaco não manufaturado	96	2,8%	97	3,1%	
Amendoins	0	0,0%	61	1,9%	
Fibras óticas e feixes de fibras óticas	46	1,3%	46	1,5%	
Subtotal	2.496	72,0%	3.054	97,0%	
Outros	968	28,0%	94	3,0%	
Total	3.464	100,0%	3.148	100,0%	

Grupos de produtos	2 0 1 7 (jan-abr)	Part. % no total	2 0 1 8 (jan-abr)	Part. % no total	Principais grupos de produtos importados pelo Brasil em 2018
Importações					
Aglutinantes para moldes/núcleos de fundição/produtos químicos e preparações das indústrias químicas	80	100,0%	190	64,6%	
Frutas de casca rija	0	0,0%	104	35,3%	
Subtotal	80	100,0%	294	99,9%	
Outros produtos	0	0,0%	0	0,1%	
Total	80	100,0%	295	100,0%	

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Alceweb, Maio de 2018.

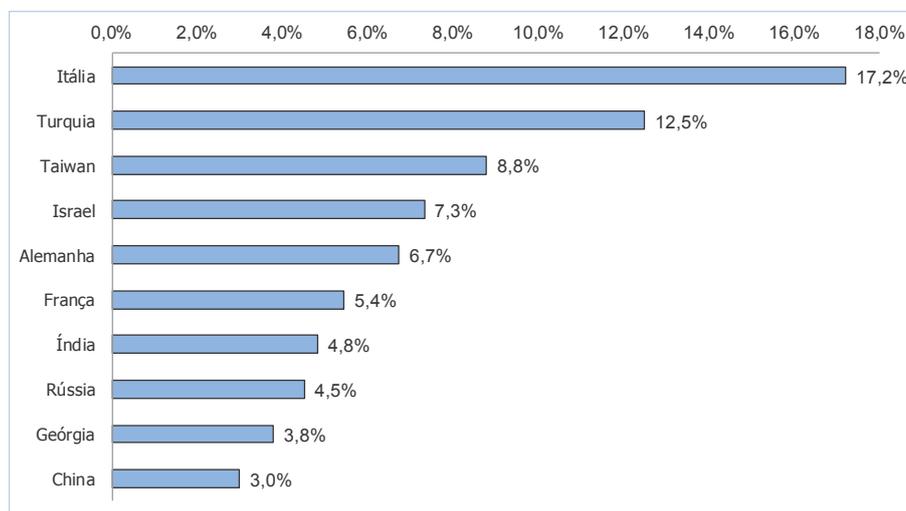




Principais destinos das exportações do Azerbaijão
US\$ milhões

Países	2 0 1 6	Part. % no total
Itália	1.560	17,2%
Turquia	1.133	12,5%
Taiwan	797	8,8%
Israel	664	7,3%
Alemanha	611	6,7%
França	494	5,4%
Índia	437	4,8%
Rússia	409	4,5%
Geórgia	343	3,8%
China	272	3,0%
...		
Brasil (48º lugar)	3	0,0%
Subtotal	6.723	74,1%
Outros países	2.344	25,9%
Total	9.067	100,0%

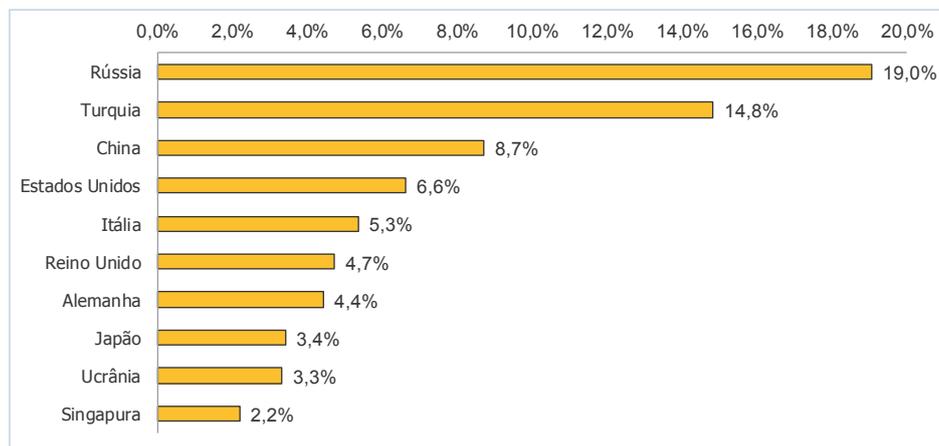
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/Trademap, May 2018.



Principais origens das importações do Azerbaijão
US\$ milhões

Países	2 0 1 6	Part.% no total
Rússia	1.622	19,0%
Turquia	1.263	14,8%
China	741	8,7%
Estados Unidos	564	6,6%
Itália	456	5,3%
Reino Unido	402	4,7%
Alemanha	377	4,4%
Japão	290	3,4%
Ucrânia	283	3,3%
Singapura	186	2,2%
...		
Brasil (12º lugar)	169	2,0%
Subtotal	6.351	74,6%
Outros países	2.164	25,4%
Total	8.516	100,0%

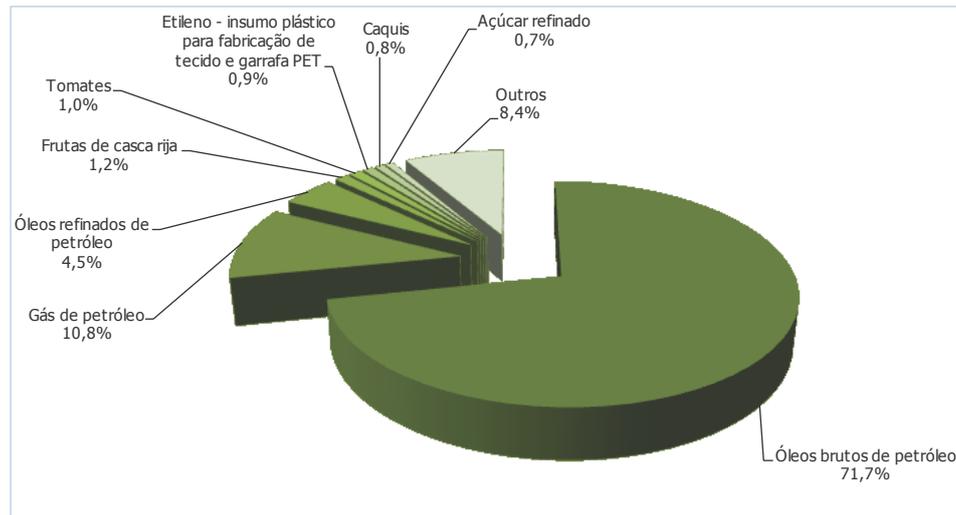
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/Trademap, May 2018.



Composição das exportações do Azerbaijão (SH4)
US\$ milhões

Grupos de Produtos	2 0 1 6	Part.% no total
Óleos brutos de petróleo	6.505	71,7%
Gás de petróleo	982	10,8%
Óleos refinados de petróleo	410	4,5%
Frutas de casca rija	105	1,2%
Tomates	94	1,0%
Etileno - insumo plástico para fabricação de tecido e garrafa PET	81	0,9%
Caquis	69	0,8%
Açúcar refinado	62	0,7%
Subtotal	8.307	91,6%
Outros	760	8,4%
Total	9.067	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/Trademap, May 2018.

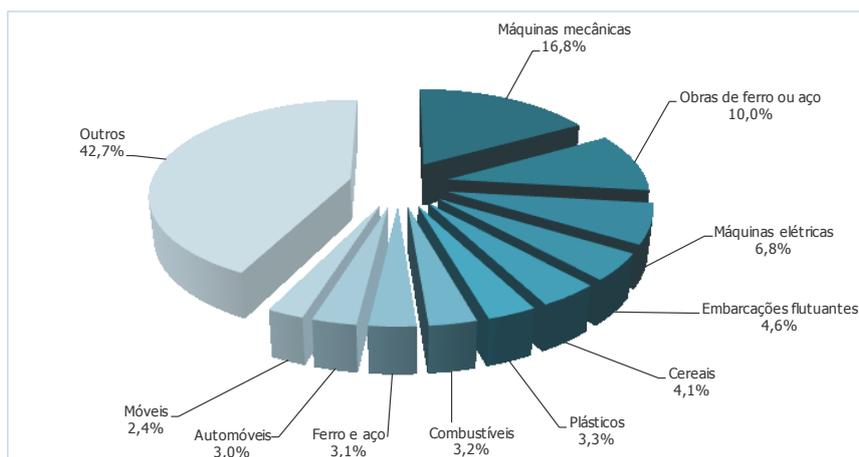


Composição das importações do Azerbaijão (SH2)
US\$ milhões

Grupos de produtos	2 0 1 6	Part.% no total
Máquinas mecânicas	1.435	16,8%
Obras de ferro ou aço	852	10,0%
Máquinas elétricas	579	6,8%
Embarcações flutuantes	388	4,6%
Cereais	345	4,1%
Plásticos	282	3,3%
Combustíveis	273	3,2%
Ferro e aço	266	3,1%
Automóveis	252	3,0%
Móveis	207	2,4%
Subtotal	4.880	57,3%
Outros	3.636	42,7%
Total	8.516	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/Trademap, May 2018.

10 principais grupos de produtos importados



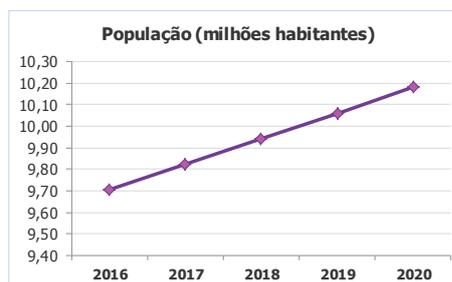
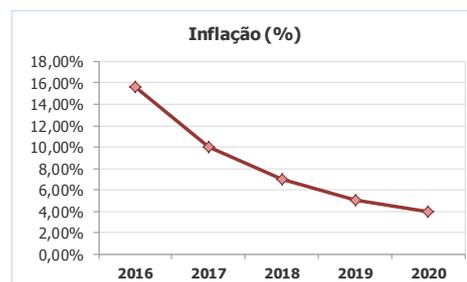
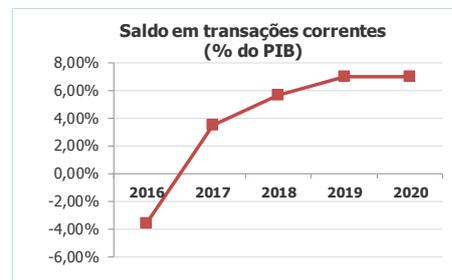
Principais indicadores socioeconômicos do Azerbaijão

Indicador	2016	2017	2018 ⁽¹⁾	2019 ⁽¹⁾	2020 ⁽¹⁾
Crescimento real do PIB (%)	-3,10%	0,07%	2,03%	3,86%	3,62%
PIB nominal (US\$ bilhões)	37,81	40,67	45,48	47,93	50,48
PIB nominal "per capita" (US\$)	3.896	4.141	4.576	4.764	4.959
PIB PPP (US\$ bilhões)	168,66	171,81	179,28	190,24	201,00
PIB PPP "per capita" (US\$)	17.378	17.492	18.036	18.912	19.745
População (milhões habitantes)	9,71	9,82	9,94	10,06	10,18
Desemprego (%)	5,04%	5,04%	5,02%	4,98%	4,95%
Inflação (%) ⁽²⁾	15,65%	10,00%	7,00%	5,00%	4,00%
Saldo em transações correntes (% do PIB)	-3,61%	3,47%	5,62%	6,96%	7,02%
Dívida externa (US\$ bilhões)	14,09	17,14	17,54	18,06	18,70
Câmbio (Manat / US\$) ⁽²⁾	1,77	1,70	1,72	1,64	1,64
Origem do PIB (2017 Estimativa)					
Agricultura	6,2%				
Indústria	49,1%				
Serviços	44,7%				

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base nos dados do IMF - World Economic Outlook Database, Abril 2018, da EIU, Economist Intelligence Unit, Country Report May 2018 e da Cia.gov.

(1) Estimativas FMI e EIU.

(2) Média de fim de período.



Aviso nº 241 - C. Civil.

Em 21 de maio de 2018.

A Sua Excelência o Senhor
Senador JOSÉ PIMENTEL
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual o Excelentíssimo Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor MANUEL ADALBERTO CARLOS MONTENEGRO LOPES DA CRUZ, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Azerbaijão.

Atenciosamente,

ELISEU PADILHA
Ministro de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República





SENADO FEDERAL

MENSAGEM Nº 41, DE 2018

(nº 265/2018, na origem)

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com os arts. 39 e 41 da Lei nº 11.440, de 2006, a escolha do Senhor TOVAR DA SILVA NUNES, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na Federação Russa e, cumulativamente, na República do Uzbequistão.

AUTORIA: Presidência da República

DOCUMENTOS:

- [Texto da mensagem](#)

DESPACHO: À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional



[Página da matéria](#)



Mensagem nº 265

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor TOVAR DA SILVA NUNES, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na Federação Russa e, cumulativamente na República do Uzbequistão.

Os méritos do Senhor Tovar da Silva Nunes que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 21 de maio de 2018.



EM nº 00100/2018 MRE

Brasília, 15 de Maio de 2018

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

De acordo com o art. 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39, combinado com o artigo 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência o nome de **TOVAR DA SILVA NUNES**, ministro de primeira classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na Federação Russa e, cumulativamente, na República do Uzbequistão.

2. Encaminho, anexos, informações sobre o país e *curriculum vitae* de **TOVAR DA SILVA NUNES** para inclusão em Mensagem a ser apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Marcos Bezerra Abbott Galvão



INFORMAÇÃO
CURRICULUM VITAE

MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE TOVAR DA SILVA NUNES

CPF.: 029.431.398-23

ID.: 8616 MRE

1959 Filho de Viriato da Silva Nunes e Hebe Maroni Nunes, nasce em 6 de fevereiro, em Birigüi/SP

Dados Acadêmicos

1981 International Relations, Comparative Foreign Policy e International Economics pela Harvard University/EUA
 1982 Direito pela Universidade de São Paulo
 1983 CPCD - IRBr
 1986 Ciclo Longo Completo, Ecole Nationale d'Administration/Paris (ENA)
 1992 CAD - IRBr
 1999 Mestrado em Economia Política Internacional pela London School of Economics and Political Science, Londres, Reino Unido
 2000 Especialização em Diplomacia Pública pelo Institut de Sciences Politiques, Paris/FR
 2004 CAE - IRBr, O Impacto da Trade Promotion Authority nas Negociações da ALCA, à Luz dos Interesses Comerciais Brasileiros

Cargos:

1984 Terceiro-secretário
 1988 Segundo-secretário
 1995 Primeiro-secretário, por merecimento
 2001 Conselheiro, por merecimento
 2005 Ministro de segunda classe, por merecimento
 2011 Ministro de primeira classe, por merecimento

Funções:

1985-86 Divisão das Nações Unidas, assistente
 1986-88 Divisão de Política Comercial, assistente
 1988-91 Missão Permanente em Genebra, Terceiro-Secretário e Segundo-Secretário
 1991-94 Embaixada em Quito, Segundo-Secretário
 1994-95 Divisão do Meio Ambiente, assistente
 1995 Presidência da República, Assessor Especial
 1995-97 Presidência da República, Chefe de Gabinete do Secretário de Comunicação Social
 1995 Conselho de Administração da Radiobrás, Presidente
 1997-2001 Embaixada em Londres, Primeiro-Secretário e Conselheiro
 2001-03 Ministério do Desenvolvimento, da Indústria e do Comércio Exterior, Chefe de Gabinete
 2003 Coordenação-Geral para as Negociações da ALCA, Chefe
 2003-06 Divisão da Área de Livre Comércio das Américas, Chefe
 2006-11 Embaixada em Berlim, Ministro-Conselheiro
 2011-13 Gabinete do Ministro de Estado, Assessor Especial
 2013-15 Gabinete do Ministro de Estado, Chefe do Gabinete
 2015 Embaixada em Nova Délhi, cumulativa com a Embaixada junto ao Reino do Butão, Embaixado

ALEXANDRE JOSÉ VIDAL PORTO
Diretor do Departamento do Serviço Exterior





MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

RÚSSIA



INFORMAÇÃO OSTENSIVA Maio de 2018



DADOS BÁSICOS

NOME OFICIAL	Federação da Rússia
GENTÍLICO	Russo, Russa
CAPITAL	Moscou
ÁREA	17.098.242 km ²
POPULAÇÃO	143,1 milhões de habitantes
LÍNGUA OFICIAL	Russo (oficial) e outras 27 línguas cooficiais
PRINCIPAIS RELIGIÕES	Cristãos ortodoxos (63%); ateus (16%); cristãos não praticantes (12%); muçulmanos (6%); outros (1%)
SISTEMA DE GOVERNO	República Federativa semipresidencialista
PODER LEGISLATIVO	Bicameral; Assembleia Federal: Duma de Estado (450 membros) [Câmara Baixa] e Conselho da Federação (166 membros) [Câmara Alta]
CHEFE DE ESTADO	Presidente Vladimir Vladimirovich Putin (desde 2012)
CHEFE DE GOVERNO	Primeiro-ministro Dmitri Anatolyevich Medvedev (desde 2012)
CHANCELER	Sergey Lavrov (desde 2004)
PIB NOMINAL (2017)	US\$ 1,469 trilhão
PIB (PARIDADE DE PODER DE COMPRA – PPP) (2017)	US\$ 4 trilhões
PIB PER CAPITA (2016)	US\$ 8.748,36
PIB PPP PER CAPITA (2017)	US\$ 27.900
VARIAÇÃO DO PIB	1,8% (2017); -0,2% (2016), -3,8% (2015.), 0,6% (2014), 1,3% (2013), 3,4% (2012)
ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO (IDH)	0.798 - 50.º lugar (PNUD)
EXPECTATIVA DE VIDA	70,1 anos (PNUD)
ALFABETIZAÇÃO	99,7% (UNESCO)
ÍNDICE DE DESEMPREGO	5,3%
UNIDADE MONETÁRIA	Rublo
EMBAIXADOR EM BRASÍLIA	Serguey Akopov
COMUNIDADE BRASILEIRA	800 (estimado)

INTERCÂMBIO BILATERAL (US\$ milhões FOB)

BRASIL - RÚSSIA	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018 (abril)
Intercâmbio	5.451	7.985	4.280	6.062	7.160	5.931	5.650	6.769	4.685	4.320	5.381	1.477
Exportações	3.741	4.653	2.868	4.152	4.216	3.140	2.974	3.829	2.464	2.300	2.736	564
Importações	1.710	3.332	1.412	1.910	2.944	2.790	2.676	2.940	2.221	2.021	2.644	912
<i>Saldo</i>	2.031	1.321	1.456	2.241	1.272	350	298	888	243	279	91	-347



APRESENTAÇÃO

A Rússia é o maior país em extensão territorial, com 17.075.200 km². Seu território estende-se através de toda a área nordeste da Ásia e da Europa até o Mar de Bering.

O Império Russo nasceu a partir das vitórias do Principado de Moscou contra os mongóis. Ivan, o Terrível (reinou de 1547 a 1584), primeiro governante a adotar o título de czar, impulsionou a unificação dos Eslavos do Leste – presentemente Ucrânia, Belarus e regiões do rio Volga –, e gradualmente expandiu seus domínios através da Ásia. Pedro, o Grande (reino: 1682-1725), redirecionou a política russa em direção ao Ocidente, anexou a região do Báltico, fundou São Petersburgo e introduziu o ensino obrigatório para os filhos da nobreza, mas impôs um regime de servidão, que foi finalmente abolido em 1861. Catarina, a Grande (reino: 1762-1796), depôs seu marido, Pedro III, expandiu a frota russa do Mar Negro, obtendo segundas vitórias sobre o combalido Império Otomano, e cultivou o Iluminismo na corte, ao mesmo tempo em que esmagava revolta contra a servidão, liderada por Pugachov, em 1773. Sob o domínio dos czares, entres os séculos XVII e XIX, o Império Russo tornou-se importante potência europeia, tendo sido capaz de derrotar as forças de Napoleão. Uma tentativa de modernização do país (Alexandre II, 1855 a 1881) foi seguida de uma reação conservadora (Alexandre III, 1881 a 1894) e malsucedida economicamente, que contribuiu para solapar as bases do regime. O czarismo, contudo, só seria derrubado pelas revoluções de 1917, a segunda das quais culminaria no estabelecimento da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas.

O ano de 1905 é considerado o prólogo da Revolução Russa, após a derrota da Rússia czarista contra o Japão. A derrota abalou a popularidade do czar Nicolau II, e a revolta interna que se seguiu serviria de precedente para a revolução de 1917. Um parlamento, a Duma, foi estabelecido em 1906, porém a agitação política e social continuou e foi agravada, durante a Primeira Guerra Mundial, pelas derrotas militares e pela escassez de alimentos. Dá-se o nome de Revolução Russa ao conjunto de duas revoluções que levaram à derrocada do regime czarista na Rússia e, em seguida, à instalação de um regime comunista. Nicolau II foi forçado a abdicar em março de 1917, sendo instaurada então uma república cuja estrutura de poder desde cedo se dividiu entre um parlamento convencional e sovietes (conselhos) populares, que não se reconheciam mutuamente. As tensões assim geradas desembocaram na Revolução de Outubro de 1917.

A Revolução Russa foi seguida por período de guerra civil, ao final da qual se consolidou o domínio comunista liderado pelos bolcheviques de Lênin. A então União Soviética era integrada ainda pela Ucrânia, Belarus e três repúblicas do Cáucaso.

Joseph Stálin tomou o poder em 1927, tornando-se Secretário-Geral do Partido Comunista. Stálin rejeitou o “capitalismo de estado” da NEP (Nova Economia Política) de Lênin. A partir de 1928, forçou a industrialização do país e



a “coletivização” da agricultura, que levou a deterioração da situação social. Também ocorreu aumento da repressão política, especialmente no período de 1934 a 1937.

Apesar do Pacto de Não-Agressão (“Molotov-Ribentrop”) assinado em agosto de 1939, a Alemanha nazista atacou a URSS, que havia se transformado em potência industrial e logrou se impor no conflito, mas ao custo de um imenso sacrifício (segundo alguns cálculos, morreram até 27 milhões de cidadãos soviéticos). A expansão iniciada antes e continuada durante a Segunda Guerra Mundial resultou na criação de quinze repúblicas alinhadas com Moscou. Assim, Letônia, Lituânia, Estônia e Moldóvia foram incorporadas ao país soviético. O Transcaucaso foi subdividido em Armênia, Geórgia, Azerbaijão, e Repúblicas Casaque e Quirguiz. Stálin logrou ainda que o Ocidente reconhecesse uma ampla zona de influência soviética na Europa do Leste, onde Moscou instalou regimes títeres.

Com o fim da Segunda Guerra Mundial, a vitoriosa União Soviética emergiu como uma das duas superpotências mundiais, dando início quase imediatamente à rivalidade com os EUA. O bloqueio de Berlim oriental (1948-49) e a detonação de um artefato nuclear em agosto de 1949, provocaram a escalada da Guerra Fria.

A morte de Stálin, em 1953, desencadeou uma acirrada disputa pelo poder. Venceu Nikita Krushev (Secretário-Geral do Partido Comunista da União Soviética – PCUS, de 1953-64), identificado com a burocracia dirigente do PCUS. Sob essa nova liderança, a União Soviética passou por um processo de liberalização do regime. Internamente, Krushev deu início a um processo de abertura que recebeu os nomes de “degelo” e “desestalinização”. Contudo, foi também partidário da construção do muro de Berlim (1961). As relações com a China deterioraram-se, devido a divergências ideológicas e à distensão com o Ocidente. A crise dos mísseis de Cuba (1962) levou as superpotências à beira do confronto nuclear. Em 1964, Krushev foi afastado do poder e sucedido por Brezhnev (1964-1982).

Em meados da década de 1980, Mikhail Gorbatchov concebeu as chamadas “glasnost” (abertura) e “perestroika” (reestruturação). E por meio de encontros de cúpula EUA-URSS, promoveu o fim da Guerra Fria e a redução dos armamentos nucleares de ambos os países. A “perestroika” foi planejada para introduzir um novo dinamismo na economia soviética. A “glasnost” libertou dissidentes políticos e permitiu maior liberdade de imprensa. Gorbatchov enfrentou, no entanto, grandes resistências dos burocratas partidários e acabou destituído quando as repúblicas se rebelaram contra o governo central, resultando no fim da URSS, em 1991.

A Federação da Rússia surgiria então como principal herdeira da dissolução pacífica da União Soviética em diversas repúblicas. O governo de Boris Iéltsin seria marcado por instabilidade econômica, pela crise de 1998 e pela guerrilha no Cáucaso. O sucessor designado de Iéltsin, Vladimir Putin, teve como missão combater a instabilidade do período anterior. Em 1999, já era o principal



ministro da Rússia e com a renúncia de Iéltsin, em 31 de dezembro do mesmo ano, assumia como presidente interino, sendo eleito como presidente da Federação da Rússia em março de 2000. Putin tem buscado a modernização do país, aliando maior integração econômica com o resto do mundo (obteve junto à OMC, em 2002, o status de economia de mercado) com fortalecimento do poder central. Foi reeleito em 2004. Em 2008, o candidato ao Kremlin, Dmitri Medvedev, venceu com larga vantagem a eleição presidencial russa. Vladimir Putin foi reeleito para um terceiro e um quarto mandatos em 2012 e 2018, respectivamente, e deverá ficar no cargo até 2024.



PERFIS BIOGRÁFICOS



Vladimir Putin, presidente: Nasceu em 7/10/1952, em Leningrado (hoje São Petersburgo). Graduiu-se em Direito, pela Universidade Estatal de Leningrado, em 1975. No mesmo ano, ingressou na KGB (Comitê para a Segurança do Estado), órgão ao qual serviu, entre 1985 e 1990, em Dresden, na República Democrática Alemã - RDA. Após o colapso da RDA, retornou a Leningrado, onde trabalhou na Universidade Estatal. Entre 1991-1996, foi chefe da Comissão de Relações Exteriores da prefeitura de São Petersburgo. Entre 1996-1998, passou a trabalhar como vice-diretor do Departamento de Administração das Propriedades da Presidência e, em seguida, como vice-chefe de Gabinete da Presidência. Em julho de 1998, o presidente Iéltsin nomeou-o diretor do Serviço Federal de Segurança (FSB) e, em agosto de 1999, primeiro-ministro. Com a renúncia de Iéltsin em 31/12/1999, tornou-se presidente em exercício e, em março de 2000, venceu as eleições presidenciais, com 53% dos votos. Em 2004, Putin foi reeleito com o apoio de 71% do eleitorado. Seus dois primeiros mandatos foram marcados pelo fim da guerra na Chechênia, pela reestruturação e recuperação econômica do país e pelo fortalecimento do poder central. Impedido constitucionalmente de disputar um 3º mandato em 2008, Putin lançou a candidatura de Dmitri Medvedev, que venceu com 71% dos votos. Durante o mandato de Medvedev, Putin voltou a ocupar o cargo de primeiro-ministro. Voltou a eleger-se presidente em 2012, com 63% dos votos, e, em 2018, com 76% dos votos.





Dmitri Medvedev, primeiro-ministro: Nasceu em 14/12/1965, em São Petersburgo, e graduou-se em Direito pela Universidade de Leningrado, em 1987. Iniciou sua atividade política na primeira metade dos anos 90 como assessor da Prefeitura de São Petersburgo. Tornou-se assessor direto de Vladimir Putin na Comissão de Relações Exteriores da prefeitura de São Petersburgo. Em 1999, após a renúncia de Boris Iéltsin e a assunção de Putin como presidente provisório, Medvedev foi alçado ao Gabinete presidencial. Em 2000, foi diretor da primeira campanha presidencial de Putin e tornou-se membro do Conselho Executivo da Gazprom (em 2002, assumiria a direção-geral da companhia). Em 2005, foi designado vice-primeiro-ministro. Em 2008, com o apoio de Putin, elegeu-se presidente pelo partido governista, com 71% dos votos. Levou o país à recuperação econômica após a crise financeira de 2008-2009. Foi com o Brasil um dos protagonistas na criação e consolidação dos BRICS e logrou concluir o processo de acesso da Rússia à OMC em 2011. Com a eleição de Vladimir Putin à Presidência, foi nomeado, em 2012, primeiro-ministro. Após a reeleição de Putin, em 2018, foi reconduzido ao cargo. É o principal articulador das tratativas com o Parlamento sobre reformas de modernização da economia e do aparato estatal.



RELAÇÕES BILATERAIS

Brasil e Rússia estabeleceram relações diplomáticas em 3 de outubro de 1828. Entre 1828 e 1917, foram mantidos laços formais, mas a distância geográfica, as dificuldades de comunicação e as próprias conjunturas históricas dos dois países não favoreceram maior aproximação. Após 1917, ano da Revolução Russa, as divergências ideológicas paralisaram as relações, que se viram interrompidas em duas ocasiões (entre 1918-1945 e entre 1947-1961).

Em 1961, no governo parlamentarista de Hermes Lima, as relações diplomáticas foram restabelecidas. Nos anos seguintes, na persistência da Guerra Fria, as relações vão se desenvolver, sobretudo, no campo comercial, com base em mecanismos de comércio compensado.

O escopo do relacionamento começa a ampliar-se no contexto dos processos paralelos de redemocratização do Brasil e da abertura política da URSS, com a perestroika de Mikhail Gorbachev. O principal marco político desse processo foi a visita do então presidente José Sarney à URSS – a primeira de um chefe de estado brasileiro –, em outubro de 1988. Com a derrocada do comunismo e o fim da URSS, o relacionamento bilateral intensificou-se e tornou-se mais próximo.

Em janeiro de 2002, o então presidente Fernando Henrique Cardoso realizou a segunda visita de um presidente brasileiro à Rússia, ocasião em que se instaurou a parceria estratégica entre os dois países. Em novembro de 2004, o presidente Putin realizou a primeira visita de um chefe de estado russo ao Brasil. Durante essa visita, criou-se a Aliança Tecnológica Brasil-Rússia e estabeleceu-se a meta de elevar o comércio bilateral ao patamar de 10 bilhões de dólares. Dmitri Medvedev esteve no Brasil, como presidente, em dezembro de 2008. O ex-presidente Lula, por sua vez, visitou a Rússia em outubro de 2005 e em maio de 2010. A ex-presidente Dilma Rousseff realizou visita de Estado a Moscou em dezembro de 2011, ocasião em que manteve reuniões com o presidente do Governo, Dmitri Medvedev, e com o presidente da Federação da Rússia, Vladimir Putin, e participou do II Fórum Empresarial Brasil-Rússia. O presidente Vladimir Putin e a ex-presidente Dilma Rousseff realizaram visitas recíprocas, em 2014 e 2015, por ocasião das Cúpulas do BRICS em 2014 (Fortaleza) e 2015 (Ufá).

O presidente Michel Temer realizou visita a Moscou em 20-22 de junho de 2017. Durante a visita, houve a assinatura dos seguintes acordos: Declaração Conjunta sobre Diálogo Estratégico em Política Externa; Plano de Consultas



Políticas para 2018-2021; Memorando de Entendimento na Área de Cooperação Econômica e de Investimentos; Memorando de Entendimento sobre intercâmbio de informações a respeito do fluxo de mercadorias e veículos; e Protocolo sobre Cooperação, Informação, Intercâmbio e Assistência Mútua no Sistema Uniforme de Preferências Tarifárias da União Aduaneira Eurasiática.

O presidente Temer já havia visitado Moscou em 2011 e 2015, na condição de co-presidente da Comissão de Alto-Nível (CAN), órgão superior de coordenação das relações bilaterais, presidido pelo vice-presidente da República e pelo primeiro-ministro russo. O presidente Michel Temer manteve também encontro com o presidente Vladimir Putin à margem da IX Cúpula BRICS em Xiamen, China, em setembro de 2017. Os mandatários brasileiro e russo já haviam se encontrado na Cúpula do BRICS de Goa, em 2016.

O ministro das Relações Exteriores, Aloysio Nunes Ferreira, manteve reunião com o chanceler russo Sergey Lavrov à margem do Debate Geral da Assembleia Geral das Nações Unidas, em Nova York, em outubro de 2017. Na ocasião, foi assinado Acordo para o Estabelecimento de Centros Culturais entre o Brasil e a Rússia.

Realizaram-se, ainda, em 2017, a X Comissão Intergovernamental de Cooperação (CIC, Brasília, 22-23/5/2017), presidida pelo secretário-geral das Relações Exteriores e pelo vice-ministro do Desenvolvimento Econômico da Rússia, Alexey Gruzdev, bem como a Comissão Política (Moscou, 4/5/2017), mecanismo que consiste em consultas entre as autoridades das duas chancelarias a cargo de assuntos multilaterais.

Nos últimos anos, a tentativa de redefinir a identidade da Rússia como “potência emergente” intensificou sua aproximação com países como o Brasil, junto ao qual a Rússia desempenhou papel protagônico na criação do agrupamento Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul (BRICS). A Rússia também defendeu maior protagonismo dos BRICS, o que aumenta as perspectivas de cooperação com o Brasil.

O desenvolvimento da dimensão parlamentar do relacionamento bilateral atesta a maturidade da parceria estratégica brasileiro-russa. Os então presidentes do Senado, Senador Renan Calheiros (PMDB-AL), e da Câmara dos Deputados, deputado Eduardo Cunha (PMDB-RJ), participaram, no dia 8 de junho de 2015, do 1º Fórum Parlamentar do BRICS. O então presidente da Câmara dos Deputados, deputado Henrique Alves, realizou visita a Moscou e São Petersburgo em 2013.

O Brasil manteve postura positiva nas negociações para o acesso à OMC da Rússia. As duas partes têm reiterado o objetivo, anunciado originalmente por



ocasião da visita do presidente Putin ao Brasil, em 2004, de elevar o comércio bilateral a US\$ 10 bilhões (o máximo a que se chegou foram US\$ 7,9 bilhões em 2008).

Assuntos consulares

O setor consular da Embaixada do Brasil em Moscou presta o apoio necessário à comunidade brasileira no país, juntamente com um Consulado Honorário, sediado em São Petersburgo.

Estima-se haver cerca de 800 brasileiros estabelecidos na jurisdição da Embaixada. Não há, no momento, detentos brasileiros na Rússia.

O número de brasileiros residentes na Rússia tem crescido nos últimos quatro anos, devido à maior presença de estudantes brasileiros em universidades russas, especialmente nas cidades de Kursk e de Belgorod, próximas à fronteira com a Ucrânia.



POLÍTICA INTERNA

No plano da política interna, o fim da URSS deu lugar a grandes distúrbios durante a década de 1990. Os principais marcos desse período foram a tentativa de golpe de Estado em 1993, a guerra civil na Chechênia e a grave crise econômica de 1998. Em resposta à tentativa de golpe, o então presidente Iéltsin fez aprovar, ainda em 1993, nova Constituição que fortaleceu consideravelmente os poderes da Presidência (incluindo a prerrogativa de dissolver a Câmara Baixa do Parlamento).

De acordo com a Constituição de 1993, a Federação da Rússia é um Estado federal democrático com forma de governo republicana, no qual vigora o princípio da separação de poderes. A Federação russa é composta de Repúblicas, territórios, regiões, cidades com status de Unidade da Federação (Moscou e São Petersburgo), regiões autônomas e áreas autônomas. Atualmente, a Federação da Rússia compõe-se de oitenta e três unidades. São titulares do Poder Público o presidente, a Assembleia Federal (Conselho da Federação e Duma de Estado), o Governo e os tribunais da Federação da Rússia. O titular da soberania e única fonte de poder na Rússia, na expressão consagrada na Constituição Federal, é seu “povo multinacional”. O russo é a língua oficial em todo o território da Federação Russa, e às Repúblicas constituintes é reconhecido o direito de estabelecer suas línguas cooficiais, sem prejuízo da língua russa.

A Carta Magna de 1993 estruturou o Poder Legislativo em formato bicameral. A Câmara Alta do Parlamento é o Conselho da Federação, que se compõe de dois representantes de cada unidade federativa, perfazendo, atualmente, o total de 166 membros. São eleitos de forma indireta (um pelo Poder Legislativo da respectiva unidade, outro nomeado pelo Poder Executivo central, "ad referendum" do Legislativo local) para mandatos cuja extensão varia segundo as legislações de cada unidade federativa. A Câmara Baixa do Parlamento é a Duma de Estado, que dispõe de 450 representantes eleitos diretamente para mandatos de cinco anos.

Com a renúncia de Iéltsin, em 31 de dezembro de 1999, Vladimir Putin tornou-se presidente em exercício, vencendo as eleições presidenciais de março de 2000, com 53% dos votos. Em 2004, Putin foi reeleito com o apoio de 71% do eleitorado. Em contraposição à instabilidade política e socioeconômica dos anos 1990, seus dois primeiros mandatos foram marcados pelo fim da guerra na Chechênia, pela reestruturação e recuperação econômica do país (com fortalecimento do setor estatal e ênfase na exportação de recursos energéticos) e pelo fortalecimento do poder central.



Diante da proibição constitucional a sua candidatura a um terceiro mandato consecutivo, Putin favoreceu a escolha de Dmitri Medvedev como candidato presidencial do partido governante, o Rússia Unida, em 2008. Medvedev elegeu-se com 71% dos votos. Em sua gestão, buscou desenvolver projetos de cunho mais liberal, dando prioridade a programa de modernização da economia russa, de modo a reduzir sua dependência das exportações de petróleo e gás. Medvedev conduziu a Rússia à vitória no breve conflito com a Geórgia, em 2008, e levou o país à recuperação econômica após a eclosão da crise financeira internacional.

Em maio de 2012, Vladimir Putin assumiu a Presidência pela terceira vez, com 63,6% dos votos. A eleição deu-se em meio a protestos expressivos contra o sistema político vigente. Liderança incontestável na Rússia, Putin goza de popularidade, sobretudo, entre os eleitores mais pobres, os habitantes das regiões industriais e produtoras de recursos minerais, e as populações muçulmanas e do extremo oriente. Em todos esses setores persiste o apelo de sua plataforma nacionalista, que, apesar das críticas de setores mais liberais, logrou estancar a instabilidade dos anos 1990. O ex-presidente Dmitri Medvedev foi nomeado primeiro-ministro. Desde então, arrefeceram os grandes protestos do inverno setentrional. Paralelamente, o Governo fez aprovar leis que impõem maiores restrições à realização de grandes atos públicos e aumentam o controle sobre ONGs que recebem recursos do exterior.

Em março de 2018, Vladimir Putin, foi reeleito para um quarto mandato, que se estenderá até 2024. Putin venceu com 76,6% dos votos válidos. Em números absolutos, recebeu 56.202.497 votos, recorde histórico. O índice de comparecimento às urnas foi de 67,5%, ligeiramente abaixo da meta de 70% desejada pelo Kremlin. A campanha de boicote da eleição empreendida pelo líder opositorista Alexei Navalny não surtiu efeito. Putin venceu, com larga margem, inclusive nos bastiões da oposição liberal, Moscou e São Petersburgo. O resultado foi uma dupla vitória para Putin, em razão do alto comparecimento às urnas e do amplo apoio logrado. Em evento de comemoração da vitória na Praça Vermelha, após a reeleição, Putin evocou o orgulho patriótico. No calor das celebrações, afirmou que, sem descuidar das questões de segurança, o foco do seu novo mandato será a agenda doméstica, com o intuito de acelerar o crescimento econômico e melhorar o padrão de vida da população. O primeiro-ministro Dmitri Medvedev foi reconduzido ao cargo.



POLÍTICA EXTERNA

Desde a posse de Vladimir Putin como presidente, em 2000, a política externa russa tem sido marcada pelo esforço de restabelecer o prestígio internacional do país e confirmar seu status de grande potência. A política externa russa então caracterizou-se (1) pela busca da preservação da influência de Moscou no espaço pós-soviético e regional; (2) pela retomada de relacionamento mais harmônico com a Europa Ocidental; (3) pelo equacionamento das diferenças que persistem com os EUA; (4) pela aproximação da Ásia como alternativa ao espaço europeu; (5) pela defesa do papel central do Conselho de Segurança das Nações Unidas em temas de paz e segurança internacionais, onde mantém estreita coordenação com a China; e (6) pela promoção de mecanismos que fortaleçam a voz das grandes potências emergentes, como o BRICS e o G-20.

Após o 11 de setembro de 2001, verificou-se período de cooperação com o Ocidente no combate ao terrorismo islâmico. Nessa época, a Rússia exerceu influência sobre os países pós-soviéticos da Ásia Central para que permitissem a instalação de bases e soldados norte-americanos e sobre a aproximação da Aliança do Norte afegã aos norte-americanos, com o objetivo comum de derrocar os Talibãs, bem como permitiu o trânsito de suprimentos militares por espaço aéreo russo.

O diálogo Washington-Moscou foi, no entanto, gradualmente esfriando-se nos anos seguintes, especialmente com a invasão do Iraque, os planos do Governo Bush de instalar escudo antimísseis na Europa Central, a presença norte-americana na Ásia Central, as "revoluções coloridas" que derrubaram regimes afins a Moscou e a incorporação à OTAN dos três países bálticos. A Rússia passou, então, a assumir postura mais assertiva de sua posição especial no seu exterior próximo e de denúncia do unilateralismo. Antes da crise ucraniana que eclodiu em novembro de 2013, o relacionamento com o Ocidente passou por momentos de tensão durante a guerra da Geórgia (2008).

No governo Obama, EUA e Rússia realizaram esforço de equacionar suas diferenças. Muito embora tenha havido êxitos nesse âmbito (assinatura de novo acordo bilateral de desarmamento e controle nuclear, o START-III), ainda persistem muitas diferenças, agravadas com os conflitos na Síria e na Ucrânia, e com as sanções ocidentais aplicadas após este conflito.

Na esteira do conflito ucraniano, consolidou-se na Rússia a noção de que chegou ao fim a era pós-Guerra Fria. A política externa russa depara-se com enormes desafios: (i) evitar o isolamento internacional; (ii) abrir ao país novos



mercados exportadores; e (iii) garantir o influxo de capitais e tecnologias. A liderança russa confere especial valor à aproximação com a Ásia, especialmente com a China.

Em vigor desde 1º de janeiro de 2015, a União Econômica Eurasiática (integrada por Rússia, Cazaquistão, Belarus, Armênia e Quirguistão) é considerada prioridade. A liderança russa vislumbra seu projeto de integração como parte de um movimento mais amplo de reorientação do desenvolvimento do país em direção à Ásia, também chamado de "*pivot* para o leste". O país também aposta na Organização de Cooperação de Xangai, formada por Rússia, China e países da Ásia Central, à qual aderiram, em 2017, Índia e Paquistão, abrindo o caminho para se tornar o principal foro de desenvolvimento e segurança para a Ásia continental.

No contexto da crise com o Ocidente e das dificuldades econômicas que enfrenta o país, a associação com os parceiros do BRICS tem sido crescentemente valorizada pelo lado russo. A Rússia classifica o BRICS não só como um símbolo da tendência global rumo à multipolaridade, mas também como "o principal vetor" dessa tendência. A Rússia deseja transformar o BRICS em mecanismo mais robusto para tratar da agenda política e econômica mundial.

A Rússia enxerga a América Latina como um dos polos emergentes em uma ordem global policêntrica. O país demonstra especial interesse no campo da cooperação militar e venda de material de defesa (Venezuela) e dos investimentos em produção de energia (Argentina), bem como infraestrutura (Nicarágua). No contexto das sanções econômicas sofridas e impostas pela Rússia, países como o Brasil e a Argentina se mostram como opções para o fornecimento de commodities ao mercado russo. No campo político, tem-se reforçado as tradicionais relações com Cuba, Venezuela e Nicarágua.



ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

Panorama econômico

Após registrar significativo crescimento econômico ao longo de dez anos consecutivos (1999 a 2008), a economia russa sofreu forte retração em 2009, em função, sobretudo, dos efeitos recessivos da crise financeira mundial. No biênio 2010-2011, a economia do país voltou a crescer a uma média em torno de 4,4% ao ano, tendo fechado 2012 com expansão do PIB russo de 3,4%. Em 2013, todavia, a economia da Rússia perdeu dinamismo, crescendo apenas 1,3% em razão, particularmente, do fraco desempenho da demanda agregada. Em 2014, a economia russa continuou perdendo dinamismo, ficando o crescimento de seu PIB limitado a apenas 0,6%. Em 2015, houve forte decréscimo no nível de atividades, que resultou em retração do PIB de 3,8%. Em 2016, ocorreu crescimento real negativo do PIB da ordem de 0,2%.

O ano de 2017, no entanto, foi caracterizado pela recuperação do preço do petróleo no mercado internacional e pela conseqüente recuperação no nível de atividades, o que ficou evidenciado pelo comportamento do PIB, que cresceu 1,55%. Nessas condições, o PIB nominal da Rússia alcançou US\$ 1,53 trilhão. O PIB per capita, por sua vez, acompanhou o desempenho positivo da economia russa alcançando US\$ 10.608. A mais recente estimativa do FMI sugere que o país continuará sua marcha de crescimento nos próximos anos. Em 2018, estima-se o crescimento do PIB russo em 1,72%, em 2019, em 1,75% e, em 2020, em 1,79%.

Na visão de alguns analistas, o crescimento econômico pouco consistente da Rússia advém das deficiências de um modelo baseado em atividades extrativistas que é, portanto, suscetível às variações do preço dos hidrocarbonetos e às turbulências da economia internacional, fato que pôde ser verificado na crise de 2009. Nessa linha, apontam para a conveniência de implantação de reformas profundas, que alarguem e diversifiquem a base da economia; criem segurança jurídica à inclusão de novos pequenos e médios empresários; elevem o volume total de investimentos e permitam o surgimento de inovações tecnológicas que gerem empregos de maior renda. De todo modo, é senso comum entre analistas a percepção de que, em médio prazo, a recuperação do preço do petróleo constitui fator fundamental para melhor equacionamento da economia russa.

Comércio exterior total



As exportações russas de bens cresceram de US\$ 100 bilhões, em 2001, para US\$ 357 bilhões, em 2017. O pico foi atingido entre os anos 2011-13, quando as vendas externas alcançaram US\$ 517, US\$ 525 e US\$ 527 bilhões, respectivamente. Desde 2015, mostraram acentuada retração, em sintonia com o gradativo desaquecimento nas cotações internacionais de petróleo e gás. Em 2017, no entanto, as exportações tiveram forte acréscimo de 24,7%. Em termos geográficos, foram os seguintes os principais mercados de destino para as vendas externas globais da Rússia: China (10,9%), Países Baixos (10,0%), Alemanha (7,2%), Belarus (5,2%) e Turquia (5,1%). O Brasil foi o 35º país de destino para a oferta russa, com participação de 0,6%. Com referência à estrutura da oferta, foram os seguintes os principais grupos de produtos da exportação global da Rússia: óleo bruto de petróleo (26,1%), óleo refinado de petróleo (16,3%), carvão mineral e outros combustíveis sólidos (3,8%). Conforme salientado, a forte predominância dos hidrocarbonetos (petróleo e gás) nas vendas externas do país torna a economia vulnerável às oscilações dos preços internacionais das "commodities" energéticas. Em 2017, registrou-se crescimento de 93,3% nas vendas externas de óleo bruto e de 58,2% de óleo refinado.

As importações russas de bens cresceram de US\$ 42 bilhões, em 2001, para US\$ 227 bilhões, em 2017. Em 2017, as importações russas cresceram igualmente 24,7%. O comportamento recente das aquisições externas guarda estreita relação com o atual quadro de reaquecimento da economia. O exame da matriz comercial mostra, ainda, que foram os seguintes os principais países fornecedores da demanda externa russa: China (21,3%), Alemanha (10,7%), Estados Unidos (5,6%) e Belarus (5,2%). O Brasil, com 1,4% de participação, foi o 18º fornecedor de bens à Rússia. Em relação à estrutura da demanda, foram os seguintes os principais grupos de produtos da importação global da Rússia: máquinas mecânicas (18,1%); máquinas elétricas (10,7%); veículos automotores (8,5%); produtos farmacêuticos (4,3%). Na pauta importadora da Rússia predominam bens de maior intensidade tecnológica, a exemplo de instrumentos médicos e produtos farmacêuticos.

O resultado da balança comercial da Rússia é estruturalmente superavitário, em razão, sobretudo, das volumosas exportações de petróleo e gás natural. Em 2017, o superávit russo em transações comerciais de bens alcançou US\$ 130 bilhões, frente aos US\$ 103 bilhões obtidos no ano anterior.

Comércio exterior bilateral



Entre 2000 e 2017 o comércio bilateral entre o Brasil e a Rússia passou de US\$ 994 milhões para US\$ 5,3 bilhões. O pico foi alcançado em 2008 e 2011, com US\$ 7,9 e US\$ 7,1 bilhões, respectivamente. O saldo comercial é tradicionalmente favorável ao Brasil, mas os dados até abril de 2018 revelam déficit brasileiro de US\$ 348 milhões.

As exportações brasileiras para o mercado russo passaram de US\$ 423 milhões, em 2000, para US\$ 2,7 bilhões, em 2017. Os principais grupos de produtos brasileiros destinados ao mercado russo foram: i) carne suína (25,1%); ii) carne bovina congelada (16,4%); iii) soja em grão (15,2%); iv) açúcar em bruto (7,1%). Salienta-se que o Brasil foi o principal fornecedor de carnes ao mercado russo, detendo participação de 49%. Segundo o MDIC, os produtos básicos representaram 71,6% do total das exportações, seguidos dos manufaturados, com 19,9%. Os dados do MDIC mostram, ainda, que cerca de 561 empresas brasileiras registraram exportações para o mercado russo.

As importações brasileiras originárias da Rússia passaram de US\$ 571 milhões, em 2000, para US\$ 2,6 bilhões em 2017. Os principais produtos russos adquiridos pelo Brasil foram: i) adubos potássicos (18,2%); ii) adubos nitrogenados (17,3%); iii) adubos azotados (16,4%); iv) óleo refinado de petróleo (12,6%), e v) combustíveis sólidos (10,6%). A pauta apresentou a seguinte estrutura, quanto ao fator agregado das mercadorias: produtos manufaturados (52,4%); semimanufaturados (35,3%); básicos (12,3%). A base importadora compreendeu 533 empresas brasileiras que efetivaram compras do mercado russo.

Cruzamento estatístico entre as pautas de exportação e importação

No campo da identificação de prováveis nichos de mercado, o cruzamento estatístico entre a pauta exportadora brasileira e importadora da Rússia mapeou a existência de potenciais oportunidades para as exportações de vários segmentos do setor produtivo brasileiro. Os produtos brasileiros com maior potencial de inserção no mercado local, em princípio, foram os seguintes: i) automóveis e autopeças; ii) óxidos de alumínio; iii) pneus; iv) soja em grãos; v) fumo não manufaturado; vi) torneiras, para canalizações; vii) medicamentos; viii) carnes de bovino; ix) preparações alimentícias diversas; x) minérios de ferro.



CRONOLOGIA HISTÓRICA

1894 - Morte de Alexandre III. Ascensão ao trono de Nicolau II.
1904 - Guerra russo-japonesa.
1905 - Início da Revolução Russa
1914 - Primeira Guerra Mundial. A Rússia combate ao lado da França e do Reino Unido em defesa de sua aliada Sérvia.
1917 - Revolução de Outubro. Fim da monarquia e implantação do socialismo. Armistício com a Alemanha. Início da guerra civil entre o Exército Vermelho e as forças contrarrevolucionárias.
1921 - Fim da Guerra Civil, com vitória do Exército Vermelho.
1922 - Criação da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas.
1923 - Adoção de nova Constituição.
1924 - Morte de Lênin. Stálin vence disputa pelo poder contra Trótski.
1936 - Nova constituição outorgada por Stálin.
1939 - Assinatura do Pacto Ribbentrop-Molotov de não-agressão com a Alemanha. Início da Segunda Guerra Mundial.
1941 - Invasão da URSS pela Alemanha.
1945 - Vitória na Segunda Guerra Mundial. Ocupação de Berlim e da Europa Oriental pelo Exército Vermelho. Stálin participa das conferências de Yalta e Potsdam, que dividem a Europa em zonas de influência ocidental e soviética.
1949 - A União Soviética cria o COMECON (Conselho para Assistência Econômica Mútua) juntamente com países de orientação socialista.
1953 - Morte de Stálin e ascensão de Khrushchev.
1955 - Assinatura do Pacto de Varsóvia, aliança militar que congregava a União Soviética, a Alemanha Oriental, a Bulgária, a Polônia, a Romênia, a Albânia e a Tchecoslováquia.
1956 - 20º Congresso do Partido Comunista da URSS. Início da coexistência pacífica com o Ocidente.
1957 - Lançamento do primeiro satélite artificial, o Sputnik.
1962 - Crise dos mísseis de Cuba.
1964 - Ascensão de Leonid Brezhnev.
1979 - Invasão do Afeganistão pela URSS.
1982 - Morte de Brezhnev.
1985 - Assume Mikhail Gorbachev.
1988 - Gorbachev é eleito presidente da República.
1986 - Gorbachev lança a glasnost e a perestroika.
1989 - Eleições para a escolha do Congresso dos Deputados do Povo.
1991 - Golpe de Estado malogrado contra Gorbachev. Em 26 de



dezembro, a URSS é dissolvida. A Rússia ressurgiu como Estado independente.

1994 - Primeira Guerra da Chechênia

1999 - Vladimir Putin assume o cargo de primeiro-ministro. Segunda Guerra da Chechênia.

2000 - Putin assume a presidência da Federação da Rússia.

2004 - Putin é reeleito a presidente da Federação da Rússia.

2008 - Eleição à presidência de Dmitri Medvedev. Conflito com a Geórgia. Reconhecimento, pela Rússia, da independência das regiões georgianas separatistas da Ossétia do Sul e Abcázia.

2012 – Terceiro mandato de Vladimir Putin como presidente da Federação da Rússia.

2018 – Quarto mandato de Vladimir Putin como presidente da Federação da Rússia.



CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

1828 - Estabelecimento de relações diplomáticas.
1917 - Rompimento de relações diplomáticas, em decorrência do não reconhecimento do governo de Vladimir Lênin.
1945 - Restabelecimento de relações diplomáticas.
1947 - Novo rompimento de relações diplomáticas.
1961 - Restabelecimento de relações diplomáticas.
1985 - Visita do presidente José Sarney à URSS, a primeira visita oficial de chefe de estado brasileiro à Rússia.
1997 - Constituição da Comissão Mista Brasileiro-Russa de Alto Nível de Cooperação.
2002 - Visita do presidente Fernando Henrique Cardoso à Rússia. Criação da Parceira Estratégica.
2004 - Visita do vice-presidente da República José Alencar Gomes da Silva à Rússia.
2004 - Visita do presidente Vladimir Putin ao Brasil. Primeira visita de um chefe de estado da Federação da Rússia ao país.
2005 - Visita do presidente Luiz Inácio Lula da Silva à Rússia.
2006 - Visita ao Brasil do ministro dos Negócios Estrangeiros da Rússia, Sergey Lavrov
2008 - Visita do presidente Dmitri Medvedev ao Brasil
2010 - Visita do ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, à Rússia
2010 - Visita do presidente Luiz Inácio Lula da Silva à Rússia
2011 - Visita do vice-presidente da República Michel Temer à Rússia
2011 - Visita do ministro das Relações Exteriores, Antônio Patriota, à Rússia
2012 - Visita da presidente da República Dilma Rousseff à Rússia.
2013 - Visita do primeiro-ministro da Rússia Dmitri Medvedev ao Brasil.
2013 - Visita do ministro dos Negócios Estrangeiros da Rússia, Sergey Lavrov, ao Brasil
2013 - Visita do presidente da Câmara dos Deputados, Henrique Alves, à Rússia.
2013 - Visita do ministro das Relações Exteriores, Luiz Alberto Figueiredo Machado, à Rússia.
2014 - Visita do presidente Vladimir Putin ao Brasil.
2015 - Visita do presidente do Senado Federal, Renan Calheiros, e do presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha, à Rússia.
2015 - Visita do vice-presidente da República Michel Temer à Rússia.
2015 - Visita da presidente da República Dilma Rousseff à Rússia, Ufá.
2017 - Visita do presidente da República Michel Temer a Moscou.



ACORDOS BILATERAIS

Título do Acordo	Data	Status da Tramitação
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Federação da Rússia Relativo ao Estabelecimento e Funcionamento de Centros Culturais	21/09/2017	Tramitação MRE
Declaração Conjunta da República Federativa do Brasil e da Federação da Rússia sobre Diálogo Estratégico em Política Externa.	21/06/2017	Em Vigor
Plano de Consultas Políticas entre o Ministério das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil e o Ministério dos Negócios Estrangeiros da Federação da Rússia para 2018-2021	21/06/2017	Em Vigor
Memorando de Entendimento entre o Ministério das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil e o Ministério do Desenvolvimento Econômico da Federação da Rússia na Área da Cooperação Econômica e de Investimentos.	21/06/2017	Em Vigor
Declaração Conjunta - VI Reunião da missão Brasileiro-Russa de Alto Nível de Cooperação - Brasília, 20 de fevereiro de 2013.	20/02/2013	Em Vigor
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Federação da Rússia sobre Cooperação em Defesa	14/12/2012	Em Promulgação
Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Federação da Rússia sobre Cooperação em Matéria de Governança e Legados Relativos à Organização de Jogos Olímpicos e Paralímpicos e Copas do Mundo FIFA	14/12/2012	Em Vigor
Plano de Consultas Políticas entre Ministério das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil e o Ministério dos Negócios Estrangeiros da Federação da Rússia para o período 2013-2015	14/12/2012	Em Vigor
Memorando de Entendimento entre os Ministérios das Relações Exteriores, da Ciência, Tecnologia e Inovação e do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior da República Federativa do Brasil e o Ministério do Desenvolvimento Econômico da Federação da Rússia para Cooperação na Área de Modernização da Economia	14/12/2012	Em Vigor
Plano de Ação da Parceria Estratégica entre a República Federativa do Brasil e a Federação da Rússia: Próximos Passos	14/12/2012	Em Vigor
Comunicado Conjunto da Presidenta da República Federativa do Brasil, Dilma Rousseff, e do Presidente da Federação da Rússia, Vladimir Vladimirovich Putin.	14/12/2012	Em Vigor
Plano de Ação da Parceria Estratégica entre a República Federativa do Brasil e a Federação da Rússia	14/05/2010	Em Vigor
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Federação da Rússia para Cooperação no Campo da Segurança Internacional da Informação e da Comunicação	14/05/2010	Tramitação Ministérios/Cas a Civil
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Federação da Rússia sobre Proteção Mútua da Propriedade Intelectual e Outros Resultados da Atividade Intelectual Utilizados e Obtidos no Curso da Cooperação Técnico-Militar Bilateral	14/05/2010	Situação especial



Plano de Consultas Políticas entre o Ministério das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil e o Ministério dos Negócios Estrangeiros da Federação da Rússia para 2010-2012	14/05/2010	Em Vigor
Memorando de Entendimento entre a Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN) e a Corporação Estatal de Energia Atômica "ROSATOM" sobre Cooperação no Campo do Uso da Energia Nuclear para Fins Pacíficos	21/07/2009	Em Vigor
Memorando de Entendimento entre o Ministério da Pesca e Aquicultura da República Federativa do Brasil e a Agência Federal para Pesca (da Federação Russa)	20/07/2009	Em Vigor
Declaração Conjunta – Visita Oficial à República Federativa do Brasil do Presidente da Federação da Rússia, Dmitry Medvedev	26/11/2008	Em Vigor
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Federação da Rússia sobre Cooperação Técnico-Militar	26/11/2008	Em Vigor
Acordo entre o Brasil e a Rússia para a Isenção de Vistos de Curta Duração para Nacionais da República Federativa do Brasil e da Federação da Rússia	26/11/2008	Em Vigor
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Federação da Rússia sobre Proteção Mútua de Informações Classificadas	13/08/2008	Em Promulgação
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Federação da Rússia sobre Proteção Mútua de Tecnologia Associada à Cooperação na Exploração e Uso do Espaço Exterior para Fins Pacíficos	14/12/2006	Situação especial
Declaração Conjunta - IV Reunião da Comissão Brasileiro-Russa de Alto Nível de Cooperação	04/04/2006	Em Vigor
Protocolo de Intenções entre o Instituto Rio Branco do Ministério das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil e a Academia Diplomática do Ministério dos Negócios Estrangeiros da Federação da Rússia	04/04/2006	Em Vigor
Memorando de Entendimento sobre a Cooperação Científica e Tecnológica no Campo da Metrologia entre o Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial da República Federativa do Brasil e a Agência Federal de Regulamentação Técnica e Metrologia da Federação Russa	04/04/2006	Em Vigor
Declaração Conjunta sobre os Resultados das Conversações Oficiais entre o Presidente da República Federativa do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, e o Presidente da Federação da Rússia, Vladimir V. Putin	18/10/2005	Em Vigor
Memorando de Entendimento entre o Ministério da Ciência e Tecnologia da República Federativa do Brasil e a Agência Federal Espacial a respeito do Programa de Cooperação sobre Atividades Espaciais	22/11/2004	Em Vigor
Memorando de Entendimento de Cooperação na Área de Telecomunicações entre a Agência Nacional de Telecomunicações da República Federativa do Brasil e o Ministério de tecnologias de Informação e Comunicações da Federação da Rússia	22/11/2004	Em Vigor
Programa de Intercâmbio Cultural, Educacional e Esportivo entre O Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Federação da Rússia para o Período de 2005 a 2007	22/11/2004	Expirado
Programa de Cooperação em Ciência e Tecnologia entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Federação da Rússia para o período de 2004 a 2006	22/11/2004	Expirado
Acordo de Cooperação na Área da Cultura Física e Esporte entre o Ministério do Esporte da República Federativa do Brasil e Agência Federal de Cultura Física e Esporte	22/11/2004	Em Vigor



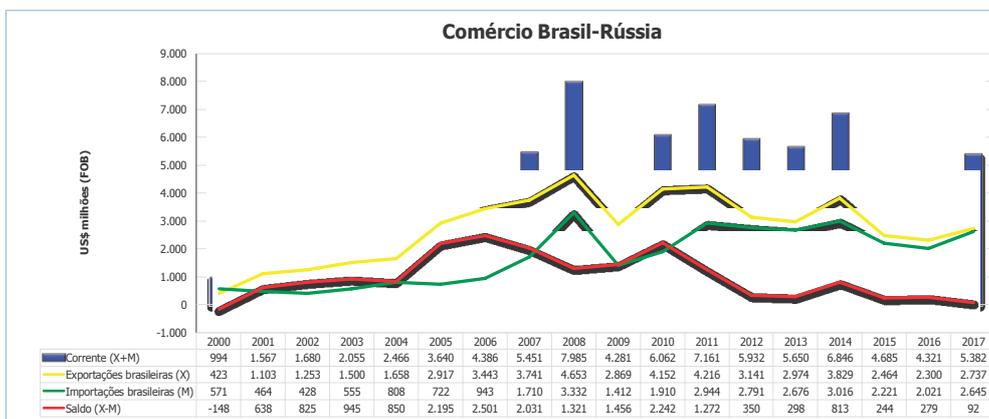
Convenção entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Federação da Rússia para Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em matéria de Impostos sobre a Renda	22/11/2004	Em Vigor
Declaração Conjunta sobre os Resultados das Conversações Oficiais entre o Presidente do Brasil e o Presidente da Rússia	22/11/2004	Em Vigor
Declaração Conjunta dos Ministros das Relações Exteriores do Brasil e dos Negócios Estrangeiros da Federação da Rússia	19/12/2003	Em Vigor
Memorando de Entendimento sobre Cooperação no Domínio de Tecnologias Militares de Interesse Mútuo	09/04/2002	Em Vigor
Tratado de Extradicação entre a República Federativa do Brasil e Federação da Rússia	14/01/2002	Em Vigor
Protocolo de Cooperação entre o MRE e a Universidade Estatal de Moscou - Lomonossov na Área de Preparação de Especialistas em Língua Portuguesa e Cultural Brasileira	14/01/2002	Em Vigor
Programa de Intercâmbio Cultural, Educacional e Desportivo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Federação da Rússia para o Período de 2002 a 2003	14/01/2002	Expirado
Declaração Conjunta sobre os resultados das conversações oficiais entre o Presidente da República Federativa do Brasil, Fernando Henrique Cardoso, e o Presidente da Federação da Rússia, Vladimir V. Putin.	14/01/2002	Em Vigor
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Federação da Rússia sobre Cooperação na Área de Turismo	12/12/2001	Em Vigor
Acordo de Assistência Mútua entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Federação da Rússia para a Prevenção, Investigação e Combate as Infrações Aduaneiras	12/12/2001	Em Vigor
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Federação da Rússia sobre Cooperação na Área da Política de Concorrência	12/12/2001	Em Vigor
Declaração da República Federativa do Brasil e da Federação da Rússia sobre o Combate ao Terrorismo	12/12/2001	Em Vigor
Entendimento, ptn, sobre a Alienação Única de Veículos de Propriedade das Embaixadas e de seus Funcionários no Território da Outra Parte sem a Cobrança de Taxas Alfandegárias e de Impostos	04/07/2001	Em Vigor
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Federação da Rússia sobre Cooperação na Área da Quarentena Vegetal	22/06/2000	Em Vigor
Tratado sobre as Relações de Parceria entre a República Federativa do Brasil e a Federação da Rússia	22/06/2000	Em Vigor
Plano de Ações Conjuntas "Brasil - Rússia" do Governo da República Federativa do Brasil e do Governo da Federação da Rússia	22/06/2000	Em Vigor
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Federação da Rússia sobre Cooperação na Área da Proteção da Saúde Animal	23/04/1999	Expirado
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Federação da Rússia sobre a Cooperação na Pesquisa e nos Usos do Espaço Exterior para Fins Pacíficos	21/11/1997	Em Vigor
Acordo de Cooperação Cultural e Educacional entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Federação da Rússia	21/11/1997	Em Vigor
Acordo Básico de Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Federação Rússia	21/11/1997	Em Vigor



Declaração Conjunta sobre os Princípios de Interação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Federação da Rússia com Vistas ao Século XXI.	21/11/1997	Em Vigor
Declaração Conjunta sobre os Princípios de Interação entre o Brasil e a Rússia com Vistas ao Século XXI.	21/11/1997	Em Vigor
Acordo, por Troca de Notas entre a República Federativa do Brasil e Federação da Rússia sobre a Instalação de Consulado-Geral na Cidade de São Paulo.	14/07/1995	Em Vigor
Protocolo sobre Consultas entre o Ministério das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil e o Ministério dos Negócios Estrangeiros da Federação da Rússia	11/10/1994	Em Vigor
Acordo de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Federação da Rússia para a Prevenção ao Uso e Combate à Produção e ao Tráfico Ilícito de Entorpecentes e Substâncias Psicotrópicas	11/10/1994	Expirado
Memorando de Intenções sobre o Desenvolvimento da Cooperação no Domínio da Defesa do Meio Ambiente entre a República Federativa do Brasil e a Federação da Rússia	11/10/1994	Em Vigor
Acordo, por troca de notas, sobre a Revogação das Quotas do Pessoal das Missões Diplomáticas, Repartições Consulares e Escritórios Comerciais da Federação da Rússia	07/10/1994	Em Vigor
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Federação da Rússia para Cooperação nos Usos Pacíficos da Energia Nuclear	15/09/1994	Expirado
Acordo, por Troca de Notas, Relativo à Lotação de Pessoal das Respektivas Missões Diplomáticas, Repartições Consulares e Representações Comerciais.	27/07/1994	Em Vigor
Acordo, por Troca de Notas, Relativo à Criação de Adidâncias Militares entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Federação da Rússia.	06/06/1994	Em Vigor
Protocolo de Intenções sobre Cooperação Econômico-Comercial entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Federação da Rússia	03/12/1993	Expirado
Programa de Intercâmbio entre a República Federativa do Brasil e a Federação da Rússia nas Áreas de Cultura, Educação e Desportes para o Período de 1993/1995.	22/10/1993	Expirado
Acordo sobre Serviços Aéreos entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Federação da Rússia.	22/01/1993	Em Vigor
Acordo, por troca de Notas, para a Criação de Consulados-Gerais	20/11/1992	Em Vigor



DADOS ECONÔMICOS E COMERCIAIS



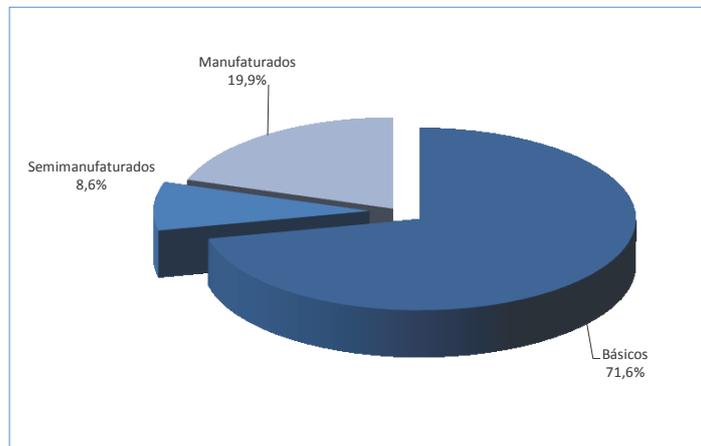
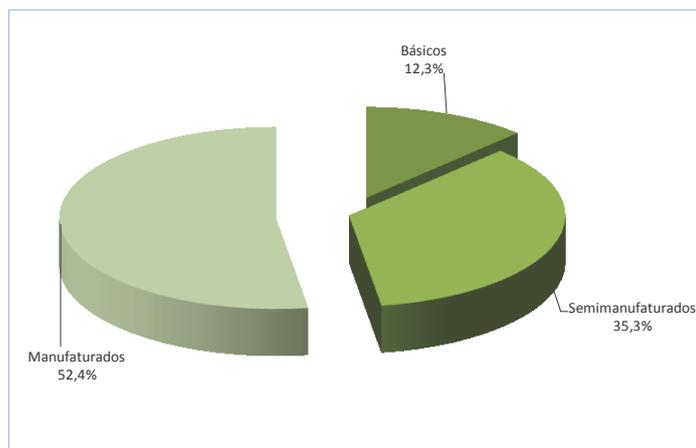
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX, Maio de 2018.

2017 / 2018	Exportações brasileiras	Importações brasileiras	Corrente de comércio	Saldo
2017 (jan-abr)	862	840	1.701	22
2018 (jan-abr)	565	913	1.478	-348

Parte integrante do Aviso da MSF nº 41 de 2018.

Página 29 de 66



**Exportações e importações brasileiras por fator agregado
2017****Exportações****Importações**

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX, Maio de 2018.

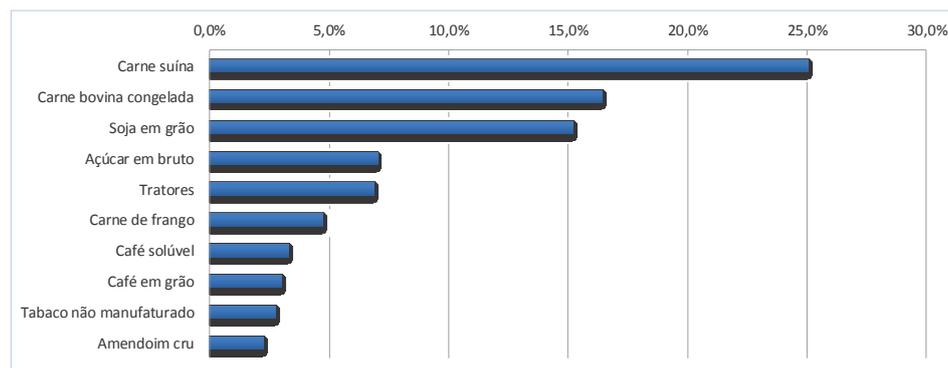


Composição das exportações brasileiras para a Rússia (SH4)
US\$ milhões

Grupos de produtos	2015		2016		2017	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Carne suína	642	26,1%	513	22,3%	686	25,1%
Carne bovina congelada	547	22,2%	389	16,9%	450	16,4%
Soja em grão	232	9,4%	411	17,9%	416	15,2%
Açúcar em bruto	327	13,3%	269	11,7%	193	7,1%
Tratores	3	0,1%	21	0,9%	188	6,9%
Carne de frango	123	5,0%	113	4,9%	129	4,7%
Café solúvel	67	2,7%	84	3,7%	90	3,3%
Café em grão	67	2,7%	71	3,1%	83	3,0%
Tabaco não manufaturado	131	5,3%	96	4,2%	76	2,8%
Amendoim cru	17	0,7%	34	1,5%	62	2,3%
Subtotal	2.156	87,5%	2.001	87,0%	2.373	86,7%
Outros	308	12,5%	299	13,0%	364	13,3%
Total	2.464	100,0%	2.300	100,0%	2.737	100,0%

Elaborado pelo MRE/DP/DC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Maio de 2018.

Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil, 2017

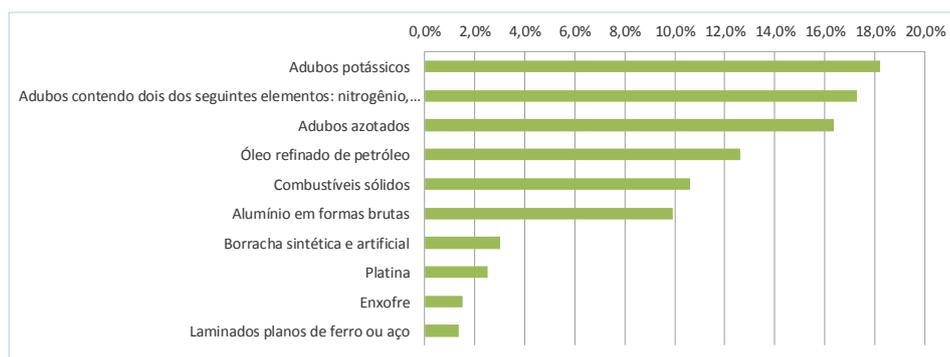


**Composição das importações brasileiras originárias da Rússia (SH4)
US\$ milhões**

Grupos de produtos	2015		2016		2017	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Adbos potássicos	435	19,6%	322	15,9%	482	18,2%
Adbos contendo dois dos seguintes elementos: nitrogênio, fósforo ou potássio	397	17,9%	341	16,9%	457	17,3%
Adbos azotados	394	17,7%	323	16,0%	433	16,4%
Óleo refinado de petróleo	64	2,9%	246	12,2%	334	12,6%
Combustíveis sólidos	159	7,2%	164	8,1%	281	10,6%
Alumínio em formas brutas	358	16,1%	292	14,4%	262	9,9%
Borracha sintética e artificial	74	3,3%	60	3,0%	80	3,0%
Platina	68	3,1%	57	2,8%	67	2,5%
Enxofre	63	2,8%	33	1,6%	40	1,5%
Laminados planos de ferro ou aço	10	0,5%	0	0,0%	36	1,4%
Subtotal	2.022	91,0%	1.838	90,9%	2.472	93,5%
Outros	199	9,0%	183	9,1%	173	6,5%
Total	2.221	100,0%	2.021	100,0%	2.645	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Maio de 2018.

Principais grupos de produtos importados pelo Brasil, 2017



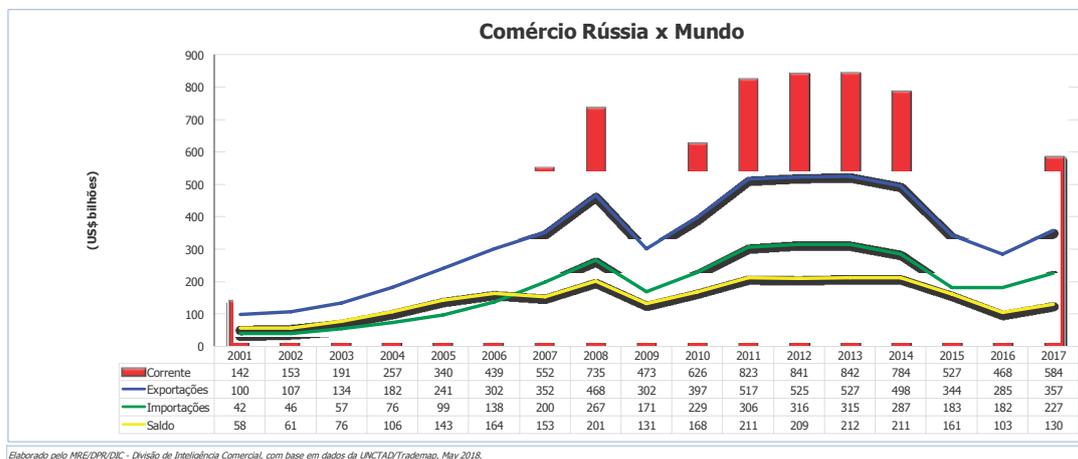
Composição do intercâmbio comercial (dados parciais)
US\$ milhões

Grupos de produtos (SH4)	2 0 1 7 (jan-abr)	Part. % no total	2 0 1 8 (jan-abr)	Part. % no total	Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil em 2018
Exportações					
Soja em grão	141	16,4%	152	26,9%	Soja em grão 26,9%
Tratores	17	2,0%	89	15,7%	Tratores 15,7%
Hidróxido de alumínio	17	2,0%	42	7,4%	Hidróxido de alumínio 7,4%
Açúcar	53	6,2%	35	6,2%	Açúcar 6,2%
Carne de frango	47	5,5%	35	6,2%	Carne de frango 6,2%
Tabaco não manufaturado	24	2,8%	29	5,1%	Tabaco não manufaturado 5,1%
Café em grão	25	2,9%	24	4,2%	Café em grão 4,2%
Amendoim	8	0,9%	23	4,1%	Amendoim 4,1%
Café solúvel	34	3,9%	22	3,9%	Café solúvel 3,9%
Veículos automóveis para transporte de mercadorias	0	0,0%	18	3,2%	Veículos automóveis para transporte de mercadorias 3,2%
Subtotal	366	42,5%	469	83,0%	
Outros	496	57,5%	96	17,0%	
Total	862	100,0%	565	100,0%	

Grupos de produtos (SH4)	2 0 1 7 (jan-abr)	Part. % no total	2 0 1 8 (jan-abr)	Part. % no total	Principais grupos de produtos importados pelo Brasil em 2018
Importações					
Adbulos contendo 2 dos 3 elementos: nitroênio, fósforo e potássio	154	18,3%	170	18,6%	Adbulos contendo 2 dos 3 elementos: nitroênio, fósforo e potássio 18,6%
Adbulos potássicos	135	16,1%	151	16,5%	Adbulos potássicos 16,5%
Adbulos azotados	135	16,1%	139	15,2%	Adbulos azotados 15,2%
Carvão mineral e outros combustíveis sólidos	84	10,0%	124	13,6%	Carvão mineral e outros combustíveis sólidos 13,6%
Óleo bruto de petróleo	96	11,4%	113	12,4%	Óleo bruto de petróleo 12,4%
Alumínio	105	12,5%	105	11,5%	Alumínio 11,5%
Borracha sintética	22	2,6%	27	3,0%	Borracha sintética 3,0%
Enxofre	7	0,8%	24	2,6%	Enxofre 2,6%
Níquel	6	0,7%	7	0,8%	Níquel 0,8%
Laminados planos de ferro ou aço	11	1,3%	6	0,7%	Laminados planos de ferro ou aço 0,7%
Subtotal	755	89,9%	866	94,9%	
Outros produtos	85	10,1%	47	5,1%	
Total	840	100,0%	913	100,0%	

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Maio de 2018.





Parte integrante do Aviso da MSF nº 41 de 2018.

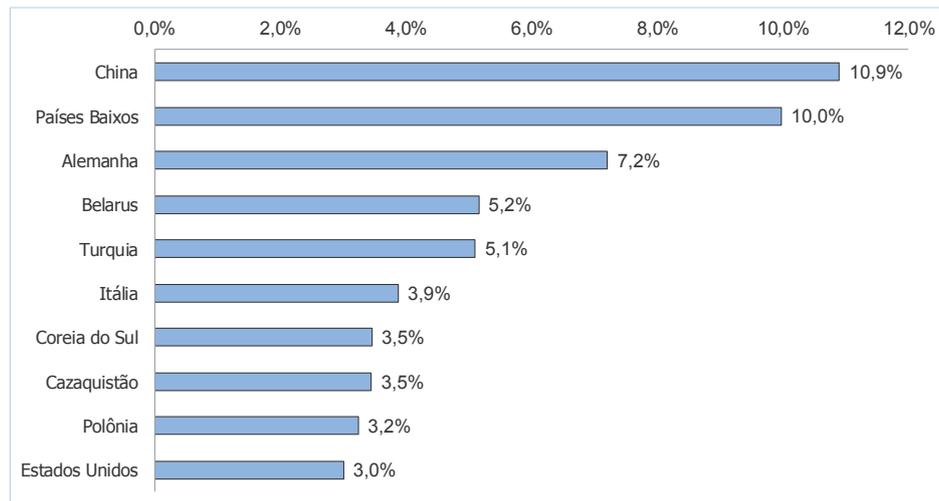
Página 34 de 66



Principais destinos das exportações da Rússia
US\$ bilhões

Países	2 0 1 7	Part.% no total
China	38,92	10,9%
Países Baixos	35,61	10,0%
Alemanha	25,75	7,2%
Belarus	18,43	5,2%
Turquia	18,22	5,1%
Itália	13,84	3,9%
Coreia do Sul	12,35	3,5%
Cazaquistão	12,32	3,5%
Polônia	11,58	3,2%
Estados Unidos	10,74	3,0%
...		
Brasil (35º lugar)	2,03	0,6%
Subtotal	199,78	55,9%
Outros países	157,30	44,1%
Total	357,08	100,0%

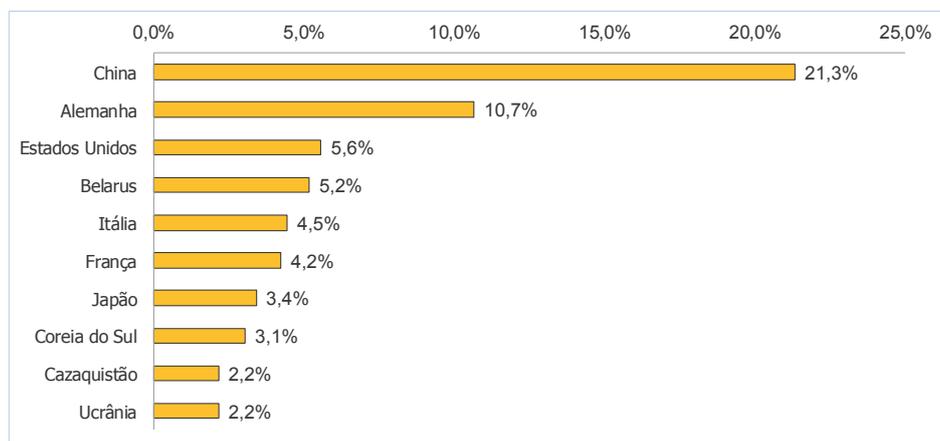
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/Trademap, May 2018.



Principais origens das importações da Rússia
US\$ bilhões

Países	2 0 1 7	Part.% no total
China	48,42	21,3%
Alemanha	24,23	10,7%
Estados Unidos	12,66	5,6%
Belarus	11,77	5,2%
Itália	10,11	4,5%
França	9,63	4,2%
Japão	7,76	3,4%
Coreia do Sul	6,93	3,1%
Cazaquistão	4,92	2,2%
Ucrânia	4,91	2,2%
...		
Brasil (18º lugar)	3,20	1,4%
Subtotal	144,54	63,7%
Outros países	82,42	36,3%
Total	226,97	100,0%

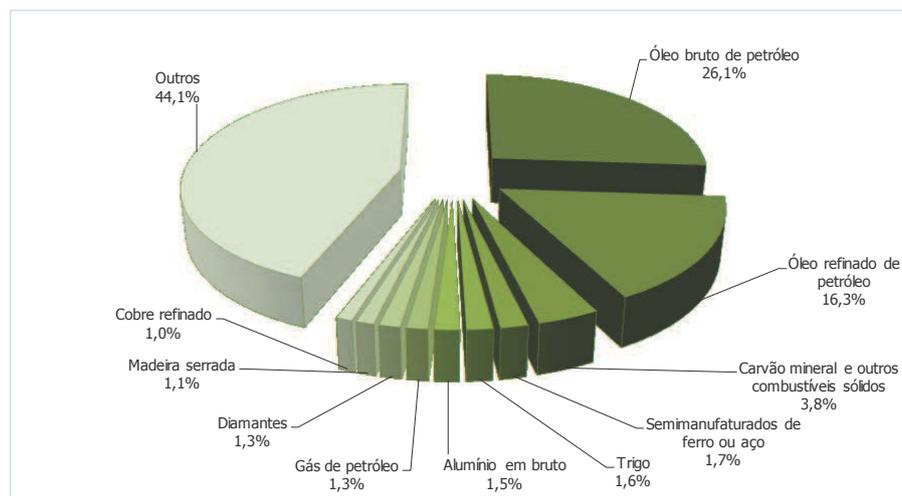
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/Trademap, May 2018.



Composição das exportações da Rússia (SH4)
US\$ bilhões

Grupos de Produtos	2 0 1 7	Part.% no total
Óleo bruto de petróleo	93,31	26,1%
Óleo refinado de petróleo	58,24	16,3%
Carvão mineral e outros combustíveis sólidos	13,53	3,8%
Semimanufaturados de ferro ou aço	6,03	1,7%
Trigo	5,79	1,6%
Alumínio em bruto	5,46	1,5%
Gás de petróleo	4,72	1,3%
Diamantes	4,70	1,3%
Madeira serrada	4,00	1,1%
Cobre refinado	3,65	1,0%
Subtotal	199,43	55,9%
Outros	157,65	44,1%
Total	357,08	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/Trademap, May 2018.

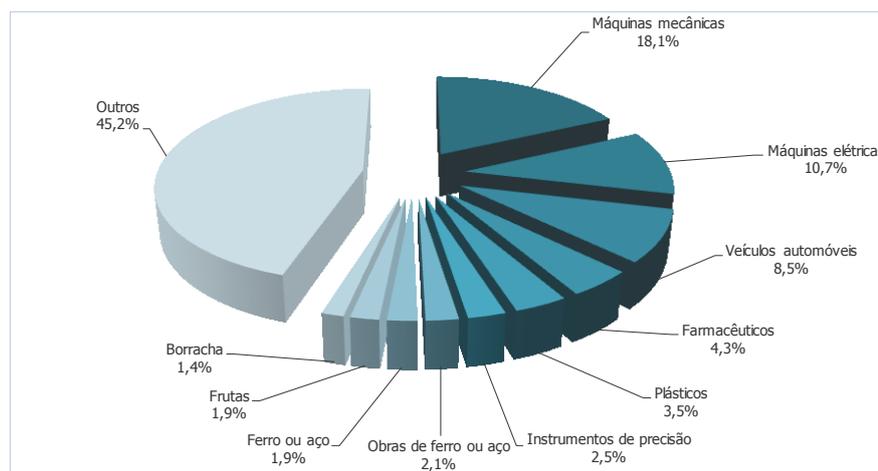


Composição das importações da Rússia (SH2)
US\$ bilhões

Grupos de produtos	2 0 1 7	Part.% no total
Máquinas mecânicas	45,29	18,1%
Máquinas elétricas	26,73	10,7%
Veículos automóveis	21,38	8,5%
Farmacêuticos	10,84	4,3%
Plásticos	8,77	3,5%
Instrumentos de precisão	6,19	2,5%
Obras de ferro ou aço	5,31	2,1%
Ferro ou aço	4,83	1,9%
Frutas	4,68	1,9%
Borracha	3,59	1,4%
Subtotal	137,59	54,8%
Outros	113,30	45,2%
Total	250,89	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/Trademap, May 2018.

10 principais grupos de produtos importados



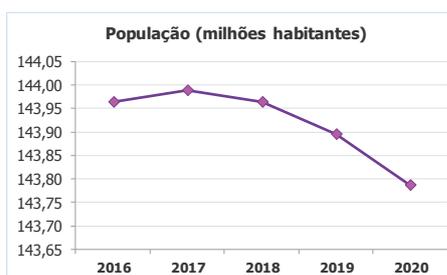
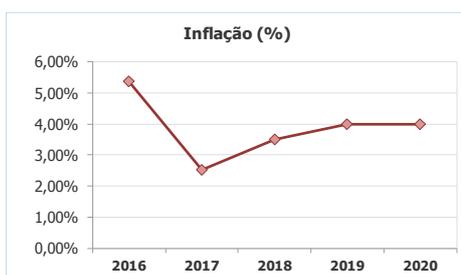
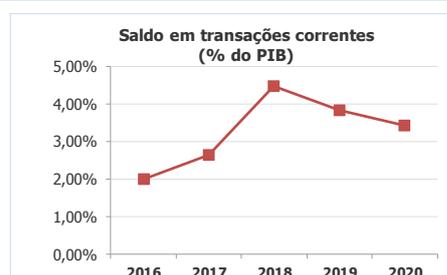
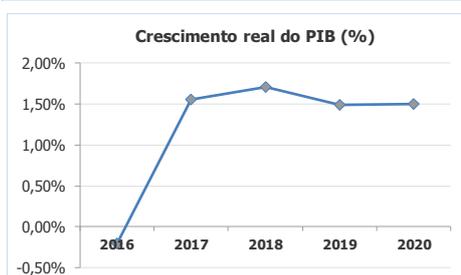
Principais indicadores socioeconômicos da Rússia

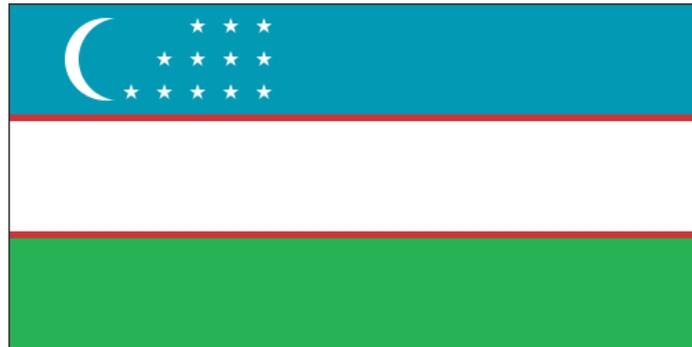
Indicador	2016	2017	2018 ⁽¹⁾	2019 ⁽¹⁾	2020 ⁽¹⁾
Crescimento real do PIB (%)	-0,20%	1,55%	1,71%	1,49%	1,50%
PIB nominal (US\$ triilhões)	1,28	1,53	1,72	1,75	1,79
PIB nominal "per capita" (US\$)	8.900	10.608	11.947	12.191	12.426
PIB PPP (US\$ bilhões)	3,88	4,01	4,17	4,32	4,47
PIB PPP "per capita" (US\$)	26.930	27.834	28.958	30.040	31.113
População (milhões habitantes)	143,97	143,99	143,97	143,90	143,79
Desemprego (%)	5,53%	5,21%	5,50%	5,50%	5,50%
Inflação (%) ⁽²⁾	5,37%	2,52%	3,50%	4,00%	4,00%
Saldo em transações correntes (% do PIB)	1,99%	2,64%	4,47%	3,84%	3,42%
Dívida externa (US\$ bilhões)	524,69	539,64	561,39	582,04	605,00
Câmbio (Rb / US\$) ⁽²⁾	60,66	57,60	62,53	58,89	60,90
Origem do PIB (2017 Estimativa)					
Agricultura	4,7%				
Indústria	32,4%				
Serviços	62,3%				

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base nos dados do IMF - World Economic Outlook Database, April 2018, da EIU, Economist Intelligence Unit, Country Report May 2018 e da cia.gov.

(1) Estimativas FMI e EIU.

(2) Média do período.



MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES**REPÚBLICA DO UZBEQUISTÃO****INFORMAÇÃO OSTENSIVA**
Maio de 2018

DADOS BÁSICOS SOBRE O UZBEQUISTÃO	
NOME OFICIAL:	República do Uzbequistão
GENTÍLICO:	uzbeque
CAPITAL:	Tashkent
ÁREA:	447.400 km ²
POPULAÇÃO:	31,72 milhões (2017)
LÍNGUA OFICIAL:	uzbeque (língua oficial)
PRINCIPAIS RELIGIÕES:	islamismo sunita (88%); cristã ortodoxa (9%) e outras (3%)
SISTEMA DE GOVERNO:	presidencialismo
PODER LEGISLATIVO:	parlamento bicameral composto por Senado e Assembleia Legislativa
CHEFE DE ESTADO:	Shavkat Mirziyoyev (desde 4 de dezembro de 2016)
CHEFE DE GOVERNO:	Abdulla Aripov (desde 14 de dezembro de 2016)
PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB) NOMINAL (2017):	US\$ 67,51 bilhões
PIB – PARIDADE DE PODER DE COMPRA (PPP) (2017):	US\$ 221,72 bilhões
PIB PER CAPITA (2017):	US\$ 2.128
PIB PPP PER CAPITA (2017):	US\$ 6.990
VARIAÇÃO DO PIB:	5,97% (2017); 7,80% (2016); 8% (2015); 8,10% (2014)
ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO - IDH (2016):	0,701 (105ª posição entre 188 países)
EXPECTATIVA DE VIDA (2017):	73,8 anos
ALFABETIZAÇÃO (2017):	99,6%
ÍNDICE DE DESEMPREGO (2016):	10,1%
UNIDADE MONETÁRIA:	som uzbeque
EMBAIXADOR EM TASHKENT:	Antonio Luis Espinola Salgado (não residente)
EMBAIXADOR NO BRASIL:	Said Rustamov (encarregado de negócios, <i>ad interim</i> , não residente)
BRASILEIROS NO PAÍS:	Há registro de um brasileiro residente no Uzbequistão

INTERCÂMBIO BILATERAL BRASIL-UZBEQUISTÃO (US\$ mil – FOB / Fonte: MDIC)										
Brasil →Uzbequistão	2001	2003	2005	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2018 jan-abr
Intercâmbio	3.519	2.712	9.178	8.012	13.771	10.891	46.968	12.425	6.017	2.498
Exportações	18	2.712	7.817	6.753	11.708	8.358	46.607	9.963	5.292	2.367
Importações	3.501	0	1.361	1.259	2.063	2.533	361	2.462	725	130
Saldo	-3.484	2.711	6.457	5.494	9.645	5.825	46.246	7.501	4.567	2.236



APRESENTAÇÃO

O Uzbequistão encontra-se no coração da Ásia Central e faz fronteira com Cazaquistão, Turcomenistão, Quirguistão, Tadjiquistão e Afeganistão.

O país, mediterrâneo, possui território de 447.400 km², caracterizado pela escassa disponibilidade de água, decorrente do desastre ecológico ocorrido no Mar de Aral. No período soviético, foi ali implementado sofisticado sistema de irrigação intensiva, para cultivo de algodão, o qual drenou as águas desse mar — que chegou a ser o quarto maior lago de água salgada do mundo — reduzindo drasticamente seu volume.

Devido à escassez de água e à sua localização, há presença de desertos e de vegetação semiárida no Uzbequistão, sendo seu clima caracterizado por verões longos e quentes, temperados por invernos suaves.

Sua população de 31,72 milhões tem a seguinte composição aproximada: 80% uzbeques e 20% russos, tadjiques e cazaques. A maior parte da população concentra-se na parte oriental do país, devido à presença de terras férteis.

Na atualidade, e em decorrência de históricas invasões árabes, a maior parte da população uzbeque professa a fé islâmica, em sua vertente sunita (oitenta e oito por cento).

O Uzbequistão é um país rico em recursos naturais, que conta com grandes reservas exploráveis de gás natural, petróleo e ouro. Também tem potencial no campo da agricultura, pois 62% de suas terras são produtivas, com histórico destacado no cultivo do algodão.



PERFIS BIOGRÁFICOS

SHAVKAT MIRZIYOYEV



presidente

Shavkat Miromonovich Mirziyoyev nasceu em julho de 1957, em Zaamin. Em 1981, graduou-se em engenharia mecânica pelo Instituto de Engenheiros de Irrigação e Mecanização da Agricultura de Tashkent, onde também obteve o título de doutor em ciências técnicas.

Em 1990, foi eleito deputado do Soviete Supremo do Uzbequistão. Em 1992, foi designado governador do distrito de Mirzo Ulugbek, onde se localiza a cidade de Tashkent. Em 1996, tornou-se governador da região de Jizzakh e, em 2001, da região de Samarcanda, cujo cargo manteve até ser nomeado primeiro-ministro da República do Uzbequistão, em 2003. Foi novamente designado primeiro-ministro em 2005, 2010 e 2015.

Em setembro de 2016, após o falecimento de Islam Karimov, primeiro mandatário uzbeque, a Câmara Legislativa e o Senado reuniram-se em sessão conjunta e indicaram Shavkat Mirziyoyev como presidente interino do país. Em dezembro de 2016, foi eleito presidente.



ABDULLA ARIPOV*primeiro-ministro*

Nascido em maio de 1961, em Tashkent. Em 1983, formou-se em engenharia de comunicações no Instituto de Eletrotécnica e de Comunicações uzbeque, obtendo, posteriormente, o título de doutor em economia.

em maio de 1961, em formou-se em engenharia

de comunicações no Instituto de Eletrotécnica e de Comunicações uzbeque, obtendo, posteriormente, o título de doutor em economia.

Aripov trabalhou na Agência de Telefonia e Telégrafos de Tashkent, de 1983 a 1992, razão pela qual manteve relações próximas com as instituições e entidades de comunicações do governo.

Em dezembro de 2016, foi nomeado primeiro-ministro, em substituição a Shavkat Mirziyoyev, que foi eleito presidente.

SÍNTESE HISTÓRICA

Uma das regiões do globo com o mais antigo registro de presença humana, o território correspondente ao atual Uzbequistão é habitado desde o período paleolítico, tendo sido palco do surgimento de técnicas de domesticação de animais, de antigas formulações teológicas e do desenvolvimento de armas rudimentares.

A partir da conquista e da ocupação pelo império persa, no século VI a.C., surgiram as primeiras cidades da região, como Bucara e Samarcanda. Com a conquista do império persa por Alexandre, o Grande, em 328 a.C., essas cidades tornaram-se importantes centros de trocas comerciais e de promoção de contatos interculturais, bem como do florescimento de diversas religiões.

Boa parte da área foi anexada ao Califado Árabe, entre os anos 709 e 712, quando o islã tornou-se a religião dominante.

No século XIII, o imperador mongol Genghis Khan invadiu a região, provocando grande destruição. Sob seu domínio, migrantes turcos começaram a ocupar o território, dando origem à etnia uzbeque, resultante da miscigenação entre mongóis, turcos e persas.

Após a morte de Genghis Khan, com o enfraquecimento de sua dinastia, líderes tribais passaram a estabelecer controle sobre o antigo canato mongol. A partir de então, iniciou-se progressiva consolidação política, com a conquista da região pelas tribos uzbeques, provenientes do norte.

Estabeleceram-se, assim, três canatos independentes: Bucara, Khiva e Kokand, que vigoraram até meados do século XIX, quando forças russas os



anexaram, sob a forma de protetorados, em decorrência de interesses comerciais. A região passou então a ser administrada por um governador-geral indicado por Moscou, que investiu no setor agrícola, com o objetivo prioritário de suprir as necessidades da indústria russa de algodão e tecidos.

No início do século XX, descendentes de comerciantes uzbeques educados em universidades russas e turcas, conhecidos como *jadadists*, deram início a um movimento político que ganhou força, ao advogar pela modernização e independência do Uzbequistão.

Com o início da Revolução Russa, em 1917, sucederam-se diversos conflitos entre o Exército Vermelho e guerrilhas uzbeques, as quais nutriam esperanças de reconquistar a independência. A formação da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), porém, ensejou a criação, em 1924, da República Socialista Soviética do Uzbequistão.

Durante a Segunda Guerra Mundial, testemunhou-se o crescimento da economia uzbeque, impulsionada pela instalação, no território daquele país, de fábricas de lâmpadas e de unidades de indústria pesada. Surgiram, à época, novas cidades, no entorno de empreendimentos agrícolas estatais diversos. O Uzbequistão recebeu, ademais, grande fluxo de refugiados, provenientes de toda a União Soviética. No mesmo período, muitos cidadãos e lideranças uzbeques foram submetidos à forte repressão do regime de Stalin, especialmente figuras políticas e do universo cultural.

Em 1970, o líder do Partido Comunista do Uzbequistão, Sharof Rashidov, promoveu reformas que enfraqueceram o domínio soviético. Após sua morte, em 1982, Moscou decidiu indicar Islam Karimov como seu sucessor na liderança do partido, com o propósito de reestabelecer a força política da URSS na área. Karimov tornou-se primeiro-secretário da República do Uzbequistão, em 1989, e foi eleito presidente, em 1990, pelo Soviete Supremo do país.

Com a abertura do regime da União Soviética, a partir do governo e das reformas de Mikhail Gorbachev, Islam Karimov introduziu mudanças que ensejaram maior autonomia em sua região, incorporando políticas mais conciliatórias com o islã, ao passo que era reconhecido maior *status* à língua e à cultura uzbeques.

Em 1º de setembro de 1991, após uma tentativa de golpe de estado, o Soviete Supremo do Uzbequistão proclamou a independência do país. Referendo realizado em dezembro do mesmo ano conferiu apoio popular à decisão, que recebeu 98,2% de aprovação. Na sequência, a população elegeu Islam Karimov como presidente da República do Uzbequistão.

Durante seu governo, Karimov procurou promover a autossuficiência do país. Permaneceu no poder até sua morte, em setembro de 2016. O parlamento, na ocasião, nomeou o então primeiro-ministro, Shavkat Mirziyoyev, como líder interino do governo, bem como determinou a realização de eleições. Em dezembro de 2016, Mirziyoyev foi eleito presidente do Uzbequistão.



RELAÇÕES BILATERAIS

As relações entre Brasil e Uzbequistão foram estabelecidas em 1993. No final dos anos 2000, houve aprofundamento do diálogo bilateral, com intercâmbio de visitas de autoridades, que culminou com a viagem ao Brasil do presidente Islam Karimov, em 2009.

A 1ª Reunião de Consultas Políticas Brasil-Uzbequistão realizou-se em Tashkent, em setembro de 2008. Na ocasião, o governo uzbeque manifestou o desejo de que o Brasil instalasse embaixada residente em Tashkent.

Em 2016, o ministro da Agricultura do Uzbequistão visitou o Brasil, ocasião em que reconheceu o potencial de cooperação entre os dois países e manifestou o interesse uzbeque de lançar iniciativas em áreas como agricultura, mineração e energia.

Quanto às relações comerciais, o Uzbequistão, em 2017, foi, para o Brasil, o 137º no ranking de importações e o 161º no ranking de exportações. A balança comercial teve saldo de US\$ 4,56 milhões, menor do que o saldo de 2016, de US\$ 13,07 milhões. As exportações brasileiras concentraram-se basicamente em açúcar.

A embaixada em Moscou, em cooperação com a Apex Brasil, está organizando missão empresarial e comercial ao Uzbequistão, em 2018. A expectativa é a de atrair empresas brasileiras, de distintos setores, a participar de rodadas de negociação com contrapartes uzbeques. Empresas brasileiras como EMBRAER, JBS e Minerva Foods deverão participar do evento. Ademais, foram contatadas entidades governamentais e privadas no Uzbequistão para a realização de um seminário em Tashkent, ao longo de 2018, sobre negócios com o Brasil.

Assuntos consulares

Existe registro de um brasileiro residente no Uzbequistão.



POLÍTICA INTERNA

O sistema de governo uzbeque diferencia as chefias de estado e de governo. O presidente é eleito por voto popular para mandato de cinco anos, assim como os governadores das províncias. O primeiro-ministro e o vice-primeiro-ministro são indicados pelo próprio presidente. O executivo detém grande parte do poder e o sistema pode ser classificado como centralizado.

O Poder Legislativo é bicameral e constituído pelo Senado, também conhecido como Assembleia Suprema, e pela Câmara Legislativa, também conhecida como Assembleia Nacional. No Senado, há 100 cadeiras, com mandato de 5 anos, 84 das quais são eleitas pelos conselhos regionais e 16 são indicadas pelo presidente da república. Na Câmara Legislativa, há 150 cadeiras, também com mandato de 5 anos, das quais 135 são eleitas por voto popular e 15 são reservadas para o Partido do Movimento Ecológico do Uzbequistão.

No Poder Judiciário, de três instâncias, os juízes são designados pelo presidente para mandato de cinco anos.

Em fevereiro de 2017, o recém-eleito presidente Mirziyoyev anunciou uma estratégia de desenvolvimento para 2017-2021, que reúne cinco áreas prioritárias: melhorar a administração pública e a construção do estado; garantir a supremacia da lei; manter o crescimento econômico e liberalizar a economia; aprimorar a segurança social; e garantir a segurança.

Algumas iniciativas dentro da estratégia defrontaram-se com considerável resistência da população uzbeque, organizada em clãs e tribos tradicionais e conservadores. Dentre estas, destaca-se o plano de liberalização da política de vistos, anunciado pelo presidente Mirziyoyev, em dezembro de 2016. A iniciativa facilitaria a entrada de cidadãos de mais de 27 países (inclusive Estados Unidos e países europeus), com o objetivo de atrair investimento externo e fortalecer o turismo. Diante da contrariedade de parcelas significativas da sociedade uzbeque, decidiu-se que o plano não será executado, pelo menos até 2021.

O governo Mirziyoyev, vem, de qualquer forma, adotando reformas liberalizantes na economia, a fim de melhorar o ambiente de negócios no país e atrair maior fluxo de capital estrangeiro.

Quanto aos direitos humanos, o atual presidente realiza esforços para erradicar o trabalho infantil.

POLÍTICA EXTERNA

O Uzbequistão é considerado alvo de embate geopolítico entre diversas potências, no contexto do denominado "Novo Grande Jogo", a disputa por poder e influência na região centro-asiática, sobretudo no tocante às ricas reservas energéticas daquela área. Esse processo envolve potências tanto globais quanto regionais, como Rússia, China, Estados Unidos, Irã, Paquistão e Índia.



A importância do Uzbequistão, nesse contexto, baseia-se em sua posição geográfica central e estratégica, que, em decorrência de questões de fronteira, especialmente com Quirquistão e Tadjiquistão, carrega o potencial de colocar em risco a segurança, a estabilidade e a prosperidade regionais. Em junho de 2010, houve episódio na zona de fronteira com o Quirquistão, no qual a violência étnica entre quirguizes e uzbeques resultou em centenas de vítimas fatais.

O virtual desaparecimento do Mar de Aral é um dos mais conhecidos problemas regionais, acentuando a disputa uzbeque com seus vizinhos acerca do uso compartilhado dos recursos hídricos locais. Tais questões, somadas às ameaças relacionadas ao terrorismo e ao tráfico de narcóticos provenientes do Afeganistão, motivou corrida armamentista na região.

A gestão do presidente Mirziyoyev tem-se destacado por enfatizar as relações regionais, no contexto de iniciativa voltada à melhoria das relações com os vizinhos. Um objetivo importante é o de promover avanços nas negociações acerca de fronteiras com Quirquistão, Tadjiquistão e Cazaquistão, o que poderá ensejar o correto encaminhamento de questões fronteiriças e migratórias pendentes, bem como entendimentos acerca de temas relacionados a minorias étnicas. A nova gestão tem promovido o diálogo sobre o compartilhamento dos recursos hídricos, de acordo com propostas da ONU.

No que concerne ao Cazaquistão, há sinais de mudanças no relacionamento entre os dois países. O mandatário cazaque, Nursultan Nazarbayev, vê na nova liderança uzbeque um parceiro estratégico. Com efeito, a atual gestão uzbeque tem cultivado a reputação de "bom vizinho" e aberto oportunidades para o comércio mútuo. Nos três primeiros meses de 2017, houve crescimento de 37% do comércio bilateral com o Cazaquistão. Desde o início da gestão de Mirziyoyev, os dois países assinaram uma série de acordos bilaterais, inclusive nas áreas de cooperação militar e de infraestrutura. Há, ademais, previsão de liberação da passagem de veículos pela fronteira.

Quanto à Rússia, a abertura econômica uzbeque tem beneficiado Moscou. Há esforços de aproximação com a nova gestão, marcados pela visita do presidente Vladimir Putin a Tashkent em 2016, para parabenizar Mirziyoyev por sua eleição. A cooperação bilateral tem-se fortalecido nas esferas política, comercial e econômica, "pelo bem da paz regional e da segurança na Ásia Central", nas palavras de Putin. Em abril de 2017, os dois países assinaram acordos de investimentos mútuos da ordem de US\$ 12 bilhões e contratos de comércio no valor estimado de US\$ 3,8 bilhões.

A China está cada vez mais presente nos projetos de desenvolvimento uzbeques, em virtude da iniciativa *One Belt, One Road* (OBOR), a Nova Rota da Seda. A inclusão do Uzbequistão na empreitada é uma prioridade para o governo daquele país, pois poderá melhorar sua infraestrutura logística.

A diminuição das importações de gás pela Rússia tem sido compensada pelo aumento das vendas para a China, em decorrência da inclusão do Uzbequistão no gasoduto Ásia Central-China, em 2012, no âmbito da OBOR. Na



ocasião, as estimativas de exportações de gás do Uzbequistão para Pequim saltaram de 14 bilhões de metros cúbicos para cerca de 22 bilhões. Há, também no contexto da OBOR, o projeto do gasoduto "*Line D*", idealizado para atravessar Uzbequistão, Tajiquistão e Quirguistão, chegando finalmente à China.

No que se refere ao Afeganistão, é importante ressaltar o constante interesse uzbeque na estabilização do país, devido às preocupações relativas à infiltração do extremismo islâmico, através da porosa fronteira entre os dois países. Entre 2001 e 2005, o Uzbequistão permitiu o uso, pelos Estados Unidos e pela OTAN, de base militar em Karshi-Kanabad, para apoiar operações militares no Afeganistão. Mesmo tendo sido recentemente ameaçado por militantes do autodenominado Estado Islâmico e temendo o retorno do talibã, o Uzbequistão atualmente não participa de nenhuma forma de cooperação militar com as autoridades afegãs.

O atual presidente, Shavkat Mirziyoyev, tem investido no relacionamento com organizações internacionais e em iniciativas multilaterais. Nessas circunstâncias, o Uzbequistão fez-se representar, em fevereiro de 2017, na primeira Reunião da Assembleia Parlamentar da Organização para a Segurança e Cooperação na Europa (OSCE), da qual participa desde 1992. Ademais, recebeu visita do Alto Comissário de Direitos Humanos da ONU, Príncipe Zeid Ra'ad Al Hussein, que resultou na adoção de plano de ação nessa área, bem como no anúncio do governo uzbeque de que permitiria a instalação de representante do Escritório do Alto Comissário para Direitos Humanos em Tashkent, bem como do presidente do Banco Europeu para Reconstrução e Desenvolvimento (BERD).

Como Tashkent deseja uma participação mais efetiva nos temas relacionados à Ásia Central, o país foi o anfitrião de um grande evento internacional, em novembro de 2017, apoiado por órgãos das Nações Unidas: a conferência "Ásia Central: Passado Compartilhado e Futuro Comum, Cooperação para o Desenvolvimento Sustentável e Prosperidade Mútua", realizada na cidade de Samarcanda. Foram ali discutidas iniciativas para fortalecer a cooperação entre países centro-asiáticos, nas seguintes áreas: política, investimentos, transportes, comunicação, recursos hídricos, energia, ambiental e humanitária. Também foi debatido durante a conferência o papel das organizações internacionais na implementação e desenvolvimento de projetos de capacitação nos países daquela área.

Os Ministros dos Negócios Estrangeiros do Tajiquistão, do Uzbequistão, do Quirguistão e Turcomenistão, juntamente com a Alta Representante da União Europeia para Relações Exteriores e Política de Segurança e o Comissário Europeu para Cooperação Internacional e Desenvolvimento, realizaram, em novembro de 2017, a 13ª Reunião Ministerial UE-Ásia Central, em Samarcanda. Durante a reunião conjunta, foi assinado o documento "A UE e a Ásia Central: trabalhando para um futuro mais seguro e mais próspero juntos".



ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

Nos últimos anos, a Ásia Central enfrentou um importante desafio, o maior da história da região na era pós-URSS, representado pela recessão na economia russa, somada à queda dos preços internacionais do petróleo e do gás e à desaceleração da economia chinesa. A economia uzbeque, nesse contexto, registrou arrefecimento dos índices de expansão econômica que vinha experimentado há quase duas décadas.

A desaceleração da economia russa reduziu as exportações do Uzbequistão para aquele país e as remessas financeiras dos trabalhadores uzbeques que vivem na Rússia (em média 3 milhões). A crise russa foi responsável por guindar a China à condição de principal parceiro comercial do Uzbequistão, em 2014.

O Uzbequistão entregou candidatura a membro da Organização Mundial do Comércio (OMC) em 1995, tendo procurado envidar esforços, desde então, no sentido de adequar-se aos padrões vigentes naquela entidade, especialmente quanto à liberalização do intercâmbio comercial e à criação de condições favoráveis ao comércio internacional. O presidente Mirziyoyev, com o intuito de atrair investimentos, anunciou a intenção uzbeque de instaurar um complexo industrial-militar para reequipar o exército e modernizar o setor de defesa do país, empreendimento entendido como necessário, à luz da instabilidade nas regiões de fronteira.

No ranking de países com melhor ambiente de negócios no ano de 2017, segundo o Banco Mundial, o Uzbequistão subiu 13 posições, de 87º para 74º lugar. No quesito "facilidade para abrir empresas", o país está em 11º lugar.

O setor agrícola no Uzbequistão emprega 30% da mão de obra do país e responde por quase 20% do PIB. A agricultura permanece em grande parte concentrada no setor de cultura do algodão. O país é o quinto maior exportador de algodão do mundo e o sexto maior produtor.

O presidente Mirziyoyev tem adotado reformas econômicas liberalizantes, com vistas à atração de investimentos diretos estrangeiros e melhoria das condições para negócios no país. Seu objetivo é diversificar a base produtiva, ainda fortemente concentrada na monocultura do algodão e na exploração de petróleo e gás.

Em 2017, o crescimento econômico caiu a 5,3% e a inflação subiu para 14,4%, ambos refletindo a acentuada desvalorização da moeda local, que levou a ajustes em toda a economia. O superávit em conta corrente representou 2,8% do PIB.

Espera-se que a melhora das perspectivas externas venha a ensejar o aumento das exportações, impulsionando o crescimento para 5,5% em 2018 e 5,6% em 2019, já que a inflação permanece alta, com esperados aumentos de salários e aposentadorias. A agricultura deverá crescer 4,5% em 2018.



Principais indicadores socioeconômicos do Uzbequistão

Indicador	2016	2017	2018 ⁽¹⁾	2019 ⁽¹⁾	2020 ⁽¹⁾
Crescimento real do PIB (%)	7,80%	5,97%	6,04%	6,00%	6,00%
PIB nominal (US\$ bilhões)	66,85	67,51	68,00	72,20	76,65
PIB nominal "per capita" (US\$)	2.133	2.128	2.118	2.222	2.332
PIB PPP (US\$ bilhões)	205,64	221,72	239,66	259,47	280,82
PIB PPP "per capita" (US\$)	6.561	6.990	7.466	7.987	8.542
População (milhões habitantes)	31,34	31,72	32,10	32,49	32,88
Inflação (%) ⁽²⁾	7,89%	15,67%	10,65%	10,00%	10,00%
Saldo em transações correntes (% do PIB)	0,75%	0,94%	0,26%	-0,26%	-0,83%
Dívida externa (US\$ bilhões)	16,28	16,89	16,41	15,71	15,10
Câmbio (Som / US\$) ⁽²⁾	3.205	8.101	8.307	8.078	7.871

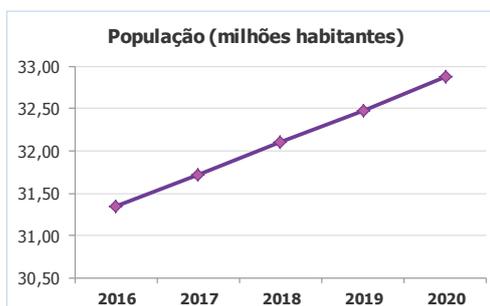
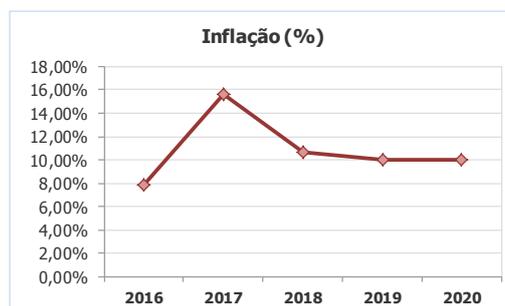
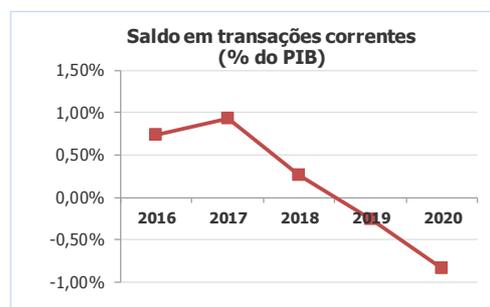
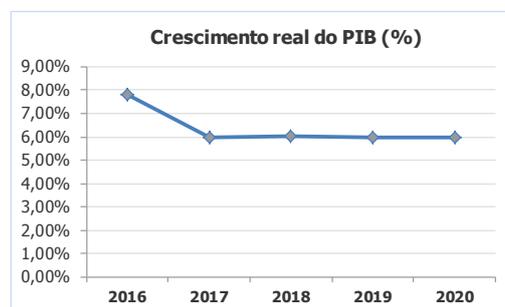
Origem do PIB (2017 Estimativa)

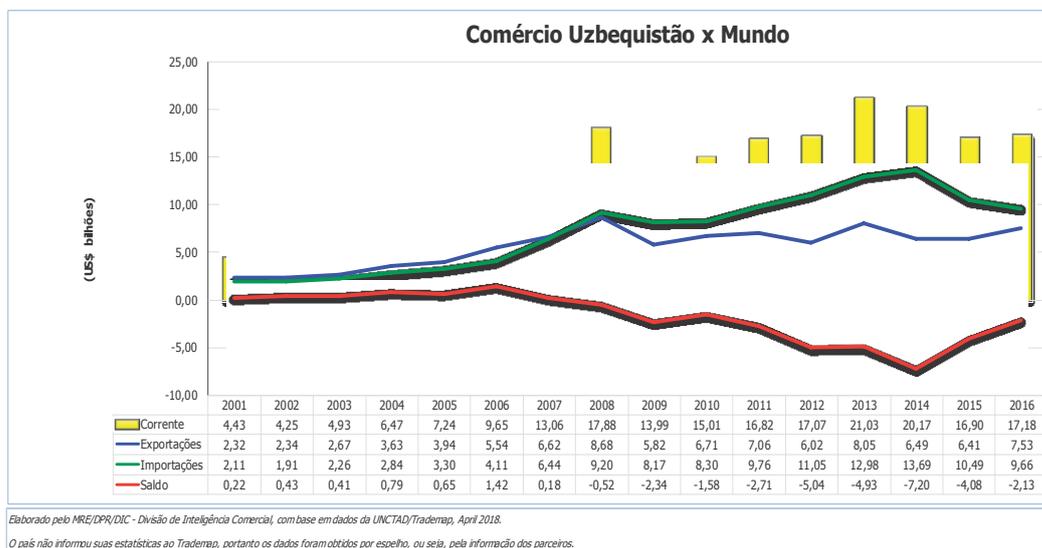
Agricultura	18,5%
Indústria	34,4%
Serviços	47,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base nos dados do IMF - World Economic Outlook Database, October 2017, da EIU, Economist Intelligence Unit, Country Report 1st Quarter 2018 e da Cia.gov.

(1) Estimativas FMI e EIU.

(2) Média do período.



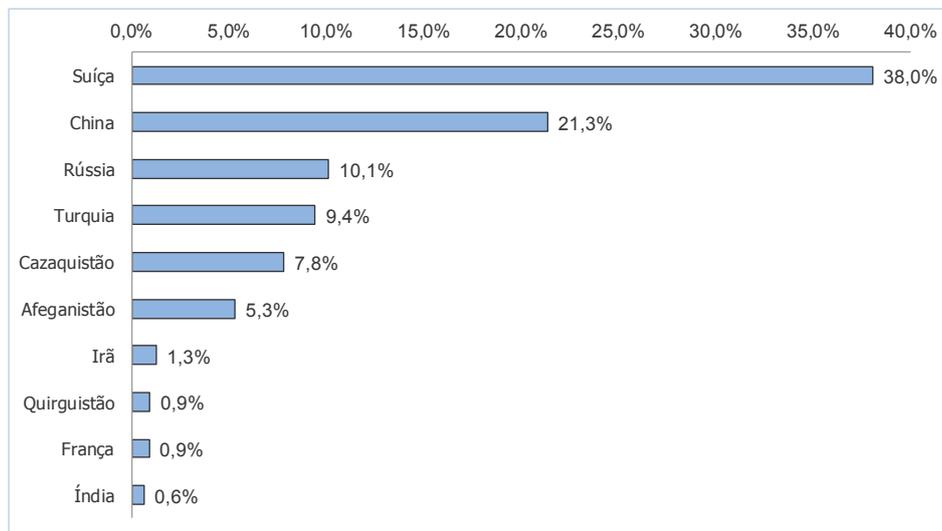


Principais destinos das exportações do Uzbequistão
US\$ milhões

Países	2 0 1 6	Part.% no total
Suíça	2.864	38,0%
China	1.607	21,3%
Rússia	761	10,1%
Turquia	709	9,4%
Cazaquistão	588	7,8%
Afeganistão	399	5,3%
Irã	94	1,3%
Quirguistão	70	0,9%
França	66	0,9%
Índia	46	0,6%
...		
Brasil (58º lugar)	0,5	0,0%
Subtotal	7.205	95,7%
Outros países	323	4,3%
Total	7.528	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/Trademap, Abril 2018.

O país não informou suas estatísticas ao Trademap, portanto os dados foram obtidos por espelho, ou seja, pela informação dos parceiros.

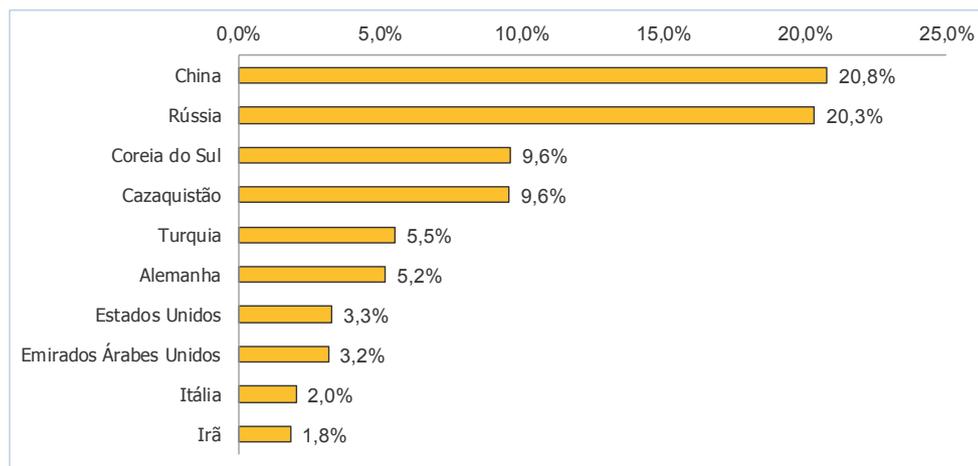


**Principais origens das importações do Uzbequistão
US\$ milhões**

Países	2 0 1 6	Part.% no total
China	2.007	20,8%
Rússia	1.965	20,3%
Coreia do Sul	928	9,6%
Cazaquistão	923	9,6%
Turquia	533	5,5%
Alemanha	500	5,2%
Estados Unidos	318	3,3%
Emirados Árabes Unidos	305	3,2%
Itália	195	2,0%
Irã	176	1,8%
...		
Brasil (38º lugar)	14	0,1%
Subtotal	7.863	81,4%
Outros países	1.793	18,6%
Total	9.657	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/Trademap, Abril 2018.

O país não informou suas estatísticas ao Trademap, portanto os dados foram obtidos por espelho, ou seja, pela informação dos parceiros.

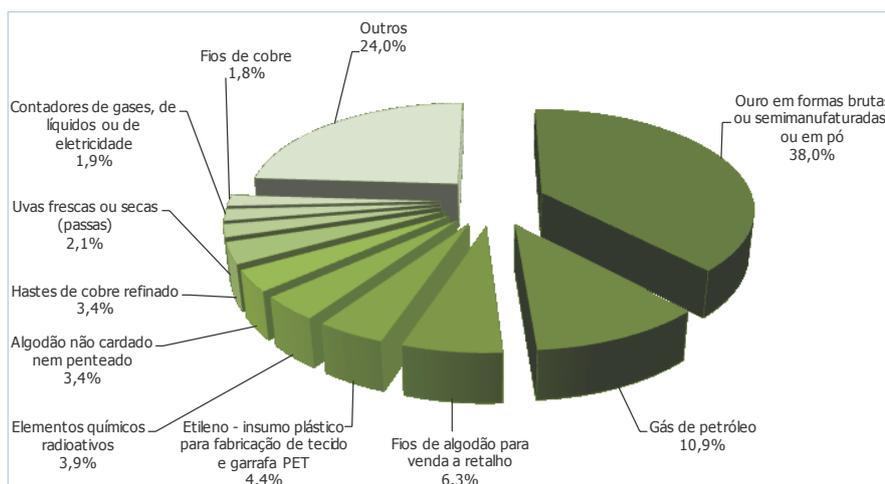


Composição das exportações do Uzbequistão (SH4)
US\$ milhões

Grupos de Produtos	2 0 1 6	Part.% no total
Ouro em formas brutas ou semimanufaturadas, ou em pó	2.861	38,0%
Gás de petróleo	820	10,9%
Fios de algodão para venda a retalho	475	6,3%
Etileno - insumo plástico para fabricação de tecido e garrafa PET	331	4,4%
Elementos químicos radioativos	291	3,9%
Algodão não cardado nem penteado	257	3,4%
Hastes de cobre refinado	256	3,4%
Uvas frescas ou secas (passas)	155	2,1%
Contadores de gases, de líquidos ou de eletricidade	142	1,9%
Fios de cobre	133	1,8%
Subtotal	5.720	76,0%
Outros	1.808	24,0%
Total	7.528	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/Trademap, Abril 2018.

O país não informou suas estatísticas ao Trademap, portanto os dados foram obtidos por espelho, ou seja, pela informação dos parceiros.



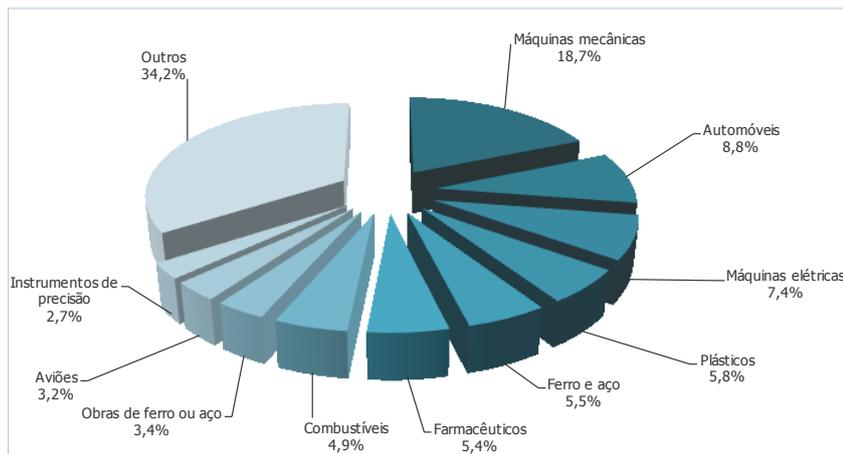
Composição das importações do Uzbequistão (SH2)
US\$ milhões

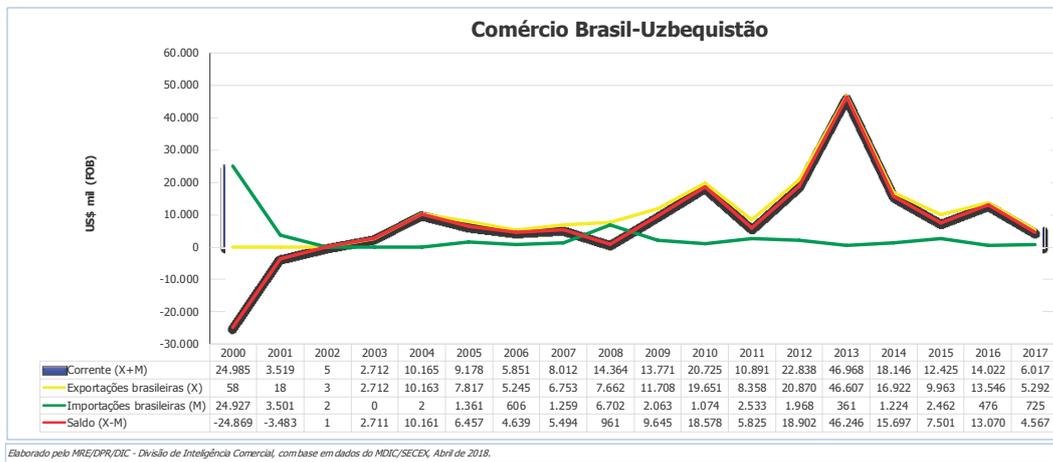
Grupos de produtos	2 0 1 6	Part.% no total
Máquinas mecânicas	1.803	18,7%
Automóveis	850	8,8%
Máquinas elétricas	717	7,4%
Plásticos	559	5,8%
Ferro e aço	529	5,5%
Farmacêuticos	523	5,4%
Combustíveis	477	4,9%
Obras de ferro ou aço	331	3,4%
Aviões	308	3,2%
Instrumentos de precisão	257	2,7%
Subtotal	6.352	65,8%
Outros	3.305	34,2%
Total	9.657	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/Trademap, Abril 2018.

O país não informou suas estatísticas ao Trademap, portanto os dados foram obtidos por espelho, ou seja, pela informação dos parceiros.

10 principais grupos de produtos importados



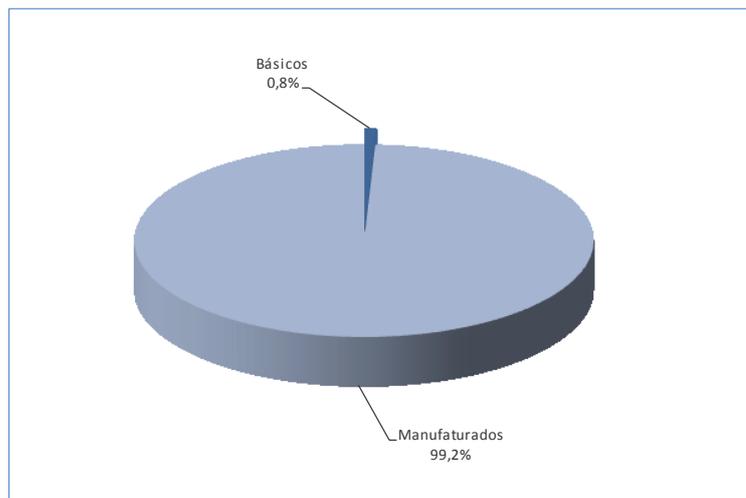
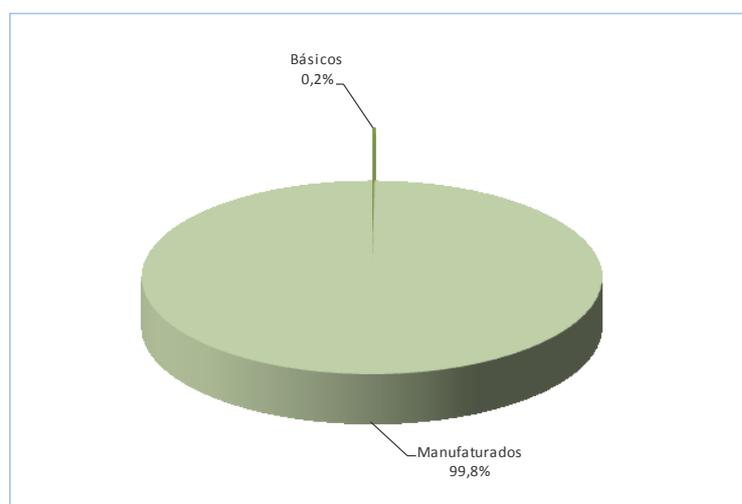


2017 / 2018	Exportações brasileiras	Importações brasileiras	Corrente de comércio	Saldo
2017 (jan-mar)	747	53	800	694
2018 (jan-mar)	1.852	129	1.982	1.723

Parte integrante do Aviso da MSF nº 41 de 2018.

Página 57 de 66



**Exportações e importações brasileiras por fator agregado
2017****Exportações****Importações**

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX, Abril de 2018.

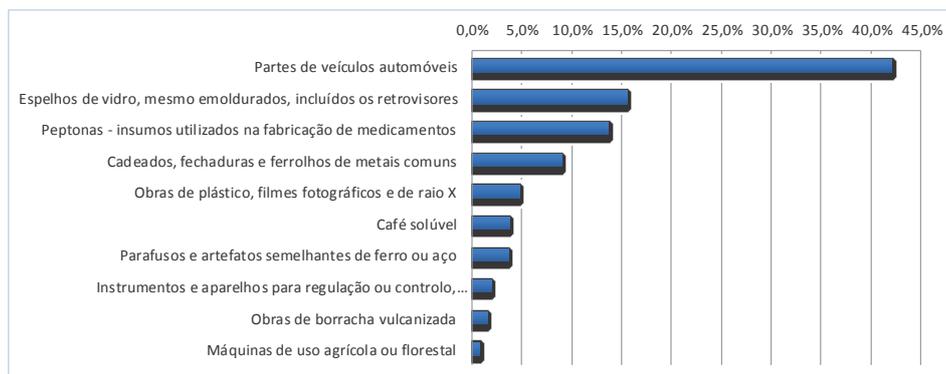


Composição das exportações brasileiras para o Uzbequistão (SH4)
US\$ mil

Grupos de produtos	2015		2016		2017	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Partes de veículos automóveis	2.010	20,2%	141	1,0%	2.223	42,0%
Espelhos de vidro, mesmo emoldurados, incluídos os retrovisores	0	0,0%	0	0,0%	819	15,5%
Peptonas - insumos utilizados na fabricação de medicamentos	1.575	15,8%	287	2,1%	723	13,7%
Cadeados, fechaduras e ferrolhos de metais comuns	238	2,4%	10	0,1%	476	9,0%
Obras de plástico, filmes fotográficos e de raio X	266	2,7%	13	0,1%	250	4,7%
Café solúvel	329	3,3%	312	2,3%	202	3,8%
Parafusos e artefatos semelhantes de ferro ou aço	153	1,5%	56	0,4%	193	3,6%
Instrumentos e aparelhos para regulação ou controlo, automáticos	0	0,0%	177	1,3%	100	1,9%
Obras de borracha vulcanizada	63	0,6%	4	0,0%	78	1,5%
Máquinas de uso agrícola ou florestal	0	0,0%	16	0,1%	43	0,8%
Subtotal	4.633	46,5%	1.015	7,5%	5.106	96,5%
Outros	5.330	53,5%	12.531	92,5%	185	3,5%
Total	9.963	100,0%	13.546	100,0%	5.292	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Abril de 2018.

Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil, 2017

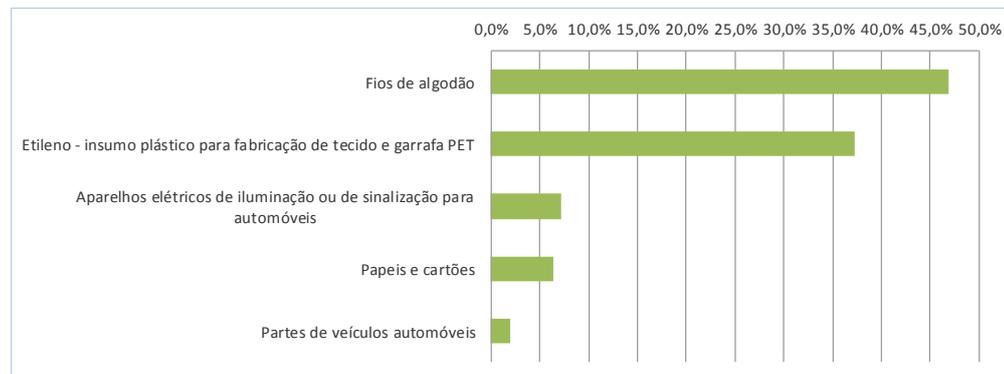


Composição das importações brasileiras originárias do Uzbequistão (SH4)
US\$ mil

Grupos de produtos	2015		2016		2017	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Fios de algodão	1.325	53,8%	164	34,3%	340	47,0%
Etileno - insumo plástico para fabricação de tecido e garrafa PET	0	0,0%	310	65,1%	270	37,3%
Aparelhos elétricos de iluminação ou de sinalização para automóveis	476	19,3%	0	0,0%	52	7,2%
Papeis e cartões	0	0,0%	0	0,0%	46	6,4%
Partes de veículos automóveis	297	12,0%	0	0,0%	14	1,9%
Máquinas com função própria	358	14,5%	0	0,0%	0	0,0%
Subtotal	2.455	99,7%	473	99,4%	723	99,7%
Outros	7	0,3%	3	0,6%	2	0,3%
Total	2.462	100,0%	476	100,0%	725	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Abril de 2018.

Principais grupos de produtos importados pelo Brasil, 2017



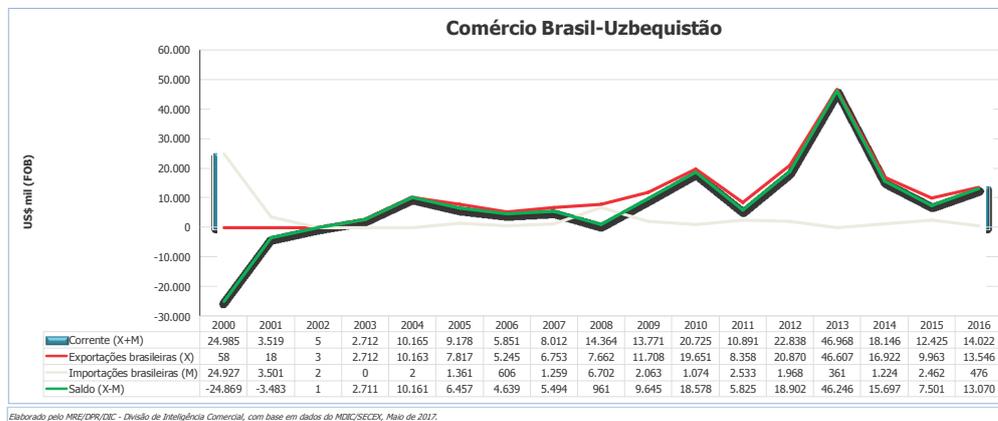
Composição do intercâmbio comercial (dados parciais)
US\$ mil

Grupos de produtos	2 0 1 7 (jan-mar)	Part. % no total	2 0 1 8 (jan-mar)	Part. % no total	Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil em 2018
Exportações					
Partes de veículos automóveis	319	42,7%	994	53,7%	
Espelhos de vidro, mesmo emoldurados, incluídos os retrovisores	230	30,8%	300	16,2%	
Café solúvel	0	0,0%	111	6,0%	
Obras de plástico	15	2,1%	95	5,1%	
Cadeados, fechaduras e ferrolhos de metais comuns	49	6,6%	82	4,4%	
Parafusos e artefatos semelhantes de ferro ou aço	0	0,0%	81	4,4%	
Obras de borracha vulcanizada	0	0,0%	74	4,0%	
Interruptores, comutadores, relés e semelhantes	0	0,0%	39	2,1%	
Carnes de frango	0	0,0%	29	1,6%	
Resina (mástique) de vidraceiro, cimentos de resina	0	0,0%	16	0,8%	
Subtotal	614	82,1%	1.820	98,2%	
Outros	134	17,9%	33	1,8%	
Total	747	100,0%	1.852	100,0%	

Grupos de produtos	2 0 1 7 (jan-mar)	Part. % no total	2 0 1 8 (jan-mar)	Part. % no total	Principais grupos de produtos importados pelo Brasil em 2018
Importações					
Etileno - insumo plástico para fabricação de tecido e garrafa PET	0	100,0%	127	98,2%	
Partes de veículos automóveis	0	0,0%	2	1,7%	
Alcalóides vegetais, naturais ou sintéticos	0	0,0%	0,2	0,1%	
Aparelhos elétricos de iluminação ou de sinalização para automóveis	52	98,0%	0	0,0%	
Subtotal	52	100,0%	129	100,0%	
Outros produtos	1	0,0%	0	0,0%	
Total	53	100,0%	129	100,0%	

Elaborado pela MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Abril de 2018.





CRONOLOGIA HISTÓRICA

2017 / 2016	Exportações brasileiras	Importações brasileiras	Corrente de comércio	Saldo
2016 (jan-abr)	12.290	0,0	12.290	12.290
2017 (jan-abr)	1.343	53,1	1.396	1.289

Página 62 de 66 Parte integrante do Aviso da MSF nº 41 de 2018.



2300 a.C.	Civilizações conhecidas como Khorezm e Bactria Margiana habitam a região onde, atualmente, encontra-se o Uzbequistão.
500 a.C.	O Império Persa ocupa a região e faz com que as primeiras cidades, Bucara e Samarcanda, surjam e participem da Rota da Seda.
600 a.C.	O zoroastrismo surge em território uzbeque e seu livro sagrado, Avesta, passa a ser considerado como uma das principais heranças religiosas do povo uzbeque.
328 a.C.	Alexandre, o Grande, assume o controle Samarcanda.
Séc. VII	Os árabes iniciam a invasão da Ásia Central e chegam ao Uzbequistão por volta do ano 700. Durante esse processo de dominação, os habitantes locais são convertidos ao Islamismo.
Séc. IX	Dinastia turca assume o poder na Transoxania (antiga denominação geográfica para o território onde encontram-se atualmente o Uzbequistão, Turcomenistão e Tajiquistão). A cidade de Bucara torna-se um grande centro islâmico.
1258	O Império Mongol, liderado por Genghis Khan, conquista uma grande área da Ásia Central, inclusive o território do Uzbequistão.
Séc. XIV	Tamerlane, um governante turco-mongol, estabelece império sob seu domínio, com capital em Samarcanda.
1865	Os russos incorporam o Uzbequistão em sua área de influência.
1921	A reorganização do território da Ásia Central, que a Rússia havia dominado, resulta na criação de vários Estados, sendo o Uzbequistão um deles.
1922	É criada a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), da qual o Uzbequistão é parte.
1950	O Uzbequistão desenvolve expressiva produção de algodão através de um grande sistema de irrigação, que utiliza as águas do Mar de Aral. Esse sistema de irrigação contribui para a devastação da área.
1990	O Uzbequistão se declara independente, tendo Islam Karimov como seu presidente.
1994	O Uzbequistão assina tratado de integração econômica com a Rússia.
1994	Uzbequistão, Quirguistão e Cazaquistão assinam um acordo de cooperação econômica, social e militar.
1995	O Partido Popular Democrático ganha as eleições gerais e Islam Karimov tem seu mandato estendido por mais 5 anos.
2000	Islam Karimov é reeleito para um mandato de 5 anos.
2001	Uzbequistão, China, Rússia, Cazaquistão, Quirguistão e Tajiquistão



	formam a Organização para Cooperação de Xangai (OSC).
2001	Uzbequistão permite a utilização de sua base aérea pelos Estados Unidos para operações no Afeganistão.
2001	O presidente Karimov ganha um referendo aumentando seu mandato de 5 para 7 anos.
2002	Uzbequistão e Cazaquistão iniciam uma disputa de fronteira.
2004	Os presidentes de Uzbequistão e Turcomenistão assinam um acordo para dividir recursos hídricos.
2005	O Parlamento uzbeque vota pela retirada das tropas norte-americanas de sua base aérea em Khanabad.
2007	Islam Karimov é reeleito presidente.
2008	Uzbequistão permite de forma limitada o retorno das tropas norte-americanas a sua base aérea para a retomada de sua operação no Afeganistão.
2009	As tropas norte-americanas são autorizadas a levar suprimentos para seus acampamentos no Afeganistão através do Uzbequistão.
2015	Islam Karimov é eleito pela quarta vez consecutiva para a presidência do Uzbequistão.
2016	O presidente Karimov falece após 27 anos no poder.
2016	Shavkat Mirziyoyev é eleito novo presidente do Uzbequistão.

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

1993	Estabelecimento das relações comerciais entre o Brasil e o Uzbequistão.
2008	Visita ao Brasil do ministro de Relações Econômicas Exteriores, Investimentos e Comércio, Elyor Ganiev.
2009	Visita ao Brasil do presidente Islam Karimov.



ACORDOS BILATERAIS

Título	Data de Celebração	Situação
Protocolo sobre Consultas Políticas entre o Ministério das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil e o Ministério dos Negócios Estrangeiros da República do Uzbequistão	10/08/2007	Em vigor
Acordo de Cooperação Cultural entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Uzbequistão	28/05/2009	Em Vigor
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Uzbequistão sobre a Isenção de Visto para Portadores de Passaportes Diplomáticos	28/05/2009	Em Vigor
Memorando de Entendimento sobre Consultas Políticas entre o Ministério das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil e o Ministério dos Negócios Estrangeiros da República do Uzbequistão	28/05/2009	Em Vigor
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Uzbequistão sobre Cooperação Econômica e Comercial	28/05/2009	Em Vigor
Acordo de Cooperação Técnica entre Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Uzbequistão	28/05/2009	Em Vigor



Aviso nº 242 - C. Civil.

Em 21 de maio de 2018.

A Sua Excelência o Senhor
Senador JOSÉ PIMENTEL
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem com a qual o Excelentíssimo Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor TOVAR DA SILVA NUNES, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na Federação Russa e, cumulativamente na República do Uzbequistão.

Atenciosamente,

ELISEU PADILHA
Ministro de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República



Ofício da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP





SENADO FEDERAL

OFÍCIO "S" Nº 23, DE 2018

Encaminha o Balanço de Gestão da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP, referente ao ano de 2017.

AUTORIA: Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis

DOCUMENTOS:

- [Texto do ofício](#)

DESPACHO: À Comissão de Serviços de Infraestrutura



[Página da matéria](#)





00100.064314/2018-40
04.02.03.12
(2180/E)
Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis
Av. Rio Branco nº 65 - 21º andar
20090-004 – Rio de Janeiro – RJ
Tel: (21) 2112-8133 / 8111 – Fax: 2112-8108
www.anp.gov.br

Ofício nº 82 /2018/DG-ANP

Rio de Janeiro, 14 de maio de 2018.

A Sua Excelência o Senhor
EUNÍCIO OLIVEIRA
Presidente do Senado Federal
Senado Federal - Praça dos Três Poderes - Anexo 1 - 17º pavimento
70.160-900 - Brasília - DF

Assunto: **Balanco de Gestão da ANP para o ano de 2017**

Excelentíssimo Senhor Presidente,

1. Encaminhamos, em anexo, o relatório intitulado “Balanco de Gestão da ANP para o ano de 2017”.
2. Este documento tem por objetivo mostrar um balanço de gestão, após um ano de efetivo trabalho da nova Diretoria da Agência, apresentando as atividades mais relevantes realizadas no ano calendário de 2017, com o intuito de dar transparência às ações da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP, que tiveram resultados significativos para o mercado regulado e para a sociedade.
3. Sem mais para o momento, renovamos os protestos de elevada estima e consideração.

Respeitosamente,



JOSÉ CESÁRIO CECHI
Diretor-Geral Substituto



Balanço de Gestão ANP 2017



AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS

DIRETOR GERAL

Décio Oddone

DIRETORES

Aurélio Amaral

Dirceu Amorelli

Felipe Kury

José Cesário Cecchi

ESCRITÓRIO CENTRAL

Av. Rio Branco, n.65 - 12º ao 22º andar

Centro - CEP 20.090-004 - Rio de Janeiro - RJ - Brasil

www.anp.gov.br



Balanco de Gestao ANP 2017



Sumário

Apresentação	6
1. Introdução	7
2. Finalidade e competências institucionais da ANP	8
2.1 Atualmente a ANP possui as seguintes atribuições:	8
2.2 Ambiente de atuação	11
2.3 Entre outras atribuições, a ANP:	11
2.4 Organograma.....	13
3. Aperfeiçoamento da Gestão.....	14
3.1 Gestão Orçamentária	15
3.2 Gestão Documental.....	16
3.3 Concurso Público	19
3.4 Desenvolvimento e implementação do primeiro Ciclo do Planejamento Estratégico	19
3.5 Reformulação da estrutura interna	20
3.6 Implementação da Agenda Regulatória	21
3.6.1 Análise de Impacto Regulatório (AIR).....	21
3.7 Aprimoramento no planejamento das ações de capacitação	21
3.8 Aprimoramento dos procedimentos	22
3.9 Desburocratização e simplificação de procedimentos.....	22
3.10 Ampliação do diálogo com os agentes regulados e a sociedade.....	24
3.11 Gestão da Tecnologia da Informação	24
3.12 Prêmio ANP de Inovação Tecnológica 2017.....	25
3.13 Prêmio ANP de Inovação Tecnológica 2018.....	30
4. Exploração e Produção	30
4.1 Avaliação Geológica das Áreas, Seminários Técnicos das Rodadas e RoadShows.....	31
4.1.1 Avaliação Geológica das Áreas, Seminários Técnicos das Rodadas e RoadShows.....	31
4.1.2 Gestão do Plano Plurianual de Estudos de Geologia e Geofísica da ANP (PPA).....	32
4.2 Rodadas de Licitações.....	32
4.2.1 4ª Rodada de Licitações de Áreas com Acumulações Marginais	33
4.2.2 14ª Rodada de Licitações de Blocos Exploratórios	34
4.2.3 2ª Rodada de Licitações de Partilha de Produção.....	35
4.2.4 3ª Rodada de Licitações de Partilha de Produção.....	35
4.2.5 Assinatura dos contratos da 2ª e 3ª Rodada de Licitações de Partilha de Produção.....	36
4.3 Rodadas de Licitação para 2018.....	37
4.3.1 15ª Rodada de Licitações de Blocos Exploratórios	37
4.3.2 4ª Rodada de Licitações de Partilha de Produção.....	37
4.4 Extensão da fase exploratória (R11 e R12).....	38
4.5 Oferta Permanente.....	38
4.6 Incentivo da exploração e da produção de petróleo e gás natural em benefício da sociedade brasileira.....	39
4.6.1 Análises de pleitos de Prorrogação Contratual de contratos da Rodada Zero.....	39
4.6.2 Estudos técnicos para suporte a resolução sobre procedimento para concessão de incentivo para redução da alíquota de royalties sobre a produção incremental em campos maduros.	39
4.6.3 Análise e aprovação dos Planos de Desenvolvimento (PD).....	39
4.7 Resoluções em destaque no upstream	39
4.8 Novo modelo de Conteúdo Local	40



Balanço de Gestão ANP – 2017

4.8.1	Consulta e Audiência Públicas sobre regulamentação dos mecanismos de Isenção, Ajuste e Transferência de Conteúdo Local, e da possibilidade de aditamento dos contratos em vigor	41
4.8.2	Conclusão da análise do pedido de Isenção de Conteúdo Local para o FPSO Piloto de Libra.....	42
4.8.3	Publicação de Informações sobre certificados de conteúdo local	42
4.9	Participações Governamentais (Royalty e Participação Especial)	42
4.9.1	Atualização do modelo de cálculo de royalties	44
4.10	Fiscalização da Produção.....	44
4.11	Segurança Operacional	45
4.11.1	Fiscalização Offshore	45
4.11.2	Fiscalização Onshore.....	46
5.	Mid e Downstream	48
5.1	Qualidade dos Produtos	48
5.1.1	Centro de Pesquisas Tecnológicas (CPT) da ANP.....	49
5.1.2	Acreditação do CPT	50
5.1.3	Desempenho mínimo dos lubrificantes.....	51
5.1.4	Atualização e unificação de regras para comercialização de óleos básicos	52
5.1.5	Nova resolução sobre controle da qualidade de produtos importados	53
5.1.6	Aditivação compulsória da gasolina	53
5.2	Fiscalização do Abastecimento.....	54
5.3	Marco regulatório da distribuição e revenda de GLP.....	54
5.4	Biometano	55
5.5	Metanol.....	55
5.6	Comércio Exterior	56
5.7	Acompanhamento dos preços do petróleo, seus derivados, gás natural e biocombustíveis pela ANP.....	57
5.8	Dia do Consumidor	58
5.9	Gás para Crescer.....	59
5.10	Combustível Brasil	59
5.11	Comprovação da Disponibilidade de Gás Natural para Participação em Leilões de Energia Elétrica.....	60
5.12	Termo de Compromisso NTS e TAG	60
5.13	Chamada Pública TBG.....	61
5.14	Outorga de autorizações para os agentes econômicos.....	61
5.15	Ações de Fiscalização (investigação de incidentes, verificação de aspectos de segurança operacional, concessão de autorizações)	62
6.	Conclusão	63



Apresentação

O ano de 2017 foi muito importante para a ANP e histórico para o setor de petróleo, gás e biocombustíveis no Brasil. Tempo de grandes transformações, em que a Agência foi protagonista de ações que contribuíram para a abertura de um novo ciclo de investimentos para o País. Começamos a ver o desenvolvimento de um mercado mais aberto, diversificado e competitivo na exploração e produção, no gás natural e no abastecimento de combustíveis.

Realizamos quatro rodadas de licitações de áreas para exploração e produção em 12 meses – um número recorde – com resultados que superaram as expectativas. A 14ª registrou o maior bônus de assinatura da história das rodadas de concessão: R\$ 3,8 bilhões. A 2ª e a 3ª Rodadas de Partilha da Produção no Pré-sal obtiveram ágios no excedente em óleo ofertado superiores a 200%. Já na 4ª Rodada de Licitações de Áreas com Acumulações Marginais, das nove áreas ofertadas, oito foram arrematadas.

Lançamos a oferta permanente de áreas, que terá início em 2018. Esta modalidade representa um passo importante na retomada da atividade de exploração e produção, ao permitir que um campo ou bloco não arrematado em um determinado leilão integre um estoque de áreas em oferta permanente. E, finalmente, temos um calendário para a continuidade das rodadas de licitações até 2019.

No segmento de exploração e produção, trabalhamos no novo modelo de conteúdo local, com iniciativas como a regulamentação dos mecanismos de isenção. Aperfeiçoamos a fiscalização da produção e da segurança operacional e iniciamos estudos relativos à possibilidade de redução da alíquota de royalties para campos maduros, com o objetivo de incentivar o aumento da produção.

Aprimoramos o planejamento da fiscalização do abastecimento, o que resultou em um trabalho mais concentrado nos focos de irregularidades. Colaboramos decisivamente para que o país deixasse de desperdiçar o biometano disponível. E participamos da construção de programas de governo fundamentais para o desenvolvimento da cadeia produtiva, tais como Gás para Crescer, Reate, Combustível Brasil e RenovaBio.

Essas missões foram cumpridas simultaneamente ao permanente trabalho de aperfeiçoamento dos mecanismos de governança e gestão. Envolvermos todas as áreas da Agência no esforço de atualização e simplificação regulatória, demos início à implantação do Sistema Eletrônico de Informação (SEI), como parte do projeto “ANP Digital”, que resultará em ganhos em agilidade, transparência e redução de custos, com melhor atendimento dos agentes de mercado.

Estamos prontos para desafios ainda maiores de 2018, que enfrentaremos com o empenho, a seriedade, a ética e a qualidade que a sociedade brasileira espera da ANP.

Décio Oddone
Diretor-geral da ANP



1. | Introdução



1. Introdução

Este relatório tem por objetivo mostrar um balanço de gestão, após um ano de efetivo trabalho da nova Diretoria da Agência, apresentando as atividades mais relevantes realizadas no ano calendário de 2017, com o intuito de dar transparência às ações da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP, que tiveram resultados significativos para o mercado regulado e para a sociedade.

A exposição a seguir apresenta três dimensões técnico-administrativas: gestão; upstream (exploração e produção); e mid/downstream.

Primeiramente, será abordada a conceituação legal sobre a criação da ANP, finalidade, competências e área de atuação regulatória. Esta parte é importante porque contextualiza o assunto, possibilitando o pleno entendimento do escopo aqui apresentado pelas ações realizadas ao longo do ano de 2017 e suas respectivas motivações.

Na sequência, destacaremos as principais ações decorrentes da atuação na disciplina "gestão", visando à preparação da Agência para os novos desafios percebidos, impostos pelo momento de transformação que a indústria do petróleo e gás vem atravessando no país.

Por fim, serão apresentadas, resumidamente, as atividades principais iniciadas e concluídas no mesmo exercício, ou ainda em andamento, destacadas por sua relevância temática, conforme cada segmento dessa tão importante indústria: upstream, mid e downstream.



2. Finalidade e competências institucionais da ANP



2. Finalidade e competências institucionais da ANP

A ANP tem a finalidade de promover a regulação, a contratação e a fiscalização das atividades econômicas integrantes da indústria do petróleo, do gás natural e dos biocombustíveis. Sua competência institucional está estabelecida na Lei 9.478/97 (Lei do Petróleo), regulamentada pelo Decreto 2.455, de 14 de janeiro de 1998.

A Lei do Petróleo vem sofrendo alterações nos últimos anos, ampliando ainda mais as competências da Agência. Além de atribuições quanto à regulação do biodiesel, introduzidas no ano de 2005, por meio da Lei 11.097/05, no período de 2009 a 2011, a Lei do Petróleo foi alterada para atribuir à ANP novas competências relativas ao gás natural (Lei 11.909/2009), ao marco legal da exploração e produção de petróleo, gás natural e outros hidrocarbonetos (Leis 12.276/10, 12.304/10, 12.351/10) e aos biocombustíveis (Lei 12.490/11).

A Lei 13.263, de 23 de março de 2016, eleva os percentuais de mistura obrigatória de biodiesel no óleo diesel de 7 % para 8% até março de 2017, 9 % até março de 2018 e 10% até março de 2019, alterando a Lei 13.033, de 24 de setembro de 2014, para dispor sobre os percentuais de adição de biodiesel ao óleo diesel comercializado no território nacional.

Mais recentemente, a Lei 13.365, de 29 de novembro de 2016, retira a obrigatoriedade da Petrobras de atuar como operadora única no regime de partilha de produção. Altera a Lei 12.351, de 22 de dezembro de 2010, para facultar à Petrobras o direito de preferência para atuar como operador e possuir participação mínima de 30% (trinta por cento) nos consórcios formados para exploração de blocos licitados no regime de partilha de produção.

2.1 Atualmente a ANP possui as seguintes atribuições:

I – implementar, em sua esfera de atribuições, a política nacional de petróleo, gás natural e biocombustíveis, contida na política energética nacional, nos termos do Capítulo I, da Lei 9.478/97, com ênfase na garantia do suprimento de derivados de petróleo, gás natural e seus derivados, e de biocombustíveis, em todo o território nacional, e na proteção dos interesses dos consumidores quanto a preço, qualidade e oferta dos produtos;

II – promover estudos visando à delimitação de blocos, para efeito de concessão ou contratação sob o regime de partilha de produção das atividades de exploração, desenvolvimento e produção;

III – regular a execução de serviços de geologia e geofísica aplicados à prospecção petrolífera, visando ao levantamento de dados técnicos, destinados à comercialização, em bases não exclusivas;

IV – elaborar os editais e promover as licitações para a concessão de exploração, desenvolvimento e produção, celebrando os contratos delas decorrentes e fiscalizando a sua execução;

V – autorizar a prática das atividades de refinação, liquefação, regaseificação, carregamento, processamento, tratamento, transporte, estocagem e acondicionamento;

VI – estabelecer critérios para o cálculo de tarifas de transporte dutoviário e arbitrar seus valores, nos casos e da forma previstos da Lei 9.478/97;

VII – fiscalizar diretamente e de forma concorrente nos termos da Lei 8.078, de 11 de setembro de 1990, ou mediante convênios com órgãos dos Estados e do Distrito Federal as atividades integrantes da indústria do petróleo, do gás natural e dos biocombustíveis, bem como aplicar as



Balanço de Gestão ANP – 2017

- sanções administrativas e pecuniárias previstas em lei, regulamento ou contrato;
- VIII – instruir processo com vistas à declaração de utilidade pública, para fins de desapropriação e instituição de servidão administrativa, das áreas necessárias à exploração, desenvolvimento e produção de petróleo e gás natural, construção de refinarias, de dutos e de terminais;
- IX – fazer cumprir as boas práticas de conservação e uso racional do petróleo, gás natural, seus derivados e biocombustíveis e de preservação do meio ambiente;
- X – estimular a pesquisa e a adoção de novas tecnologias na exploração, produção, transporte, refino e processamento;
- XI – organizar e manter o acervo das informações e dados técnicos relativos às atividades reguladas da indústria do petróleo, do gás natural e dos biocombustíveis;
- XII – consolidar anualmente as informações sobre as reservas nacionais de petróleo e gás natural transmitidas pelas empresas, responsabilizando-se por sua divulgação;
- XIII – fiscalizar o adequado funcionamento do Sistema Nacional de Estoques de Combustíveis e o cumprimento do Plano Anual de Estoques Estratégicos de Combustíveis, de que trata o art. 4º da Lei 8.176, de 8 de fevereiro de 1991;
- XIV – articular-se com os outros órgãos reguladores do setor energético sobre matérias de interesse comum, inclusive para efeito de apoio técnico ao CNPE;
- XV – regular e autorizar as atividades relacionadas com o abastecimento nacional de combustíveis, fiscalizando-as diretamente ou mediante convênios com outros órgãos da União, Estados, Distrito Federal ou Municípios;
- XVI – regular e autorizar as atividades relacionadas à produção, à importação, à exportação, à armazenagem, à estocagem, ao transporte, à transferência, à distribuição, à revenda e à comercialização de biocombustíveis, assim como avaliação de conformidade e certificação de sua qualidade, fiscalizando-as diretamente ou mediante convênios com outros órgãos da União, Estados, Distrito Federal ou Municípios;
- XVII – exigir dos agentes regulados o envio de informações relativas às operações de produção, importação, exportação, refino, beneficiamento, tratamento, processamento, transporte, transferência, armazenagem, estocagem, distribuição, revenda, destinação e comercialização de produtos sujeitos à sua regulação;
- XVIII – especificar a qualidade dos derivados de petróleo, gás natural e seus derivados e dos biocombustíveis;
- XIX – regular e fiscalizar o acesso à capacidade dos gasodutos;
- XX – promover, direta ou indiretamente, as chamadas públicas para a contratação de capacidade de transporte de gás natural, conforme as diretrizes do Ministério de Minas e Energia;
- XXI – registrar os contratos de transporte e de interconexão entre instalações de transporte, inclusive as procedentes do exterior, e os contratos de comercialização, celebrados entre os agentes de mercado;



Balanço de Gestão ANP – 2017

XXII – informar a origem ou a caracterização das reservas do gás natural contratado e a ser contratado entre os agentes de mercado;

XXIII – regular e fiscalizar o exercício da atividade de estocagem de gás natural, inclusive no que se refere ao direito de acesso de terceiros às instalações concedidas;

XXIV – elaborar os editais e promover as licitações destinadas à contratação de concessionários para a exploração das atividades de transporte e de estocagem de gás natural;

XXV – celebrar, mediante delegação do Ministério de Minas e Energia, os contratos de concessão para a exploração das atividades de transporte e estocagem de gás natural sujeitas ao regime de concessão;

XXVI – autorizar a prática da atividade de comercialização de gás natural, dentro da esfera de competência da União;

XXVII – estabelecer critérios para a aferição da capacidade dos gasodutos de transporte e de transferência;

XXVIII – articular-se com órgãos reguladores estaduais e ambientais, objetivando compatibilizar e uniformizar as normas aplicáveis à indústria e aos mercados de gás natural.

2.2 Ambiente de atuação

A Agência é o órgão regulador das atividades que integram a indústria do petróleo e gás natural e a dos biocombustíveis no Brasil.

A ANP tem como finalidades:

REGULAR - Estabelecer normas infralegais para o funcionamento das indústrias e do comércio de petróleo, gás natural e biocombustíveis.

CONTRATAR - Promover licitações e assinar contratos em nome da União com os concessionários em atividades de exploração, desenvolvimento e produção de petróleo e gás natural, e outorgar autorizações para as atividades dos setores regulados.

FISCALIZAR - Fazer cumprir as normas nas atividades das indústrias reguladas, diretamente ou mediante convênios com outros órgãos públicos.

A ANP é também um centro de referência em dados e informações sobre a indústria do petróleo e gás natural: mantém o Banco de Dados de Exploração e Produção (BDEP), promove estudos sobre o potencial petrolífero e o desenvolvimento do setor; recebe e torna públicas as notificações de descobertas; divulga as estatísticas oficiais sobre reservas e produção no Brasil; realiza pesquisas periódicas sobre qualidade dos combustíveis e lubrificantes, e sobre preços dos combustíveis. Na área de refino e abastecimento, mantém o Sistema de Informações de Movimentação de Produtos (SIMP), recebe e divulga informações de processamento de petróleo, produção de derivados, transporte e comercialização de combustíveis. No setor dos biocombustíveis, mantém e divulga dados sobre autorizações, produção e comercialização de biodiesel e etanol.



2.3 Entre outras atribuições, a ANP:

- promove estudos geológicos e geofísicos para identificação de potencial petrolífero, regula a execução desses trabalhos, organiza e mantém o acervo de informações e dados técnicos;
- realiza licitações de áreas para exploração e produção de petróleo e gás natural, contrata os concessionários e fiscaliza o cumprimento dos contratos;
- calcula o valor dos royalties e participações especiais (parcela da receita dos campos de grande produção ou rentabilidade) a serem pagos a municípios, a estados e à União;
- autoriza e fiscaliza as atividades de refino, processamento, transporte, importação e exportação de petróleo, derivados e gás natural;
- autoriza e fiscaliza as operações das empresas que distribuem e revendem derivados de petróleo;
- autoriza e fiscaliza as atividades de produção, importação, exportação, transporte, transferência, armazenagem, estocagem, distribuição, revenda e comercialização de biocombustíveis;
- promove leilões de biodiesel com o objetivo de assegurar que todo o óleo diesel comercializado no país contenha o percentual de biodiesel determinado em lei;
- estabelece as especificações técnicas (características físico-químicas) dos derivados de petróleo, gás natural e dos biocombustíveis e realiza permanente monitoramento da qualidade desses produtos nos pontos de venda;
- acompanha a evolução dos preços dos combustíveis e comunica aos órgãos de defesa da concorrência os indícios de infrações contra a ordem econômica.

No exercício de suas funções, a ANP atua como promotora do desenvolvimento dos setores regulados.

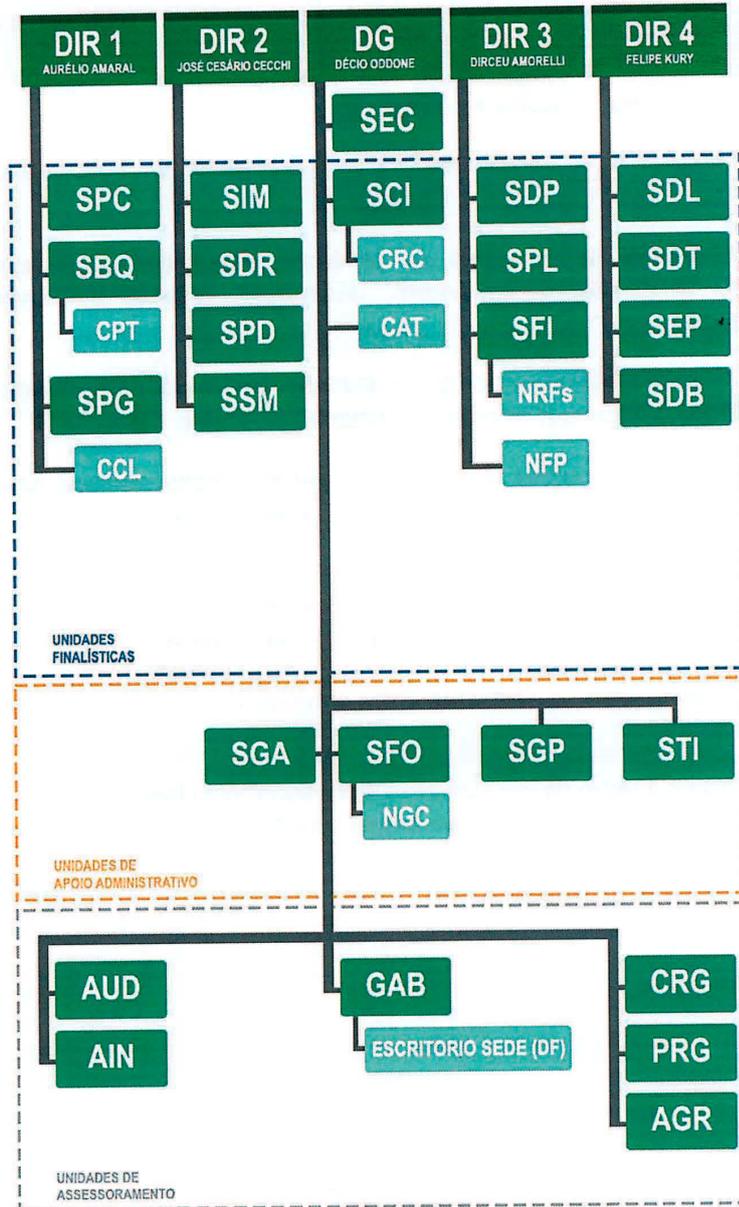
Colabora, assim, para a atração de investimentos, aperfeiçoamento tecnológico e capacitação dos recursos humanos da indústria, gerando crescimento econômico, empregos e renda.



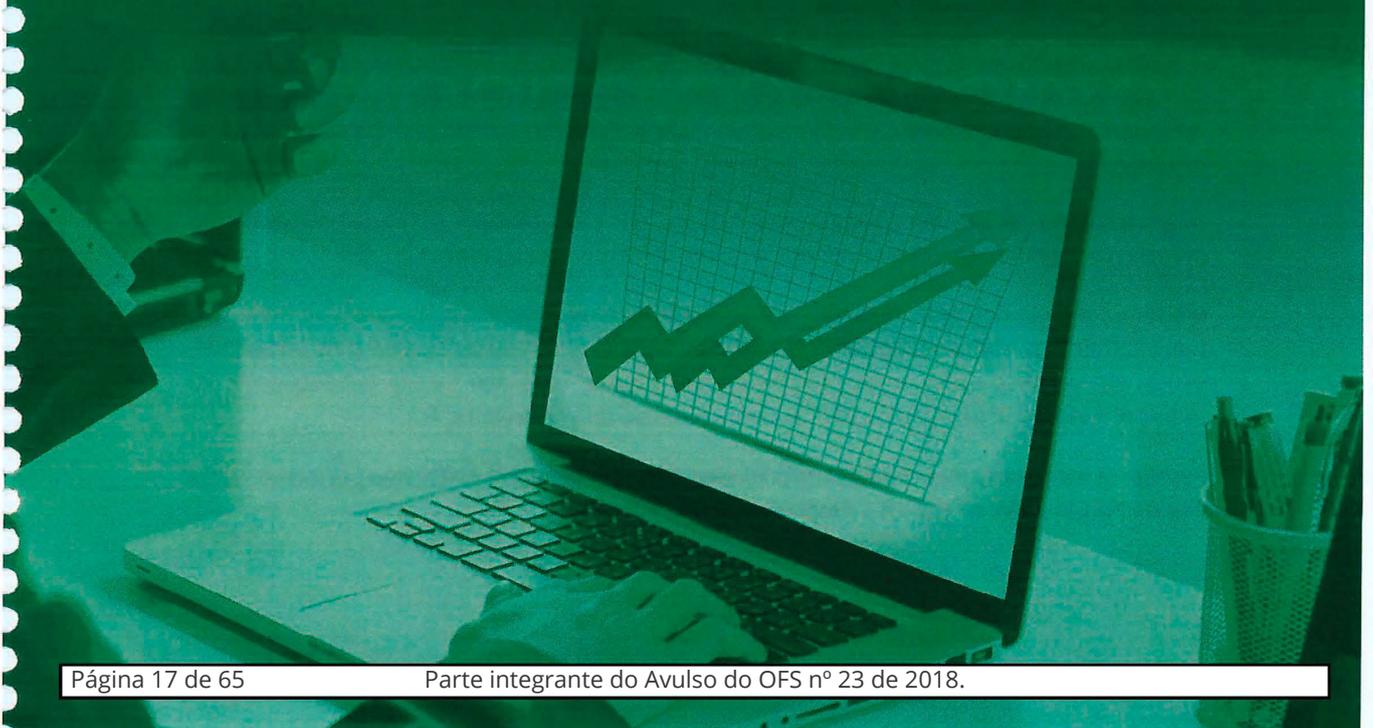
2.4 Organograma

O organograma a seguir ilustra a estrutura organizacional da ANP e as vinculações das unidades organizacionais, tendo como referência a composição da diretoria colegiada no final de 2017.

Figura 1. Organograma da ANP (2017)



3. Aperfeiçoamento da Gestão



3. Aperfeiçoamento da Gestão

A ANP decidiu em 2017 promover alterações em seu modelo de gestão. As modificações têm como objetivo aprimorar a gestão interna, aproximar as áreas com maior sinergia e proporcionar maior agilidade às decisões, em um contínuo processo de simplificação e desburocratização, gerando o aumento da eficiência da Agência.

Na nova estrutura haverá o agrupamento das unidades organizacionais em cinco blocos. Nas unidades organizacionais técnicas haverá rodízio dos diretores, em princípio, a cada 18 meses.

As atividades da Superintendência de Comercialização e Movimentação – SCM e da Superintendência de Abastecimento – SAB serão absorvidas por duas novas superintendências: a de Infraestrutura e Movimentação – SIM e a de Distribuição e Logística – SDL, respectivamente. Adicionalmente, com a entrada em vigor das medidas decorrentes dos programas Renovabio, Combustível Brasil e Gás para Crescer, as atividades das áreas correlatas serão objeto de análise para potenciais aprimoramentos.

Visando aperfeiçoar o modelo de governança, serão implementados comitês consultivos que servirão de fóruns de discussão, consulta e alinhamento para subsidiar as decisões da Diretoria Colegiada. Os comitês de Upstream, Downstream, Midstream e Gestão serão compostos pelos diretores, assessores, superintendentes e superintendentes-adjuntos das áreas afins.

As reuniões de cada comitê acontecerão, em princípio, uma vez por mês, às quartas-feiras, antes da Reunião de Diretoria Colegiada.

Torna-se de fundamental importância apontar o avanço da Agência no aspecto de gestão, que contou com a atuação próxima e atenta da Diretoria Colegiada nas seguintes atividades:

- a) desenvolvimento e implementação do primeiro Ciclo do Planejamento Estratégico;
- b) implementação da Agenda Regulatória, com o objetivo de dar transparência e previsibilidade aos estudos e propostas de mudança nas regras do setor, tornando-se importante ferramenta de qualidade regulatória da Agência;
- c) aprimoramento no planejamento das ações de capacitação, de modo a conferir à força de trabalho as competências necessárias para o desenvolvimento de suas atividades na vanguarda do conhecimento, sendo indutora da aplicação das melhores práticas na indústria regulada;
- d) reformulação da estrutura interna, que buscou dar mais eficácia ao trabalho executado, permitindo maior clareza das atividades e matriz de responsabilidades;
- e) aprimoramento dos procedimentos para garantir a correta classificação, guarda e manuseio das informações, de caráter público e confidencial, e também o seu acesso pela sociedade, sendo um de seus importantes projetos o “ANP Digital” (que nos meses subsequentes irá requerer importante atenção da ANP no seu processo de implementação).

Vale ressaltar que as atribuições de todas as unidades organizacionais da ANP estão ora formalizadas por meio da Portaria ANP nº 69/2011 (Regimento Interno da ANP).



3.1 Gestão Orçamentária

Em 2017, após as suplementações e os cancelamentos de créditos, a dotação orçamentária total da ANP foi de R\$ 869,5 milhões, sendo R\$ 400,4 milhões alocados na reserva de contingência e R\$ 290,8 mil para pagamentos de precatórios. Para as despesas da Agência, a Lei Orçamentária Anual - LOA destinou R\$ 468,8 milhões. Desse total, excluídas as despesas com o Programa de Aceleração do Crescimento - PAC e com pagamento de pessoal e benefícios, a ANP teve R\$ 172,8 milhões alocados para execução de suas demais despesas discricionárias. Desse montante, R\$ 138,9 milhões foram autorizados para empenho, dos quais a ANP empenhou 99,8%.

Em relação ao valor do orçamento destinado a despesas discricionárias da Agência, o total autorizado em 2017 foi aproximadamente 4,5% menor que o de 2016 (R\$ 181 milhões). Já o limite para empenho e movimentação em 2017 foi 23% inferior ao de 2016 (R\$ 180,7 milhões).

No tocante ao Upstream, a ação orçamentária 212K - Regulação da Exploração, Desenvolvimento e Produção de Petróleo e Gás Natural, que engloba essa atividade além de ações de fiscalização e da gestão do Banco de Dados de Exploração e Produção (BDEP), executou R\$ 15,0 milhões da dotação orçamentária de R\$ 16,1 milhões (94,3%).

O BDEP armazenou em 2017 um volume total de dados técnicos estimado em 7,2 mil terabytes, informações geradas nas atividades de prospecção petrolífera em todo território brasileiro que subsidiam, por exemplo, as empresas interessadas em participar das rodadas de licitação para exploração e produção de petróleo e gás natural.

Ainda sobre o Upstream, merecem destaque as quatro rodadas de licitações realizadas para exploração e produção de petróleo e gás natural, que superaram as expectativas e consolidaram a retomada do setor de petróleo e gás natural no Brasil. Na 14ª Rodada de Licitações, a ANP alcançou o maior bônus de assinatura total da história, mais de R\$ 3,8 bilhões, e as duas maiores ofertas por bloco, cerca de R\$ 2,24 bilhões e R\$ 1,2 bilhão. As 2ª e 3ª Rodadas de Licitações de Partilha de Produção obtiveram ágios no excedente em óleo ofertado superiores a 200%. Apesar de apenas sete concessões terem sido outorgadas ainda em 2017 (as demais rodadas tiveram seus contratos assinados em janeiro de 2018), ao todo a ANP arrecadou cerca de R\$ 10 bilhões em bônus de assinatura nesse exercício.

Em relação ao Downstream, do orçamento autorizado de R\$ 34,84 milhões da ação 212J - Regulação da Distribuição e Revenda de Derivados de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis, foram executados R\$ 34,77 milhões (99,8%).

É importante registrar o esforço da ANP em garantir a manutenção da qualidade dos serviços de regulação, fiscalização e contratação prestados à sociedade brasileira, sobretudo num contexto de rigoroso controle fiscal do Governo Federal que implicou o orçamento anual mais baixo dos últimos exercícios. Tal êxito foi resultado do empenho de todos os setores da Agência, que combinaram esforços e sinergias das equipes envolvidas com diversas medidas de redução de despesas, seja por intermédio de alterações em contratos ou pela redução de gastos com diárias, passagens, telefonia, dentre outros insumos.



3.2 Gestão Documental

Foi publicada no Diário Oficial da União (DOU), de 27 de abril de 2017, a Portaria ANP nº 192/2017, que institui o processo eletrônico e define o Sistema Eletrônico de Informações - SEI como sistema oficial para gestão de processos e documentos na Agência.

O ato normativo visa dar legitimidade à adoção do SEI e à adesão da ANP ao PEN – Processo Eletrônico Nacional, uma iniciativa conjunta de órgãos e entidades da Administração Pública para desenvolvimento de infraestrutura pública integrada de processos e documentos eletrônicos, reduzindo custos e burocracia.

A implantação do SEI faz parte do projeto ANP Digital, que visa à modernização dos fluxos de trabalho na Agência, pelo uso de meios eletrônicos para o recebimento de documentos e a realização dos processos administrativos. Essa iniciativa se concretizará com a utilização do Sistema Eletrônico de Informações - SEI.

Os agentes de mercado regulados pela ANP serão beneficiados com economia de tempo e de recursos com o novo sistema, uma vez que não será mais necessário utilizar o serviço dos Correios para o envio de documentos, reduzindo os prazos de resposta e a burocracia.

Ao adotar o SEI para a execução de seus processos administrativos eletrônicos, a ANP está alinhada às diretrizes do Governo Federal e adere ao Projeto Processo Eletrônico Nacional (PEN).

Cerca de 870 agentes econômicos do setor de abastecimento, hoje, já podem utilizar a ferramenta de peticionamento eletrônico para o envio de documentos diretamente nos processos administrativos correspondentes. A iniciativa foi possível a partir da implantação do Sistema Eletrônico de Informação (SEI) em 15 tipos de processos do segmento.

Para enviar os documentos eletronicamente, basta que o agente realize o cadastro como usuário externo.

Os processos administrativos que agora já contam com peticionamento eletrônico são:

- Autorização: Distribuidor de Combustíveis Líquidos;
- Autorização: Distribuidor de Combustíveis de Aviação;
- Autorização: Distribuidor de GLP;
- Autorização: Distribuidor de Asfaltos;
- Autorização: Distribuidor de Solventes;
- Autorização: Transportador Revendedor Retalhista;
- Autorização: Transportador Revendedor Retalhista de Navegação Interior;
- Autorização: Produtor de Óleos Lubrificantes Acabados;
- Autorização: Coletor de Óleos Lubrificantes Usados e/ou Contaminados;
- Autorização: Rerrefinador de Óleos Lubrificantes Usados e/ou Contaminados;
- Autorização: Agente de Comércio Exterior;
- Autorização: Empresa Comercial Exportadora;
- Cadastro: Consumidor Industrial de Solventes;
- Cadastro: Fornecedor de Etanol;
- Cadastro: Inutilizador de Botijão de GLP.



Veja abaixo mais informações sobre o projeto:

i. Como funciona o projeto ANP Digital?

O projeto utiliza o Sistema Eletrônico de Informações (SEI) para a execução de processos administrativos eletrônicos. Com isso, a ANP se alinha às diretrizes do Governo Federal e adere ao Projeto Processo Eletrônico Nacional – PEN, que elegeu esse sistema para a implantação do processo eletrônico nos órgãos e entidades de diversas esferas da Administração Pública.

O projeto prevê o recebimento de documentos digitais por meio de transmissão eletrônica entre agentes externos e a Agência, contribuindo para a substituição do uso de documentos em papel pelo uso do meio digital de ponta a ponta.

Na ANP, a implantação do projeto, com a utilização do SEI, está sendo feita de forma gradual. A prioridade é a redução do volume de papel que circula na Agência, em processos administrativos que envolvem um número significativo de agentes regulados.

ii. Quais são as vantagens da utilização do SEI?

A utilização do SEI resultará em economia para os usuários, uma vez que não será mais necessário utilizar o serviço dos Correios, agilizando o envio de documentos, reduzindo os prazos de análise, resposta, além da burocracia.

Para a ANP, resultará em ganhos em agilidade, produtividade, transparência e redução de custos, permitindo a atuação simultânea de diversas unidades em um mesmo processo, eliminando o uso de papel como suporte físico para documentos institucionais e disponibilizando informações em tempo real para o público externo.

iii. Como se cadastrar para utilizar o sistema?

Foi disponibilizado no site da ANP (<http://www.anp.gov.br/wwwanp/processo-eletronico-sei>) o guia e os links para o usuário externo se cadastrar e fazer suas solicitações por meio eletrônico. O cadastramento poderá ser feito a partir de 28/11/17 e a previsão de início do sistema para receber a documentação é no mês de dezembro. A ANP informará a data oportunamente por meio de seu sítio eletrônico.

iv. Como tirar dúvidas sobre o sistema?

Para obter mais informações, envie sua dúvida para o Centro de Relações com o Consumidor (CRC) da ANP (<http://www.anp.gov.br/wwwanp/fale-conosco>).

v. Mais detalhes sobre o SEI

O Sistema Eletrônico de Informações (SEI), desenvolvido pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4), é uma plataforma que engloba um conjunto de módulos e funcionalidades que promovem a eficiência administrativa. Trata-se também de um sistema de gestão de processos e documentos eletrônicos, com interface amigável e práticas inovadoras de trabalho, tendo como principais características a redução do uso de papel como suporte físico para documentos institucionais e o compartilhamento do conhecimento com atualização e comunicação de novos eventos em tempo real.



Balanço de Gestão ANP – 2017

O SEI foi escolhido como a solução de processo eletrônico no Projeto Processo Eletrônico Nacional (PEN), iniciativa conjunta de órgãos e entidades de diversas esferas da administração pública, com o intuito de construir uma infraestrutura pública de processos e documentos administrativos eletrônicos. Coordenado pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, o PEN proporciona a integração de diferentes esforços que já estavam em curso no governo federal e objetiva a melhoria no desempenho dos processos da administração pública, com ganhos em agilidade, produtividade, transparência, satisfação do público usuário e redução de custos.

O sistema é cedido de forma gratuita e possui o status de projeto estratégico para toda a administração pública, amparando-se em premissas altamente relevantes e atuais, tais como: inovação, economia do dinheiro público, transparência administrativa, compartilhamento do conhecimento produzido e sustentabilidade. Entre suas inovações em relação ao processo administrativo tradicional em papel, ressalta-se a possibilidade de enviar processos a mais de uma unidade ao mesmo tempo, quando o processo depender de análise e despachos de diferentes unidades de forma independente entre si.

Um dos pilotos do projeto ANP Digital, já implantado em 2017, trouxe celeridade e desburocratização aos processos administrativos da Superintendência de Produção de Combustíveis (SPC), reduzindo os custos administrativos, gerando impactos positivos para o mercado regulado e a ANP. Foram mais de 200 processos inseridos no SEI, com mais de 70 autorizações publicadas de modo mais célere em virtude da utilização dessa ferramenta.

3.3 Concurso Público

Foi publicada no Diário Oficial da União, dia 11 de janeiro de 2017, a portaria de nomeação dos candidatos aprovados no Concurso Público ANP 2015. Neste concurso a ANP ocupou 34 vagas de nível médio do quadro de pessoal efetivo (Técnicos em Regulação e Técnicos Administrativos), mediante a substituição de 34 postos de trabalho terceirizados. Esses técnicos foram alocados na sede, em Brasília, e no Escritório Central, no Rio de Janeiro, nas áreas onde havia mais colaboradores terceirizados compondo a força de trabalho.

3.4 Desenvolvimento e implementação do primeiro Ciclo do Planejamento Estratégico

A ANP, em 2014, deu início no seu Planejamento Estratégico e Definição do Modelo de Gestão. A partir do planejamento, foram definidos os objetivos; selecionados os projetos a serem realizados; e mapeados e monitorados os processos para assegurar o cumprimento de sua missão institucional.

A execução do planejamento estratégico no suporte de um modelo de gestão corporativo deve gerar coerência entre os diversos esforços realizados pela instituição. Com essa finalidade, o processo de elaboração e implantação da estratégia da ANP definiu a missão, os objetivos estratégicos, a visão e os valores que devem nortear as ações da Agência.

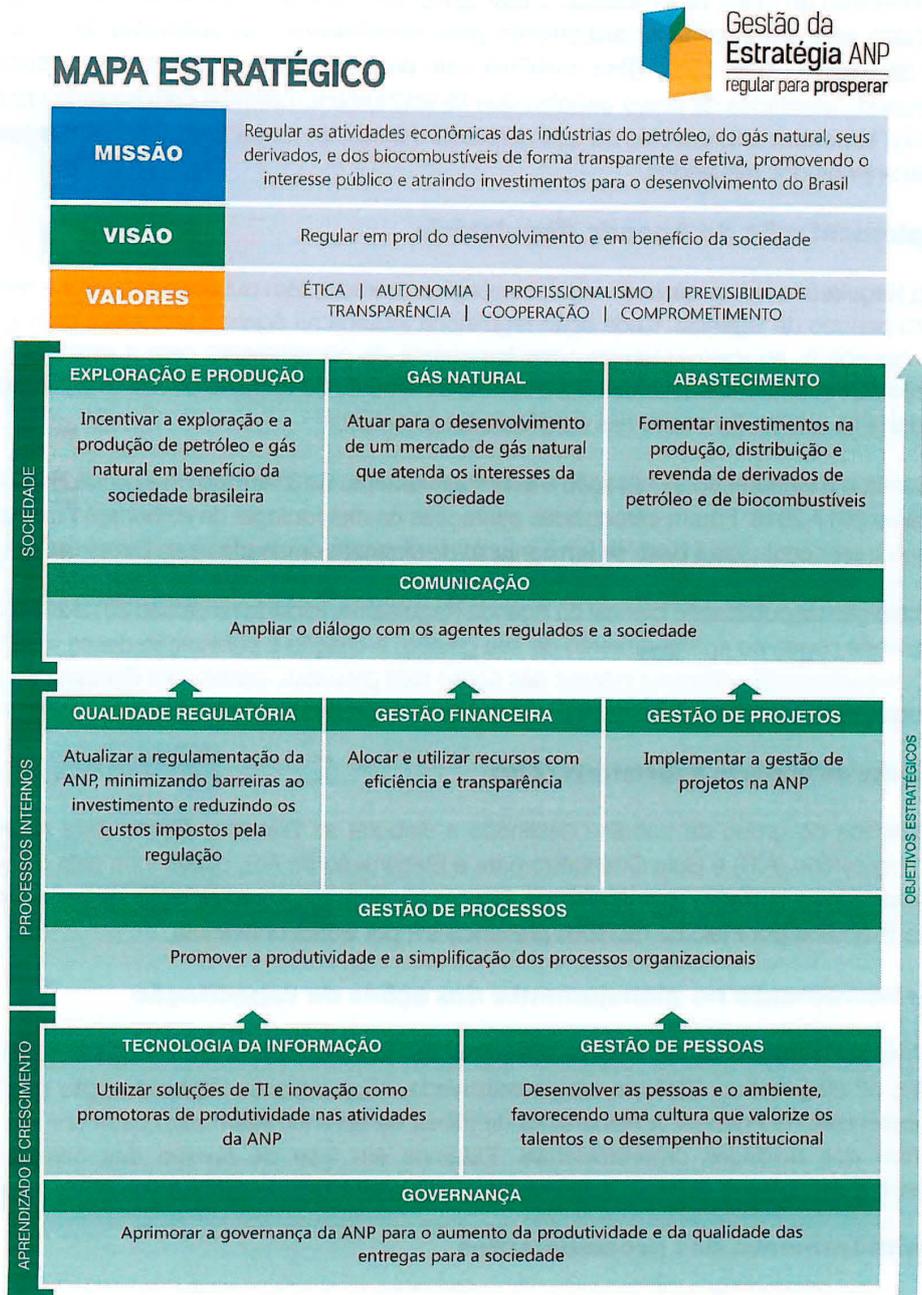
As diretrizes estratégicas foram criadas com o objetivo de servirem de orientação e direção para que as unidades organizacionais possam propor projetos e ações com potencial de alavancagem dos objetivos estratégicos. Tiveram como base o documento produzido pela Diretoria Colegiada da ANP, em que foram definidas as ações prioritárias que direcionaram a revisão do planejamento estratégico da Agência.

Esses conceitos foram organizados no Mapa Estratégico da ANP.



Em 2017, o Mapa Estratégico foi alinhado às novas diretrizes da Agência conforme a definio das Prioridades para 2017. A partir de agora, o desdobramento do Planejamento Estratégico prosseguirá com a definio das diretrizes estratégicas e a identificao, priorizao e monitoramento das aos, projetos, processos e indicadores associados a cada objetivo.

Figura 2. Mapa Estratégico da ANP (2017)



3.5 Reformulação da estrutura interna

Em 2017, foi iniciado o processo de dimensionamento da força de trabalho e foi dado andamento na implementação da Gestão por Competências. Este projeto, quando concluído, será uma importante ferramenta para subsidiar a reformulação das estruturas internas da Agência.

Outro aspecto que vem sendo tratado pela área de Gestão de Pessoas é o dimensionamento da força de trabalho. Foram realizadas oficinas junto à consultoria (em continuidade em 2018) fazendo análise minuciosa de todos os processos e atividades das unidades organizacionais da Agência. Este também será um importante instrumento para visualizarmos possibilidades de otimização da força de trabalho, bem como para contribuir com possibilidades de revisões na estrutura da ANP, verificando atividades de áreas distintas que se sobrepõem. Estamos conseguindo identificar processos e atividades sobrepostas ou que perpassam áreas, de forma que aumentam o gasto de energia na entrega dos resultados.

3.6 Implementação da Agenda Regulatória

A Agenda Regulatória indica quais as regulamentações (normas) têm publicação prevista pela ANP para o seu período de vigência. Cada ação regulatória incluída na Agenda traz o seu cronograma. Assim, a Agenda é, ao mesmo tempo, uma ferramenta de planejamento para a instituição e um instrumento de transparência, que permite o acompanhamento do trabalho da ANP e a participação da sociedade na discussão dos temas considerados prioritários.

A ANP executou a elaboração, publicação e acompanhamento da 3ª edição da Agenda Regulatória, para o biênio 2017-2018. Foram introduzidas alterações na metodologia de elaboração da Agenda, que passou a ser construída a partir de um conjunto de diretrizes emanadas pela Diretoria Colegiada.

Com a instituição da publicação bianual da Agenda Regulatória, iniciada na versão 2013-2014, a ANP deu um grande passo no aprimoramento de sua gestão. A criação e publicação dessa ferramenta, com o acompanhamento interno e externo das ações nela previstas, contribuem diretamente para o alcance dos objetivos estratégicos da ANP – expressos no nosso Mapa Estratégico.

3.6.1 Análise de Impacto Regulatório (AIR)

A ANP participa do grupo de trabalho destinado a elaborar as Diretrizes Gerais para Análise de Impacto Regulatório (AIR) e Guia Orientativo para a Elaboração de AIR, publicados pela Casa Civil. Os trabalhos foram iniciados em janeiro de 2017 e envolveram a participação de servidores da Secretaria Executiva por meio de reuniões presenciais e por videoconferência.

3.7 Aprimoramento no planejamento das ações de capacitação

Em 2017 houve a realização do diagnóstico piloto de competências a fim de que em 2018 seja realizado o 1º diagnóstico. Está em andamento ainda, no escopo da implementação da Gestão por Competências na Agência, a elaboração de trilhas de aprendizagem para cada um dos perfis profissionais das unidades organizacionais. Estamos em fase de revisão das competências mapeadas em decorrência do novo mapa estratégico e alterações de estrutura da ANP.

3.8 Aprimoramento dos procedimentos

A ANP revogou mais de 339 normas consideradas defasadas. A decisão foi publicada no Diário Oficial da União de 16 de fevereiro de 2017, por meio da Resolução ANP nº 668/2017. Com a



Balanço de Gestão ANP – 2017

medida, o estoque regulatório da Agência passa a ter pouco mais de cinco anos de vigência em média, contra os 11 anos anteriores à resolução, atingindo a meta estabelecida para o ano de 2018. A nova resolução, somada à Resolução ANP nº 27/2014 e à Portaria ANP nº 374/2016, permitiu a revogação de 583 atos normativos desde 2014.

O arcabouço regulatório da Agência passa a ser composto por 98% de normas posteriores a 1998, contra os 67% anteriores à publicação da resolução.

A gestão do estoque tem como objetivo principal a sistematização da análise dos regulamentos existentes, com a consequente identificação daqueles que podem ser revisados ou eliminados, bem como das oportunidades de consolidação normativa e a diminuição do quantitativo de normas. Esse processo resulta na promoção da melhoria do ambiente de negócios, por meio do aperfeiçoamento da regulamentação existente.

A eliminação de regulamentos desnecessários, ainda que não produzam mais efeitos, facilita a gestão e a consulta ao estoque regulatório da ANP por parte da sociedade e do mercado regulado. Além disso, simplifica a identificação das superposições de normativos e de exigências de obrigação, e viabiliza o agrupamento das normas por tema, assunto e agentes afetados, o que permitirá uma visão integrada da regulamentação existente e a identificação de oportunidades de consolidação e simplificação administrativa.

A conclusão desse processo representa mais um importante passo na direção da melhoria da qualidade regulatória na ANP.

Além disso, no segundo semestre de 2017, a Agência analisou todo o estoque normativo vigente e mapeou todas as exigências de informação contidas na regulamentação da ANP. Foram encontradas cerca de 4.500 exigências nos normativos. De posse deste diagnóstico, está sendo trabalhado pela Secretaria Executiva da ANP, em conjunto com as unidades finalísticas, na análise de cada exigência imposta ao mercado, com vistas a identificar oportunidades de simplificação administrativa.

3.9 Desburocratização e simplificação de procedimentos

No início de 2017, houve um intenso trabalho na ANP visando melhorar o ambiente de negócios e contribuir para o aumento da transparência e produtividade das ações da Agência, buscando avanços no sentido de:

- descomplicar os procedimentos internos;
- agilizar a tomada de decisões;
- ampliar a delegação de poderes;
- unificar e simplificar o registro de agentes econômicos (cadastro único);
- permitir o aprimoramento dos editais e contratos das Licitações de Blocos para Exploração e Produção de Petróleo e Gás Natural;
- otimizar a sistemática de mediação de conflitos;
- aperfeiçoar os sistemas de gestão;
- promover a celeridade e eficiência dos processos;
- aperfeiçoar o uso das ferramentas de TI e inovação para promover a integração e a eficiência das atividades;
- revisar os fluxos de divulgação de informações e dados, fortalecer o posicionamento e as mensagens-chave.



Balanço de Gestão ANP – 2017

Um dos pontos em destaque, que obteve resultados imediatos, foi a criação e implantação da forma resumida de publicação dos atos administrativos da ANP no Diário Oficial da União. Essa ação teve como objetivo a racionalização de recursos com a publicidade legal. O período de estudo, consulta à Procuradoria Geral Federal junto à ANP, aprovação da Diretoria e publicação da Portaria foi de cerca de seis meses (de maio a outubro de 2017). Após a publicação da Portaria, os despachos, autorizações e resoluções de efeito concreto e individual assumiram forma resumida no DOU, sendo o texto integral disponibilizado no site da legislação da ANP. Essa ação resultará na economia estimada de aproximadamente 500 mil reais para o ano de 2018.

Merece também registro a implantação do Circuito Deliberativo, que é um mecanismo de tomada de decisão por meio de votação eletrônica. O novo sistema traz agilidade e facilita o processo decisório, assim como reduz as pautas das Reuniões de Diretoria, proporcionando maior tempo de debate nas matérias de cunho regulatório. Destina-se, principalmente, a assuntos de gestão interna, aprovação de planos internos e relatórios, assuntos de pessoal, e outros para os quais o debate oral entre os diretores seja considerado prescindível.

Como exemplo, na área de upstream, podemos citar:

- i. implementação de certificação digital para recebimento dos Boletins Mensais de Produção (BMP's) via sistema (SIGEP);
- ii. homologação de certificação digital para recebimento dos Boletins Anuais de Reserva (BAR) via sistema (SIGEP);
- iii. automação de análise dos Boletins Mensais de Produção (BMPs) em campos classificados como de pequena produção. (Nota Técnica nº 111/2017/SDP).

Cabe ressaltar ainda que os técnicos da ANP também participam do grupo de trabalho criado no âmbito do Ministério de Minas e Energia, tendo como o objeto a identificação, a execução e o acompanhamento de iniciativas voltadas para a desburocratização na prestação de serviços por parte da administração pública federal.

3.10 Ampliação do diálogo com os agentes regulados e a sociedade

A comunicação tem caráter vital para qualquer instituição, pois a partir dela é possível dar transparência aos atos praticados, bem como de prestar os devidos esclarecimentos que os fundamentam. A sociedade reivindica maior participação nas atividades das instituições públicas, ou seja, há um grande interesse no aumento do controle social das atividades desses órgãos, em especial as de caráter regulatório.

Diante disso, a ANP vem realizando diversas iniciativas nesse sentido, tais como:

a) Promoção do primeiro Seminário sobre Aumento do Fator de Recuperação no Brasil.

Nos dias 23 e 24 de março de 2017, foram realizadas palestras de especialistas e representantes da indústria, nacionais e internacionais, que permitiram à ANP receber contribuições do mercado sobre formas de fomentar o aumento do fator de recuperação e a atração de investimentos ao país.

Foram 32 palestras sobre alternativas, melhores práticas e desafios para aumentar a longevidade e o fator de recuperação de campos produtores onshore e offshore no Brasil, bem como exemplos e estudos de caso de outros países.



Fator de recuperação é o percentual extraído de um reservatório de petróleo em relação ao volume total estimado. Ele varia em função do tipo de reservatório (porosidade das rochas) e das características do petróleo (mais ou menos leve). Inovações tecnológicas e metodológicas podem aumentar o fator.

No Brasil, esse fator é considerado baixo – em média de 20% –, o que motiva o esforço da ANP em promover ações visando ao aumento desta marca. No Reino Unido, por exemplo, o fator de recuperação chega a 46%; na Noruega, o percentual chega a 70%.

b) Desenvolvimento de aplicativo móvel: “ANP E&P”.

Participação direta na elaboração, homologação e conteúdo informativo de aplicativo móvel (smartphones, tablets, etc) que permite consultas a dados de exploração e produção de petróleo e gás natural e de participações governamentais no País, desde a criação da Agência.

3.11 Gestão da Tecnologia da Informação

O planejamento estratégico é responsável pelo gerenciamento de portfólio de projetos da ANP. Com foco em decisão, atua na governança de TI analisando a aplicabilidade da demanda e o cenário apresentado pela equipe técnica para a tomada de decisão.

É no planejamento estratégico que a demanda é aprovada, e posteriormente decidido como será distribuída internamente (operacional ou aquisição), assim como o que deverá ser retirado do portfólio – aposentado – atualizando o Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI).

A área de Tecnologia da Informação da ANP, em 2017, teve um papel fundamental no suporte tecnológico às principais ações da Agência para por em produção diversos sistemas informatizados necessários às atividades finalísticas, tais como:

- **ANP E&P - Dados cadastrais, Estatísticas e Participações Governamentais** - Aplicativo para dispositivos móveis contendo informações de exploração e produção e notícias da ANP;
- **Sistemas BID - R14** - Aprimoramento dos sistemas BID para a R14;
- **Sistemas BID - 2ª e 3ª Partilhas** - Realizar todo o processo de suporte tecnológico (infra e configuração de sistemas) referente ao BID das 2ª e 3ª Partilhas;
- **SRD - GLP** - Sistema de recebimento de documentos de postos de revenda de GLP. Solução WEB que possibilite o cadastro, alteração e cancelamento da autorização dos revendedores de GLP;
- **SIMP Web Distribuidora (SWD)** - Cadastro das Distribuidoras de Combustíveis feito direto pela Web.

Além de diversos outros sistemas concluídos em 2017, tivemos as ações de gestão pelo Comitê de Tecnologia da Informação (CTI) da ANP, que estabeleceu o sub-comitê do PDTI para realizar a primeira revisão do PDTI 2017/2019. A revisão foi concluída em dezembro de 2017.

Foram ainda deliberadas, no ano de 2017, pelo Comitê Gestor de TI, as seguintes decisões:

- Priorização dos Projetos de TI (carga, Business Intelligence (BI), sistemas, infraestrutura e atendimento);
- Definição dos critérios para admissão de demandas por fila de atendimento no Comitê. Aprovação do formulário e fluxo de admissão de demandas no Comitê;



Balanço de Gestão ANP – 2017

- Análise quanto aos investimentos de TI, solicitados pelas áreas e pela própria STI, para atender às necessidades corporativas;
- Aprovação do PDTI e decisão pela elaboração, pela Secretaria Executiva (SEC), de uma proposta de formato para acompanhamento das ações do PDTI.

3.12 Prêmio ANP de Inovação Tecnológica 2017

O Prêmio ANP de Inovação Tecnológica tem como objetivo o reconhecimento do esforço, individual ou conjunto, de instituição de pesquisa e desenvolvimento credenciada pela ANP, empresa petrolífera e empresa brasileira que tenham desenvolvido bens e/ou serviços inovadores para a cadeia produtiva do setor de petróleo, gás natural e biocombustíveis, já inseridos ou com alto potencial de inserção no mercado e que tenham sido financiados com pelo menos 20% de recursos da Cláusula de PD&I presente nos contratos para exploração e produção de petróleo e gás natural.

A cerimônia de entrega do Prêmio ANP de Inovação Tecnológica, edição 2017, foi realizada no dia 31 de agosto de 2017, no Palácio do Itamaraty, no Rio de Janeiro. Este ano, nas três categorias do Prêmio, concorreram 52 projetos, de universidades, de empresas petrolíferas e de fornecedoras de bens e serviços. A avaliação dos vencedores foi feita com base nos critérios de originalidade, aplicabilidade e funcionalidade da tecnologia, contribuição científica e tecnológica.

No período de 1998 até o primeiro semestre de 2017, o valor total acumulado de obrigações geradas para investimentos na Cláusula de PD&I foi de mais de R\$ 12,6 bilhões. De 1998 até o primeiro semestre de 2017, foram contratados ou iniciados mais de 10 mil projetos de pesquisa e desenvolvimento tecnológico com recursos oriundos da cláusula. Considerando-se os projetos que necessitam de autorização prévia, conforme regulamento, de novembro de 2005 a junho de 2017, foram autorizados 1.462 projetos, com o valor total de R\$ 4,7 bilhões em autorizações. Desses projetos, cerca de 80% se referem à infraestrutura laboratorial, com valor total autorizado de R\$ 2,3 bilhões de reais.

Atualmente, 738 unidades de pesquisa encontram-se credenciadas em todo o país, aptas a receberem investimentos com recursos da cláusula de PD&I, com uma abrangência de 3.307 linhas de pesquisa.

Os projetos vencedores e finalistas das três categorias são:

Categoria I - Inovação tecnológica desenvolvida no Brasil por instituição credenciada pela ANP em colaboração com empresa petrolífera**Vencedor:****Doris - Sistema Robótico Móvel para Inspeção Remota de Instalações Offshore**

Empresa petrolífera: Petrobras e Statoil

Instituição credenciada: UFRJ

Resumo: O objetivo deste projeto é desenvolver tecnologias essenciais para a supervisão remota, diagnóstico e aquisição de dados destinados a instalações offshore. O sistema proposto é composto por um robô móvel capaz de transportar diferentes sensores através do ambiente inspecionado, que, em conjunto com algoritmos de processamento de sinais, são responsáveis pela análise de dados e identificação de anomalias.



Finalistas:**Flat Fish**

Empresa Petrolífera: Shell-BG
Instituição Credenciada: Senai

Resumo: O objetivo do projeto é desenvolver um veículo autônomo submarino capaz de residir no fundo do mar em uma estação de docagem. Este veículo submarino será capaz de realizar inspeções visuais em proximidade, reconstruindo em 3D os objetos observados.

Provedor Ultrassônico de Corrosão (PROVUS)

Empresa Petrolífera: Petrobras
Instituição Credenciada: USP

Resumo: Desenvolvimento de um sistema não intrusivo de monitoramento de corrosão por ultrassom de altíssima sensibilidade denominado PROVUS (acrônimo para provedor ultrassônico de corrosão) capaz de estimar a taxa de corrosão com grande precisão, e com versatilidade de emprego em cenários onshore e offshore.

Categoria II - Inovação tecnológica desenvolvida no Brasil por micro, pequena ou média empresa fornecedora brasileira do segmento de petróleo, gás natural e biocombustíveis em colaboração com empresa petrolífera.**Vencedor:****Pilotos de Sistemas de Manutenção Preditiva do SSE**

Empresa petrolífera: Petrobras
Instituição credenciada: UFRGS
Empresa fornecedora: Trisolutions

Resumo: Foi desenvolvida a Plataforma de Gerenciamento de Ativos (PGA), que possibilita o monitoramento histórico e em tempo real da eficiência e da condição dos ativos de um processo industrial. A PGA compreende todo um sistema flexível de aquisição, pré-tratamento, processamento e visualização de dados de processo e resultados de análises de produtos. Através deste software, equipes de produção e acompanhamento podem calcular a eficiência instantânea dos principais equipamentos e processos, realizando os ajustes necessários para otimizá-los.

Finalistas:**Física de Rocha Digital Especial - Análise Digital de Rocha para Classificação de Qualidade de Reservatório: Coquinas do Morro do Chaves, Bacia Sergipe-Alagoas**

Empresa Petrolífera: Shell-BG
Empresa fornecedora: Ingrain

Resumo: A pesquisa é voltada para a análise de propriedades faciológicas e petrofísicas da coquina (de mesma idade do Pré-Sal da Bacia de Santos) da Formação Morro do Chaves,



Bacia Sergipe-Alagoas, através do imageamento por tomografia computadorizada de raios-X em alta resolução em 3-D de testemunhos e plugues desta formação geológica.

Métodos magnéticos para mitigação de incrustações inorgânicas em poços

Empresa Petrolífera: Petrobras
Instituição Credenciada: IPT, UFRJ e UFES
Empresa fornecedora: Hidromag e Magmax

Resumo: A tecnologia de equipamentos magnéticos para mitigação de incrustações inorgânicas é uma solução de alta atratividade para aplicações de fundo de poço e instalações de superfície. Alternativa à injeção de inibidores, traz inúmeras vantagens de custo, simplificação de configurações de poço e redução de impacto ambiental por eliminar ou minimizar a presença de produtos químicos. A proposta é influir na forma de cristalização, e conseqüentemente no grau de adesão dos cristais às paredes de tubulações e válvulas.

Categoria III - Inovação tecnológica desenvolvida no Brasil por empresa fornecedora brasileira de grande porte do segmento de petróleo, gás natural e biocombustíveis em colaboração com empresa petrolífera

Vencedor:

Otimização do Processo de Perfuração no Pré-sal

Empresa petrolífera: Petrobras
Empresa fornecedora: Schlumberger

Resumo: O principal objetivo do projeto é a redução do custo de construção de poços offshore na bacia de Santos. O escopo do projeto englobou: 1) Análise de causas para a baixa eficiência de perfuração. 2) Engenharia de sistemas de perfuração personalizadas (incluindo 3 novas brocas e 2 fluidos de perfuração). 3) Testes em escala real em laboratório. 4) Testes de campo na Bacia de Santos. A principal tecnologia que permitiu o desenvolvimento desse projeto foi o desenvolvimento do cortador de diamante cônico (CDE, sigla em inglês), que é uma nova tecnologia de cortador que possui maior resistência ao impacto e abrasão quando comparado aos cortadores PDC tradicionais. O projeto englobou o desenvolvimento de 5 protótipos de broca utilizando essa tecnologia.

Finalistas:

Multi Sensor Inversion-MSI / Estimção radial de propriedades da formação a partir de dados eletromagnéticos e acústicos

Empresa Petrolífera: Shell-BG
Empresa fornecedora: Schlumberger

Resumo: Foi desenvolvida uma metodologia inovadora para a estimção de perfis radiais de propriedades elásticas e petrofísicas utilizando dados medidos através de ferramentas sensíveis a diferentes profundidades de investigação. Os perfis radiais são obtidos através de uma inversão conjunta das matrizes de velocidades acústicas, dados eletromagnéticos e curva de densidade combinados por meio da teoria de meio efetivo e equação empírica de Archie. Além da estimativa de porosidade e saturação de água para a formação, os perfis radiais



permitem análise quantitativa da zona de alteração próxima ao poço, e essas informações podem auxiliar um especialista a caracterizar a formação e facilitar a diferenciação entre a presença de “vugs”, fraturas, e camadas inclinadas, por exemplo.

Otimização de olefinas leves e qualidade de combustíveis

Empresa Petrolífera: Petrobras

Empresa fornecedora: FCCSA

Resumo: O grande desafio dessa inovação é disponibilizar um produto que possa atender às elevadas demandas de propeno, também atuando como “booster” de octanagem da nafta craqueada, de modo a ser aplicado em teores que não causem esse efeito de diluição. O esforço deste trabalho de P&D resultou no lançamento do aditivo MAXZOOM ME, avanço mais recente em matéria de compromisso entre a alta atividade e seletividade a propeno, redução do efeito de diluição e excelentes características de resistência ao atrito LOI (Loss on Ignition - perda por ignição: Umidade).

Prêmio Personalidade Inovação 2017

A homenagem foi concedida a Carlos Tadeu da Costa Fraga, pela contribuição à pesquisa, ao desenvolvimento tecnológico e à inovação no setor energético brasileiro. Engenheiro civil graduado pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Carlos Tadeu Fraga trabalhou na Petrobras entre 1981 e 2014, ocupando diversas posições, entre elas a Gerência-Executiva do Centro de Pesquisas da Petrobras (Cenpes) e a Gerência-Executiva de Exploração e Produção do Pré-sal. Atualmente, é vice-presidente de Projetos, Inovação e Desenvolvimento de Negócios da Empresa Granenergia.

Os outros dois indicados ao Prêmio Personalidade Inovação deste ano foram Marcelo Gattass, diretor do Instituto Tecgraf de Desenvolvimento de Software Técnico-Científico da PUC-Rio (Tecgraf/PUC-Rio), e Segen Farid Stefen, professor titular de Estruturas Oceânicas e Tecnologia Submarina da COPPE/UFRJ, tendo sido diretor-geral da COPPE/UFRJ (1998-2001) e diretor-superintendente da Fundação Coppetec (2009-2013).

Menção Honrosa do Prêmio ANP de Inovação Tecnológica

Este ano, além das três categorias de projetos e da personalidade inovação, a ANP fez uma homenagem póstuma, concedendo uma menção honrosa ao engenheiro metalúrgico e mestre em Engenharia de Minas, Metalurgia e de Materiais Telmo Roberto Strohaecker, que foi professor titular da Universidade Federal do Rio Grande do SUL (UFRGS), onde coordenou o Laboratório de Metalurgia Física e a criação de laboratórios de pesquisa em diferentes técnicas metalúrgicas.

3.13 Prêmio ANP de Inovação Tecnológica 2018

A próxima edição do Prêmio ANP de Inovação Tecnológica, prevista para 2018, terá uma nova categoria, com foco na recuperação de petróleo e gás, e uma menção honrosa em reconhecimento a contribuições individuais à inovação aplicada à operação (práticas operacionais). As demais categorias existentes atualmente não terão alterações, permanecendo com os mesmos objetivos e premiações.





4. Exploração e Produção



4. Exploração e Produção

As rodadas de licitação, em geral, englobam oportunidades para diferentes perfis de empresas, nos três ambientes distintos de exploração e produção no Brasil: o onshore, o offshore convencional e o pré-sal.

O pré-sal refere-se a um dos melhores plays exploratórios do mundo, com as maiores descobertas offshore na última década. Um poço do pré-sal produz, em média, mais de 30.000 barris por dia de petróleo no início da vida. Em 2017, são pouco mais de 80 poços que já respondem por cerca da metade da produção do Brasil. A título de exemplo, um poço do pré-sal produz um volume equivalente ao produzido no Estado da Bahia, com mais de 1.300 poços (~33 mil bbl/d de óleo), e corresponde a cerca de 70% da produção da Bacia Potiguar, com cerca de 4.000 poços (~45 mil bbl/d de óleo).

O offshore convencional engloba as oportunidades, além do pré-sal, em bacias marítimas, que vão desde a Bacia da Foz do Amazonas até a Bacia de Pelotas. Trata-se dos reservatórios do pós-sal, presentes nas Margens Leste e Equatorial. Esses reservatórios contribuem com aproximadamente de 44% da produção do Brasil, na média de 2017.

O onshore engloba as oportunidades em terra, incluindo o potencial remanescente em bacias maduras e bacias de nova fronteira, boa parte delas propensas a gás. Em 2017, a produção terrestre respondeu por aproximadamente 8% da produção do Brasil.

4.1 Avaliação Geológica das Áreas, Seminários Técnicos das Rodadas e RoadShows

Em 2017 a ANP realizou a avaliação geológica, volumétrica e econômica das áreas que foram ofertadas na 14ª Rodada de Licitações e daquelas ofertadas nas 2ª e 3ª Rodadas do pré-sal. Esses estudos foram empregados para definir os parâmetros técnicos e econômicos (e.g. bônus de assinatura, PEM) dos blocos que foram ofertados. Os estudos foram apresentados às empresas petrolíferas interessadas e à sociedade.

Além disso, foi realizada a avaliação geológica, volumétrica e econômica das áreas que serão ofertadas na 15ª Rodada de Licitações e das áreas que serão ofertadas na 4ª Rodada do Pré-Sal.

Por fim, a UORG definiu as áreas para a Oferta Permanente e iniciou a avaliação geológica e volumétrica para definição dos parâmetros técnicos e econômicos que serão publicados em abril de 2018.

4.1.1 Avaliação Geológica das Áreas, Seminários Técnicos das Rodadas e RoadShows

Os seminários técnicos são eventos abertos ao público, nos quais são realizadas apresentações sobre o potencial petrolífero das áreas colocadas nas licitações. São apresentados os leads mapeados pela Agência e também as estimativas de volumes que podem estar contidos nas estruturas mapeadas.

Os seminários técnicos das rodadas são eventos importantes para a indústria e são marcados por grande adesão das petroleiras.

Além dos seminários técnicos, a Agência participou ativamente da divulgação internacional das



licitações de petróleo e gás para atrair investimentos para o país. Nesse sentido, foram realizadas divulgações na OTC e OTC Brasil, Perth, Singapura, Kuala Lumpur, Pequim, Turquia e em Calgary.

4.1.2 Gestão do Plano Plurianual de Estudos de Geologia e Geofísica da ANP (PPA)

O Plano Plurianual de Estudos de Geologia e Geofísica da ANP (PPA) teve seus últimos contratos acompanhados e fiscalizados pela equipe da Superintendência de Definição de Blocos (SDB) no ano de 2017.

No primeiro semestre do ano foi concluído o 3º levantamento sísmico na Bacia do Paraná, que resultou em 77 linhas sísmicas adquiridas e processadas nos estados do Paraná, São Paulo e Santa Catarina, totalizando cerca de R\$ 75.000.000,00 (setenta e cinco milhões de reais).

Foi executado ao longo do ano o 3º levantamento sísmico na Bacia dos Parecis, no estado do Mato Grosso, cuja etapa de aquisição de dados foi concluída em dezembro, resultando em 34 linhas sísmicas adquiridas.

Os dados sísmicos coletados nas bacias do Paraná e Parecis serão fundamentais para selecionar e avaliar as áreas para as futuras rodadas de licitações da Agência.

Além dos levantamentos geológicos e geofísicos, outra ação vinculada ao PPA é o acompanhamento do projeto de perfuração de poços estratigráficos com recursos provenientes da obrigação de investimentos em P&D pela Petrobras. Esse projeto envolve diversas áreas da ANP, sendo a SDB responsável pelo acompanhamento das análises do material dos poços realizadas por várias universidades brasileiras. Em 2017, foi promovido um workshop entre a ANP, Petrobras e Universidades para possibilitar o acompanhamento e integração dos resultados obtidos.

4.2 Rodadas de Licitações

A ANP realizou no ano de 2017 quatro rodadas de licitações: a 4ª Rodada de Licitações de Áreas com Acumulações Marginais, a 14ª Rodada de Licitações de Blocos Exploratórios e as 2ª e 3ª Rodadas de Licitações de Partilha de Produção. A ANP iniciou, ainda em 2017, outras duas rodadas, a 15ª Rodada de Licitações de Blocos Exploratórios e a 4ª Rodada de Licitações de Partilha de Produção, que terão a sessão pública de apresentação de ofertas em 2018.

Os resultados das rodadas de licitações em 2017 superaram as expectativas e consolidaram a retomada do setor de petróleo e gás natural no Brasil. Na 14ª Rodada de Licitações, a ANP alcançou o maior bônus de assinatura total da história – mais de R\$ 3,8 bilhões - e as duas maiores ofertas por bloco – cerca de R\$ 2,24 bilhões e R\$ 1,2 bilhão. As 2ª e 3ª Rodadas de Licitações de Partilha de Produção obtiveram ágios no excedente em óleo ofertado superiores a 200%.

Apesar de apenas sete concessões terem sido outorgadas, os efeitos financeiros das rodadas já foram percebidos este ano, com a arrecadação dos valores relativos aos bônus de assinatura ofertados. Ao todo, a ANP arrecadou cerca de R\$ 10 bilhões em bônus de assinatura em 2017.

O sucesso das rodadas reflete as mudanças regulatórias realizadas pelo Governo brasileiro, que tornaram o ambiente de negócios no País mais atraente a empresas de diferentes portes, e a própria atratividade dos blocos em oferta.

Entre os aprimoramentos esteve o fim da obrigatoriedade de a Petrobras ser operadora única no



Balanço de Gestão ANP – 2017

pré-sal, abrindo oportunidade para a entrada de outras empresas, bem como o estabelecimento de um calendário plurianual de rodadas de licitações que gerou previsibilidade para o setor.

Também contribuíram para a execução deste objetivo a experiência acumulada pela ANP em elaborar editais e contratos e promover rodadas de licitações, a boa interlocução da ANP com outros órgãos de governo, em especial com o TCU e o Ministério de Minas e Energia - MME, e a atuação da Procuradoria Federal lotada junto à ANP para solucionar ações judiciais.

4.2.1 4ª Rodada de Licitações de Áreas com Acumulações Marginais

A ANP realizou a sessão pública de apresentação de ofertas da 4ª Rodada de Licitações de Áreas com Acumulações Marginais no dia 11 de maio de 2017.

A rodada teve por objeto a outorga de contratos de concessão para exercício das atividades de reabilitação e produção de petróleo e gás natural em nove áreas com acumulações marginais: Araçás Leste, Garça Branca, Iraúna, Itaparica, Jacumirim, Noroeste do Morro Rosado, Rio Mariricu, Urutau e Vale do Quiricó.

Das nove áreas ofertadas, oito foram arrematadas por seis licitantes vencedoras, totalizando 92,86 km² de área arrematada. Apenas a área de Noroeste do Morro Rosado não recebeu propostas.

Foram ofertados R\$ 7.977.983,46 (sete milhões, novecentos e setenta e sete mil, novecentos e oitenta e três reais e quarenta e seis centavos) em bônus de assinatura, com um ágio médio de 1.991,52%, o maior já registrado em leilões de áreas com acumulações maduras. O Programa de Trabalho Inicial (PTI) mínimo das áreas arrematadas totaliza investimentos da ordem de R\$ 9.800.000,00 (nove milhões e oitocentos mil reais).

No dia 31 de agosto de 2017, a ANP promoveu a assinatura de sete contratos de concessão referentes às áreas inativas com acumulações marginais de Araçás Leste, Iraúna, Itaparica, Jacumirim, Rio Mariricu, Urutau e Vale do Quiricó. O contrato de concessão referente à área de Garça Branca teve a data de assinatura prorrogada para até o dia 30 de abril de 2018.

4.2.2 14ª Rodada de Licitações de Blocos Exploratórios

Na 14ª Rodada de Licitações de Blocos Exploratórios, autorizada pelo Conselho Nacional de Política Energética por meio da Resolução CNPE nº 06/2017, a ANP ofertou 287 blocos nas bacias sedimentares marítimas de Sergipe-Alagoas, Espírito Santo, Campos, Santos e Pelotas e nas bacias terrestres do Parnaíba, Paraná, Potiguar, Recôncavo, Sergipe-Alagoas e Espírito Santo, totalizando uma área de 122.622,40 km².

A sessão pública de apresentação de ofertadas foi realizada no dia 27 de setembro de 2017, ocasião em que foram arrematados 37 blocos por 17 licitantes, 10 nacionais e sete pertencentes a grupos estrangeiros, totalizando 25.011,70 km² de área arrematada.

O total de bônus ofertado na rodada foi de R\$ 3.842.775.506,02 (três bilhões, oitocentos e quarenta e dois milhões, setecentos e setenta e cinco mil e quinhentos e seis reais e dois centavos), que representam a maior oferta de bônus de assinatura da história das rodadas de concessão. A 14ª Rodada de Licitações também registrou as duas maiores ofertas por bloco – cerca de R\$ 2,24 bilhões e R\$ 1,2 bilhão. O ágio médio do bônus de assinatura ofertado foi de 1.556,05%.

A previsão de investimento mínimo na fase de exploração ficou em R\$ 845.631.000,00 (oitocentos



e quarenta e cinco milhões e seiscentos e trinta e um mil reais). Já os percentuais de conteúdo local a serem cumpridos na fase de exploração e na etapa de desenvolvimento da produção foram estabelecidos pelo CNPE por meio da Resolução CNPE nº 07/2017 e constam do edital de licitações da rodada.

As licitantes vencedoras passaram por processo de qualificação, nos termos da seção 7 do edital de licitações, e tiveram sua qualificação deferida em 16, 23 e 31 de outubro de 2017. A Diretoria Colegiada da ANP homologou a licitação e adjudicou 36 blocos a 16 licitantes vencedoras.

Quatorze empresas assinaram, dia 29 de janeiro de 2018, 32 contratos de concessão da 14ª Rodada de Licitações, realizada em setembro de 2017.

Os contratos assinados da 14ª Rodada de Licitações resultarão em investimentos mínimos em torno de R\$ 845 milhões somente na primeira fase do contrato (fase de exploração) e somam R\$ 3,8 bilhões em bônus de assinatura.

4.2.3 2ª Rodada de Licitações de Partilha de Produção

Na 2ª Rodada de Licitações de Partilha de Produção, autorizada pelo Conselho Nacional de Política Energética por meio da Resolução CNPE nº 02/2017, a ANP ofertou quatro blocos: Norte de Carcará, Sul de Gato do Mato, Entorno de Sapinhoá e Sudoeste de Tartaruga Verde. Estes blocos foram selecionados em bacias de elevado potencial, no polígono do pré-sal, com os objetivos de ampliar as reservas brasileiras e a produção de petróleo e gás natural, ampliar o conhecimento sobre o polígono do pré-sal e propiciar o aproveitamento racional dos recursos energéticos.

Ao todo, 10 licitantes cumpriram os requisitos previstos na seção 4 do edital de licitações e foram habilitadas pela Comissão Especial de Licitação - CEL para participar da licitação, todas como operadora A.

A sessão pública de apresentação de ofertadas foi realizada no dia 27 de outubro de 2017, ocasião em que foram arrematados três blocos por sete licitantes, seis pertencentes a grupos estrangeiros e uma nacional, totalizando 655,74 km² de área arrematada. A área de Sudoeste de Tartaruga Verde não recebeu ofertas.

Os percentuais de excedente em óleo ofertados foram de 80% para Entorno de Sapinhoá, 67,12% para Norte de Carcará e 11,53% para Sul de Gato do Mato. Além disso, como condição para assinatura dos contratos de partilha de produção, os consórcios vencedores desembolsaram um total de R\$ 3,3 bilhões em bônus de assinatura.

A previsão de investimento mínimo na fase de exploração é da ordem de R\$ 300 milhões. Já os percentuais de conteúdo local a serem cumpridos na fase de exploração e na etapa de desenvolvimento da produção foram estabelecidos pelo CNPE por meio da Resolução CNPE nº 07/2017 e constam do edital de licitações da rodada.

4.2.4 3ª Rodada de Licitações de Partilha de Produção

Na 3ª Rodada de Licitações de Partilha de Produção, autorizada pelo Conselho Nacional de Política Energética por meio da Resolução nº 09/2017, a ANP ofertou quatro blocos: Pau Brasil, Peroba, Alto de Cabo Frio Oeste e Alto de Cabo Frio Central. Estes blocos foram selecionados em bacias de elevado potencial, no polígono do pré-sal, com os objetivos de ampliar as reservas brasileiras e a



Balanço de Gestão ANP – 2017

produção de petróleo e gás natural, ampliar o conhecimento sobre o polígono do pré-sal e propiciar o aproveitamento racional dos recursos energéticos.

Ao todo, 14 licitantes cumpriram os requisitos previstos na seção 4 do edital de licitações e foram habilitadas pela Comissão Especial de Licitação - CEL para participar da licitação, 10 como operadora A e quatro como não operadora.

A sessão pública de apresentação de ofertadas foi realizada no dia 27 de outubro de 2017, ocasião em que foram arrematados três blocos por seis licitantes, cinco pertencentes a grupos estrangeiros e uma nacional, totalizando 6.130,78 km² de área arrematada. A área de Pau Brasil não recebeu ofertas.

Os percentuais de excedente em óleo ofertados foram: 75,86% para Alto de Cabo Frio Central, 22,87% para Alto de Cabo Frio Oeste e 76,96% para Peroba. Além disso, como condição para assinatura dos contratos de partilha de produção, os consórcios vencedores desembolsaram o total de R\$ 2,85 bilhões em bônus de assinatura.

A previsão de investimento mínimo na fase de exploração é da ordem de R\$ 600 milhões. Já os percentuais de conteúdo local a serem cumpridos na fase de exploração e na etapa de desenvolvimento da produção foram estabelecidos pelo CNPE por meio da Resolução CNPE nº 07/2017 e constam do edital de licitações da rodada.

4.2.5 Assinatura dos contratos da 2ª e 3ª Rodada de Licitações de Partilha de Produção

Os contratos da 2ª e da 3ª Rodadas de Partilha da Produção no Pré-sal foram assinados no dia 31 de janeiro de 2018. Nos leilões, foram arrematados seis das oito áreas oferecidas, gerando R\$ 6,15 bilhões de arrecadação em bônus de assinatura e cerca de R\$ 760 milhões em investimentos mínimos somente na primeira fase do contrato (fase de exploração).

Na 2ª Rodada, o ágio do excedente em óleo ofertado foi de 260,98% e, na 3ª Rodada, de 202,18%. Nas licitações sob o regime de partilha da produção, as empresas vencedoras são as que oferecem ao Estado brasileiro, a partir de um percentual mínimo fixado no edital, a maior parcela de petróleo e gás natural produzido (ou seja, a maior parcela de excedente em óleo). Os bônus de assinatura, também determinados no edital, são fixos.

Ao todo, foram seis consórcios ganhadores dos Leilões realizados em outubro de 2017, que registrou o maior volume médio de óleo lucro para União no regime de Partilha de Produção, de 52,8% e 58,5% respectivamente.

A estimativa é que a arrecadação ao longo dos contratos chegue a R\$ 600 bilhões, incluindo excedente em óleo, royalties e imposto de renda. O número representa 50% a mais do que apontavam os estudos iniciais da ANP.

4.3 Rodadas de Licitação para 2018

Em 2018, serão realizadas a 15ª Rodada de Licitações, a 4ª Rodada de Partilha de Produção no pré-sal e o início da oferta permanente. Para 2019, estão previstas a 16ª Rodada de Licitações e a 5ª Rodada de Partilha de Produção no pré-sal. Adicionalmente, a ANP encaminhará para deliberação do CNPE os setores referentes às rodadas de 2020 e 2021.



4.3.1 15ª Rodada de Licitações de Blocos Exploratórios

O CNPE autorizou a ANP a realizar a 15ª Rodada de Licitações de Blocos Exploratórios, por meio da Resolução CNPE nº 22/2017, publicada no Diário Oficial da União em 24 de novembro de 2017.

A rodada tem por objeto a outorga de contratos de concessão para exercício das atividades de exploração e produção de petróleo e gás natural e foi dividida em mar e terra. A 15ª Rodada de Licitações – Mar ofertará 49 blocos com risco exploratório, localizados em 9 setores de 5 bacias sedimentares brasileiras: Campos, Ceará, Potiguar, Santos e Sergipe-Alagoas. A 15ª Rodada de Licitações – Terra ofertará 21 blocos com risco exploratório, localizados em 3 setores de 2 bacias sedimentares brasileiras: Paraná e Parnaíba.

Após período de consulta pública, a ANP realizou audiência pública no dia 21 de dezembro de 2017, de modo a identificar aspectos relevantes da matéria objeto da audiência, propiciar à sociedade a possibilidade de encaminhamento de contribuições e dar publicidade, transparência e legitimidade às ações da ANP.

A rodada encontra-se na etapa de inscrição, com previsão de publicação da versão final do edital e do modelo do contrato de concessão em 25 de janeiro de 2018, realização da sessão pública de apresentação de ofertas em 29 de março de 2018 e assinatura dos contratos de concessão em novembro de 2018.

4.3.2 4ª Rodada de Licitações de Partilha de Produção

O CNPE autorizou a ANP a realizar a 4ª Rodada de Licitações de Partilha de Produção, por meio da Resolução CNPE nº 21/2017, publicada no Diário Oficial da União em 24 de novembro de 2017.

Serão ofertadas as áreas de Itaimbezinho, Três Marias, Dois Irmãos, Saturno e Uirapuru, localizadas nas bacias sedimentares de Campos e Santos.

A publicação do pré-edital de licitações e das minutas dos contratos de partilha de produção, com e sem operação da Petrobras, está prevista para o dia 25 de janeiro de 2018. A realização da sessão pública de apresentação de ofertas da 4ª Rodada de Licitações de Partilha de Produção está prevista para o mês de junho de 2018 e a assinatura dos contratos de partilha de produção para o mês de novembro de 2018.

4.4 Extensão da fase exploratória (R11 e R12)

Em relação às atividades exploratórias em contratos vigentes, a ANP publicou a Resolução nº 708/2017, que regulamenta a prorrogação da fase de exploração, pelo prazo de dois anos, dos contratos de concessão da 11ª e 12ª Rodadas de Licitações.

Essa medida se justifica uma vez que os contratos assinados na 11ª e na 12ª Rodadas representam mais da metade dos blocos concedidos no Brasil. Considerando que não interessa ao desenvolvimento da indústria petrolífera do país a devolução maciça de blocos exploratórios e a interrupção das atividades de pesquisa no Brasil, essa extensão permitirá que investimentos sejam aplicados na continuidade da execução do programa exploratório mínimo (PEM).

4.5 Oferta Permanente

A Oferta Permanente, aprovada por meio da Resolução CNPE nº 17/2017, consiste na oferta contínua



Balanço de Gestão ANP – 2017

de campos devolvidos (ou em processo de devolução) e de blocos exploratórios ofertados em licitações anteriores e não arrematados ou devolvidos à ANP.

Trata-se de um modelo de licitações empregado em diversos países, como os EUA e o Canadá, onde há um estoque permanente de áreas em oferta, dando oportunidade aos investidores interessados de adquirirem blocos a qualquer tempo.

No Brasil, uma área não arrematada em um determinado leilão poderá compor o estoque de áreas em oferta permanente. De outra monta, um investidor que não conseguiu arrematar um bloco desejado no leilão poderá utilizar o capital disponível para arrematar outra oportunidade na Oferta Permanente. Assim, potencializa-se o aumento de áreas concedidas, na medida em que se oferece dinamismo e agilidade na oferta de áreas. Consequentemente, mais investimentos são direcionados ao Brasil e amplia-se o conhecimento das bacias.

Adicionalmente, os campos devolvidos à ANP também poderão ser rapidamente ofertados ao mercado. Com isso, as áreas maduras devolvidas que seriam incluídas na 5ª e na 6ª Rodadas de Acumulações Marginais passam a ser incorporadas na Oferta Permanente. Assim, ficam extintas as rodadas específicas para licitação de áreas com acumulações marginais.

A ANP consolidou em 2017 o primeiro grupo de blocos a ser inserido na Oferta Permanente. Essa primeira proposta contempla 846 blocos e 15 áreas maduras, de 13 bacias sedimentares brasileiras, totalizando mais de 285 mil km². As áreas selecionadas incluem blocos nas bacias maduras terrestres do Recôncavo, Potiguar, Sergipe-Alagoas e Espírito Santo. Também estão previstos blocos nas bacias terrestres de nova fronteira do Acre, Amazonas, Paraná, Parnaíba, São Francisco e Tucano, além de blocos nas bacias marítimas do Pará-Maranhão, Sergipe- Alagoas, Campos e Santos.

Essa medida contribuirá significativamente para a revitalização das atividades terrestres e para o desenvolvimento de pequenas e médias empresas. Adicionalmente, agregará valor aos polos ofertados no programa de desinvestimentos da Petrobras, já que os novos concessionários poderão adquirir rapidamente áreas no entorno, a fim de descobrir novos reservatórios que aumentarão a rentabilidade dos campos.

As regras para participação e os parâmetros técnicos e econômicos das áreas serão definidos até 30 de abril de 2018, quando o processo de licitações será iniciado de forma contínua. Um pacote com uma amostra de dados por setor será disponibilizado a partir de fevereiro de 2018 a custos subsidiados. A partir de 2 de maio de 2018, inicia-se o prazo para inscrições e manifestação de interesse vinculante. As apresentações de ofertas deverão ocorrer a partir de novembro de 2018.

4.6 Incentivo da exploração e da produção de petróleo e gás natural em benefício da sociedade brasileira

4.6.1 Análises de pleitos de Prorrogação Contratual de contratos da Rodada Zero.

Foram iniciadas discussões e reuniões técnicas abrangendo 11 campos em produção (operados pela Petrobras) com pleito de prorrogação dos prazos de vigência dos contratos de concessão. Esta atividade também contou com vistorias e fiscalizações in loco em 03 campos.



4.6.2 Estudos técnicos para suporte a resolução sobre procedimento para concessão de incentivo para redução da alíquota de royalties sobre a produção incremental em campos maduros.

Os estudos desta proposição de Resolução visaram atender recomendação do inciso XII, do artigo 3º da Resolução do CNPE nº 17, de 8 de junho de 2017 que trata da revisão da política energética de exploração e produção de petróleo e gás natural. Em paralelo, a Diretoria da ANP, em setembro de 2017, comunicou por meio da Secretaria Executiva, que este projeto de elaboração de Resolução fora definido como prioritário e estratégico, pautando-se por uma abrangência não limitada às prorrogações de prazos de vigência do contrato.

4.6.3 Análise e aprovação dos Planos de Desenvolvimento (PD).

Destaques para os PDs da seção pré-sal da bacia de Santos: revisões do campo de Lula e Búzios, ao todo foram 17 PDs analisados e aprovados.

4.7 Resoluções em destaque no upstream

a) Revisão da Resolução ANP nº 25, de 8 de julho de 2013 (Resolução ANP nº 698, DOU 08/09/17).

A nova resolução visou revisar a Resolução ANP nº 25/2013 que trata de procedimento de Individualização da Produção (AIP), adequando-a as diretrizes dadas pela Resolução CNPE nº 08/2016, publicada no DOU em 6 de junho de 2017.

A individualização da produção é o instrumento adotado quando se identifica que uma jazida de petróleo, gás natural ou outros hidrocarbonetos fluidos se estende além de um bloco concedido, cedido onerosamente ou contratado.

b) Discussões sobre Garantias de Desativação e Abandono na modalidade “Autosseguro”

A partir de iniciativa da Coordenadoria de Áreas Terrestres (CAT), que apresentou preliminarmente o assunto à Diretoria Colegiada, identificou-se a necessidade de ampliar as discussões acerca da Desativação e do Abandono de Poços e Instalações junto às unidades organizacionais da ANP, cujo escopo guarda relação com o tema. Nesse sentido, a ANP tratou de organizar workshops internos para a discussão do assunto, tendo como público um assessor de cada uma das Diretorias da Agência, um representante da Procuradoria Federal lotado junto à ANP e os titulares das unidades organizacionais envolvidas. O trabalho resultou na produção de relatório contendo as principais recomendações do grupo para abordagem do assunto na Agência.

De modo a aprofundar os estudos sobre o Autosseguro, a ANP utilizou-se do Regulamento NTL nº. 2016-N01 como ponto de partida para dialogar com a Indústria. Assim, solicitou manifestações tecnicamente fundamentadas sobre um critério em específico – baseado na capacidade financeira das companhias – estabelecido pelo regulamento norte-americano: o total das obrigações garantidas na modalidade Autosseguro não pode exceder a 10% do Patrimônio Líquido Tangível da sociedade empresária. (Ofício-Circular nº 002/2017/SDP, de 22/06/2017).

4.8 Novo modelo de Conteúdo Local

A ANP participou de maneira ativa das discussões do PEDEFOR (Programa de Estímulo à Competitividade da Cadeia Produtiva, ao Desenvolvimento e ao Aprimoramento de Fornecedores



do Setor de Petróleo e Gás Natural) que levaram à recomendação, ao CNPE, de novo modelo de Conteúdo Local, consubstanciado na Resolução CNPE nº 07/2017. O novo modelo já foi adotado nos contratos de duas rodadas de licitação realizadas pela ANP em 2017, e valerá também para as rodadas previstas para este ano.

Ao longo dos últimos anos, a implementação operacional da Política de Conteúdo Local permitiu que a Coordenadoria de Conteúdo Local - CCL identificasse características dos modelos vigentes que limitam a efetividade dessa Política e ampliam, desnecessariamente, o seu impacto regulatório. Isso vale especialmente para o caso dos contratos assinados entre a 7ª e a 13ª Rodada, além dos contratos de Cessão Onerosa e da Primeira Rodada de Partilha da Produção.

A realidade atual do mercado, caracterizada pelo novo patamar de estabilização dos preços do petróleo, pela retração de investimentos no setor de Exploração e Produção de óleo e gás, e pela desestruturação de parte da cadeia de fornecimento, apenas reforçou a necessidade de revisão da sistemática relativa ao conteúdo local.

A opção por um modelo de compromissos flexíveis e com patamares de conteúdo local mínimos mais aderentes à realidade é vista como extremamente positiva, permitindo aprimoramentos operacionais importantes, além de estar mais alinhada à dinâmica da indústria de petróleo e gás natural.

4.8.1 Consulta e Audiência Públicas sobre regulamentação dos mecanismos de Isenção, Ajuste e Transferência de Conteúdo Local, e da possibilidade de aditamento dos contratos em vigor

Atendendo à determinação do TCU, a ANP colocou em Consulta Pública, em 19 de julho de 2017, uma minuta de regulamentação dos mecanismos de Isenção, Ajuste e Transferência de Conteúdo Local e que trouxe, adicionalmente, a possibilidade de aditamento dos contratos em vigor pelas regras mais recentes definidas pelo CNPE.

A ANP julga a aprovação dessa resolução de fundamental importância para que os projetos de desenvolvimento nas áreas contratadas possam ser executados dentro de parâmetros econômicos competitivos, atraindo investimentos e beneficiando a sociedade brasileira.

Cada nova plataforma com capacidade de produção de 150 mil barris de petróleo por dia gera cerca de R\$ 2,6 bilhões em arrecadação por ano. Estima-se que os contratos assinados entre 2005 e 2015, abrangidos pela regulamentação a ser aprovada, possam gerar a contratação de 22 novas plataformas até o início da próxima década, o que significaria a atração de R\$ 480 bilhões em investimentos, dos quais cerca de R\$ 200 bilhões executados no Brasil. Para que isso ocorra, no entanto, é fundamental a adequação das exigências e a correção das falhas na regulação atual, garantindo a viabilidade dos projetos.

A significativa alteração que representa a proposta de aditamento dos contratos pelas novas regras foi fonte de inúmeros questionamentos por parte da indústria fornecedora de bens e serviços que, sentindo-se prejudicada, sinalizou com a judicialização da resolução.

Ao mesmo tempo, as entidades representantes dos fornecedores reconheciam a necessidade de revisão do modelo, o que viabilizou a realização de rodadas de discussão e de tentativa de elaboração de uma proposta intermediária, pactuada entre os principais agentes envolvidos, que pudesse atender minimamente os principais pleitos da indústria sem, contudo, comprometer



a viabilidade dos projetos. Essa proposta foi divulgada pela ANP, 11 de dezembro de 2017, em: <http://www.anp.gov.br/wwwanp/noticias/anp-e-p/4203-conteudo-local-novo-prazo-para-publicacao-de-resolucao>.

Recentemente o tema (possibilidade de aditamento) foi debatido no âmbito dos Comitês Técnico e Diretivo do PEDEFOR, tendo sido deliberado pelo Comitê Diretivo, por maioria de votos, recomendação de manifestação do CNPE reforçando que a ANP poderá adotar regras diferentes para os contratos de concessão assinados até a décima terceira rodada, da primeira e segunda rodadas de partilha de produção e da Cessão Onerosa (estes dois últimos, desde que com a anuência de todos os signatários).

4.8.2 Conclusão da análise do pedido de isenção de Conteúdo Local para o FPSO Piloto de Libra

A conclusão da análise do pedido de isenção de Conteúdo Local para a contratação do FPSO Piloto de Libra foi um importante marco não apenas para a ANP, mas também para o próprio mercado. A Audiência pública sobre o tema mobilizou grande parte do setor, e o resultado da análise repercutiu de maneira importante também sobre as discussões de aprimoramento da Política de Conteúdo Local.

4.8.3 Publicação de Informações sobre certificados de conteúdo local

A partir de junho de 2017 a ANP passou a disponibilizar, na sua página da internet, planilha com os certificados válidos emitidos pelos Organismos de Certificação acreditados pela ANP, ampliando a transparência e facilitando o acesso a uma informação relevante para o mercado.

4.9 Participações Governamentais (Royalty e Participação Especial)

O royalty é uma compensação financeira devida à União pelas empresas que produzem petróleo e gás natural no território brasileiro: uma remuneração à sociedade pela exploração desses recursos não renováveis.

Os royalties incidem sobre o valor da produção do campo são recolhidos pelas empresas concessionárias por meio de pagamentos efetuados à Secretaria do Tesouro Nacional (STN) até o último dia do mês seguinte àquele em que ocorreu a produção. A STN repassa os royalties aos beneficiários com base nos cálculos efetuados pela ANP, de acordo com o estabelecido pelas leis nº 9.478/1997 e nº 7.990/1989, regulamentadas, respectivamente, pelos decretos nº 2.705/1998 e nº 1/1991.

Assim como os royalties, a participação especial é uma compensação financeira pela produção de petróleo e/ou gás natural. A diferença é que a participação especial é uma compensação financeira extraordinária. Enquanto os royalties são pagos pelas petroleiras em função de todos os campos produtores de petróleo e/ou gás natural, a participação especial é devida somente para campos com grande volume de produção. Os royalties são pagos mensalmente e a participação especial, trimestralmente.

No ano de 2017 foram distribuídos a título de royalties e participação especial um montante de R\$ 30.469.849.109,29 (Trinta bilhões, quatrocentos e sessenta e nove milhões, oitocentos e quarenta e nove mil, cento e nove reais e vinte e nove centavos), sendo R\$ 15.302.179.652,38 a título de royalties e R\$ 15.167.669.456,91 de participação especial.



Balanço de Gestão ANP – 2017

Ao compararmos os valores distribuídos no ano de 2017 ao de 2016, observamos um aumento de 29,25% nos royalties e impressionantes 156,62% na participação especial, conforme o ilustrado na Tabela 1 a seguir.

Tabela 1. Valores distribuídos de royalties e PE em 2016 e 2017

Item	2016	2017	% variação
Royalties (R\$)	11.838.939.953,48	15.302.179.652,38	29,25%
PE (R\$)	5.910.622.732,91	15.167.669.456,91	156,62%
TOTAL (R\$)	17.749.562.686,40	30.469.849.109,29	71,67%

Analisando os royalties, este comportamento é explicado pela alta no preço do barril de petróleo do tipo Brent Dated, além de terem sido arrecadados montas importantes acerca de auditorias envolvendo recálculos de produção de petróleo e gás natural.

No que atine à participação especial, o aumento se deu ao fato da alta no preço do barril de petróleo do tipo Brent Dated, juntamente com o importante aumento nas produções dos campos de Lula e Sapinhoá, ambos localizados em área de pré-sal, impactando de forma relevante na apuração da alíquota efetiva incidente sobre a receita líquida.

O repasse referente à participação especial do quarto trimestre de 2017, realizado em 08 de fevereiro de 2018, em valores nominais, foi o maior já feito até hoje. Totalizou R\$ 5,4 bilhões, montante próximo à soma de todo o ano de 2016, que foi de R\$ 5,9 bilhões. O campo de Lula foi o que gerou a maior arrecadação, com R\$ 3,375 bilhões, seguido por Sapinhoá, com R\$ 763,7 milhões, e Jubarte, com R\$ 437,3 milhões. Os três campos estão localizados no pré-sal, sendo que Jubarte também produz a partir do pós-sal capixaba.

Maricá e Niterói foram os municípios que receberam os maiores repasses da participação especial referente ao quarto trimestre de 2017 por serem os maiores confrontantes com o campo de Lula. Receberam R\$ 165,1 milhões e R\$ 145,3 milhões, respectivamente. O Estado do Rio de Janeiro recebeu R\$ 1,6 bilhão e a União, R\$ 2,7 bilhões, sendo R\$ 2,2 bilhões destinados ao Fundo Social.

4.9.1 Atualização do modelo de cálculo de royalties

Foi identificada a necessidade de revisão da Portaria ANP nº 206/2000 que tratava do preço mínimo do petróleo estabelecido pela ANP, em cumprimento ao determinado pelo art. 7º, §11 do Decreto nº 2.705 de 03 de agosto de 1998. As premissas que nortearam a necessidade de revisão da portaria são as seguintes:

- a) definição do conceito de corrente de petróleo ou tipo de petróleo;
- b) possibilidade de escolha, por parte da ANP, entre diferentes agências de informação de preços para o fornecimento de cotações dos preços de petróleos e seus derivados no mercado internacional;
- c) reavaliação da utilização dos diferentes pontos de corte para a obtenção das frações leves, médias e pesadas.



Após a publicação da Resolução CNPE nº 05/2017 e do Decreto nº 9.042/2017, tornou-se necessário à adequação da metodologia de precificação do preço do petróleo nacional às diretrizes estabelecidas pelo Governo Federal. Assim, foi aprovada pela Diretoria Colegiada uma nova minuta de Resolução que propõe a revisão da Portaria ANP nº 206/2000, que estabelece os critérios para a fixação do preço de referência do petróleo produzido mensalmente em cada campo, a ser adotado para o cálculo das participações governamentais.

Assim, em 18 de agosto de 2017, foi realizada nova Audiência Pública com o objetivo de obter subsídios para a redação final da resolução, em atendimento à Resolução CNPE nº 05/2017 e ao Decreto nº 9.042/2017, culminando na Resolução ANP 703/2017, com vigência efetiva a partir de janeiro de 2018, contendo as seguintes modificações:

- Introdução do desconto em função do teor de Nitrogênio e acidez;
- Padronização das temperaturas de corte para as curvas PEV apresentadas pelas concessionárias;
- Padronização dos derivados que precificam as frações dos destilados leves, médios e pesados;
- Regra de transição de 5 anos para extinguir completamente os critérios da Portaria ANP 206/2000 e vigorar totalmente os critérios da Resolução ANP 703/2017.

4.10 Fiscalização da Produção

O Núcleo de Fiscalização da Produção (NFP) da ANP está trabalhando para incrementar os volumes produzidos validados mês a mês. Inicialmente, os campos produtores das Bacias de Campos, Santos e Espírito Santo offshore foram priorizados por responder por mais de 90% da produção de petróleo, e de 70% da produção de gás natural no país. No biênio 2016-2017, o esforço de apropriação de poços produtores permitiu analisar a validação de 95% da produção nacional de petróleo e gás natural no país.

Alem disso, cabe destacar a realização de inspeções prévias em unidades de produção realizadas pelo NFP. Estas inspeções favorecem a solução de eventuais não conformidades com unidades ainda no estaleiro, contando com infraestrutura e mão de obra adequadas para a situação. A prática tem se mostrado exitosa ao evitar a necessidade de trabalhos em ambiente offshore com impactos negativos para o projeto.

No primeiro semestre de 2017, foram realizadas 43 ações de fiscalização, sendo 2 (duas) inspeções prévias nos sistemas de medição das unidades: FPSO Cidade de Campos dos Goytacazes e FPSO Pioneiro de Libra, esta última realizada em Singapura.

Em linhas mais gerais, no âmbito da fiscalização, considerando as atividades de movimentação e transferência de petróleo, seus derivados e gás natural e as atividades de exploração e produção em plataformas, durante o exercício de 2017, foram realizadas 1.306 fiscalizações.

4.11 Segurança Operacional

A atuação da ANP nas questões de segurança operacional do E&P pauta-se na prevenção e melhoria contínua da indústria, consciente de que cabe a cada agente econômico envolvido a responsabilidade pela manutenção da segurança nas operações das suas instalações. As auditorias de segurança operacional realizadas pelo corpo técnico da ANP avaliam preventivamente os riscos



Balanço de Gestão ANP – 2017

existentes no mercado regulado e favorecem o aprimoramento rotineiro da gestão de risco realizada pelas empresas.

A ANP desempenha suas atribuições através de cinco principais macrofluxos de trabalho: (i) fiscalização de plataformas e sondas offshore; (ii) fiscalização de campos e dutos onshore; (iii) investigação de incidentes e análise de desempenho de instalações; (iv) sistemas/bancos de dados de segurança operacional; (v) agenda regulatória.

4.11.1 Fiscalização Offshore

A atividade de fiscalização das unidades marítimas de produção, perfuração e estocagem de petróleo e gás natural é um dos principais fluxos de trabalho da Superintendência de Segurança Operacional e Meio Ambiente (SSM) da ANP, envolvendo grande parte de sua equipe. Tendo em vista que 90% da produção de petróleo do país provêm de campos marítimos, a Diretoria da ANP assumiu a meta de fiscalizar, uma vez a cada 2 anos, todas as unidades marítimas em operação em Águas Jurisdicionais Brasileiras.

Ressalta-se que no ciclo 2016/2017 foi iniciado o projeto piloto de Auditor Líder Offshore (ALO), que vem sendo fundamental para viabilizar a quantidade de fiscalizações supracitadas. O referido projeto conta, atualmente, com auditores líderes exclusivamente dedicados às fiscalizações offshore envolvendo unidades de produção e perfuração. Cada um realiza, em média, 13 ações de fiscalização offshore. Desta forma, os ALO são responsáveis por 41% da meta da SSM de fiscalizar 95 instalações offshore.

As ações de fiscalização offshore determinam a geração de diversos outros fluxos paralelos de trabalho, como exemplo, a análise da Documentação de Segurança Operacional (DSO) das instalações. Sem a aprovação das DSOs, as unidades não podem iniciar suas atividades. Outro exemplo é o fluxo de acompanhamento e a análise das não conformidades geradas pelas fiscalizações, tal atividade é relevante para verificação efetiva do saneamento dos desvios observados nos sistemas de gestão da segurança operacional das operadoras e, conseqüentemente, formam a base para potenciais autuações.

Quando são observadas não conformidades críticas nas unidades que as coloquem sob risco não tolerável, estas instalações são interditas até que os riscos sejam mitigados à níveis toleráveis.

As ações de fiscalização de segurança operacional offshore realizadas pela SSM contam com o importante apoio da Marinha do Brasil. A ANP possui três Termos de Execução Descentralizada com a Diretoria de Portos e Costa - DPC, que envolvem (i) perícias técnicas em plataformas e sondas marítimas; (ii) perícias em embarcações de transporte a granel de derivados; e (iii) monitoramento do tráfego marítimo em áreas de exploração e produção nas Bacias de Campos e Santos e Espírito Santo.

4.11.2 Fiscalização Onshore

A Produção de hidrocarbonetos onshore representa cerca de 10% do volume total produzido no país e encontra-se pulverizada em diversos poços e campos localizados principalmente no Nordeste do país. A estratégia de fiscalização da Agência para as instalações onshore prioriza a verificação da integridade dos ativos e de aspectos ambientais dos maiores campos produtores e das regiões com maior concentração de dutos.



Balanço de Gestão ANP – 2017

Assim como ocorre com as ações de fiscalização offshore, as auditorias em áreas terrestres também geram diversos fluxos paralelos de trabalho, principalmente através da análise da Documentação de Segurança Operacional (DSO) das instalações e das análises das não conformidades geradas pelas fiscalizações.

Para o biênio 2017-2018, a ANP trabalha na edição de normas que abrangem as seguintes plataformas temáticas: (i) revisão da regulamentação de Comunicação de Incidentes; (ii) revisão da regulamentação do Sistema de Gestão de Segurança Operacional (SGSO); (iii) revisão da regulamentação de penalidades do upstream; e (iv) revisão da regulamentação de abandono de área e descomissionamento.

Fora da Agenda Regulatória, em 2017, a equipe da ANP trabalhou no desenvolvimento e na atualização de diversos procedimentos de grande importância para as atividades de segurança operacional do segmento regulado, com destaque para:

- Atualização da metodologia de dosimetria das penalidades decorrentes das atividades de fiscalização da Segurança Operacional;
- Metodologia piloto de padronização de classificação de não conformidades decorrentes das atividades de fiscalização da Segurança Operacional;
- Atualização do Manual de Comunicação de Incidentes (MCI);
- Padronização dos formulários de Cessão de Direitos com as informações relativas à segurança operacional;
- Aprovação condicionada do projeto de poço Monobore;
- Reconhecimento técnico da 1ª Boa Prática do Brasil - "Abandono de Poços Offshore" desenvolvida pelo IBP;
- Consolidação da metodologia de agrupamento de ativos de produção por sistemas de gestão.





5. Mid e Downstream



5. Mid e Downstream

5.1 Qualidade dos Produtos

Em 2017, o Programa de Monitoramento da Qualidade dos Combustíveis (PMQC) analisou um total de 95.025 amostras, sendo 92.869 conformes às especificações da ANP, alcançando o Índice de Conformidade de Combustíveis médio de 97,73%, cumprindo inclusive a meta do Plano Plurianual - PPA 2016-2019.

Os dados do PMQC da ANP mostram que, em junho de 2017, os índices de combustíveis dentro dos padrões de qualidade vendidos no Brasil foram semelhantes aos de países de primeiro mundo. Do total de amostras de gasolina analisadas pelo Programa, 98,5% atendiam às exigências da ANP, no etanol, 98,7%, no diesel, 96,2% foram aprovadas. Assim, conclui-se que a ANP tem conseguido assegurar ao mercado nacional estabilidade nos índices de conformidade dos combustíveis, em níveis elevados e satisfatórios para os consumidores finais, superando a meta estipulada no Plano Plurianual para o período.

O PMQC monitora permanentemente os postos de combustíveis de todo o país e é um dos principais instrumentos de planejamento das ações de fiscalização da ANP. É uma pesquisa que reflete o universo geral da qualidade dos combustíveis. São selecionados postos por meio de critérios estatísticos de amostragem, de forma a estabelecer um índice de conformidade que dê um panorama representativo do mercado de combustíveis por estado. Esse trabalho é feito por instituições e universidades (laboratórios) contratados pela ANP por meio de licitação pública. Ao final do ano, estavam em vigor 13 contratos com instituições de ensino e pesquisa, que, em conjunto com o CPT, monitoraram 19 estados e o Distrito Federal.

Diferente do PMQC, a fiscalização da ANP é dirigida para os focos de irregularidades, executadas por fiscais da Agência (servidores públicos) e se concentra nos postos de combustíveis com indícios de irregularidades. O trabalho de planejamento é orientado por vetores de inteligência, como o PMQC, denúncias ao Centro de Relações com o Consumidor da Agência (CRC), Sistema de Informação de Movimentação de Produtos (SIMP) e intercâmbio de informações com outros órgãos, entre outros.

A ANP vem trabalhando no aperfeiçoamento contínuo do trabalho de inteligência para o planejamento da fiscalização. Um desses aprimoramentos foi o uso de um novo sistema de inteligência (Sisplan), que permite levantar e cruzar dados da ANP com os de outros órgãos públicos que atuam nesse mercado. Os resultados obtidos demonstram um aumento dos acertos nos focos de irregularidades no mercado de combustíveis, indicando maior efetividade do trabalho da ANP. Um dos exemplos de aprimoramentos é o uso, desde o final de 2016, do kit que identifica a presença indevida de metanol nos combustíveis no próprio posto, possibilitando a interdição do agente econômico sem necessidade de aguardar o teste de laboratório.

5.1.1 Centro de Pesquisas Tecnológicas (CPT) da ANP

Em 2017, o CPT completou 40 anos, ao longo dos quais teve atuação destacada em diversas ações que ajudaram a consolidar as indústrias do petróleo e dos biocombustíveis no Brasil, como a consolidação do Proálcool e do Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel; a implantação e manutenção dos programas de monitoramento da ANP; o apoio à fiscalização de combustíveis; as análises em correntes de petróleo para cálculo de royalties; estudos para o desenvolvimento de especificação de produtos; e os programas interlaboratoriais de combustíveis.



O Centro destaca-se ainda como o laboratório de referência do Programa de Monitoramento da Qualidade dos Combustíveis (PMQC) e do Programa de Monitoramento de Lubrificantes (PML), ambos da ANP.

Localizado em uma área de mais de 3 mil m² em Brasília, o CPT conta hoje com um corpo técnico altamente qualificado, possuindo diversos mestres e doutores, o que tem contribuído para o desenvolvimento crescente de pesquisas voltadas ao avanço do trabalho da fiscalização, dos programas de monitoramento (PMQC e PML) e para o aperfeiçoamento das especificações de produtos.

O laboratório, que passou recentemente por uma ampla modernização, conta também com equipamentos da mais alta tecnologia dedicados à realização de estudos e ensaios físico-químicos para controle de qualidade de petróleo, derivados e biocombustíveis.

Tabela 2. Principais quantitativos de análises realizadas pelo CPT.

Produto	PMQC/PML	SFI	Total
Gasolina	611	436	1047
Etanol	472	129	601
Óleo diesel	606	184	790
Biodiesel	0	45	45
Óleo lubrificante	1561	87	1648
Outros (QAv, GAv, etc)	0	1	1
Total			4132

Cumprir registrar ainda para o ano em destaque, houve a retomada de trabalho conjunto com a Superintendência de Participações Governamentais (SPG) na realização de ações de fiscalização em campos ou correntes de petróleo. As amostras são coletadas e enviadas para o CPT realizar os ensaios, com destaque para a Curva PEV.

Como resultado do aumento do controle institucional sobre o metanol, o CPT coordenou um Grupo Técnico (GT) de Metanol que visa buscar novas metodologias para análises em campo. O GT conta com participação de distribuidores, produtores de etanol, revendedores e laboratórios de pesquisa em combustíveis.

5.1.2 Acreditação do CPT

O Centro de Pesquisas e Análises Tecnológicas (CPT) da ANP recebeu no final do ano de 2017 a acreditação do Inmetro.

A acreditação visa garantir a qualidade e a rastreabilidade dos resultados dos seus ensaios. O (CPT), ligado à Superintendência de Biocombustíveis e Qualidade de Produtos, adequou seus processos internos à norma ABNT NBR ISO/IEC 17025, que estabelece os requisitos gerais para competência de laboratórios de ensaio e calibração.

Com o intuito de obter o reconhecimento formal desse Sistema de Gestão, foi iniciado o processo de acreditação junto ao Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (Inmetro), instituição brasileira responsável pelo planejamento e execução das atividades de acreditação de laboratórios



Balanço de Gestão ANP – 2017

de calibração e de ensaios. A atestação de que o CPT atende a esses requisitos, condição indispensável para a acreditação, veio após minuciosa análise documental e de procedimentos, inclusive in loco, pelo Inmetro.

Cabe resaltar que a acreditação é uma ferramenta estabelecida em escala internacional para gerar confiança na atuação de organizações que executam atividades de avaliação da conformidade, representando o reconhecimento formal da competência de um laboratório para desenvolver as tarefas de avaliação da conformidade, segundo os requisitos internacionalmente estabelecidos.

O sistema de acreditação segue diretrizes que o colocam em equivalência com o de outros organismos estrangeiros congêneres (membros plenos de foros internacionais de organismos de acreditação), com os quais mantém acordos de reconhecimento mútuo. Com estes acordos, os resultados das avaliações, ensaios e calibrações realizados pelos organismos e laboratórios acreditados passam a ser aceitos pelos demais organismos de acreditação signatários, que, devem ainda promover o acordo em seus próprios países, divulgando-o às autoridades reguladoras, à indústria e aos importadores.

Cabe acrescentar, que a acreditação vem sendo adotada por laboratórios da mesma área de atuação da ANP. Assim, por exemplo, a ANP estimula que os laboratórios contratados para atuar no Programa de Monitoramento da Qualidade de Combustíveis (PMQC) sejam acreditados. Além disso, os laboratórios que certificam biodiesel são necessariamente acreditados conforme Resolução ANP nº 6, de 05 de fevereiro de 2014.

5.1.3 Desempenho mínimo dos lubrificantes

A ANP elevou o nível de desempenho mínimo dos lubrificantes automotivos comercializados no país. Desde 31 de dezembro de 2016, os lubrificantes produzidos no Brasil e os importados devem atender aos níveis de desempenho estabelecidos por diversas entidades internacionais como a American Petroleum Institute – API, Association des Constructeurs Européens d'Automobiles – ACEA, Japan Automobile Standard Organization – JASO, entre outras. A medida está prevista na Resolução ANP nº 22/2014, com efeito a partir do final do ano passado.

Esses níveis mínimos de desempenho indicam a capacidade do lubrificante de atender às evoluções dos equipamentos, condições operacionais, qualidade e tipos de combustíveis empregados e, mais recentemente, legislações ambientais. Esta é uma forma de classificação dos produtos conforme seu patamar de tecnologia e tipo de aplicação. Em todo o mundo, as indústrias de aditivos, lubrificantes e automobilística desenvolvem conjuntamente critérios de aceitação e sequências de ensaios (de bancada e em motores) para que os produtos testados possam declarar que atendem, superam ou atingem determinado nível de desempenho.

Os produtos com níveis de desempenhos considerados obsoletos produzidos/importados até 31 de dezembro de 2016 só poderão ser distribuídos até 31 de março de 2017 e comercializados até 31 de junho de 2017. A partir de 1 de julho de 2017, os registros de produtos com níveis de desempenho inferiores aos mínimos estabelecidos serão extintos e a comercialização sujeitará os infratores às penalidades previstas na Lei nº 9.847, de 26 de outubro de 1999, e suas alterações, e no Decreto nº 2.953, de 28 de janeiro de 1999, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

Produtos considerados obsoletos podem levar à sublubrificação dos motores automotivos, que ocorre quando há utilização de óleos lubrificantes formulados para condições menos severas de compressão, temperatura e rotação, que não satisfazem as exigências dos novos motores. A



Balanço de Gestão ANP – 2017

sublubrificação de um motor diminui sua vida útil, podendo em alguns casos causar sérios danos, acarretando grande prejuízo econômico ao consumidor. Além disso, níveis de desempenho obsoletos podem causar danos ambientais, como o aumento da emissão de poluentes.

A saída desses produtos do mercado reduz a possibilidade de que escolha incorreta feita pelo consumidor resulte na sublubrificação do motor de seu veículo. Níveis de desempenho mais elevados conferem maior proteção ao motor e, sob o ponto de vista ambiental, redução das emissões de poluentes nos veículos e do consumo de combustível e queima de lubrificante. Outro aspecto favorável à elevação do nível de desempenho é que, em geral, níveis mais elevados requerem intervalos de troca maiores, o que resulta em um consumo menor de lubrificantes.

5.1.4 Atualização e unificação de regras para comercialização de óleos básicos

A ANP publicou no dia 17 de fevereiro de 2017 a Resolução 669, que atualiza e unifica as regras voltadas aos agentes que comercializam óleos básicos de primeiro refino e rerrefinados. Esses derivados do petróleo são insumos fundamentais para a produção de lubrificantes acabados, como os óleos e graxas lubrificantes amplamente utilizados em veículos automotores e equipamentos industriais.

A Resolução estabelece as especificações para os óleos básicos e rerrefinados do grupo I, e deixa a cargo dos produtores as especificações para os óleos dos grupos II e III (obtidos por tratamento físico-químico das frações brutas do petróleo ou pela síntese direta a partir de insumos petroquímicos), estabelecendo também os ensaios mínimos que devem estar presentes nos certificados da qualidade emitidos pelos produtores e importadores.

O novo regulamento busca atender demandas dos produtores de lubrificantes acabados, que necessitavam de informações mais detalhadas sobre os óleos básicos, além de permitir aos produtores e aos importadores mudarem as características dos seus produtos conforme as demandas do mercado e sem a necessidade de revisão da regulamentação vigente pela ANP.

A Resolução substitui as Portarias ANP 129 e 130, publicadas em 30 de julho de 1999, e é parte do esforço da ANP por atualizar o estoque regulatório, simplificar as normas e aprimorar cada vez mais a qualidade dos derivados de petróleo comercializados em todo território nacional, promovendo o interesse público e a atração de investimentos para o país.

5.1.5 Nova resolução sobre controle da qualidade de produtos importados

A ANP publicou, dia 06 de junho de 2017, no Diário Oficial da União a Resolução ANP nº 680/2017, que dispõe sobre as obrigações quanto ao controle da qualidade dos produtos importados, a serem atendidas pelo importador e pela firma inspetora contratada por ele, em todo o território nacional.

As regras aplicam-se à gasolina automotiva, etanol combustível, óleo diesel, biodiesel, gás liquefeito de petróleo, gasolina de aviação, óleo combustível, querosene de aviação e querosene de aviação alternativo.

A resolução substitui a Portaria ANP nº 311/2001, buscando a simplificação regulatória do tema e a definição de obrigações mais condizentes com o cenário atual. As mudanças consideram o aumento na importação de derivados de petróleo dos últimos anos e a sinalização do mercado sobre a necessidade de reduzir prazos em relação à regra anterior, de forma a evitar impactos no abastecimento, sem prejudicar a garantia da qualidade.



Balanço de Gestão ANP – 2017

A atualização da norma faz parte do trabalho constante que a ANP tem realizado para aprimorar o controle da qualidade dos combustíveis comercializados em todo o território nacional.

Foi publicada também no DOU, na mesma data, a Resolução ANP nº 681/2017, que atualiza outros regulamentos da Agência para que estejam em alinhamento com as novas regras da Resolução ANP nº 680/2017.

As minutas de ambas as resoluções estiveram em consulta pública por 35 dias e foi realizada audiência pública em 8 de dezembro de 2016. As contribuições recebidas do mercado e da sociedade foram analisadas pela Agência antes da publicação das resoluções finais.

5.1.6 Aditivção compulsória da gasolina

A Diretoria da ANP aprovou, no dia 29 de junho de 2017, a alteração da Resolução nº 40/2013, suspendendo, para reavaliação, procedimentos relativos à aditivção compulsória de toda gasolina produzida e comercializada no país, cujo início de implementação estava previsto para 1º de julho.

A suspensão foi motivada por questões metodológicas e por dificuldades de obtenção continuada e sistemática de insumos para a realização de estudos, questões essas que impossibilitaram o registro de aditivo na ANP para o que estava previsto na resolução. Pesou ainda a não adaptação das instalações de agentes econômicos da cadeia de abastecimento.

A reavaliação da real necessidade da implantação da aditivção compulsória em nível nacional será realizada por comissão interna, que contará com a participação dos envolvidos, e levará em conta, entre outros aspectos, a evolução da qualidade da gasolina produzida e comercializada no país e seus efeitos benéficos para o meio ambiente, bem como a proteção de direitos do consumidor.

5.2 Fiscalização do Abastecimento

A ANP realizou, entre os dias 19 e 24 de agosto de 2017, a maior ação de fiscalização conjunta da sua história para verificar a qualidade dos combustíveis no Brasil. Foram fiscalizados cerca de 700 postos, em 100 municípios, localizados em todos os estados mais o Distrito Federal. Vários órgãos participaram da ação: IPEM, Ministérios Públicos estaduais, Procons etc. Esta operação faz parte da estratégia da ANP de intensificar a fiscalização no segmento do varejo, proporcionando ao consumidor maior segurança quanto à qualidade do combustível na hora em que for abastecer o seu veículo.

Na operação, a ANP fez nove interdições por qualidade. Também ocorreram 40 interdições de bico por bomba baixa (quando a quantidade de combustível mostrada na bomba é menor que a colocada no veículo). Além de outras 90 irregularidades. Os postos autuados responderão a processo administrativo e estarão sujeitos a multas.

Em 2017, considerando o abastecimento, fizemos 20.102 ações de fiscalização, resultado considerado excelente obtido através do esforço das forças-tarefas realizadas com vários órgãos públicos, de diferentes esferas governamentais, cuja sinergia possibilitou a fiscalização em agentes econômicos localizados em áreas de alto risco em todo o país.

5.3 Marco regulatório da distribuição e revenda de GLP

A ANP publicou, dia 16 de novembro de 2017, a Resolução nº 709/2017, que altera as Resoluções ANP nº 49/2016 e 51/2016, marcos regulatórios da distribuição e revenda de GLP, respectivamente.



A proposta de mudança foi motivada por demandas dos agentes regulados, que solicitaram a reavaliação de algumas regras devido ao momento de retração econômica do mercado de combustíveis.

Após ouvir as demandas e debater a situação com os agentes em reuniões e em um workshop, realizado em 19 de abril, a ANP avaliou a necessidade de modificação de alguns aspectos das resoluções.

As alterações implementadas na nova Resolução foram motivadas não somente pelo debate com o mercado, mas também no sentido de alinhar as normas ao novo mapa estratégico da ANP, indo ao encontro com a posição da Agência de simplificação e agilização dos processos e maior liberdade para os agentes econômicos, com mais atividade do mercado e menos controle por parte do agente regulado.

Entre as mudanças, destacam-se a simplificação dos procedimentos regulatórios e a redução de obstáculos burocráticos impostos aos agentes. Também foram realizadas alterações na redação de artigos, de forma a dar mais clareza para as regras e deixar definições mais compatíveis com outras normas da Agência.

5.4 Biometano

A ANP aprovou, dia 29 de junho de 2017, a resolução que estabelece regras voltadas para o controle de qualidade e a especificação de biometano oriundo de aterros sanitários e de estações de tratamento de esgoto destinado ao uso veicular e às instalações residenciais, industriais e comerciais a ser comercializado em todo o território nacional.

A Resolução ANP nº 685/2017 estabelece as especificações do biometano oriundo de aterros sanitários e estação de tratamento de esgoto. O modelo aplicado para o controle da qualidade desse produto representa um novo paradigma para a regulação de qualidade de combustíveis, pois foi combinada a regulação prescritiva (tendo em vista os aspectos de proteção do meio ambiente e da saúde humana) com a indicação de parâmetros mínimos a serem observados com intuito de assegurar o seu uso pelo consumidor.

A regulamentação do produto permite sua comercialização e sua utilização como substituto do gás natural, devendo o produtor obter a aprovação do controle de qualidade da Agência antes de iniciar a comercialização.

Para chegar a essa regulamentação, a ANP desenvolveu estudos de forma a serem asseguradas a possibilidade de substituição do gás natural, a proteção ao meio ambiente, a integridade dos equipamentos e a proteção à saúde humana. Nesses estudos, a ANP realizou visitas técnicas nacionais e internacionais, participou de grupos técnicos no âmbito da ABNT e manteve ampla cooperação com os setores afetados pela regulação.

A partir da publicação da Resolução, acredita-se que possa ser injetado, no curto prazo, biometano na rede de distribuição de gás natural, em volume estimado de 285 mil m³/dia. Segundo projeções da Empresa de Pesquisa Energética (EPE), em 2030, é possível existir produção de biometano da ordem de 17 milhões de m³/dia.

Além de desenvolver nova atividade econômica e introduzir agentes ao mercado, a resolução será um marco importante do ponto de vista ambiental.



5.5 Metanol

A ANP, dentro da sua responsabilidade fiscalizadora, viu a necessidade de acompanhar e criar modos de controle para os usos do metanol no país. Uma delas foi alterar a regulamentação vigente para incluir o metanol na definição de solvente e tornar mais efetivo o controle sobre esse produto, evitando desvios para usos indevidos. Esta decisão foi fundamental como ferramenta de controle da qualidade do etanol combustível e gasolina automotiva, uma vez que o metanol é um potencial adulterador desses combustíveis.

O foco principal foi de aumentar o controle da importação do metanol, aumentando a responsabilidade desde o importador até o último elo da cadeia, de modo a dar maior segurança no uso desse produto tão importante para a indústria.

Outro ponto importante a destacar do aumento do controle institucional sobre o metanol, é que o CPT coordenou um Grupo Técnico (GT) de metanol que visa buscar novas metodologias para análises em campo a fim de detectar a presença indevida de metanol nos combustíveis comercializados no mercado consumidor nacional. O GT conta com a participação de distribuidores, produtores de etanol, revendedores e laboratórios de pesquisa em combustíveis.

5.6 Comércio Exterior

O volume de licenças de importação e de exportação anuídas pela ANP atingiu o recorde histórico. O ano de 2017 presenciou o avanço das importações líquidas de biocombustíveis e de derivados de petróleo e a maior participação de agentes privados na importação desses produtos. O resultado disso foi a análise de 80.726 licenças de importação, acarretando 1.053 processos administrativos abertos voltados à análise dos pedidos de licença de importação.

Somente a gestão das anuências de importação e exportação gerou 2.123 documentos entre 24 de janeiro de 2017 e 23 de janeiro de 2018.

Diante desses números, a Diretoria da ANP selecionou a área de Comércio Exterior, por meio de seu processo de análise dos pedidos de licença de importação, para ser o piloto da Casa para implantação do SEI. A implementação começou no dia 24 de janeiro de 2017, e o piloto durou 3 meses, sendo completamente bem-sucedida. Os resultados colhidos serviram de aprendizado para o roll-out das demais superintendências da ANP e para ser possível a implementação na Coordenação de Autorizações da própria Superintendência de Distribuição e Logística (SDL).



Balauço de Gestão ANP – 2017

Figura 3. Resultado antes e após a implantação do SEI

Anuência de importações ANTES e DEPOIS do SEI		
	ANTES	DEPOIS
NATUREZA do Procedimento	Manual	Eletrônico
	Papel/Armário	Pastas Eletrônicas
RASTREAMENTO de Documentos	Busca em Caixas e Armários	Sistema de Busca Eletrônica
VALIDADE de Documentos	Sem validade legal	Validade Legal - Assinatura Eletrôn.
TEMPO DE TRÂMITE DOCUMENTAL	4 DIAS	2,3 DIAS

5.7 Acompanhamento dos preços do petróleo, seus derivados, gás natural e biocombustíveis pela ANP

De acordo com a legislação brasileira, vigora no país, desde janeiro de 2002, o regime de liberdade de preços em toda a cadeia de produção, distribuição e revenda de combustíveis e derivados de petróleo. Assim, não há qualquer tipo de tabelamento de preços, nem fixação de valores máximos e mínimos ou exigência de autorização oficial prévia para reajustes de preços dos combustíveis em qualquer etapa da comercialização.

A Lei do Petróleo, em seu artigo 8º, atribuiu à ANP o papel de implementar a política nacional de petróleo, gás natural e biocombustíveis, com ênfase na proteção dos interesses dos consumidores quanto a preço, qualidade e oferta dos produtos. Em atenção à mesma Lei, essa atribuição não é exercida por meio do controle de preços, mas sim por meio da proteção do processo competitivo nos mercados regulados, uma vez que a referida Lei também estabelece, entre os princípios e objetivos da política energética nacional, a promoção da livre concorrência. No desempenho da sua atribuição legal, a ANP acompanha semanalmente, por meio do Levantamento de Preços e de Margens de Comercialização de Combustíveis, o comportamento dos preços praticados pelas distribuidoras e postos revendedores de combustíveis.

Dentre os objetivos do Levantamento de Preços, destacam-se: (i) contribuir para que os consumidores busquem as melhores opções de compra e (ii) permitir a identificação de mercados com indícios, sob a ótica econômica, de condutas anticompetitivas. Em 2017, a pesquisa disponibilizou a sociedade 244.755 unidades amostrais de preços de combustíveis automotivos e 221.804 de GLP (botijão P-13), em todas as unidades federativas.

Ainda com base nas informações do Levantamento de Preços, a ANP elaborou, em 2017, 33 notas técnicas com a finalidade de averiguar, do ponto de vista estritamente econômico, indícios de alguma prática anticompetitiva nos referidos mercados. Deste total, sete análises concluíram pela existência de infração a ordem econômica e foram encaminhadas ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), em atendimento ao disposto no artigo 10 da Lei nº 9.478/1997 (Lei do Petróleo).



Balanco de Gestao ANP - 2017

Além dos preços ao consumidor final, desde 2002 a ANP divulga os preços médios ponderados semanais praticados pelos produtores (refinarias, centrais petroquímicas e formuladores) e importadores de gasolina A, óleo diesel, querosene de aviação - QAV e gás liquefeito de petróleo - GLP, retroativos ao dia 1/1/2002, nos termos da Portaria ANP nº 297/2001. A partir de agosto de 2004, foram incluídos os seguintes produtos: óleo combustível A1, óleo combustível A2, óleo combustível B1 e cimento asfáltico de petróleo 50 60, retroativos a 7/6/2004. A iniciativa está em consonância com os princípios da transparência ativa (quando a Administração Pública divulga informações à sociedade por iniciativa própria, de forma espontânea, independente de qualquer solicitação), previstos na Lei de Acesso à Informação, em vigor desde maio de 2012 (<http://www.anp.gov.br/wwwanp/precos-e-defesa-da-concorrenca/precos/precos-de-produtores>).

Com base nas Resoluções ANP nº 27/2008, 28/2008, 35/2009, 31/2015 e 35/2016, bem como nos Acórdãos TCU nº 2649/2007 e nº 3081/2012, a partir de 2008, a ANP passou a divulgar, em seu sítio na internet, os preços de distribuição de produtos asfálticos, os quais são encaminhados à Agência mensal dos preços médios ponderados dos produtos asfálticos ocorre de duas formas: (i) por região geográfica de origem do produto, independente da quantidade de distribuidoras comercializando naquela região; e (ii) por unidade da federação de origem do produto quando houver informação de, no mínimo, três distribuidoras atuando naquele estado. Com a divulgação destes dados, além de dar cumprimento à determinação do TCU, a ANP avança na garantia à sociedade do conhecimento dos preços praticados por agentes econômicos, reduzindo a assimetria de informações e contribuindo para a transparência das práticas comerciais e para o bom funcionamento do mercado (<http://www.anp.gov.br/wwwanp/precos-e-defesa-da-concorrenca/precos/precos-de-distribuicao>).

Ainda no que concerne aos preços dos combustíveis, foram realizadas ao longo do ano de 2017: a) 12 (doze) edições do Boletim Mensal de Preços ao longo do ano de 2018, a fim de fornecer ao público interno da ANP informações relevantes sobre o comportamento dos preços dos combustíveis nos mercados nacional e internacional; b) 52 (cinquenta e duas) edições da Síntese do comportamento dos preços dos combustíveis, que analisa periodicamente os dados de preços dos combustíveis divulgados semanalmente pela ANP na internet. Ademais, foram elaboradas diversas análises no ano supracitado de modo a subsidiar a Diretoria da ANP a respeito das alterações na precificação da gasolina, diesel e GLP por parte da Petrobras.

5.8 Dia do Consumidor

Em comemoração ao Dia do Consumidor, a ANP realizou, em 15 de março de 2017, ações em 14 cidades de oito estados e do Distrito Federal para conscientizar a população sobre seus direitos na compra de combustíveis. No País, foram atendidos cerca de 1.000 (mil) consumidores. A estimativa é de que aproximadamente 4.000 (quatro mil) pessoas estiveram nos postos em que as ações estavam sendo realizadas.

Na ação, os consumidores foram orientados com relação às características dos produtos, controle de qualidade e quantidade, regras de comercialização, direitos e como denunciar suspeitas de irregularidades.

Relação dos Estados: São Paulo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Bahia, Espírito Santo, Distrito Federal, Amazonas e Maranhão.

Relação das Cidades: São Paulo, Campinas, Rio de Janeiro, Niterói, Duque de Caxias, Porto Alegre, Canoas, Belo Horizonte, Varginha, Salvador, Vitória, Brasília, Manaus e São Luís.



5.9 Gás para Crescer

A Iniciativa Gás para Crescer é um programa iniciado em junho de 2016, com o objetivo de propor medidas concretas de aprimoramento do arcabouço normativo do setor de gás natural, visando alcançar um mercado de gás natural com diversidade de agentes, liquidez, competitividade, acesso à informação e boas práticas, e que contribua para o crescimento do País.

A Resolução do CNPE com as diretrizes para o segmento foi publicada em abril de 2017 (Resolução CNPE nº 10/2016), diretrizes estas que foram consideradas nas discussões entre governo e empresas do setor, com o intuito de apresentar as medidas necessárias para o desenvolvimento da indústria gasífera nacional.

Encontram-se atualmente em discussão no Congresso Nacional as alterações legislativas necessárias para garantir o cumprimento do objetivo supracitado. A ANP participou ativamente das discussões, tomando parte em reuniões semanais, dos subcomitês de Escoamento, Processamento e Terminais de Gás Natural Liquefeito, Transporte e Estocagem, Comercialização, Tributação e Harmonização dos setores de Gás e Energia Elétrica.

A ANP participa ativamente nos subcomitês do Programa Gás para Crescer, em especial, nos Subcomitês: SC1 - Escoamento Processamento e Regaseificação de GNL, SC2 - Transporte e Estocagem e SC8 - Integração Gás Natural e Energia Elétrica.

5.10 Combustível Brasil

Tendo em vista a mudança na estratégia de negócios da Petrobras, e na perspectiva de fim da segurança no suprimento de derivados pela empresa, foi lançada, em fevereiro de 2017, a Iniciativa Combustível Brasil, cujo objetivo foi propor ações e medidas para estimular a livre concorrência e a atração de investimentos para o setor de abastecimento.

O núcleo operacional da Iniciativa, formado por representantes do MME, da EPE e da ANP, elaborou, em maio de 2017, o "Relatório da Iniciativa Combustível Brasil", com base em entrevistas com o mercado. Este documento elenca diversas propostas de ação e foi validado por meio de workshops e de Consulta Pública.

Atualmente, estão sendo realizadas atividades específicas para o atendimento das propostas por meio dos Subcomitês, tendo sido criado um Grupo de Trabalho entre ANP e ANTAQ para tratar especificamente do acesso às instalações portuárias.

5.11 Comprovação da Disponibilidade de Gás Natural para Participação em Leilões de Energia Elétrica

O inciso I, do §11, do artigo 4º da Portaria MME nº 102/2016, determina que cabe a ANP emitir parecer relativo a comprovação da disponibilidade de gás natural no processo de habilitação das usinas termelétricas (UTES), que utilizam gás natural como combustível, nos Leilões de Energia Nova (LENs) promovidos pela Empresa de Pesquisa Energética (EPE).

Para o LEN A-6 2017, a ANP recebeu para análise a documentação referente a 23 empreendimentos. Em função do prazo exíguo para a análise da documentação remetida pelos agentes e da quantidade de empreendimentos cadastrados, 8 especialistas em regulação da SCM foram dedicaram-se à tarefa de analisar a documentação e emitir os pareceres a respeito da disponibilidade de combustível para participação no Leilão.



Toda a documentação recebida foi analisada e todos os agentes respondidos. Foram emitidos 35 Ofícios e 17 Pareceres Técnicos, relativos a 18 empreendimentos, os quais subsidiaram a EPE no processo de habilitação das termelétricas no Leilão, ocorrido em dezembro de 2017.

5.12 Termo de Compromisso NTS e TAG

Em 20 de outubro de 2016 foi celebrado Termo de Compromisso (TC) entre ANP, Petrobras, TAG e NTS para transferência de titularidade das Autorizações de Operação das instalações de transporte de gás natural da região sudeste para a NTS.

Tal ação decorreu de Termo de Compromisso prévio, celebrado no âmbito do Projeto Malhas, entre ANP e Petrobras em abril de 2003, o qual previa a separação societária das transportadoras autorizadas sob o Consórcio Malhas Sudeste Nordeste e a TAG em duas pessoas jurídicas para atender as regiões Sudeste e Nordeste.

Nos termos da cláusula quinta do TC celebrado em 20 de outubro de 2016, a ANP expediu 13 Autorizações de Operação Provisórias em nome da NTS, com prazo de 1 ano de duração para as instalações de transporte de gás natural da região sudeste (exceto Espírito Santo). Posteriormente, em 24 de outubro de 2017, foram outorgadas as Autorizações relativas à operação destas instalações pela NTS.

De forma equivalente ao TC relativo à transferência de titularidade das autorizações das instalações para a NTS, em 22 de dezembro de 2017, foi celebrado outro Termo de Compromisso, desta vez referente à transferência de titularidade das autorizações do sistema de transporte da malha Nordeste para a TAG. Assim sendo, em 26 de dezembro de 2017, nos termos da cláusula quinta do referido TC, a ANP expediu 17 (dezessete) Autorizações de Operação Provisórias em nome da TAG.

5.13 Chamada Pública TBG

O Contrato de Transporte TCQ e TCQ Flex, referentes à compra de capacidade de transporte no GASBOL vencerão em dez/2019, e possuem cláusula de prorrogação até dez/2020. A contratação da capacidade de transporte que estará disponível a partir do fim da vigência destes contratos deve ocorrer mediante processo de Chamada Pública, conduzida pela TBG e coordenada pela ANP.

Neste contexto, em novembro de 2014, a ANP solicitou à Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia-Brasil (TBG) que encaminhasse a minuta de Edital de Chamada Pública para a oferta da capacidade disponível advinda do fim da vigência do Contrato de transporte de Gás TCQ Brasil.

Após a solicitação à TBG de encaminhamento da minuta de Edital de Chamada Pública, iniciou-se uma grande troca de informações entre a TBG e a ANP para a estruturação da Chamada Pública para contratação de capacidade no GASBOL.

A TBG decidiu utilizar o sistema de entrada/saída para o oferecimento de capacidade, em sintonia com o proposto na Resolução CNPE Nº 10, de 14 de abril de 2017. Neste sentido, ao longo do ano de 2017 foram realizadas reuniões periódicas entre a TBG e a ANP para a elaboração de minutas de contrato de serviço de transporte e de edital de chamada pública.

Está planejada a promoção, pela ANP, de consulta e audiência pública acerca de todos os documentos (edital, minuta de contrato de serviço de transporte, memória de cálculo de tarifas) até o primeiro semestre de 2018, assim como a condução do processo de Chamada Pública pela TBG a se iniciar no segundo semestre do ano corrente.



Balança de Gestão ANP – 2017

5.14 Outorga de autorizações para os agentes econômicos

No exercício de 2017, no abastecimento, foram outorgadas no total 8.147 autorizações, sendo 2.121 autorizações de revendedores de combustíveis (incluindo postos flutuantes e de aviação), 5.539 autorizações de revendedores de GLP, 421 autorizações de agentes da cadeia de distribuição de combustíveis e GLP, asfaltos e lubrificantes (23 delas pelo Sistema Eletrônico de Informações - SEI), e 66 Publicações de Homologações de Cessão de Espaço e Carregamento Rodoviário (envolvendo cerca de 990 contratos entre agentes regulados).

Já com relação aos produtores de combustíveis e biocombustíveis no país, em 2017, como pode ser observado na Tabela 3, foram outorgadas 198 autorizações aos agentes regulados.

Tabela 3. Autorizações outorgadas em 2017 para as unidades produtoras

Agente Econômico	Autorizações outorgadas
Produtor de Etanol	184
Produtor de Biodiesel	8
Unidade de Processamento de Gás Natural	3
Refinaria de Petróleo	2
Produtor de Solventes	1
Total	198

Merece destaque a regularização das plantas produtoras de etanol nos termos da Resolução ANP nº 26/2012, que demandou um grande esforço dos servidores da Agência, resultando em 166 autorizações publicadas e 214 produtores de etanol regularizados ao final de 2017.

5.15 Ações de Fiscalização (investigação de incidentes, verificação de aspectos de segurança operacional, concessão de autorizações)

No setor de produção de combustíveis foram realizadas 24 ações de fiscalização em 2017, sendo 11 vistorias para concessão de autorizações e 13 para auditorias em segurança operacional, como pode ser observado na Tabela 4.

Tabela 4. Ações de Fiscalização realizadas em 2017

Tipo de Agente	Vistorias	Auditorias*	Total
Produtor de Etanol	3	2	5
Produtor de Biodiesel	6	6	12
Refinaria de Petróleo	2	5	7
Total	11	13	24

* inclui investigação de incidentes.



Balanço de Gestão ANP – 2017

Mais que metas quantitativas, nas ações com foco em segurança operacional, houve a ampliação do conceito e da prática de fiscalização para além da prevenção e repressão, instruindo práticas de educação e orientação aos agentes econômicos, mitigando danos às pessoas e ao meio ambiente, além de buscar a continuidade do suprimento nacional de derivados de petróleo e de biocombustíveis.



6. | Conclusão



6. Conclusão

Este Relatório apresentou um panorama das ações mais relevantes efetivamente realizadas no exercício de 2017, visando não só a total transparência das ações concretizadas e em andamento, mas também para possibilitar o rápido conhecimento das atividades implementadas nessas áreas.

Quanto às ações em andamento, pode-se observar o seu atual estágio de desenvolvimento, possibilitando assim a previsibilidade desejada para consecução das ações prioritárias elencadas pela Diretoria Colegiada da ANP.

Além disso, o conhecimento dessas ações permitirá a visão do alinhamento das mesmas aos objetivos estratégicos da Agência, especialmente no que tange a proteção dos interesses da sociedade, promoção da concorrência e de um ambiente regulatório propício aos investimentos.





Ofício do Ministro de Estado da Fazenda





SENADO FEDERAL

OFÍCIO "S" Nº 22, DE 2018

Encaminha, nos termos do art. 41 da Resolução do Senado Federal nº 43, de 2001, o endereço eletrônico por meio do qual se podem acessar os demonstrativos das operações de crédito analisadas no âmbito do Ministério da Fazenda mensalmente, bem como as tabelas demonstrativas da posição de endividamento do Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

AUTORIA: Ministério da Fazenda

DOCUMENTOS:

- [Texto do ofício](#)

DESPACHO: À Comissão de Assuntos Econômicos



[Página da matéria](#)





MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria Executiva
Esplanada dos Ministérios, Bloco P, 4º andar,
CEP 70048-900 - Brasília/DF - (61) 3412-2497 - e-mail gabinete.se@fazenda.gov.br

00400.064295/2018-5/
09.02.03.12
(2/SO/E)

Ofício SEI nº 315/2018/SE-MF

A Sua Excelência o Senhor
Senador EUNÍCIO OLIVEIRA
Presidente do Senado Federal
Senado Federal, 1º Andar – Edifício Principal
CEP 70.165-900 – Brasília (DF)
Assunto: **Art. 41 e §§ 1º e 2º do art. 24 da Resolução do Senado Federal nº 43/2001.**

Referência: Ao responder este Ofício, favor indicar expressamente o Processo nº 17944.104015/2018-26.

Excelentíssimo Senhor Presidente,

1. Texto texto texto. Cumprimentando-o, encaminho, em cumprimento ao art. 41 da Resolução do Senado Federal (RSF) nº 43/2001, o endereço eletrônico por meio do qual se podem acessar os demonstrativos das operações de crédito analisadas no âmbito deste Ministério mensalmente, bem como as tabelas demonstrativas da posição de endividamento dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.
2. Texto texto texto. Os dados relativos às dívidas consolidadas são extraídos dos Relatórios de Gestão Fiscal (RGF) homologados no Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro – SICONFI e elaborados pelos Estados, Distrito Federal e Municípios, em cumprimento ao art. 54 da Lei Complementar nº 101, de 04/05/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF).
3. Texto texto texto. Quanto ao atendimento ao disposto no § 2º do art. 24 da RSF nº 43/2001, em conformidade com a Portaria STN nº 9, de 05 de janeiro de 2017, que estabelece procedimentos de comunicação pelo Ministério da Fazenda ao Poder Legislativo local, ao Tribunal de Contas competente e ao Senado Federal em caso de constatação de irregularidades na instrução de processos de autorização regidos pela RSF nº 43/2001, as informações pertinentes estão no arquivo “estados-e-municipios-operacoes-vedadas.pdf”.
4. Texto texto texto. Em relação ao art. 42 da RSF nº 43/2001, é de se informar que, atualmente, é vedada qualquer emissão primária de títulos públicos de responsabilidade dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, de acordo com o art. 11 da Lei Complementar nº 148/2014.
5. Cabe ressaltar que tais informações encontram-se reunidas e publicadas mensalmente para consulta pública na página do Tesouro Nacional na internet, sob o título “Disponibilização dos Indicadores Fiscais e do Relatório ao Senado Federal”, no seguinte endereço eletrônico (atualizado até o mês de abril): tesouro.gov.br/indicadores-fiscais-e-de-endividamento. As informações presentes naquele sítio eletrônico são atualizadas todo mês, e estão dispostas nos seguintes anexos digitais:

a) estados-e-municipios-DCL-e-RCL.csv:

Posição de Endividamento dos Estados e Municípios, incluindo suas autarquias e fundações, em atendimento ao inciso I, artigo 41 da RSF nº 43/2001

b) estados-e-municipios-operacoes-de-credito-e-garantias.pdf:

Operações de crédito e garantias concedidas pelos entes (deferidas, indeferidas, regularizadas, pendente de regularização ou arquivadas) incluindo nome do mutuário, credor, valor da operação e condições financeiras, em atendimento aos incisos II e III, artigo 41 da RSF nº 43/2001, e ao art. 24 da RSF nº 43/2001.

c) estados-e-municipios-operacoes-vedadas.pdf:

Relação das irregularidades constatadas no período, em atendimento ao § 2º art. 24 da RSF nº 43/2001 e à Portaria STN nº 9/2017;

Operações vedadas canceladas e pendentes de cancelamento no período, conforme art. 35 ou 37 c/c §§ 1º e 3º do



6. O trâmite das operações de crédito na STN poderá ser consultado por meio do endereço sadipem.tesouro.gov.br, clicando-se em "Consultar Operações de Crédito".
7. A descrição dos status presentes nos arquivos em PDF pode ser verificada na seção 5.1 do manual do SADIPEM, no seguinte endereço eletrônico: conteudo.tesouro.gov.br/manuais/sadipem.
8. Por fim, coloco-me à disposição para quaisquer esclarecimentos e para, sob solicitação dessa Casa Legislativa, realizar melhorias no fluxo de informações de que tratam os dispositivos legais citados.

Respeitosamente,

Documento assinado eletronicamente
ANA PAULA VESCOVI
Secretária Executiva do Ministério da Fazenda



Documento assinado eletronicamente por **Ana Paula Vitali Janes Vescovi, Secretário(a) Executivo(a)**, em 16/05/2018, às 22:22, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.fazenda.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0664380** e o código CRC **65A0351F**.

Processo nº 17944.104015/2018-26.

SEI nº 0664380



Projeto de Decreto Legislativo





SENADO FEDERAL

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 56, DE 2018

Susta dispositivos da Resolução Normativa ANEEL nº 414, de 9 de setembro de 2010, que estabelece as Condições Gerais de Fornecimento de Energia Elétrica, e da Resolução ANEEL nº 223, de 29 de abril de 2003, que estabelece as condições gerais para elaboração dos Planos de Universalização de Energia Elétrica e fixa as responsabilidades das concessionárias e permissionárias de serviço público de distribuição de energia elétrica, para eliminar incentivos à ocupação irregular do solo urbano.

AUTORIA: Senador Alvaro Dias (PODE/PR)

DOCUMENTOS:

- [Texto do projeto de decreto legislativo](#)
- [Legislação citada](#)

DESPACHO: À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania



[Página da matéria](#)



PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº , DE 2018

Susta dispositivos da Resolução Normativa ANEEL nº 414, de 9 de setembro de 2010, que *estabelece as Condições Gerais de Fornecimento de Energia Elétrica*, e da Resolução ANEEL nº 223, de 29 de abril de 2003, que *estabelece as condições gerais para elaboração dos Planos de Universalização de Energia Elétrica e fixa as responsabilidades das concessionárias e permissionárias de serviço público de distribuição de energia elétrica*, para eliminar incentivos à ocupação irregular do solo urbano.



O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Ficam sustados:

I – o § 2º do art. 52 da Resolução Normativa nº 414, de 9 de setembro de 2010, da Agência Nacional de Energia Elétrica; e

II – os arts. 2º, 12, 14 e o inciso III do art. 16 da Resolução nº 223, de 29 de abril de 2003, da Agência Nacional de Energia Elétrica.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

O acesso à energia elétrica é, indiscutivelmente, um elemento fundamental para a qualidade de vida no campo e na cidade. Seu fornecimento não pode, no entanto, contribuir para a ocupação de áreas de risco, a degradação do meio ambiente e a expansão caótica do território urbano.

Apesar disso, todas as ocupações e invasões irregulares do solo urbano, antigas, recentes ou futuras, recebem, tão logo o solicitem, ligações





oficiais de energia elétrica, com redes instaladas gratuitamente pelas próprias concessionárias de distribuição e custeadas pelo conjunto dos usuários. Resulta daí um acelerado processo de degradação do meio ambiente e ocupação de áreas de risco, que compromete as nascentes e os mananciais de abastecimento de água, polui os recursos hídricos, assoreia os cursos d'água e provoca deslizamentos e alagamentos que colocam em risco a vida e o patrimônio de milhões de moradores.

O comportamento das concessionárias se explica pelas resoluções da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) objeto desta proposição, que as obrigam a atenderem gratuitamente toda e qualquer unidade residencial irregular, independentemente de qualquer consideração de caráter ambiental, urbanística, paisagística ou de defesa civil.

Situações como essa acabam por redundar em desastres como o ocorrido em São Paulo. Segundo a imprensa, o incêndio no prédio Wilton Paes de Almeida, no Largo do Paissandu, no centro da capital paulista, muito provavelmente foi causado por um curto-circuito nas instalações elétricas do edifício. Além disso, apenas na região central da cidade de São Paulo existem pelo menos outros 70 prédios invadidos, ou seja, existem a possibilidade concreta de que muitas outras pessoas se tornem vítimas porque vivem em prédios impróprios para uma moradia decente. De tal modo, parece-nos evidente que é necessário agir preventivamente, evitando-se a repetição de novas catástrofes, bem como criando incentivos que desestimulem a invasão irregular de terras urbanas, coisa que tantos problemas tem trazido para as cidades brasileiras.

A Resolução nº 414, de 9 de setembro de 2010, estabelece as condições gerais de fornecimento de energia elétrica aos usuários. O atendimento a unidades localizadas em assentamentos informais é objeto do § 5º do art. 47 e do § 2º do art. 52. O art. 47, corretamente, exige que o atendimento a assentamentos objeto de regularização fundiária seja precedido dos licenciamentos obrigatórios e da aprovação de projeto urbanístico completo e da elaboração de projeto de infraestrutura básica georreferenciado. O art. 52, entretanto, prevê o fornecimento provisório para assentamentos irregulares, independentemente de qualquer processo de regularização. Ao contrário do tratamento dado aos empreendimentos regulares, cujas obras são de responsabilidade do interessado (art. 44), no caso dos assentamentos irregulares a implantação das redes deve ser realizada às expensas da empresa distribuidora! Com isso, estabeleceu-se uma autêntica inversão de valores, em que o cumprimento da lei é punido e o desrespeito é premiado.





Essa mesma distorção se encontra também na Resolução nº 223, de 29 de abril de 2003, que estabelece as condições gerais de elaboração dos planos de universalização de energia elétrica. Essa resolução foi elaborada a título de regulamentação da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, que dispõe sobre a universalização do serviço público de energia elétrica atribuí à ANEEL competência para fixar áreas no interior das quais o solicitante será atendido sem ônus de qualquer espécie. A Resolução adota indicadores de universalização calculados pela razão entre o número de unidades consumidoras e o *total de domicílios* constantes do censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (arts. 2º e 12) e fixa penalidades para as concessionárias de distribuição que não atinjam as metas estabelecidas (art. 14). Tendo em vista que a Resolução exclui da universalização os “lotes urbanos situados em loteamentos” (art. 16, III), ou seja, os imóveis regulares, pode-se concluir que os beneficiários da universalização no meio urbano são apenas os assentamentos irregulares, independentemente de qualquer consideração de ordem ambiental, urbanística ou de defesa civil. Em 2012, por meio dos Despachos nº 2.344, de 17 de julho, e nº 3.296, de 23 de outubro, a ANEEL considerou atingidas as metas de universalização no meio urbano.

As resoluções em questão constituem formidável estímulo à ocupação irregular do solo, em flagrante desrespeito à Constituição Federal e às Leis nº 6.938, de 1981 – Política Nacional do Meio Ambiente; nº 10.257, de 2001 – Estatuto da Cidade; nº 12.608, de 2012 – Política Nacional de Proteção e Defesa Civil; e nº 13.465, de 2017 – Lei de Regularização Fundiária:

- O art. 182 da Constituição determina o cumprimento da função social da propriedade, mediante atendimento às exigências fundamentais de ordenação da cidade expressas no plano diretor;
- O art. 216 da Constituição determina ao Poder Público, com a colaboração da comunidade, que promova e proteja o patrimônio cultural, que abrange os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico;
- O art. 225 da Constituição impõe ao Poder Público e à coletividade o dever de defender e preservar o meio ambiente para as presentes e futuras gerações;





- O art. 4º da Política Nacional do Meio Ambiente estabelece como objetivo a preservação e restauração dos recursos ambientais, com vistas à utilização racional e disponibilidade permanente, concorrendo para a manutenção do equilíbrio ecológico propício à vida;
- O art. 2º do Estatuto da Cidade estabelece como diretrizes de política urbana: o direito a cidades sustentáveis; a prevenção e correção das distorções do crescimento urbano e de seus efeitos negativos sobre o meio ambiente; a ordenação e controle do uso do solo, de modo a evitar a degradação ambiental e a exposição da população a riscos de desastres; a adoção de padrões de expansão urbana compatíveis com os limites da sustentabilidade ambiental; a proteção e preservação do meio ambiente natural e construído e do patrimônio cultural; a harmonização entre as normas ambientais e a regularização fundiária; e a adequação das políticas econômica, tributária e financeira e dos gastos públicos aos objetivos do desenvolvimento urbano;
- O art. 5º da Política Nacional de Proteção e Defesa Civil estabelece como objetivos: a incorporação da redução do risco de desastres entre os elementos do planejamento das políticas setoriais; o estímulo a cidades resilientes e a processos sustentáveis de urbanização; o ordenamento da ocupação do solo e a proteção da vegetação nativa, dos recursos hídricos e da vida humana; e o combate à ocupação de áreas ambientalmente vulneráveis e de risco;
- O art. 10 da Lei de Regularização Fundiária define como objetivos: a criação de unidades imobiliárias compatíveis com o ordenamento territorial urbano; a eficiência na ocupação e no uso do solo; e a prevenção e desestímulo à formação de novos núcleos urbanos informais.

O art. 2º da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, atribui à ANEEL competência para regular a distribuição de energia elétrica, “em conformidade com as políticas e diretrizes do governo federal”, o que abrange os dispositivos constitucionais e legais citados. Da mesma forma, em nenhum momento a Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, autoriza a



ANEEL a desconsiderar a legislação ambiental, urbanística, de patrimônio cultural e de defesa civil no estabelecimento das metas de universalização.

As Resoluções citadas contribuíram decisivamente para a ocupação das áreas de risco e a degradação ambiental das cidades brasileiras na última década em meia. Como afirma a própria ANEEL, a energia elétrica encontra-se universalizada no meio urbano desde 2012.

A permanência dos dispositivos contestados no ordenamento jurídico representa, no entanto, um permanente incentivo a novas invasões, muitas das quais são atualmente conduzidas por grileiros e pelo crime organizado. É preciso enfrentar o problema e reverter essa lógica perversa. Os futuros assentamentos irregulares deverão ser atendidos pelas concessionárias se e quando forem regularizados pelos municípios, observados os critérios e procedimentos fixados pela Lei nº 13.465, de 2017.

Ao editar normas que obrigam as concessionárias de distribuição a fornecerem energia indiscriminadamente a todo e qualquer assentamento informal, independentemente de licenciamento urbanístico e ambiental e da política municipal de ordenamento territorial e regularização fundiária, a ANEEL exorbitou os limites da delegação legislativa que lhe conferiu competência para regular a distribuição de energia elétrica, razão pela qual se faz necessário sustar as resoluções em questão, com fundamento no inciso V do art. 49 da Constituição Federal.

Solicito, portanto, o apoio dos nobres Pares para a aprovação do projeto de decreto legislativo ora apresentado, que contribuirá para eliminar o estímulo à ocupação desordenada de áreas de risco e ambientalmente sensíveis, protegendo, assim a saúde e a vida das presentes e futuras gerações.

Sala das Sessões,

Senador ALVARO DIAS



LEGISLAÇÃO CITADA

- Constituição de 1988 - 1988/88

<http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:constituicao:1988;1988>

- inciso V do artigo 49

- artigo 182

- artigo 216

- artigo 225

- Lei nº 6.938, de 31 de Agosto de 1981 - Lei da Política Nacional do Meio Ambiente - 6938/81

<http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:1981;6938>

- Lei nº 9.427, de 26 de Dezembro de 1996 - Lei da ANEEL - 9427/96

<http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:1996;9427>

- artigo 2º

- Lei nº 10.438, de 26 de Abril de 2002 - Lei do Setor Elétrico - 10438/02

<http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:2002;10438>

- Lei nº 13.465 de 11/07/2017 - LEI-13465-2017-07-11 - 13465/17

<http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:2017;13465>

- urn:lex:br:federal:resolucao:2003;223

<http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:resolucao:2003;223>

- inciso III do artigo 16

- urn:lex:br:federal:resolucao:2010;414

<http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:resolucao:2010;414>



Projetos de Lei do Senado





SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 246, DE 2018

Acrescenta dispositivos à Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014 (Marco Civil da Internet), que estabelece princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da Internet no Brasil, para dispor sobre medidas de combate à divulgação de conteúdos falsos (fake news) ou ofensivos em aplicações de internet.

AUTORIA: Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa





SENADO FEDERAL
Senador TELMÁRIO MOTA

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº , DE 2018

Acrescenta dispositivos à Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014 (Marco Civil da Internet), que *estabelece princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da Internet no Brasil*, para dispor sobre medidas de combate à divulgação de conteúdos falsos (*fake news*) ou ofensivos em aplicações de internet.



SF/18267.94056-05

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º A Seção III do Capítulo III da Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014, passa a vigorar acrescida dos seguintes arts. 21-A e 21-B:

“**Art. 21-A.** Qualquer cidadão é parte legítima para propor ação judicial questionando a divulgação de conteúdos falsos (*fake news*) ou ofensivos em aplicações de internet.

Parágrafo único. A ação judicial, salvo comprovada má-fé, será isenta de custas judiciais e do ônus da sucumbência, caso o requerente comprove ter notificado o provedor de aplicações de internet para a indisponibilização do conteúdo.”

“**Art. 21-B.** Sem prejuízo do disposto no art. 19, o descumprimento da ordem judicial que determine a indisponibilização de conteúdo sujeita o infrator ao pagamento de multa diária entre R\$ 500,00 (quinhentos reais) e R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais), arbitrada de acordo com a gravidade e a extensão do conteúdo divulgado e a condição econômica do provedor de aplicações de internet.”

Art. 2º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator

Senado Federal - Anexo II - Ala Senador Ruy Carneiro - gabinete nº 3
CEP 70165-900 – Brasília / DF

Fone: (61) 3303-6315 – fax: (61) 3303-6314 - e-mail: sen.telmariomota@senador.leg.br



2



SENADO FEDERAL
Senador TELMÁRIO MOTA

PARECER N° , DE 2018

Da COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, sobre a Sugestão n° 62, de 2017, que *estabelece a responsabilização de provedores de aplicações de internet pela divulgação de conteúdos falsos (fake news) ou ofensivos a terceiros.*



Relator: Senador **TELMÁRIO MOTA**

I – RELATÓRIO

A Sugestão (SUG) n° 62, de 2017, foi encaminhada à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, por força do parágrafo único do art. 20 da Resolução do Senado Federal n° 42 de, 2010, que *cria o Programa Senado Jovem Brasileiro no âmbito do Senado Federal.*

A proposição é composta de quatro artigos.

O art. 1° da SUG n° 62, de 2017, estabelece que qualquer cidadão é parte legítima para propor ação judicial questionando a divulgação de conteúdos falsos (*fake news*) ou ofensivos em aplicações de internet. A ação proposta, salvo comprovada má-fé, será isenta de custas ou de ônus sucumbenciais, bastando, para tanto, que o requerente comprove a previa notificação do provedor.

O art. 2° dispõe sobre a responsabilidade do provedor de aplicações que, de acordo com o texto proposto, somente poderá ser

Senado Federal - Anexo II - Ala Senador Ruy Carneiro - gabinete n° 3
CEP 70165-900 – Brasília / DF

Fone: (61) 3303-6315 – fax: (61) 3303-6314 - e-mail: sen.telmariomota@senador.leg.br





SENADO FEDERAL
Senador TELMÁRIO MOTA

responsabilizado civilmente pela divulgação de conteúdos falsos ou ofensivos, quando, após ordem judicial, não tomar as providências para, dentro do prazo assinalado, tornar indisponível o conteúdo apontado como infrigente, ressalvadas as disposições legais em contrário.

Nos termos do art. 3º da iniciativa, o provedor de aplicação que descumprir a ordem judicial para retirada de conteúdo fica sujeito ao pagamento de multa diária de até trezentos mil reais, a ser arbitrada de acordo com a gravidade, a extensão do conteúdo divulgado e a condição econômica do provedor.

O art. 4º determina que a lei resultante entre em vigor na data de sua publicação.

Na justificação do projeto, os autores argumentam que a Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014 (Marco Civil da Internet) não oferece suficiente proteção contra a divulgação de notícias falsas, sendo necessário aprimorar a legislação não apenas para punir os infratores, mas também para educar e promover o uso consciente e responsável da liberdade de expressão, especialmente nas mídias sociais.

A proposta foi aprovada pela Comissão Nísia Floresta, que seguiu o voto favorável do relator, o Jovem Senador Rafael Ramon. O projeto seguiu então para o plenário, onde foi aprovado pelos Jovens Senadores no dia 1º de dezembro de 2017.

II – ANÁLISE

De acordo com o inciso I do art. 102-E do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), compete à CDH opinar sobre sugestões legislativas. Por sua vez, o parágrafo único do art. 20 da Resolução do Senado Federal nº 42, de 2010, estabelece que o tratamento dado a tais sugestões é extensivo à proposição aprovada e publicada no âmbito do



Senado Federal - Anexo II - Ala Senador Ruy Carneiro - gabinete nº 3
CEP 70165-900 – Brasília / DF

Fone: (61) 3303-6315 – fax: (61) 3303-6314 - e-mail: sen.telmariomota@senador.leg.br





SENADO FEDERAL
Senador TELMÁRIO MOTA

Programa Senado Jovem Brasileiro. Assim, a SUG nº 62, de 2017, encontra amparo regimental para a sua apreciação pela CDH.

Cabe lembrar que as sugestões são analisadas por esta Comissão de forma preliminar; caso aprovadas, transformam-se em proposições de sua autoria e passam a ter tramitação regular, submetendo-se à apreciação das comissões pertinentes.

No que tange ao mérito, deve-se louvar a iniciativa dos jovens senadores com o relevante tema das *fake news*. Como é sabido, a divulgação e propagação de conteúdos falsos nas redes sociais é um problema que desafia as grandes democracias do mundo.

O combate às *fake news* demanda a ponderação entre dois valores constitucionais que são muito caros ao Estado Democrático: a liberdade de expressão e a proteção à intimidade, à honra e à imagem das pessoas.

Nesse sentido, parece acertada a iniciativa de manter o controle judicial sobre os pedidos de retirada de conteúdo, o que evitará a indevida restrição à liberdade de expressão.

A mediação do Judiciário ainda se faz necessária para evitar que as expressões “*fake news*” e “conteúdos ofensivos” sejam utilizadas de forma abusiva, eliminando o risco de censura ou de restrição indevida ao direito à informação.

Merece ser elogiada também a previsão para que a ação judicial de retirada de conteúdo seja isenta de custas e de ônus sucumbenciais, o que irá contribuir para a eficácia da lei a ser aprovada.

Ressalvamos, contudo, que a Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, veda a edição de normas esparças para tratar de um mesmo assunto. Assim, por questões de técnica legislativa, as medidas



SF/18267.94056-05





SENADO FEDERAL
Senador TELMÁRIO MOTA

previstas na SUG nº 62, de 2017, devem ser implementadas no Marco Civil da Internet.

Por fim, cumprimentamos os participantes do Programa Senado Jovem Brasileiro, em especial os autores da sugestão em comento, por sua sincera preocupação em aprimorar a legislação para promover o uso consciente e responsável da internet.

III – VOTO

Diante do exposto, o voto é pela **admissibilidade** da Sugestão nº 62, de 2017, para que passe a tramitar como proposição desta Comissão, nos seguintes termos:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº , DE 2018

Acrescenta dispositivos à Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014 (Marco Civil da Internet), que *estabelece princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da Internet no Brasil*, para dispor sobre medidas de combate à divulgação de conteúdos falsos (*fake news*) ou ofensivos em aplicações de internet.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º A Seção III do Capítulo III da Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014, passa a vigorar acrescida dos seguintes arts. 21-A e 21-B:

Senado Federal - Anexo II - Ala Senador Ruy Carneiro - gabinete nº 3
CEP 70165-900 – Brasília / DF
Fone: (61) 3303-6315 – fax: (61) 3303-6314 - e-mail: sen.telmariomota@senador.leg.br





SENADO FEDERAL
Senador TELMÁRIO MOTA

“**Art. 21-A.** Qualquer cidadão é parte legítima para propor ação judicial questionando a divulgação de conteúdos falsos (*fake news*) ou ofensivos em aplicações de internet.

Parágrafo único. A ação judicial, salvo comprovada má-fé, será isenta de custas judiciais e do ônus da sucumbência, caso o requerente comprove ter notificado o provedor de aplicações de internet para a indisponibilização do conteúdo.”

“**Art. 21-B.** Sem prejuízo do disposto no art. 19, o descumprimento da ordem judicial que determine a indisponibilização de conteúdo sujeita o infrator ao pagamento de multa diária entre R\$ 500,00 (quinhentos reais) e R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais), arbitrada de acordo com a gravidade e a extensão do conteúdo divulgado e a condição econômica do provedor de aplicações de internet.”

Art. 2º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator



Senado Federal - Anexo II - Ala Senador Ruy Carneiro - gabinete nº 3
CEP 70165-900 – Brasília / DF

Fone: (61) 3303-6315 – fax: (61) 3303-6314 - e-mail: sen.telmariomota@senador.leg.br





Senado Federal

7

Relatório de Registro de Presença
CDH, 16/05/2018 às 11h30 - 44ª, Extraordinária
 Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

PMDB	
TITULARES	SUPLENTES
FERNANDO BEZERRA COELHO	1. VALDIR RAUPP PRESENTE
MARTA SUPPLY PRESENTE	2. VAGO
HÉLIO JOSÉ PRESENTE	3. VAGO
VAGO	4. VAGO

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PDT, PT)	
TITULARES	SUPLENTES
ÂNGELA PORTELA PRESENTE	1. GLEISI HOFFMANN
FÁTIMA BEZERRA PRESENTE	2. LINDBERGH FARIAS
PAULO PAIM PRESENTE	3. PAULO ROCHA PRESENTE
REGINA SOUSA PRESENTE	4. JORGE VIANA

Bloco Social Democrata (PSDB, PV, DEM)	
TITULARES	SUPLENTES
EDUARDO AMORIM PRESENTE	1. VAGO
JOSÉ MEDEIROS	2. VAGO
VAGO	3. VAGO
VAGO	4. VAGO

Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
TITULARES	SUPLENTES
CIRO NOGUEIRA	1. SÉRGIO PETECÃO PRESENTE
ANA AMÉLIA PRESENTE	2. KÁTIA ABREU

Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PPS, PSB, PCdoB, REDE, PODE)	
TITULARES	SUPLENTES
JOÃO CAPIBERIBE	1. LÍDICE DA MATA
ROMÁRIO PRESENTE	2. VANESSA GRAZZIOTIN PRESENTE

Bloco Moderador (PTB, PSC, PRB, PR, PTC)	
TITULARES	SUPLENTES
MAGNO MALTA	1. RODRIGUES PALMA PRESENTE
TELMÁRIO MOTA PRESENTE	2. PEDRO CHAVES

Não Membros Presentes

DÁRIO BERGER
 JOSÉ PIMENTEL
 RONALDO CAIADO
 ROMERO JUCÁ
 ATÁIDES OLIVEIRA
 WILDER MORAIS
 ROSE DE FREITAS



DECISÃO DA COMISSÃO

(SUG 62/2017)

NA 44ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, REALIZADA NESTA DATA, A COMISSÃO APROVA O RELATÓRIO DO SENADOR TELMÁRIO MOTA, QUE PASSA A CONSTITUIR O PARECER DA CDH, FAVORÁVEL À SUGESTÃO, NA FORMA DO PROJETO DE LEI DO SENADO QUE APRESENTA. A MATÉRIA PASSA A TRAMITAR COMO PROPOSIÇÃO DA CDH.

16 de Maio de 2018

Senadora REGINA SOUSA

Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa



O Projeto ficará perante a Mesa durante cinco dias úteis para recebimento de emendas, nos termos do art. 235, II, “f”, do Regimento Interno.





SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 247, DE 2018

Transforma a Reserva Biológica de Santa Isabel, criada pelo Decreto no 96.999, de 20 de outubro de 1988, em Parque Nacional de Santa Isabel.

AUTORIA: Senador Eduardo Amorim (PSDB/SE)

DESPACHO: À Comissão de Meio Ambiente, em decisão terminativa



[Página da matéria](#)



PROJETO DE LEI DO SENADO Nº , DE 2018

Transforma a Reserva Biológica de Santa Isabel, criada pelo Decreto nº 96.999, de 20 de outubro de 1988, em Parque Nacional de Santa Isabel.



O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º A Reserva Biológica de Santa Isabel, criada pelo Decreto nº 96.999, de 20 de outubro de 1988, fica recategorizada como Parque Nacional de Santa Isabel.

Parágrafo único. Os limites do Parque Nacional de Santa Isabel permanecem os definidos no Decreto nº 96.999, de 20 de outubro de 1998.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

A Reserva Biológica (REBIO) de Santa Isabel, criada em 20 de outubro de 1988, possui uma área de 5.547,42 hectares do bioma Marinho Costeiro. Ela está situada no litoral de Sergipe, abrangendo os municípios de Pirambu e Pacatuba, com 45 km de extensão de praias, incluindo parte da praia de Pirambu, Lagoa Redonda e Ponta dos Mangues. Os cenários encontrados na unidade de conservação são dunas com vegetação de restinga, remanescentes de Mata Atlântica, manguezais, lagoas e praias desertas de areia fina e plana. A Rebio tem como principal objetivo a preservação do ecossistema litorâneo que abriga a mais importante área de reprodução da tartaruga-oliva, ameaçada de extinção. Além disso, compreende também sítios de desovas da tartaruga-cabeçuda, tartaruga-de-pente e tartaruga-verde, todas ameaçadas de extinção.

Como as reservas biológicas são unidades de conservação que têm por objetivo a preservação integral de determinadas áreas e seus atributos naturais, sem interferência humana direta ou modificações ambientais, nessas áreas é proibida a visitação pública, a menos que tenha



objetivo educacional. Tanto as visitas educacionais quanto as pesquisas científicas nas Rebios precisam de autorização prévia do órgão responsável pela administração da unidade. No caso da Rebio de Santa Isabel, a administração está a cargo do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade.

Desse modo, o cidadão comum não pode visitar esse tipo de unidade de conservação. No entanto, como a área tem valor em termos de biodiversidade, deveria ser permitida a visita pública para que os brasileiros a conheçam, entendam, admirem e aprendam a defendê-la e preservá-la.

Além disso, a comunidade que reside em torno da Rebio de Santa Isabel foi completamente afetada pela instalação de uma unidade de conservação de proteção integral sem plano de manejo adequado que atendesse a população. Com isso, problemas socioeconômicos e ambientais surgiram pela restrição de uso. A conciliação da manutenção da reserva com o envolvimento da população local é essencial para que não haja conflitos, e sim, um estreitamento de laços entre a população e o meio ambiente, com medidas de conservação e também aproveitamento da área sem degradação.

Desse modo, elaboramos a presente proposta legislativa para a transformação da Rebio de Santa Isabel em Parque Nacional de Santa Isabel, mantendo intacta a sua atual extensão. Assim, a proteção ambiental estará assegurada com a permanência dessa unidade de conservação no grupo de proteção integral, ao mesmo tempo que se torna possível a visita pública no local. Portanto, pedimos o apoio das Senhoras e Senhores Senadores para a aprovação deste projeto de lei.

Sala das Sessões,

Senador EDUARDO AMORIM



LEGISLAÇÃO CITADA

- Decreto nº 96.999, de 20 de Outubro de 1988 - DEC-96999-1988-10-20 - 96999/88
<http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:decreto:1988;96999>
- urn:lex:br:federal:decreto:1998;96999
<http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:decreto:1998;96999>





SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 248, DE 2018

Dispõe sobre direitos dos ex-Presidentes da República.

AUTORIA: Senador Lasier Martins (PSD/RS)

DESPACHO: À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa



[Página da matéria](#)





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Lasier Martins

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº DE 2018

Dispõe sobre direitos dos ex-Presidentes da República.



SF/18910-40050-37

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O Presidente da República, terminado o seu mandato, e pelo prazo máximo de 20 anos, tem direito a utilizar os serviços de dois servidores, para apoio pessoal, bem como a um veículo oficial com dois motoristas, custeadas as despesas com dotações próprias da Presidência da República.

§ 1º Os dois servidores e o dois motoristas de que trata o *caput* deste artigo, de livre indicação do ex-Presidente da República, ocuparão cargos em comissão do Grupo Direção e Assessoramento Superiores – DAS, até o nível 4, ou gratificações de representação, da estrutura da Presidência da República.

§ 2º O disposto neste artigo não se aplica ao ex-Presidente que:

I – tenha sido condenado por improbidade administrativa, em decisão transitada em julgado;

II – tenha perdido o cargo por condenação decorrente da prática de crime comum ou de responsabilidade;

III – tenha sido condenado por infração penal cuja prática implique inelegibilidade ou pena privativa de liberdade, a partir do início do cumprimento da pena;

IV – esteja no exercício de mandato eletivo federal.





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Lasier Martins

§ 3º Não haverá custeio nem ressarcimento com recursos públicos de despesas pessoais ou familiares do ex-Presidente da República enquadrado nos incisos I a III do § 2º.

Art. 2º O Ministério da Justiça responsabilizar-se-á pela segurança dos ex-Presidentes da República, incluídos os enquadrados nos incisos I e II do § 2º, e dos candidatos à Presidência da República, a partir da homologação em convenção partidária, nos termos do regulamento.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revoga-se a Lei nº 7.474, de 8 de maio de 1986.

JUSTIFICAÇÃO

O presente projeto de lei estabelece os direitos assegurados aos Ex-Presidentes da República, que hoje são regidos pela Lei nº 7.474, de 1986, que “*Dispõe sobre medidas de segurança aos ex-Presidentes da República, e dá outras providências.*”

A Lei nº 7.474, de 1986 foi regulamentada pelo Presidente Itamar Franco, por meio do Decreto nº 1.347, de 1994, o qual foi revogado pelo então Presidente Lula, ao editar o Decreto nº 6.381, de 2008, que permanece em vigência. A referida Lei sofreu modificação pela Lei nº 8.889, de 1994, de Itamar Franco e pela Lei nº 10.609, de 2002, do Presidente Fernando Henrique Cardoso.

De pronto, é imperioso destacar a obsolescência da atual legislação que trata do tema. Com efeito, esse diploma legal não se coaduna com as determinações e princípios constitucionais vigentes, expressos no art. 37, da Constituição Federal de 1988, como a moralidade, a eficiência e a razoabilidade, no que diz respeito à Administração Pública.



SF/18910.40050-37





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador **Lasier Martins**

Não nos parece razoável, eficiente e nem moral, que os benefícios estatais dos ex-mandatários da nação permaneçam sem um regramento que leve em conta, minimamente, a atual realidade do país, que exige maior responsabilidade, racionalidade e transparência com o gasto público. Mesmo considerando a relevância institucional da figura de um ex-Presidente da República, faz-se necessária uma adequação legal desses benefícios. Trata-se, sem dúvida, de medida que vai ao encontro desses princípios norteadores da boa Administração Pública.

Nesse sentido, propomos neste projeto de lei as seguintes adequações. Reduzem-se de 4 (quatro) para 2 (dois) os servidores à disposição do ex-Presidente, mantêm-se os 2 (motoristas), para possibilitar escala de serviço, porém com apenas 1 (um) veículo oficial. Adiciona-se ainda um limitador temporal, que determina que esses direitos serão assegurados pelo prazo máximo de 20 anos após o término do mandato.

Assim, propomos que os referidos benefícios não sejam concedidos a ex-Presidentes que: (i) tenham sido condenados por improbidade administrativa, em decisão transitada em julgado; (ii) tenham perdido o cargo por condenação decorrente da prática de crime comum ou de responsabilidade; (iii) tenham sido condenados por infração penal cuja prática implique inelegibilidade ou pena privativa de liberdade, a partir do início do cumprimento da pena; e (iv) que esteja no exercício de outro mandato eletivo federal, enquanto perdurar esta condição (por já haver estrutura própria do mandato legislativo nesses casos).

Excetuado o caso de quem exerce mandato eletivo federal posterior, não nos parece adequado que o erário tenha que suportar despesas de ex-presidentes que praticaram ilícitos penais ou crimes de responsabilidade. Não se pode “premiar” com benesses estatais, ainda que legais, quem não dignificou o cargo que ocupou.

Por outro lado, no que diz respeito à segurança dos ex-Presidentes, razão essencial da criação da Lei nº 7.474, de 1986, concordamos plenamente com a necessidade desse cuidado especial com pessoas que exerceram o maior cargo da República, com exceção apenas do que esteja cumprindo pena por infração penal, uma vez que já está sob a custódia e proteção do Estado.



SF/18910.40050-37





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador **Lasier Martins**

No entanto, entendemos mais adequado que a segurança desses dignitários seja efetuada por agentes da Polícia Federal, como já ocorre atualmente com os candidatos a Presidente da República.

Nesse sentido, contamos com o apoio dos nobres Pares para a aprovação desta importante proposição.

Sala das Sessões,

Senador **Lasier Martins**
(PSD-RS)



LEGISLAÇÃO CITADA

- Constituição de 1988 - 1988/88

<http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:constituicao:1988;1988>

- artigo 37

- Decreto nº 1.347, de 28 de Dezembro de 1994 - DEC-1347-1994-12-28 - 1347/94

<http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:decreto:1994;1347>

- Decreto nº 6.381, de 27 de Fevereiro de 2008 - DEC-6381-2008-02-27 - 6381/08

<http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:decreto:2008;6381>

- Lei nº 7.474, de 8 de Maio de 1986 - LEI-7474-1986-05-08 - 7474/86

<http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:1986;7474>

- Lei nº 8.889, de 21 de Junho de 1994 - LEI-8889-1994-06-21 - 8889/94

<http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:1994;8889>

- Lei nº 10.609, de 20 de Dezembro de 2002 - LEI-10609-2002-12-20 - 10609/02

<http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:2002;10609>





SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 249, DE 2018

Institui o Dia Nacional do Museu.

AUTORIA: Senadora Maria do Carmo Alves (DEM/SE)

DESPACHO: À Comissão de Educação, Cultura e Esporte, em decisão terminativa



[Página da matéria](#)





SENADO FEDERAL
Gabinete da Senadora Maria do Carmo Alves

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº , DE 2018

Institui o Dia Nacional do Museu.



O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica instituído o Dia Nacional do Museu, a ser comemorado, anualmente, no dia 18 de maio.

Art. 2º São objetivos do Dia Nacional do Museu:

I – valorizar a preservação do patrimônio cultural brasileiro;

II – estimular a realização de exposições e eventos que tenham como objetivo ampliar o público visitante de museus, memoriais e instituições de preservação da memória;

III – promover, de forma articulada com instituições internacionais, exposições e eventos que promovam a cultura, a paz, a tolerância e a cooperação entre os povos; e

IV – encorajar o poder público das três esferas federativas a facilitar o transporte e o acesso a museus.

Parágrafo único. Serão realizados e divulgados eventos que promovam os museus como instituições de natureza cultural, à luz dos objetivos elencados no art. 2º.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.



JUSTIFICAÇÃO

Em 1977, o Conselho Internacional de Museus (ICOM), sediado em Paris, instituiu o dia 18 de maio como Dia Internacional do Museu. O objetivo principal da data é ampliar a consciência global sobre a importância dos museus como meio de intercâmbio cultural, enriquecimento de culturas, desenvolvimento da empatia, cooperação e paz entre os povos.

Todos os anos, o ICOM lança um tema global para inspirar os museus ao redor do mundo a desenvolver projetos e exposições especiais no Dia do Museu. Com isso, espera-se atingir cada vez mais populações de diferentes setores sociais e culturais e promover exposições acessíveis, instigantes e que considerem as particularidades de cada museu e sua região. Em 2017, mais de 36.000 museus participaram do evento em 157 países. O tema escolhido para 2018 é *Museus hiperconectados: novas abordagens, novos públicos*.

A Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) reconhece, desde sua criação, os museus como importantes parceiros para a construção da paz no imaginário de homens e mulheres em todo mundo. A instituição apoia e celebra o Dia Internacional do Museu liderando e produzindo diversos eventos de promoção dessas instituições.

De fato, a exposição de objetos e documentos históricos, interpretados e expostos sob diversos prismas, é sempre valiosa para preservação da memória, da diversidade e dos sentidos nacionais no imaginário da população. Além disso, e ainda que não seja possível resgatar a integralidade do passado, o museu, por meio de uma seleção de vestígios deixados pelo tempo, reconta a alteridade das sociedades, economias e culturas que já passaram. É nesse contato com o outro, organizado sempre sob certas perspectivas, que se propicia ao visitante compreender culturas, sistemas e formas de ver o mundo diferentes daquelas com que está familiarizado. Mais do que simples conhecimento de datas e acontecimentos, nessa experiência incentivam-se a tolerância cultural, a paz e a cooperação, tão importantes não só para nosso País, de intensas diferenças e desigualdades, mas também para toda a sociedade internacional.

É com essas questões em mente que propomos que o Brasil siga o exemplo internacional e institua, em lei, o Dia Nacional do Museu,



3

com os mesmos objetivos e como reafirmação do dever de valorização e promoção da história, memória e cultura, muito bem representadas na instituição do museu.

A apresentação de proposição legislativa que vise instituir datas comemorativas está regulamentada pela Lei nº 12.345, de 9 de dezembro de 2010, que *fixa critério para instituição de datas comemorativas*. De acordo com esse diploma legal, a instituição de datas comemorativas destinadas a vigorar no território nacional obedecerá ao critério da alta significação para os diferentes segmentos profissionais, políticos, religiosos, culturais e étnicos que compõem a sociedade brasileira (art. 1º). A definição do critério de alta significação, de acordo com o art. 2º dessa norma, será dada, em cada caso, por meio de consultas e audiências públicas realizadas, devidamente documentadas, com organizações e associações legalmente reconhecidas e vinculadas aos setores interessados.

Em atendimento a essa exigência legal, tivemos a oportunidade de realizar, no dia 16 de maio, por meio do Requerimento da Comissão de Educação nº 16, de 2018, audiência pública para debater a importância de instituir o Dia Nacional do Museu. Nesse evento, participaram: Marcelo Mattos Araújo, Presidente do Instituto Brasileiro de Museus (Ibram); Rita de Cássia Mattos, Presidente do Conselho Federal de Museologia; e Ézio Déda, Diretor do Instituto Banese - Museu da Gente Sergipana. Os convidados ressaltaram a importância de valorizar os museus e ponderaram que a instituição da data evidenciaria e daria publicidade a essas instituições, além de incentivar a visitação e alertar sobre a necessidade de preservação dos museus brasileiros

Pelas razões expostas e pela relevância do tema, conto com o apoio dos colegas congressistas para que possamos aprovar esta proposição e instituir o Dia Nacional do Museu.

Sala das Sessões,

Senadora MARIA DO CARMO ALVES





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA
55ª LEGISLATURA

Em 16 de maio de 2018
(quarta-feira)
às 10h30

RESULTADO
19ª Reunião, Extraordinária

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE



Audiência Pública Interativa

Assunto / Finalidade:

Debater a importância da instituição do Dia Nacional do Museu.

Observações:

A Audiência contou com o Serviço de Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS e foi realizada em caráter interativo, por meio do portal E-cidadania e do Alô Senado.

Requerimento(s) de realização de audiência:

- [RCE 16/2018](#), Senadora Maria do Carmo Alves

**Participantes:****Ézio Déda**

- Diretor Superintendente do Instituto Banese e Museu da Gente Sergipana

[Apresentação](#)

Marcelo Mattos Araújo

- Presidente do Instituto Brasileiro de Museus

[Apresentação](#)

Rita de Cássia Mattos

- Presidente do Conselho Federal de Museologia

[Apresentação](#)

Resultado: Realizada.



LEGISLAÇÃO CITADA

- Lei nº 12.345, de 9 de Dezembro de 2010 - LEI-12345-2010-12-09 - 12345/10
<http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:2010;12345>





SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 250, DE 2018

Altera a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003 ("Estatuto do Desarmamento"), para conceder porte de arma de fogo aos comissários e agentes de proteção da infância e da juventude do Poder Judiciário.

AUTORIA: Senador Hélio José (PROS/DF)

DESPACHO: À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa



[Página da matéria](#)





PROJETO DE LEI DO SENADO Nº , DE 2018

Altera a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003 (“Estatuto do Desarmamento”), para conceder porte de arma de fogo aos comissários e agentes de proteção da infância e da juventude do Poder Judiciário.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Os arts. 6º, 11 e 28 da Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, passam a vigorar com a seguinte redação:

“**Art. 6º**.....

XII – os integrantes da carreira de comissários e agentes de proteção da infância e da juventude do Poder Judiciário.

§ 1º As pessoas previstas nos incisos I, II, III, V, VI e XII do *caput* deste artigo terão direito de portar arma de fogo de propriedade particular ou fornecida pela respectiva corporação ou instituição, mesmo fora de serviço, nos termos do regulamento desta Lei, com validade em âmbito nacional para aquelas constantes dos incisos I, II, V, VI e XII.

§ 1º-B. Os integrantes do quadro efetivo de agentes e guardas prisionais e os integrantes da carreira de comissários e agentes de proteção da infância e da juventude do Poder Judiciário poderão portar arma de fogo de propriedade particular ou fornecida pela respectiva corporação ou instituição, mesmo fora de serviço, desde que estejam:

§ 2º A autorização para o porte de arma de fogo aos integrantes das instituições descritas nos incisos V, VI, VII, X e XII do *caput* deste artigo está condicionada à comprovação do requisito a que se refere o inciso III do *caput* do art. 4º desta Lei nas condições estabelecidas no regulamento desta Lei.

.....” (NR)



“Art. 11.

§ 2º São isentas do pagamento das taxas previstas neste artigo as pessoas e as instituições a que se referem os incisos I a VII, X e XII e o § 5º do art. 6º desta Lei.” (NR)

“Art. 28. É vedado ao menor de 25 (vinte e cinco) anos adquirir arma de fogo, ressalvados os integrantes das entidades constantes dos incisos I, II, III, V, VI, VII, X e XII do *caput* do art. 6º desta Lei.” (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

Este Projeto de Lei pretende conceder porte de arma de fogo aos comissários e agentes de proteção da infância e da juventude do Poder Judiciário.

O comissário ou agente de proteção da infância e da juventude, popularmente conhecido como “comissário de menores” ou “comissário de vigilância”, é um servidor público do Tribunal de Justiça que presta trabalho voluntário e não renumerado para fiscalizar o cumprimento das portarias e ordens de serviço relacionadas às medidas de prevenção e proteção previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), função que não foi extinta com a criação dos Conselhos Tutelares.

Em outras palavras, ele garante a fiel observância do ECA, protegendo e auxiliando crianças e adolescentes em situação de risco. Não se trata, portanto, de um “policial de menores”.

O comissário ou agente atua como *longa manus* do Juízo da Infância e da Juventude, realizando diligências e outras atividades externas. Em razão disso, esse profissional está sujeito a todo tipo de ameaças e agressões e, para sua proteção, também necessita portar arma de fogo.



3

Em face do exposto, solicito o apoio das Senhoras Senadoras e dos Senhores Senadores para a aprovação deste Projeto.

Sala das Sessões,

Senador HÉLIO JOSÉ



LEGISLAÇÃO CITADA

- Lei nº 10.826, de 22 de Dezembro de 2003 - Estatuto do Desarmamento; Lei de Armas;
Lei do Desarmamento; Lei do Porte de Armas (2003) - 10826/03

<http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:2003;10826>

- artigo 6º

- artigo 11

- artigo 28



Projetos de Resolução





SENADO FEDERAL

PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO

Nº 20, DE 2018

Autoriza o Município de Sorocaba (SP) a contratar operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, com a Corporação Andina de Fomento (CAF), no valor de até US\$ 70.000.000,00 (setenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América).

AUTORIA: Comissão de Assuntos Econômicos



PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº , DE 2018

Autoriza o Município de Sorocaba (SP) a contratar operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, com a Corporação Andina de Fomento (CAF), no valor de até US\$ 70.000.000,00 (setenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América).

O SENADO FEDERAL resolve:

Art. 1º É o Município de Sorocaba (SP) autorizado a contratar operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, com a Corporação Andina de Fomento (CAF), no valor de até US\$ 70.000.000,00 (setenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América).

Parágrafo único. Os recursos dessa operação de crédito destinam-se ao financiamento parcial do “Programa Ambiental e de Otimização Viária de Sorocaba – Mobilidade Total”.

Art. 2º A operação de crédito referida no art. 1º deverá ser realizada nas seguintes condições:

I – Devedor: Município de Sorocaba (SP);

II – Credor: Corporação Andina de Fomento (CAF);

III – Garantidor: República Federativa do Brasil;

IV – Valor: até US\$ 70.000.000,00 (setenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América);



V – Juros: taxa *LIBOR* de 6 meses para o dólar dos Estados Unidos da América mais margem variável a ser definida no momento da assinatura do contrato de empréstimo, de acordo com as políticas de gestão da CAF;

VI – Juros de Mora: 2% (dois por cento) anuais;

VII – Cronograma Estimativo de Desembolsos: US\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de dólares dos Estados Unidos da América) em 2017; US\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de dólares dos Estados Unidos da América) em 2018; US\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de dólares dos Estados Unidos da América) em 2019; e US\$ 10.000.000,00 (dez milhões de dólares dos Estados Unidos da América) em 2020;

VIII – Comissão de Compromisso: 0,35% (trinta e cinco centésimos por cento) anual, aplicado sobre os saldos não desembolsados do empréstimo, seis meses após a assinatura do contrato;

IX – Comissão de Financiamento: 0,65% (sessenta e cinco centésimos por cento) do montante do empréstimo, devida a partir do início da vigência do contrato de empréstimo, sendo que o pagamento deverá ser efetuado, no mais tardar, quando se realizar o primeiro desembolso do empréstimo;

X – Gastos de Avaliação: no valor de US\$ 50.000,00 (cinquenta mil dólares dos Estados Unidos da América), que deverão ser pagos até a data em que ocorrer o primeiro desembolso do empréstimo;

XI – Prazo de Amortização: 90 (noventa) meses, após carência de 54 (cinquenta e quatro) meses.

§ 1º As datas de pagamento do principal e dos encargos financeiros e de desembolsos previstos poderão ser alteradas em função da data de assinatura do contrato de empréstimo, bem como os montantes estimados dos desembolsos em cada ano poderão ser alterados conforme a execução contratual.



§ 2º Será exigida nova autorização do Senado Federal, caso ocorram alterações nas condições financeiras do empréstimo autorizado antes da assinatura do contrato que impliquem ônus superiores aos previstos nesta Resolução.

Art. 3º Fica a União autorizada a conceder garantia ao Município de Sorocaba (SP) na contratação da operação de crédito externo referida nesta Resolução.

§ 1º O exercício da autorização prevista no *caput* fica condicionado a que o Município de Sorocaba (SP) celebre contrato com a União para a concessão de contragarantias, sob a forma de vinculação das receitas de que tratam o arts. 156, 158 e 159, nos termos do § 4º do art. 167, todos da Constituição Federal, e de outras garantias em direito admitidas, podendo o Governo Federal requerer as transferências de recursos necessários para a cobertura dos compromissos honrados diretamente das contas centralizadoras da arrecadação do Município ou das transferências federais.

§ 2º Previamente à assinatura do contrato, o Ministério da Fazenda verificará e atestará a adimplência do Município de Sorocaba (SP) quanto aos pagamentos e prestações de contas de que trata o art. 10 da Resolução do Senado Federal nº 48, de 2007, e quanto à regularidade no pagamento de precatórios, bem como o cumprimento substancial das condições prévias ao primeiro desembolso.

Art. 4º O prazo máximo para o exercício da presente autorização é de quinhentos e quarenta dias, contados a partir da vigência desta Resolução.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator





SENADO FEDERAL
Senador Armando Monteiro

PARECER Nº , DE 2018

Da COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, sobre a Mensagem do Senado Federal (MSF) nº 35, de 2018, da Presidência da República (nº 217, de 27 de abril de 2018, na origem), que *propõe, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição, seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até US\$ 70.000.000,00 (setenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre o Município de Sorocaba, Estado de São Paulo, e a Corporação Andina de Fomento – CAF, cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do “Programa Ambiental e de Otimização Viária de Sorocaba - Mobilidade Total”*.

Relator: Senador **ARMANDO MONTEIRO**

I – RELATÓRIO

É submetido à apreciação do Senado Federal pleito do Município de Sorocaba (SP), que solicita autorização para contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com a Corporação Andina de Fomento (CAF).

Os recursos dessa operação de crédito destinam-se ao financiamento parcial do “Programa Ambiental e de Otimização Viária de



Sorocaba – Mobilidade Total”, que tem como objetivo geral “melhorar as condições de infraestrutura urbana, dando continuidade à ampliação e revitalização da rede viária, a otimização do transporte coletivo e, também, disponibilizando espaços para lazer, cultura e preservação ambiental”.

A operação de crédito externo pretendida encontra-se com suas condições financeiras devidamente incluídas no Sistema de Registro de Operações Financeiras (ROF) do Banco Central do Brasil (BACEN).

Com efeito, ela será contratada com base na taxa de juros *LIBOR* semestral, acrescida de *spread*, a ser definido na data de assinatura do contrato, devendo apresentar custo efetivo da ordem de 4,3% ao ano, fluante com a variação da *LIBOR*, inferior ao custo máximo aceitável pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN) para essa modalidade de financiamento, que se situa em 6,31% ao ano.

II – ANÁLISE

De imediato, constata-se que a atual situação de endividamento do Município de Sorocaba (SP) comporta a assunção de novas obrigações financeiras advindas com a contratação desse novo empréstimo.

Como ressaltado no Parecer SEI nº 503 da Coordenação-Geral de Operações de Crédito dos Estados e Municípios – COPEM, da STN, de 22 de novembro de 2017, anexo à Mensagem encaminhada ao Senado Federal, o Município de Sorocaba (SP) atende os limites definidos nas Resoluções nºs 40 e 43, de 2001, do Senado Federal, especialmente os referentes ao montante anual passível de contratação de operações de crédito; ao volume máximo de comprometimento da receita corrente líquida com amortizações, juros e demais encargos financeiros da dívida consolidada e o que se refere ao montante da dívida consolidada dos municípios.

Fundamentada nos parâmetros utilizados para avaliar o risco de a União conceder a garantia solicitada, a STN entendeu que o Município de Sorocaba (SP) apresenta suficiência das contragarantias oferecidas e capacidade de pagamento para fazer frente a esse acréscimo de endividamento.

Assim, embasada em estudo sobre o comprometimento das transferências federais e das receitas próprias do Município, afirma que há disponibilidades financeiras para a cobertura das obrigações advindas do empréstimo, pois as margens disponíveis apuradas são suficientes para



cobrir eventual dívida que venha a ser honrada pela União, conforme consignado na Nota Técnica SEI nº 11, de 14 de novembro de 2017, da Coordenação-Geral de Haveres Financeiros – COAFI, da STN.

Ainda nesse contexto, cabe destacar a previsão do oferecimento de contragarantias por parte do Município de Sorocaba (SP), conforme os termos da Lei Municipal nº 10.916, de 30 de julho de 2014, e suas alterações posteriores, autorizativa da presente operação de crédito. Para tanto, é prevista a formalização de contrato entre o Município e o Tesouro Nacional para a concessão de contragarantias, sob a forma de vinculação das receitas a que se referem os arts. 158 e 159, complementadas pelas receitas tributárias de que trata o art. 156, nos termos do art. 167, § 4º, todos da Constituição Federal, e de outras em direito admitidas. Destaque-se, entretanto, que não há registro de compromissos honrados pela União em nome do Município de Sorocaba (SP) nos últimos anos.

Mais ainda, de acordo com a Coordenação-Geral das Relações e Análise Financeira dos Estados e Municípios – COREM, da STN, em sua Nota SEI nº 1, de 1 de novembro de 2017, os resultados financeiros obtidos na análise demonstram que o Município possui capacidade de pagamento “A-”, suficiente para fazer frente aos encargos da dívida, considerada inclusive os da operação de crédito pleiteada. Possui, portanto, situação fiscal muito forte e risco de crédito muito baixo, sendo, portanto, elegível para recebimento da garantia da União.

Por fim, quanto às exigências de adimplência, fica destacado no processado que o Município de Sorocaba (SP) não possui pendências com a União relativamente aos financiamentos e refinanciamentos dela recebidos. Quanto à verificação de adimplência financeira do Município em relação à Administração Pública Federal e suas entidades controladas, inclusive sobre a prestação de contas dos recursos dela recebidos, nos termos da Resolução nº 41, de 2009, do Senado Federal, a adimplência referida deverá ser verificada por ocasião da assinatura do contrato de garantia.

Em suma, satisfeitas as condições financeiras estipuladas pelas referidas resoluções do Senado Federal, não há motivos, do ponto de vista técnico, para se negar a autorização do Senado ao pleito em exame.

Portanto, estão sendo observadas as exigências definidas na Resolução do Senado Federal nº 48, de 2007, e no art. 40 da Lei de Responsabilidade Fiscal, quanto às exigências e condições para a prestação de garantia por parte da União.



Em conclusão, a operação de crédito em exame atende as exigências previstas nos arts. 6º, 7º e 21 da Resolução nº 43, de 2001, observando, assim, os limites de endividamento nela estabelecidos, assim como o previsto na Resolução nº 40, de 2001, também do Senado Federal.

As demais condições e exigências estipuladas pelas Resoluções nºs 48, de 2007, e 40 e 43, de 2001, são atendidas pelo Município de Sorocaba (SP), conforme evidenciado pelos documentos que acompanham a mensagem em questão.

Finalmente, ressalta-se o mérito da aplicação dos recursos que visa ampliar a infraestrutura urbana e de transporte do município e implantar um parque com espaços públicos destinados ao lazer e conservação ambiental. Portanto, promove-se a qualidade de vida da população por meio de ações de melhoria da mobilidade urbana, do lazer e de apoio à sustentabilidade ambiental.

III – VOTO

O pleito encaminhado pelo Município de Sorocaba (SP) encontra-se de acordo com o que preceituam as resoluções do Senado Federal sobre a matéria, devendo ser concedida a autorização para a contratação da operação de crédito externo pretendida, nos termos do seguinte:

PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº , DE 2018

Autoriza o Município de Sorocaba (SP) a contratar operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, com a Corporação Andina de Fomento (CAF), no valor de até US\$ 70.000.000,00 (setenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América).

O SENADO FEDERAL resolve:

Art. 1º É o Município de Sorocaba (SP) autorizado a contratar operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil,



com a Corporação Andina de Fomento (CAF), no valor de até US\$ 70.000.000,00 (setenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América).

Parágrafo único. Os recursos dessa operação de crédito destinam-se ao financiamento parcial do “Programa Ambiental e de Otimização Viária de Sorocaba – Mobilidade Total”.

Art. 2º A operação de crédito referida no art. 1º deverá ser realizada nas seguintes condições:

I – Devedor: Município de Sorocaba (SP);

II – Credor: Corporação Andina de Fomento (CAF);

III – Garantidor: República Federativa do Brasil;

IV – Valor: até US\$ 70.000.000,00 (setenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América);

V – Juros: taxa *LIBOR* de 6 meses para o dólar dos Estados Unidos da América mais margem variável a ser definida no momento da assinatura do contrato de empréstimo, de acordo com as políticas de gestão da CAF;

VI – Juros de Mora: 2% (dois por cento) anuais;

VII – Cronograma Estimativo de Desembolsos: US\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de dólares dos Estados Unidos da América) em 2017; US\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de dólares dos Estados Unidos da América) em 2018; US\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de dólares dos Estados Unidos da América) em 2019; e US\$ 10.000.000,00 (dez milhões de dólares dos Estados Unidos da América) em 2020;

VIII – Comissão de Compromisso: 0,35% (trinta e cinco centésimos por cento) anual, aplicado sobre os saldos não desembolsados do empréstimo, seis meses após a assinatura do contrato;

IX – Comissão de Financiamento: 0,65% (sessenta e cinco centésimos por cento) do montante do empréstimo, devida a partir do início da vigência do contrato de empréstimo, sendo que o pagamento deverá ser efetuado, no mais tardar, quando se realizar o primeiro desembolso do empréstimo;



X – Gastos de Avaliação: no valor de US\$ 50.000,00 (cinquenta mil dólares dos Estados Unidos da América), que deverão ser pagos até a data em que ocorrer o primeiro desembolso do empréstimo;

XI – Prazo de Amortização: 90 (noventa) meses, após carência de 54 (cinquenta e quatro) meses.

§ 1º As datas de pagamento do principal e dos encargos financeiros e de desembolsos previstos poderão ser alteradas em função da data de assinatura do contrato de empréstimo, bem como os montantes estimados dos desembolsos em cada ano poderão ser alterados conforme a execução contratual.

§ 2º Será exigida nova autorização do Senado Federal, caso ocorram alterações nas condições financeiras do empréstimo autorizado antes da assinatura do contrato que impliquem ônus superiores aos previstos nesta Resolução.

Art. 3º Fica a União autorizada a conceder garantia ao Município de Sorocaba (SP) na contratação da operação de crédito externo referida nesta Resolução.

§ 1º O exercício da autorização prevista no *caput* fica condicionado a que o Município de Sorocaba (SP) celebre contrato com a União para a concessão de contragarantias, sob a forma de vinculação das receitas de que tratam o arts. 156, 158 e 159, nos termos do § 4º do art. 167, todos da Constituição Federal, e de outras garantias em direito admitidas, podendo o Governo Federal requerer as transferências de recursos necessários para a cobertura dos compromissos honrados diretamente das contas centralizadoras da arrecadação do Município ou das transferências federais.

§ 2º Previamente à assinatura do contrato, o Ministério da Fazenda verificará e atestará a adimplência do Município de Sorocaba (SP) quanto aos pagamentos e prestações de contas de que trata o art. 10 da Resolução do Senado Federal nº 48, de 2007, e quanto à regularidade no pagamento de precatórios, bem como o cumprimento substancial das condições prévias ao primeiro desembolso.

Art. 4º O prazo máximo para o exercício da presente autorização é de quinhentos e quarenta dias, contados a partir da vigência desta Resolução.



Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator





Relatório de Registro de Presença
CAE, 22/05/2018 às 10h - 16ª, Ordinária
 Comissão de Assuntos Econômicos

PMDB	
TITULARES	SUPLENTES
RAIMUNDO LIRA	1. EDUARDO BRAGA
ROBERTO REQUIÃO PRESENTE	2. ROMERO JUCÁ
GARIBALDI ALVES FILHO PRESENTE	3. ELMANO FÉRRER
ROSE DE FREITAS	4. WALDEMIR MOKA
SIMONE TEBET	5. AIRTON SANDOVAL PRESENTE
VALDIR RAUPP PRESENTE	6. VAGO
FERNANDO BEZERRA COELHO PRESENTE	

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PDT, PT)	
TITULARES	SUPLENTES
GLEISI HOFFMANN PRESENTE	1. KÁTIA ABREU
HUMBERTO COSTA PRESENTE	2. FÁTIMA BEZERRA
JORGE VIANA PRESENTE	3. PAULO PAIM
JOSÉ PIMENTEL PRESENTE	4. REGINA SOUSA
LINDBERGH FARIAS	5. PAULO ROCHA PRESENTE
ACIR GURGACZ	6. RANDOLFE RODRIGUES PRESENTE

Bloco Social Democrata (PSDB, PV, DEM)	
TITULARES	SUPLENTES
TASSO JEREISSATI PRESENTE	1. ATAÍDES OLIVEIRA PRESENTE
RICARDO FERRAÇO PRESENTE	2. DALIRIO BEBER PRESENTE
JOSÉ SERRA	3. FLEXA RIBEIRO PRESENTE
RONALDO CAIADO	4. DAVI ALCOLUMBRE
JOSÉ AGRIPINO	5. MARIA DO CARMO ALVES PRESENTE

Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
TITULARES	SUPLENTES
OTTO ALENCAR PRESENTE	1. SÉRGIO PETECÃO
OMAR AZIZ	2. JOSÉ MEDEIROS
CIRO NOGUEIRA	3. BENEDITO DE LIRA PRESENTE

Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PPS, PSB, PCdoB, REDE, PODE)	
TITULARES	SUPLENTES
LÚCIA VÂNIA PRESENTE	1. VAGO
LÍDICE DA MATA PRESENTE	2. CRISTOVAM BUARQUE
VANESSA GRAZZIOTIN PRESENTE	3. VAGO

Bloco Moderador (PTB, PSC, PRB, PR, PTC)	
TITULARES	SUPLENTES
WELLINGTON FAGUNDES PRESENTE	1. PEDRO CHAVES PRESENTE
ARMANDO MONTEIRO PRESENTE	2. VAGO
TELMÁRIO MOTA PRESENTE	3. RODRIGUES PALMA PRESENTE



DECISÃO DA COMISSÃO

(MSF 35/2018)

A COMISSÃO APROVA O RELATÓRIO, QUE PASSA A CONSTITUIR O PARECER DA CAE, FAVORÁVEL NOS TERMOS DO PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO APRESENTADO.

22 de Maio de 2018

Senador TASSO JEREISSATI

Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos





SENADO FEDERAL

PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO

Nº 21, DE 2018

Autoriza o Município de Salvador, situado no Estado da Bahia, a contratar operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, junto ao Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), no valor de até US\$ 125.000.000,00 (cento e vinte e cinco milhões de dólares dos Estados Unidos da América).

AUTORIA: Comissão de Assuntos Econômicos



PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº , DE 2018

Autoriza o Município de Salvador, situado no Estado da Bahia, a contratar operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, junto ao Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), no valor de até US\$ 125.000.000,00 (cento e vinte e cinco milhões de dólares dos Estados Unidos da América).

O SENADO FEDERAL resolve:

Art. 1º É o Município de Salvador, situado no Estado da Bahia, autorizado a contratar operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil, junto ao Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), no valor de até US\$ 125.000.000,00 (cento e vinte e cinco milhões de dólares dos Estados Unidos da América).

Parágrafo único. Os recursos da operação de crédito de que trata o *caput* destinam-se ao financiamento parcial do “Projeto Salvador Social”.

Art. 2º A operação de crédito referida no art. 1º deverá ser realizada nas seguintes condições:

I – devedor: Município de Salvador (Estado da Bahia);

II – credor: Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD);

III – garantidor: República Federativa do Brasil;

IV – valor: até US\$ 125.000.000,00 (cento e vinte e cinco milhões de dólares dos Estados Unidos da América);

V – modalidade: empréstimo flexível com margem variável;

VI – prazo de desembolso: o prazo final para os desembolsos encerrar-se-á em 30 de dezembro de 2022, salvo se o credor conceder extensão desse prazo após a anuência do Ministério da Fazenda;

rp2018-03657



VII – cronograma estimativo de desembolso: US\$ 62.950.000,00 (sessenta e dois milhões e novecentos e cinquenta mil dólares dos Estados Unidos da América) em 2018; US\$ 48.350.000,00 (quarenta e oito milhões e trezentos e cinquenta mil dólares dos Estados Unidos da América) em 2019; e US\$ 13.700.000,00 (treze milhões e setecentos mil dólares dos Estados Unidos da América) em 2020.

VIII – amortização: prestações semestrais, consecutivas e, na medida do possível, iguais, vencendo-se a primeira até 66 (sessenta e seis) meses e a última até 31 (trinta e um) anos, a contar da data de assinatura do contrato;

IX – juros: calculados com base na taxa *LIBOR* de seis meses para o dólar dos Estados Unidos da América acrescida de margem variável definida pelo credor, a serem pagos em 15 de maio e 15 de novembro de cada ano;

X – conversão: o devedor poderá solicitar conversão de moeda e de taxa de juros em qualquer momento durante a vigência do contrato, conforme disposto contratualmente;

XI – comissão de compromisso: 0,25% (vinte e cinco centésimos por cento) ao ano sobre o saldo não desembolsado do empréstimo;

XII – taxa de abertura de crédito: 0,25% (vinte e cinco centésimos por cento) ao ano sobre o montante total do empréstimo, financiada com recursos da própria operação de crédito;

XIII – sobretaxa de exposição: 0,5% (cinco décimos por cento) ao ano sobre o produto do excedente ao Limite Padrão de Exposição do País pela razão entre o saldo devedor da presente operação de crédito e todas as operações de crédito com a cláusula de sobretaxa de exposição em que o devedor ou o garantidor tiverem contratado ou o garantidor der garantia a outros devedores junto ao credor.

Parágrafo único. As datas de pagamento do principal e dos encargos financeiros e as datas dos desembolsos poderão ser alteradas em função da data de assinatura do contrato de empréstimo, assim como os montantes estimados dos desembolsos em cada ano poderão ser alterados conforme a execução contratual.

rp2018-03657



Art. 3º Fica a República Federativa do Brasil autorizada a conceder garantia ao Município de Salvador, situado no Estado da Bahia, na operação de crédito externo referida nesta Resolução.

Parágrafo único. A autorização prevista no *caput* fica condicionada:

I – ao cumprimento substancial das condições prévias ao primeiro desembolso;

II – à comprovação da situação de adimplemento quanto aos pagamentos de tributos, empréstimos e financiamentos devidos à União e quanto à prestação de contas de recursos anteriormente dela recebidos nos termos do art. 10 da Resolução do Senado Federal nº 48, de 21 de dezembro de 2007;

III – à celebração de contrato de concessão de contragarantia entre o Município de Salvador e a União, sob a forma de vinculação das receitas de que tratam os arts. 156, 158 e 159, nos termos do § 4º do art. 167, todos da Constituição Federal, bem como de outras garantias em direito admitidas.

Art. 4º O prazo máximo para o exercício da presente autorização é de quinhentos e quarenta dias, contados a partir de sua publicação.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

, Presidente

, Relator

rp2018-03657



PARECER N° , DE 2018

Da COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, sobre a Mensagem nº 36, de 2018, da Presidência da República (nº 245, de 9 de maio de 2018, na origem), que solicita autorização do Senado Federal para que seja contratada operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até US\$ 125.000.000,00 (cento e vinte e cinco milhões de dólares dos Estados Unidos da América), entre o Município de Salvador, no Estado da Bahia, e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do “Projeto Salvador Social”.

RELATOR: Senador **FLEXA RIBEIRO**

I – RELATÓRIO

A Mensagem nº 36, de 2018, da Presidência da República (nº 245, de 9 de maio de 2018, na origem), ora sob análise desta Comissão, contém pleito para que seja autorizada operação de crédito externo, com garantia da União, do Município de Salvador, no Estado da Bahia, junto ao Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD). Os recursos da operação destinam-se ao financiamento parcial do “Projeto Salvador Social”.

O Projeto tem como objetivo geral melhorar a provisão dos serviços sociais nas áreas de assistência social, educação e saúde. Constituem objetivos setoriais o aumento da cobertura e a melhora da qualidade dos serviços de assistência social, a garantia da qualidade da educação infantil, a melhora da qualidade da educação fundamental e a ampliação do acesso e a organização da oferta de serviços de saúde de forma sustentável.



A Comissão de Financiamentos Externos (Cofix), na forma da Recomendação nº 06/0116, de 3 de maio de 2016, homologada pelo Ministro de Estado do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão em 10 de maio de 2016, considerou o programa em questão como passível de obtenção de financiamento externo no valor de até US\$ 250.000.000,00 (duzentos e cinquenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América) em duas fases, das quais a primeira compreende o pleito em análise. A operação foi ainda credenciada no Banco Central do Brasil sob o Registro de Operações Financeiras (ROF) TA815238 em 29 de março de 2018.

A Secretaria do Tesouro Nacional (STN) do Ministério da Fazenda prestou as devidas informações sobre as finanças da União, na condição de garantidora da operação, bem como analisou as informações referentes ao mutuário. No Parecer SEI Nº 124/2018/COPEM/SURIN/STN-MF, de 9 de abril de 2018, o órgão manifestou-se favoravelmente à operação de crédito pretendida e ao oferecimento da garantia da União, condicionada à verificação pelo Ministério da Fazenda, antes da assinatura dos instrumentos contratuais, do cumprimento substancial das condições prévias ao primeiro desembolso, da adimplência do mutuário para com a União e suas entidades controladas e da formalização do respectivo contrato de contragarantia.

Por seu turno, a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), por intermédio do Parecer SEI Nº 43/2018/COF/PGACFFS/PGFN-MF, de 20 de abril de 2018, não apresentou óbices à realização da operação, sujeitando-a às condicionalidades previstas pela STN.

II – ANÁLISE

rp2018-03657



O art. 52, inciso V, da Constituição Federal, confere ao Senado Federal a competência para autorizar operações externas de natureza financeira de interesse da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios. Cabe também a esta Casa dispor sobre limites globais e condições para as operações de crédito externo dos entes federados e para a concessão de garantia da União para as referidas operações, conforme os incisos VII e VIII desse dispositivo constitucional.

Essas normas constam das Resoluções nºs 40 e 43, de 2001, e nº 48, de 2007, todas do Senado Federal. A Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000) também normatiza o tema, principalmente em seus arts. 32 e 40. Segundo o art. 29 da Resolução nº 43, de 2001, os pleitos referentes a operações de crédito sujeitas à autorização específica desta Casa serão encaminhados pelo Ministério da Fazenda com parecer técnico que demonstre o atendimento dos requisitos mínimos exigidos pela referida resolução. Já o art. 11 da Resolução nº 48, de 2007, detalha a instrução do pleito para a concessão de garantia da União.

Segundo a STN (Parecer SEI Nº 124/2018/COPEM/SURIN/STN-MF, de 9 de abril de 2018), o “Projeto Salvador Social” contará com até US\$ 125.000.000,00 (cento e vinte e cinco milhões de dólares dos Estados Unidos da América) provenientes do BIRD, acrescidos de contrapartida municipal mínima de igual montante. Os desembolsos são previstos para serem realizados entre 2018 e 2020.

O custo efetivo da operação, flutuante conforme a variação da taxa *LIBOR* de seis meses para o dólar dos Estados Unidos da América, mais a margem variável definida pelo Banco em função do prazo médio de pagamento e do tipo de *spread*, está situado em 3,99% (três inteiros e noventa e nove centésimos por cento) ao ano, que é inferior ao custo estimado das emissões da

rp2018-03657



União na mesma moeda, o qual se situa em 5,56% (cinco inteiros e cinquenta e seis centésimos por cento) ao ano, na data de referência de 4 de abril de 2018.

Ainda de acordo com a STN, o pleito atende às exigências das resoluções do Senado Federal e do art. 32 da Lei de Responsabilidade Fiscal. O programa está inserido no Plano Plurianual para o quadriênio 2018-2021 (Lei municipal nº 9.299, de 7 de dezembro de 2017) e conta com dotações necessárias e suficientes na lei orçamentária do Município de Salvador para o exercício de 2018 (Lei nº 9.305, de 28 de dezembro de 2017), quanto ao ingresso dos recursos, ao pagamento dos encargos e ao aporte da contrapartida.

Já a Lei nº 9.182, de 12 de dezembro de 2016, autoriza a presente contratação de operação de crédito externo e a vinculação da parcela municipal da arrecadação com impostos federais, conforme previsto nos arts. 158 e 159 da Constituição Federal, e das receitas próprias municipais a que se refere o art. 156 também da Carta Magna, bem como outras garantias em direito admitidas, como contragarantia à garantia da União. A STN considera as garantias oferecidas pelo ente da Federação suficientes para ressarcir a União, caso esta venha a honrar compromisso na condição de garantidora da operação de crédito.

Por meio da Nota SEI nº 08/2017/COREM/SURIN/STN/MF-DF, de 21 de dezembro de 2017, a STN expõe que a classificação final da capacidade de pagamento do Município de Salvador é “B”, sendo, portanto, a operação de crédito pleiteada elegível, relativamente aos riscos do Tesouro Nacional, para a concessão de garantia da União. Essa nota da classificação final da capacidade de pagamento do município resulta da combinação da nota “A” obtida nos indicadores de endividamento e de liquidez com a nota “B” recebida no indicador de poupança corrente.

Em relação à adimplência, a STN afirma que o Município de Salvador está adimplente com os financiamentos e refinanciamentos concedidos pela União ou garantias por ela honradas. A STN também entende que a

rp2018-03657



verificação da adimplência do ente relativamente ao pagamento de precatórios deverá ocorrer no momento da assinatura do contrato de garantia. Ademais, a STN atesta que a União possui margem para a concessão da garantia pleiteada, dentro do limite estabelecido pelo art. 9º da Resolução do Senado Federal nº 48, de 2007.

Além do mais, a STN cita documentos do Poder Executivo municipal e do Tribunal de Contas que atestam a observância, pelo Município de Salvador, dos gastos mínimos com saúde e educação, do pleno exercício da competência tributária e dos limites das despesas com pessoal. Adicionalmente, a STN relata que, por meio de Declaração do Chefe do Poder Executivo no Sistema de Análise de Dívida Pública, Operações de Crédito e Garantias da União, Estados e Municípios – SADIPEM, o ente declara não ter assinado, até a data daquele documento, nenhum contrato na modalidade de Parceria Público-Privada (PPP).

A PGFN, a seu tempo, frisou que as minutas contratuais não contêm disposição de natureza política, atentatória à soberania nacional e à ordem pública, contrária à Constituição e às leis do País, bem assim que implique compensação automática de débitos e créditos. Enfim, tanto a STN como a PGFN não apresentam óbices para a autorização do presente pleito, ressalvando-se apenas que, previamente à assinatura dos instrumentos contratuais, sejam verificadas as condicionalidades anteriormente expostas.

III – VOTO

Ante o exposto, apresentamos voto favorável à autorização pleiteada na Mensagem nº 36, de 2018, nos termos do seguinte:

PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº , DE 2018

rp2018-03657



Autoriza o Município de Salvador, situado no Estado da Bahia, a contratar operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, junto ao Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), no valor de até US\$ 125.000.000,00 (cento e vinte e cinco milhões de dólares dos Estados Unidos da América).

O SENADO FEDERAL resolve:

Art. 1º É o Município de Salvador, situado no Estado da Bahia, autorizado a contratar operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil, junto ao Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), no valor de até US\$ 125.000.000,00 (cento e vinte e cinco milhões de dólares dos Estados Unidos da América).

Parágrafo único. Os recursos da operação de crédito de que trata o *caput* destinam-se ao financiamento parcial do “Projeto Salvador Social”.

Art. 2º A operação de crédito referida no art. 1º deverá ser realizada nas seguintes condições:

I – devedor: Município de Salvador (Estado da Bahia);

II – credor: Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD);

III – garantidor: República Federativa do Brasil;

IV – valor: até US\$ 125.000.000,00 (cento e vinte e cinco milhões de dólares dos Estados Unidos da América);

V – modalidade: empréstimo flexível com margem variável;

VI – prazo de desembolso: o prazo final para os desembolsos encerrar-se-á em 30 de dezembro de 2022, salvo se o credor conceder extensão desse prazo após a anuência do Ministério da Fazenda;

rp2018-03657



VII – cronograma estimativo de desembolso: US\$ 62.950.000,00 (sessenta e dois milhões e novecentos e cinquenta mil dólares dos Estados Unidos da América) em 2018; US\$ 48.350.000,00 (quarenta e oito milhões e trezentos e cinquenta mil dólares dos Estados Unidos da América) em 2019; e US\$ 13.700.000,00 (treze milhões e setecentos mil dólares dos Estados Unidos da América) em 2020.

VIII – amortização: prestações semestrais, consecutivas e, na medida do possível, iguais, vencendo-se a primeira até 66 (sessenta e seis) meses e a última até 31 (trinta e um) anos, a contar da data de assinatura do contrato;

IX – juros: calculados com base na taxa *LIBOR* de seis meses para o dólar dos Estados Unidos da América acrescida de margem variável definida pelo credor, a serem pagos em 15 de maio e 15 de novembro de cada ano;

X – conversão: o devedor poderá solicitar conversão de moeda e de taxa de juros em qualquer momento durante a vigência do contrato, conforme disposto contratualmente;

XI – comissão de compromisso: 0,25% (vinte e cinco centésimos por cento) ao ano sobre o saldo não desembolsado do empréstimo;

XII – taxa de abertura de crédito: 0,25% (vinte e cinco centésimos por cento) ao ano sobre o montante total do empréstimo, financiada com recursos da própria operação de crédito;

XIII – sobretaxa de exposição: 0,5% (cinco décimos por cento) ao ano sobre o produto do excedente ao Limite Padrão de Exposição do País pela razão entre o saldo devedor da presente operação de crédito e todas as operações de crédito com a cláusula de sobretaxa de exposição em que o devedor ou o garantidor tiverem contratado ou o garantidor der garantia a outros devedores junto ao credor.

Parágrafo único. As datas de pagamento do principal e dos encargos financeiros e as datas dos desembolsos poderão ser alteradas em função da data de assinatura do contrato de empréstimo, assim como os montantes estimados dos desembolsos em cada ano poderão ser alterados conforme a execução contratual.

rp2018-03657



Art. 3º Fica a República Federativa do Brasil autorizada a conceder garantia ao Município de Salvador, situado no Estado da Bahia, na operação de crédito externo referida nesta Resolução.

Parágrafo único. A autorização prevista no *caput* fica condicionada:

I – ao cumprimento substancial das condições prévias ao primeiro desembolso;

II – à comprovação da situação de adimplemento quanto aos pagamentos de tributos, empréstimos e financiamentos devidos à União e quanto à prestação de contas de recursos anteriormente dela recebidos nos termos do art. 10 da Resolução do Senado Federal nº 48, de 21 de dezembro de 2007;

III – à celebração de contrato de concessão de contragarantia entre o Município de Salvador e a União, sob a forma de vinculação das receitas de que tratam os arts. 156, 158 e 159, nos termos do § 4º do art. 167, todos da Constituição Federal, bem como de outras garantias em direito admitidas.

Art. 4º O prazo máximo para o exercício da presente autorização é de quinhentos e quarenta dias, contados a partir de sua publicação.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

, Presidente

, Relator

rp2018-03657





Senado Federal

Relatório de Registro de Presença
CAE, 22/05/2018 às 10h - 16ª, Ordinária
 Comissão de Assuntos Econômicos

PMDB	
TITULARES	SUPLENTES
RAIMUNDO LIRA	1. EDUARDO BRAGA
ROBERTO REQUIÃO PRESENTE	2. ROMERO JUCÁ
GARIBALDI ALVES FILHO PRESENTE	3. ELMANO FÉRRER
ROSE DE FREITAS	4. WALDEMIR MOKA
SIMONE TEBET	5. AIRTON SANDOVAL PRESENTE
VALDIR RAUPP PRESENTE	6. VAGO
FERNANDO BEZERRA COELHO PRESENTE	

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PDT, PT)	
TITULARES	SUPLENTES
GLEISI HOFFMANN PRESENTE	1. KÁTIA ABREU
HUMBERTO COSTA PRESENTE	2. FÁTIMA BEZERRA
JORGE VIANA PRESENTE	3. PAULO PAIM
JOSÉ PIMENTEL PRESENTE	4. REGINA SOUSA
LINDBERGH FARIAS	5. PAULO ROCHA PRESENTE
ACIR GURGACZ	6. RANDOLFE RODRIGUES PRESENTE

Bloco Social Democrata (PSDB, PV, DEM)	
TITULARES	SUPLENTES
TASSO JEREISSATI PRESENTE	1. ATAÍDES OLIVEIRA PRESENTE
RICARDO FERRAÇO PRESENTE	2. DALIRIO BEBER PRESENTE
JOSÉ SERRA	3. FLEXA RIBEIRO PRESENTE
RONALDO CAIADO	4. DAVI ALCOLUMBRE
JOSÉ AGRIPINO	5. MARIA DO CARMO ALVES PRESENTE

Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
TITULARES	SUPLENTES
OTTO ALENCAR PRESENTE	1. SÉRGIO PETECÃO
OMAR AZIZ	2. JOSÉ MEDEIROS
CIRO NOGUEIRA	3. BENEDITO DE LIRA PRESENTE

Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PPS, PSB, PCdoB, REDE, PODE)	
TITULARES	SUPLENTES
LÚCIA VÂNIA PRESENTE	1. VAGO
LÍDICE DA MATA PRESENTE	2. CRISTOVAM BUARQUE
VANESSA GRAZZIOTIN PRESENTE	3. VAGO

Bloco Moderador (PTB, PSC, PRB, PR, PTC)	
TITULARES	SUPLENTES
WELLINGTON FAGUNDES PRESENTE	1. PEDRO CHAVES PRESENTE
ARMANDO MONTEIRO PRESENTE	2. VAGO
TELMÁRIO MOTA PRESENTE	3. RODRIGUES PALMA PRESENTE



DECISÃO DA COMISSÃO

(MSF 36/2018)

A COMISSÃO APROVA O RELATÓRIO, QUE PASSA A CONSTITUIR O PARECER DA CAE, FAVORÁVEL NOS TERMOS DO PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO APRESENTADO.

22 de Maio de 2018

Senador TASSO JEREISSATI

Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos





SENADO FEDERAL

PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO

Nº 22, DE 2018

Autoriza o Município de Salvador (BA) a contratar operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, com o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, no valor de até US\$ 67.500.000,00 (sessenta e sete milhões e quinhentos mil dólares dos Estados Unidos da América).

AUTORIA: Comissão de Assuntos Econômicos



V – Desembolso Estimativo: US\$ 6.662,641,04 (seis milhões, seiscentos e sessenta e dois mil seiscentos e quarenta e um dólares dos Estados Unidos da América e quatro centavos) em 2018; US\$ 15.196.888,96 (quinze milhões, cento e noventa e seis mil oitocentos e oitenta e oito dólares dos Estados Unidos da América e noventa e seis centavos) em 2019; US\$ 19.396.185,00 em 2020 (dezenove milhões, trezentos e noventa e seis mil cento e oitenta e cinco dólares dos Estados Unidos da América), US\$ 16.160.015,00 (dezesesseis milhões, cento e sessenta mil e quinze dólares dos Estados Unidos da América) em 2021, US\$ 8.364.355,00 (oito milhões, trezentos e sessenta e quatro mil trezentos e cinquenta e cinco dólares dos Estados Unidos da América) em 2022 e US\$ 1.719.915,00 (um milhão, setecentos e dezenove mil e novecentos e quinze dólares dos Estados Unidos da América) em 2023;

VI – Amortização: até 234 (duzentos e trinta e quatro) meses, além do prazo de carência de até 66 (sessenta e seis) meses;

VII – Taxa de juros: baseada na *LIBOR* trimestral, denominada em dólares, mais margem variável determinada pelo BID no momento da contratação;

VII – Demais encargos e comissões: comissão de crédito de até 0,75% ao ano, cobrada a partir de sessenta dias a contar da data de assinatura do contrato, e encargo de inspeção e supervisão de até 1% do valor do empréstimo, dividido pelo número de semestres compreendidos no prazo original de desembolsos.

§ 1º As datas de pagamentos do principal e dos encargos financeiros e de desembolsos previstos poderão ser alteradas em função da data de assinatura do contrato de empréstimo, bem como os montantes estimados dos desembolsos em cada ano, conforme a execução contratual.

§ 2º É permitido ao mutuário, já devidamente autorizado por esta Resolução, com o consentimento formal do Garantidor, observados os prazos e montantes mínimos requeridos no contrato de empréstimo, exercer a opção de conversão da taxa de juros para uma taxa de juros fixa ou qualquer outra opção aceita pelo Banco no tocante à parte ou totalidade dos saldos devedores sujeitos à taxa de juros baseada na *LIBOR*, bem como da moeda do empréstimo, no tocante ao desembolso ou à totalidade ou parte do saldo devedor, para moeda de País não mutuário ou moeda local que o Banco possa intermediar eficientemente.

II2018-03665



§ 3º Para o exercício da opção referida no parágrafo anterior, fica autorizada a cobrança dos custos incorridos pelo BID na sua realização, assim como o repasse ao devedor de eventuais ganhos decorrentes da conversão.

Art. 3º Fica a União autorizada a conceder garantia ao Município de Salvador (BA) na contratação da operação de crédito externo referida nesta Resolução.

§ 1º O exercício da autorização prevista no *caput* fica condicionado a que o Município de Salvador (BA) celebre contrato com a União para a concessão de contragarantias, sob a forma de vinculação das receitas de que tratam os arts. 156, 158 e 159, todos da Constituição Federal, e de outras garantias em direito admitidas, podendo o Governo Federal requerer as transferências de recursos necessários para cobertura dos compromissos honrados, diretamente das contas centralizadoras da arrecadação do Município de Salvador (BA) ou das transferências federais.

§ 2º Previamente à assinatura do contrato, o Ministério da Fazenda verificará e atestará a adimplência do Município de Salvador (BA) quanto aos pagamentos e prestações de contas de que trata o art. 10 da Resolução do Senado Federal nº 48, de 21 de dezembro de 2007, ao pagamento dos precatórios e ao cumprimento substancial das condições prévias ao primeiro desembolso.

Art. 4º O prazo máximo para o exercício da presente autorização é de quinhentos e quarenta dias, contados a partir da vigência desta Resolução.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator

112018-03665



2

PARECER Nº , DE 2018

Da COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, sobre a Mensagem do Senado Federal nº 37, de 2018 (Mensagem nº 246, de 9 de maio de 2018, na Casa de origem), do Presidente da República, que propõe, *nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição Federal, seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com garantia da União, no valor de até US\$ 67.500.000,00 (sessenta e sete milhões e quinhentos mil dólares dos Estados Unidos da América), entre o Município de Salvador (BA) e o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, para o financiamento parcial do “Projeto Novo Mané Dendê”*

Relator: Senador **FLEXA RIBEIRO**

I – RELATÓRIO

O Presidente da República submete à apreciação do Senado Federal pleito do Município de Salvador (BA), que solicita autorização para contratar operação de crédito externo com o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID.

Os recursos dessa operação de crédito destinam-se ao financiamento parcial do “Projeto Novo Mané Dendê”, que se refere à execução de programa de saneamento ambiental e de urbanização da Bacia do rio Mané Dendê.

O empréstimo pretendido foi credenciado pelo Banco Central do Brasil, estando suas condições financeiras inseridas no sistema de Registro de Operações Financeiras (ROF), sob o número TA 808820.



O financiamento será contratado com taxa de juros baseada na *LIBOR* trimestral, acrescida de margem variável a ser definida pelo BID. De acordo com cálculos da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), o seu custo efetivo médio será de 4,15 % ao ano, flutuante conforme a variação da *LIBOR*, tendo a Coordenação-Geral de Operações da Dívida Pública (CODIP) da STN manifestado-se favoravelmente quanto a esse aspecto.

II – ANÁLISE

A análise da presente operação de crédito externo fundamenta-se no art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição Federal, e visa verificar o cumprimento das determinações das Resoluções nºs 40 e 43, de 2001, e 48, de 2007, todas do Senado Federal, e da Lei Complementar nº 101, de 2000, a Lei de Responsabilidade Fiscal. Essas são as normas que disciplinam os limites e condições para a contratação de operações de crédito internas e externas, inclusive concessão de garantia, no âmbito dos Estados e dos Municípios.

De acordo com o Parecer SEI nº 120, de 2 de abril de 2018, da Coordenação-Geral de Operações de Crédito de Estados e Municípios (COPEM) da STN, o Município de Salvador (BA) atende os limites e condições definidas pelas referidas resoluções, inexistindo óbices à contratação da operação de crédito externo pretendida.

Em particular, a operação enquadra-se nos limites definidos nos incisos I, II e III do art. 7º da Resolução nº 43, de 2001, que tratam, respectivamente, do montante anual de operações de crédito passível de contratação, do comprometimento máximo da receita corrente líquida (RCL) com amortizações, juros e demais encargos da dívida consolidada e do montante da dívida consolidada líquida do Município.

Destaque-se que essa operação de crédito deverá ser contratada com garantia da União.

Fundamentada nos parâmetros que ela utiliza para avaliar o risco de a União conceder a garantia solicitada, a STN entendeu que o Município de Salvador (BA) apresenta suficiência de contragarantias oferecidas e apresenta capacidade de pagamento para fazer frente a esse acréscimo de endividamento.

II2018-03665



Assim, embasada em estudo sobre o comprometimento das transferências federais e das receitas próprias do Município, afirma que há disponibilidades financeiras para a cobertura das obrigações advindas do empréstimo, pois as margens disponíveis apuradas são suficientes para cobrir eventual dívida que venha a ser honrada pela União, conforme consignado no Memorando SEI nº 7, de 21 de fevereiro de 2018, da Coordenação-Geral de Haveres Financeiros – COAFI, da STN.

Ainda nesse contexto, cabe destacar a previsão do oferecimento de contragarantias por parte do Município de Salvador (BA), conforme os termos da Lei Municipal nº 9.181, de 12 de dezembro de 2016, autorizativa da presente operação de crédito. Para tanto, é prevista a formalização de contrato entre o Município de Salvador (BA) e o Tesouro Nacional para a concessão de contragarantias, sob a forma de vinculação das receitas a que se referem os arts. 156, 158 e 159, nos termos do art. 167, § 4º, todos da Constituição Federal, bem como de outras garantias em direito admitidas.

Mais ainda, de acordo com a Coordenação-Geral das Relações e Análise Financeira dos Estados e Municípios – COREM, da STN, em sua Nota nº 8, de 21 de dezembro de 2017, os resultados financeiros obtidos na análise demonstram que o Município de Salvador (BA) possui capacidade de pagamento B, sendo, assim, elegível, relativamente aos riscos do Tesouro Nacional, para fins de concessão de garantia da União, em conformidade com a Portaria do Ministério da Fazenda (MF) nº 501, de 24 de novembro de 2017, que trata da nova metodologia para cálculo da capacidade de pagamento dos entes federados.

Por fim, quanto às exigências de adimplência, fica destacado no processado que o Município de Salvador (BA) se encontra adimplente com a União relativamente aos financiamentos e refinanciamentos dela recebidos e às garantias honradas. Quanto à verificação de sua adimplência financeira em face da Administração Pública Federal e suas entidades controladas, inclusive sobre a prestação de contas dos recursos dela recebidos, nos termos da Resolução nº 41, de 2009, do Senado Federal, deverá ela ser verificada por ocasião da assinatura do contrato de garantia.

Em suma, satisfeitas as condições financeiras estipuladas pelas referidas resoluções do Senado Federal, não há motivos, do ponto de vista técnico, para se negar a autorização do Senado ao pleito em exame.

II2018-03665



Portanto, estão sendo observadas as exigências definidas na Resolução nº 48, de 2007, do Senado Federal, e no art. 40 da Lei de Responsabilidade Fiscal, quanto às exigências e condições para a prestação de garantia por parte da União.

Em conclusão, a operação de crédito em exame atende as exigências previstas nos arts. 6º, 7º e 21 da Resolução nº 43, de 2001, observando, assim, os limites de endividamento nela estabelecidos, assim como o previsto na Resolução nº 40, de 2001, ambas do Senado Federal.

As demais condições e exigências estipuladas pelas Resoluções nºs 48, de 2007, e 40 e 43, de 2001, são atendidas pelo Município de Salvador (BA), conforme evidenciado pelos documentos que acompanham a mensagem em questão.

III – VOTO

Ante o exposto, voto pela aprovação do pedido de autorização do Município de Salvador (BA) para contratar a operação de crédito externo pretendida, nos termos do seguinte:

PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº _____, DE 2018

Autoriza o Município de Salvador (BA) a contratar operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, com o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, no valor de até US\$ 67.500.000,00 (sessenta e sete milhões e quinhentos mil dólares dos Estados Unidos da América).

O SENADO FEDERAL resolve:

II2018-03665



Art. 1º É o Município de Salvador (BA) autorizado a contratar operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, com o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, no valor de até US\$ 67.500.000,00 (sessenta e sete milhões e quinhentos mil dólares dos Estados Unidos da América), de principal.

Parágrafo único. Os recursos dessa operação de crédito destinam-se ao financiamento parcial do “Projeto Novo Mané Dendê”.

Art. 2º A operação de crédito referida no art. 1º deverá ser realizada nas seguintes condições:

I – Devedor: Município de Salvador (BA);

II – Credor: Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID;

III – Garantidor: República Federativa do Brasil;

IV – Valor: até US\$ 67.500.000,00 (sessenta e sete milhões e quinhentos mil dólares dos Estados Unidos da América), de principal;

V – Desembolso Estimativo: US\$ 6.662,641,04 (seis milhões, seiscentos e sessenta e dois mil seiscentos e quarenta e um dólares dos Estados Unidos da América e quatro centavos) em 2018; US\$ 15.196.888,96 (quinze milhões, cento e noventa e seis mil oitocentos e oitenta e oito dólares dos Estados Unidos da América e noventa e seis centavos) em 2019; US\$ 19.396.185,00 em 2020 (dezenove milhões, trezentos e noventa e seis mil cento e oitenta e cinco dólares dos Estados Unidos da América), US\$ 16.160.015,00 (dezesseis milhões, cento e sessenta mil e quinze dólares dos Estados Unidos da América) em 2021, US\$ 8.364.355,00 (oito milhões, trezentos e sessenta e quatro mil trezentos e cinquenta e cinco dólares dos Estados Unidos da América) em 2022 e US\$ 1.719.915,00 (um milhão, setecentos e dezenove mil e novecentos e quinze dólares dos Estados Unidos da América) em 2023;

VI – Amortização: até 234 (duzentos e trinta e quatro) meses, além do prazo de carência de até 66 (sessenta e seis) meses;



VII – Taxa de juros: baseada na *LIBOR* trimestral, denominada em dólares, mais margem variável determinada pelo BID no momento da contratação;

VII – Demais encargos e comissões: comissão de crédito de até 0,75% ao ano, cobrada a partir de sessenta dias a contar da data de assinatura do contrato, e encargo de inspeção e supervisão de até 1% do valor do empréstimo, dividido pelo número de semestres compreendidos no prazo original de desembolsos.

§ 1º As datas de pagamentos do principal e dos encargos financeiros e de desembolsos previstos poderão ser alteradas em função da data de assinatura do contrato de empréstimo, bem como os montantes estimados dos desembolsos em cada ano, conforme a execução contratual.

§ 2º É permitido ao mutuário, já devidamente autorizado por esta Resolução, com o consentimento formal do Garantidor, observados os prazos e montantes mínimos requeridos no contrato de empréstimo, exercer a opção de conversão da taxa de juros para uma taxa de juros fixa ou qualquer outra opção aceita pelo Banco no tocante à parte ou totalidade dos saldos devedores sujeitos à taxa de juros baseada na *LIBOR*, bem como da moeda do empréstimo, no tocante ao desembolso ou à totalidade ou parte do saldo devedor, para moeda de País não mutuário ou moeda local que o Banco possa intermediar eficientemente.

§ 3º Para o exercício da opção referida no parágrafo anterior, fica autorizada a cobrança dos custos incorridos pelo BID na sua realização, assim como o repasse ao devedor de eventuais ganhos decorrentes da conversão.

Art. 3º Fica a União autorizada a conceder garantia ao Município de Salvador (BA) na contratação da operação de crédito externo referida nesta Resolução.

§ 1º O exercício da autorização prevista no *caput* fica condicionado a que o Município de Salvador (BA) celebre contrato com a União para a concessão de contragarantias, sob a forma de vinculação das receitas de que tratam os arts. 156, 158 e 159, todos da Constituição Federal, e de outras garantias em direito admitidas, podendo o Governo Federal requerer as transferências de recursos necessários para cobertura dos compromissos honrados, diretamente das contas centralizadoras da arrecadação do Município de Salvador (BA) ou das transferências federais.

II2018-03665



§ 2º Previamente à assinatura do contrato, o Ministério da Fazenda verificará e atestará a adimplência do Município de Salvador (BA) quanto aos pagamentos e prestações de contas de que trata o art. 10 da Resolução do Senado Federal nº 48, de 21 de dezembro de 2007, ao pagamento dos precatórios e ao cumprimento substancial das condições prévias ao primeiro desembolso.

Art. 4º O prazo máximo para o exercício da presente autorização é de quinhentos e quarenta dias, contados a partir da vigência desta Resolução.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator

112018-03665





Senado Federal

Relatório de Registro de Presença
CAE, 22/05/2018 às 10h - 16ª, Ordinária
 Comissão de Assuntos Econômicos

PMDB	
TITULARES	SUPLENTES
RAIMUNDO LIRA	1. EDUARDO BRAGA
ROBERTO REQUIÃO PRESENTE	2. ROMERO JUCÁ
GARIBALDI ALVES FILHO PRESENTE	3. ELMANO FÉRRER
ROSE DE FREITAS	4. WALDEMIR MOKA
SIMONE TEBET	5. AIRTON SANDOVAL PRESENTE
VALDIR RAUPP PRESENTE	6. VAGO
FERNANDO BEZERRA COELHO PRESENTE	

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PDT, PT)	
TITULARES	SUPLENTES
GLEISI HOFFMANN PRESENTE	1. KÁTIA ABREU
HUMBERTO COSTA PRESENTE	2. FÁTIMA BEZERRA
JORGE VIANA PRESENTE	3. PAULO PAIM
JOSÉ PIMENTEL PRESENTE	4. REGINA SOUSA
LINDBERGH FARIAS	5. PAULO ROCHA PRESENTE
ACIR GURGACZ	6. RANDOLFE RODRIGUES PRESENTE

Bloco Social Democrata (PSDB, PV, DEM)	
TITULARES	SUPLENTES
TASSO JEREISSATI PRESENTE	1. ATAÍDES OLIVEIRA PRESENTE
RICARDO FERRAÇO PRESENTE	2. DALIRIO BEBER PRESENTE
JOSÉ SERRA	3. FLEXA RIBEIRO PRESENTE
RONALDO CAIADO	4. DAVI ALCOLUMBRE
JOSÉ AGRIPINO	5. MARIA DO CARMO ALVES PRESENTE

Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
TITULARES	SUPLENTES
OTTO ALENCAR PRESENTE	1. SÉRGIO PETECÃO
OMAR AZIZ	2. JOSÉ MEDEIROS
CIRO NOGUEIRA	3. BENEDITO DE LIRA PRESENTE

Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PPS, PSB, PCdoB, REDE, PODE)	
TITULARES	SUPLENTES
LÚCIA VÂNIA PRESENTE	1. VAGO
LÍDICE DA MATA PRESENTE	2. CRISTOVAM BUARQUE
VANESSA GRAZZIOTIN PRESENTE	3. VAGO

Bloco Moderador (PTB, PSC, PRB, PR, PTC)	
TITULARES	SUPLENTES
WELLINGTON FAGUNDES PRESENTE	1. PEDRO CHAVES PRESENTE
ARMANDO MONTEIRO PRESENTE	2. VAGO
TELMÁRIO MOTA PRESENTE	3. RODRIGUES PALMA PRESENTE



DECISÃO DA COMISSÃO

(MSF 37/2018)

A COMISSÃO APROVA O RELATÓRIO, QUE PASSA A CONSTITUIR O PARECER DA CAE, FAVORÁVEL NOS TERMOS DO PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO APRESENTADO.

22 de Maio de 2018

Senador TASSO JEREISSATI

Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos



Concluída a instrução das Mensagens n^os 35 a 37, de 2018, os Projetos de Resolução n^os 20 e 22, de 2018, apresentados como conclusão de Pareceres da CAE, ficarão perante a Mesa durante cinco dias úteis a fim de receberem emendas, nos termos do art. 235, II, "f", do Regimento Interno.



Requerimentos





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº 305, DE 2018

Requer, nos termos do art. 218 do Regimento Interno do Senado Federal, de acordo com as tradições da Casa, homenagem de pesar, consistente em inserção em ata de Voto de Pesar e apresentação de condolências à família, pelo falecimento do ex-deputado federal Walber Souza Guimarães, ocorrido no dia 06 de maio do corrente, em Maringá, no Paraná.

AUTORIA: Senador Alvaro Dias (PODE/PR)

DESPACHO: Encaminhe-se



[Página da matéria](#)



REQUERIMENTO Nº , DE 2018

Requeiro, nos termos do art. 218 do Regimento Interno do Senado Federal, de acordo com as tradições da Casa, homenagem de pesar, consistente em inserção em ata de Voto de Pesar e apresentação de condolências à família, pelo falecimento do ex-deputado federal Walber Souza Guimarães, ocorrido ontem, dia 6, em Maringá, no Paraná.

**JUSTIFICAÇÃO**

Maringá perdeu, ontem, uma de suas mais destacadas figuras políticas, que foi o ex-deputado federal **Walber Souza Guimarães**. Aos 85 anos, o veterano homem público vinha há tempos lutando contra um câncer e estava hospitalizado após delicada cirurgia.

Maranhense de Colinas, **Walber Guimarães** tornou-se maringaense por opção. Integrou-se de tal forma à vida da cidade que facilmente se elegeu vereador, em 1968, depois de conquistar a presidência do diretório municipal do antigo MDB. Ao final de seu mandato, ele também se formava em direito pela Universidade Estadual de Maringá.

O destaque que obteve por sua atuação como vereador fez com que se tornasse, na sequência, vice-prefeito do município, na



gestão do Silvio Barros, de 1973 a 1976. Extremamente ativo, durante aquela administração foi presidente da Companhia de Desenvolvimento, secretário de Viação e Obras Públicas e também secretário extraordinário.

Sua intensa atividade na prefeitura teve o reconhecimento da população não só do município, mas de toda a região, que o elegeu deputado federal em 1974. Novamente, seu desempenho, marcado por intensa atuação, obteve o reconhecimento dos maringaenses e paranaenses em geral, que o reelegeram para as duas legislaturas seguintes.

Na Câmara Federal ele chegou a ser corregedor, bem como segundo vice-presidente. Com a extinção do bipartidarismo, filiou-se ao Partido Popular (PP), do qual foi vice-líder. Apesar de sua imagem de conciliador e articulador, **Walber Guimarães** também tomou iniciativas desafiadoras, como participar, na condição de relator, de CPI criada, ainda sob o governo do último dos presidentes militares, o general João Figueiredo. O objetivo, que era investigar denúncias de atos de corrupção que teriam ocorrido no governo anterior, do general Ernesto Geisel, não foi alcançado, porque a maioria governista, do antigo PDS, não permitia que qualquer suspeito fosse convocado para ser ouvido. Mesmo assim, **Walber Guimarães** e seu colega paranaense Hélio Duque, do PMDB, sofreram ameaças extensivas familiares, o que os levou a pedirem garantias de vida ao então ministro da Justiça, Ibrahim Abi-Ackel.



Com a incorporação do PP ao PMDB em fevereiro de 1982, **Walber Guimarães** filiou-se a essa legenda, na qual conseguiu sua nova e última reeleição.

Walber Guimarães deixa viúva dona Esmeralda Vaz Guimarães e os filhos Roseane, Cristiane, Eliane e Walber Júnior.

Por sua intensa atuação na vida pública, tanto em Maringá quanto na Câmara Federal, estou certo de que **Walber Souza Guimarães** se faz merecedor desta homenagem que sinto-me honrado em propor, na forma de um **Voto de Pesar** pelo seu falecimento.

Sala das Sessões, 07 de maio de 2018

Senador **ALVARO DIAS**





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº 306, DE 2018

Requer, com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, informações ao Ministro da Justiça sobre a participação do Federal Bureau of Investigation, dos Estados Unidos, na Operação "Lava-Jato".

AUTORIA: Senadora Gleisi Hoffmann (PT/PR), Senador Humberto Costa (PT/PE), Senador José Pimentel (PT/CE), Senador Roberto Requião (PMDB/PR)

DESPACHO: À Comissão Diretora



[Página da matéria](#)





SENADO FEDERAL
GABINETE DA SENADORA GLEISI HOFFMANN

à comissão
Ministro.

em 22.05.18

[Handwritten signature]

REQUERIMENTO Nº 306, DE 2018

Requeremos, com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição (CF), combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), informações ao Ministro da Justiça e Segurança Pública, Torquato Lorena Jardim, sobre a participação do *Federal Bureau of Investigation* (FBI), dos Estados Unidos da América, na Operação “Lava-Jato”, especialmente os seguintes esclarecimentos:

- a) Como se deu essa participação?
- b) Qual foi a participação das autoridades brasileiras nesse processo?
- c) Houve o compartilhamento de provas entre os Estados Unidos da América e o Brasil? Como se deu esse compartilhamento?
- d) Quais provas foram produzidas no âmbito dessa cooperação internacional?
- e) Houve reuniões sigilosas? Por qual motivo? O que foi tratado nessas reuniões?
- f) Quais os resultados desse trabalho conjunto?

JUSTIFICAÇÃO

No início de fevereiro, foi realizado evento da *International Chamber of Commerce* Brasil (ICC Brasil), que reuniu agentes do *Federal Bureau of Investigation* (FBI); o diretor-geral da Polícia Federal, Fernando Segovia; o Corregedor-Geral da União, Antônio Carlos Vasconcelos

Nome legível: Edoardo A
Rubrica: _____
Assinatura: _____
Data: 13/05/18

1



SF/18657.81355-60

Página: 1/3 16/05/2018 18:05:57

819f3419f9cf165646ec50922822967664ad0ba5



SENADO FEDERAL
GABINETE DA SENADORA GLEISI HOFFMANN

Nóbrega; e mais de duzentos empresários. Nesse encontro, foram discutidas práticas de *compliance* e os programas de cooperação entre o Brasil e os Estados Unidos da América (EUA) em investigação de crimes de fraude, corrupção e lavagem de dinheiro.

Um dos destaques dos debates entre os participantes do evento foi o trabalho conjunto das polícias brasileira e norte-americana, em especial nas recentes investigações de lavagem de dinheiro. Leslie Backschie e Christopher Delzotto, representantes do FBI, destacaram o modelo de trabalho estabelecido com a Polícia Federal e o Ministério Público Federal brasileiros.

Ressalte-se que, no ano de 2014, após uma reunião do grupo anticorrupção da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), em Paris, onde os representantes brasileiros informaram sobre os esforços que vinham sendo feitos para combater a corrupção no Brasil, os EUA resolveram ampliar a equipe no País especializada em *Foreign Corrupt Practices Act* (FCPA).

Dessa forma, o FBI, antes mesmo de a Operação “Lava-Jato” ter se tornado conhecida do grande público, reforçou o time que investigava possíveis casos de corrupção em solo brasileiro no ano de 2014. A cooperação internacional em questão teria contribuído, por exemplo, para a prisão de diversos empresários no âmbito da referida operação e também para o *impeachment* da ex-presidente da República, Dilma Rousseff.

Os EUA, especialmente os especialistas do departamento de Justiça e do FBI, tratam com certa naturalidade o compartilhamento de provas entre os países, sem a necessidade de se passar pela burocracia exigida pelas normas processuais penais.

Entretanto, essa foi uma questão bastante criticada no âmbito da Operação “Lava-Jato”, desde o seu início, como, por exemplo, no caso em que o procurador da República Deltan Dallagnol obteve informações sobre contas de investigados na Suíça, supostamente de forma ilegal.

Diante desses fatos, e visando verificar eventual ilegalidade, entendemos ser de extrema importância o esclarecimento de diversas

2



SF/18657.81355-60

Página: 2/3 16/05/2018 18:05:57

819f3419f9cf165646ec50922822967664ad0ba5





SENADO FEDERAL
GABINETE DA SENADORA GLEISI HOFFMANN

questões referentes à participação da instituição norte-americana no âmbito de investigações realizadas no âmbito do território nacional, bem como sobre as provas produzidas no âmbito dessa cooperação internacional.

Sala das Sessões, 16 de maio de 2018.

Gleisi Hoffmann
Senadora GLEISI HOFFMANN

Senador LINDBERGH FARIAS

Roberto Requiao
Senador ROBERTO REQUIÃO

Sen. José Pimentel
Dr. Baccaro
Sen. José Pimentel

Amureto Costa Sen. Gilberto Costa
Líder da Minoria.



SF/18657.81355-60

Página: 3/3 16/05/2018 18:05:57

819f3419f9cf165646ec50922822967664ad0ba5





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº 307, DE 2018

Requer, nos termos do art. 255, inciso II, da alínea "c", item 12, do Regimento Interno do Senado Federal, que o Projeto de Lei do Senado nº 32, de 2017, seja submetido, também, ao exame da Comissão de Assuntos Econômicos, além da comissão constante do despacho inicial.

AUTORIA: Senador Humberto Costa (PT/PE)

DESPACHO: Inclua-se em Ordem do Dia oportunamente



[Página da matéria](#)





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Humberto Costa

REQUERIMENTO Nº DE 2018 – PLEN
(Projeto de Lei do Senado nº. 32 de 2017)



SF/18154.02114-50

Requeiro, nos termos do art. 255, inciso II, da alínea “c”, item 12, do Regimento Interno do Senado Federal, que o **Projeto de Lei do Senado nº32 de 2017**, que “*Altera a Lei nº. 9.456, de 25 de abril de 1997, que institui a Lei de Proteção de Cultivares para estender sua proteção à comercialização do produto final do processo de produção agrícola*” seja submetido, também, ao exame da Comissão de Assuntos Econômicos, além da comissão constante do despacho inicial.

Sala das Sessões, em de maio de 2018.

Senador **HUMBERTO COSTA**





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº 308, DE 2018

Requer, nos termos do art. 255, inciso II, da alínea "c", item 12, do Regimento Interno do Senado Federal, que o Projeto de Lei do Senado nº 32, de 2017, seja submetido, também, ao exame da Comissão de Assuntos Sociais, além da comissão constante do despacho inicial.

AUTORIA: Senador Humberto Costa (PT/PE)

DESPACHO: Inclua-se em Ordem do Dia oportunamente



[Página da matéria](#)





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Humberto Costa

REQUERIMENTO Nº DE 2018 – PLEN
(Projeto de Lei do Senado nº. 32 de 2017)



Requeiro, nos termos do art. 255, inciso II, da alínea “c”, item 12, do Regimento Interno do Senado Federal, que o **Projeto de Lei do Senado nº32 de 2017**, que “*Altera a Lei nº. 9.456, de 25 de abril de 1997, que institui a Lei de Proteção de Cultivares para estender sua proteção à comercialização do produto final do processo de produção agrícola*” seja submetido, também, ao exame da Comissão de Assuntos Sociais, além da comissão constante do despacho inicial.

Sala das Sessões, em de maio de 2018.

Senador **HUMBERTO COSTA**





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº 309, DE 2018

Requer, nos termos do artigo 255, II, "c", nº 12, do Regimento Interno do Senado Federal, que o Projeto de Lei do Senado nº 32, de 2017, seja apreciado pela Comissão de Meio Ambiente – CMA, além da comissão constante do despacho inicial.

AUTORIA: Senadora Regina Sousa (PT/PI)

DESPACHO: Inclua-se em Ordem do Dia oportunamente



[Página da matéria](#)



**REQUERIMENTO Nº _____, DE 2018**

Senhor Presidente,

Nos termos do artigo 255, II, “c”, nº 12, requero que o Projeto de Lei do Senado nº 32, de 2017, que “*Altera a Lei nº 9.456, de 25 de abril de 1997, que institui a Lei de Proteção de Cultivares para estender sua proteção à comercialização do produto final do processo de produção agrícola,*” seja apreciado pela Comissão de Meio Ambiente – CMA, além da comissão constante do despacho inicial.

JUSTIFICAÇÃO

O estímulo à atividade de guarda, troca e distribuição de todo o material genético (sementes, mudas, manivas, etc.) cultivado no campo estimula a conservação e o melhoramento vegetal *in situ*, e, portanto, a biodiversidade agrícola e a sustentabilidade dos pequenos agricultores familiares.

Essa prática previne a erosão genética e garante a conservação da agrobiodiversidade, tão necessária para criar alternativas às mudanças climáticas e a modificação das condições ambientais derivadas das alterações do uso da terra, nas circunvizinhanças das áreas de agricultura.

A relação do projeto de lei com questões socioambientais mostra-se evidente também pelo fato de pretender regular o patrimônio genético brasileiro, cuja proteção e regulação encontram-se previstas expressamente pelo artigo 225, § 1.º, II, da Constituição Federal.

Sala das Sessões, em

Senadora Regina Sousa
PT - PI





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº 310, DE 2018

Requer, nos termos do art. 218, inciso VII e 221 do Regimento Interno, do Senado Federal, VOTO DE PESAR pelo falecimento do Sr. Alberto Dines, jornalista e escritor, aos 86 anos, em São Paulo.

AUTORIA: Senador Lasier Martins (PSD/RS)



[Página da matéria](#)





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Lasier Martins

REQUERIMENTO Nº , DE 2018

Nos termos do art. 218, inciso VII e 221 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro VOTO DE PESAR pelo falecimento do Sr. **Alberto Dines**, jornalista e escritor, aos 86 anos, em São Paulo.

JUSTIFICAÇÃO

O Brasil perdeu hoje, um dos nomes mais proeminentes do seu jornalismo. O jornalista, professor universitário e escritor Alberto Dines nasceu em 19 de fevereiro de 1932, no Rio de Janeiro. Iniciou sua carreira no jornalismo em 1952 na revista "A Cena Muda" e, no ano seguinte, mudou-se para a revista "Visão" para cobrir assuntos ligados à vida artística, como teatro e cinema. Logo depois, passou a fazer reportagens sobre política.

Em 1957, ele trabalhou para a revista "Manchete", até se demitir da empresa. Em 1959, assumiu a direção do segundo caderno do jornal "Última Hora", de Samuel Wainer. Já em 1960, colaborou para o jornal "Tribuna da Imprensa".

Em 1960, convidado por João Calmon, dirigiu o jornal "Diário da Noite", dos "Diários Associados", de Assis Chateaubriand. Já em 1962 tornou-se editor-chefe do "Jornal do Brasil", no qual ficou por 12 anos. No jornal, ele coordenou uma grande reforma gráfica e criou novas seções.

Uma das suas grandes realizações foi a criação do Observatório da Imprensa, entidade civil, não-governamental, não corporativa e não-partidária que acompanha, junto com outras organizações da sociedade civil, o desempenho da mídia brasileira.

Escreveu mais de 15 livros, entre eles *Morte no paraíso, a tragédia de Stefan Zweig* (1981) e *Vínculos do fogo – Antônio José da Silva, o Judeu, e outras histórias da Inquisição em Portugal e no Brasil, Tomo I* (1992). O livro sobre Stefan Zweig foi adaptado para o cinema por Sylvio



SF/18613.41938-10





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador **Lasier Martins**

Back em 2002 no filme *Lost Zweig*. Alberto Dines também fala sobre Stefan Zweig no documentário do mesmo diretor.

Portanto, por toda a sua importância para o jornalismo e cultura brasileiros, encaminhamos este voto de pesar, à sua família e colaboradores de profissionais.

Sala das Sessões,

Senador Lasier Martins
(PSD-RS)





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº 312, DE 2018

Requer, nos termos do art. 49, inciso X, e do art. 50, § 2º da Constituição Federal, combinado com os arts. 215, inciso I, alínea a, e 216, do Regimento Interno do Senado Federal, e com o Ato da Mesa nº 1, de 2001, que sejam solicitadas informações ao Senhor Ministro de Estado de Minas e Energia, no âmbito da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP.

AUTORIA: Senador Jorge Viana (PT/AC)

DESPACHO: À Comissão Diretora



Página da matéria





REQUERIMENTO Nº , DE 2018

Em conformidade com o art. nº 49, inciso X, e o art. nº 50, § 2º, da Constituição da República Federativa do Brasil (CRFB), combinados com os arts. 215, inciso I, alínea *a*, e 216, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), e com o Ato da Mesa nº 1, de 2001, requieiro ao Senhor Ministro de Estado de Minas e Energia, no âmbito da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP, as seguintes informações:

1. Quais foram os preços médios do barril do petróleo em todos os meses de maio no período de 2014 a 2018?
2. Qual foi a produção de petróleo (barris/dia) da Petrobrás nos anos de 2014 a 2018?
3. Qual foi o investimento total realizado pela empresa nesse mesmo período (ano a ano)?
4. Qual foi a produção do pré-sal e do pós-sal (barris/dia) nos anos de 2014 a 2018?
5. Tendo em vista o aumento das alíquotas do PIS-COFINS Combustível em julho de 2017, qual foi a arrecadação total dessas contribuições em 2016, 2017 e 2018, mês a mês?

Com relação ao preço médio do combustível de veículos automotores (gasolina e diesel) nos anos de 2014 a 2018:

1. Quais foram os preços médios do barril de petróleo, mês a mês, nesse período?
2. Quais foram os preços médios praticados pela Petrobrás, pelas distribuidoras e pelos postos de revenda, mês a mês, no Brasil e no Estado do Acre?



2

3. O que explica a diferença de preços praticados no Estado do Acre e nos demais Estados da Federação?
4. O que pode ser feito para reduzir essa diferença?

Com relação ao preço médio do gás liquefeito de petróleo (GLP) para uso residencial, o botijão gás de 13 quilos, nos anos de 2014 a 2018:

1. Qual foi a produção de gás natural no Brasil, em metros cúbicos por dia (m³/dia) nesse período?
2. Quais foram os preços médios do botijão de gás de 13 quilos praticados pela Petrobrás, pelas distribuidoras e pelos postos de revenda, mês a mês, no Brasil e no Estado do Acre no período de 2014 a 2018?
3. Qual foi o consumo de botijão de gás de 13 quilos nesse período? Quantos botijões foram vendidos nesses anos?
4. O que explica a diferença de preços praticados no Estado do Acre e nos demais Estados da Federação?
5. O que pode ser feito para reduzir essa diferença?



JUSTIFICAÇÃO

Com a nova política de preços adotada pela Petrobrás, iniciada em julho de 2017, que considera a variação do dólar e o valor do barril do petróleo no mercado externo, os preços do gás de cozinha e da gasolina ficaram impraticáveis para a população mais necessitada.

Não bastasse essa nova política, o governo Temer decidiu aumentar o PIS-COFINS Combustível por meio do Decreto nº 9.101, de 20 de julho de 2017. Segundo a norma, a alíquota para gasolina subiu de R\$ 0,3816 para R\$ 0,7925 por litro (mais que o dobro), uma alta de R\$ 0,41



3

(receita extra de R\$ 5,191 bilhões). No caso do diesel, o aumento foi de R\$ 0,2480 para R\$ 0,4615 por litro, uma alta de R\$ 0,21 (arrecadação de mais R\$ 3,962 bilhões). Para o etanol, houve aumentos diferenciados para produtores e distribuidores. No primeiro grupo, a alíquota do PIS/Cofins subiu de R\$ 0,12 para R\$ 0,1309, (arrecadação adicional de R\$ 114,9 milhões). Já para os distribuidores, ela saiu de zero para R\$ 0,1964, (reforço adicional de R\$ 1,152 bilhão aos cofres públicos). A arrecadação extra foi de R\$ 10,4 bilhões só em 2017. Segundo o próprio governo, o aumento do PIS-COFINS foi responsável pelo aumento de 7% para os consumidores.

Apesar de a inflação oficial de julho de 2017 e abril de 2018 ter sido de 2,68%, o preço da gasolina nas refinarias subiu 57% e o do diesel subiu 57,8% nesse mesmo período. Foram 115 reajustes consecutivos desde então. Quanto ao gás de cozinha, em 2017 o aumento foi de quase 70%. Segundo o IBGE, em 2017, 1,2 milhão de domicílios passaram a cozinhar com fogão a lenha. Nos governos do PT, o preço do gás ficou congelado por treze anos, favorecendo, principalmente, as famílias mais pobres.

No Acre, em localidades como Santa Rosa do Purus, o botijão de gás está custando R\$ 250,00 e o litro da gasolina bateu R\$ 10,00.

Por causa desses preços exorbitantes, a população tem evitado o carro, a moto, o barco a motor e o fogão a gás. No Acre muitas famílias estão sendo obrigadas a utilizar o fogão a lenha pois não têm mais condições de comprar um botijão de gás. O barco a motor está sendo substituído pelo barco a remo e pela canoa devido ao preço impraticável do combustível. Os mais necessitados têm sofrido com a política de preços de combustível e gás do atual governo.



4

Com o presente requerimento, espero ter apoio dos meus pares para jogar luz em assunto de relevante interesse para o meu Estado e para o Brasil.

Sala das Sessões,

Senador JORGE VIANA



Retificação



A Presidência retifica o despacho inicial do Ofício "S" nº 19, de 2018, encaminhando-o à CAS.



DELIBERAÇÕES DA ORDEM DO DIA

Projeto de Lei da Câmara nº 102/2015 - Complementar





Senado Federal
55ª Legislatura
4ª Sessão Legislativa Ordinária

Votação Aberta

Projeto de Lei da Câmara nº 102, de 2015 (Complementar), com ajustes de redação.

Altera a Lei Complementar nº 94, de 1998, a fim de incluir novos municípios na Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno - RIDE.

Matéria **PLC 102/2015**

Início Votação **22/05/2018 17:07:34** Término Votação **22/05/2018 17:42:54**

Sessão **73º Sessão Deliberativa Ordinária**

Data Sessão **22/05/2018 14:00:00**

Partido	Orientação	
DEM	SIM	
PROS	SIM	

Partido	UF	Nome Senador	Voto
PSDB	MG	Aécio Neves	SIM
PMDB	SP	Airton Sandoval	SIM
PODE	PR	Alvaro Dias	SIM
PP	RS	Ana Amélia	SIM
PDT	RR	Ângela Portela	SIM
PSDB	MG	Antonio Anastasia	SIM
PSB	SE	Antonio C Valadares	SIM
PTB	PE	Armando Monteiro	SIM
PSDB	TO	Ataídes Oliveira	SIM
PP	AL	Benedito de Lira	SIM
PSDB	PB	Cássio Cunha Lima	SIM
PPS	DF	Cristovam Buarque	SIM
PSDB	SC	Dalirio Beber	SIM
PMDB	SC	Dário Berger	SIM
PSDB	SE	Eduardo Amorim	SIM
PMDB	AM	Eduardo Braga	SIM
PRB	RJ	Eduardo Lopes	SIM
PODE	PI	Elmano Férrer	SIM
PMDB	PE	Fernando Coelho	SIM
PTC	AL	Fernando Collor	SIM
PSDB	PA	Flexa Ribeiro	SIM
PMDB	RN	Garibaldi Alves Filho	SIM
PP	AC	Gladson Cameli	SIM
PT	PR	Gleisi Hoffmann	SIM
PROS	DF	Hélio José	SIM
PT	PE	Humberto Costa	SIM
PP	RO	Ivo Cassol	SIM
PMDB	MA	João Alberto Souza	SIM
PSB	AP	João Capiberibe	SIM
PT	AC	Jorge Viana	SIM
PMDB	PB	José Maranhão	SIM
PODE	MT	José Medeiros	SIM
PT	CE	José Pimentel	NÃO
PSDB	SP	José Serra	SIM
PSD	RS	Lasier Martins	SIM
PSB	BA	Lídice da Mata	SIM
PT	RJ	Lindbergh Farias	SIM

Emissão 22/05/2018 17:42:58



Senado Federal
55ª Legislatura
4ª Sessão Legislativa Ordinária

Votação Aberta

Projeto de Lei da Câmara nº 102, de 2015 (Complementar), com ajustes de redação.

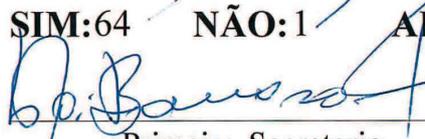
Altera a Lei Complementar nº 94, de 1998, a fim de incluir novos municípios na Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno - RIDE.

Matéria **PLC 102/2015** Início Votação **22/05/2018 17:07:34** Término Votação **22/05/2018 17:42:54**
Sessão **73º Sessão Deliberativa Ordinária** Data Sessão **22/05/2018 14:00:00**

DEM	SE	Maria do Carmo Alves	SIM
PMDB	SP	Marta Suplicy	SIM
PSD	AM	Omar Aziz	SIM
PSD	BA	Otto Alencar	SIM
PSDB	SC	Paulo Bauer	SIM
PT	PA	Paulo Rocha	SIM
PRB	MS	Pedro Chaves	SIM
PSD	PB	Raimundo Lira	SIM
REDE	AP	Randolfe Rodrigues	SIM
PT	PI	Regina Sousa	SIM
-	DF	Reguffe	SIM
PSDB	ES	Ricardo Ferraço	SIM
PP	BA	Roberto Muniz	SIM
PMDB	PR	Roberto Requião	SIM
PSDB	MA	Roberto Rocha	SIM
PR	MT	Rodrigues Palma	SIM
PODE	RJ	Romário	SIM
DEM	GO	Ronaldo Caiado	SIM
PSD	AC	Sérgio Petecão	SIM
PMDB	MS	Simone Tebet	SIM
PSDB	CE	Tasso Jereissati	SIM
PTB	RR	Telmário Mota	SIM
PMDB	RO	Valdir Raupp	SIM
PCdoB	AM	Vanessa Grazziotin	SIM
PMDB	MS	Waldemir Moka	SIM
PR	MT	Wellington Fagundes	SIM
DEM	GO	Wilder Moraes	SIM
PMDB	MG	Zeze Perrella	SIM

Presidente: Eunicio Oliveira

SIM:64 NÃO:1 ABST.: 0 PRESIDENTE:1 TOTAL:66


Primeiro-Secretario

Emissão 22/05/2018 17:42:58



Mensagem nº 30/2018



Senado Federal
55ª Legislatura
4ª Sessão Legislativa Ordinária

Votação Secreta

Mensagem nº 30, de 2018 - Marcos Bezerra Abbott Galvão (União Europeia).

Indicação do Senhor Marcos Bezerra Abbott Galvão, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário, Chefe da Missão do Brasil junto à União Europeia, em Bruxelas.

Matéria **MSF 30/2018**

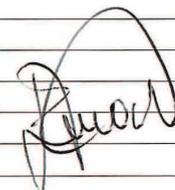
Início Votação **22/05/2018 17:44:19** Término Votação **22/05/2018 17:58:46**

Sessão **73º Sessão Deliberativa Ordinária**

Data Sessão

22/05/2018 14:00:00

Partido	UF	Nome Senador	Voto
PMDB	SP	Airton Sandoval	SECRETO
PP	RS	Ana Amélia	SECRETO
PSDB	MG	Antonio Anastasia	SECRETO
PSB	SE	Antonio C Valadares	SECRETO
PTB	PE	Armando Monteiro	SECRETO
PP	AL	Benedito de Lira	SECRETO
PPS	DF	Cristovam Buarque	SECRETO
PSDB	SC	Dalirio Beber	SECRETO
PMDB	SC	Dário Berger	SECRETO
PSDB	SE	Eduardo Amorim	SECRETO
PRB	RJ	Eduardo Lopes	SECRETO
PMDB	RN	Garibaldi Alves Filho	SECRETO
PROS	DF	Hélio José	SECRETO
PT	PE	Humberto Costa	SECRETO
PP	RO	Ivo Cassol	SECRETO
PSB	AP	João Capiberibe	SECRETO
PT	AC	Jorge Viana	SECRETO
PMDB	PB	José Maranhão	SECRETO
PODE	MT	José Medeiros	SECRETO
PT	CE	José Pimentel	SECRETO
PSDB	SP	José Serra	SECRETO
PSD	RS	Lasier Martins	SECRETO
PSB	BA	Lídice da Mata	SECRETO
PSB	GO	Lúcia Vânia	SECRETO
DEM	SE	Maria do Carmo Alves	SECRETO
PMDB	SP	Marta Suplicy	SECRETO
PSD	BA	Otto Alencar	SECRETO
PSDB	SC	Paulo Bauer	SECRETO
PT	PA	Paulo Rocha	SECRETO
PRB	MS	Pedro Chaves	SECRETO
REDE	AP	Randolfé Rodrigues	SECRETO
PT	PI	Regina Sousa	SECRETO
-	DF	Reguffe	SECRETO
PSDB	ES	Ricardo Ferraço	SECRETO
PP	BA	Roberto Muniz	SECRETO
PSDB	MA	Roberto Rocha	SECRETO
PR	MT	Rodrigues Palma	SECRETO
PODE	RJ	Romário	SECRETO
DEM	GO	Ronaldo Caiado	SECRETO
PODE	ES	Rose de Freitas	SECRETO
PSD	AC	Sérgio Petecão	SECRETO



Emissão 22/05/2018 17:58:49



Senado Federal
55ª Legislatura
4ª Sessão Legislativa Ordinária

Votação Secreta

Mensagem nº 30, de 2018 - Marcos Bezerra Abbott Galvão (União Europeia).

Indicação do Senhor Marcos Bezerra Abbott Galvão, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário, Chefe da Missão do Brasil junto à União Europeia, em Bruxelas.

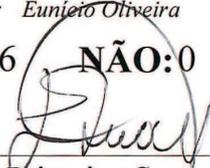
Matéria **MSF 30/2018** Início Votação **22/05/2018 17:44:19** Término Votação **22/05/2018 17:58:46**

Sessão **73º Sessão Deliberativa Ordinária** Data Sessão **22/05/2018 14:00:00**

PMDB	MS	Simone Tebet	SECRETO
PSDB	CE	Tasso Jereissati	SECRETO
PTB	RR	Telmário Mota	SECRETO
PMDB	RO	Valdir Raupp	SECRETO
PMDB	MS	Waldemir Moka	SECRETO
PR	MT	Wellington Fagundes	SECRETO

Presidente: *Eunício Oliveira*

SIM:46 NÃO:0 ABST.: 1 PRESIDENTE:0 TOTAL:47


 Primeiro-Secretario

Emissão 22/05/2018 17:58:49



Requerimento nº 311/2018





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº 311, DE 2018

Requer, nos termos do artigo 336, inciso II do RISF, urgência para o PRS 18/2018.

AUTORIA: Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional



[Página da matéria](#)



*Aprovado
Em 22/5/2018
Pue*

Requerimento nº 311/2018

*Aprovado
em 10/05/2018*

F. Collor
Senador FERNANDO COLLOR
Presidente da CP*

REQUERIMENTO Nº 311, DE 2018 – CRE

Nos termos do art. 336, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro urgência na tramitação do Projeto de Resolução do Senado nº 18, de 2018, que “institui o Grupo Parlamentar de Amizade Brasil - República Popular Democrática da Coreia”, para que se proceda à deliberação da matéria pelo Plenário desta Casa.

JUSTIFICAÇÃO

O Projeto de Resolução do Senado nº 18/2018 visa criar no âmbito do Congresso Nacional um Grupo Parlamentar de Amizade entre o Brasil e a República Popular Democrática da Coreia. Em encontro na Assembleia Popular Suprema da República Popular Democrática da Coreia, o Senhor Senador Fernando Collor, autor do Projeto de Resolução do Senado nº 18, de 2018, reiterou a intenção de criar, até o final de maio corrente, o grupo parlamentar de amizade Brasil - República Popular Democrática da Coreia, destacando a disposição de fortalecimento das relações bilaterais entre os dois países, sobretudo pelo momento histórico por que passa a península Coreana. Vale ressaltar que o Brasil é o único País das Américas a ter Representação Diplomática em Pyongyang e Seul. Nesse contexto, faz-se necessária a aprovação do presente requerimento de urgência de forma que o Grupo Parlamentar de Amizade seja instalado com brevidade.

Sala da Comissão, em 10 de maio de 2018.

Recebido em 10 / 5 / 18
Hora: 14:20
[Signature]
Carolina Monteiro Duarte Mourão
Matricula: 231013 SLSF/SGM

[Signature]
Sen. VANESSA
GIRAZZIOTIN

[Signature]
Sen. PEDRO
CHAVES





Senado Federal

Relatório de Registro de Presença
CRE, 10/05/2018 às 09h - 17ª, Extraordinária
Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

PMDB	
TITULARES	SUPLENTES
EDISON LOBÃO	1. VAGO
JOÃO ALBERTO SOUZA	2. VALDIR RAUPP PRESENTE
ROBERTO REQUIÃO PRESENTE	3. HÉLIO JOSÉ PRESENTE
ROMERO JUCÁ	4. MARTA SUPPLY PRESENTE
FERNANDO BEZERRA COELHO PRESENTE	

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PDT, PT)	
TITULARES	SUPLENTES
GLEISI HOFFMANN	1. FÁTIMA BEZERRA
KÁTIA ABREU	2. JOSÉ PIMENTEL PRESENTE
JORGE VIANA	3. PAULO PAIM PRESENTE
LINDBERGH FARIAS	4. HUMBERTO COSTA

Bloco Social Democrata (PSDB, PV, DEM)	
TITULARES	SUPLENTES
ANTONIO ANASTASIA PRESENTE	1. CÁSSIO CUNHA LIMA
PAULO BAUER	2. RONALDO CAIADO
RICARDO FERRAÇO	3. FLEXA RIBEIRO
JOSÉ AGRIPINO PRESENTE	4. TASSO JEREISSATI

Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
TITULARES	SUPLENTES
LASIER MARTINS PRESENTE	1. JOSÉ MEDEIROS PRESENTE
ANA AMÉLIA PRESENTE	2. GLADSON CAMELI

Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PPS, PSB, PCdoB, REDE, PODE)	
TITULARES	SUPLENTES
CRISTOVAM BUARQUE PRESENTE	1. VANESSA GRAZZIOTIN PRESENTE
VAGO	2. RANDOLFE RODRIGUES

Bloco Moderador (PTB, PSC, PRB, PR, PTC)	
TITULARES	SUPLENTES
FERNANDO COLLOR PRESENTE	1. WELLINGTON FAGUNDES PRESENTE
PEDRO CHAVES PRESENTE	2. ARMANDO MONTEIRO

Não Membros Presentes

DÁRIO BERGER
 PAULO ROCHA

Confere com o original

258328



10/05/2018 13:14:39

Página 3 de 3

Parte integrante do Avulso do RQS nº 311 de 2018.

Página 1 de 1



MATÉRIAS E DOCUMENTOS DIVERSOS

PARECERES APROVADOS EM COMISSÕES





SENADO FEDERAL

PARECER (SF) Nº 35, DE 2018

Da COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, sobre o Projeto de Lei do Senado nº188, de 2014, do Senador Randolfe Rodrigues, que Acrescenta inciso IV ao § 3º do art. 198 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional, para permitir a divulgação, por parte da Fazenda Pública, dos beneficiários de renúncia de receita.

PRESIDENTE: Senador Tasso Jereissati

RELATOR: Senadora Lúcia Vânia

22 de Maio de 2018



PARECER Nº , DE 2018

Da COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 188, de 2014 – Complementar, do Senador Randolfê Rodrigues, que *acrescenta inciso IV ao § 3º do art. 198 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 – Código Tributário Nacional, para permitir a divulgação, por parte da Fazenda Pública, dos beneficiários de renúncia de receita.*



RELATORA: Senadora **LÚCIA VÂNIA**

I – RELATÓRIO

Vem ao exame desta Comissão o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 188, de 2014 – Complementar, que *acrescenta inciso IV ao § 3º do art. 198 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 – Código Tributário Nacional, para permitir a divulgação, por parte da Fazenda Pública, dos beneficiários de renúncia de receita.*

A proposição é composta de dois dispositivos. Por meio do art. 1º, insere-se novo inciso no § 3º do art. 198 do Código Tributário Nacional (CTN), norma que prevê hipóteses não abrangidas pela regra do sigilo fiscal. Estabelece o referido comando não ser vedada a divulgação de informações relativas a representações fiscais para fins penais, a inscrições na dívida ativa da Fazenda Pública e a parcelamento ou moratória. O novo inciso, a ser inserido pelo PLS, prevê que também não será vedada a divulgação de informações relativa a beneficiários de renúncia de receita.

O art. 2º do projeto estabelece a cláusula de vigência, ao dispor que a lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Na justificção, o autor da proposição sustenta que a sociedade deve ter acesso facilitado às atividades de governo relativas ao uso de verbas públicas, o que fundamentaria o objetivo do projeto, que é autorizar a Fazenda Pública a divulgar quem são os beneficiários de renúncia de receita,



sem que isso configure violação ao sigilo fiscal, resguardado pelo *caput* do art. 198 do CTN. Na visão do proponente, privar o cidadão brasileiro de ter acesso a informações dessa natureza cerceia a capacidade de fiscalizar o governo e de questionar eventuais “benevolências” indevidas concedidas a pessoas físicas e jurídicas.

A matéria foi distribuída à Comissão de Assuntos Econômicos em 22 de maio de 2014.

É de se registrar que não foram apresentadas emendas até o presente momento.

II – ANÁLISE

De acordo com o inciso IV do art. 99 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), compete à CAE opinar sobre proposições pertinentes a normas gerais de direito tributário, matéria reservada à lei complementar, conforme estabelece o inciso III do art. 146 da Constituição Federal.

No tocante à constitucionalidade, inexistem vícios que maculem o projeto, pois a iniciativa não se insere entre aquelas privativas de outros Poderes e a União tem competência para legislar sobre direito tributário, nos termos dos arts. 24, inciso I, e 48, inciso I, ambos da Constituição Federal.

Relativamente à técnica legislativa, foram atendidas as normas regimentais e as disposições da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis. Entretanto, ao ser inserido inciso IV ao § 3º do art. 198 do CTN, não foi previsto sinal pontilhado que indicasse a manutenção dos demais incisos em vigor, o que foi ajustado na emenda que ora apresentamos.

Quanto ao mérito, entendemos que o projeto merece aprovação. Nos termos do § 1º do art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF (Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000) a expressão renúncia de receita compreende anistia, remissão, subsídio, crédito presumido, concessão de isenção em caráter não geral, alteração de alíquota ou modificação de base de cálculo que implique redução discriminada de tributos ou contribuições, e outros benefícios que correspondam a tratamento diferenciado. Em outras palavras, são beneficiários de renúncia de receita aqueles contribuintes que usufruam de benefício ou incentivo tributário concedido pelo Poder Público.



Os benefícios ou incentivos de natureza tributária impactam, em regra, as contas públicas, pois acarretam redução das receitas arrecadadas pelo Estado. Podem ser concedidos, por exemplo, para fomentar o exercício de determinada atividade econômica ou possibilitar a instalação de empreendimento em determinada localidade. Por isso, são denominados de gastos tributários.

A Constituição Federal exige certa transparência em relação aos gastos tributários ao determinar, no § 6º de seu art. 165, que o projeto de lei orçamentária será acompanhado de demonstrativo regionalizado do efeito, sobre as receitas e despesas, decorrente de isenções, anistias, remissões, subsídios e benefícios de natureza financeira, tributária e creditícia. Com fundamento nesse dispositivo, a Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) elabora o documento intitulado Demonstrativo dos Gastos Governamentais Indiretos de Natureza Tributária (DGT) para acompanhar o Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA).

Para que se tenha ideia do volume de recursos públicos envolvidos, segundo dados estimados no DGT – PLOA/2018, há mais de R\$ 283,4 bilhões de renúncia de receita tributária previstos para o ano de 2018, somente em âmbito federal. O montante, portanto, é elevadíssimo e sua alocação, ainda que indireta, deve ser fiscalizada pelos órgãos de controle e pela sociedade.

A eficiência dessa fiscalização depende da divulgação não só dos montantes relativos à renúncia de receita, mas também dos beneficiários dos incentivos fiscais. Por isso, ao prever a possibilidade de divulgação dos beneficiários de renúncia de receita, o PLS nº 188, de 2014 – Complementar, prestigia o princípio da publicidade, que norteia a conduta da Administração Pública em conjunto com os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade e eficiência, conforme prevê o art. 37 da Constituição Federal.

Em razão da transparência em relação aos beneficiários, poderá a sociedade controlar de modo adequado a alocação indireta de recursos públicos. Os benefícios tributários poderão ser fiscalizados pela opinião pública caso violem a isonomia ou sejam desprovidos de fundamento social ou econômico para sua concessão.

Para que não haja violação indevida da intimidade, vida privada, honra e imagem das pessoas, parece importante alterar a redação do futuro dispositivo para que seja autorizada divulgação de informações apenas de



incentivos ou benefícios fiscais de natureza setorial cujos beneficiários sejam pessoas jurídicas.

Restringem-se, com isso, as informações que serão prestadas, de maneira a prestigiar o conhecimento apenas daquilo que tem relevância para a sociedade, que são os incentivos de natureza setorial. De modo mais preciso, pode-se dizer que a divulgação relevante se refere aos benefícios destinados a determinados setores produtivos. São esses benefícios que podem, por diversos fatores, distorcer indevidamente o princípio da isonomia. Assim, a divulgação é importante para evitar que benefícios sejam mantidos sem os resultados que deles se esperam.

Parece não haver razão, nessa linha, para tornar públicas informações de benefícios fiscais usufruídos por pessoas físicas, pela razão de não constituírem benefícios setoriais, como pela exposição indevida desses beneficiários. É o caso de pessoas com deficiência que usufruem, por exemplo, de isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) na aquisição de automóveis, nos termos da Lei nº 8.989, de 24 de fevereiro de 1995. Preserva-se, assim, o sigilo fiscal dos contribuintes sem comprometer o objetivo da proposição.

Ainda no campo do sigilo fiscal, cabe aproveitar a oportunidade para resolver questão de relevante importância fiscalizatória. Trata-se da previsão de dispositivo que autorize os agentes do Fisco a confirmarem, a pedido de autoridade administrativa, informação prestada por beneficiário, inclusive de pessoa relacionada, de ação ou programa de governo que acarrete despesa pública.

A previsão de norma dessa natureza pode evitar o recebimento de benefício por quem não preencha os requisitos de renda, por exemplo, eventualmente exigidos pelas normas que regulam determinados programas governamentais. A autoridade administrativa poderia, portanto, requerer confirmação à Secretaria da Receita Federal do Brasil de que aquela pessoa, ao menos de acordo com as informações fiscais disponíveis, cumpre os pré-requisitos do programa.

De acordo com a norma proposta, ficaria vedado o encaminhamento de documento contendo informações sobre a situação econômica ou financeira do contribuinte. A informação a ser prestada pelo Fisco seria restrita à confirmação de informação prestada pelo próprio beneficiário.



6

5

É inequívoco o mérito dessa alteração legislativa, visto que apenas facilita o combate ao recebimento indevido de vantagens por quem não esteja abrangido por determinado programa de governo.

III – VOTO

Ante o exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 188, de 2014 – Complementar, com a seguinte emenda:

EMENDA Nº 1 - CAE

Dê-se ao art. 1º do Projeto de Lei do Senado nº 188, de 2014 – Complementar, a seguinte redação:

“Art 1º

‘Art. 198.

§ 1º

III – solicitação de autoridade administrativa ou de órgão público para confirmação de informação prestada por beneficiário, inclusive de pessoa relacionada, de ação ou programa que acarrete despesa pública, nos termos da lei.

§ 3º

IV – incentivo ou benefício de natureza tributária, quando setorial, cujo beneficiário seja pessoa jurídica.

§ 4º Fica vedado o encaminhamento de documento contendo informações sobre a situação econômica ou financeira do sujeito passivo para a confirmação de que trata o inciso III do § 1º deste artigo.’ (NR)”

Sala da Comissão,

, Presidente



, Relatora

67



SF/18495.93899-44





8

Senado Federal

Relatório de Registro de Presença
CAE, 22/05/2018 às 10h - 16ª, Ordinária
 Comissão de Assuntos Econômicos

PMDB	
TITULARES	SUPLENTES
RAIMUNDO LIRA	1. EDUARDO BRAGA
ROBERTO REQUIÃO PRESENTE	2. ROMERO JUCÁ
GARIBALDI ALVES FILHO PRESENTE	3. ELMANO FÉRRER
ROSE DE FREITAS	4. WALDEMIR MOKA
SIMONE TEBET	5. AIRTON SANDOVAL PRESENTE
VALDIR RAUPP PRESENTE	6. VAGO
FERNANDO BEZERRA COELHO PRESENTE	

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PDT, PT)	
TITULARES	SUPLENTES
GLEISI HOFFMANN PRESENTE	1. KÁTIA ABREU
HUMBERTO COSTA PRESENTE	2. FÁTIMA BEZERRA
JORGE VIANA PRESENTE	3. PAULO PAIM
JOSÉ PIMENTEL PRESENTE	4. REGINA SOUSA
LINDBERGH FARIAS	5. PAULO ROCHA PRESENTE
ACIR GURGACZ	6. RANDOLFE RODRIGUES PRESENTE

Bloco Social Democrata (PSDB, PV, DEM)	
TITULARES	SUPLENTES
TASSO JEREISSATI PRESENTE	1. ATAÍDES OLIVEIRA PRESENTE
RICARDO FERRAÇO PRESENTE	2. DALIRIO BEBER PRESENTE
JOSÉ SERRA	3. FLEXA RIBEIRO PRESENTE
RONALDO CAIADO	4. DAVI ALCOLUMBRE
JOSÉ AGRIPINO	5. MARIA DO CARMO ALVES PRESENTE

Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
TITULARES	SUPLENTES
OTTO ALENCAR PRESENTE	1. SÉRGIO PETECÃO
OMAR AZIZ	2. JOSÉ MEDEIROS
CIRO NOGUEIRA	3. BENEDITO DE LIRA PRESENTE

Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PPS, PSB, PCdoB, REDE, PODE)	
TITULARES	SUPLENTES
LÚCIA VÂNIA PRESENTE	1. VAGO
LÍDICE DA MATA PRESENTE	2. CRISTOVAM BUARQUE
VANESSA GRAZZIOTIN PRESENTE	3. VAGO

Bloco Moderador (PTB, PSC, PRB, PR, PTC)	
TITULARES	SUPLENTES
WELLINGTON FAGUNDES PRESENTE	1. PEDRO CHAVES PRESENTE
ARMANDO MONTEIRO PRESENTE	2. VAGO
TELMÁRIO MOTA PRESENTE	3. RODRIGUES PALMA PRESENTE



DECISÃO DA COMISSÃO

(PLS 188/2014)

A COMISSÃO APROVA O RELATÓRIO, QUE PASSA CONSTITUIR O PARECER DA CAE, FAVORÁVEL AO PROJETO, COM A EMENDA Nº 1-CAE.

22 de Maio de 2018

Senador TASSO JEREISSATI

Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos





SENADO FEDERAL

PARECER (SF) Nº 36, DE 2018

Da COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, sobre a Mensagem (SF) nº35, de 2018, que Propõe, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição, seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até US\$ 70,000,000.00 (setenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre o Município de Sorocaba, no Estado de São Paulo e a Corporação Andina de Fomento - CAF, cujos recursos se destinam ao financiamento parcial do “Programa Ambiental e de Otimização Viária de Sorocaba - Mobilidade Total”.

PRESIDENTE: Senador Tasso Jereissati

RELATOR: Senador Armando Monteiro

22 de Maio de 2018





SENADO FEDERAL
Senador Armando Monteiro

PARECER Nº , DE 2018

Da COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, sobre a Mensagem do Senado Federal (MSF) nº 35, de 2018, da Presidência da República (nº 217, de 27 de abril de 2018, na origem), que *propõe, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição, seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até US\$ 70.000.000,00 (setenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre o Município de Sorocaba, Estado de São Paulo, e a Corporação Andina de Fomento – CAF, cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do “Programa Ambiental e de Otimização Viária de Sorocaba - Mobilidade Total”*.

Relator: Senador **ARMANDO MONTEIRO**

I – RELATÓRIO

É submetido à apreciação do Senado Federal pleito do Município de Sorocaba (SP), que solicita autorização para contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com a Corporação Andina de Fomento (CAF).

Os recursos dessa operação de crédito destinam-se ao financiamento parcial do “Programa Ambiental e de Otimização Viária de



SF/18287.25726-17



Sorocaba – Mobilidade Total”, que tem como objetivo geral “melhorar as condições de infraestrutura urbana, dando continuidade à ampliação e revitalização da rede viária, a otimização do transporte coletivo e, também, disponibilizando espaços para lazer, cultura e preservação ambiental”.

A operação de crédito externo pretendida encontra-se com suas condições financeiras devidamente incluídas no Sistema de Registro de Operações Financeiras (ROF) do Banco Central do Brasil (BACEN).

Com efeito, ela será contratada com base na taxa de juros *LIBOR* semestral, acrescida de *spread*, a ser definido na data de assinatura do contrato, devendo apresentar custo efetivo da ordem de 4,3% ao ano, fluante com a variação da *LIBOR*, inferior ao custo máximo aceitável pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN) para essa modalidade de financiamento, que se situa em 6,31% ao ano.

II – ANÁLISE

De imediato, constata-se que a atual situação de endividamento do Município de Sorocaba (SP) comporta a assunção de novas obrigações financeiras advindas com a contratação desse novo empréstimo.

Como ressaltado no Parecer SEI nº 503 da Coordenação-Geral de Operações de Crédito dos Estados e Municípios – COPEM, da STN, de 22 de novembro de 2017, anexo à Mensagem encaminhada ao Senado Federal, o Município de Sorocaba (SP) atende os limites definidos nas Resoluções nºs 40 e 43, de 2001, do Senado Federal, especialmente os referentes ao montante anual passível de contratação de operações de crédito; ao volume máximo de comprometimento da receita corrente líquida com amortizações, juros e demais encargos financeiros da dívida consolidada e o que se refere ao montante da dívida consolidada dos municípios.

Fundamentada nos parâmetros utilizados para avaliar o risco de a União conceder a garantia solicitada, a STN entendeu que o Município de Sorocaba (SP) apresenta suficiência das contragarantias oferecidas e capacidade de pagamento para fazer frente a esse acréscimo de endividamento.

Assim, embasada em estudo sobre o comprometimento das transferências federais e das receitas próprias do Município, afirma que há disponibilidades financeiras para a cobertura das obrigações advindas do empréstimo, pois as margens disponíveis apuradas são suficientes para



cobrir eventual dívida que venha a ser honrada pela União, conforme consignado na Nota Técnica SEI nº 11, de 14 de novembro de 2017, da Coordenação-Geral de Haveres Financeiros – COAFI, da STN.

Ainda nesse contexto, cabe destacar a previsão do oferecimento de contragarantias por parte do Município de Sorocaba (SP), conforme os termos da Lei Municipal nº 10.916, de 30 de julho de 2014, e suas alterações posteriores, autorizativa da presente operação de crédito. Para tanto, é prevista a formalização de contrato entre o Município e o Tesouro Nacional para a concessão de contragarantias, sob a forma de vinculação das receitas a que se referem os arts. 158 e 159, complementadas pelas receitas tributárias de que trata o art. 156, nos termos do art. 167, § 4º, todos da Constituição Federal, e de outras em direito admitidas. Destaque-se, entretanto, que não há registro de compromissos honrados pela União em nome do Município de Sorocaba (SP) nos últimos anos.

Mais ainda, de acordo com a Coordenação-Geral das Relações e Análise Financeira dos Estados e Municípios – COREM, da STN, em sua Nota SEI nº 1, de 1 de novembro de 2017, os resultados financeiros obtidos na análise demonstram que o Município possui capacidade de pagamento “A-”, suficiente para fazer frente aos encargos da dívida, considerada inclusive os da operação de crédito pleiteada. Possui, portanto, situação fiscal muito forte e risco de crédito muito baixo, sendo, portanto, elegível para recebimento da garantia da União.

Por fim, quanto às exigências de adimplência, fica destacado no processado que o Município de Sorocaba (SP) não possui pendências com a União relativamente aos financiamentos e refinanciamentos dela recebidos. Quanto à verificação de adimplência financeira do Município em relação à Administração Pública Federal e suas entidades controladas, inclusive sobre a prestação de contas dos recursos dela recebidos, nos termos da Resolução nº 41, de 2009, do Senado Federal, a adimplência referida deverá ser verificada por ocasião da assinatura do contrato de garantia.

Em suma, satisfeitas as condições financeiras estipuladas pelas referidas resoluções do Senado Federal, não há motivos, do ponto de vista técnico, para se negar a autorização do Senado ao pleito em exame.

Portanto, estão sendo observadas as exigências definidas na Resolução do Senado Federal nº 48, de 2007, e no art. 40 da Lei de Responsabilidade Fiscal, quanto às exigências e condições para a prestação de garantia por parte da União.



Em conclusão, a operação de crédito em exame atende as exigências previstas nos arts. 6º, 7º e 21 da Resolução nº 43, de 2001, observando, assim, os limites de endividamento nela estabelecidos, assim como o previsto na Resolução nº 40, de 2001, também do Senado Federal.

As demais condições e exigências estipuladas pelas Resoluções nºs 48, de 2007, e 40 e 43, de 2001, são atendidas pelo Município de Sorocaba (SP), conforme evidenciado pelos documentos que acompanham a mensagem em questão.

Finalmente, ressalta-se o mérito da aplicação dos recursos que visa ampliar a infraestrutura urbana e de transporte do município e implantar um parque com espaços públicos destinados ao lazer e conservação ambiental. Portanto, promove-se a qualidade de vida da população por meio de ações de melhoria da mobilidade urbana, do lazer e de apoio à sustentabilidade ambiental.

III – VOTO

O pleito encaminhado pelo Município de Sorocaba (SP) encontra-se de acordo com o que preceituam as resoluções do Senado Federal sobre a matéria, devendo ser concedida a autorização para a contratação da operação de crédito externo pretendida, nos termos do seguinte:

PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº , DE 2018

Autoriza o Município de Sorocaba (SP) a contratar operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, com a Corporação Andina de Fomento (CAF), no valor de até US\$ 70.000.000,00 (setenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América).

O SENADO FEDERAL resolve:

Art. 1º É o Município de Sorocaba (SP) autorizado a contratar operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil,



com a Corporação Andina de Fomento (CAF), no valor de até US\$ 70.000.000,00 (setenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América).

Parágrafo único. Os recursos dessa operação de crédito destinam-se ao financiamento parcial do “Programa Ambiental e de Otimização Viária de Sorocaba – Mobilidade Total”.

Art. 2º A operação de crédito referida no art. 1º deverá ser realizada nas seguintes condições:

I – Devedor: Município de Sorocaba (SP);

II – Credor: Corporação Andina de Fomento (CAF);

III – Garantidor: República Federativa do Brasil;

IV – Valor: até US\$ 70.000.000,00 (setenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América);

V – Juros: taxa *LIBOR* de 6 meses para o dólar dos Estados Unidos da América mais margem variável a ser definida no momento da assinatura do contrato de empréstimo, de acordo com as políticas de gestão da CAF;

VI – Juros de Mora: 2% (dois por cento) anuais;

VII – Cronograma Estimativo de Desembolsos: US\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de dólares dos Estados Unidos da América) em 2017; US\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de dólares dos Estados Unidos da América) em 2018; US\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de dólares dos Estados Unidos da América) em 2019; e US\$ 10.000.000,00 (dez milhões de dólares dos Estados Unidos da América) em 2020;

VIII – Comissão de Compromisso: 0,35% (trinta e cinco centésimos por cento) anual, aplicado sobre os saldos não desembolsados do empréstimo, seis meses após a assinatura do contrato;

IX – Comissão de Financiamento: 0,65% (sessenta e cinco centésimos por cento) do montante do empréstimo, devida a partir do início da vigência do contrato de empréstimo, sendo que o pagamento deverá ser efetuado, no mais tardar, quando se realizar o primeiro desembolso do empréstimo;



X – Gastos de Avaliação: no valor de US\$ 50.000,00 (cinquenta mil dólares dos Estados Unidos da América), que deverão ser pagos até a data em que ocorrer o primeiro desembolso do empréstimo;

XI – Prazo de Amortização: 90 (noventa) meses, após carência de 54 (cinquenta e quatro) meses.

§ 1º As datas de pagamento do principal e dos encargos financeiros e de desembolsos previstos poderão ser alteradas em função da data de assinatura do contrato de empréstimo, bem como os montantes estimados dos desembolsos em cada ano poderão ser alterados conforme a execução contratual.

§ 2º Será exigida nova autorização do Senado Federal, caso ocorram alterações nas condições financeiras do empréstimo autorizado antes da assinatura do contrato que impliquem ônus superiores aos previstos nesta Resolução.

Art. 3º Fica a União autorizada a conceder garantia ao Município de Sorocaba (SP) na contratação da operação de crédito externo referida nesta Resolução.

§ 1º O exercício da autorização prevista no *caput* fica condicionado a que o Município de Sorocaba (SP) celebre contrato com a União para a concessão de contragarantias, sob a forma de vinculação das receitas de que tratam o arts. 156, 158 e 159, nos termos do § 4º do art. 167, todos da Constituição Federal, e de outras garantias em direito admitidas, podendo o Governo Federal requerer as transferências de recursos necessários para a cobertura dos compromissos honrados diretamente das contas centralizadoras da arrecadação do Município ou das transferências federais.

§ 2º Previamente à assinatura do contrato, o Ministério da Fazenda verificará e atestará a adimplência do Município de Sorocaba (SP) quanto aos pagamentos e prestações de contas de que trata o art. 10 da Resolução do Senado Federal nº 48, de 2007, e quanto à regularidade no pagamento de precatórios, bem como o cumprimento substancial das condições prévias ao primeiro desembolso.

Art. 4º O prazo máximo para o exercício da presente autorização é de quinhentos e quarenta dias, contados a partir da vigência desta Resolução.



8

7

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator





Senado Federal

9

Relatório de Registro de Presença
CAE, 22/05/2018 às 10h - 16ª, Ordinária
 Comissão de Assuntos Econômicos

PMDB	
TITULARES	SUPLENTES
RAIMUNDO LIRA	1. EDUARDO BRAGA
ROBERTO REQUIÃO PRESENTE	2. ROMERO JUCÁ
GARIBALDI ALVES FILHO PRESENTE	3. ELMANO FÉRRER
ROSE DE FREITAS	4. WALDEMIR MOKA
SIMONE TEBET	5. AIRTON SANDOVAL PRESENTE
VALDIR RAUPP PRESENTE	6. VAGO
FERNANDO BEZERRA COELHO PRESENTE	

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PDT, PT)	
TITULARES	SUPLENTES
GLEISI HOFFMANN PRESENTE	1. KÁTIA ABREU
HUMBERTO COSTA PRESENTE	2. FÁTIMA BEZERRA
JORGE VIANA PRESENTE	3. PAULO PAIM
JOSÉ PIMENTEL PRESENTE	4. REGINA SOUSA
LINDBERGH FARIAS	5. PAULO ROCHA PRESENTE
ACIR GURGACZ	6. RANDOLFE RODRIGUES PRESENTE

Bloco Social Democrata (PSDB, PV, DEM)	
TITULARES	SUPLENTES
TASSO JEREISSATI PRESENTE	1. ATAÍDES OLIVEIRA PRESENTE
RICARDO FERRAÇO PRESENTE	2. DALIRIO BEBER PRESENTE
JOSÉ SERRA	3. FLEXA RIBEIRO PRESENTE
RONALDO CAIADO	4. DAVI ALCOLUMBRE
JOSÉ AGRIPINO	5. MARIA DO CARMO ALVES PRESENTE

Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
TITULARES	SUPLENTES
OTTO ALENCAR PRESENTE	1. SÉRGIO PETECÃO
OMAR AZIZ	2. JOSÉ MEDEIROS
CIRO NOGUEIRA	3. BENEDITO DE LIRA PRESENTE

Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PPS, PSB, PCdoB, REDE, PODE)	
TITULARES	SUPLENTES
LÚCIA VÂNIA PRESENTE	1. VAGO
LÍDICE DA MATA PRESENTE	2. CRISTOVAM BUARQUE
VANESSA GRAZZIOTIN PRESENTE	3. VAGO

Bloco Moderador (PTB, PSC, PRB, PR, PTC)	
TITULARES	SUPLENTES
WELLINGTON FAGUNDES PRESENTE	1. PEDRO CHAVES PRESENTE
ARMANDO MONTEIRO PRESENTE	2. VAGO
TELMÁRIO MOTA PRESENTE	3. RODRIGUES PALMA PRESENTE



DECISÃO DA COMISSÃO

(MSF 35/2018)

A COMISSÃO APROVA O RELATÓRIO, QUE PASSA A CONSTITUIR O PARECER DA CAE, FAVORÁVEL NOS TERMOS DO PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO APRESENTADO.

22 de Maio de 2018

Senador TASSO JEREISSATI

Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos





SENADO FEDERAL

PARECER (SF) Nº 37, DE 2018

Da COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, sobre o Projeto de Resolução do Senado nº102, de 2013, do Senador Sergio Souza, que Altera o § 3º do art. 1º da Resolução nº 13, de 25 de abril de 2012, que estabelece alíquotas do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS), nas operações interestaduais com bens e mercadorias importados do exterior.

PRESIDENTE: Senador Tasso Jereissati

RELATOR: Senador Wellington Fagundes

RELATOR ADHOC: Senador Rodrigues Palma

22 de Maio de 2018



2



SENADO FEDERAL

Gabinete Senador WELLINGTON FAGUNDES

PARECER Nº , DE 2018

Da COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, sobre o Projeto de Resolução do Senado nº 102, de 2013, do Senador Sergio Souza, que altera o § 3º do art. 1º da Resolução nº 13, de 25 de abril de 2012, que estabelece alíquotas do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS), nas operações interestaduais com bens e mercadorias importados do exterior.



SF/18471.95978-83

Relator: Senador **WELLINGTON FAGUNDES****I – RELATÓRIO**

O Projeto de Resolução do Senado (PRS) nº 102, de 2013, do Senador Sergio Souza, estruturado em apenas dois artigos, altera o § 3º do art. 1º da Resolução nº 13, de 25 de abril de 2012, que estabelece alíquotas do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS), nas operações interestaduais com bens e mercadorias importados do exterior.

A nova redação proposta para o § 3º do art. 1º da Resolução do Senado Federal (RSF) nº 13, de 2012, cujo objetivo foi solucionar a chamada “guerra dos portos”, prevê que o Conselho Nacional de Política Fazendária (CONFAZ) seja o responsável pela Certificação de Conteúdo de Importação (CCI), utilizando-se, para isso, das informações disponíveis nos fiscos estaduais e federal. A redação atual do dispositivo atribui competência ao Confaz para *baixar normas para fins de definição dos critérios e procedimentos a serem observados no processo de CCI.*

1





Na justificação do PRS, sustenta-se que a mudança é necessária para definir melhor o procedimento, já que, segundo o autor, as regras específicas instituídas pelo Confaz, como o mecanismo de controle declaratório por operação, por meio de Ficha de Conteúdo Importado (FCI), são de operacionalização confusa e não garantem fornecimento de dados confiáveis.

Além disso, cita como percalços da legislação infralegal atual a preocupação causada aos contribuintes de que os dados da FCI se tornem públicos, o que criaria embaraços concorrenciais e de mercado, em função da quebra de sigilo empresarial, bem como os altos custos de adequação e implementação de sistemas de informação que as empresas precisam adquirir ou desenvolver para cumprir as exigências postas.

Em resumo, a proposta pretende substituir a fórmula criada pelo Confaz, considerada custosa e ineficiente, pelo acesso direto daquele órgão às informações fiscais já disponíveis em sistemas públicos, como o Sistema Público de Escrituração Digital (SPED), da Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB), e o Sistema Integrado de Comércio Exterior (SISCOMEX), do Governo federal, por exemplo.

A proposição foi distribuída unicamente à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

II – ANÁLISE

A competência da CAE para a análise do projeto decorre do art. 99, inciso IV, do Regimento Interno do Senado Federal, visto que a proposição versa sobre tributo.

No mérito, trata-se de matéria procedimental, com vistas à aferição do índice chamado “conteúdo de importação”. Esse indicador, definido pelo § 2º do art. 1º da Resolução do Senado nº 13, de 2012, como *o percentual correspondente ao quociente entre o valor da parcela importada do exterior e o valor total da operação de saída interestadual da mercadoria ou bem*, determina, ou não, a incidência da alíquota interestadual de 4% (quatro por cento) do ICMS, nas operações interestaduais com bens e mercadorias importados.



4



SENADO FEDERAL

Gabinete Senador WELLINGTON FAGUNDES

A incidência da alíquota reduzida ocorrerá sobre bens e mercadorias não submetidos a processo de transformação e também sobre aqueles que, submetidos a algum processo de transformação, beneficiamento, montagem, acondicionamento, reacondicionamento, renovação ou recondicionamento, resultem em mercadorias ou bens com Conteúdo de Importação superior a 40% (quarenta por cento).

A fórmula atual, que atribui competência ao Confaz para regulamentar a aferição do Conteúdo de Importação, não restringe nem orienta a atuação do órgão, que tem, assim, ampla liberdade para deliberar sobre a matéria. Em geral, é essa fórmula de delegação a mais adequada em relação a obrigações acessórias, pois evita o engessamento excessivo do regulamento e permite detalhamentos procedimentais de modo adequado.

No caso em questão, a Resolução do Senado Federal nº 13, de 2012, delegou a competência para regulamentar a matéria ao órgão executivo ligado às questões interfederativas do ICMS, o Confaz.

Muito embora não haja obstáculo constitucional ou legal à propositura do PRS, a alteração proposta não parece adequada. Com fundamento na regra em vigor (§ 3º do art. 1º da Resolução do Senado nº 13, de 2012), o Confaz editou o Convênio ICMS nº 38, de 22 de maio de 2013, que, em sua cláusula quinta, determina ao contribuinte industrializador o preenchimento da Ficha de Conteúdo de Importação (FCI), obrigação acessória por meio da qual o **Fisco** poderá **verificar o conteúdo importado do produto**, de sorte a **fiscalizar a alíquota aplicável à operação**. Trata-se de obrigação acessória a ser apresentada mensalmente, e não por operação, conforme previsto no § 2º da cláusula quinta do mencionado Convênio.

Diante disso, é difícil entender como o Confaz seria o responsável por suprir a informação que deve ser prestada pelo contribuinte ao industrializar acerca do produto que contenha, por exemplo, insumos importados. Mesmo com as informações constantes no SPED, parece ser necessária a informação prestada pela indústria, de modo a ser identificada a incidência da alíquota prevista na Resolução do Senado Federal nº 13, de 2012.

Não há como o Fisco estadual saber, sem a informação precisa fornecida pelo contribuinte, qual o conteúdo de importação existente no bem produzido. Como o Convênio ICMS nº 38, de 2013, em sua cláusula quinta,



SF/18471.95978-83





SENADO FEDERAL

Gabinete Senador WELLINGTON FAGUNDES

5

confere o tratamento adequado à matéria, em linha com a simplificação pretendida na proposta, entendemos que o projeto se encontra prejudicado.

III – VOTO

Ante o exposto, opina-se pelo reconhecimento da **prejudicialidade** do Projeto de Resolução do Senado Federal nº 102, de 2013, e pelo seu encaminhamento ao Plenário para as providências do art. 334 do Regimento Interno do Senado Federal.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator



SF/18471.95978-83

4





6

Senado Federal

Relatório de Registro de Presença
CAE, 22/05/2018 às 10h - 16ª, Ordinária
 Comissão de Assuntos Econômicos

PMDB	
TITULARES	SUPLENTES
RAIMUNDO LIRA	1. EDUARDO BRAGA
ROBERTO REQUIÃO PRESENTE	2. ROMERO JUCÁ
GARIBALDI ALVES FILHO PRESENTE	3. ELMANO FÉRRER
ROSE DE FREITAS	4. WALDEMIR MOKA
SIMONE TEBET	5. AIRTON SANDOVAL PRESENTE
VALDIR RAUPP PRESENTE	6. VAGO
FERNANDO BEZERRA COELHO PRESENTE	

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PDT, PT)	
TITULARES	SUPLENTES
GLEISI HOFFMANN PRESENTE	1. KÁTIA ABREU
HUMBERTO COSTA PRESENTE	2. FÁTIMA BEZERRA
JORGE VIANA PRESENTE	3. PAULO PAIM
JOSÉ PIMENTEL PRESENTE	4. REGINA SOUSA
LINDBERGH FARIAS	5. PAULO ROCHA PRESENTE
ACIR GURGACZ	6. RANDOLFE RODRIGUES PRESENTE

Bloco Social Democrata (PSDB, PV, DEM)	
TITULARES	SUPLENTES
TASSO JEREISSATI PRESENTE	1. ATAÍDES OLIVEIRA PRESENTE
RICARDO FERRAÇO PRESENTE	2. DALIRIO BEBER PRESENTE
JOSÉ SERRA	3. FLEXA RIBEIRO PRESENTE
RONALDO CAIADO	4. DAVI ALCOLUMBRE
JOSÉ AGRIPINO	5. MARIA DO CARMO ALVES PRESENTE

Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
TITULARES	SUPLENTES
OTTO ALENCAR PRESENTE	1. SÉRGIO PETECÃO
OMAR AZIZ	2. JOSÉ MEDEIROS
CIRO NOGUEIRA	3. BENEDITO DE LIRA PRESENTE

Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PPS, PSB, PCdoB, REDE, PODE)	
TITULARES	SUPLENTES
LÚCIA VÂNIA PRESENTE	1. VAGO
LÍDICE DA MATA PRESENTE	2. CRISTOVAM BUARQUE
VANESSA GRAZZIOTIN PRESENTE	3. VAGO

Bloco Moderador (PTB, PSC, PRB, PR, PTC)	
TITULARES	SUPLENTES
WELLINGTON FAGUNDES PRESENTE	1. PEDRO CHAVES PRESENTE
ARMANDO MONTEIRO PRESENTE	2. VAGO
TELMÁRIO MOTA PRESENTE	3. RODRIGUES PALMA PRESENTE



DECISÃO DA COMISSÃO

(PRS 102/2013)

A COMISSÃO APROVA O RELATÓRIO, QUE PASSA A CONSTITUIR O PARECER DA CAE, PELA PREJUDICIALIDADE DO PROJETO.

22 de Maio de 2018

Senador TASSO JEREISSATI

Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos





SENADO FEDERAL

PARECER (SF) Nº 38, DE 2018

Da COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, sobre a Mensagem (SF) nº36, de 2018, que Propõe, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição, seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até US\$ 125,000,000.00 (cento e vinte e cinco milhões de dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre o Município de Salvador, no Estado da Bahia e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD, cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do Projeto Salvador Social (Brazil - Salvador Social Multi-Sector Service Delivery Project).

PRESIDENTE: Senador Tasso Jereissati

RELATOR: Senador Flexa Ribeiro

22 de Maio de 2018



PARECER N° , DE 2018

Da COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, sobre a Mensagem nº 36, de 2018, da Presidência da República (nº 245, de 9 de maio de 2018, na origem), que solicita autorização do Senado Federal para que seja contratada operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até US\$ 125.000.000,00 (cento e vinte e cinco milhões de dólares dos Estados Unidos da América), entre o Município de Salvador, no Estado da Bahia, e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do “Projeto Salvador Social”.



RELATOR: Senador **FLEXA RIBEIRO**

I – RELATÓRIO

A Mensagem nº 36, de 2018, da Presidência da República (nº 245, de 9 de maio de 2018, na origem), ora sob análise desta Comissão, contém pleito para que seja autorizada operação de crédito externo, com garantia da União, do Município de Salvador, no Estado da Bahia, junto ao Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD). Os recursos da operação destinam-se ao financiamento parcial do “Projeto Salvador Social”.

O Projeto tem como objetivo geral melhorar a provisão dos serviços sociais nas áreas de assistência social, educação e saúde. Constituem objetivos setoriais o aumento da cobertura e a melhora da qualidade dos serviços de assistência social, a garantia da qualidade da educação infantil, a melhora da qualidade da educação fundamental e a ampliação do acesso e a organização da oferta de serviços de saúde de forma sustentável.



A Comissão de Financiamentos Externos (Cofix), na forma da Recomendação nº 06/0116, de 3 de maio de 2016, homologada pelo Ministro de Estado do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão em 10 de maio de 2016, considerou o programa em questão como passível de obtenção de financiamento externo no valor de até US\$ 250.000.000,00 (duzentos e cinquenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América) em duas fases, das quais a primeira compreende o pleito em análise. A operação foi ainda credenciada no Banco Central do Brasil sob o Registro de Operações Financeiras (ROF) TA815238 em 29 de março de 2018.

A Secretaria do Tesouro Nacional (STN) do Ministério da Fazenda prestou as devidas informações sobre as finanças da União, na condição de garantidora da operação, bem como analisou as informações referentes ao mutuário. No Parecer SEI Nº 124/2018/COPEM/SURIN/STN-MF, de 9 de abril de 2018, o órgão manifestou-se favoravelmente à operação de crédito pretendida e ao oferecimento da garantia da União, condicionada à verificação pelo Ministério da Fazenda, antes da assinatura dos instrumentos contratuais, do cumprimento substancial das condições prévias ao primeiro desembolso, da adimplência do mutuário para com a União e suas entidades controladas e da formalização do respectivo contrato de contragarantia.

Por seu turno, a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), por intermédio do Parecer SEI Nº 43/2018/COF/PGACFFS/PGFN-MF, de 20 de abril de 2018, não apresentou óbices à realização da operação, sujeitando-a às condicionalidades previstas pela STN.

II – ANÁLISE

rp2018-03657



O art. 52, inciso V, da Constituição Federal, confere ao Senado Federal a competência para autorizar operações externas de natureza financeira de interesse da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios. Cabe também a esta Casa dispor sobre limites globais e condições para as operações de crédito externo dos entes federados e para a concessão de garantia da União para as referidas operações, conforme os incisos VII e VIII desse dispositivo constitucional.

Essas normas constam das Resoluções nºs 40 e 43, de 2001, e nº 48, de 2007, todas do Senado Federal. A Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000) também normatiza o tema, principalmente em seus arts. 32 e 40. Segundo o art. 29 da Resolução nº 43, de 2001, os pleitos referentes a operações de crédito sujeitas à autorização específica desta Casa serão encaminhados pelo Ministério da Fazenda com parecer técnico que demonstre o atendimento dos requisitos mínimos exigidos pela referida resolução. Já o art. 11 da Resolução nº 48, de 2007, detalha a instrução do pleito para a concessão de garantia da União.

Segundo a STN (Parecer SEI Nº 124/2018/COPEM/SURIN/STN-MF, de 9 de abril de 2018), o “Projeto Salvador Social” contará com até US\$ 125.000.000,00 (cento e vinte e cinco milhões de dólares dos Estados Unidos da América) provenientes do BIRD, acrescidos de contrapartida municipal mínima de igual montante. Os desembolsos são previstos para serem realizados entre 2018 e 2020.

O custo efetivo da operação, flutuante conforme a variação da taxa *LIBOR* de seis meses para o dólar dos Estados Unidos da América, mais a margem variável definida pelo Banco em função do prazo médio de pagamento e do tipo de *spread*, está situado em 3,99% (três inteiros e noventa e nove centésimos por cento) ao ano, que é inferior ao custo estimado das emissões da

rp2018-03657



União na mesma moeda, o qual se situa em 5,56% (cinco inteiros e cinquenta e seis centésimos por cento) ao ano, na data de referência de 4 de abril de 2018.

Ainda de acordo com a STN, o pleito atende às exigências das resoluções do Senado Federal e do art. 32 da Lei de Responsabilidade Fiscal. O programa está inserido no Plano Plurianual para o quadriênio 2018-2021 (Lei municipal nº 9.299, de 7 de dezembro de 2017) e conta com dotações necessárias e suficientes na lei orçamentária do Município de Salvador para o exercício de 2018 (Lei nº 9.305, de 28 de dezembro de 2017), quanto ao ingresso dos recursos, ao pagamento dos encargos e ao aporte da contrapartida.

Já a Lei nº 9.182, de 12 de dezembro de 2016, autoriza a presente contratação de operação de crédito externo e a vinculação da parcela municipal da arrecadação com impostos federais, conforme previsto nos arts. 158 e 159 da Constituição Federal, e das receitas próprias municipais a que se refere o art. 156 também da Carta Magna, bem como outras garantias em direito admitidas, como contragarantia à garantia da União. A STN considera as garantias oferecidas pelo ente da Federação suficientes para ressarcir a União, caso esta venha a honrar compromisso na condição de garantidora da operação de crédito.

Por meio da Nota SEI nº 08/2017/COREM/SURIN/STN/MF-DF, de 21 de dezembro de 2017, a STN expõe que a classificação final da capacidade de pagamento do Município de Salvador é “B”, sendo, portanto, a operação de crédito pleiteada elegível, relativamente aos riscos do Tesouro Nacional, para a concessão de garantia da União. Essa nota da classificação final da capacidade de pagamento do município resulta da combinação da nota “A” obtida nos indicadores de endividamento e de liquidez com a nota “B” recebida no indicador de poupança corrente.

Em relação à adimplência, a STN afirma que o Município de Salvador está adimplente com os financiamentos e refinanciamentos concedidos pela União ou garantias por ela honradas. A STN também entende que a

rp2018-03657



verificação da adimplência do ente relativamente ao pagamento de precatórios deverá ocorrer no momento da assinatura do contrato de garantia. Ademais, a STN atesta que a União possui margem para a concessão da garantia pleiteada, dentro do limite estabelecido pelo art. 9º da Resolução do Senado Federal nº 48, de 2007.

Além do mais, a STN cita documentos do Poder Executivo municipal e do Tribunal de Contas que atestam a observância, pelo Município de Salvador, dos gastos mínimos com saúde e educação, do pleno exercício da competência tributária e dos limites das despesas com pessoal. Adicionalmente, a STN relata que, por meio de Declaração do Chefe do Poder Executivo no Sistema de Análise de Dívida Pública, Operações de Crédito e Garantias da União, Estados e Municípios – SADIPEM, o ente declara não ter assinado, até a data daquele documento, nenhum contrato na modalidade de Parceria Público-Privada (PPP).

A PGFN, a seu tempo, frisou que as minutas contratuais não contêm disposição de natureza política, atentatória à soberania nacional e à ordem pública, contrária à Constituição e às leis do País, bem assim que implique compensação automática de débitos e créditos. Enfim, tanto a STN como a PGFN não apresentam óbices para a autorização do presente pleito, ressalvando-se apenas que, previamente à assinatura dos instrumentos contratuais, sejam verificadas as condicionalidades anteriormente expostas.

III – VOTO

Ante o exposto, apresentamos voto favorável à autorização pleiteada na Mensagem nº 36, de 2018, nos termos do seguinte:

PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº , DE 2018

rp2018-03657



Autoriza o Município de Salvador, situado no Estado da Bahia, a contratar operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, junto ao Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), no valor de até US\$ 125.000.000,00 (cento e vinte e cinco milhões de dólares dos Estados Unidos da América).



O SENADO FEDERAL resolve:

Art. 1º É o Município de Salvador, situado no Estado da Bahia, autorizado a contratar operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil, junto ao Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), no valor de até US\$ 125.000.000,00 (cento e vinte e cinco milhões de dólares dos Estados Unidos da América).

Parágrafo único. Os recursos da operação de crédito de que trata o *caput* destinam-se ao financiamento parcial do “Projeto Salvador Social”.

Art. 2º A operação de crédito referida no art. 1º deverá ser realizada nas seguintes condições:

I – devedor: Município de Salvador (Estado da Bahia);

II – credor: Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD);

III – garantidor: República Federativa do Brasil;

IV – valor: até US\$ 125.000.000,00 (cento e vinte e cinco milhões de dólares dos Estados Unidos da América);

V – modalidade: empréstimo flexível com margem variável;

VI – prazo de desembolso: o prazo final para os desembolsos encerrar-se-á em 30 de dezembro de 2022, salvo se o credor conceder extensão desse prazo após a anuência do Ministério da Fazenda;

rp2018-03657



VII – cronograma estimativo de desembolso: US\$ 62.950.000,00 (sessenta e dois milhões e novecentos e cinquenta mil dólares dos Estados Unidos da América) em 2018; US\$ 48.350.000,00 (quarenta e oito milhões e trezentos e cinquenta mil dólares dos Estados Unidos da América) em 2019; e US\$ 13.700.000,00 (treze milhões e setecentos mil dólares dos Estados Unidos da América) em 2020.

VIII – amortização: prestações semestrais, consecutivas e, na medida do possível, iguais, vencendo-se a primeira até 66 (sessenta e seis) meses e a última até 31 (trinta e um) anos, a contar da data de assinatura do contrato;

IX – juros: calculados com base na taxa *LIBOR* de seis meses para o dólar dos Estados Unidos da América acrescida de margem variável definida pelo credor, a serem pagos em 15 de maio e 15 de novembro de cada ano;

X – conversão: o devedor poderá solicitar conversão de moeda e de taxa de juros em qualquer momento durante a vigência do contrato, conforme disposto contratualmente;

XI – comissão de compromisso: 0,25% (vinte e cinco centésimos por cento) ao ano sobre o saldo não desembolsado do empréstimo;

XII – taxa de abertura de crédito: 0,25% (vinte e cinco centésimos por cento) ao ano sobre o montante total do empréstimo, financiada com recursos da própria operação de crédito;

XIII – sobretaxa de exposição: 0,5% (cinco décimos por cento) ao ano sobre o produto do excedente ao Limite Padrão de Exposição do País pela razão entre o saldo devedor da presente operação de crédito e todas as operações de crédito com a cláusula de sobretaxa de exposição em que o devedor ou o garantidor tiverem contratado ou o garantidor der garantia a outros devedores junto ao credor.

Parágrafo único. As datas de pagamento do principal e dos encargos financeiros e as datas dos desembolsos poderão ser alteradas em função da data de assinatura do contrato de empréstimo, assim como os montantes estimados dos desembolsos em cada ano poderão ser alterados conforme a execução contratual.

rp2018-03657



Art. 3º Fica a República Federativa do Brasil autorizada a conceder garantia ao Município de Salvador, situado no Estado da Bahia, na operação de crédito externo referida nesta Resolução.

Parágrafo único. A autorização prevista no *caput* fica condicionada:

I – ao cumprimento substancial das condições prévias ao primeiro desembolso;

II – à comprovação da situação de adimplemento quanto aos pagamentos de tributos, empréstimos e financiamentos devidos à União e quanto à prestação de contas de recursos anteriormente dela recebidos nos termos do art. 10 da Resolução do Senado Federal nº 48, de 21 de dezembro de 2007;

III – à celebração de contrato de concessão de contragarantia entre o Município de Salvador e a União, sob a forma de vinculação das receitas de que tratam os arts. 156, 158 e 159, nos termos do § 4º do art. 167, todos da Constituição Federal, bem como de outras garantias em direito admitidas.

Art. 4º O prazo máximo para o exercício da presente autorização é de quinhentos e quarenta dias, contados a partir de sua publicação.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

, Presidente

, Relator

rp2018-03657





10

Senado Federal

Relatório de Registro de Presença
CAE, 22/05/2018 às 10h - 16ª, Ordinária
 Comissão de Assuntos Econômicos

PMDB	
TITULARES	SUPLENTES
RAIMUNDO LIRA	1. EDUARDO BRAGA
ROBERTO REQUIÃO PRESENTE	2. ROMERO JUCÁ
GARIBALDI ALVES FILHO PRESENTE	3. ELMANO FÉRRER
ROSE DE FREITAS	4. WALDEMIR MOKA
SIMONE TEBET	5. AIRTON SANDOVAL PRESENTE
VALDIR RAUPP PRESENTE	6. VAGO
FERNANDO BEZERRA COELHO PRESENTE	

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PDT, PT)	
TITULARES	SUPLENTES
GLEISI HOFFMANN PRESENTE	1. KÁTIA ABREU
HUMBERTO COSTA PRESENTE	2. FÁTIMA BEZERRA
JORGE VIANA PRESENTE	3. PAULO PAIM
JOSÉ PIMENTEL PRESENTE	4. REGINA SOUSA
LINDBERGH FARIAS	5. PAULO ROCHA PRESENTE
ACIR GURGACZ	6. RANDOLFE RODRIGUES PRESENTE

Bloco Social Democrata (PSDB, PV, DEM)	
TITULARES	SUPLENTES
TASSO JEREISSATI PRESENTE	1. ATAÍDES OLIVEIRA PRESENTE
RICARDO FERRAÇO PRESENTE	2. DALIRIO BEBER PRESENTE
JOSÉ SERRA	3. FLEXA RIBEIRO PRESENTE
RONALDO CAIADO	4. DAVI ALCOLUMBRE
JOSÉ AGRIPINO	5. MARIA DO CARMO ALVES PRESENTE

Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
TITULARES	SUPLENTES
OTTO ALENCAR PRESENTE	1. SÉRGIO PETECÃO
OMAR AZIZ	2. JOSÉ MEDEIROS
CIRO NOGUEIRA	3. BENEDITO DE LIRA PRESENTE

Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PPS, PSB, PCdoB, REDE, PODE)	
TITULARES	SUPLENTES
LÚCIA VÂNIA PRESENTE	1. VAGO
LÍDICE DA MATA PRESENTE	2. CRISTOVAM BUARQUE
VANESSA GRAZZIOTIN PRESENTE	3. VAGO

Bloco Moderador (PTB, PSC, PRB, PR, PTC)	
TITULARES	SUPLENTES
WELLINGTON FAGUNDES PRESENTE	1. PEDRO CHAVES PRESENTE
ARMANDO MONTEIRO PRESENTE	2. VAGO
TELMÁRIO MOTA PRESENTE	3. RODRIGUES PALMA PRESENTE



DECISÃO DA COMISSÃO

(MSF 36/2018)

A COMISSÃO APROVA O RELATÓRIO, QUE PASSA A CONSTITUIR O PARECER DA CAE, FAVORÁVEL NOS TERMOS DO PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO APRESENTADO.

22 de Maio de 2018

Senador TASSO JEREISSATI

Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos





SENADO FEDERAL

PARECER Nº39 , DE 2018

Da COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, sobre o Projeto de Lei do Senado nº375, de 2017, do Senador Acir Gurgacz, que Altera a Lei Complementar nº 62, de 28 de dezembro de 1989, que estabelece normas sobre o cálculo, a entrega e o controle das liberações dos recursos dos Fundos de Participação e dá outras providências, para instituir reserva do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal – FPE destinada aos Estados da Amazônia Legal que abriguem, em seus territórios, unidades de conservação da natureza ou terras indígenas demarcadas.

PRESIDENTE: Senador Tasso Jereissati

RELATOR: Senador Telmário Mota

22 de Maio de 2018



2



SENADO FEDERAL
Senador TELMÁRIO MOTA

PARECER Nº , DE 2018



Da COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 375, de 2017 – Complementar, do Senador Acir Gurgacz, que altera a Lei Complementar nº 62, de 28 de dezembro de 1989, que ‘estabelece normas sobre o cálculo, a entrega e o controle das liberações dos recursos dos Fundos de Participação e dá outras providências’, para instituir reserva do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal – FPE destinada aos Estados da Amazônia Legal que abriguem, em seus territórios, unidades de conservação da natureza ou terras indígenas demarcadas.

Relator: Senador **TELMÁRIO MOTA**

I – RELATÓRIO

É submetido à apreciação desta Comissão o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 375, de 2017, de autoria do Senador Acir Gurgacz, que modifica a Lei Complementar nº 62, de 28 de dezembro de 1989, para

Senado Federal - Anexo II - Ala Senador Ruy Carneiro - gabinete nº 3
CEP 70165-900 – Brasília / DF
Fone: (61) 3303-6315 – fax: (61) 3303-6314 - e-mail: sen.telmariomota@senador.leg.br





SENADO FEDERAL
Senador TELMÁRIO MOTA

instituir reserva de parcela dos recursos do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal – FPE, a ser destinada aos Estados da Amazônia Legal que abriguem, em seus territórios, unidades de conservação da natureza ou terras indígenas demarcadas.

A Lei Complementar nº 62, de 1989, *estabelece normas sobre o cálculo, a entrega e o controle das liberações dos recursos dos Fundos de Participação e dá outras providências.*

Para o alcance dos seus objetivos, o projeto altera a redação do art. 2º dessa Lei e lhe acrescenta o art. 2º-A, de forma a reservar 2% (dois por cento) dos recursos do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal – FPE aos referidos estados da Amazônia Legal.

No art. 2º-A proposto, fica definida a forma específica de repartição desse montante de recursos reservados aos estados da Amazônia Legal: sua distribuição será feita conforme o coeficiente individual de participação atribuído a cada estado e definido em função da razão entre a área ocupada por unidades de conservação da natureza e terras indígenas demarcadas e a área total de cada estado, nos termos ali estabelecidos.

Nos termos do Projeto de Lei nº 375, de 2017– Complementar, também fica estabelecido que, para o cálculo dos valores a serem atribuídos a cada estado beneficiário, somente serão consideradas as unidades de conservação da natureza cujas categorias sejam de domínio público obrigatório, nos termos da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, sendo que, para os casos de sobreposição entre unidades de conservação da natureza ou destas com terras indígenas demarcadas, a área sobreposta será computada uma única vez para fins do cálculo das participações individuais.

Ademais, na redação do *caput* do art. 2-A proposto, é explicitado que o montante de recursos reservados observará o determinado no art. 4º da Lei Complementar nº 62, de 1989, relativamente à entrega dos recursos, *verbis*:

Senado Federal - Anexo II - Ala Senador Ruy Carneiro - gabinete nº 3
CEP 70165-900 – Brasília / DF
Fone: (61) 3303-6315 – fax: (61) 3303-6314 - e-mail: sen.telmariomota@senador.leg.br





SENADO FEDERAL
Senador TELMÁRIO MOTA

Art. 4º A União observará, a partir de março de 1990, os seguintes prazos máximos na entrega, através de créditos em contas individuais dos Estados e Municípios, dos recursos do Fundo de Participação:

I - recursos arrecadados do primeiro ao décimo dia de cada mês: até o vigésimo dia;

II - recursos arrecadados do décimo primeiro ao vigésimo dia de cada mês: até o trigésimo dia;

III - recursos arrecadados do vigésimo primeiro dia ao final de cada mês: até o décimo dia do mês subsequente.

Assim, o PLS nº 375, de 2017 – Complementar prevê que o montante de 2% dos recursos do FPE reservados seja entregue no decêndio imediatamente posterior ao decêndio de sua arrecadação, mediante créditos em contas individuais dos Estados.

Logicamente, o montante correspondente a 98% (noventa e oito por cento) dos recursos do FPE continua a seguir as determinações expressas no art. 2º da referida Lei Complementar nº 62, de 1989.

Conforme justificção do projeto, a contribuição ambiental dos estados amazônicos ao País e a todo o mundo, caracterizada pelo rígido regime de proteção legal ao qual está submetida grande parte do bioma, acaba limitando o desenvolvimento de importantes atividades econômicas que são bastante disseminadas no centro-sul do Brasil. Essa situação compromete o desenvolvimento da região e dificulta o acesso de boa parte da população a melhores condições de vida e de renda. Nesse contexto, é necessário que os Estados da Amazônia Legal sejam contemplados com compensação, por parte da União, pelo sacrifício que se sujeitam em prol da coletividade da nação.

O PLS nº 375, de 2017 – Complementar foi distribuído à Comissão Meio Ambiente (CMA) e a esta Comissão de Assuntos Econômicos.

Senado Federal - Anexo II - Ala Senador Ruy Carneiro - gabinete nº 3
CEP 70165-900 – Brasília / DF

Fone: (61) 3303-6315 – fax: (61) 3303-6314 - e-mail: sen.telmariomota@senador.leg.br





SENADO FEDERAL
Senador TELMÁRIO MOTA

Na CMA, em reunião realizada em 7 de novembro de 2017, foi aprovado o relatório do Senador Davi Alcolumbre, que passou a constituir o Parecer da CMA favorável ao projeto

Nesta Comissão, em 20 de novembro de 2017, foi apresentada a Emenda nº 1, de autoria do Senador Elmano Férrer, que inclui os estados do Nordeste que também abriguem, em seus territórios, unidades de conservação da natureza ou terras indígenas demarcadas na distribuição dos 2% (dois por cento) dos recursos do FPE reservados aos estados da Amazônia Legal.

II – ANÁLISE

Compete a esta Comissão, nos termos do art. 99, inciso IV, do Regimento Interno do Senado Federal, opinar sobre proposições relativas a finanças públicas e normas gerais sobre direito tributário, financeiro e econômico.

A matéria objeto da proposição, qual seja, alteração da repartição de receitas tributárias de que trata o FPE, constante do art. 2º da Lei Complementar nº 62, de 1989, trata de questões atinentes ao direito financeiro, sujeita, nos termos constitucionais, a legislação concorrente da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios.

Dessa forma, a disciplina da matéria é condizente com a competência legislativa da União (art. 24 da Constituição Federal – CF) e inclui-se entre as atribuições do Congresso Nacional (art. 48, *caput*, da CF), não havendo impedimentos constitucionais formais nem materiais à sua aprovação. Também os requisitos de adequação às regras regimentais foram respeitados.





SENADO FEDERAL
Senador TELMÁRIO MOTA

Assim, o projeto de lei em exame não apresenta vício de constitucionalidade quanto à iniciativa parlamentar para a instauração do processo legislativo, nem relativamente à matéria nele tratada. Como estipulado no art. 48 da CF, cabe ao Congresso Nacional, com a sanção do Presidente da República, dispor sobre todas as matérias de competência da União, nas quais se inclui, certamente, a referente à repartição de recursos do FPE. Não há, nos termos dispostos no art. 61, combinado com o art. 84, prescrição de iniciativa privativa do Presidente da República na matéria tratada no projeto.

De resto, não há reparos a fazer ao texto, salientando, ainda, que o projeto está de acordo com a Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal.

Relativamente ao mérito, com o qual concordamos, vale destacar que o projeto recompensa, com maiores disponibilidades de recursos do FPE, os estados da Amazônia Legal que se encontram restringidos quanto a plena exploração da atividade econômica, pois parcelas de seus territórios estão comprometidas com unidades de conservação da natureza ou com terras indígenas demarcadas.

Como efeito, como bem destacado pelo autor da proposição, Senador Acir Gurgacz, *os Estados da Amazônia Legal são onerados com numerosas e extensas áreas protegidas e com legislação ambiental bem mais restritiva do que a aplicável aos demais biomas brasileiros, como por exemplo, o percentual muito superior de reserva legal exigido nas propriedades rurais*. Essas circunstâncias, sem dúvida, limitam o desenvolvimento de importantes atividades econômicas na região e, logicamente, comprometem o seu desenvolvimento e o de sua população.

Dessa forma, o PLS nº 375, de 2017, é pertinente e oportuno. Vale enfatizar, todavia, que essas áreas reservadas não constituem especificidade da Amazônia, estando presentes nas diversas regiões do País.

Senado Federal - Anexo II - Ala Senador Ruy Carneiro - gabinete nº 3
CEP 70165-900 – Brasília / DF

Fone: (61) 3303-6315 – fax: (61) 3303-6314 - e-mail: sen.telmariomota@senador.leg.br



SF/18448.30373-90





SENADO FEDERAL
Senador TELMÁRIO MOTA

Daí entendermos necessária sua extensão a todos os estados que abriguem em seus territórios áreas com destinação restringida pelas referidas atividades. Mais ainda, essas áreas se localizam em municípios determinados, o que, por si só, justifica também a adoção de procedimento semelhante relativamente aos recursos do FPM. É o que propomos com a apresentação de emendas que apresentamos na conclusão deste parecer.

A extensão que propomos apresenta ainda elevada razoabilidade, pois, reconhecendo a crise fiscal que atinge o País nos seus diversos níveis de administração, institui procedimento que traz implícita uma redistribuição regional de um montante de recursos financeiros já disponível. Tão somente reserva 2% desses recursos para a compensação financeira àqueles estados e municípios, sem redução da receita disponível da União, não afetando, portanto, o cumprimento de suas metas de resultado primário.

Por fim, como já relatado, a Emenda nº 1, de autoria do senador Elmano Férrer, inclui os estados do Nordeste na distribuição dos 2% (dois por cento) dos recursos do FPE reservados pelo projeto em exame.

Embora entendamos meritória a emenda, consideramos ela prejudicada, em face das emendas mais abrangentes apresentadas, que traz implícito reforço na compensação econômica pretendida com a referida emenda, notadamente em diversas regiões de extrema pobreza.

III – VOTO

Em face dos argumentos expostos, somos pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do Projeto de Lei do Senado nº 375, de 2017 – Complementar, pela rejeição da Emenda nº 1, e no mérito, pela sua aprovação com a emendas que apresentamos a seguir:



SF/18448.30373-90





SENADO FEDERAL
Senador TELMÁRIO MOTA

EMENDA Nº 2 – CAE

Dê-se à ementa do PLS nº 375, de 2017 (complementar) a seguinte redação:

“Altera a Lei Complementar nº 62, de 28 de dezembro de 1989, e a Lei Complementar nº 91, de 22 de dezembro de 1997, que estabelecem normas sobre o cálculo, a entrega e o controle das liberações dos recursos dos Fundos de Participação, para instituir reserva do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal – FPE e do Fundo de Participação dos Municípios – FPM destinada aos entes que abriguem, em seus territórios, unidades de conservação da natureza ou terras indígenas demarcadas.”

EMENDA Nº 3 – CAE

Dê-se ao art. 1º do PLS nº 375, de 2017 - Complementar, a seguinte redação:

“Art. 1º. Esta Lei Complementar reserva 2% (dois por cento) dos recursos do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal – FPE e do Fundo de Participação dos Municípios – FPM respectivamente aos entes que abriguem, em seus territórios, unidades de conservação da natureza ou terras indígenas demarcadas.”

EMENDA Nº 4 – CAE

O *caput* do art. 2º-A da Lei Complementar nº 62, de 1989, na forma proposta no art. 3º do PLS nº 375, de 2017 - Complementar, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º-A. O montante correspondente a 2% (dois por cento) dos recursos do FPE, observado o disposto no art. 4º, será entregue aos Estados proporcionalmente a um coeficiente individual de participação atribuído conforme a razão entre a área ocupada por unidades de



SF/18448.30373-90

Senado Federal - Anexo II - Ala Senador Ruy Carneiro - gabinete nº 3
CEP 70165-900 – Brasília / DF

Fone: (61) 3303-6315 – fax: (61) 3303-6314 - e-mail: sen.telmariomota@senador.leg.br





SENADO FEDERAL
Senador TELMÁRIO MOTA

conservação da natureza e terras indígenas demarcadas e a área total de cada Estado, nos seguintes termos: ”

EMENDA Nº 5 – CAE

A Lei Complementar nº 91, de 22 de dezembro de 1997, passa a vigorar acrescida dos seguintes art. 4º-A e art. 4º- B:

“Art. 4º-A. O montante correspondente a 98% (noventa e oito por cento) dos recursos do FPM, observado o disposto no art. 4º da Lei Complementar nº 62, de 1989, será entregue aos Municípios na forma determinada nesta Lei Complementar. ”

“Art. 4º-B. O montante correspondente a 2% (dois por cento) dos recursos do FPM, observado o disposto no art. 4º da Lei Complementar nº 62, de 1989, será entregue aos Municípios proporcionalmente a um coeficiente individual de participação atribuído conforme a razão entre a área ocupada por unidades de conservação da natureza e terras indígenas demarcadas e a área total de cada Município, nos seguintes termos:

I – até 10% (dez por cento) da área total do Município beneficiário, coeficiente 1,0 (um inteiro);

II – acima de 10% (dez por cento) e até 20% (vinte por cento) da área total do Município beneficiário, coeficiente 2,0 (dois inteiros);

III – acima de 20% (vinte por cento) e até 30% (trinta por cento) da área total do Município beneficiário, coeficiente 3,0 (três inteiros);

IV – acima de 30% (trinta por cento) e até 40% (quarenta por cento) da área total do Município beneficiário, coeficiente 4,0 (quatro inteiros);

V – acima de 40% (quarenta por cento) e até 50% (cinquenta por cento) da área total do Município beneficiário, coeficiente 5,0 (cinco inteiros);



Senado Federal - Anexo II - Ala Senador Ruy Carneiro - gabinete nº 3
CEP 70165-900 – Brasília / DF

Fone: (61) 3303-6315 – fax: (61) 3303-6314 - e-mail: sen.telmariomota@senador.leg.br





SENADO FEDERAL
Senador TELMÁRIO MOTA

VI – acima de 50% (cinquenta por cento) da área total do Município beneficiário, coeficiente 6,0 (seis inteiros).

§ 1º Para efeitos de cálculo dos coeficientes a que se refere o *caput*, somente serão consideradas as unidades de conservação da natureza cujas categorias sejam de domínio público obrigatório, nos termos da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000.

§ 2º Nos casos de sobreposição entre unidades de conservação da natureza ou destas com terras indígenas demarcadas, a área com sobreposição será computada uma única vez para fins de aplicação do disposto neste artigo.”

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator



SF/18448.30373-90

Senado Federal - Anexo II - Ala Senador Ruy Carneiro - gabinete nº 3
CEP 70165-900 – Brasília / DF

Fone: (61) 3303-6315 – fax: (61) 3303-6314 - e-mail: sen.telmariomota@senador.leg.br





Senado Federal

11

Relatório de Registro de Presença
CAE, 22/05/2018 às 10h - 16ª, Ordinária
 Comissão de Assuntos Econômicos

PMDB	
TITULARES	SUPLENTES
RAIMUNDO LIRA	1. EDUARDO BRAGA
ROBERTO REQUIÃO PRESENTE	2. ROMERO JUCÁ
GARIBALDI ALVES FILHO PRESENTE	3. ELMANO FÉRRER
ROSE DE FREITAS	4. WALDEMIR MOKA
SIMONE TEBET	5. AIRTON SANDOVAL PRESENTE
VALDIR RAUPP PRESENTE	6. VAGO
FERNANDO BEZERRA COELHO PRESENTE	

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PDT, PT)	
TITULARES	SUPLENTES
GLEISI HOFFMANN PRESENTE	1. KÁTIA ABREU
HUMBERTO COSTA PRESENTE	2. FÁTIMA BEZERRA
JORGE VIANA PRESENTE	3. PAULO PAIM
JOSÉ PIMENTEL PRESENTE	4. REGINA SOUSA
LINDBERGH FARIAS	5. PAULO ROCHA PRESENTE
ACIR GURGACZ	6. RANDOLFE RODRIGUES PRESENTE

Bloco Social Democrata (PSDB, PV, DEM)	
TITULARES	SUPLENTES
TASSO JEREISSATI PRESENTE	1. ATAÍDES OLIVEIRA PRESENTE
RICARDO FERRAÇO PRESENTE	2. DALIRIO BEBER PRESENTE
JOSÉ SERRA	3. FLEXA RIBEIRO PRESENTE
RONALDO CAIADO	4. DAVI ALCOLUMBRE
JOSÉ AGRIPINO	5. MARIA DO CARMO ALVES PRESENTE

Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
TITULARES	SUPLENTES
OTTO ALENCAR PRESENTE	1. SÉRGIO PETECÃO
OMAR AZIZ	2. JOSÉ MEDEIROS
CIRO NOGUEIRA	3. BENEDITO DE LIRA PRESENTE

Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PPS, PSB, PCdoB, REDE, PODE)	
TITULARES	SUPLENTES
LÚCIA VÂNIA PRESENTE	1. VAGO
LÍDICE DA MATA PRESENTE	2. CRISTOVAM BUARQUE
VANESSA GRAZZIOTIN PRESENTE	3. VAGO

Bloco Moderador (PTB, PSC, PRB, PR, PTC)	
TITULARES	SUPLENTES
WELLINGTON FAGUNDES PRESENTE	1. PEDRO CHAVES PRESENTE
ARMANDO MONTEIRO PRESENTE	2. VAGO
TELMÁRIO MOTA PRESENTE	3. RODRIGUES PALMA PRESENTE



DECISÃO DA COMISSÃO

(PLS 375/2017)

A COMISSÃO APROVA O RELATÓRIO, QUE PASSA A CONSTITUIR O PARECER DA CAE, FAVORÁVEL AO PROJETO, COM AS EMENDAS NºS 2 A 5-CAE, E PELA REJEIÇÃO DA EMENDA Nº 1.

22 de Maio de 2018

Senador TASSO JEREISSATI

Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos





SENADO FEDERAL

PARECER (SF) Nº 40, DE 2018

Da COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, sobre a Mensagem (SF) nº37, de 2018, que Propõe, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição, seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até US\$ 67,500,000.00 (sessenta e sete milhões e quinhentos mil dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre o Município de Salvador, no Estado da Bahia e o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, de principal, cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do "Projeto Novo Mané Dendê".

PRESIDENTE: Senador Tasso Jereissati

RELATOR: Senador Flexa Ribeiro

22 de Maio de 2018



PARECER Nº , DE 2018

Da COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, sobre a Mensagem do Senado Federal nº 37, de 2018 (Mensagem nº 246, de 9 de maio de 2018, na Casa de origem), do Presidente da República, que propõe, *nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição Federal, seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com garantia da União, no valor de até US\$ 67.500.000,00 (sessenta e sete milhões e quinhentos mil dólares dos Estados Unidos da América), entre o Município de Salvador (BA) e o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, para o financiamento parcial do “Projeto Novo Mané Dendê”*



Relator: Senador **FLEXA RIBEIRO**

I – RELATÓRIO

O Presidente da República submete à apreciação do Senado Federal pleito do Município de Salvador (BA), que solicita autorização para contratar operação de crédito externo com o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID.

Os recursos dessa operação de crédito destinam-se ao financiamento parcial do “Projeto Novo Mané Dendê”, que se refere à execução de programa de saneamento ambiental e de urbanização da Bacia do rio Mané Dendê.

O empréstimo pretendido foi credenciado pelo Banco Central do Brasil, estando suas condições financeiras inseridas no sistema de Registro de Operações Financeiras (ROF), sob o número TA 808820.



O financiamento será contratado com taxa de juros baseada na *LIBOR* trimestral, acrescida de margem variável a ser definida pelo BID. De acordo com cálculos da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), o seu custo efetivo médio será de 4,15 % ao ano, flutuante conforme a variação da *LIBOR*, tendo a Coordenação-Geral de Operações da Dívida Pública (CODIP) da STN manifestado-se favoravelmente quanto a esse aspecto.

II – ANÁLISE

A análise da presente operação de crédito externo fundamenta-se no art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição Federal, e visa verificar o cumprimento das determinações das Resoluções nºs 40 e 43, de 2001, e 48, de 2007, todas do Senado Federal, e da Lei Complementar nº 101, de 2000, a Lei de Responsabilidade Fiscal. Essas são as normas que disciplinam os limites e condições para a contratação de operações de crédito internas e externas, inclusive concessão de garantia, no âmbito dos Estados e dos Municípios.

De acordo com o Parecer SEI nº 120, de 2 de abril de 2018, da Coordenação-Geral de Operações de Crédito de Estados e Municípios (COPEM) da STN, o Município de Salvador (BA) atende os limites e condições definidas pelas referidas resoluções, inexistindo óbices à contratação da operação de crédito externo pretendida.

Em particular, a operação enquadra-se nos limites definidos nos incisos I, II e III do art. 7º da Resolução nº 43, de 2001, que tratam, respectivamente, do montante anual de operações de crédito passível de contratação, do comprometimento máximo da receita corrente líquida (RCL) com amortizações, juros e demais encargos da dívida consolidada e do montante da dívida consolidada líquida do Município.

Destaque-se que essa operação de crédito deverá ser contratada com garantia da União.

Fundamentada nos parâmetros que ela utiliza para avaliar o risco de a União conceder a garantia solicitada, a STN entendeu que o Município de Salvador (BA) apresenta suficiência de contragarantias oferecidas e apresenta capacidade de pagamento para fazer frente a esse acréscimo de endividamento.

II2018-03665



Assim, embasada em estudo sobre o comprometimento das transferências federais e das receitas próprias do Município, afirma que há disponibilidades financeiras para a cobertura das obrigações advindas do empréstimo, pois as margens disponíveis apuradas são suficientes para cobrir eventual dívida que venha a ser honrada pela União, conforme consignado no Memorando SEI nº 7, de 21 de fevereiro de 2018, da Coordenação-Geral de Haveres Financeiros – COAFI, da STN.

Ainda nesse contexto, cabe destacar a previsão do oferecimento de contragarantias por parte do Município de Salvador (BA), conforme os termos da Lei Municipal nº 9.181, de 12 de dezembro de 2016, autorizativa da presente operação de crédito. Para tanto, é prevista a formalização de contrato entre o Município de Salvador (BA) e o Tesouro Nacional para a concessão de contragarantias, sob a forma de vinculação das receitas a que se referem os arts. 156, 158 e 159, nos termos do art. 167, § 4º, todos da Constituição Federal, bem como de outras garantias em direito admitidas.

Mais ainda, de acordo com a Coordenação-Geral das Relações e Análise Financeira dos Estados e Municípios – COREM, da STN, em sua Nota nº 8, de 21 de dezembro de 2017, os resultados financeiros obtidos na análise demonstram que o Município de Salvador (BA) possui capacidade de pagamento B, sendo, assim, elegível, relativamente aos riscos do Tesouro Nacional, para fins de concessão de garantia da União, em conformidade com a Portaria do Ministério da Fazenda (MF) nº 501, de 24 de novembro de 2017, que trata da nova metodologia para cálculo da capacidade de pagamento dos entes federados.

Por fim, quanto às exigências de adimplência, fica destacado no processado que o Município de Salvador (BA) se encontra adimplente com a União relativamente aos financiamentos e refinanciamentos dela recebidos e às garantias honradas. Quanto à verificação de sua adimplência financeira em face da Administração Pública Federal e suas entidades controladas, inclusive sobre a prestação de contas dos recursos dela recebidos, nos termos da Resolução nº 41, de 2009, do Senado Federal, deverá ela ser verificada por ocasião da assinatura do contrato de garantia.

Em suma, satisfeitas as condições financeiras estipuladas pelas referidas resoluções do Senado Federal, não há motivos, do ponto de vista técnico, para se negar a autorização do Senado ao pleito em exame.

II2018-03665



Portanto, estão sendo observadas as exigências definidas na Resolução nº 48, de 2007, do Senado Federal, e no art. 40 da Lei de Responsabilidade Fiscal, quanto às exigências e condições para a prestação de garantia por parte da União.

Em conclusão, a operação de crédito em exame atende as exigências previstas nos arts. 6º, 7º e 21 da Resolução nº 43, de 2001, observando, assim, os limites de endividamento nela estabelecidos, assim como o previsto na Resolução nº 40, de 2001, ambas do Senado Federal.

As demais condições e exigências estipuladas pelas Resoluções nºs 48, de 2007, e 40 e 43, de 2001, são atendidas pelo Município de Salvador (BA), conforme evidenciado pelos documentos que acompanham a mensagem em questão.

III – VOTO

Ante o exposto, voto pela aprovação do pedido de autorização do Município de Salvador (BA) para contratar a operação de crédito externo pretendida, nos termos do seguinte:

PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº _____, DE 2018

Autoriza o Município de Salvador (BA) a contratar operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, com o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, no valor de até US\$ 67.500.000,00 (sessenta e sete milhões e quinhentos mil dólares dos Estados Unidos da América).

O SENADO FEDERAL resolve:

II2018-03665



Art. 1º É o Município de Salvador (BA) autorizado a contratar operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, com o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, no valor de até US\$ 67.500.000,00 (sessenta e sete milhões e quinhentos mil dólares dos Estados Unidos da América), de principal.

Parágrafo único. Os recursos dessa operação de crédito destinam-se ao financiamento parcial do “Projeto Novo Mané Dendê”.

Art. 2º A operação de crédito referida no art. 1º deverá ser realizada nas seguintes condições:

I – Devedor: Município de Salvador (BA);

II – Credor: Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID;

III – Garantidor: República Federativa do Brasil;

IV – Valor: até US\$ 67.500.000,00 (sessenta e sete milhões e quinhentos mil dólares dos Estados Unidos da América), de principal;

V – Desembolso Estimativo: US\$ 6.662,641,04 (seis milhões, seiscentos e sessenta e dois mil seiscentos e quarenta e um dólares dos Estados Unidos da América e quatro centavos) em 2018; US\$ 15.196.888,96 (quinze milhões, cento e noventa e seis mil oitocentos e oitenta e oito dólares dos Estados Unidos da América e noventa e seis centavos) em 2019; US\$ 19.396.185,00 em 2020 (dezenove milhões, trezentos e noventa e seis mil cento e oitenta e cinco dólares dos Estados Unidos da América), US\$ 16.160.015,00 (dezesseis milhões, cento e sessenta mil e quinze dólares dos Estados Unidos da América) em 2021, US\$ 8.364.355,00 (oito milhões, trezentos e sessenta e quatro mil trezentos e cinquenta e cinco dólares dos Estados Unidos da América) em 2022 e US\$ 1.719.915,00 (um milhão, setecentos e dezenove mil e novecentos e quinze dólares dos Estados Unidos da América) em 2023;

VI – Amortização: até 234 (duzentos e trinta e quatro) meses, além do prazo de carência de até 66 (sessenta e seis) meses;



VII – Taxa de juros: baseada na *LIBOR* trimestral, denominada em dólares, mais margem variável determinada pelo BID no momento da contratação;

VII – Demais encargos e comissões: comissão de crédito de até 0,75% ao ano, cobrada a partir de sessenta dias a contar da data de assinatura do contrato, e encargo de inspeção e supervisão de até 1% do valor do empréstimo, dividido pelo número de semestres compreendidos no prazo original de desembolsos.

§ 1º As datas de pagamentos do principal e dos encargos financeiros e de desembolsos previstos poderão ser alteradas em função da data de assinatura do contrato de empréstimo, bem como os montantes estimados dos desembolsos em cada ano, conforme a execução contratual.

§ 2º É permitido ao mutuário, já devidamente autorizado por esta Resolução, com o consentimento formal do Garantidor, observados os prazos e montantes mínimos requeridos no contrato de empréstimo, exercer a opção de conversão da taxa de juros para uma taxa de juros fixa ou qualquer outra opção aceita pelo Banco no tocante à parte ou totalidade dos saldos devedores sujeitos à taxa de juros baseada na *LIBOR*, bem como da moeda do empréstimo, no tocante ao desembolso ou à totalidade ou parte do saldo devedor, para moeda de País não mutuário ou moeda local que o Banco possa intermediar eficientemente.

§ 3º Para o exercício da opção referida no parágrafo anterior, fica autorizada a cobrança dos custos incorridos pelo BID na sua realização, assim como o repasse ao devedor de eventuais ganhos decorrentes da conversão.

Art. 3º Fica a União autorizada a conceder garantia ao Município de Salvador (BA) na contratação da operação de crédito externo referida nesta Resolução.

§ 1º O exercício da autorização prevista no *caput* fica condicionado a que o Município de Salvador (BA) celebre contrato com a União para a concessão de contragarantias, sob a forma de vinculação das receitas de que tratam os arts. 156, 158 e 159, todos da Constituição Federal, e de outras garantias em direito admitidas, podendo o Governo Federal requerer as transferências de recursos necessários para cobertura dos compromissos honrados, diretamente das contas centralizadoras da arrecadação do Município de Salvador (BA) ou das transferências federais.

II2018-03665



§ 2º Previamente à assinatura do contrato, o Ministério da Fazenda verificará e atestará a adimplência do Município de Salvador (BA) quanto aos pagamentos e prestações de contas de que trata o art. 10 da Resolução do Senado Federal nº 48, de 21 de dezembro de 2007, ao pagamento dos precatórios e ao cumprimento substancial das condições prévias ao primeiro desembolso.

Art. 4º O prazo máximo para o exercício da presente autorização é de quinhentos e quarenta dias, contados a partir da vigência desta Resolução.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator





Senado Federal

9

Relatório de Registro de Presença
CAE, 22/05/2018 às 10h - 16ª, Ordinária
 Comissão de Assuntos Econômicos

PMDB	
TITULARES	SUPLENTES
RAIMUNDO LIRA	1. EDUARDO BRAGA
ROBERTO REQUIÃO PRESENTE	2. ROMERO JUCÁ
GARIBALDI ALVES FILHO PRESENTE	3. ELMANO FÉRRER
ROSE DE FREITAS	4. WALDEMIR MOKA
SIMONE TEBET	5. AIRTON SANDOVAL PRESENTE
VALDIR RAUPP PRESENTE	6. VAGO
FERNANDO BEZERRA COELHO PRESENTE	

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PDT, PT)	
TITULARES	SUPLENTES
GLEISI HOFFMANN PRESENTE	1. KÁTIA ABREU
HUMBERTO COSTA PRESENTE	2. FÁTIMA BEZERRA
JORGE VIANA PRESENTE	3. PAULO PAIM
JOSÉ PIMENTEL PRESENTE	4. REGINA SOUSA
LINDBERGH FARIAS	5. PAULO ROCHA PRESENTE
ACIR GURGACZ	6. RANDOLFE RODRIGUES PRESENTE

Bloco Social Democrata (PSDB, PV, DEM)	
TITULARES	SUPLENTES
TASSO JEREISSATI PRESENTE	1. ATAÍDES OLIVEIRA PRESENTE
RICARDO FERRAÇO PRESENTE	2. DALIRIO BEBER PRESENTE
JOSÉ SERRA	3. FLEXA RIBEIRO PRESENTE
RONALDO CAIADO	4. DAVI ALCOLUMBRE
JOSÉ AGRIPINO	5. MARIA DO CARMO ALVES PRESENTE

Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
TITULARES	SUPLENTES
OTTO ALENCAR PRESENTE	1. SÉRGIO PETECÃO
OMAR AZIZ	2. JOSÉ MEDEIROS
CIRO NOGUEIRA	3. BENEDITO DE LIRA PRESENTE

Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PPS, PSB, PCdoB, REDE, PODE)	
TITULARES	SUPLENTES
LÚCIA VÂNIA PRESENTE	1. VAGO
LÍDICE DA MATA PRESENTE	2. CRISTOVAM BUARQUE
VANESSA GRAZZIOTIN PRESENTE	3. VAGO

Bloco Moderador (PTB, PSC, PRB, PR, PTC)	
TITULARES	SUPLENTES
WELLINGTON FAGUNDES PRESENTE	1. PEDRO CHAVES PRESENTE
ARMANDO MONTEIRO PRESENTE	2. VAGO
TELMÁRIO MOTA PRESENTE	3. RODRIGUES PALMA PRESENTE



DECISÃO DA COMISSÃO

(MSF 37/2018)

A COMISSÃO APROVA O RELATÓRIO, QUE PASSA A CONSTITUIR O PARECER DA CAE, FAVORÁVEL NOS TERMOS DO PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO APRESENTADO.

22 de Maio de 2018

Senador TASSO JEREISSATI

Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos





SENADO FEDERAL

PARECER (SF) Nº 41, DE 2018

Da COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, sobre o Projeto de Lei do Senado nº573, de 2015, do Senador Fernando Bezerra Coelho, que Altera os arts. 70 e 71 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para considerar como de manutenção e desenvolvimento do ensino as despesas com alimentação e uniformes escolares.

PRESIDENTE: Senador Tasso Jereissati

RELATOR: Senador Armando Monteiro

22 de Maio de 2018



2



SENADO FEDERAL
Senador Armando Monteiro

PARECER Nº , DE 2018

Da COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 573, de 2015, do Senador Fernando Bezerra Coelho, que *altera os arts. 70 e 71 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para considerar como de manutenção e desenvolvimento do ensino as despesas com alimentação e uniformes escolares.*

Relator: Senador **ARMANDO MONTEIRO**

I – RELATÓRIO

Vem a esta Comissão, para análise, o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 573, de 2015, que tem por objetivo incluir as despesas com alimentação e uniformes escolares no rol dos gastos com manutenção e desenvolvimento do ensino (MDE).

O PLS é composto de três artigos. Os dois primeiros alteram os arts. 70 e 71 da Lei nº 9.394, de 1996, conhecida como Lei das Diretrizes e Bases da Educação. O art. 70 enumera as despesas que podem ser computadas como de MDE. Com a redação proposta, esse artigo fica acrescido de inciso IX, que acrescenta aquisição de uniformes escolares e programas de alimentação escolar entre tais despesas. Já o art. 71 enumera despesas que são conexas à atividade de educação, mas que não podem ser computadas como gastos em MDE. O PLS altera a redação do inciso IV para excluir os programas de alimentação escolar financiados com receitas de impostos do rol dessas despesas. Ou seja, sem a nova redação para o art. 71, a Lei ficaria contraditória: o art. 70 diria que programas de alimentação



SF/18798.64880-06



escolar podem ser considerados gastos com MDE, ao passo que o art. 71 estabelecerá exatamente o oposto.

O art. 3º estatui a cláusula de vigência, que passa a ser imediata, mas produzindo efeitos a partir de 1º de janeiro do ano seguinte à data de publicação da Lei.

O art. 212 da Constituição Federal prevê que estados e municípios deverão gastar, no mínimo, 25% com MDE. Ocorre que, embora alguns gastos possam ser obviamente classificados como MDE, outros situam-se em uma linha fronteira. Por exemplo, transporte escolar é classificado como MDE, mas construir uma estrada que leve até a escola, não. Por esse motivo, é importante para prefeitos e governadores saberem exatamente o que é, e o que não é despesa com MDE, para que possam executar os respectivos orçamentos obedecendo ao disposto na Constituição e demais normas legais.

De acordo com o autor da proposta, Senador Fernando Bezerra Coelho, programas de alimentação escolar são essenciais para o bom andamento do processo de aprendizagem e a aquisição e distribuição de uniformes está diretamente associada à atividade de ensino. Essa alteração seria, inclusive, mais compatível com o texto atual da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que computa como gastos com educação outras despesas como aquisição de material-escolar e transporte escolar. Afinal, por que o transporte escolar é considerado despesa com educação, mas a merenda escolar, não?

Após análise da Comissão de Assuntos Econômicos, a matéria seguirá para análise na Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE), com decisão em caráter terminativo.

Encerrado o prazo regimental, não foram apresentadas emendas.

II – ANÁLISE

Nos termos do inciso I do art. 99 do Regimento Interno do Senado Federal, compete à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE)



analisar os aspectos econômicos e financeiros das proposições que lhe são submetidas.

Como esta deliberação da CAE não é em caráter terminativo, iremos nos concentrar no mérito da matéria, deixando a análise da conformidade do PLS ao regramento legal para a CE.

No caso da alimentação, há vários estudos mostrando a correlação positiva entre nutrição e desempenho escolar. O mínimo de bom-senso é suficiente para concluir que estudantes melhor alimentados conseguem aprender mais e melhor.

Esse efeito é particularmente mais forte nos municípios mais carentes. Nesse caso, alimentação e aprendizado são complementares, inclusive podendo influenciar na frequência escolar, ou seja, a merenda escolar funciona como um incentivo para os alunos comparecerem à escola.

Além disso, o fornecimento de alimentação escolar é obrigação do Estado, prevista na Constituição Federal, conforme art. 208, inciso VII e também seguiria, como argumentou o autor - o nobre Senador Fernando Bezerra – o espírito da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

Quanto aos uniformes, também podemos detectar uma relação com o desenvolvimento do ensino. O uniforme transmite um senso de pertencimento a um grupo e mostra a necessidade de seguir regras, ambos aspectos muito importantes para melhorar o desempenho escolar. Em algumas comunidades, o uniforme pode contribuir para aumentar a segurança, pois facilita a identificação do aluno da escola. Por fim, se a criança recebe uniformes gratuitamente, a economia gerada pode levar as famílias mais pobres a adquirir outros bens e serviços que possam ajudar na educação do filho, tanto diretamente (como livros, material escolar, jornais ou revistas), como indiretamente, por exemplo, mediante melhor alimentação.

Finalmente, é importante destacar que a inclusão desses dois itens no cômputo do gasto com educação pode trazer maior eficiência e uma maior flexibilidade orçamentária na aplicação dos recursos.

No primeiro caso, os municípios que estão cumprindo marginalmente a determinação constitucional podem estar desperdiçando recursos, devido à indivisibilidade de gastos. Por exemplo, um município poderia estar gastando 24,9% de suas receitas, mas não encontra como



despender o 0,1% necessário para cumprir o disposto na Constituição. Pode, então, decidir contratar uma obra que custe, digamos, 0,6% de suas receitas, não porque a obra seja, de fato, importante, mas porque, com esses gastos adicionais, ele atingiria o mínimo exigido. Nesse caso, permitir incorporar os gastos com alimentação ou uniformes desobrigaria a prefeitura a recorrer a tais expedientes, levando a melhor aproveitamento dos recursos municipais;

Ademais, conforme já foi mencionado, em escolas que atendem a populações mais carentes, um programa de alimentação escolar pode ter um impacto maior sobre o rendimento escolar dos alunos do que gastos diretos em educação, a exemplo de reformas de prédios ou investimentos em estruturas físicas;

Já a maior flexibilidade dos gastos pode ajudar a situação fiscal das prefeituras e estados, mantendo suas finanças em ordem. Não se pode esquecer que o financiamento da educação no longo prazo depende fundamentalmente da boa qualidade das contas públicas.

III – VOTO

Diante do exposto, voto pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 573, de 2015.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator





6

Senado Federal

Relatório de Registro de Presença
CAE, 22/05/2018 às 10h - 16ª, Ordinária
 Comissão de Assuntos Econômicos

PMDB	
TITULARES	SUPLENTES
RAIMUNDO LIRA	1. EDUARDO BRAGA
ROBERTO REQUIÃO PRESENTE	2. ROMERO JUCÁ
GARIBALDI ALVES FILHO PRESENTE	3. ELMANO FÉRRER
ROSE DE FREITAS	4. WALDEMIR MOKA
SIMONE TEBET	5. AIRTON SANDOVAL PRESENTE
VALDIR RAUPP PRESENTE	6. VAGO
FERNANDO BEZERRA COELHO PRESENTE	

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PDT, PT)	
TITULARES	SUPLENTES
GLEISI HOFFMANN PRESENTE	1. KÁTIA ABREU
HUMBERTO COSTA PRESENTE	2. FÁTIMA BEZERRA
JORGE VIANA PRESENTE	3. PAULO PAIM
JOSÉ PIMENTEL PRESENTE	4. REGINA SOUSA
LINDBERGH FARIAS	5. PAULO ROCHA PRESENTE
ACIR GURGACZ	6. RANDOLFE RODRIGUES PRESENTE

Bloco Social Democrata (PSDB, PV, DEM)	
TITULARES	SUPLENTES
TASSO JEREISSATI PRESENTE	1. ATAÍDES OLIVEIRA PRESENTE
RICARDO FERRAÇO PRESENTE	2. DALIRIO BEBER PRESENTE
JOSÉ SERRA	3. FLEXA RIBEIRO PRESENTE
RONALDO CAIADO	4. DAVI ALCOLUMBRE
JOSÉ AGRIPINO	5. MARIA DO CARMO ALVES PRESENTE

Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
TITULARES	SUPLENTES
OTTO ALENCAR PRESENTE	1. SÉRGIO PETECÃO
OMAR AZIZ	2. JOSÉ MEDEIROS
CIRO NOGUEIRA	3. BENEDITO DE LIRA PRESENTE

Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PPS, PSB, PCdoB, REDE, PODE)	
TITULARES	SUPLENTES
LÚCIA VÂNIA PRESENTE	1. VAGO
LÍDICE DA MATA PRESENTE	2. CRISTOVAM BUARQUE
VANESSA GRAZZIOTIN PRESENTE	3. VAGO

Bloco Moderador (PTB, PSC, PRB, PR, PTC)	
TITULARES	SUPLENTES
WELLINGTON FAGUNDES PRESENTE	1. PEDRO CHAVES PRESENTE
ARMANDO MONTEIRO PRESENTE	2. VAGO
TELMÁRIO MOTA PRESENTE	3. RODRIGUES PALMA PRESENTE



DECISÃO DA COMISSÃO**(PLS 573/2015)**

A COMISSÃO APROVA O RELATÓRIO, QUE PASSA A CONSTITUIR O PARECER DA CAE, FAVORÁVEL AO PROJETO.

22 de Maio de 2018

Senador TASSO JEREISSATI

Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos





SENADO FEDERAL

PARECER (SF) Nº 42, DE 2018

Da COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº71, de 2017, que Dá nova redação ao § 2º do art. 12 da Lei nº 6.194, de 19 de dezembro de 1974.

PRESIDENTE: Senador Tasso Jereissati

RELATOR: Senador Telmário Mota

22 de Maio de 2018



2



SENADO FEDERAL
Senador TELMARIO MOTA

PARECER Nº , DE 2017

Da COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 71, de 2017, do Deputado Ronaldo Manchado Martins, que dá nova redação ao § 2º do art. 12 da Lei nº 6.194, de 19 de dezembro de 1974.



Relator: Senador **TELMÁRIO MOTA**

I – RELATÓRIO

Vem para análise desta Comissão, nos termos do art. 90, combinado com o art. 99, ambos do Regimento Interno do Senado Federal, o Projeto de Lei Câmara (PLC) nº 71, de 2017, na Casa de origem, Projeto de Lei nº 2.409, de 2015, doravante tratado, neste Parecer, apenas como PLC.

O referido PLC compõe-se de dois artigos. O art. 1º altera o § 2º do art. 12 da Lei nº 6.194, de 19 de dezembro de 1974, para determinar que o prêmio do Seguro Obrigatório de Danos Pessoais causados por Veículos Automotores de Via Terrestre – DPVAT, de qualquer categoria, por solicitação do segurado, será dividido em, no mínimo, três parcelas iguais, mensais e consecutivas, observado o valor mínimo de R\$ 50,00 (cinquenta reais) por parcela do prêmio. O parcelamento incide também sobre o custo do bilhete do seguro.

A alteração proposta para o § 2º do art. 12 da Lei nº 6.194, de 1974, prevê ainda que a data de vencimento da primeira parcela do seguro DPVAT coincida com a data de vencimento da primeira parcela do IPVA e

Senado Federal - Anexo II - Ala Senador Ruy Carneiro - gabinete nº 3
CEP 70165-900 – Brasília / DF
fone: (61) 3303-6315 – fax: (61) 3303-6314 - e-mail: sen.telmariomota@senador.leg.br





SENADO FEDERAL
Senador TELMARIO MOTA

que as duas parcelas seguintes sejam iguais, mensais e consecutivas e coincidam com o calendário de vencimento para pagamento do IPVA da unidade da Federação em que o veículo for licenciado. A isenção do IPVA ou seu pagamento em cota única não invalida o parcelamento do seguro, que poderá ser em três parcelas. Entretanto, é vedado o parcelamento para prêmios vencidos.

O art. 2º é a cláusula de vigência, que seria imediata.

Em 28 de junho de 2017, a proposição veio ao Senado Federal, onde passou a ser identificada como Projeto de Lei da Câmara nº 71, de 2017, tendo sido distribuída exclusivamente a esta Comissão de Assuntos Econômicos, para apreciação em caráter não terminativo.

II – ANÁLISE

Quanto aos requisitos formais e materiais de constitucionalidade, nada há a opor ao PLC nº 71, de 2017, tendo em vista que: *i*) compete privativamente à União legislar sobre seguros, a teor do disposto no art. 22, inciso VII, da Constituição Federal (CF); *ii*) cabe ao Congresso Nacional dispor sobre todas as matérias de competência da União (CF, art. 48, *caput*); *iii*) os termos da proposição não importam em violação de cláusula pétrea; e *iv*) não há vício de iniciativa, nos termos do art. 61 da Carta Magna.

No que concerne à juridicidade, o projeto se afigura correto, porquanto o *meio* eleito para o alcance dos objetivos pretendidos (normatização via edição de lei) é o adequado; a matéria nele vertida *inova* o ordenamento jurídico; possui o atributo da *generalidade*; é consentâneo com os *princípios gerais do Direito*; e se afigura dotado de potencial *coercitividade*.

Cabe ainda considerar que a matéria não tem implicação direta sobre as finanças públicas, não implicando em aumento de despesas ou diminuição de receitas.



SF17313.24932-74





SENADO FEDERAL
Senador TELMARIO MOTA

No mérito, é assaz oportuno dar a possibilidade ao proprietário de veículo de parcelar uma das muitas despesas que ocorrem logo no início do ano, de modo a reduzir as pressões no orçamento familiar logo nos primeiros meses do calendário.

Hoje, de acordo com a Resolução SUSEP Nº 332, de 9 de dezembro de 2015, o prêmio do Seguro DPVAT, nos Estados da Federação em que haja parcelamento do IPVA, pode ser parcelado em três vezes, iguais, mensais e consecutivas, observado o valor mínimo de R\$ 70,00 (setenta reais) por parcela do prêmio. Entretanto, o parcelamento do DPVAT é facultativo aos Estados e ocorrerá, como já dito, apenas naqueles Estados que parcelam o IPVA.

A proposição ora em análise, além de tornar obrigatório a parcelamento a todos os Estados, reduz o valor mínimo da parcela a R\$ 50,00 (cinquenta reais) e estipula o parcelamento em pelo menos três vezes.

Entretanto, indo ao encontro do objetivo da proposição, a possibilidade de os Estados parcelarem o DPVAT em mais de três parcelas e haver a determinação de que cada parcela seja de pelo menos R\$ 50,00 (cinquenta reais) pode tornar o parcelamento disponível apenas a uma minoria dos veículos. Em caso de quatro parcelas, por exemplo, apenas os veículos da categoria ônibus e micro-ônibus com cobrança de frete e lotação de mais de 10 passageiros, cujo valor de DPVAT é de R\$ 246,23, em 2017, poderiam ter o DPVAT parcelado. Os demais veículos teriam seu seguro pago em parcela única pois não atenderiam o critério do valor mínimo da parcela.

Somando-se a isso, a redação proposta para o Inciso IV do § 2º afirma que as **duas** parcelas seguintes serão iguais, mensais e consecutivas e coincidirão com o calendário de vencimento para pagamento do IPVA da unidade da Federação em que o veículo for licenciado. Não fica, dessa forma, estabelecido quando se dará o pagamento das parcelas posteriores a terceira. Cumpre lembrar ainda que, para o exercício de 2017, entre os Estados brasileiros, o número de parcelas para pagamento do IPVA variou entre duas a seis parcelas.





SENADO FEDERAL
Senador TELMARIO MOTA

Dado o exposto, seria mais adequado que a alteração proposta determinasse que o DPVAT seja parcelado em três vezes e que o valor da parcela não seja inferior a R\$ 50,00 (cinquenta reais). Quanto ao vencimento, este ocorreria conforme o calendário do IPVA, ou sendo este superado, as próximas parcelas do DPVAT venceriam a cada trinta dias corridos após o término do calendário do IPVA.

III – VOTO

Assim, o voto é pela constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e, no mérito, pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 71, de 2017, com a seguinte emenda:

EMENDA Nº 1 – CAE

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 71, DE 2017

Dê-se ao PLS nº 71, de 2017, a seguinte redação:

“Art. 1º

 “Art. 12.....

 § 2º

 II - o prêmio do Seguro DPVAT, por solicitação do segurado, será parcelado em três vezes, iguais, mensais e consecutivas, observado o valor mínimo de R\$ 50,00 (cinquenta reais) por parcela do prêmio;

.....



SF/17313.24932-74



6



SENADO FEDERAL
Senador TELMARIO MOTA

IV - a data de vencimento da primeira parcela do seguro DPVAT coincidirá com a data de vencimento da primeira parcela do IPVA, e as parcelas seguintes serão iguais, mensais e consecutivas e coincidirão com o calendário de vencimento para pagamento do IPVA da unidade da Federação em que o veículo for licenciado e, findo este, as parcelas remanescentes vencerão a cada trinta dias corridos;

V – O disposto no Inciso II se aplica aos veículos isentos do IPVA e aos casos em que o proprietário do veículo opte por pagar o IPVA em cota única.

.....
Art. 2º Esta Lei entra em vigor 180 dias da sua publicação.”(NR)

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator





Senado Federal

7

Relatório de Registro de Presença
CAE, 22/05/2018 às 10h - 16ª, Ordinária
 Comissão de Assuntos Econômicos

PMDB	
TITULARES	SUPLENTES
RAIMUNDO LIRA	1. EDUARDO BRAGA
ROBERTO REQUIÃO PRESENTE	2. ROMERO JUCÁ
GARIBALDI ALVES FILHO PRESENTE	3. ELMANO FÉRRER
ROSE DE FREITAS	4. WALDEMIR MOKA
SIMONE TEBET	5. AIRTON SANDOVAL PRESENTE
VALDIR RAUPP PRESENTE	6. VAGO
FERNANDO BEZERRA COELHO PRESENTE	

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PDT, PT)	
TITULARES	SUPLENTES
GLEISI HOFFMANN PRESENTE	1. KÁTIA ABREU
HUMBERTO COSTA PRESENTE	2. FÁTIMA BEZERRA
JORGE VIANA PRESENTE	3. PAULO PAIM
JOSÉ PIMENTEL PRESENTE	4. REGINA SOUSA
LINDBERGH FARIAS	5. PAULO ROCHA PRESENTE
ACIR GURGACZ	6. RANDOLFE RODRIGUES PRESENTE

Bloco Social Democrata (PSDB, PV, DEM)	
TITULARES	SUPLENTES
TASSO JEREISSATI PRESENTE	1. ATAÍDES OLIVEIRA PRESENTE
RICARDO FERRAÇO PRESENTE	2. DALIRIO BEBER PRESENTE
JOSÉ SERRA	3. FLEXA RIBEIRO PRESENTE
RONALDO CAIADO	4. DAVI ALCOLUMBRE
JOSÉ AGRIPINO	5. MARIA DO CARMO ALVES PRESENTE

Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
TITULARES	SUPLENTES
OTTO ALENCAR PRESENTE	1. SÉRGIO PETECÃO
OMAR AZIZ	2. JOSÉ MEDEIROS
CIRO NOGUEIRA	3. BENEDITO DE LIRA PRESENTE

Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PPS, PSB, PCdoB, REDE, PODE)	
TITULARES	SUPLENTES
LÚCIA VÂNIA PRESENTE	1. VAGO
LÍDICE DA MATA PRESENTE	2. CRISTOVAM BUARQUE
VANESSA GRAZZIOTIN PRESENTE	3. VAGO

Bloco Moderador (PTB, PSC, PRB, PR, PTC)	
TITULARES	SUPLENTES
WELLINGTON FAGUNDES PRESENTE	1. PEDRO CHAVES PRESENTE
ARMANDO MONTEIRO PRESENTE	2. VAGO
TELMÁRIO MOTA PRESENTE	3. RODRIGUES PALMA PRESENTE



DECISÃO DA COMISSÃO

(PLC 71/2017)

A COMISSÃO APROVA O RELATÓRIO, QUE PASSA A CONSTITUIR O PARECER DA CAE, FAVORÁVEL AO PROJETO, COM A EMENDA Nº 1-CAE.

22 de Maio de 2018

Senador TASSO JEREISSATI

Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos





SENADO FEDERAL

PARECER (SF) Nº 43, DE 2018

Da COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, sobre o Projeto de Lei do Senado nº206, de 2007, do Senador Valdir Raupp, que Exclui uma fração da área da Reserva Extrativista do Rio Ouro Preto, localizada nos Municípios de Guajará-Mirim e Vila Nova Mamoré, no Estado de Rondônia.

PRESIDENTE: Senador Tasso Jereissati

RELATOR: Senador Jorge Viana

22 de Maio de 2018



PARECER N° , DE 2018

Da COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 206, de 2007, do Senador Valdir Raupp, que *exclui uma fração da área da Reserva Extrativista do Rio Ouro Preto, localizada nos Municípios de Guajará-Mirim e Vila Nova Mamoré, no Estado de Rondônia.*

Relator: Senador **JORGE VIANA**

I – RELATÓRIO

Submete-se ao exame desta Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 206, de 2007, que *exclui uma fração da área da Reserva Extrativista do Rio Ouro Preto, localizada nos Municípios de Guajará-Mirim e Vila Nova Mamoré, no Estado de Rondônia.*

A proposição de autoria do Senador Valdir Raupp tem dois artigos. O primeiro traz o memorial descritivo da Reserva Extrativista (RESEX) do Rio Ouro Preto, criada pelo Decreto nº 99.166, de 13 de março de 1990, com a exclusão, da área original, de uma fração de 31.489,49 hectares localizada na parte norte da citada reserva, abrangida pelos Setores Pacaás Novos e Cachoeirinha.

O segundo é a cláusula de vigência, que estabelece que a lei resultante entrará em vigor na data de sua publicação.

Em sua justificção, o eminente autor cita conteúdo da Exposição de Motivos (EM) do Ministério do Meio Ambiente nº 226, de



1999, favorável a essa alteração, segundo a qual *os limites (da Resex) foram definidos muito apressadamente, sem uma análise mais detalhada da situação fundiária, resultando em equívoco na delimitação da superfície eleita, pois englobou erroneamente uma fração de terras, com aproximadamente 31.489,49 hectares, totalmente antropizada, que vem sendo utilizada na exploração da atividade agropecuária.*

Conforme mencionado na referida EM, “inexistindo prática de extrativismo que justifique a permanência dessa porção de terra nos limites da reserva e reconhecendo ter sido um equívoco incluí-la na área de preservação”, o autor defende que “a única alternativa é a alteração dos limites da referida Reserva Extrativista, com a exclusão de 31.489,49 hectares”.

A matéria foi inicialmente distribuída a esta Comissão de Assuntos Econômicos – CAE. Posteriormente, deverá ser analisada pela Comissão de Meio Ambiente – CMA, que decidirá de forma terminativa sobre o projeto.

No âmbito deste colegiado, foram apresentados relatórios legislativos dos Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Romero Jucá, favoráveis ao projeto, que, no entanto, não chegaram a ser apreciados.

Não foram apresentadas emendas.

II – ANÁLISE

Nos termos do inciso I do art. 99 do Regimento Interno do Senado Federal, compete a esta Comissão opinar sobre o aspecto econômico e financeiro de qualquer matéria que lhe seja submetida por despacho do Presidente, por deliberação do Plenário, ou por consulta de comissão. E, de fato, a questão econômica e financeira é tema tangencial no PLS nº 206, de 2007, pois envolve o exercício de atividade econômica limitada pelo fato de ser desenvolvida em área onde tal ação é restrita.

Ao analisarmos detidamente a matéria, verificamos que a pretensão do poder público em destacar da Resex do Rio Ouro Preto área



onde são desenvolvidas atividades incompatíveis com o regime de uso do solo é antiga. De acordo com a Nota Técnica do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (Instituto Chico Mendes) nº 6/2013/CGTER/DISAT/ICMBio, de 14 de junho de 2013,

Quando da criação da RESEX Rio Ouro Preto, os levantamentos ocupacionais e fundiários, detectaram 521 lotes titulados (no âmbito do programa de colonização ‘Soldado da Borracha’), abrangendo uma área de 126.391,10 hectares; 13 lotes acobertados por Contrato de Promessa de Compra e Venda (CPCV) outorgados pelo INCRA; 76 lotes em fase de regularização fundiária, cujos processos administrativos tramitavam com vistas a concessão dos respectivos Títulos de Propriedade; e mais 150 lotes tidos com simples ocupação, em fase de reconhecimento das áreas individuais pretendidas; além de 20 lotes vagos, embora demarcados.

Essa condição original gerou diversos debates sobre o tema, envolvendo instituições públicas e representantes das partes, entre outros. Laudos, estudos técnicos diversos e consultas públicas foram desenvolvidos ao longo dos anos, em vista da correção dos limites da unidade de conservação.

Como resultado, o Presidente da República submeteu à apreciação do Congresso Nacional, por meio da Mensagem nº 114, de 2000, proposição legislativa destinada a modificar os limites da Resex do Rio Ouro Preto. A matéria tramitou na Câmara dos Deputados como Projeto de Lei nº 2.354, de 2000, e, após aprovação naquela Casa, veio ao Senado Federal como Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 47, de 2005.

Entretanto, a tramitação do projeto foi suspensa pelo Poder Executivo – por meio da Mensagem nº 169, de 2006, acompanhada da EM do Ministério do Meio Ambiente nº 46/MMA/2006 –, com base em motivos que não chegaram a ser discutidos no Parlamento. Consequentemente, o PLC nº 47, de 2005, foi remetido ao arquivo, sepultando temporariamente a proposta de alteração dos limites daquela unidade de conservação da natureza.

Uma vez que as condições que ensejaram a primeira manifestação do Poder Executivo permaneceram, subsistindo os mesmos



SF/18279.39222-20



conflitos e pressões que motivaram a proposta de revisão dos limites da unidade de conservação, o Senador Valdir Raupp, em 2007, nos reapresentou a proposição para o devido debate democrático.

Contudo, os mais recentes contatos com o Instituto Chico Mendes deram conta da necessidade de aperfeiçoamento da matéria. A autarquia expediu a Nota Técnica nº 259, de 6 de dezembro de 2017, com robustos argumentos e justificativas que nos levam a apoiar a iniciativa de revisão dos limites da Resex, com vistas à correção de uma distorção histórica, que apenas resultou em insegurança jurídica para aqueles que deveriam desenvolver atividades agropecuárias sem maiores preocupações. Porém, constata-se, com base nas informações constantes da mencionada Nota, que a alteração dos limites da unidade de conservação deve se dar em outros moldes, com salvaguardas que garantam ganho ambiental decorrente da proposição, bem como garantias à manutenção da atividade extrativista, que é de grande importância econômica para as populações tradicionais.

O Instituto Chico Mendes conduziu, desde a apresentação da proposição em tela, estudos, levantamentos fundiários, oficinas, consultas públicas e diversas reuniões com o Conselho Deliberativo da Resex, com lideranças das comunidades extrativistas e com representantes dos ocupantes das áreas para as quais se propõe a exclusão do território da unidade de conservação. Como Relator da matéria, participei dessas discussões com o Presidente do ICMBio em duas ocasiões no meu gabinete. Esse conjunto de ações voltadas à ampliação do debate sobre o tema e à agregação de maior transparência ao processo culminou com a apresentação de nova proposta de redefinição dos limites da Resex do Rio Ouro Preto, que foi aprovada por unanimidade pelo Conselho Deliberativo da unidade.

A proposta do autor pretende desafetar 31.489,49 hectares dos 204.631,55 hectares da Resex do Rio Ouro Preto. A nova proposta em questão permite solucionar todos os conflitos existentes, desafetando apenas 20.462,00 hectares, 35% a menos de área em relação à proposta original. Isso representa importante avanço na manutenção de áreas protegidas na região.

Ainda como resultado das negociações, aponte a necessidade de compensação da área desafetada na Resex do Rio Ouro Preto. Essa sugestão está de acordo com a reivindicação do Conselho Nacional das



Populações Extrativistas (CNS), para quem essa compensação deve se dar em outra unidade de conservação, no mesmo estado e, preferencialmente, na mesma região. Assim, o Instituto Chico Mendes realizou estudos que resultaram na proposta de ampliação da Resex do Lago Cuniã, localizada também no Estado de Rondônia, em 24.055,16 hectares (3.593,16 hectares a mais do que o desafetado na Resex do Rio Ouro Preto).

Acolhendo o consenso que foi construído junto às comunidades afetadas pela criação da Resex, queremos contribuir com a proposição, incorporando a ela os limites estabelecidos em acordo com as diversas partes envolvidas. Dada a envergadura das mudanças necessárias ao PLS para se alcançar o resultado pretendido, optamos por redigir um texto substitutivo, que não altera o teor fundamental e os objetivos da proposição.

Nosso substitutivo, além dos novos limites para a Resex do Rio Ouro Preto – com redução inferior àquela proposta inicialmente pelo PLS nº 206, de 2007 –, contempla também a definição de sua zona de amortecimento e a ampliação da Resex do Lago Cuniã, como compensação pela desafetação, em área territorialmente superior.

III – VOTO

Pelo exposto, votamos pela **aprovação** do Projeto de Lei do Senado nº 206, de 2007, nos termos da seguinte emenda substitutiva:

EMENDA Nº 1 - CAE (SUBSTITUTIVO)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 206, DE 2007

Altera os limites da Reserva Extrativista do Rio Ouro Preto, define sua zona de amortecimento e amplia a Reserva Extrativista do Lago Cuniã.



O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º A Reserva Extrativista do Rio Ouro Preto, criada pelo Decreto nº 99.166, de 13 de março de 1990, e localizada nos municípios de Guajará-Mirim e Nova Mamoré, no Estado de Rondônia, passa a ter os seus limites descritos no memorial descritivo a seguir, que abrange área aproximada de 184.169,55 ha (cento e oitenta e quatro mil, cento e sessenta e nove hectares e cinquenta e cinco ares): inicia-se no Ponto Nº 1 de coordenadas geográficas aproximadas (c.g.a.) 64°46'33.72" Wgr. e 10°35'21.26" S, situado no Marco M-36 do lote 17 da gleba 1 do setor Cachoeira; deste segue em linha reta até o Ponto Nº 2 de c.g.a. 64°43'22.78" Wgr. e 10°35'21.35" S, situado no Marco M-43 do lote 26 da mesma gleba e setor; deste segue pelo sopé da Serra do Pacaás Novos, na cota de 200 metros, acompanhando os limites dos lotes do setor Cachoeira, passando pelo Ponto Nº 3 de c.g.a. 64°43'19.11" Wgr. e 10°36'41.68" S, situado no Marco M-50 na divisa dos lotes 26 e 24 da gleba 1, Ponto Nº 4 de c.g.a. 64°43'42.31" Wgr. e 10°38'04.80" S, situado no Marco M-88 do lote 24 da gleba 1, Ponto Nº 5 de c.g.a. 64°43'42.30" Wgr. e 10°38'05.83" S, situado no Marco M-89 do lote 14 da gleba 3, até atingir o Ponto Nº 6 de c.g.a. 64°43'33.98" Wgr. e 10°39'08.66" S, situado no Marco M-90A no outro canto do lote 14 da gleba 3; deste segue em linha reta até o Ponto Nº 7 de c.g.a. 64°40'29.82" Wgr. e 10°38'06.06" S, situado no Marco M-86 dos lotes 13 e 15 da gleba 5 do setor Pacaás Novos; deste segue em linha reta até o Ponto Nº 8 de c.g.a. 64°34'37.01" Wgr. e 10°38'01.28" S, situado no Marco M-104 do lote 49 da mesma gleba e setor; deste segue por linhas retas, acompanhando os limites dos lotes do setor Evandro da Cunha, passando nos seguintes pontos: Ponto Nº 9 de c.g.a. 64°35'02.66" Wgr. e 10°37'09.55" S, situado no Marco M-360 do lote 2 da gleba 22, Ponto Nº 10 de c.g.a. 64°28'22.04" Wgr. e 10°37'09.15" S, situado no Marco M-348 do lote 22 da gleba 22, Ponto Nº 11 de c.g.a. 64°28'21.75" Wgr. e 10°41'17.46" S, situado no Marco M-484 do lote 9 da gleba 21, Ponto Nº 12 de c.g.a. 64°27'15.87" Wgr. e 10°41'17.40" S, situado no Marco M-483 do lote 27 da gleba 18, Ponto Nº 13 de c.g.a. 64°27'15.88" Wgr. e 10°41'49.37" S, situado no Marco M-485 dos lotes 27 e 26 da gleba 18, Ponto Nº 14 de c.g.a. 64°25'49.34" Wgr. e 10°41'49.27" S, situado no Marco M-499 do lote 26 da gleba 18, Ponto Nº 15 de c.g.a. 64°25'48.28" Wgr. e 10°43'59.49" S, situado no Marco M-508 do lote 17 da gleba 19, Ponto Nº 16 de c.g.a. 64°24'30.16" Wgr. e 10°43'59.36" S, situado no Marco M-913 do lote 17 da gleba 19, Ponto Nº



17 de c.g.a. 64°24'30.00" Wgr. e 10°46'09.50" S, situado no Marco M-904 comum aos lotes 11 e 10 da gleba 19, até atingir o Ponto N° 18 de c.g.a. 64°22'56.37" Wgr. e 10°46'09.17" S, situado na margem direita do rio Ouro Preto; deste segue a jusante pela margem direita, confrontando com a Terra Indígena Uru-Eu-Wau-Wau, passando no Ponto N° 19 de c.g.a. 64°26'48.56" Wgr. e 10°50'07.72" S, situado na confluência do rio Ouro Preto com o igarapé Repartição, de onde segue a montante pela margem esquerda deste igarapé até o Ponto N° 20 de c.g.a. 64°22'40.13" Wgr. e 10°49'33.00" S, situado na confluência com outro igarapé sem denominação, de onde segue a montante deste, pela margem esquerda, confrontando com a referida Terra Indígena, até o Ponto N° 21 de c.g.a. 64°22'14.17" Wgr. e 10°54'16.27" S, situado na divisa do lote 5 da gleba 12 do setor Evandro da Cunha; deste segue por linhas retas, acompanhando os limites dos lotes do referido setor, com vértices nos seguintes pontos: Ponto N° 22 de c.g.a. 64°25'49.11" Wgr. e 10°54'17.79" S, situado no Marco M-631 do lote 11 da gleba 11, Ponto N° 23 de c.g.a. 64°25'49.81" Wgr. e 10°50'46.06" S, situado no Marco M-623 do lote 1A, Ponto N° 24 de c.g.a. 64°28'32.89" Wgr. e 10°51'03.08" S, situado no Marco M-619 do lote 4 da gleba 9, Ponto N° 25 de c.g.a. 64°28'32.80" Wgr. e 10°51'35.66" S, situado no Marco M-617 do lote 4 da gleba 9, Ponto N° 26 de c.g.a. 64°29'54.64" Wgr. e 10°51'35.75" S, situado no Marco M-611 dos lotes 5 e 4 da gleba 9, até atingir o Ponto N° 27 de c.g.a. 64°29'54.34" Wgr. e 10°54'17.15" S, na margem do rio Negro; deste segue a jusante pela margem direita do referido rio, confrontando com a Terra Indígena Rio Negro Ocaia, até o Ponto N° 28 de c.g.a. 64°31'57.20" Wgr. e 10°53'57.10" S, situado na confluência deste com um igarapé sem denominação, de onde segue por linhas retas, confrontando com a referida Terra Indígena, passando pelo Ponto N° 29 de c.g.a. 64°32'49.60" Wgr. e 10°52'53.23" S, Ponto N° 30 de c.g.a. 64°33'41.19" Wgr. e 10°53'04.78" S, até atingir o Ponto N° 31 de c.g.a. 64°34'02.10" Wgr. e 10°53'13.31" S, situado no Marco M-8A dos lotes 11 e 13 da gleba 8 do setor Evandro da Cunha; deste segue por linhas retas, acompanhando os limites dos lotes do referido setor, passando pelos seguintes pontos: Ponto N° 32 de c.g.a. 64°34'03.11" Wgr. e 10°52'40.82" S, situado no Marco M-143 do lote 12 da gleba 7, Ponto N° 33 de c.g.a. 64°35'25.40" Wgr. e 10°52'40.84" S, situado no Marco M-134 do mesmo lote, Ponto N° 34 de c.g.a. 64°35'25.44" Wgr. e 10°52'08.35" S, situado no Marco M-7A dos lotes 12 e 09 da gleba 7, Ponto N° 35 de c.g.a. 64°36'47.86" Wgr. e 10°52'08.34" S, situado no Marco M-6A do lote 09 da gleba 7, Ponto N° 36 de c.g.a. 64°36'48.84" Wgr. e 10°51'03.28" S, situado no Marco M-120 do lote 08 da gleba 6, Ponto N° 37



de c.g.a. 64°38'13.00" Wgr. e 10°51'02.25" S, situado no Pilar PI-3 no mesmo lote, Ponto N° 38 de c.g.a. 64°38'13.03" Wgr. e 10°50'30.02" S, situado no Pilar PI-3A comum aos lotes 07 e 08 da gleba 6, Ponto N° 39 de c.g.a. 64°40'57.69" Wgr. e 10°50'30.11" S, situado no Pilar PI-2 comum aos lotes 15 e 12 da gleba 5, Ponto N° 40 de c.g.a. 64°40'57.70" Wgr. e 10°51'02.65" S, situado no Pilar PI-2A do lote 15 da gleba 5, Ponto N° 41 de c.g.a. 64°42'20.36" Wgr. e 10°51'02.63" S, situado no Marco M-71 dos lotes 12 e 14 da gleba 4, Ponto N° 42 de c.g.a. 64°42'20.38" Wgr. e 10°51'35.20" S, situado no Marco M-01A do lote 14 da gleba 4, Ponto N° 43 de c.g.a. 64°43'42.21" Wgr. e 10°51'35.17" S, situado no Pilar PI-1 no outro canto do mesmo lote, Ponto N° 44 de c.g.a. 64°43'42.21" Wgr. e 10°51'02.61" S, situado no Marco M-09 comum aos lotes 11 e 14 da gleba 4, Ponto N° 45 de c.g.a. 64°49'11.31" Wgr. e 10°51'03.19" S, situado no Marco M-48 comum aos lotes 6 e 7 da gleba 2, até atingir o Ponto N° 46 de c.g.a. 64°49'11.28" Wgr. e 10°51'17.85" S, situado no Marco M-48A do lote 07 da gleba 2; deste segue pelo sopé da Serra do Pacaás Novos, na cota de 200 metros, confrontando com a Reserva Biológica Estadual Rio Ouro Preto até o Ponto N° 47 de c.g.a. 64°54'10.86" Wgr. e 10°51'06.59" S; deste segue em linha reta, confrontando com referida Reserva Biológica até o Ponto N° 48 de c.g.a. 64°55'53.89" Wgr. e 10°51'42.59" S; deste segue por linhas retas, confrontando com a Reserva Extrativista Estadual Rio Pacaás Novos, passando pelo Ponto N° 49 de c.g.a. 64°59'14.39" Wgr. e 10°54'10.08" S, Ponto N° 50 de c.g.a. 65°02'26.70" Wgr. e 10°59'35.32" S, até atingir o Ponto N° 51 de c.g.a. 65°09'03.11" Wgr. e 11°04'04.98" S, situado na margem do rio Pacaás Novos; deste segue a jusante pela margem direita do referido rio até o Ponto N° 52 de c.g.a. 65°12'33.26" Wgr. e 10°58'33.35" S, situado na confluência de um igarapé sem denominação; deste segue a montante pela margem esquerda do referido igarapé até o Ponto N° 53 de c.g.a. 65°10'54.77" Wgr. e 10°58'08.16" S; deste segue em linha reta até o Ponto N° 54 de c.g.a. 65°10'55.08" Wgr. e 10°58'05.00" S, situado no Marco M-537 canto do lote 195 do setor Palheta; deste segue em linha reta até o Ponto N° 55 de c.g.a. 65°08'09.77" Wgr. e 11°00'12.96" S, situado no Marco M-89 do lote 28 da gleba 2 do setor Bananeiras; deste segue por linhas retas, acompanhando os limites dos lotes da gleba 2 do setor Bananeiras, passando pelo Ponto N° 56 de c.g.a. 65°07'44.56" Wgr. e 10°57'40.93" S, situado no Marco M-83 do lote 20, Ponto N° 57 de c.g.a. 65°07'25.84" Wgr. e 10°57'52.55" S, situado no Marco M-73 do lote 19, Ponto N° 58 de c.g.a. 65°05'21.02" Wgr. e 10°57'37.91" S, situado no Marco M-105 do lote 13, até atingir o Ponto N° 59 de c.g.a. 65°05'22.34" Wgr. e 10°55'44.59" S,



situado no Marco M-126 do lote 10; deste segue pelo sopé da serra do Macaxeiral, no sentido oeste, acompanhando os limites dos lotes da gleba 2 do setor Bananeiras, passando no Ponto N° 60 de c.g.a. 65°05'52.17" Wgr. e 10°56'03.43" S, situado no Marco M-127 na divisa dos lotes 10 e 09, Ponto N° 61 de c.g.a. 65°06'01.03" Wgr. e 10°55'30.19" S, situado no Marco M-128 na divisa dos lotes 09 e 08, Ponto N° 62 de c.g.a. 65°06'56.41" Wgr. e 10°55'49.27" S, situado no Marco M-129 na divisa dos lotes 08 e 07, Ponto N° 63 de c.g.a. 65°07'03.43" Wgr. e 10°55'16.99" S, situado no Marco M-130 na divisa dos lotes 07 e 06, até atingir o Ponto N° 64 de c.g.a. 65°07'04.60" Wgr. e 10°54'45.21" S, situado no Marco M-49A do lote 03 da gleba 7 do setor Palheta; deste segue por linhas retas passando no Ponto N° 65 de c.g.a. 65°06'49.40" Wgr. e 10°54'37.98" S, no Ponto N° 66 de c.g.a. 65°06'41.32" Wgr. e 10°54'44.96" S, no Ponto N° 67 de c.g.a. 65°06'28.02" Wgr. e 10°54'40.40" S, no Ponto N° 68 de c.g.a. 65°06'26.43" Wgr. e 10°54'31.19" S, até atingir o Ponto N° 69 de c.g.a. 65°06'26.95" Wgr. e 10°54'24.33" S, situado no Marco M-140 do lote 05 da gleba 2 do setor Bananeiras; deste segue acompanhando os limites dos lotes da referida gleba e setor, passando pelo Ponto N° 70 de c.g.a. 65°06'21.00" Wgr. e 10°54'12.90" S, Ponto N° 71 de c.g.a. 65°06'23.34" Wgr. e 10°54'09.15" S, situado no Marco M-139 na divisa dos lotes 05 e 04, Ponto N° 72 de c.g.a. 65°07'14.00" Wgr. e 10°53'07.41" S, situado no Marco M-135 na divisa dos lotes 04 e 02, até atingir o Ponto N° 73 de c.g.a. 65°07'25.11" Wgr. e 10°52'47.44" S, situado na divisa do lote 02; deste segue em linha reta até o Ponto N° 74 de c.g.a. 65°07'03.01" Wgr. e 10°52'28.69" S, situado no Marco M-26 do lote 05 da gleba 1 do setor Pacaás Novos; deste segue por linhas retas acompanhando os limites dos lotes da referida gleba e setor, passando pelo Ponto N° 75 de c.g.a. 65°06'42.34" Wgr. e 10°52'03.40" S, situado no Marco M-28 do lote 07, Ponto N° 76 de c.g.a. 65°07'44.72" Wgr. e 10°50'27.07" S, situado no Marco M-21 do lote 09, Ponto N° 77 de c.g.a. 65°06'59.33" Wgr. e 10°50'05.30" S, situado no Marco M-19 do lote 11, Ponto N° 78 de c.g.a. 65°06'17.52" Wgr. e 10°51'33.03" S, situado no Marco M-30 do lote 13, Ponto N° 79 de c.g.a. 65°05'58.19" Wgr. e 10°51'10.92" S, situado no Marco M-32 na divisa dos lotes 12 e 14, até atingir o Ponto N° 80 de c.g.a. 65°05'29.09" Wgr. e 10°50'46.78" S; deste segue em linha reta até o Ponto N° 81 de c.g.a. 65°04'44.49" Wgr. e 10°51'47.35" S; deste segue em linha reta até o Ponto N° 82 de c.g.a. 65°02'48.25" Wgr. e 10°50'33.89" S, situado no Marco M-42 na divisa dos lotes 28 e 18 da gleba 1 do setor Pacaás Novos; deste segue em linha reta até o Ponto N° 83 de c.g.a. 65°04'11.47" Wgr. e 10°47'35.57" S, situado no Marco M-70 do lote 01 da gleba 2 do setor



SF/18279.39222-20



Pacaás Novos; deste segue por linhas retas, atravessando a referida gleba e setor, passando pelo Ponto N° 84 de c.g.a. 65°01'12.81" Wgr. e 10°46'12.98" S, situado no Marco M-80 na divisa dos lotes 19 e 21, Ponto N° 85 de c.g.a. 65°00'43.97" Wgr. e 10°47'14.10" S, Ponto N° 86 de c.g.a. 64°59'31.01" Wgr. e 10°46'43.75" S, Ponto N° 87 de c.g.a. 65°00'01.31" Wgr. e 10°45'39.96" S, situado no Marco M-84 na divisa dos lotes 27 e 29, Ponto N° 88 de c.g.a. 64°59'25.57" Wgr. e 10°45'23.46" S, situado no Marco M-86 na divisa dos lotes 31 e 33, Ponto N° 89 de c.g.a. 64°58'55.71" Wgr. e 10°46'26.30" S, Ponto N° 90 de c.g.a. 64°57'44.14" Wgr. e 10°45'52.26" S, Ponto N° 91 de c.g.a. 64°58'13.20" Wgr. e 10°44'50.06" S, situado no Marco M-90 na divisa dos lotes 39 e 41, Ponto N° 92 de c.g.a. 64°57'37.88" Wgr. e 10°44'33.77" S, situado no Marco M-92 do lote 43, até atingir o Ponto N° 93 de c.g.a. 64°56'56.15" Wgr. e 10°46'02.36" S; deste segue por linhas retas cruzando a gleba 3 do setor Pacaás Novos, passando pelo Ponto N° 94 de c.g.a. 64°53'02.85" Wgr. e 10°44'14.56" S, Ponto N° 95 de c.g.a. 64°52'48.50" Wgr. e 10°44'44.92" S, situado no Marco M-27 na divisa dos lotes 27 e 25, Ponto N° 96 de c.g.a. 64°50'08.09" Wgr. e 10°43'29.67" S, situado no Marco M-45 na divisa dos lotes 43 e 45, até atingir o Ponto N° 97 de c.g.a. 64°51'04.45" Wgr. e 10°41'31.96" S, situado no Marco M-101 do lote 43; deste segue por linhas retas, passando pelo Ponto N° 98 de c.g.a. 64°51'13.01" Wgr. e 10°41'24.49" S, Ponto N° 99 de c.g.a. 64°51'43.36" Wgr. e 10°41'28.98" S, Ponto N° 100 de c.g.a. 64°52'01.91" Wgr. e 10°41'14.73" S, Ponto N° 101 de c.g.a. 64°51'44.94" Wgr. e 10°40'54.37" S, até atingir o Ponto N° 102 de c.g.a. 64°51'30.86" Wgr. e 10°40'54.06" S, situado no Marco M-17A na divisa dos lotes 12 e 14 da gleba 2 do setor Cachoeira; deste segue por linhas retas, acompanhando os limites dos lotes da referida gleba e setor, passando pelo Ponto N° 103 de c.g.a. 64°50'07.32" Wgr. e 10°40'47.68" S, situado no Marco M-11 na divisa dos lotes 12 e 13, Ponto N° 104 de c.g.a. 64°50'07.82" Wgr. e 10°39'42.72" S, situado no Marco M-07 na divisa dos lotes 11 e 10, Ponto N° 105 de c.g.a. 64°51'29.60" Wgr. e 10°39'49.19" S, situado no Marco M15C na divisa dos lotes 11, 10 e 14, Ponto N° 106 de c.g.a. 64°51'29.55" Wgr. e 10°40'03.74" S, situado no Marco M-15B na divisa dos lotes 11 e 14, até atingir o Ponto N° 107 de c.g.a. 64°52'02.34" Wgr. e 10°40'05.30" S, situado na divisa dos lotes 14 e 15; deste segue em linha reta até o Ponto N° 108 de c.g.a. 64°52'36.71" Wgr. e 10°40'55.54" S, situado no Marco M-49 do lote 12 da gleba 4 do setor Cachoeira; deste segue por linhas retas, passando pelo Ponto N° 109 de c.g.a. 64°52'09.69" Wgr. e 10°40'55.72" S, situado no Marco M-51 do lote 11, Ponto N° 110 de c.g.a. 64°53'03.45" Wgr. e 10°41'23.89" S, Ponto N° 111 de



SF/18279.39222-20



c.g.a. 64°54'14.77" Wgr. e 10°41'24.20" S, Ponto N° 112 de c.g.a. 64°54'14.58" Wgr. e 10°42'01.59" S, situado no Marco M-64 do lote 09, até atingir o Ponto N° 113 de c.g.a. 64°57'26.92" Wgr. e 10°42'51.50" S, situado no Marco M-72A do lote 01, deste segue por linhas retas, contornando o referido lote, acompanhando o ramal Cachoeirinha, passando pelo Ponto N° 114 de c.g.a. 64°57'57.34" Wgr. e 10°42'23.24" S, situado no Marco D-02, até atingir o Ponto N° 115 de c.g.a. 64°58'18.16" Wgr. e 10°41'26.65" S, situado no Marco D-03; deste segue acompanhando o limite do referido lote, passando pelo Ponto N° 116 de c.g.a. 64°57'55.13" Wgr. e 10°41'32.78" S, situado no Marco M-53, Ponto N° 117 de c.g.a. 64°57'04.41" Wgr. e 10°41'06.30" S, situado no Marco M-38, até atingir o Ponto N° 118 de c.g.a. 64°56'59.44" Wgr. e 10°40'56.74" S, situado no Marco M-62, limite dos lotes 01 e 02; deste segue em linha reta até o Ponto N° 119 de c.g.a. 64°56'53.59" Wgr. e 10°40'51.30" S; deste segue em linha reta até o Ponto N° 120 de c.g.a. 64°56'48.10" Wgr. e 10°40'39.33" S, situado no Marco M-32, no lote 21 da gleba 2 do setor Cachoeira; deste segue por linhas retas, acompanhando o limite do referido lote, passando pelo Ponto N° 121 de c.g.a. 64°57'01.01" Wgr. e 10°40'32.90" S, situado no Marco M-33, Ponto N° 122 de c.g.a. 64°56'51.42" Wgr. e 10°40'14.11" S, situado no Marco M29, Ponto N° 123 de c.g.a. 64°56'44.48" Wgr. e 10°40'17.59" S, situado no Marco M-28, Ponto N° 124 de c.g.a. 64°56'42.07" Wgr. e 10°40'12.87" S, situado no Marco M-27, Ponto N° 125 de c.g.a. 64°56'37.89" Wgr. e 10°40'14.97" S, situado no Marco M-26, Ponto N° 126 de c.g.a. 64°56'21.64" Wgr. e 10°40'10.62" S, situado no Marco M-24, até atingir o Ponto N° 127 de c.g.a. 64°56'11.81" Wgr. e 10°40'09.74" S, situado no Marco M-22; deste segue em linha reta até o Ponto N° 128 de c.g.a. 64°55'45.38" Wgr. e 10°40'45.63" S; deste segue em linha reta até o Ponto N° 129 de c.g.a. 64°55'27.76" Wgr. e 10°40'56.39" S, situado no Marco M-59 do lote 03 da gleba 4 do setor Cachoeira; deste segue em linha reta até o Ponto N° 130 de c.g.a. 64°55'21.27" Wgr. e 10°40'59.45" S; deste segue em linha reta até o Ponto N° 131 de c.g.a. 64°54'48.20" Wgr. e 10°40'59.96" S; deste segue em linha reta até o Ponto N° 132 de c.g.a. 64°54'48.36" Wgr. e 10°40'55.24" S, situado no Marco M-57, do lote 19 da gleba 2 do setor Cachoeira; deste segue em linha reta, acompanhando o limite do referido lote até o Ponto N° 133 de c.g.a. 64°54'48.22" Wgr. e 10°40'35.61" S; deste segue por linhas retas, contornando a serra do Pacaás Novos, passando pelo Ponto N° 134 de c.g.a. 64°54'55.01" Wgr. e 10°40'32.94" S, Ponto N° 135 de c.g.a. 64°54'58.12" Wgr. e 10°40'19.89" S, Ponto N° 136 de c.g.a. 64°54'53.50" Wgr. e 10°40'00.16" S, Ponto N° 137 de c.g.a. 64°55'08.59" Wgr. e 10°39'44.27" S,



SF/18279.39222-20



Ponto Nº 138 de c.g.a. 64°55'09.78" Wgr. e 10°39'37.79" S, até atingir o Ponto Nº 139 de c.g.a. 64°55'20.66" Wgr. e 10°39'33.05" S, situado no Marco M-45 do lote 20 da gleba 2 do setor Cachoeira; deste segue por linhas retas, contornando a referida serra, passando pelo Ponto Nº 140 de c.g.a. 64°55'17.84" Wgr. e 10°39'20.46" S, Ponto Nº 141 de c.g.a. 64°54'45.52" Wgr. e 10°39'09.71" S, Ponto Nº 142 de c.g.a. 64°54'12.30" Wgr. e 10°39'09.49" S, até atingir o Ponto Nº 143 de c.g.a. 64°53'41.31" Wgr. e 10°39'33.00" S, situado no Marco M-42 na divisa dos lotes 03 e 04 da gleba 02 do setor Cachoeira; deste segue em linha reta pelo limite do referido lote 04, até o Ponto Nº 144 de c.g.a. 64°53'31.59" Wgr. e 10°39'32.99" S; deste segue em linha reta até o Ponto Nº 145 de c.g.a. 64°53'30.26" Wgr. e 10°38'48.51" S; deste segue em linha reta até o Ponto Nº 146 de c.g.a. 64°53'22.14" Wgr. e 10°38'21.12" S; deste segue em linha reta até o Ponto Nº 147 de c.g.a. 64°53'16.46" Wgr. e 10°38'12.61" S; deste segue em linha reta até o Ponto Nº 148 de c.g.a. 64°53'15.77" Wgr. e 10°37'53.04" S; deste segue em linha reta até o Ponto Nº 149 de c.g.a. 64°53'06.38" Wgr. e 10°37'46.20" S; deste segue em linha reta até o Ponto Nº 150 de c.g.a. 64°53'08.13" Wgr. e 10°37'38.75" S; deste segue em linha reta até o Ponto Nº 151 de c.g.a. 64°51'45.12" Wgr. e 10°37'36.70" S; deste segue em linha reta até o Ponto Nº 152 de c.g.a. 64°51'45.00" Wgr. e 10°37'26.00" S; deste segue em linha reta até o Ponto Nº 153 de c.g.a. 64°51'22.27" Wgr. e 10°37'06.08" S; deste segue em linha reta até o Ponto Nº 154 de c.g.a. 64°51'00.12" Wgr. e 10°37'18.60" S; deste segue em linha reta até o Ponto Nº 155 de c.g.a. 64°50'28.43" Wgr. e 10°37'17.09" S; deste segue em linha reta até o Ponto Nº 156 de c.g.a. 64°50'32.03" Wgr. e 10°36'37.39" S, situado no Marco M-28 na divisa dos lotes 08 e 09 da gleba 1 do setor Cachoeira; deste segue por linhas retas, acompanhando os limites dos lotes da referida gleba e setor, confrontando com a Terra Indígena Igarapé Lage, passando pelo Ponto Nº 157 de c.g.a. 64°46'30.13" Wgr. e 10°36'25.30" S, situado no Marco M-35A na lateral do lote 17, até atingir o ponto inicial desta descrição.

Art. 2º Fica definida a Zona de Amortecimento da Reserva Extrativista do Rio Ouro Preto conforme memorial descritivo a seguir: inicia no Ponto 1 de c.g.a. 64° 54' 33.30" Wgr. e 10° 36' 41.93" S, situado no limite com a Terra Indígena Guajará-Mirim; deste segue confrontando o limite da Terra Indígena, até o Ponto 2 de c.g.a. 64° 57' 30.85" Wgr. e 10° 36' 51.67" S, situado no rio da Laje na confluência com um afluente, sem denominação; deste segue á montante, até o Ponto 3 de c.g.a. 64° 58' 39.68" Wgr. e 10° 39'



4.32" S, deste segue em linha reta até o Ponto 4 de c.g.a. 65° 2' 58.72" Wgr. e 10° 40' 19.41" S, deste segue por linhas restas acompanhando o divisor de águas, passando pelos pontos: Ponto 5 de c.g.a. 65° 3' 45.03" Wgr. e 10° 40' 20.66" S, Ponto 6 de c.g.a. 65° 4' 45.10" Wgr. e 10° 41' 0.70" S, Ponto 7 de c.g.a. 65° 5' 12.63" Wgr. e 10° 41' 47.01" S, Ponto 8 de c.g.a. 65° 5' 11.38" Wgr. e 10° 42' 8.28" S, Ponto 9 de c.g.a. 65° 5' 31.40" Wgr. e 10° 42' 25.80" S, Ponto 10 de c.g.a. 65° 5' 50.17" Wgr. e 10° 42' 44.57" S, Ponto 11 de c.g.a. 65° 6' 1.43" Wgr. e 10° 43' 2.09" S, Ponto 12 de c.g.a. 65° 6' 8.94" Wgr. e 10° 43' 19.61" S, Ponto 13 de c.g.a. 65° 6' 15.20" Wgr. e 10° 43' 30.88" S, Ponto 14 de c.g.a. 65° 6' 20.20" Wgr. e 10° 43' 44.64" S, Ponto 15 de c.g.a. 65° 6' 21.46" Wgr. e 10° 43' 53.40" S, Ponto 16 de c.g.a. 65° 6' 22.71" Wgr. e 10° 44' 3.41" S, Ponto 17 de c.g.a. 65° 7' 10.26" Wgr. e 10° 45' 4.74" S, Ponto 18 de c.g.a. 65° 7' 29.03" Wgr. e 10° 45' 28.51" S, Ponto 19 de c.g.a. 65° 8' 49.13" Wgr. e 10° 46' 28.58" S, até atingir o Ponto 20 de c.g.a. 65° 9' 40.44" Wgr. e 10° 47' 26.15" S, situado no Igarapé Saldanha; deste segue à jusante pela margem direita do referido igarapé até o Ponto 21 de c.g.a. 65° 12' 31.88" Wgr. e 10° 52' 5.22" S, deste segue por linhas retas, passando pelos pontos: Ponto 22 de c.g.a. 65° 11' 33.06" Wgr. e 10° 56' 18.01" S, Ponto 23 de c.g.a. 65° 11' 44.33" Wgr. e 10° 56' 28.02" S, Ponto 24 de c.g.a. 65° 11' 53.09" Wgr. e 10° 56' 51.80" S, Ponto 25 de c.g.a. 65° 11' 58.09" Wgr. e 10° 57' 13.07" S, Ponto 26 de c.g.a. 65° 12' 9.36" Wgr. e 10° 57' 33.10" S, Ponto 27 de c.g.a. 65° 12' 21.87" Wgr. e 10° 57' 33.10" S, Ponto 28 de c.g.a. 65° 12' 28.13" Wgr. e 10° 57' 30.59" S, Ponto 29 de c.g.a. 65° 12' 55.66" Wgr. e 10° 57' 44.36" S, Ponto 30 de c.g.a. 65° 13' 3.17" Wgr. e 10° 57' 51.87" S, Ponto 31 de c.g.a. 65° 13' 9.43" Wgr. e 10° 57' 51.87" S, até atingir o Ponto 32 de c.g.a. 65° 13' 21.94" Wgr. e 10° 57' 48.11" S, localizado no Rio Pacaás-Novos; deste segue a montante pela margem esquerda do referido rio até o Ponto 33 de c.g.a. 65° 12' 33.26" Wgr. e 10° 58' 33.35" S, situado na confluência de um igarapé sem denominação; deste segue a montante pela margem esquerda do referido igarapé até o Ponto 34 de c.g.a. 65° 10' 54.77" Wgr. e 10° 58' 8.16" S, deste segue em linha reta até o Ponto 35 de c.g.a. 65° 10' 55.08" Wgr. e 10° 58' 5.00" S, situado no Marco M-537 canto do lote 195 do setor Palheta; deste segue em linha reta até o Ponto 36 de c.g.a. 65° 8' 9.77" Wgr. e 11° 0' 12.96" S, situado no Marco M-89 do lote 28 da gleba 2 do setor Bananeiras; deste segue por linhas retas acompanhando os limites dos lotes da gleba 2 do setor Bananeiras passando pelo Ponto 37 de c.g.a. 65° 7' 44.56" Wgr. e 10° 57' 40.93" S, situado no Marco M83 do lote 20, Ponto 38 de c.g.a. 65° 7' 25.84" Wgr. e 10° 57' 52.55" S, situado no Marco M-73 do lote 19, Ponto 39 de c.g.a. 65° 5' 21.02" Wgr.



SF/18279.39222-20



e 10° 57' 37.91" S, situado no Marco M-105 do lote 13, até atingir o Ponto 40 de c.g.a. 65° 5' 22.34" Wgr. e 10° 55' 44.59" S, situado no Marco M-126 do lote 10; deste segue pelo sopé da serra do Macaxeiral, no sentido oeste, acompanhando os limites dos lotes da gleba 2 do setor Bananeiras passando no Ponto 41 de c.g.a. 65° 5' 52.17" Wgr. e 10° 56' 3.43" S, situado no Marco M-127 na divisa dos lotes 10 e 09, Ponto 42 de c.g.a. 65° 6' 1.03" Wgr. e 10° 55' 30.19" S, situado no Marco M-128 na divisa dos lotes 09 e 08, Ponto 43 de c.g.a. 65° 6' 56.41" Wgr. e 10° 55' 49.27" S, situado no Marco M-129 na divisa dos lotes 08 e 07, Ponto 44 de c.g.a. 65° 7' 3.43" Wgr. e 10° 55' 16.99" S, situado no Marco M-130 na divisa dos lotes 07 e 06, até atingir o Ponto 45 de c.g.a. 65° 7' 4.60" Wgr. e 10° 54' 45.21" S, situado no Marco M-49A do lote 03 da gleba 7 do setor Palheta; deste segue por linhas retas passando pelos pontos: Ponto 46 de c.g.a. 65° 6' 49.40" Wgr. e 10° 54' 37.98" S, Ponto 47 de c.g.a. 65° 6' 41.32" Wgr. e 10° 54' 44.96" S, Ponto 48 de c.g.a. 65° 6' 28.02" Wgr. e 10° 54' 40.40" S, Ponto 49 de c.g.a. 65° 6' 26.43" Wgr. e 10° 54' 31.19" S, até atingir o Ponto 50 de c.g.a. 65° 6' 26.95" Wgr. e 10° 54' 24.33" S, situado no Marco M-140 do lote 05 da gleba 2 do setor Bananeiras; deste segue acompanhando os limites dos lotes da referida gleba e setor, passando pelos pontos: Ponto 51 de c.g.a. 65° 6' 21.00" Wgr. e 10° 54' 12.90" S, Ponto 52 de c.g.a. 65° 6' 23.34" Wgr. e 10° 54' 9.15" S, situado no Marco M-139 na divisa dos lotes 05 e 04, Ponto 53 de c.g.a. 65° 7' 14.00" Wgr. e 10° 53' 7.41" S, situado no Marco M-135 na divisa dos lotes 04 e 02, até atingir o Ponto 54 de c.g.a. 65° 7' 25.11" Wgr. e 10° 52' 47.44" S, situado na divisa do lote 02; deste segue em linha reta até o Ponto 55 de c.g.a. 65° 7' 3.01" Wgr. e 10° 52' 28.69" S, situado no Marco M-26 do lote 05 da gleba 1 do setor Pacaás Novos; deste segue por linhas retas acompanhando os limites dos lotes da referida gleba e setor, passando pelos pontos: Ponto 56 de c.g.a. 65° 6' 42.34" Wgr. e 10° 52' 3.40" S, situado no Marco M-28 do lote 07, Ponto 57 de c.g.a. 65° 7' 44.72" Wgr. e 10° 50' 27.07" S, situado no Marco M-21 do lote 09, Ponto 58 de c.g.a. 65° 7' 20.63" Wgr. e 10° 50' 15.54" S, situado no Marco M-20 do lote 11, até atingir o Ponto 59 de c.g.a. 65° 6' 57.23" Wgr. e 10° 50' 58.38" S; deste segue em linha reta até o Ponto 60 de c.g.a. 65° 6' 38.58" Wgr. e 10° 50' 48.87" S; deste segue por linhas retas contornando os lotes na mesma gleba e setor, passando pelos pontos: Ponto 61 de c.g.a. 65° 6' 17.52" Wgr. e 10° 51' 33.03" S, situado no Marco M-30 do lote 13 e Ponto 62 de c.g.a. 65° 5' 58.19" Wgr. e 10° 51' 10.92" S, situado no Marco M-32 na divisa dos lotes 12 e 14, até atingir o Ponto 63 de c.g.a. 65° 5' 29.09" Wgr. e 10° 50' 46.78" S; deste segue em linha reta até o Ponto 64 de c.g.a. 65° 4' 44.49" Wgr. e 10° 51' 47.35" S; deste segue em linha reta



até o Ponto 65 de c.g.a. $65^{\circ} 2' 48.25''$ Wgr. e $10^{\circ} 50' 33.89''$ S, situado no Marco M-42 na divisa dos lotes 28 e 18 da gleba 1 do setor Pacaás Novos; deste segue em linha reta até o Ponto 66 de c.g.a. $65^{\circ} 4' 11.47''$ Wgr. e $10^{\circ} 47' 35.57''$ S, situado no Marco M-70 do lote 01 da gleba 2 do setor Pacaás Novos; deste segue por linhas retas atravessando a referida gleba e setor, passando pelos pontos: Ponto 67 de c.g.a. $65^{\circ} 1' 12.81''$ Wgr. e $10^{\circ} 46' 12.98''$ S, situado no Marco M-80 na divisa dos lotes 19 e 21, Ponto 68 de c.g.a. $65^{\circ} 0' 43.97''$ Wgr. e $10^{\circ} 47' 14.10''$ S, Ponto 69 de c.g.a. $64^{\circ} 59' 31.01''$ Wgr. e $10^{\circ} 46' 43.75''$ S, Ponto 70 de c.g.a. $65^{\circ} 0' 1.31''$ Wgr. e $10^{\circ} 45' 39.96''$ S, situado no Marco M-84 na divisa dos lotes 27 e 29, Ponto 71 de c.g.a. $64^{\circ} 59' 25.57''$ Wgr. e $10^{\circ} 45' 23.46''$ S, situado no Marco M-86 na divisa dos lotes 31 e 33, Ponto 72 de c.g.a. $64^{\circ} 58' 55.71''$ Wgr. e $10^{\circ} 46' 26.30''$ S, Ponto 73 de c.g.a. $64^{\circ} 57' 44.14''$ Wgr. e $10^{\circ} 45' 52.26''$ S, Ponto 74 de c.g.a. $64^{\circ} 58' 13.20''$ Wgr. e $10^{\circ} 44' 50.06''$ S, situado no Marco M-90 na divisa dos lotes 39 e 41, Ponto 75 de c.g.a. $64^{\circ} 57' 37.88''$ Wgr. e $10^{\circ} 44' 33.77''$ S, situado no Marco M-92 do lote 43, até atingir o Ponto 76 de c.g.a. $64^{\circ} 56' 56.15''$ Wgr. e $10^{\circ} 46' 2.36''$ S; deste segue em linha reta cruzando os lotes da gleba 3 do setor Pacaás Novos até atingir o Ponto 77 de c.g.a. $64^{\circ} 53' 2.85''$ Wgr. e $10^{\circ} 44' 14.56''$ S; deste segue por linhas retas contornando os lotes da referida gleba e setor passando pelos pontos: Ponto 78 de c.g.a. $64^{\circ} 52' 48.50''$ Wgr. e $10^{\circ} 44' 44.92''$ S, situado no Marco M-27, Ponto 79 de c.g.a. $64^{\circ} 52' 13.40''$ Wgr. e $10^{\circ} 44' 27.62''$ S, situado no Marco M-31, Ponto 80 de c.g.a. $64^{\circ} 53' 8.79''$ Wgr. e $10^{\circ} 42' 30.03''$ S, situado no Marco M-94, Ponto 81 de c.g.a. $64^{\circ} 52' 50.91''$ Wgr. e $10^{\circ} 42' 21.82''$ S, situado no Marco M-95, Ponto 82 de c.g.a. $64^{\circ} 51' 55.28''$ Wgr. e $10^{\circ} 44' 19.24''$ S, situado no Marco M-33, Ponto 83 de c.g.a. $64^{\circ} 50' 8.09''$ Wgr. e $10^{\circ} 43' 29.67''$ S, situado no Marco M-45, até atingir o Ponto 84 de c.g.a. $64^{\circ} 51' 4.45''$ Wgr. e $10^{\circ} 41' 31.96''$ S, situado no Marco M-101 do lote 43; deste segue por linhas retas passando pelos pontos: Ponto 85 de c.g.a. $64^{\circ} 51' 13.01''$ Wgr. e $10^{\circ} 41' 24.49''$ S, Ponto 86 de c.g.a. $64^{\circ} 51' 43.36''$ Wgr. e $10^{\circ} 41' 28.98''$ S, Ponto 87 de c.g.a. $64^{\circ} 52' 1.91''$ Wgr. e $10^{\circ} 41' 14.73''$ S, Ponto 88 de c.g.a. $64^{\circ} 51' 44.94''$ Wgr. e $10^{\circ} 40' 54.37''$ S, até atingir o Ponto 89 de c.g.a. $64^{\circ} 51' 30.86''$ Wgr. e $10^{\circ} 40' 54.06''$ S, situado no Marco M-17A na divisa dos lotes 12 e 14 da gleba 2 do setor Cachoeira; deste segue por linhas retas acompanhando os limites dos lotes da referida gleba e setor, passando pelos pontos: Ponto 90 de c.g.a. $64^{\circ} 50' 7.32''$ Wgr. e $10^{\circ} 40' 47.68''$ S, situado no Marco M-11 na divisa dos lotes 12 e 13, Ponto 91 de c.g.a. $64^{\circ} 50' 7.82''$ Wgr. e $10^{\circ} 39' 42.72''$ S, situado no Marco M-07 na divisa dos lotes 11 e 10, Ponto 92 de c.g.a. $64^{\circ} 51' 29.60''$ Wgr. e $10^{\circ} 39' 49.19''$ S, situado no Marco M-15C na



SF/18279.39222-20



divisa dos lotes 11, 10 e 14, Ponto 93 de c.g.a. 64° 51' 29.55" Wgr. e 10° 40' 3.74" S, situado no Marco M-15B na divisa dos lotes 11 e 14, até atingir o Ponto 94 de c.g.a. 64° 52' 2.34" Wgr. e 10° 40' 5.30" S, situado na divisa dos lotes 14 e 15; deste segue em linha reta até o Ponto 95 de c.g.a. 64° 52' 36.71" Wgr. e 10° 40' 55.54" S, situado no Marco M-49 do lote 12 da gleba 4 do setor Cachoeira; deste segue por linhas retas passando pelos pontos: Ponto 96 de c.g.a. 64° 53' 3.45" Wgr. e 10° 41' 23.89" S, Ponto 97 de c.g.a. 64° 54' 14.77" Wgr. e 10° 41' 24.20" S, Ponto 98 de c.g.a. 64° 54' 14.58" Wgr. e 10° 42' 1.59" S, situado no Marco M-64 do lote 09, até atingir o Ponto 99 de c.g.a. 64° 57' 26.92" Wgr. e 10° 42' 51.50" S, situado no Marco M72A do lote 01; deste segue por linhas retas contornando o referido lote, acompanhando o ramal Cachoeirinha, passando pelo Ponto 100 de c.g.a. 64° 57' 57.34" Wgr. e 10° 42' 23.24" S, situado no Marco D-02, até atingir o Ponto 101 de c.g.a. 64° 58' 18.16" Wgr. e 10° 41' 26.65" S, situado no Marco D-03; deste segue acompanhando o limite do referido lote, passando pelo Ponto 102 de c.g.a. 64° 57' 55.13" Wgr. e 10° 41' 32.78" S, situado no Marco M-53, Ponto 103 de c.g.a. 64° 57' 4.41" Wgr. e 10° 41' 6.30" S, situado no Marco M-38, até atingir o Ponto 104 de c.g.a. 64° 56' 59.44" Wgr. e 10° 40' 56.74" S, situado no Marco M-62, limite dos lotes 01 e 02; deste segue em linha reta até o Ponto 105 de c.g.a. 64° 56' 53.59" Wgr. e 10° 40' 51.30" S, deste segue em linha reta até o Ponto 106 de c.g.a. 64° 56' 48.10" Wgr. e 10° 40' 39.33" S, situado no Marco M-32, no lote 21 da gleba 2 do setor Cachoeira; deste segue por linhas retas acompanhando o limite do referido lote, passando pelos pontos: Ponto 107 de c.g.a. 64° 57' 1.01" Wgr. e 10° 40' 32.90" S, situado no Marco M-33, Ponto 108 de c.g.a. 64° 56' 51.42" Wgr. e 10° 40' 14.11" S, situado no Marco M-29, Ponto 109 de c.g.a. 64° 56' 44.48" Wgr. e 10° 40' 17.59" S, situado no Marco M-28, Ponto 110 de c.g.a. 64° 56' 42.07" Wgr. e 10° 40' 12.87" S, situado no Marco M-27, Ponto 111 de c.g.a. 64° 56' 37.89" Wgr. e 10° 40' 14.97" S, situado no Marco M-26, Ponto 112 de c.g.a. 64° 56' 21.64" Wgr. e 10° 40' 10.62" S, situado no Marco M-24, até atingir o Ponto 113 de c.g.a. 64° 56' 11.81" Wgr. e 10° 40' 9.74" S, situado no Marco M-22; deste segue em linha reta até o ponto inicial desta descrição.

Parágrafo único. As normas da Zona de Amortecimento serão estabelecidas por ato da entidade competente do Poder Executivo.

Art. 3º Os memoriais descritivos constantes dos arts. 1º e 2º adotam o Datum Sirgas 2000, utilizando como referência os vetores de lotes



rurais do Sistema de Gerenciamento de Lotes (SIGLO) do INCRA/Rondônia, versão 1.12.0.1, e os vetores das Cartas Topográficas Matriciais editadas pela Diretoria do Serviço Geográfico - DSG do Exército Brasileiro, todas no Datum SAD69, projeção UTM, transformadas digitalmente para o Datum WGS1984, sendo: A) IGARAPÉ DOIS IRMÃOS, Folha: SC-20-Y-C-II (MI-1738), escala: 100.000; B) IGARAPÉ DO DESERTO, Folha: SC-20-Y-B-IV (MI1678), escala 100.000; C) IGARAPÉ CONCÓRDIA, Folha: SC-20-Y-A-VI (MI-1677), escala 100.000 e D) GUAJARÁ- MIRIM, Folha: SC-20-Y-A-V (MI-1676), escala 100.000.

Art. 4º Fica ampliada a Reserva Extrativista do Lago Cuniã, localizada no município de Porto Velho, estado de Rondônia, criada pelo Decreto nº 3.238, de 10 de novembro de 1999, que passa a ter seus limites de acordo com o seguinte memorial descritivo, elaborado com base nas Cartas SB-19-X-B, SA-19-X-C e SB-19-X-D, na escala 1:250.000, publicadas pelo Exército Brasileiro (DSG): inicia-se a descrição deste perímetro no Ponto 1 de coordenadas métricas aproximadas (c.m.a.) E 429.933 e N 9.061.505, localizado na margem esquerda do Igarapé Catipari e no limite leste da Floresta Estadual de Rendimento Sustentado do Rio Madeira “B” criada por meio do Decreto Estadual nº 7.600 de 08 de Outubro de 1996; deste segue confrontando com o limite da Floresta Estadual de Rendimento Sustentável (FERS) do Rio Madeira “B” do ponto 1 até o ponto 8 deste memorial descritivo; a partir do ponto 1 segue por uma linha reta até ponto 2 de c.m.a. E 429.845 e N 9.065.930, localizado próximo á margem esquerda de um Igarapé sem denominação, afluente da margem direita do Igarapé Cuniã; deste segue por uma linha reta até o ponto 3, de c.m.a. E 423.743 e N 9.065.934; deste segue por uma linha resta até o ponto 4, de c.m.a. E 423.724 e N 9.060.971; deste segue por uma linha reta até o ponto 5 de c.m.a. E 417.670 e N 9.060.964; deste segue por uma linha reta até o ponto 6 de c.m.a. E 417.660 e N 9.065.942, localizado próximo á margem direita de um igarapé sem denominação, afluente da margem direita do Igarapé Cuniã; deste segue por uma linha reta até o ponto 7 de c.m.a. E 417.758 e N 9.070.728; deste, segue por uma linha reta até o ponto 8, que corresponde ao ponto 34 da Estação Ecológica de Cuniã, de c.m.a. E 417.741 e N 9.080.991, correspondendo ao marco M59A do inciso VII Decreto nº 95.859, de 22 de março de 1988 que trata da afetação de terras para uso especial do Exército do Brasil; deste segue em linha reta até o ponto 9, que



corresponde ao ponto 35 da Estação Ecológica de Cuniã, de c.m.a. E 419.875 e N 9081955; deste segue em linha reta até o ponto 10, que corresponde ao ponto 36 da Estação Ecológica de Cuniã, de c.m.a. E 422.210 e N 9.080.811; deste segue em linha reta até o ponto 11, que corresponde ao ponto 37 da Estação Ecológica de Cuniã, de c.m.a. E 424.477 e N 9.080.994; deste segue em linha reta até o ponto 12, que corresponde ao ponto 38 da Estação Ecológica do Cuniã, de c.m.a. E 427.216 e N 9.077.541; deste segue em linha reta até o ponto 13, que corresponde ao ponto 39 da Estação Ecológica de Cuniã, de c.m.a. E 428.663 e N 9.077.213; deste segue em linha reta até o ponto 14, que corresponde ao ponto 40 da Estação Ecológica de Cuniã, de c.m.a. E 430.476 e N 9.078.284; deste segue em linha reta até o ponto 15, que corresponde ao ponto 41 da Estação Ecológica de Cuniã, de c.m.a. E 432.376 e N 9.077.320; deste segue em linha reta até o ponto 16, que corresponde ao ponto 42 da Estação Ecológica de Cuniã, de c.m.a. E 434.190 e N 9.075.979; deste segue em linha reta até o ponto 17, que corresponde ao ponto 43 da Estação Ecológica de Cuniã, de c.m.a. E 435.338 e N 9.076.288; deste segue em linha reta até o ponto 18, que corresponde ao ponto 44 da Estação Ecológica de Cuniã, de c.m.a. E 436.910 e N 9.075.661; deste segue em linha reta até o ponto 19, que corresponde ao ponto 45 da Estação Ecológica de Cuniã, de c.m.a. E 436.476 e N 9.074.580; deste segue em linha reta até o ponto 20, que corresponde ao ponto 46 da Estação Ecológica de Cuniã, de c.m.a. E 437.103 e N 9.074.069; deste segue em linha reta até o ponto 21, que corresponde ao ponto 47 da Estação Ecológica de Cuniã, de c.m.a. E 437.751 e N 9.074.018; deste segue em linha reta até o ponto 22, que corresponde ao ponto 48 da Estação Ecológica de Cuniã, de c.m.a. E 437.745 e N 9.075.949, correspondendo ao marco M118 do inciso VII do Decreto nº 95.859, de 1988; deste segue em linha reta até o ponto 23, que corresponde ao ponto 49 da Estação Ecológica de Cuniã, de c.m.a. E 437.722 e N 9.080.976, correspondendo ao marco M75 do inciso VII do referido Decreto; deste segue em linha reta até o ponto 24, que corresponde ao ponto 50 da Estação Ecológica de Cuniã, de c.m.a. E 437.714 e N 9.085.925; deste segue em linha reta até o ponto 25, que corresponde ao ponto 51 da Estação Ecológica de Cuniã, de c.m.a. E 444.855 e N 9.085.950; deste segue em linha reta até o ponto 26, que corresponde ao ponto 52, da Estação Ecológica de Cuniã, de c.m.a. E 444.898 e N 9.094.393, localizado na margem direita do Rio Aponiã; deste segue pela margem direita do referido rio até o ponto 27 de c.m.a. E 461.502 e N 9.100.149, localizado na margem direita do Rio Aponiã; deste, segue por uma linha reta até o ponto 28 de c.m.a. E 461.514 e N 9.098.266; deste, segue por uma linha reta até o



ponto 29 de c.m.a. E 459.062 e N 9.093.416; deste, segue por uma linha reta até o ponto 30 de c.m.a. E 455.456 e N 9.089.144; deste segue por uma linha reta até o ponto 31 de c.m.a. E 454.452 e N 9.083.830; deste segue por uma linha reta até o ponto 32 de c.m.a. E 450.946 e N 9.072.863; deste segue por uma linha reta até o ponto 33 de c.m.a. E 447.647 e N 9.069.726; deste segue por uma linha reta até o ponto 34 de c.m.a. E 446.110 e N 9.068.630; deste segue por uma linha reta até o ponto 35 de c.m.a. E 444.038 e N 9.071.536; deste segue por uma linha reta até o ponto 36 de c.m.a. E 435.320 e N 9.064.625; deste segue por uma linha reta até o ponto 37, de c.m.a. E 436.108 e N 9.063.066, localizado na margem esquerda do Igarapé Catipari; deste segue pelo referido igarapé no sentido montante até o ponto 1, início deste memorial descritivo, totalizando uma área aproximada de 74.659 ha (setenta e quatro mil, seiscentos e cinquenta e nove hectares).

Art. 5º A Reserva Extrativista do Lago do Cuniã tem por objetivos garantir a utilização e a conservação dos recursos naturais renováveis manejados pelas comunidades tradicionais que utilizam a sua área de abrangência e proteger os meios de vida e a cultura dessas comunidades.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator





Senado Federal

21

Relatório de Registro de Presença
CAE, 22/05/2018 às 10h - 16ª, Ordinária
 Comissão de Assuntos Econômicos

PMDB	
TITULARES	SUPLENTES
RAIMUNDO LIRA	1. EDUARDO BRAGA
ROBERTO REQUIÃO PRESENTE	2. ROMERO JUCÁ
GARIBALDI ALVES FILHO PRESENTE	3. ELMANO FÉRRER
ROSE DE FREITAS	4. WALDEMIR MOKA
SIMONE TEBET	5. AIRTON SANDOVAL PRESENTE
VALDIR RAUPP PRESENTE	6. VAGO
FERNANDO BEZERRA COELHO PRESENTE	

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PDT, PT)	
TITULARES	SUPLENTES
GLEISI HOFFMANN PRESENTE	1. KÁTIA ABREU
HUMBERTO COSTA PRESENTE	2. FÁTIMA BEZERRA
JORGE VIANA PRESENTE	3. PAULO PAIM
JOSÉ PIMENTEL PRESENTE	4. REGINA SOUSA
LINDBERGH FARIAS	5. PAULO ROCHA PRESENTE
ACIR GURGACZ	6. RANDOLFE RODRIGUES PRESENTE

Bloco Social Democrata (PSDB, PV, DEM)	
TITULARES	SUPLENTES
TASSO JEREISSATI PRESENTE	1. ATAÍDES OLIVEIRA PRESENTE
RICARDO FERRAÇO PRESENTE	2. DALIRIO BEBER PRESENTE
JOSÉ SERRA	3. FLEXA RIBEIRO PRESENTE
RONALDO CAIADO	4. DAVI ALCOLUMBRE
JOSÉ AGRIPINO	5. MARIA DO CARMO ALVES PRESENTE

Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
TITULARES	SUPLENTES
OTTO ALENCAR PRESENTE	1. SÉRGIO PETECÃO
OMAR AZIZ	2. JOSÉ MEDEIROS
CIRO NOGUEIRA	3. BENEDITO DE LIRA PRESENTE

Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PPS, PSB, PCdoB, REDE, PODE)	
TITULARES	SUPLENTES
LÚCIA VÂNIA PRESENTE	1. VAGO
LÍDICE DA MATA PRESENTE	2. CRISTOVAM BUARQUE
VANESSA GRAZZIOTIN PRESENTE	3. VAGO

Bloco Moderador (PTB, PSC, PRB, PR, PTC)	
TITULARES	SUPLENTES
WELLINGTON FAGUNDES PRESENTE	1. PEDRO CHAVES PRESENTE
ARMANDO MONTEIRO PRESENTE	2. VAGO
TELMÁRIO MOTA PRESENTE	3. RODRIGUES PALMA PRESENTE



DECISÃO DA COMISSÃO

(PLS 206/2007)

A COMISSÃO APROVA O RELATÓRIO, QUE PASSA A CONSTITUIR O PARECER DA CAE, FAVORÁVEL AO PROJETO, NOS TERMOS DA EMENDA Nº 1-CAE (SUBSTITUTIVO)

22 de Maio de 2018

Senador TASSO JEREISSATI

Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos





SENADO FEDERAL

PARECER (SF) Nº 31, DE 2018

Da COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº88, de 2017, que Denomina Viaduto Atalábio Foscarini o viaduto construído no cruzamento da rodovia BR-116 com a rua Rincão, na cidade de Novo Hamburgo, no Estado do Rio Grande do Sul.

PRESIDENTE: Senadora Lúcia Vânia

RELATOR: Senador Lasier Martins

22 de Maio de 2018





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador **Lasier Martins**

PARECER Nº 031 DE 2018

Da COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 88 de 2017 (Projeto de Lei nº 4.935 de 2013, na Casa de origem), do Deputado Alceu Moreira, que denomina “*Viaduto Atalábio Foscarini*” o viaduto construído no cruzamento da rodovia BR-116 com a rua Rincão, na cidade de Novo Hamburgo, no Estado do Rio Grande do Sul.



SF17866.07224-7

Relator: Senador **LASIER MARTINS**

I – RELATÓRIO

Em análise na Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) o Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 88 de 2017 (Projeto de Lei nº 4.935 de 2013, na Casa de origem), do Deputado Alceu Moreira, que denomina “*Viaduto Atalábio Foscarini*” o viaduto do cruzamento da rodovia BR-116 com a rua Rincão, em Novo Hamburgo, Rio Grande do Sul.

O art. 1º prevê a citada denominação e o art. 2º estabelece a entrada em vigor da futura lei a partir da data de sua publicação. Na justificção, o autor destaca a atuação política de Atalábio Antônio Foscarini em prol de sua cidade e do Rio Grande do Sul, nos diversos cargos públicos que ocupou. A matéria foi encaminhada apenas à CE. Não foram apresentadas emendas.

II – ANÁLISE

Conforme o art. 102, II, do Regimento desta Casa, cabe à CE opinar sobre homenagens cívicas. Sendo a única Comissão do despacho, ela opinará também sobre a admissibilidade.

A **constitucionalidade** está atendida. Compete à União legislar sobre educação e cultura (art. 24, IX, CF), não havendo reserva de iniciativa à matéria (art. 61, § 1º, CF). Quanto à **juridicidade**, o projeto atende à Lei nº 6.682, de 27 de agosto de 1979, que permite atribuir a viadutos e vias nome de pessoa falecida que haja prestado relevante serviço público. Observa ainda a Lei nº 6.454, de 24 de outubro de 1977, que proíbe dar nome de pessoa viva a bem público da União. Não há tampouco óbices de **regimentalidade** ou de **técnica legislativa**.





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador **Lasier Martins**

Passemos ao **mérito**. Atalábio Antônio Foscarini nasceu em 13/6/1929, em Taquara, no Rio Grande do Sul. Filho de Henrique Jacob Foscarini e Adélia Käfer Foscarini, casou-se com Ercita Cardoso Foscarini, gerando três filhos, cinco netos e três bisnetos.

Em 1965, passou a residir em Novo Hamburgo, no mesmo Estado, onde seguiu bem-sucedida carreira política de prefeito, deputado estadual e vereador. Na administração municipal, foi responsável por projetos inovadores como o Faixa Nobre, estacionamento rotativo de Novo Hamburgo; e o Atelier Livre, espaço voltado ao ensino de artes visuais, dança, música e teatro.

Também durante sua administração foram realizadas melhorias urbanas significativas, como construção de calçada, duplicação de avenidas, asfaltamento de mais de 140 km de vias, instalação de cerca de 300 km de esgoto pluvial, canalização de arroio, entre outras.

Em 3/5/2008, um ano após receber o título de Cidadão de Novo Hamburgo, Atalábio faleceu, deixando um grande legado.

Entendemos, portanto, apropriada esta homenagem a Atalábio Antônio Foscarini, cidadão brasileiro que, com seu trabalho, dignidade e amor pela terra, contribuiu para o crescimento da cidade e da região.

III – VOTO

Ante o exposto, somos pela constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e boa técnica legislativa do Projeto de Lei da Câmara nº 88 de 2017 e, no mérito, por sua aprovação.

Sala da Comissão, 22 de maio de 2018

Senadora LÚCIA VÂNIA, Presidente

Senador LASIER MARTINS, Relator



SF/17866.07224-77





4

Senado Federal

Relatório de Registro de Presença
CE, 22/05/2018 às 11h30 - 20ª, Extraordinária
Comissão de Educação, Cultura e Esporte

PMDB	
TITULARES	SUPLENTES
ROSE DE FREITAS	1. VALDIR RAUPP PRESENTE
DÁRIO BERGER	2. HÉLIO JOSÉ PRESENTE
MARTA SUPICY	3. RAIMUNDO LIRA
JOSÉ MARANHÃO	4. SIMONE TEBET
EDISON LOBÃO	5. VAGO
JOÃO ALBERTO SOUZA	6. VAGO

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PDT, PT)	
TITULARES	SUPLENTES
ÂNGELA PORTELA	1. GLEISI HOFFMANN
FÁTIMA BEZERRA	2. HUMBERTO COSTA PRESENTE
LINDBERGH FARIAS	3. JORGE VIANA
PAULO PAIM	4. JOSÉ PIMENTEL PRESENTE
REGINA SOUSA PRESENTE	5. PAULO ROCHA PRESENTE
ACIR GURGACZ PRESENTE	6. VAGO

Bloco Social Democrata (PSDB, PV, DEM)	
TITULARES	SUPLENTES
ANTONIO ANASTASIA	1. DAVI ALCOLUMBRE
FLEXA RIBEIRO PRESENTE	2. RONALDO CAIADO
ROBERTO ROCHA	3. EDUARDO AMORIM PRESENTE
MARIA DO CARMO ALVES PRESENTE	4. VAGO
JOSÉ AGRIPINO	5. VAGO

Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
TITULARES	SUPLENTES
JOSÉ MEDEIROS	1. SÉRGIO PETECÃO
ROBERTO MUNIZ PRESENTE	2. ANA AMÉLIA PRESENTE
CIRO NOGUEIRA	3. LASIER MARTINS PRESENTE

Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PPS, PSB, PCdoB, REDE, PODE)	
TITULARES	SUPLENTES
CRISTOVAM BUARQUE	1. JOÃO CAPIBERIBE PRESENTE
LÚCIA VÂNIA PRESENTE	2. RANDOLFE RODRIGUES
LÍDICE DA MATA PRESENTE	3. ROMÁRIO

Bloco Moderador (PTB, PSC, PRB, PR, PTC)	
TITULARES	SUPLENTES
PEDRO CHAVES PRESENTE	1. MAGNO MALTA
WELLINGTON FAGUNDES	2. TELMÁRIO MOTA PRESENTE
EDUARDO LOPES	3. ARMANDO MONTEIRO

Não Membros Presentes





Senado Federal

5

Relatório de Registro de Presença**Não Membros Presentes**

ATAÍDES OLIVEIRA
RODRIGUES PALMA



DECISÃO DA COMISSÃO

(PLC 88/2017)

NA 20ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, REALIZADA NESTA DATA, A COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE APROVA O RELATÓRIO DO SENADOR LASIER MARTINS, QUE PASSA A CONSTITUIR O PARECER DA CE, FAVORÁVEL AO PROJETO.

22 de Maio de 2018

Senadora LÚCIA VÂNIA

Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte





SENADO FEDERAL

PARECER (SF) Nº 32, DE 2018

Da COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº65, de 2017, que Denomina Avenida Prefeito Francisco Alves Andrade o trecho da BR-135, compreendido entre o Km 374,5 e o Km 379,7 na travessia urbana no Município de São Domingos do Maranhão, Estado do Maranhão.

PRESIDENTE: Senadora Lúcia Vânia
RELATOR: Senador Telmário Mota
RELATOR ADHOC: Senadora Ana Amélia

22 de Maio de 2018





SENADO FEDERAL
Senador TELMÁRIO MOTA

PARECER Nº 032, DE 2018

Da COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 65, de 2017 (Projeto de Lei nº 6727, de 2010, na Casa de origem), do Deputado Pedro Fernandes, que *denomina Avenida Prefeito Francisco Alves Andrade o trecho da BR-135, compreendido entre o Km 374,5 e o Km 379,7 na travessia urbana no Município de São Domingos do Maranhão, Estado do Maranhão.*

Relator: Senador **TELMÁRIO MOTA**
Relatora *ad hoc*: Senadora **ANA AMÉLIA**

I – RELATÓRIO

Vem ao exame da Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) o Projeto de Lei da Câmara nº 65, de 2017 (Projeto de Lei nº 6.727, de 2010, na Casa de origem), do Deputado Pedro Fernandes, que *denomina Avenida Prefeito Francisco Alves Andrade o trecho da BR-135, compreendido entre o Km 374,5 e o Km 379,7 na travessia urbana no Município de São Domingos do Maranhão, Estado do Maranhão.*

A proposição compõe-se de dois artigos. O art. 1º institui a referida denominação e o art. 2º determina a entrada em vigor da futura lei na data de sua publicação.

Em sua justificação, o autor do projeto destaca a história de vida e o legado de Francisco Alves de Andrade para o Município de São Domingos do Maranhão.

Senado Federal - Anexo II - Ala Senador Ruy Carneiro - gabinete nº 3
CEP 70165-900 – Brasília / DF
Fone: (61) 3303-6315 – fax: (61) 3303-6314 - e-mail: sen.telmariomota@senador.leg.br





SENADO FEDERAL
Senador TELMÁRIO MOTA

Apresentada na Câmara dos Deputados, a proposição foi examinada e aprovada pelas Comissões de Viação e Transportes (CVT), Educação e Cultura (CEC) e de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) em regime de apreciação conclusiva, nos termos do art. 24, II, do Regimento Interno daquela Casa.

Chegando ao Senado Federal, para revisão, a proposição foi despachada a esta Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE), para análise e emissão de parecer.

II – ANÁLISE

Nos termos do que estabelece o art. 102, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), compete à CE opinar sobre projetos que tratam de homenagens cívicas, categoria em que se enquadra o Projeto de Lei da Câmara nº 65, de 2017.

Francisco Alves Andrade exerceu dois mandatos de Prefeito do Município de São Domingos do Maranhão, tendo cumprido seu dever com destacada dedicação à coisa pública e notável dedicação. Reconhecido pelo seu caráter inovador, lutador e aguerrido, “Chico do Horácio”, como era chamado pelos populares, foi um grande político que prestou inúmeros serviços não somente a seus eleitores, mas a toda população do Município de São Domingos e do Estado do Maranhão.

Distinguiu-se como uma personalidade atuante e notável, especialmente pelo trato das questões administrativas, sociais e humanas. Propõe-se a presente homenagem após o seu falecimento, ocorrido em 2009.

Valorizar a memória de respeitável cidadão é, a um só tempo, perpetuar seus feitos e preservar, para as novas gerações, um exemplo de dedicação à vida pública. É, portanto, meritório o projeto.



SF/18828.56102-02

Senado Federal - Anexo II - Ala Senador Ruy Carneiro - gabinete nº 3
CEP 70165-900 – Brasília / DF

Fone: (61) 3303-6315 – fax: (61) 3303-6314 - e-mail: sen.telmariomota@senador.leg.br





SENADO FEDERAL
Senador TELMÁRIO MOTA

A homenagem por meio da atribuição de denominação ao trecho rodoviário encontra respaldo no art. 2º da Lei nº 6.682, de 27 de agosto de 1979, que trata da denominação de vias e estações terminais do Plano Nacional de Viação (PNV).

Cabe destacar que, em pesquisa realizada na Rede de Informação Legislativa e Jurídica (LexML), não se constatou nenhuma denominação oficial para o trecho rodoviário em questão.

No que respeita à constitucionalidade, a proposição obedece aos requisitos constitucionais formais para a espécie normativa e não afronta dispositivos de natureza material da Carta Magna.

Além do mais, a escolha de um projeto de lei ordinária mostra-se apropriada à veiculação do tema, uma vez que a matéria não está reservada pela Constituição à esfera de lei complementar.

Quanto à juridicidade, a matéria também obedece aos pressupostos do ordenamento jurídico nacional.

Por fim, propomos pequena alteração nas redações da ementa e do art.1º do projeto, com o fim de adequar o uso dos sinais de vírgula.

III – VOTO

Em face do exposto, o voto é pela **aprovação** do Projeto de Lei da Câmara nº 65, de 2017, com as seguintes emendas de redação.

EMENDA Nº 1 – CE (DE REDAÇÃO)

Dê-se à ementa do PLC nº 65, de 2017, a seguinte redação:

“Denomina Avenida Prefeito Francisco Alves Andrade o trecho da BR-135 compreendido entre o Km 374,5 e o Km 379,7, na



SF/18828.56102-02





SENADO FEDERAL
Senador TELMÁRIO MOTA

travessia urbana, no Município de São Domingos do Maranhão,
Estado do Maranhão.”

EMENDA Nº 2 – CE (DE REDAÇÃO)

Dê-se ao art. 1º do PLC nº 65, de 2017, a seguinte redação:

“**Art. 1º** Fica denominado Avenida Prefeito Francisco Alves Andrade o trecho da BR-135 compreendido entre o Km 374,5 e o Km 379,7, na travessia urbana, no Município de São Domingos do Maranhão, Estado do Maranhão.”

Sala da Comissão, 22 de maio de 2018

Senadora LÚCIA VÂNIA, Presidente

Senadora ANA AMÉLIA, Relatora *ad hoc*





6

Senado Federal

Relatório de Registro de Presença
CE, 22/05/2018 às 11h30 - 20ª, Extraordinária
 Comissão de Educação, Cultura e Esporte

PMDB	
TITULARES	SUPLENTES
ROSE DE FREITAS	1. VALDIR RAUPP PRESENTE
DÁRIO BERGER	2. HÉLIO JOSÉ PRESENTE
MARTA SUPPLY	3. RAIMUNDO LIRA
JOSÉ MARANHÃO	4. SIMONE TEBET
EDISON LOBÃO	5. VAGO
JOÃO ALBERTO SOUZA	6. VAGO

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PDT, PT)	
TITULARES	SUPLENTES
ÂNGELA PORTELA	1. GLEISI HOFFMANN
FÁTIMA BEZERRA	2. HUMBERTO COSTA PRESENTE
LINDBERGH FARIAS	3. JORGE VIANA
PAULO PAIM	4. JOSÉ PIMENTEL PRESENTE
REGINA SOUSA PRESENTE	5. PAULO ROCHA PRESENTE
ACIR GURGACZ PRESENTE	6. VAGO

Bloco Social Democrata (PSDB, PV, DEM)	
TITULARES	SUPLENTES
ANTONIO ANASTASIA	1. DAVI ALCOLUMBRE
FLEXA RIBEIRO PRESENTE	2. RONALDO CAIADO
ROBERTO ROCHA	3. EDUARDO AMORIM PRESENTE
MARIA DO CARMO ALVES PRESENTE	4. VAGO
JOSÉ AGRIPINO	5. VAGO

Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
TITULARES	SUPLENTES
JOSÉ MEDEIROS	1. SÉRGIO PETECÃO
ROBERTO MUNIZ PRESENTE	2. ANA AMÉLIA PRESENTE
CIRO NOGUEIRA	3. LASIER MARTINS PRESENTE

Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PPS, PSB, PCdoB, REDE, PODE)	
TITULARES	SUPLENTES
CRISTOVAM BUARQUE	1. JOÃO CAPIBERIBE PRESENTE
LÚCIA VÂNIA PRESENTE	2. RANDOLFE RODRIGUES
LÍDICE DA MATA PRESENTE	3. ROMÁRIO

Bloco Moderador (PTB, PSC, PRB, PR, PTC)	
TITULARES	SUPLENTES
PEDRO CHAVES PRESENTE	1. MAGNO MALTA
WELLINGTON FAGUNDES	2. TELMÁRIO MOTA PRESENTE
EDUARDO LOPES	3. ARMANDO MONTEIRO

Não Membros Presentes





Senado Federal

7

Relatório de Registro de Presença**Não Membros Presentes**

ATAÍDES OLIVEIRA
RODRIGUES PALMA



DECISÃO DA COMISSÃO

(PLC 65/2017)

NA 20ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, REALIZADA NESTA DATA, A COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE APROVA O RELATÓRIO DA SENADORA ANA AMÉLIA (RELATORA "AD HOC"), QUE PASSA A CONSTITUIR O PARECER DA CE, FAVORÁVEL AO PROJETO, COM AS EMENDAS Nº 1-CE (DE REDAÇÃO) E Nº 2-CE (DE REDAÇÃO) .

22 de Maio de 2018

Senadora LÚCIA VÂNIA

Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte





SENADO FEDERAL

PARECER (SF) Nº 6, DE 2018

Da COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA, sobre a Mensagem (SF) nº31, de 2018, que Submete à consideração do Senado Federal, nos termos do art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição, combinado com o art. 53 da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, o nome do Senhor WEBER CILONI, para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, na vaga decorrente do término do mandato do Senhor Jorge Luiz Macedo Bastos.

PRESIDENTE EVENTUAL: Senador Roberto Muniz

RELATOR: Senador Acir Gurgacz

22 de Maio de 2018



2



SENADO FEDERAL
Gabinete Senador ACIR GURGACZ

PARECER Nº , DE 2018

Da COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA, sobre a Mensagem nº 31, de 2018 (nº 520, de 2018, na origem), do Presidente da República, que *submete à apreciação do Senado Federal, em conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal, combinado com o art. 53 da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, o nome do Senhor WEBER CILONI para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT.*



SF/18340.83218-27

Relator: Senador **ACIR GURGACZ**

O Senhor Presidente da República, por meio da Mensagem nº 31, de 2018 (Mensagem nº 520, de 2018, na origem), submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor Weber Ciloni para exercer o cargo de diretor da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT, conforme o disposto no art. 52, inciso III, alínea *f*, da Constituição Federal e no § 1º do art. 53 da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, na vaga decorrente do término do mandato do Senhor Jorge Luiz Macedo Bastos.

Nos termos do art. 104 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), compete a esta Comissão opinar sobre a escolha de diretores da ANTT. De acordo com o art. 383 do RISF, a Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI) deve arguir o indicado e apreciar o relatório com base nas informações prestadas sobre o candidato.

Estabelece o art. 53 da Lei nº 10.233, de 2001, que os membros da Diretoria da ANTT devem ser “brasileiros, de reputação ilibada, formação universitária e elevado conceito no campo de especialidade dos cargos a serem exercidos”.





SENADO FEDERAL
Gabinete Senador ACIR GURGACZ

O *curriculum vitae* anexo à Mensagem Presidencial relata a formação acadêmica e a experiência profissional do Sr. Weber Ciloni, que passo a resumir.

O indicado, natural de Araraquara - SP, nasceu em 1956. Formado em Engenharia Civil pela Faculdade de Engenharia de Araraquara em 1979. Informa o indicado haver realizado cursos de extensão universitária em Tratamento de Águas; Hidrologia; e Portos, Rios e Canais, todos pela Faculdade de Eng. Civil de Araraquara, além de Processo de Construção Tradicional de Edifícios pela FDTE/EPUSP/IPT e Recuperação e Manutenção de Edifícios Escolares pela FDE/SP.

Atual Diretor de Aeroportos da Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (INFRAERO), tendo sido nomeado em 15 de maio de 2017, o indicado relata ter exercido diversas atividades nos setores público e privado, entre as quais destacamos: gerenciamento de programa para eliminação de gargalos, extensões e terminais na Hidrovia Tietê-Paraná; consultoria e assessoria técnica alusivos à análise urbanística dos parcelamentos do solo e empreendimentos habitacionais implantados pela Secretaria de Habitação do Estado de São Paulo; Diretor de Operações da Companhia de Desenvolvimento Agrícola de São Paulo; Secretário Municipal de Serviços Públicos do Município de Araraquara; Diretor Financeiro da Empresa de Transporte Coletivo de Araraquara; Diretor Técnico do Departamento de Limpeza Urbana da Secretaria Municipal de Serviços da Prefeitura Municipal de São Paulo; Assessor de Obras da Secretaria de Estado da Cultura de São Paulo; Supervisão e Fiscalização de Obras de Reformas e Adequações de Edificações no mercado privado; Coordenador de Licenciamento e de Operações de Controle Tecnológico da Secretaria de Habitação do Estado de São Paulo; Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico e Social da Prefeitura Municipal de Araraquara; e Conselheiro do CREA-SP.

As funções e as atividades desempenhadas, evidenciadas em seu currículo, que se encontra à disposição dos eminentes integrantes desta Comissão,



SF/18340.83218-27



4



SENADO FEDERAL
Gabinete Senador ACIR GURGACZ

revelam o nível de qualificação profissional, a formação técnica e acadêmica do indicado.

Cumpra, por fim, relatar que o candidato apresentou todos os documentos exigidos pelo art. 383, inciso I, alíneas *a*, *b* e *c* do Regimento Interno, juntamente com as declarações de que trata o § 3º do *caput* do mesmo artigo.

São esses os elementos disponíveis para que esta Comissão de Serviços de Infraestrutura delibere sobre a indicação do Senhor Weber Ciloni para ser conduzido ao cargo de Diretor da Agência Nacional de Transportes Terrestres.

Sala da Comissão, 14 de maio de 2018.

Senador **ACIR GURGACZ**
PDT/RO





Senado Federal

5

Relatório de Registro de Presença
CI, 22/05/2018 às 09h - 14ª, Extraordinária
 Comissão de Serviços de Infraestrutura

PMDB	
TITULARES	SUPLENTES
VAGO	1. HÉLIO JOSÉ PRESENTE
EDUARDO BRAGA	2. ROMERO JUCÁ
FERNANDO BEZERRA COELHO PRESENTE	3. ROSE DE FREITAS
ELMANO FÉRRER PRESENTE	4. JADER BARBALHO
VALDIR RAUPP PRESENTE	5. VAGO

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PDT, PT)	
TITULARES	SUPLENTES
ÂNGELA PORTELA	1. FÁTIMA BEZERRA
JORGE VIANA	2. GLEISI HOFFMANN
JOSÉ PIMENTEL	3. HUMBERTO COSTA
PAULO ROCHA PRESENTE	4. LINDBERGH FARIAS
ACIR GURGACZ PRESENTE	5. REGINA SOUSA PRESENTE

Bloco Social Democrata (PSDB, PV, DEM)	
TITULARES	SUPLENTES
ATAÍDES OLIVEIRA PRESENTE	1. JOSÉ AGRIPINO
RICARDO FERRAÇO	2. ROBERTO ROCHA
FLEXA RIBEIRO PRESENTE	3. VAGO
WILDER MORAIS	4. VAGO

Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
TITULARES	SUPLENTES
OTTO ALENCAR	1. LASIER MARTINS PRESENTE
VAGO	2. IVO CASSOL
ROBERTO MUNIZ PRESENTE	3. GLADSON CAMELI

Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PPS, PSB, PCdoB, REDE, PODE)	
TITULARES	SUPLENTES
VANESSA GRAZZIOTIN PRESENTE	1. ANTONIO CARLOS VALADARES
VAGO	2. VAGO
VAGO	3. VAGO

Bloco Moderador (PTB, PSC, PRB, PR, PTC)	
TITULARES	SUPLENTES
WELLINGTON FAGUNDES	1. KÁTIA ABREU
VICENTINHO ALVES	2. TELMÁRIO MOTA
ARMANDO MONTEIRO PRESENTE	3. MAGNO MALTA

Não Membros Presentes

RODRIGUES PALMA





6

Senado Federal

Resultado de Votação Secreta

Comissão de Serviços de Infraestrutura

Indicação para cargo de diretor da ANTT

MSF 31/2018 - WEBER CILONI

Início da votação: 22/05/2018 09:49:25

Fim da votação: 22/05/2018 10:53:46

TITULARES		SUPLENTES	
PMDB		PMDB	
VAGO		1. HÉLIO JOSÉ	votou
EDUARDO BRAGA		2. ROMERO JUCÁ	
FERNANDO BEZERRA COELHO	votou	3. ROSE DE FREITAS	
ELMANO FÉRRER	votou	4. JADER BARBALHO	
VALDIR RAUPP	votou	5. VAGO	
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PDT,		Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PDT,	
ÂNGELA PORTELA		1. FÁTIMA BEZERRA	
JORGE VIANA		2. GLEISI HOFFMANN	
JOSÉ PIMENTEL		3. HUMBERTO COSTA	
PAULO ROCHA	votou	4. LINDBERGH FARIAS	
ACIR GURGACZ	votou	5. REGINA SOUSA	votou
Bloco Social Democrata (PSDB, PV, DEM)		Bloco Social Democrata (PSDB, PV, DEM)	
ATAÍDES OLIVEIRA	votou	1. JOSÉ AGRIPINO	
RICARDO FERRAÇO		2. ROBERTO ROCHA	
FLEXA RIBEIRO	votou	3. VAGO	
WILDER MORAIS		4. VAGO	
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)		Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
OTTO ALENCAR		1. LASIER MARTINS	votou
VAGO		2. IVO CASSOL	
ROBERTO MUNIZ	votou	3. GLADSON CAMELI	
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PPS, PSB,		Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PPS, PSB,	
VANESSA GRAZZIOTIN	votou	1. ANTONIO CARLOS VALADARES	
VAGO		2. VAGO	
VAGO		3. VAGO	
Bloco Moderador (PTB, PSC, PRB, PR, PTC)		Bloco Moderador (PTB, PSC, PRB, PR, PTC)	
WELLINGTON FAGUNDES		1. KÁTIA ABREU	
VICENTINHO ALVES		2. TELMÁRIO MOTA	
ARMANDO MONTEIRO	votou	3. MAGNO MALTA	

Votação:

 TOTAL 13 SIM 13 NÃO 0 ABSTENÇÃO 0

 ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA,
 PLENÁRIO Nº 13, EM 22/05/2018

 Senador Roberto Muniz
 Presidente


DECISÃO DA COMISSÃO

(MSF 31/2018)

REUNIDA A COMISSÃO NESSA DATA, É REALIZADA A ARGUIÇÃO PÚBLICA DO SENHOR WEBER CILONI E APROVADA SUA INDICAÇÃO PARA EXERCER O CARGO DE DIRETOR DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES (ANTT), COM TREZE VOTOS FAVORÁVEIS, NENHUM VOTO CONTRÁRIO E NENHUMA ABSTENÇÃO.

22 de Maio de 2018

Senador ROBERTO MUNIZ

Presidiu a reunião da Comissão de Serviços de Infraestrutura



COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 55ª LEGISLATURA

(por Unidade da Federação)

Bahia

Bloco-PSB - Lídice da Mata*
Bloco-PP - Roberto Muniz* (S)
Bloco-PSD - Otto Alencar**

Rio de Janeiro

Bloco-PRB - Eduardo Lopes* (S)
Bloco-PT - Lindbergh Farias*
Bloco-PODE - Romário**

Maranhão

Maioria-PMDB - Edison Lobão*
Maioria-PMDB - João Alberto Souza*
Bloco-PSDB - Roberto Rocha**

Pará

Bloco-PSDB - Flexa Ribeiro*
Maioria-PMDB - Jader Barbalho*
Bloco-PT - Paulo Rocha**

Pernambuco

Bloco-PTB - Armando Monteiro*
Bloco-PT - Humberto Costa*
Maioria-PMDB - Fernando Bezerra Coelho**

São Paulo

Maioria-PMDB - Airton Sandoval* (S)
Maioria-PMDB - Marta Suplicy*
Bloco-PSDB - José Serra**

Minas Gerais

Bloco-PSDB - Aécio Neves*
Maioria-PMDB - Zeze Perrella* (S)
Bloco-PSDB - Antonio Anastasia**

Goiás

Bloco-PSB - Lúcia Vânia*
Bloco-DEM - Wilder Morais* (S)
Bloco-DEM - Ronaldo Caiado**

Mato Grosso

Bloco-PODE - José Medeiros* (S)
Bloco-PR - Rodrigues Palma* (S)
Bloco-PR - Wellington Fagundes**

Rio Grande do Sul

Bloco-PP - Ana Amélia*
Bloco-PT - Paulo Paim*
Bloco-PSD - Lasier Martins**

Ceará

Maioria-PMDB - Eunício Oliveira*
Bloco-PT - José Pimentel*
Bloco-PSDB - Tasso Jereissati**

Paraíba

Bloco-PSDB - Cássio Cunha Lima*
Bloco-PSD - Raimundo Lira* (S)
Maioria-PMDB - José Maranhão**

Espírito Santo

Bloco-PR - Magno Malta*
Bloco-PSDB - Ricardo Ferraço*
Bloco-PODE - Rose de Freitas**

Piauí

Bloco-PP - Ciro Nogueira*
Bloco-PT - Regina Sousa* (S)
Bloco-PODE - Elmano Férrer**

Rio Grande do Norte

Maioria-PMDB - Garibaldi Alves Filho*
Bloco-DEM - José Agripino*
Bloco-PT - Fátima Bezerra**

Santa Catarina

Bloco-PSDB - Dalirio Beber* (S)
Bloco-PSDB - Paulo Bauer*
Maioria-PMDB - Dário Berger**

Alagoas

Bloco-PP - Benedito de Lira*
Maioria-PMDB - Renan Calheiros*
Bloco-PTC - Fernando Collor**

Sergipe

Bloco-PSB - Antonio Carlos Valadares*
Bloco-PSDB - Eduardo Amorim*
Bloco-DEM - Maria do Carmo Alves**

Mandatos

*: Período 2011/2019 **: Período 2015/2023

Amazonas

Maioria-PMDB - Eduardo Braga*
Bloco-PCdoB - Vanessa Grazziotin*
Bloco-PSD - Omar Aziz**

Paraná

Bloco-PT - Gleisi Hoffmann*
Maioria-PMDB - Roberto Requião*
Bloco-PODE - Alvaro Dias**

Acre

Bloco-PT - Jorge Viana*
Bloco-PSD - Sérgio Petecão*
Bloco-PP - Gladson Cameli**

Mato Grosso do Sul

Bloco-PRB - Pedro Chaves* (S)
Maioria-PMDB - Waldemir Moka*
Maioria-PMDB - Simone Tebet**

Distrito Federal

Bloco-PPS - Cristovam Buarque*
Maioria-PROS - Hélio José* (S)
-S/Partido - Reguffe**

Rondônia

Bloco-PP - Ivo Cassol*
Maioria-PMDB - Valdir Raupp*
Bloco-PDT - Acir Gurgacz**

Tocantins

Bloco-PSDB - Ataídes Oliveira* (S)
Bloco-PR - Vicentinho Alves*
Bloco-PDT - Kátia Abreu**

Amapá

Bloco-PSB - João Capiberibe*
Bloco-REDE - Randolfe Rodrigues*
Bloco-DEM - Davi Alcolumbre**

Roraima

Bloco-PDT - Ângela Portela*
Maioria-PMDB - Romero Jucá*
Bloco-PTB - Telmário Mota**



COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 55ª LEGISLATURA

(Bancadas dos Partidos no Senado Federal)

Bloco da Maioria - 19 PMDB-18 / PROS-1

Airton Sandoval.	PMDB / SP
Dário Berger.	PMDB / SC
Edison Lobão.	PMDB / MA
Eduardo Braga.	PMDB / AM
Eunício Oliveira.	PMDB / CE
Fernando Bezerra Coelho.	PMDB / PE
Garibaldi Alves Filho.	PMDB / RN
Hélio José.	PROS / DF
Jader Barbalho.	PMDB / PA
João Alberto Souza.	PMDB / MA
José Maranhão.	PMDB / PB
Marta Suplicy.	PMDB / SP
Renan Calheiros.	PMDB / AL
Roberto Requião.	PMDB / PR
Romero Jucá.	PMDB / RR
Simone Tebet.	PMDB / MS
Valdir Raupp.	PMDB / RO
Waldemir Moka.	PMDB / MS
Zeze Perrella.	PMDB / MG

Bloco Social Democrata - 17 PSDB-12 / DEM-5

Aécio Neves.	PSDB / MG
Antonio Anastasia.	PSDB / MG
Ataídes Oliveira.	PSDB / TO
Cássio Cunha Lima.	PSDB / PB
Dalirio Beber.	PSDB / SC
Davi Alcolumbre.	DEM / AP
Eduardo Amorim.	PSDB / SE
Flexa Ribeiro.	PSDB / PA
José Agripino.	DEM / RN
José Serra.	PSDB / SP
Maria do Carmo Alves.	DEM / SE
Paulo Bauer.	PSDB / SC
Ricardo Ferraço.	PSDB / ES
Roberto Rocha.	PSDB / MA
Ronaldo Caiado.	DEM / GO
Tasso Jereissati.	PSDB / CE
Wilder Morais.	DEM / GO

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática - 12 PT-9 / PDT-3

Acir Gurgacz.	PDT / RO
Ângela Portela.	PDT / RR
Fátima Bezerra.	PT / RN
Gleisi Hoffmann.	PT / PR
Humberto Costa.	PT / PE
Jorge Viana.	PT / AC
José Pimentel.	PT / CE
Kátia Abreu.	PDT / TO
Lindbergh Farias.	PT / RJ
Paulo Paim.	PT / RS
Paulo Rocha.	PT / PA
Regina Sousa.	PT / PI

Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania - 12 PSB-4 / PCdoB-1 / REDE-1 / PPS-1 PODE-5

Alvaro Dias.	PODE / PR
Antonio Carlos Valadares.	PSB / SE
Cristovam Buarque.	PPS / DF
Elmano Férrer.	PODE / PI
João Capiberibe.	PSB / AP
José Medeiros.	PODE / MT
Lídice da Mata.	PSB / BA
Lúcia Vânia.	PSB / GO
Randolfe Rodrigues.	REDE / AP
Romário.	PODE / RJ
Rose de Freitas.	PODE / ES
Vanessa Grazziotin.	PCdoB / AM

Bloco Parlamentar Democracia Progressista - 11 PP-6 / PSD-5

Ana Amélia.	PP / RS
Benedito de Lira.	PP / AL
Ciro Nogueira.	PP / PI
Gladson Cameli.	PP / AC
Ivo Cassol.	PP / RO
Lasier Martins.	PSD / RS
Omar Aziz.	PSD / AM
Otto Alencar.	PSD / BA
Raimundo Lira.	PSD / PB
Roberto Muniz.	PP / BA
Sérgio Petecão.	PSD / AC

Bloco Moderador - 9 PTB-2 / PR-4 / PRB-2 / PTC-1

Armando Monteiro.	PTB / PE
Eduardo Lopes.	PRB / RJ
Fernando Collor.	PTC / AL
Magno Malta.	PR / ES
Pedro Chaves.	PRB / MS
Rodrigues Palma.	PR / MT
Telmário Mota.	PTB / RR
Vicentinho Alves.	PR / TO
Wellington Fagundes.	PR / MT

S/Partido - 1

Reguffe.	DF
------------------	----

Bloco da Maioria.	19
Bloco Social Democrata.	17
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática.	12
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.	12
Bloco Parlamentar Democracia Progressista.	11
Bloco Moderador.	9
S/Partido.	1
TOTAL.	81



COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 55ª LEGISLATURA

(por ordem alfabética)

Acir Gurgacz** (Bloco-PDT-RO)	Garibaldi Alves Filho* (Maioria-PMDB-RN)	Paulo Rocha** (Bloco-PT-PA)
Aécio Neves* (Bloco-PSDB-MG)	Gladson Cameli** (Bloco-PP-AC)	Pedro Chaves* (Bloco-PRB-MS)
Airton Sandoval* (Maioria-PMDB-SP)	Gleisi Hoffmann* (Bloco-PT-PR)	Raimundo Lira* (Bloco-PSD-PB)
Alvaro Dias** (Bloco-PODE-PR)	Hélio José* (Maioria-PROS-DF)	Randolfe Rodrigues* (Bloco-REDE-AP)
Ana Amélia* (Bloco-PP-RS)	Humberto Costa* (Bloco-PT-PE)	Regina Sousa* (Bloco-PT-PI)
Ângela Portela* (Bloco-PDT-RR)	Ivo Cassol* (Bloco-PP-RO)	Reguffe** (-S/Partido-DF)
Antonio Anastasia** (Bloco-PSDB-MG)	Jader Barbalho* (Maioria-PMDB-PA)	Renan Calheiros* (Maioria-PMDB-AL)
Antonio Carlos Valadares* (Bloco-PSB-SE)	João Alberto Souza* (Maioria-PMDB-MA)	Ricardo Ferraço* (Bloco-PSDB-ES)
Armando Monteiro* (Bloco-PTB-PE)	João Capiberibe* (Bloco-PSB-AP)	Roberto Muniz* (Bloco-PP-BA)
Ataídes Oliveira* (Bloco-PSDB-TO)	Jorge Viana* (Bloco-PT-AC)	Roberto Requião* (Maioria-PMDB-PR)
Benedito de Lira* (Bloco-PP-AL)	José Agripino* (Bloco-DEM-RN)	Roberto Rocha** (Bloco-PSDB-MG)
Cássio Cunha Lima* (Bloco-PSDB-PB)	José Maranhão** (Maioria-PMDB-PB)	Rodrigues Palma* (Bloco-PR-MT)
Ciro Nogueira* (Bloco-PP-PI)	José Medeiros* (Bloco-PODE-MT)	Romário** (Bloco-PODE-RJ)
Cristovam Buarque* (Bloco-PPS-DF)	José Pimentel* (Bloco-PT-CE)	Romero Jucá* (Maioria-PMDB-RR)
Dalirio Beber* (Bloco-PSDB-SC)	José Serra** (Bloco-PSDB-SP)	Ronaldo Caiado** (Bloco-DEM-GO)
Dário Berger** (Maioria-PMDB-SC)	Kátia Abreu** (Bloco-PDT-TO)	Rose de Freitas** (Bloco-PODE-ES)
Davi Alcolumbre** (Bloco-DEM-AP)	Lasier Martins** (Bloco-PSD-RS)	Sérgio Petecão* (Bloco-PSD-AC)
Edison Lobão* (Maioria-PMDB-MA)	Lídice da Mata* (Bloco-PSB-BA)	Simone Tebet** (Maioria-PMDB-MS)
Eduardo Amorim* (Bloco-PSDB-SE)	Lindbergh Farias* (Bloco-PT-RJ)	Tasso Jereissati** (Bloco-PSDB-CE)
Eduardo Braga* (Maioria-PMDB-AM)	Lúcia Vânia* (Bloco-PSB-GO)	Telmário Mota** (Bloco-PTB-RR)
Eduardo Lopes* (Bloco-PRB-RJ)	Magno Malta* (Bloco-PR-ES)	Valdir Raupp* (Maioria-PMDB-RO)
Elmano Férrer** (Bloco-PODE-PI)	Maria do Carmo Alves** (Bloco-DEM-SE)	Vanessa Grazziotin* (Bloco-PCdoB-AM)
Eunício Oliveira* (Maioria-PMDB-CE)	Marta Suplicy* (Maioria-PMDB-SP)	Vicentinho Alves* (Bloco-PR-TO)
Fátima Bezerra** (Bloco-PT-RN)	Omar Aziz** (Bloco-PSD-AM)	Waldemir Moka* (Maioria-PMDB-MS)
Fernando Bezerra Coelho** (Maioria-PMDB-PE)	Otto Alencar** (Bloco-PSD-BA)	Wellington Fagundes** (Bloco-PR-MT)
Fernando Collor** (Bloco-PTC-AL)	Paulo Bauer* (Bloco-PSDB-SC)	Wilder Morais* (Bloco-DEM-GO)
Flexa Ribeiro* (Bloco-PSDB-PA)	Paulo Paim* (Bloco-PT-RS)	Zeze Perrella* (Maioria-PMDB-MG)

Mandatos

*: Período 2011/2019 **: Período 2015/2023



COMPOSIÇÃO
COMISSÃO DIRETORA

PRESIDENTE

Eunício Oliveira - (PMDB-CE)

1º VICE-PRESIDENTE

Cássio Cunha Lima - (PSDB-PB)

2º VICE-PRESIDENTE

João Alberto Souza - (PMDB-MA)

1º SECRETÁRIO

José Pimentel - (PT-CE)

2º SECRETÁRIO

Gladson Cameli - (PP-AC)

3º SECRETÁRIO

Antonio Carlos Valadares - (PSB-SE)

4º SECRETÁRIO

Zeze Perrella - (PMDB-MG)

SUPLENTE DE SECRETÁRIO

1º Eduardo Amorim - (PSDB-SE)

2º Sérgio Petecão - (PSD-AC)

3º Davi Alcolumbre - (DEM-AP)

4º Cidinho Santos - (PR-MT)



COMPOSIÇÃO LIDERANÇAS

<p style="text-align: center;">Bloco da Maioria (PMDB/PROS) - 19</p> <p style="text-align: center;">Líder Simone Tebet - PMDB (142,164)</p> <p style="text-align: center;">.....</p> <p style="text-align: center;">Líder do PMDB - 18 Simone Tebet (142,164)</p> <p style="text-align: center;">Vice-Líder do PMDB Valdir Raupp (141)</p> <p style="text-align: center;">Líder do PROS - 1 Hélio José (42,48,86,155)</p>	<p style="text-align: center;">Bloco Social Democrata (PSDB/DEM) - 17</p> <p style="text-align: center;">Líder Eduardo Amorim - PSDB (70,102,140)</p> <p style="text-align: center;">Vice-Líderes Davi Alcolumbre (74,87,131,149) Ataídes Oliveira (75)</p> <p style="text-align: center;">.....</p> <p style="text-align: center;">Líder do PSDB - 12 Paulo Bauer (100)</p> <p style="text-align: center;">Vice-Líderes do PSDB Ricardo Ferraço (78,85,112,160) Roberto Rocha (37,54,111,158,159)</p> <p style="text-align: center;">Líder do DEM - 5 Ronaldo Caiado (103)</p> <p style="text-align: center;">Vice-Líder do DEM José Agripino (32,51)</p>	<p style="text-align: center;">Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP/PSD) - 11</p> <p style="text-align: center;">Líder Ciro Nogueira - PP (165)</p> <p style="text-align: center;">Vice-Líderes Benedito de Lira (105) Otto Alencar (49)</p> <p style="text-align: center;">.....</p> <p style="text-align: center;">Líder do PP - 6 Benedito de Lira (105)</p> <p style="text-align: center;">Líder do PSD - 5 Omar Aziz (45,101)</p> <p style="text-align: center;">Vice-Líder do PSD Lasier Martins (94,96,117)</p>
<p style="text-align: center;">Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT/PDT) - 12</p> <p style="text-align: center;">Líder Lindbergh Farias - PT (28,59,62,89,125,134,135)</p> <p style="text-align: center;">Vice-Líderes Acir Gurgacz (8,26,116) Regina Sousa (34)</p> <p style="text-align: center;">.....</p> <p style="text-align: center;">Líder do PT - 9 Lindbergh Farias (28,59,62,89,125,134,135)</p> <p style="text-align: center;">Vice-Líder do PT Paulo Rocha (25,41,55,63,126)</p> <p style="text-align: center;">Líder do PDT - 3 Acir Gurgacz (8,26,116)</p> <p style="text-align: center;">Vice-Líder do PDT Ângela Portela (139,162)</p>	<p style="text-align: center;">Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PSB/PCdoB/REDE/PPS/PODE) - 12</p> <p style="text-align: center;">Líder João Capiberibe - PSB (1,11,114,153,154)</p> <p style="text-align: center;">Vice-Líderes Randolfe Rodrigues (20,23,91,156) Vanessa Grazziotin (17,22,157)</p> <p style="text-align: center;">.....</p> <p style="text-align: center;">Líder do PSB - 4 Antonio Carlos Valadares (52,71,146,163)</p> <p style="text-align: center;">Vice-Líder do PSB Lídice da Mata (13,19,145,166)</p> <p style="text-align: center;">Líder do PCdoB - 1 Vanessa Grazziotin (17,22,157)</p> <p style="text-align: center;">Líder do REDE - 1 Randolfe Rodrigues (20,23,91,156)</p> <p style="text-align: center;">Líder do PPS - 1 Cristovam Buarque (64)</p> <p style="text-align: center;">Líder do PODE - 5 Alvaro Dias (16,65,136)</p> <p style="text-align: center;">Vice-Líder do PODE Romário (137,152)</p>	<p style="text-align: center;">Bloco Moderador (PTB/PR/PRB/PTC) - 9</p> <p style="text-align: center;">Líder Wellington Fagundes - PR (43,46,109)</p> <p style="text-align: center;">Vice-Líder Telmário Mota (7,29,36,44,58,84,106,127)</p> <p style="text-align: center;">.....</p> <p style="text-align: center;">Líder do PTB - 2 Armando Monteiro (97)</p> <p style="text-align: center;">Líder do PR - 4 Vicentinho Alves (104)</p> <p style="text-align: center;">Vice-Líder do PR Magno Malta (108)</p> <p style="text-align: center;">Líder do PRB - 2 Eduardo Lopes (81,95)</p> <p style="text-align: center;">Líder do PTC - 1 Fernando Collor (5,6,67,69)</p>
<p style="text-align: center;">Governo</p> <p style="text-align: center;">Líder Romero Jucá - PMDB (119)</p> <p style="text-align: center;">Vice-Líderes Fernando Bezerra Coelho (107,130,144) Davi Alcolumbre (74,87,131,149) Flexa Ribeiro (132,150) Sérgio Petecão (10,133,148) Wilder Morais (39,122,128,147)</p>	<p style="text-align: center;">Minoria</p> <p style="text-align: center;">Líder Humberto Costa - PT (15,21,50,53,79,90,115)</p>	

Notas:

1. Em 01.02.2015, o Senador João Capiberibe foi designado líder do PSB (Of. 8/2015-GLPSB)
2. Em 01.02.2015, o Senador Marcelo Crivella foi designado líder do PRB (Of. 2/2015-BLUFOR).
3. Em 01.02.2015, o Senador Marcelo Crivella foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. 001/2015-BLUFOR).
4. Em 01.02.2015, o senador Blairo Maggi foi designado 1º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. 001/2015-BLUFOR).



5. Em 01.02.2015, o Senador Fernando Collor foi designado líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. 001/2015-BLUFOR).
6. Em 01.02.2015, o Senador Fernando Collor foi designado líder do PTB (Of. 1/2015-GLPTB).
7. Em 01.02.2015, o Senador Telmário Mota foi designado vice-líder do PDT (Of. 1/2015-GLPDT).
8. Em 01.02.2015, o Senador Acir Gurgacz foi designado líder do PDT (Of. 1/2015-GLPDT).
9. Em 03.02.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado líder do PSDB (Of. s/n GLPSDB).
10. Em 03.02.2015, o Senador Sérgio Petecção foi designado vice-líder do PSD (Of. 002/2015-GLPSD).
11. Em 03.02.2015, o Senador João Capiberibe foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia Participativa (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar Democracia Participativa).
12. Em 03.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado 2º vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia Participativa (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar Democracia Participativa).
13. Em 03.02.2015, a Senadora Lídice da Mata foi designada líder do Bloco Parlamentar Democracia Participativa (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar Democracia Participativa).
14. Em 03.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado líder do PPS (Of.18/2015-GSJMEDEI).
15. Em 04.02.2015, o Senador Humberto Costa foi designado líder do PT (Of. 2/2015-GLDPT).
16. Em 04.02.2015, o Senador Alvaro Dias foi designado líder do Bloco Parlamentar da Oposição (expediente s/n).
17. Em 04.02.2015, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada líder do PCdoB (Of. 1/2015-GLPCdoB).
18. Em 24.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado 1º vice-líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD).
19. Em 24.02.2015, a Senadora Lídice da Mata foi designada líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD);
20. Em 24.02.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD).
21. Em 24.02.2015, o Senador Humberto Costa foi designado líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 02/2015-GLDBAG).
22. Em 24.02.2015, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada 2ª vice-líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD).
23. Em 29.09.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado líder da REDE (Of. 67/2015/GSRROD).
24. Em 03.03.2015, o Senador José Pimentel foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).
25. Em 03.03.2015, o Senador Paulo Rocha foi designado 1º vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
26. Em 03.03.2015, o Senador Acir Gurgacz foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).
27. Em 03.03.2015, a Senadora Fátima Bezerra foi designada 4ª vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
28. Em 03.03.2015, o Senador Lindbergh Farias foi designado 3º vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
29. Em 03.03.2015, o Senador Telmário Mota foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).
30. Em 03.03.2015, o Senador Walter Pinheiro foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).
31. Em 03.03.2015, o Senador Walter Pinheiro foi designado 2º vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
32. Em 04.03.2015, o Senador José Agripino foi designado vice-líder do DEM (Of. 007/2015-GLDEM).
33. Em 06.03.2015, o Senador Aloysio Nunes Ferreira foi designado 2º vice-líder do PSDB (Of. 52/2015-GLPSDB).
34. Em 17.03.2015, a Senadora Regina Souza foi designada 5ª Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 32/2015-GLDBAG).
35. Em 17.03.2015, o Senador Walter Pinheiro foi designado 3º Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Telmário Mota (Of. 32/2015-GLDBAG).
36. Em 17.03.2015, o Senador Telmário Mota foi designado 4º Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador José Pimentel (Of. 32/2015-GLDBAG).
37. Em 25.03.2015, o Senador Roberto Rocha foi designado Vice-Líder do PSB (Of. 30/2015-GLPSB).
38. Em 07.04.2015, o Senador Antonio Anastasia foi designado terceiro Vice-Líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar da Oposição).
39. Em 07.04.2015, o Senador Wilder Moraes foi designado segundo Vice-Líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar da Oposição).
40. Em 28.04.2015, o Senador Delcídio do Amaral foi designado Líder do Governo (Msg. 120/2015).
41. Em 25.08.2015, o Senador Paulo Rocha foi designado 2º vice-líder do Governo (Mem. 42/2015-GLDGOV).
42. Em 25.08.2015, o Senador Hélio José foi designado 1º vice-líder do Governo (Mem. 42/2015-GLDGOV).
43. Em 25.08.2015, o Senador Wellington Fagundes foi designado 3º vice-líder do Governo (Mem. 42/2015-GLDGOV).
44. Em 09.09.2015, o Senador Telmário Mota foi designado 4º vice-líder do Governo (Mem. 46/2015-GLDGOV).
45. Em 03.11.2015, o Senador Omar Aziz foi designado líder do Bloco Parlamentar Democracia Progressista (of. 1/2015).
46. Em 19.11.2015, o Senador Wellington Fagundes foi designado líder do PR (Ofício s/n - GABLIDPR).
47. Em 08.12.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi reconduzido líder do PSDB para o exercício de 2016 (Of. s/n GLPSDB).
48. Em 10.12.2015, o Senador Hélio José foi designado líder do PMB (Mem. 12-193/2015-GSHJOSE).
49. Em 16.12.2015, o Senador Otto Alencar foi designado 2º vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Of. 003/2015).
50. Em 03.02.2016, o Senador Humberto Costa foi reconduzido à liderança do PT (Of. 1/2016-GLDPT).
51. Em 16.02.2016, o Senador José Agripino foi designado líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
52. Em 16.02.2016, o Senador Antonio Carlos Valadares foi designado Líder do PSB, conforme Of. nº 1/2016-GLPSB, em substituição ao Senador João Capiberibe.
53. Em 24.02.2016, o Senador Humberto Costa foi designado Líder do Governo (MSG nº 49/2016).
54. Em 01.03.2016, o Senador Roberto Rocha foi designado Vice-Líder do PSB (Of. 2/2016-GLPSB).
55. Em 02.03.2016, o Senador Paulo Rocha foi designado líder do PT, deixando de ocupar a vaga de 1º Vice-líder (Of. 3/2016-GLDPT).
56. Em 08.03.2016, a Senadora Gleisi Hoffmann foi designada 2ª vice-líder do PT (Of. 4/2016-GLDPT).
57. Em 08.03.2016, a Senadora Gleisi Hoffmann foi designada 4ª vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 17/2016-GLDBAG).
58. Em 08.03.2016, o Senador Telmário Mota foi designado 3º vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 17/2016-GLDBAG).
59. Em 08.03.2016, o Senador Lindbergh Farias foi designado 2º vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 17/2016-GLDBAG).
60. Em 08.03.2016, o Senador Donizeti Nogueira foi designado 4º vice-líder do PT (Of. 4/2016-GLDPT).
61. Em 08.03.2016, a Senadora Fátima Bezerra foi designada 3ª vice-líder do PT (Of. 4/2016-GLDPT).
62. Em 08.03.2016, o Senador Lindbergh Farias foi designado 1º vice-líder do PT (Of. 4/2016-GLDPT).
63. Em 08.03.2016, o Senador Paulo Rocha foi designado líder do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Humberto Costa (Of. 16/2016-GLDBAG).
64. Em 17.03.2016, o Senador Cristovam Buarque foi designado líder do PPS (Of. 3-009/2016-GSCB).
65. Em 02.02.2016, o Senador Alvaro Dias foi designado líder do Partido Verde (Memo 008/16-SEN).
66. Em 22.03.2016, a Senadora Gleisi Hoffmann foi designada 2ª vice-líder do Governo, em substituição ao Senador Paulo Rocha (Memo. 8/2016-GLDGOV).
67. Em 30.03.2016, o Senador Fernando Collor foi designado líder do PTC (Of. 1/2016-LIDPTC).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



68. Em 05.04.2016, o Senador Elmano Férrer foi designado Líder do PTB (Of. Nº 001/2016-LIDPTB)
69. Em 06.04.2016, o Senador Fernando Collor foi designado líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. nº 9/2016-BLUFOR)
70. Em 06.04.2016, o Senador Eduardo Amorim foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. nº 9/2016-BLUFOR)
71. Em 06.04.2016, o Senador Antonio Carlos Valadares foi designado Vice-Líder do Bloco Socialismo e Democracia, conforme Memo. nº 14/2016-BLSDEM.
72. Em 06.04.2016, o Senador Elmano Férrer foi designado 2º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. nº 9/2016-BLUFOR)
73. Em 03.05.2016, o Senador Zeze Perrella é designado vice-líder do PTB (Of. nº 2/2016-LIDPTB).
74. Em 05.05.2016, o Senador Davi Alcolumbre foi designado 2º vice-líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2016-Bloco Parlamentar da Oposição).
75. Em 05.05.2016, o Senador Ataídes Oliveira foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2016-Bloco Parlamentar da Oposição).
76. Em 05.05.2016, a Senadora Rose de Freitas foi designada 2ª vice-líder do PMDB (Of. 62/2016-GLPMDB).
77. Em 05.05.2016, o Senador Waldemir Moka foi designado 1º vice-líder do PMDB (Of. 62/2016-GLPMDB).
78. Em 05.05.2016, o Senador Ricardo Ferraço foi designado 1º vice-líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2016-Bloco Parlamentar da Oposição).
79. Em 12.05.2016, o Senador Humberto Costa deixou de ser líder do governo (Mensagem nº 253/2016 e Memorando nº 104/2016-GSHCST)
80. Em 01.06.2016, o Senador Aloysio Nunes Ferreira foi designado Líder do Governo (Mensagem 306/2016).
81. Em 06.06.2016, o Senador Eduardo Lopes é designado Líder do PRB (Memo. nº 1/2016-GSEL).
82. Em 08.06.2016, o Senador José Aníbal foi designado 2º vice-líder do PSDB, em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira. (Of. 35/2016-GLPSDB).
83. Em 10.06.2016, a Senadora Gleisi Hoffmann deixa de compor a 2ª vice-liderança do Governo (Of. 49/2016-GLDBAG).
84. Em 10.06.2016, o Senador Telmário Mota deixa de compor a 4ª vice-liderança do Governo (Of. 49/2016-GLDBAG).
85. Em 14.06.2016, o Senador Ricardo Ferraço foi designado 5º vice-líder do Governo (Memo 17/2016-GLDGOV).
86. Em 14.06.2016, o Senador Hélio José foi designado 4º vice-líder do Governo (Memo 17/2016-GLDGOV).
87. Em 14.06.2016, o Senador Davi Alcolumbre foi designado 3º vice-líder do Governo (Memo 17/2016-GLDGOV).
88. Em 14.06.2016, o Senador José Medeiros foi designado 2º vice-líder do Governo (Memo 17/2016-GLDGOV).
89. Em 22.06.2016, o Senador Lindbergh Farias foi designado líder da Minoria (Of. 13/2016-GLDPT).
90. Em 08.08.2016, o Senador Humberto Costa foi designado Líder do PT e do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Ofícios nº 14/2016-GLDPT e nº 77/2016-GLPRD).
91. Em 24.08.2016, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Memo. 53/2016-GLBSD).
92. Em 01.10.2016, o Senador Marcelo Crivella reassume a liderança do partido (Memo nº 42/2016-GSMC).
93. Em 29.11.2016, a Senadora Fátima Bezerra foi designada 3º vice-líder do Partido dos Trabalhadores (Of. 19/2016-GLDPT).
94. Em 16.02.2016, o Senador Lasier Martins foi designado líder do PDT (Memo. 59-GSTMOTA).
95. Em 02.01.2017, o Senador Eduardo Lopes é designado Líder do PRB (Memo. nº 1/2017-GSELOP).
96. Em 31.01.2017, o Senador Lasier Martins deixou a liderança do PDT, em virtude de sua desfiliação do partido.
97. Em 31.01.2017, o Senador Armando Monteiro foi designado líder do PTB (Comunicação s/n-2017)
98. Em 31.01.2017, o Senador Elmano Férrer deixou a vice-liderança do PTB, em virtude de sua desfiliação do partido.
99. Em 01.02.2017, o Senador Renan Calheiros foi designado líder do PMDB (Of. GLPMDB nº 11/2017)
100. Em 01.02.2017, o Senador Paulo Bauer foi designado líder do PSDB (Comunicação s/n-2017)
101. Em 01.02.2017, o Senador Omar Aziz foi designado líder do PSD (Memo. nº 1/2017-GLPSD)
102. Em 31.01.2017, o Senador Eduardo Amorim deixou a vice-liderança do Bloco Moderador e a liderança do PSC, em virtude de sua desfiliação do partido.
103. Em 01.02.2017, o Senador Ronaldo Caiado foi designado líder do DEM (Of. 01/2017-GLDEM).
104. Em 01.02.2017, o Senador Vicentinho Alves foi designado líder do PR (Of. sn/2017-GLPR).
105. Em 01.02.2017, o Senador Benedito de Lira foi designado líder do PP (Of. 01/2017-GLDPP).
106. Em 31.01.2017, o Senador Telmário Mota deixou a vice-liderança do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática e a vice-liderança do PDT e , em virtude de sua desfiliação do partido.
107. Em 01.02.2017, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado líder do PSB (Of. GLPSB nº 1/2017)
108. Em 03.02.2017, o Senador Magno Malta é designado vice-líder do PR (Of. de indicação s/nº-2017)
109. Em 03.02.2017, o Senador Wellington Fagundes foi designado líder do Bloco Moderador (Of. 1/2017-BLUMOD)
110. Em 06.02.2017, o Senador Pedro Chaves foi designado líder do PSC (Of. 11/2017-GSPCHAV).
111. Em 06.02.2017, o Senador Roberto Rocha foi designado 1º Vice-Líder do PSB (Of. 2/2017-GLPSB)
112. Em 07.02.2017, o Senador Ricardo Ferraço foi designado Vice-Líder do PSDB (Ofício 42/2017-GLPSDB)
113. Em 08.02.2017, a Senadora Gleisi Hoffmann foi indicada líder do PT (Of. 1/2017-GLDPT).
114. Em 08.02.2017, o Senador João Capiberibe foi designado líder do Bloco Socialismo e Democracia (Memo 2/2017-GLBSD)
115. Em 08.02.2017, o Senador Humberto Costa foi designado Líder da Minoria (Ofício 2/2017-GLDPT)
116. Em 09.02.2017, o Senador Acir Gurgacz foi designado líder do PDT (Of. 4/2017-GLPDT).
117. Em 22.02.2017, o Senador Lasier Martins foi designado Vice-líder do PSD (Memo. 3/2017-GLPSD).
118. Em 23.02.2017, o Senador José Aníbal deixou de ocupar o cargo de 2º vice-líder do PSDB, em função do retorno ao mandato do Senador titular, José Serra.
119. Em 07.03.2017, o Senador Romero Jucá foi indicado Líder do Governo (Mensagem. 57/2017-PR).
120. Em 07.03.2017, o Senador Aloysio Nunes Ferreira afastou-se do exercício para exercer cargo no Poder Executivo (Memo 60/2017-SANF).
121. Em 09.03.2017, a Senadora Gleisi Hoffmann foi indicada líder do Bloco Resistência Democrática (Of. 1/2017-BLPRD).
122. Em 14.03.2017, o Senador Wilder de Moraes foi designado líder do Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Memo 17/2017-GLDPRO)
123. Em 22.03.2017, o Senador Renan Calheiros foi designado líder da Maioria (Of. GLPMDB nº 71/2017)
124. Em 24.03.2017, a Senadora Kátia Abreu foi designada 1ª Vice-Líder do PMDB (Of. GLPMDB nº 74/2017)
125. Em 19.04.2017, o Senador Lindbergh Farias foi designado 2º vice-líder do PT (Of. 13/2017-GLDPT).
126. Em 19.04.2017, o Senador Paulo Rocha foi designado 1º vice-líder do PT (Of. 13/2017-GLDPT).
127. Em 28.04.2017, o Senador Telmário Mota foi designado 1º Vice-Líder do Bloco Moderador (Of. 61/2017-BLOMOD).
128. Em 08.05.2017, o Senador Wilder Moraes foi designado 4º Vice-Líder do Governo (Of. 13/2017-GLDGOV).
129. Em 08.05.2017, o Senador José Medeiros foi designado 2º vice-líder do Governo (Memo 13/2016-GLDGOV).
130. Em 08.05.2017, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado 1º vice-líder do Governo (Memo. 13/2016-GLDGOV).
131. Em 08.05.2017, o Senador Davi Alcolumbre foi designado 3º vice-líder do Governo (Memo 13/2016-GLDGOV).
132. Em 08.05.2017, o Senador Flexa Ribeiro foi designado 5º Vice-Líder do Governo (Of. 13/2017-GLDGOV).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



133. Em 08.05.2017, o Senador Sérgio Petecão foi designado 6º Vice-Líder do Governo (Of. 13/2017-GLDGOV).
134. Em 08.06.2017, o Senador Lindbergh Farias foi designado líder do PT (Of. 17/2017-GLDPT).
135. Em 19.06.2017, o Senador Lindbergh Farias foi designado líder do Bloco Resistência Democrática (Of. 78/2017-GLDPRD).
136. Em 04.07.2017, o Senador Alvaro Dias foi designado líder do Podemos (Memo nº 8/2017)
137. Em 04.07.2017, o Senador Romário foi designado vice-líder do Podemos (Memo nº 8/2017)
138. Em 05.07.2017, o Senador Raimundo Lira foi designado líder do PMDB e da Maioria (Of. 39 e 40/2017-GLPMDB).
139. Em 11.07.2017, a Senadora Ângela Portela foi designada líder temporária do PDT no período de 11 a 14 de julho de 2017. (Memo nº 36/2017).
140. Em 02.08.2017, o Senador Eduardo Amorim foi designado líder do Bloco Social Democrata (Of. s/n).
141. Em 16.08.2017, o Senador Valdir Raupp foi designado 1º Vice-Líder do PMDB (Of. GLPMDB nº 172/2017)
142. Em 16.08.2017, a Senadora Simone Tebet foi designada 2ª Vice-Líder do PMDB (Of. GLPMDB nº 172/2017).
143. Em 23.08.2017, o Senador José Medeiros foi designado vice-líder do Podemos (Memo nº 12/2017).
144. Em 05.09.2017, o Senador Fernando Bezerra Coelho deixou a liderança do PSB em virtude da sua desfiliação do Partido (Memo 67/17-GSFERCOE).
145. Em 12.09.2017, a Senadora Lídice da Mata foi designada líder do Partido Socialista Brasileiro (Of. nº 82/2017-BLSDEM).
146. Em 12.09.2017, o Senador Antonio Carlos Valadares foi designado vice-líder do Partido Socialista Brasileiro (Of. nº 82/2017-BLSDEM).
147. Em 13.09.2017, o Senador Wilder Moraes foi designado 6º Vice-Líder do Governo (Of. 28/2017-GLDGOV).
148. Em 13.09.2017, o Senador Sérgio Petecão foi designado 5º Vice-Líder do Governo (Of. 28/2017-GLDGOV).
149. Em 13.09.2017, o Senador Davi Alcolumbre foi designado 2º vice-líder do Governo (Memo 28/2017-GLDGOV).
150. Em 13.09.2017, o Senador Flexa Ribeiro foi designado 3º Vice-Líder do Governo (Of. 28/2017-GLDGOV).
151. Em 13.09.2017, o Senador José Medeiros foi designado 4º vice-líder do Governo (Memo 28/2017-GLDGOV).
152. Em 21.09.2017, o Senador Romário foi designado vice-líder do Podemos (Of. nº 1/2017)
153. Em 27.09.2017, o Senador João Capiberibe foi designado líder do Bloco Democracia e Cidadania (Memo 86/2017-BLSDEM)
154. Em 28.09.2017, o Senador João Capiberibe foi designado líder do Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (Memo 86/2017-BLSDEM)
155. Em 11.10.2017, o Senador Hélio José foi designado líder do PROS (Of. 315/2017-GSHJOSE).
156. Em 31.10.2017, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado 1º vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (Memo. 8/2017-GLBPDC).
157. Em 31.10.2017, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada 2ª vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (Memo. 8/2017-GLBPDC).
158. Em 23.11.2017, o Senador Roberto Rocha foi designado 1º Vice-Líder do PSDB (Of. 235/2017-GLPSDB)
159. Em 13.03.2018, o Senador Roberto Rocha foi designado 2º vice-líder do PSDB (Of. 24/2018-GLPSDB).
160. Em 13.03.2018, o Senador Ricardo Ferraço foi designado 1º vice-líder do PSDB (Of. 24/2018-GLPSDB).
161. Em 14.03.2018, o Senador José Medeiros renunciou à 2ª vice-líderença do Governo (Of. 63/2018-GSJMEDEI).
162. Em 04.04.2018, a Senadora Ângela Portela foi designada vice-líder do PDT (Memo nº 1/2018-GLDPDT).
163. Em 04.04.2018, o Senador Antonio Carlos Valadares foi designado líder do PSB (Of. nº 9/2018-GLPSB).
164. Em 04.04.2018, a Senadora Simone Tebet foi designada líder do PMDB e da Maioria (Of. nº 40/2018-GLPMDB)
165. Em 10.04.2018, o Senador Ciro Nogueira foi indicado líder do Bloco Democracia Progressista (Of. S/N/2018-BI.DPROG)
166. Em 09.05.2018, a Senadora Lídice da Mata foi designada vice-líder do PSB (Memo nº 17/2018-GLDPSB).



COMISSÕES TEMPORÁRIAS

1) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA REFORMA DO CÓDIGO COMERCIAL (ART. 374-RISF)

Finalidade: Examinar o Projeto de Lei do Senado nº 487, de 2013, que reforma o Código Comercial.

Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes

PRESIDENTE: Senador Fernando Bezerra Coelho (PMDB-PE) ⁽⁴⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽⁴⁾

RELATOR: Senador Pedro Chaves (PRB-MS)

Instalação: 06/12/2017

Apresentação Emendas - prazo final quadruplicado: 16/05/2018

Relatórios Parciais - prazo final quadruplicado: 12/07/2018

Relat. Relator-Geral - prazo final quadruplicado: 23/08/2018

Parecer Final Comissão - prazo final quadruplicado: 21/09/2018

TITULARES	SUPLENTE
PMDB	
Senador Dário Berger ⁽³⁾	1. Senador Eduardo Braga ⁽³⁾
Senador Fernando Bezerra Coelho ⁽³⁾	2. Senador Valdir Raupp ⁽³⁾
Senador Roberto Requião ⁽³⁾	3. Senador Airton Sandoval ⁽⁶⁾
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senador José Pimentel (PT-CE) ⁽¹⁾	1. Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽¹⁾
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽¹⁾	2. Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ⁽¹⁾
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP)	1.
	2.
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Roberto Muniz (PP-BA)	1.
Senador Wilder Morais (DEM-GO) ⁽⁵⁾	2.
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PODE, PSB, PCdoB, REDE, PPS)	
	1.
Bloco Moderador (PR, PTB, PRB, PTC)	
Senador Pedro Chaves (PRB-MS) ⁽²⁾	1. Senador Armando Monteiro (PTB-PE) ⁽²⁾

Notas:

- Em 28.11.2017, os Senadores José Pimentel e Acir Gurgacz foram designados membros titulares, e os Senadores Paulo Rocha e Fátima Bezerra membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. 56/2017-GLBPRD).
- Em 28.11.2017, o Senador Pedro Chaves foi designado membro titular, e o Senador Armando Monteiro membro suplente, pelo Bloco Moderador, para compor a comissão (Of. 110/2017-BLOMOD).
- Em 28.11.2017, os Senadores Dário Berger, Fernando Bezerra Coelho e Roberto Requião foram designados membros titulares, e os Senadores Eduardo Braga e Valdir Raupp membros suplentes, pelo PMDB, para compor a comissão (Of. 215/2017-GLPMDB).
- Os Senadores Fernando Bezerra Coelho e Acir Gurgacz foram eleitos, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente da Comissão, e o Senador Pedro Chaves designado relator, em reunião realizada em 06.12.2017 (Memo. nº 001/2017-CTREFCC).
- Em 06.02.2018, o Senador Wilder Morais foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor a comissão (Memo 01/2018-BLDPRO).
- Em 27.02.2018, o Senador Airton Sandoval foi designado membro suplente pelo PMDB, para compor a comissão (Of. 23/2018-GLPMDB).

Secretário(a): Felipe Geraldês / Diogo Peixoto

Telefone(s): 3303-4854 / 3510

E-mail: coceti@senado.leg.br

2) COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A EXAMINAR O PLS 258, DE 2016**Finalidade:** Destinada a examinar o PLS 258, de 2016, que institui o Código Brasileiro de Aeronáutica.**Número de membros:** 11**PRESIDENTE:** Senador Vicentinho Alves (PR-TO)
VICE-PRESIDENTE: Senador Pedro Chaves (PRB-MS)
RELATOR: Senador José Maranhão (PMDB-PB)**Designação:** 22/06/2016
Leitura: 13/07/2016
Instalação: 12/07/2016**MEMBROS**

Senador Vicentinho Alves (PR-TO)

Senador Pedro Chaves (PRB-MS)

Senador José Maranhão (PMDB-PB)

Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)

Senador Paulo Rocha (PT-PA)

Senador Lasier Martins (PSD-RS)

Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP)

Senador Jorge Viana (PT-AC)

Senador Hélio José (PROS-DF)

Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)

Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) ⁽¹⁾

**CALENDÁRIO DE TRAMITAÇÃO DO
PROJETO DE LEI DO SENADO 258, de 2016****PRAZOS**

Recebimento de emendas perante as Comissões : 2016-07-13 a 2016-10-31 (Projeto de Código - Art. 374, III, do RISF)
Relatórios Parciais : 2016-11-01 a 2016-11-16 (Projeto de Código - Art. 374, IV, do RISF)
Relatório do Relator-Geral : 2016-11-17 a 2016-11-23 (Projeto de Código - Art. 374, V, do RISF)
Parecer Final da Comissão : 2016-11-24 a 2016-11-30 (Projeto de Código - Art. 374, VI, do RISF)

Notas:

*. Em 12.07.2016, foi instalada a comissão (Memo. 001/2016-CEAERO).

**. Em 13.07.2016, prorrogado o prazo para recebimento de emendas perante a comissão para 25.08.2016 (Memo. 3/2016-CEAERO).

***. Em 04.10.2016, prorrogado o prazo para recebimento de emendas perante a comissão para 31.10.2016 (Memo. 10/2016-CEAERO).

1. Em 26.09.2016, o Senador Roberto Rocha licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, conforme os Requerimentos nºs 720 e 721/2016, aprovados na sessão de 04.10.2016.

Secretário(a): Marcelo Assaife Lopes
Telefone(s): 61 - 3303 3514
E-mail: coceti@senado.leg.br

3) COMISSÃO PARA ACOMPANHAMENTO DA OPERAÇÃO CARNE FRACA

Finalidade: Destinada a acompanhar os desdobramentos da operação Carne Fraca da Polícia Federal.

Número de membros: 6 titulares e 6 suplentes

TITULARES	SUPLENTEs
-----------	-----------



4) COMISSÃO EXTERNA PARA INVESTIGAR EMPRESAS BRASILEIRAS NO PARAGUAI

Finalidade: Averiguar as informações veiculadas na imprensa nacional nos últimos anos a respeito da grande quantidade de empresas brasileiras instaladas no Paraguai.

(Requerimento nº 19, de 2018)

MEMBROS

Senador Eduardo Braga (PMDB-AM) ⁽¹⁾

Senador Airtton Sandoval (PMDB-SP) ⁽¹⁾

Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽¹⁾

Senador Armando Monteiro (PTB-PE) ⁽¹⁾

Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) ⁽¹⁾

Senador Pedro Chaves (PRB-MS) ⁽²⁾

Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽³⁾

Notas:

1. Em 08.05.2018, os Senadores Eduardo Braga, Airtton Sandoval, Acir Gurgacz, Armando Monteiro e Roberto Rocha foram designados membros da comissão (Of. 31/2018-GSEBRA).

2. Em 08.05.2018, o Senador Pedro Chaves foi designado membro da comissão (Of. 22/2018-BLOMOD).

3. Em 10.05.2018, o Senador Humberto Costa foi designado membro da comissão (Of. 35/2018-BLPRD).



6) COMISSÃO ESPECIAL DAS OBRAS INACABADAS - 2016

Finalidade: Acompanhar e fiscalizar as obras inacabadas financiadas, direta ou indiretamente, por recursos federais.

Requerimento nº 584, de 2016

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: VAGO

RELATOR: VAGO

Instalação: 08/11/2016

Prazo final: 22/12/2016

Prazo final prorrogado: 22/12/2017

TITULARES	SUPLENTES
Maioria	
VAGO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
VAGO	1.
VAGO	2. VAGO
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
VAGO	1. VAGO
	2.
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
VAGO	1. VAGO
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PODE, PSB, PCdoB, REDE, PPS) ⁽¹⁾	
	1.
Bloco Moderador (PR, PTB, PRB, PTC)	
VAGO	1. VAGO

Notas:

1. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.

Secretário(a): Felipe Galdes e Guilherme Brandão (Adjunto)

Telefone(s): 33034854

E-mail: coceti@senado.leg.br



7) COMISSÃO EXTERNA DE FISCALIZAÇÃO DA
INTERVENÇÃO FEDERAL NO RIO DE JANEIRO

Finalidade: Acompanhar a execução e os desdobramentos da intervenção federal na segurança pública do Estado do Rio de Janeiro.

Requerimento nº 37, de 2018

Número de membros: 3 titulares e 3 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
Senadora Rose de Freitas (PODE-ES)	1. Senador Eduardo Lopes (PRB-RJ)
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ)	2.
	3. Senador Romário (PODE-RJ)

Notas:

*. Em 24.04.2018, os Senadores Rose de Freitas e Lindbergh Farias foram designados membros titulares; e os Senadores Romário e Eduardo Lopes, membros suplentes, para compor o colegiado.



8) COMISSÃO EXTERNA DOS HOSPITAIS DE TOCANTINS

Finalidade: Averiguar e fiscalizar a situação de emergência e o caos nos hospitais públicos em Tocantins (Requerimento nº 963, de 2016)

Número de membros: 4 titulares e 4 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

RELATOR:

Prazo final prorrogado: 15/08/2017

TITULARES	SUPLENTES
Senadora Kátia Abreu (PDT-TO) ⁽¹⁾	1.
Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO) ⁽¹⁾	2.
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ⁽¹⁾	3.
Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) ⁽¹⁾	4.

Notas:

1. Em 14.02.2017, a Presidência designou os senadores Kátia Abreu, Lúcia Vânia, Vanessa Grazziotin e Ataídes Oliveira para comporem a Comissão.



9) COMISSÃO EXTERNA DA TERRA INDÍGENA VALE DO JAVARI

Finalidade: Realizar diligência nas cidades de Tabatinga e São Paulo de Olivença, no Estado do Amazonas, para averiguar a denúncia de massacre de indígenas de uma tribo isolada na Terra Indígena Vale do Javari e verificar as consequências de cortes orçamentários da Funai.

Requerimento nº 742, de 2017

Número de membros: 3

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

MEMBROS



10) COMISSÃO DE JURISTAS RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DE ANTEPROJETO DE CÓDIGO ELEITORAL

Finalidade: Estudar a legislação eleitoral brasileira e proceder a um exame crítico dos aspectos jurídicos do sistema eleitoral e do procedimento eleitoral adotado pelo Brasil e a elaborar, no prazo de cento e oitenta dias contados da data de sua instalação, anteprojeto de Código Eleitoral, que contemple, inclusive, a legislação correlata passível de codificação.

(Ato do Presidente nº 192, de 2010)

Número de membros: 23

PRESIDENTE: José Antonio Dias Toffoli

Instalação: 07/07/2010

Prazo final prorrogado: 22/12/2018

MEMBROS

Admar Gonzaga Neto
Arnaldo Versiani Leite Soares
Carlos Caputo Bastos
Carlos Mário da Silva Velloso
Edson de Resende Castro
Fernando Neves da Silva
Hamilton Carvalhido
Joelson Costa Dias
José Antonio Dias Toffoli
José Eliton de Figuerêdo Júnior
Luciana Müller Chaves
Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho
Márcio Silva
Marcus Vinicius Furtado Coelho
Roberto Monteiro Gurgel Santos
Raimundo Cezar Britto
Torquato Lorena Jardim
Geraldo Agosti Filho
José Rollemberg Leite Neto
Walter de Almeida Guilherme
Roberto Carvalho Velloso
Henrique Neves da Silva
Ezikelly Silva Barros

Notas:

*. Em 22.6.2010, foi publicado o Ato do Presidente nº 200, de 2010, que amplia para 20 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica os senhores Geraldo Agosti Filho, José Rollemberg Leite Neto e Walter de Almeida Guilherme para comporem o colegiado.

** . Em 19.8.2010, foi publicado o Ato do Presidente nº 278, de 2010, que amplia para 21 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica o senhor Roberto Carvalho Velloso para compor o colegiado.

***. Em 16.12.2010, foi publicado o Ato do Presidente nº 329, de 2010, que prorroga os trabalhos da Comissão por mais 120 dias.

****. Em 18.04.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 88, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 15 de setembro de 2011.

*****. Em 17.6.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 136, de 2011, que amplia para 22 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica o senhor Henrique Neves da Silva para compor o colegiado.

*****. Em 15.09.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 182, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 15 de dezembro de 2011.

*****. Em 15.12.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 202, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 31 de março de 2012.

*****. Em 30.03.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 12, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 30 de junho de 2012.

*****. Em 20.06.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 19, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 31 de outubro de 2012.

*****. Em 01.11.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 31, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 28 de fevereiro de 2013.

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



*****. Em 19.11.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 34, de 2012, que amplia para 23 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica a senhora Ezikelly Silva Barros para compor o colegiado.

*****. Em 21.02.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 5, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 30 de junho de 2013.

*****. Em 28.06.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 26, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 20 de dezembro de 2013.

*****. Em 19.12.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 54, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 20 de junho de 2014.

*****. Em 15.07.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 12, de 2014, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 19 de dezembro de 2014.

*****. Em 08.12.2015, foi publicado o Ato do Presidente nº 43, de 2015, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 17 de junho de 2016.

*****. Em 17.06.2016, foi publicado o Ato do Presidente nº 13, de 2016, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 30 de setembro de 2016.

*****. O Ato do Presidente nº 27, de 15 de dezembro de 2016, prorroga o prazo de funcionamento da Comissão para 22/12/2017.

*****. O Ato do Presidente nº 12, de 19 de dezembro de 2017, prorroga o prazo de funcionamento da Comissão para 22/12/2018.

Secretário(a): Reinilson Prado

Telefone(s): 61 33033492

Fax: 61 33021176

E-mail: coceti@senado.leg.br



11) COMISSÃO DE JURISTAS DA DESBUROCRATIZAÇÃO - 2015

Finalidade: Apresentar, no prazo de 180 dias, anteprojeto de Lei destinados a desburocratizar a Administração Pública Brasileira, melhorar a relação com as empresas, o trato com o cidadãos e promover a revisão do processo administrativo e judicial de execução fiscal.

Ato da Comissão Diretora nº 13, de 2015

Número de membros: 20

PRESIDENTE: Mauro Campbell Marques
VICE-PRESIDENTE: João Geraldo Piquet Carneiro
RELATOR: José Antonio Dias Toffoli

Leitura: 19/08/2015

Instalação: 02/09/2015

Prazo final: 11/04/2016

Prazo final prorrogado: 22/12/2017

MEMBROS

Mauro Campbell Marques

José Antonio Dias Toffoli

Paulo Rabello de Castro

João Geraldo Piquet Carneiro

Ives Gandra Martins

Otávio Luiz Rodrigues Junior

Aristóteles de Queiroz Camara

Mary Elbe Queiroz

Eumar Roberto Novacki

Gabriel Rizza Ferraz

Antonio Helder Medeiros Rebouças

Daniel Vieira Bogéa Soares

Luciana Leal Brayner

Marcello Augusto Diniz Cerqueira

Everardo de Almeida Maciel

Eduardo Maneira

Helena Taveira Torres

Paulo Ricardo de Souza Cardoso

Cleide Regina Furlani Pompermaier

Leonardo Carneiro da Cunha

Notas:

*. O Ato da Comissão Diretora nº 13, de 20 de agosto de 2015, fixa em 10 o número de membros da Comissão, indicando os Senhores Mauro Campbell Marques, Paulo Rabello de Castro, João Geraldo Piquet Carneiro, Mauro Roberto Gomes de Mattos, Ives Gandra Martins, Otávio Luiz Rodrigues Junior, Aristóteles de Queiroz Camara, Mary Elbe Queiroz, Eumar Roberto Novacki, Gabriel Rizza Ferraz.

** O Ato do Presidente nº 28, de 1º de setembro de 2015, fixa em 16 o número de membros da Comissão, indicando os senhores Mauro Campbell Marques, José Antonio Dias Toffoli, Paulo Rabello de Castro, João Geraldo Piquet Carneiro, Mauro Roberto Gomes de Mattos, Ives Gandra Martins, Otávio Luiz Rodrigues Junior, Aristóteles de Queiroz Camara, Mary Elbe Queiroz, Eumar Roberto Novacki, Gabriel Rizza Ferraz, Antonio Helder Medeiros Rebouças, Daniel Vieira Bogéa Soares, Luciana Leal Brayner, Marcello Augusto Diniz Cerqueira e Everardo de Almeida Maciel para compor o colegiado. Indicando ainda os Senhores Mauro Campbell Marques, João Geraldo Piquet Carneiro e José Antonio Dias Toffoli como, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Relator do colegiado.

***. O Ato do Presidente nº 26, de 1º de setembro de 2015, fixa em 14 o número de membros da Comissão, indicando os senhores Antônio Helder Medeiros Rebouças, Daniel Vieira Bogéa Soares, Luciana Leal Brayner e Marcello Augusto Diniz Cerqueira para compor o Colegiado.

****. O Ato do Presidente nº 31, de 14 de setembro de 2015, fixa em 17 o número de membros da Comissão, indicando o Senhor Ricardo Vital de Almeida para compor o Colegiado.

*****. O Ato do Presidente nº 37, de 6 de outubro de 2015, fixa em 20 o número de membros da Comissão, indicando os Senhores Leandro Paulsen, Helena Taveira Torres e Paulo Ricardo de Souza Cardoso para compor o Colegiado; o Ato altera, ainda, a finalidade da Comissão, para acrescentar a promoção da revisão do processo administrativo e judicial de execução fiscal.

*****. O Ato do Presidente nº 46, de 15 de dezembro de 2015, altera o Ato da Comissão Diretora nº 13, de 2015, indicando o Senhor Eduardo Maneira para compor o Colegiado.



*****. O Ato do Presidente nº 7, de 5 de abril de 2016, altera o Ato da Comissão Diretora nº 13, de 2015, retirando da composição da Comissão Mauro Roberto Gomes de Mattos e Laendro Paulsen; e indicando Cleide Regina Furlani Pompermaier e Leonardo Carneiro da Cunha. O Ato ainda prorroga o prazo de funcionamento da Comissão para 31/12/2016.

*****. O Ato do Presidente nº 28, de 15 de dezembro de 2016, prorroga o prazo de funcionamento da Comissão para 22/12/2017.

Secretário(a): Donaldo Portela Rodrigues

Telefone(s): 33033501

E-mail: coceti@senado.gov.br



COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

1)CPI DOS MAUS-TRATOS - 2017

Finalidade: Investigar as irregularidades e os crimes relacionados aos maus-tratos em crianças e adolescentes no país.

Requerimento nº 277, de 2017

Número de membros: 7 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Magno Malta (PR-ES) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Simone Tebet (PMDB-MS) ⁽²⁾

RELATOR: Senador José Medeiros (PODE-MT) ⁽²⁾

Leitura: 25/04/2017

Instalação: 09/08/2017

Prazo final: 22/12/2017

Prazo final prorrogado: 18/08/2018

TITULARES	SUPLENTE(S)
PMDB	
Senadora Simone Tebet (MS) ⁽³⁾	1. Senador Hélio José (PROS-DF) ⁽⁵⁾
Senadora Marta Suplicy (SP) ⁽³⁾	
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senador Paulo Rocha (PT-PA)	1. Senador Humberto Costa (PT-PE)
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) ⁽⁶⁾	1. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador José Medeiros (PODE-MT) ⁽¹⁾	1. Senadora Ana Amélia (PP-RS) ⁽¹⁾
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PODE, PSB, PCdoB, REDE, PPS) ⁽⁴⁾	
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)	1. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)
Bloco Moderador (PR, PTB, PRB, PTC)	
Senador Magno Malta (PR-ES)	

Notas:

*. Em 14.12.2017, foi lido o Requerimento nº 1091, de 2017, que prorroga o prazo da CPI por 180 dias.

1. Em 08.08.2017, os Senadores José Medeiros e Ana Amélia foram designados, respectivamente, titular e suplente na Comissão pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Memo nº 56/2017-BLDPRO).

2. Em 09.08.2017, a Comissão reunida elegeu os Senadores Magno Malta, Simone Tebet e José Medeiros, respectivamente, como Presidente, Vice-Presidente e Relator, do Colegiado (Memo nº 1/2017-CPIMT)

3. Em 09.08.2017, as Senadoras Simone Tebet e Marta Suplicy foram designadas membros titulares na Comissão pelo Bloco da Maioria (PMDB)(Of. 166/2017-GLPMDB).

4. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.

5. Em 18.10.2017, o Senador Hélio José foi designado membro suplente na Comissão, em vaga cedida pelo PMDB (Of. 206/2017-GLPMDB).

6. Em 21.11.2017, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado membro titular, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 240/2017-GLPSDB).

Secretário(a): Reinilson Prado / Donaldo Portela

Telefone(s): 3303-3492



2)CPI DOS CARTÕES DE CRÉDITO - 2018

Finalidade: Investigar os juros extorsivos cobrados pelas empresas operadoras de cartão de crédito.

Requerimento nº 107, de 2018

Número de membros: 7 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) ⁽⁸⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Dário Berger (PMDB-SC) ⁽⁸⁾

RELATOR: Senador Fernando Bezerra Coelho (PMDB-PE) ⁽⁸⁾

Leitura: 14/03/2018

Instalação: 17/04/2018

Prazo final: 28/10/2018

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Maioria (PMDB, PROS)	
Senador Fernando Bezerra Coelho (PMDB-PE) ⁽⁶⁾	1. Senador Zeze Perrella (PMDB-MG) ^(6,7,9)
Senador Dário Berger (PMDB-SC) ^(6,7)	
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) ⁽⁴⁾	1. Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) ⁽¹¹⁾
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽⁵⁾	1. Senadora Regina Sousa (PT-PI) ⁽⁵⁾
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Ivo Cassol (PP-RO) ^(1,10)	1. Senador Lasier Martins (PSD-RS) ⁽¹⁾
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PODE, PSB, PCdoB, REDE, PPS)	
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ⁽³⁾	1.
Bloco Moderador (PR, PTB, PRB, PTC)	
Senador Eduardo Lopes (PRB-RJ) ⁽²⁾	

Notas:

- Em 11.04.2018, os Senadores Wilder Morais e Lasier Martins foram designados membro titular e suplente, respectivamente, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Memo. 28/2018-BLDPRO).
- Em 11.04.2018, o Senador Eduardo Lopes foi designado membro titular, pelo Bloco Moderador, para compor o Colegiado (Of. nº 21/2018-BLOMOD).
- Em 11.04.2018, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (Memo. 29/2018-GLBPDC).
- Em 11.04.2018, o Senador Ataídes Oliveira foi designado membro titular pelo Bloco Social Democrata (Of. 27/2018-GLPSDB).
- Em 11.04.2018, o Senador Lindbergh Farias foi designado membro titular, e a Senadora Regina Sousa, suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o Colegiado (Of. nº 23/2018-BLPRD).
- Em 11.04.2018, os Senadores Fernando Bezerra Coelho e Romero Jucá foram designados membros titulares, e o Senador Dário Berger, suplente, pelo Bloco da Maioria, para compor o Colegiado (Of. nº 42/2018-GLPMDB).
- Em 13.04.2018, o Senador Dário Berger deixou a vaga de suplente e passou a ocupar a vaga de titular pelo Bloco da Maioria, em substituição ao Senador Romero Jucá, que passou a ocupar vaga de suplente (Of. 45/2018-GLPMDB).
- Em 17.04.2018, os Senadores Ataídes Oliveira, Dário Berger e Fernando Bezerra Coelho foram escolhidos para ocupar os cargos de Presidente, Vice-Presidente e Relator da comissão, respectivamente (Memo. 1/2018-CPICC).
- Em 17.04.2018, o Senador Zeze Perrella foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Romero Jucá, pelo Bloco da Maioria, para compor o Colegiado (Of. nº 48/2018-GLPMDB).
- Em 23.04.2018, o Senador Ivo Cassol foi designado membro titular, em substituição ao Senador Wilder Morais, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o Colegiado (Of. nº 04/2018-BLDPRO).
- Em 25.04.2018, o Senador Roberto Rocha foi designado membro suplente pelo Bloco Social Democrata (Of. 35/2018-GLPSDB).

Secretário(a): Leandro Bueno / Fernanda Lima

Telefone(s): 3303-3508

E-mail: coceti@senado.leg.br



3)CPI DOS SUPERSALÁRIOS

Finalidade: Investigar os pagamentos de remuneração a servidores e empregados públicos em desacordo com o teto constitucional, bem como estudar possibilidades de restituição desses valores ao erário pelos beneficiários.

Requerimento nº 815, de 2017

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Leitura: 27/09/2017



COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) ⁽⁶⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) ⁽⁶⁾

TITULARES	Suplentes
PMDB	
Senador Raimundo Lira (PSD-PB) ^(5,25)	1. Senador Eduardo Braga ^(5,8)
Senador Roberto Requião ^(5,8)	2. Senador Romero Jucá ⁽⁵⁾
Senador Garibaldi Alves Filho ⁽⁵⁾	3. Senador Elmano Férrer (PODE-PI) ⁽⁵⁾
Senadora Rose de Freitas (PODE-ES) ^(5,20)	4. Senador Waldemir Moka ⁽⁵⁾
Senadora Simone Tebet ⁽⁵⁾	5. Senador Airtton Sandoval ^(16,19,24)
Senador Valdir Raupp ⁽⁵⁾	6.
Senador Fernando Bezerra Coelho ⁽¹⁹⁾	
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) ⁽¹⁾	1. Senadora Kátia Abreu (PDT-TO) ^(1,28)
Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽¹⁾	2. Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ⁽¹⁾
Senador Jorge Viana (PT-AC) ⁽¹⁾	3. Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽¹⁾
Senador José Pimentel (PT-CE) ⁽¹⁾	4. Senadora Regina Sousa (PT-PI) ⁽¹⁾
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽¹⁾	5. Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽¹⁾
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ^(1,12,14)	6. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ^(1,11)
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) ⁽³⁾	1. Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) ⁽³⁾
Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) ^(3,21,22,27)	2. Senador Dalirio Beber (PSDB-SC) ^(3,22,23,26,27)
Senador José Serra (PSDB-SP) ⁽³⁾	3. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽³⁾
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) ⁽⁵⁾	4. Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ⁽⁵⁾
Senador José Agripino (DEM-RN) ⁽⁵⁾	5. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) ⁽⁵⁾
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽²⁾	1. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽²⁾
Senador Omar Aziz (PSD-AM) ⁽²⁾	2. Senador José Medeiros (PODE-MT) ⁽²⁾
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) ⁽²⁾	3. Senador Benedito de Lira (PP-AL) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PODE, PSB, PCdoB, REDE, PPS) ⁽¹⁷⁾	
Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO) ⁽¹⁵⁾	1. VAGO ⁽¹⁸⁾
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)	2. Senador Cristovam Buarque (PPS-DF)
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)	3. ^(7,15)
Bloco Moderador (PR, PTB, PRB, PTC)	
Senador Wellington Fagundes (PR-MT) ⁽⁴⁾	1. Senador Pedro Chaves (PRB-MS) ⁽⁴⁾
Senador Armando Monteiro (PTB-PE) ⁽⁴⁾	2. VAGO ^(4,9,10)
Senador Telmário Mota (PTB-RR) ^(4,13)	3. Senador Rodrigues Palma (PR-MT) ^(4,29)

Notas:

*. O PMDB e os Blocos Parlamentares Resistência Democrática e Social Democrata compartilham 1 vaga na Comissão, com a qual o Colegiado totaliza 27 membros.

1. Em 09.03.2017, os Senadores Gleisi Hoffmann, Humberto Costa, Jorge Viana, José Pimentel, Lindbergh Farias e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os Senadores Ângela Portela, Fátima Bezerra, Paulo Paim, Regina Sousa e Paulo Rocha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. 4/2017-GLBPRD).

5. Em 13.03.2017, os Senadores Ronaldo Caiado e José Agripino foram designados membros titulares; e os Senadores Davi Alcolumbre e Maria do Carmo Alves, membros suplentes, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 07/2017-GLDEM).
4. Em 09.03.2017, os Senadores Wellington Fagundes, Armando Monteiro e Vicentinho Alves foram designados membros titulares; e os Senadores Pedro Chaves, Thieres Pinto e Cidinho Santos, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. 5/2017-BLOMOD).
3. Em 09.03.2017, os Senadores Tasso Jereissati, Ricardo Ferraço, José Serra foram designados membros titulares; e os Senadores Ataídes Oliveira, Dalírio Beber e Flexa Ribeiro, membros suplentes, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 36/2017-GLPSDB).
2. Em 09.03.2017, os Senadores Otto Alencar, Omar Aziz e Ciro Nogueira foram designados membros titulares; e os Senadores Sérgio Petecão, José Medeiros e Benedito de Lira, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Memo. 020/2017-BLDPRO).
7. Em 14.03.2017, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Of. nº 30/2017-BLSDEM).
6. Em 14.03.2017, a Comissão reunida elegeu os Senadores Tasso Jereissati e Garibaldi Alves Filho, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 6/2017-CAE).
8. Em 24.03.2017, o Senador Roberto Requião foi designado membro titular pelo PMDB, para compor o colegiado, em substituição ao senador Eduardo Braga, que passou a ocupar a vaga como suplente (Of. nº 76/2017-GLPMDB).
9. Em 17.04.2017, o Senador Thieres Pinto deixa de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.
10. Em 24.04.2017, o Senador Telmário Mota passa a compor o colegiado, como membro suplente, pelo Bloco Moderador (Of. nº 55/2017-BLOMOD).
11. Em 29.05.2017, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. nº 65/2017-GLBPRD).
12. Em 02.06.2017, o Senador Acir Gurgacz deixa de compor, como titular, o colegiado, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 68/2017-GLBPRD).
13. Em 06.06.2017, o Senador Telmário Mota, que ocupava vaga de suplente, foi designado membro titular pelo Bloco Moderador, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Of. nº 68/2017-BLOMOD).
14. Em 19.06.2017, o Senador Acir Gurgacz foi indicado membro titular, para compor o colegiado, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 79/2017-GLBPRD).
15. Em 12.09.2017, a Senadora Lúcia Vânia passa a atuar como membro titular, em substituição ao Senador Fernando Bezerra Coelho, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Of. nº 79/2017-BLSDEM).
16. Em 13.09.2017, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado membro suplente, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 180/2017-GLPMDB).
17. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.
18. Em 10.10.2017, o Senador Roberto Rocha deixa de compor a Comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (Memo. 4/2017-GLBPDC).
19. Em 11.10.2017, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado membro titular, pelo PMDB, para compor o colegiado, deixando de compor a composição como suplente (Of. nº 199/2017-GLPMDB).
20. Em 31.10.2017, a Senadora Rose de Freitas foi designada membro titular, pelo PMDB, para compor o colegiado, em substituição ao Senador Raimundo Lira (Of. nº 210/2017-GLPMDB).
21. Em 07.11.2017, o Senador Ricardo Ferraço licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, conforme os Requerimentos nºs 959 e 960/2017.
22. Em 09.11.2017, o Senador Dalírio Beber foi designado membro titular, em substituição ao Senador Ricardo Ferraço, deixando de atuar como suplente, pelo Bloco Social Democrata (Of. 233/2017-GLPSDB).
23. Em 21.11.2017, o Senador Sérgio de Castro foi designado membro suplente na Comissão, em vaga cedida pelo Bloco Social Democrata (Ofício nº 236/2016-GLPSDB).
24. Em 07.02.2018, o Senador Airtton Sandoval foi designado membro suplente pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 17/2018-GLPMDB).
25. Em 23.02.2018, o Senador Raimundo Lira foi designado membro titular, em substituição à Senadora Kátia Abreu, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. 18/2018-GLPMDB).
26. Em 12.03.2018, vago em virtude do retorno do Senador Ricardo Ferraço, titular do mandato.
27. Em 13.03.2018, o Senador Ricardo Ferraço foi designado membro titular, pelo Bloco Social Democrata, em substituição ao Senador Dalírio Beber, que passou a integrar a comissão como membro suplente (Of. nº 19/2018-GLPSDB).
28. Em 25.04.2018, a Senadora Kátia Abreu foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, em substituição à Senadora Ângela Portela (Of. 34/2018-BLPRD).
29. Em 03.05.2018, o Senador Rodrigues Palma foi designado membro suplente, pelo Bloco Moderador, em substituição ao Senador Cidinho Santos (Of. 28/2018-BLOMOD)

Secretário(a): José Alexandre Girão Mota da Silva

Reuniões: Terças-Feiras 10:00 horas -

Telefone(s): 61 33033516

E-mail: cae@senado.leg.br



1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - ASSUNTOS MUNICIPAIS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2005, do Senador Luiz Otávio, com o objetivo de opinar sobre matérias de interesse do poder municipal local.

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

Secretário(a): José Alexandre Girão Mota da Silva
Telefone(s): 61 33033516
E-mail: cae@senado.leg.br



1.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE AVALIAÇÃO DO SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 1/2011, com o objetivo de avaliar a funcionalidade do Sistema Tributário Nacional.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Instalação: 16/09/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
VAGO	1. VAGO
Maioria	
VAGO	1. VAGO
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
VAGO	1.
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PODE, PSB, PCdoB, REDE, PPS) ⁽¹⁾	
	1.
Bloco Moderador (PR, PTB, PRB, PTC)	
VAGO	1.

Notas:

1. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.

Secretário(a): José Alexandre Girão Mota da Silva

Telefone(s): 61 33033516

E-mail: cae@senado.leg.br



1.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS E DO EMPREENDEDOR INDIVIDUAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2011, com a finalidade de examinar e debater os temas relacionados às micro e pequenas empresas e ao empreendedorismo individual.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

Secretário(a): José Alexandre Girão Mota da Silva

Telefone(s): 61 33033516

E-mail: cae@senado.leg.br



1.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA TRATAR DOS TEMAS ESTRUTURAIS E DE
LONGO PRAZO DA ECONOMIA BRASILEIRA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 12/2013, com o objetivo de tratar dos temas estruturais e de longo prazo da Economia Brasileira.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

Secretário(a): José Alexandre Girão Mota da Silva
Telefone(s): 61 33033516



2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

Número de membros: 21 titulares e 21 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Marta Suplicy (PMDB-SP) ⁽¹³⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) ⁽¹³⁾

TITULARES	Suplentes
PMDB	
Senador Hélio José (PROS-DF) ⁽⁸⁾	1. Senador Garibaldi Alves Filho ⁽⁸⁾
Senador Waldemir Moka ^(8,11)	2. Senador Valdir Raupp ⁽⁸⁾
Senadora Marta Suplicy ⁽⁸⁾	3. Senador Romero Jucá ⁽⁸⁾
Senador Elmano Férrer (PODE-PI) ^(8,14)	4. Senador Edison Lobão ⁽⁸⁾
Senador Airtton Sandoval ^(8,12)	5. Senadora Rose de Freitas (PODE-ES) ⁽¹⁴⁾
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senadora Ângela Portela (PDT-RR) ⁽¹⁾	1. Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ⁽¹⁾
Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽¹⁾	2. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) ⁽¹⁾
Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽¹⁾	3. Senador José Pimentel (PT-CE) ⁽¹⁾
Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽¹⁾	4. Senador Jorge Viana (PT-AC) ⁽¹⁾
Senadora Regina Sousa (PT-PI) ⁽¹⁾	5. Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽²⁾
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Dalirio Beber (PSDB-SC) ⁽⁶⁾	1. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽⁶⁾
Senador Eduardo Amorim (PSDB-SE) ⁽⁶⁾	2. Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) ^(6,18,19,20,21)
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) ⁽⁹⁾	3. Senador José Agripino (DEM-RN) ⁽⁹⁾
Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) ⁽⁹⁾	4. Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ⁽⁹⁾
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽³⁾	1. Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽³⁾
Senadora Ana Amélia (PP-RS) ^(3,15,16)	2. Senador Ciro Nogueira (PP-PI) ^(10,22)
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PODE, PSB, PCdoB, REDE, PPS) ⁽¹⁷⁾	
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ⁽⁴⁾	1. Senador Romário (PODE-RJ) ⁽⁴⁾
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ⁽⁵⁾	2. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ⁽⁴⁾
Bloco Moderador (PR, PTB, PRB, PTC)	
Senador Rodrigues Palma (PR-MT) ^(7,23)	1. Senador Armando Monteiro (PTB-PE) ⁽⁷⁾
Senador Vicentinho Alves (PR-TO) ⁽⁷⁾	2. Senador Eduardo Lopes (PRB-RJ) ⁽⁷⁾

Notas:

*. Os Blocos Parlamentares Democracia Progressista, Socialismo e Democracia e Moderador compartilham 1 vaga na comissão, com a qual o colegiado totaliza 21 membros.

- Em 09.03.2017, os Senadores Ângela Portela, Humberto Costa, Paulo Paim, Paulo Rocha e Regina Sousa foram designados membros titulares; e os Senadores Fátima Bezerra, Gleisi Hoffmann, José Pimentel e Jorge Viana, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. 7/2017-GLBPRD).
- Em 09.03.2017, o Senador Lindbergh Farias foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. 24/2017-GLBPRD).
- Em 09.03.2017, os Senadores Sérgio Petecão e Ana Amélia foram designados membros titulares; e o Senador Otto Alencar, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Memo. 21/2017-BLDPRO).
- Em 09.03.2017, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro titular; e os Senadores Romário e Vanessa Grazziotin, membros suplentes, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 5/2017-BLSDEM).
- Em 09.03.2017, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro titular, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 15/2017-BLSDEM).
- Em 09.03.2017, os Senadores Dalirio Beber e Eduardo Amorim foram designados membros titulares; e os Senadores Flexa Ribeiro e Ricardo Ferraço, membros suplentes, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 27/2017-GLPSDB).
- Em 09.03.2017, os Senadores Cidinho Santos e Vicentinho Alves foram designados membros titulares; e os Senadores Armando Monteiro e Eduardo Lopes, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. 5/2017-BLOMOD).
- Em 09.03.2017, os Senadores Hélio José, Eduardo Braga, Marta Suplicy, Rose de Freitas e Renan Calheiros foram designados membros titulares; e os Senadores Garibaldi Alves Filho, Valdir Raupp, Romero Jucá e Edison Lobão, membros suplentes, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. 32/2017-GLPMDB).

9. Em 13.03.2017, os Senadores Ronaldo Caiado e Maria do Carmo Alves foram designados membros titulares; e os Senadores José Agripino e Davi Alcolumbre, membros suplentes, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 7/2017-GLDEM).
10. Em 14.03.2017, o Senador Wilder Morais foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Memo. 38/2017-GLDPRO).
11. Em 14.03.2017, o Senador Waldemir Moka foi designado membro titular, em substituição ao senador Eduardo Braga, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 51/2017-GLPMDB).
12. Em 14.03.2017, o Senador Airtton Sandoval foi designado membro titular, em substituição ao senador Renan Calheiros, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 52/2017-GLPMDB).
13. Em 15.03.2017, a Comissão reunida elegeu os Senadores Marta Suplicy e Ronaldo Caiado, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 1/2017-CAS).
14. Em 31.03.2017, o Senador Elmano Férrer foi designado membro titular, em substituição à senadora Rose de Freitas, que passa a atuar como suplente, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 86/2017-GLPMDB).
15. Em 07.06.2017, o Senador Benedito de Lira foi designado membro titular, em substituição à senadora Ana Amélia, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Of. s/n).
16. Em 14.06.2017, a Senadora Ana Amélia foi designada membro titular, em substituição ao Senador Benedito de Lira, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Memo 33/2017-BLDPRO).
17. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.
18. Em 07.11.2017, o Senador Ricardo Ferraço licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, conforme os Requerimentos nºs 959 e 960/2017.
19. Em 21.11.2017, o Senador Sérgio de Castro foi designado membro titular, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Ricardo Ferraço (Of. nº 238/2017-GLPSDB).
20. Em 12.03.2018, vago em virtude do retorno do Senador Ricardo Ferraço, titular do mandato.
21. Em 13.03.2018, o Senador Ricardo Ferraço foi designado membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 17/2018-GLPSDB).
22. Em 17.04.2018, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Wilder Morais, pelo Bloco Democracia Progressista, na comissão (Memo. 3/2018-BLDPRO).
23. Em 03.05.2018, o Senador Rodrigues Palma foi designado membro titular, pelo Bloco Moderador, em substituição ao Senador Cidinho Santos (Of. 28/2018-BLOMOD)

Secretário(a): Patrícia de Lurdes Motta de Oliveira e Oliveira

Reuniões: Quartas-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 33034608

E-mail: cas@senado.gov.br



2.1) SUBCOMISSÃO ESPECIAL SOBRE DOENÇAS RARAS

Finalidade: Propor iniciativas para promoção e defesa dos direitos das pessoas com Doenças Raras, bem como o devido aprimoramento na legislação específica.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Waldemir Moka (PMDB-MS) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Dalirio Beber (PSDB-SC) ⁽²⁾

RELATOR: Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) ⁽³⁾

Leitura: 23/08/2017

Prazo prorrogado: 24/12/2018

TITULARES	SUPLENTES
Senador Waldemir Moka (PMDB-MS) ⁽¹⁾	1. Senadora Ângela Portela (PDT-RR) ⁽¹⁾
Senador Airton Sandoval (PMDB-SP) ⁽¹⁾	2. Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) ⁽¹⁾
Senador Dalirio Beber (PSDB-SC) ⁽¹⁾	3. Senador Romário (PODE-RJ) ⁽¹⁾
Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) ⁽¹⁾	4. Senador Cidinho Santos (PR-MT) ⁽¹⁾
Senadora Ana Amélia (PP-RS) ⁽¹⁾	5. Senador Armando Monteiro (PTB-PE) ⁽¹⁾

Notas:

1. Em 23.08.2017, foram designados os Senadores Waldemir Moka, Airton Sandoval, Dalirio Beber, Maria do Carmo Alves e Ana Amélia, como membros titulares, e os Senadores Ângela Portela, Ronaldo Caiado, Romário, Cidinho Santos e Armando Monteiro, como suplentes, para compor o Colegiado (Of. 110/2017-CAS)

2. Em 30.08.2017, a Comissão reunida elegeu os Senadores Waldemir Moka e Dalirio Beber, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 122/2017-CAS).

3. Em 12.09.2017, o Senador Ronaldo Caiado foi designado Relator da subcomissão (Of. nº 12/2017-CASRARAS).

*. Prazo final prorrogado, nos termos do Ofício nº 186/2017-PRESIDENCIA/CAS.

Secretário(a): Patricia de Lurdes Motta de Oliveira e Oliveira

Reuniões: Quartas-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 33034608

E-mail: cas@senado.gov.br



3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Edison Lobão (PMDB-MA) ⁽⁷⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) ⁽⁸⁾

TITULARES	Suplentes
Maioria ⁽⁵¹⁾	
Senador Jader Barbalho (PMDB-PA) ⁽¹⁾	1. Senador Roberto Requião (PMDB-PR) ⁽¹⁾
Senador Edison Lobão (PMDB-MA) ⁽¹⁾	2. Senador Romero Jucá (PMDB-RR) ⁽¹⁾
Senador Eduardo Braga (PMDB-AM) ⁽¹⁾	3. Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) ^(1,50,53)
Senadora Simone Tebet (PMDB-MS) ⁽¹⁾	4. Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) ⁽¹⁾
Senador Valdir Raupp (PMDB-RO) ⁽¹⁾	5. Senador Waldemir Moka (PMDB-MS) ⁽¹⁾
Senadora Marta Suplicy (PMDB-SP) ⁽¹⁾	6. Senadora Rose de Freitas (PODE-ES) ⁽¹⁾
Senador José Maranhão (PMDB-PB) ⁽¹⁾	7. Senador Dário Berger (PMDB-SC) ^(1,44,49)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senador Jorge Viana (PT-AC) ⁽⁶⁾	1. Senador Humberto Costa (PT-PE) ^(6,19)
Senador José Pimentel (PT-CE) ⁽⁶⁾	2. Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ^(6,17,18)
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ⁽⁶⁾	3. Senadora Regina Sousa (PT-PI) ^(6,11,13,19)
Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) ^(6,17)	4. Senador Hélio José (PROS-DF) ^(6,45)
Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽⁶⁾	5. Senadora Ângela Portela (PDT-RR) ^(6,19,22,27)
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ^(6,22,27)	6. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ^(6,42,43)
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Aécio Neves (PSDB-MG) ^(3,21,28,33)	1. Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) ^(3,12,35,36,37,47)
Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) ⁽³⁾	2. Senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) ⁽³⁾
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ^(3,15,23,24,25,26)	3. Senador Eduardo Amorim (PSDB-SE) ⁽³⁾
Senador Wilder Morais (DEM-GO) ^(9,48)	4. Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) ^(9,48)
Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) ⁽⁹⁾	5. Senador José Serra (PSDB-SP) ^(20,23,24,25,26)
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Lasier Martins (PSD-RS) ⁽⁵⁾	1. Senador Ivo Cassol (PP-RO) ⁽⁵⁾
Senador Benedito de Lira (PP-AL) ⁽⁵⁾	2. Senadora Ana Amélia (PP-RS) ^(5,14)
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) ^(5,46)	3. Senador Omar Aziz (PSD-AM) ^(5,39)
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PODE, PSB, PCdoB, REDE, PPS) ⁽³²⁾	
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) ^(4,38,41,52)	1. Senador Alvaro Dias (PODE-PR) ^(4,29,31,34)
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ^(4,30)	2. Senador João Capiberibe (PSB-AP) ⁽⁴⁾
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ⁽⁴⁾	3. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ⁽⁴⁾
Bloco Moderador (PR, PTB, PRB, PTC)	
Senador Armando Monteiro (PTB-PE) ⁽²⁾	1. Senador Rodrigues Palma (PR-MT) ^(2,16,54)
Senador Eduardo Lopes (PRB-RJ) ^(2,10)	2. Senador Vicentinho Alves (PR-TO) ^(2,10)
Senador Magno Malta (PR-ES) ⁽²⁾	3. Senador Wellington Fagundes (PR-MT) ^(2,40)

Notas:

*. O PMDB e os Blocos Parlamentares Resistência Democrática e Social Democrata compartilham 1 vaga na Comissão, com a qual o Colegiado totaliza 27 membros.

1. Em 08.02.2017, os Senadores Jader Barbalho, Edison Lobão, Eduardo Braga, Simone Tebet, Valdir Raupp, Marta Suplicy e José Maranhão foram designados membros titulares; e os Senadores Roberto Requião, Romero Jucá, Renan Calheiros, Garibaldi Alves Filho, Waldemir Moka, Rose de Freitas e Hélio José, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CCJ (Of. 17/2017-GLPMDB).

2. Em 08.02.2017, os Senadores Armando Monteiro, Vicentinho Alves e Magno Malta foram designados membros titulares; e os Senadores Wellington Fagundes, Eduardo Lopes e Fernando Collor, como membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor a CCJ (Of. 003/2017-BLOMOD).

3. Em 08.02.2017, os Senadores Aécio Neves, Antônio Anastasia e Aloysio Nunes Ferreira foram designados membros titulares; e os Senadores José Aníbal, Cássio Cunha Lima e Eduardo Amorim, como membros suplentes, pelo Bloco Social Democrata, para compor a CCJ (Of. 027/2017-GLPSDB).



4. Em 08.02.2017, os Senadores Antônio Carlos Valadares, Roberto Rocha e Randolfe Rodrigues foram designados membros titulares; e os Senadores Lídice da Mata, João Capiberibe e Vanessa Grazziotin, como membros suplentes, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CCJ (Memo. 003/2017-GLBSD).
5. Em 08.02.2017, os Senadores Lasier Martins, Benedito de Lira e Wilder Moraes foram designados membros titulares; e os Senadores Ivo Cassol, Roberto Muniz e Sérgio Petecão, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor a CCJ (Memo. 022/2017-BLDPRO).
6. Em 08.02.2017, os Senadores Jorge Viana, José Pimentel, Fátima Bezerra, Lindbergh Farias, Paulo Paim e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os Senadores Ângela Portela, Gleisi Hoffmann, Humberto Costa, Paulo Rocha e Regina Sousa, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a CCJ (Of. 2/2017-GLPT).
7. Em 09.02.2017, a Comissão reunida elegeu o Senador Edson Lobão o Presidente deste colegiado (Of. 1/2017-CCJ).
8. Em 09.02.2017, a Comissão reunida elegeu o Senador Antônio Anastasia o Vice-Presidente deste colegiado (Of. 1/2017-CCJ).
9. Em 14.02.2017, os Senadores Ronaldo Caiado, Maria do Carmo Alves foram designados membros titulares; e o Senador Davi Alcolumbre, como membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor a CCJ (Of. nº004/2017-GLDEM).
10. Em 14.02.2017, o Senador Eduardo Lopes passou a ocupar a vaga de titular pelo Bloco Moderador, em permuta com o Senador Vicentinho Alves, que passou a ocupar a vaga de suplente na Comissão (of. 6/2017-BLOMOD).
11. Em 15.02.2017, o Senador Humberto Costa deixa de compor a comissão, como suplente pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (of. 16/2017-LBPRD).
12. Em 20.02.2017, o Senador Ricardo Ferraço passou a ocupar a vaga de suplente, pelo o Bloco Social Democrata, em substituição ao Senador José Aníbal (Of. 53/2017-GLPSDB).
13. Em 07.03.2017, o Senador Humberto Costa foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (of. 27/2017-GLBPRD).
14. Em 09.03.2017, a Senadora Ana Amélia passou a ocupar a vaga de suplente, pelo o Bloco Democracia Progressista, em substituição ao Senador Roberto Muniz (Of. 31/2017-BLDPRO).
15. Em 09.03.2017, o Senador Flexa Ribeiro foi designado membro titular pelo Bloco Social Democrata, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Aloysio Nunes Ferreira, que assumiu cargo no Poder Executivo (of. 98/2017-GLPSDB).
16. Em 14.03.2017, o Senador Cidinho Santos foi designado membro suplente pelo Bloco Moderador, em substituição ao Senador Wellington Fagundes (of. 30/2017-BLOMOD).
17. Em 21.03.2017, a Senadora Gleisi Hoffmann foi designada membro titular pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, deixando de ocupar a vaga de suplente, em substituição ao Senador Lindbergh Farias (of. 47/2017-GLBPRD).
18. Em 29.03.2017, o Senador Lindbergh Farias foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. 53/2017-GLBPRD).
19. Em 19.04.2017, os Senadores Humberto Costa, Lindbergh Farias, Regina Sousa, Paulo Rocha e Ângela Portela foram designados membros suplentes, nessa ordem, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. 61/2017-GLBPRD).
20. Em 20.04.2017, o Senador José Serra foi designado membro suplente pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 30/2017-GLDEM).
21. Em 26.06.2017, o Senador Paulo Bauer foi designado membro titular pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 135/2017-GLPSDB).
22. Em 26.06.2017, a Senadora Ângela Portela deixou de ocupar a vaga de suplente na comissão, pois foi designada membro titular pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of. 87/2017-GLBPRD).
23. Em 27.06.2017, o Senador José Serra deixou de ocupar a vaga de suplente e passou a ocupar a vaga de titular na comissão, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro (Of. 165/2017-GLPSDB).
24. Em 27.06.2017, o Senador Flexa Ribeiro deixou de ocupar a vaga de titular e passou a ocupar a vaga de suplente, pelo Bloco Social Democrata, em substituição ao Senador José Serra (Of. 165/2017-GLPSDB).
25. Em 04.07.2017, o Senador José Serra deixou de ocupar a vaga de titular e passou a ocupar a vaga de suplente, pelo Bloco Social Democrata, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro (Of. 168/2017-GLPSDB).
26. Em 04.07.2017, o Senador Flexa Ribeiro deixou de ocupar a vaga de suplente e passou a ocupar a vaga de titular na comissão, em substituição ao Senador José Serra (Of. 168/2017-GLPSDB).
27. Em 08.08.2017, o Senador Acir Gurgacz foi designado membro titular pelo Bloco da Resistência Democrática, em substituição à Senadora Ângela Portela, que passou a compor o colegiado como membro suplente (Of. 89/2017-GLBPRD).
28. Em 10.08.2017, o Senador Aécio Neves foi designado membro titular, em substituição ao Senador Paulo Bauer, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 184/2017-GLPSDB).
29. Em 10.08.2017, o Senador Roberto Rocha foi designado membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia, em substituição à Senadora Lídice da Mata, que passou a compor o colegiado como membro titular (Memo. 71/2017-BLSDEM).
30. Em 10.08.2017, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro titular pelo Bloco Socialismo e Democracia, em substituição ao Senador Roberto Rocha, que passou a compor o colegiado como membro suplente (Memo. 71/2017-BLSDEM).
31. Em 19.09.2017, o Senador Roberto Rocha deixou de ocupar a vaga de suplente no colegiado, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 84/2017-BLSDEM).
32. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.
33. Suspensão de 27.09.2017 a 17.10.2017, quando o Plenário deliberou sobre a ação cautelar nº 4.327/2017, do Supremo Tribunal Federal.
34. Em 10.10.2017, o Senador Alvaro Dias foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania, para compor o colegiado (Memo. 1/2017-GLBPCD).
35. Em 07.11.2017, o Senador Ricardo Ferraço licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, conforme os Requerimentos nºs 959 e 960/2017.
36. Em 09.11.2017, o Senador Dalírio Beber foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Ricardo Ferraço, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 232/2017-GLPSDB).
37. Em 21.11.2017, o Senador Roberto Rocha foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Dalírio Beber, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 239/2017-GLPSDB).
38. O Senador Antonio Carlos Valadares licenciou-se por 121 dias, nos termos do art. 43, incisos I e II, do RISF a partir do dia 22 de novembro de 2017, conforme Requerimentos nºs 1.000 e 1.001, de 2017, deferido em 22.11.2017.
39. Em 12.12.2017, o Senador Omar Aziz foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Sérgio Petecão, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Of. 39/2017-GLDPRO).



40. Em 05.02.2018, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Fernando Collor, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. 01/2018-BLOMOD).
41. Em 07.02.2018, a Senadora Lúcia Vânia foi designada membro titular, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares, pelo Bloco Democracia e Cidadania, para compor o colegiado (Of. 02/2018-GLBPDC).
42. Em 21.02.2018, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, em vaga cedida pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Memo 8/2018-BLDPRO).
43. Em 21.02.2018, o Bloco Parlamentar da Resistência Democrática cede uma vaga de suplente ao Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Of. 1/2018-BLPRD).
44. Em 27.02.2018, o Senador Raimundo Lira foi designado membro suplente, pelo PMDB, em substituição ao Senador Hélio José para compor a comissão (Of. 19/2018-GLPMDB).
45. Em 28.02.2018, o Senador Hélio José foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, em substituição ao Senador Paulo Rocha, em vaga cedida pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. 17/2018-BLPRD).
46. Em 14.03.2018, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, em substituição ao Senador Wilder Moraes, para compor o colegiado (Of. 25/2018-BLDPRO).
47. Em 14.03.2018, o Senador Ricardo Ferraço foi designado membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, em substituição ao Senador Roberto Rocha, para compor o colegiado (Of. 26/2018-GLPSDB).
48. Em 17.04.2018, o Senador Wilder Moraes foi designado membro titular, em substituição ao Senador Ronaldo Caiado e este, suplente, em substituição ao Senador Davi Alcolumbre, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 6/2018-GLDEM).
49. Em 18.04.2018, o Senador Dário Berger foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria, em substituição ao Senador Raimundo Lira (Of. 49/2018-GLPMDB).
50. Em 24.04.2018, o Senador Renan Calheiros deixou de compor a Comissão, pelo Bloco da Maioria (Of. 52/2018-GLPMDB).
51. Em 25.04.2018, o Bloco da Maioria cedeu uma vaga de membro suplente ao PSDB (Of. 54/2018-GLPMDB).
52. Em 25.04.2018, o Senador Antônio Carlos Valadares foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania, em substituição à Senadora Lúcia Vânia (Memo. 33/2018-GLBPDC).
53. Em 26.04.2018, o Senador Roberto Rocha foi designado membro suplente em vaga cedida ao PSDB pelo Bloco da Maioria (Of. 36/18-GLPSDB).
54. Em 03.05.2018, o Senador Rodrigues Palma foi designado membro suplente, pelo Bloco Moderador, em substituição ao Senador Cidinho Santos (Of. 28/2018-BLOMOD)

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Reuniões: Quartas-Feiras 10:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: ccj@senado.gov.br



3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - IMAGEM E PRERROGATIVAS PARLAMENTARES

Finalidade: Assessorar a Presidência do Senado em casos que envolvam a imagem e as prerrogativas dos parlamentares e da própria instituição parlamentar.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Telefone(s): 61-3303-3972

Fax: 61-3303-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br



3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQJ nº 4/2003, dos Senadores Ney Suassuna e Tasso Jereissati, com o objetivo de acompanhar sistematicamente a questão da segurança pública em nosso País.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Telefone(s): 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br



4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Pedro Chaves (PRB-MS)

TITULARES	Suplentes
PMDB	
Senadora Rose de Freitas (PODE-ES) (7,12)	1. Senador Valdir Raupp (7)
Senador Dário Berger (7)	2. Senador Hélio José (PROS-DF) (7)
Senadora Marta Suplicy (7)	3. Senador Raimundo Lira (PSD-PB) (15)
Senador José Maranhão (7)	4. Senadora Simone Tebet (18)
Senador Edison Lobão (7,15,18)	5.
Senador João Alberto Souza (7)	6.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senadora Ângela Portela (PDT-RR) (4)	1. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) (4)
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) (4)	2. Senador Humberto Costa (PT-PE) (4)
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) (4)	3. Senador Jorge Viana (PT-AC) (4)
Senador Paulo Paim (PT-RS) (4)	4. Senador José Pimentel (PT-CE) (4)
Senadora Regina Sousa (PT-PI) (4)	5. Senador Paulo Rocha (PT-PA) (4)
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) (4)	6.
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) (1)	1. Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) (6)
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) (1)	2. Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) (6)
Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) (1,9,19)	3. Senador Eduardo Amorim (PSDB-SE) (21)
Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) (6)	4.
Senador José Agripino (DEM-RN) (6)	5.
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador José Medeiros (PODE-MT) (5)	1. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) (5)
Senador Roberto Muniz (PP-BA) (5)	2. Senadora Ana Amélia (PP-RS) (5)
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) (5)	3. Senador Lasier Martins (PSD-RS) (14)
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PODE, PSB, PCdoB, REDE, PPS) (17)	
Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) (2)	1. Senador João Capiberibe (PSB-AP) (2,16,22,23,26,27)
Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO) (2)	2. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) (2,19)
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) (2)	3. Senador Romário (PODE-RJ) (13,20)
Bloco Moderador (PR, PTB, PRB, PTC)	
Senador Pedro Chaves (PRB-MS) (3)	1. Senador Magno Malta (PR-ES) (3)
Senador Wellington Fagundes (PR-MT) (3,8)	2. Senador Telmário Mota (PTB-RR) (3,25)
Senador Eduardo Lopes (PRB-RJ) (3)	3. Senador Armando Monteiro (PTB-PE) (8,10,11,24)

Notas:

*. O PMDB e os Blocos Parlamentares Resistência Democrática e Social Democrata compartilham 1 vaga na Comissão, com a qual o Colegiado totaliza 27 membros.

1. Em 09.03.2017, os Senadores Antonio Anastasia, Flexa Ribeiro e Ricardo Ferraço foram designados membros titulares, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 29/2017-GLPSDB).

2. Em 09.03.2017, os Senadores Cristovam Buarque, Lúcia Vânia e Lídice da Mata foram designados membros titulares; e os Senadores Romário e Randolfe Rodrigues, membros suplentes, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CE (Memo. nº008/2017-BLSDEM).

3. Em 09.03.2017, os Senadores Pedro Chaves, Thieres Pinto e Eduardo Lopes foram designados membros titulares; e os Senadores Magno Malta e Vicentinho Alves, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 5/2017-BLOMOD).

4. Em 09.03.2017, os Senadores Ângela Portela, Fátima Bezerra, Lindbergh Farias, Paulo Paim, Regina Sousa e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os Senadores Gleisi Hoffmann, Humberto Costa, José Pimentel e Paulo Rocha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a CE (Of. nº005/2017-GLBPRD).

5. Em 09.03.2017, os Senadores José Medeiros, Roberto Muniz e Ciro Nogueira foram designados membros titulares; e os Senadores Sérgio Petecão e Ana Amélia, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor a CE (Of. nº026/2017-GLBPRO).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



6. Em 13.03.2017, os Senadores Maria do Carmo Alves e José Agripino foram designados membros titulares; e os Senadores Davi Alcolumbre e Ronaldo Caiado, membros suplentes, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 07/2017-GLDEM).
7. Em 14.03.2017, os Senadores Simone Tebet, Dário Berger, Marta Suplicy, José Maranhão, Raimundo Lira e João Alberto Souza foram designados membros titulares; e os Senadores Valdir Raupp e Hélio José, membros suplentes, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 31/2017-GLPMDB).
8. Em 14.03.2017, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular, em substituição ao Senador Thieres Pinto, que passou a compor o colegiado como membro suplente, pelo Bloco Moderador (Of. nº 27/2017-BLOMOD).
9. Em 21.03.2017, o Senador Ricardo Ferraço deixou de compor o colegiado, pelo Bloco Social Democrata (Of. nº 104/2017-GLPSDB).
10. Em 17.04.2017, o Senador Thieres Pinto deixa de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.
11. Em 19.04.2017, o Senador Telmário Mota foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Thieres Pinto, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 50/2017-BLOMOD).
12. Em 07.06.2017, a Senadora Rose de Freitas foi designada membro titular, em substituição à Senadora Simone Tebet, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 135/2017-GLPMDB).
13. Em 16.08.2017, o Senador Roberto Rocha foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. nº 73/2017-BLSDEM).
14. Em 18.08.2017, o Senador Lasier Martins foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Memo. nº 62/2017-BLDPRO).
15. Em 31.08.2017, a Senadora Simone Tebet foi designada membro titular, em substituição ao Senador Raimundo Lira, que passa a ocupar a vaga de suplente, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 178/2017-GLPMDB).
16. Em 12.09.2017, o Senador Antonio Carlos Valadares foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Romário, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Of. nº 80/2017-BLSDEM).
17. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.
18. Em 05.10.2017, o Senador Edison Lobão foi designado membro titular, em substituição à Senadora Simone Tebet, que passa a ocupar a vaga de suplente, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 198/2017-GLPMDB).
19. Em 09.10.2017, o Senador Roberto Rocha foi designado membro titular, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado, deixando de ocupar a vaga de suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (Of. nº 216/2017-GLPSDB).
20. Em 11.10.2017, o Senador Romário foi designado membro suplente, para compor o colegiado, pelo Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (Memo. nº 3/2017-GLBPDC).
21. Em 24.10.2017, o Senador Eduardo Amorim foi designado membro suplente, para compor o colegiado, pelo Bloco Social Democrata (Of. nº 225/2017-GLPSDB).
22. O Senador Antonio Carlos Valadares licenciou-se por 121 dias, nos termos do art. 43, incisos I e II, do RISF a partir do dia 22 de novembro de 2017, conforme Requerimentos nºs 1.000 e 1.001, de 2017, deferido em 22.11.2017.
23. Em 05.12.2017, o Senador Elber Batalha foi designado membro suplente, para compor o colegiado, pelo Bloco Democracia e Cidadania, em substituição ao Senador Antônio Carlos Valadares, que está de licença (Memo. nº 13/2017-GLBPDC).
24. Em 08.02.2018, o Senador Armando Monteiro foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Telmário Mota, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 4/2018-BLOMOD).
25. Em 28.02.2018, o Senador Telmário Mota foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Vicentinho Alves, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 17/2018-BLOMOD).
26. Em 23.03.2018, o Senador Elber Batalha deixa de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular (Of. nº 1/2018-GSACAR).
27. Em 17.04.2018, o Senador João Capiberibe foi designado membro suplente pelo Bloco Democracia e Cidadania para compor a comissão (Memo. 30/2018-GLBPDC).

Secretário(a): Willy da Cruz Moura
Reuniões: Terças-Feiras 11:00 horas -
Telefone(s): 61 33033498
E-mail: ce@senado.leg.br



4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCE nº 26/2000, do Senador José Fogaça e outros, com o objetivo de Acompanhamento das ações Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social.

Número de membros: 12 titulares e 12 suplentes

Secretário(a): Willy da Cruz Moura

Telefone(s): 61 33033498

E-mail: ce@senado.leg.br



4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO

Finalidade: Requer a criação da Subcomissão Permanente denominada Bancada do Livro, que por meio de audiências públicas, depoimentos de autoridades, diligências, ou outro meio regimental, possa analisar os problemas que envolvem a autoria, editoração, publicação e distribuição de livros no país, o sistema brasileiro de bibliotecas, a importação e exportação de livros, direitos autorais, e quaisquer outros assuntos relacionados com o livro.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

Secretário(a): Willy da Cruz Souza

Telefone(s): 33033498

E-mail: ce@senado.leg.br



4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DESPORTOS

Finalidade: Requer seja criada, no âmbito da Comissão de Educação, uma Subcomissão de Desportos, de caráter permanente, destinada a apreciar programas, planos e políticas governamentais instituídas para o setor desportivo no País.

(Requerimento 811, de 2001)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

Secretário(a): Willy da Cruz Souza

Telefone(s): 61 33033498

E-mail: ce@senado.leg.br



5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE - CMA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ⁽¹³⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Wellington Fagundes (PR-MT) ⁽¹⁹⁾

TITULARES	Suplentes
PMDB	
Senador Hélio José (PROS-DF) ⁽¹¹⁾	1. Senador Airtton Sandoval ^(11,14)
Senador Romero Jucá ^(11,23,24)	2. Senador Dário Berger ⁽¹¹⁾
Senador João Alberto Souza ⁽¹¹⁾	3.
Senador Valdir Raupp ^(11,14)	4.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senador Jorge Viana (PT-AC) ⁽⁶⁾	1. Senadora Ângela Portela (PDT-RR) ⁽⁶⁾
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽⁶⁾	2. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) ⁽⁶⁾
Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽⁶⁾	3. Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽⁶⁾
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽⁶⁾	4. Senadora Regina Sousa (PT-PI) ⁽⁶⁾
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) ⁽⁴⁾	1. Senador Dalirio Beber (PSDB-SC) ⁽⁴⁾
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽⁴⁾	2. Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) ^(7,9)
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ^(7,9)	3. Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) ^(8,22)
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽¹⁾	1. Senador José Medeiros (PODE-MT) ⁽¹⁾
Senador Roberto Muniz (PP-BA) ^(1,10)	2. Senador Benedito de Lira (PP-AL) ⁽¹⁾
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PODE, PSB, PCdoB, REDE, PPS) ⁽²⁰⁾	
Senador João Capiberibe (PSB-AP) ⁽²⁾	1. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ⁽²⁾
Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) ⁽³⁾	2. VAGO ^(2,21)
Bloco Moderador (PR, PTB, PRB, PTC)	
Senador Wellington Fagundes (PR-MT) ^(5,15)	1. Senador Telmário Mota (PTB-RR) ^(5,17,18)
Senador Rodrigues Palma (PR-MT) ^(5,25)	2. Senador Pedro Chaves (PRB-MS) ^(5,12,16)

Notas:

*. Em 30.03.2017, foi publicada a Resolução nº 3, de 2017, que alterou o nome da "Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle" para "Comissão de Meio Ambiente".

- Em 09.03.2017, os Senadores Sérgio Petecão e Wilder Morais foram designados membros titulares; e os Senadores José Medeiros e Benedito de Lira, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Memo. 27/2017-BLDPRO).
- Em 09.03.2017, o Senador João Capiberibe foi designado membro titular; e os Senadores Vanessa Grazziotin e Roberto Rocha, membros suplentes, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 7/2017-BLSDEM).
- Em 09.03.2017, o Senador Cristovam Buarque foi designado membro titular, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 14/2017-BLSDEM).
- Em 09.03.2017, os Senadores Ataídes Oliveira e Flexa Ribeiro foram designados membros titulares; e o Senador Dalirio Beber, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 35/2017-GLPSDB).
- Em 09.03.2017, os Senadores Armando Monteiro e Cidinho Santos foram designados membros titulares; e os Senadores Thieres Pinto e Pedro Chaves, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 5/2017-BLOMOD).
- Em 09.03.2017, os Senadores Jorge Viana, Lindbergh Farias, Paulo Rocha e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os senadores Ângela Portela, Gleisi Hoffmann, Humberto Costa e Regina Sousa, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. 10/2017-GLBPRD).
- Em 13.03.2017, o Senador Ronaldo Caiado foi designado membro titular; e o Senador José Agripino, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 7/2017-GLDEM).
- Em 21.03.2017, o Senador Ricardo Ferraço foi designado membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 100/2017-GLPSDB).
- Em 22.03.2017, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular; e o Senador Ronaldo Caiado, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 8/2017-GLDEM).
- Em 23.03.2017, o Senador Roberto Muniz foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, em substituição ao Senador Wilder Morais, para compor o colegiado (Of. nº 2/2017-BLDPRO).
- Em 31.03.2017, os Senadores Hélio José, Renan Calheiros, João Alberto Souza e Eduardo Braga foram designados membros titulares; e os senadores Valdir Raupp e Dário Berger, membros suplentes, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. 36/2017-GLPMDB).
- Em 03.04.2017, o Senador Pedro Chaves deixa de compor o colegiado, como membro suplente, pelo Bloco Moderador (Of. nº 37/2017-BLOMOD).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



13. Em 04.04.2017, a Comissão reunida elegeu o Senador Davi Alcolumbre Presidente deste colegiado (Memo. nº 1/2017-CMA).
14. Em 05.04.2017, o Senador Valdir Raupp passa a atuar como titular, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Eduardo Braga. O Senador Airton Sandoval foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Valdir Raupp, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. 88/2017-GLPMDB).
15. Em 10.04.2017, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular para compor o colegiado, em substituição ao Senador Armando Monteiro, pelo Bloco Moderador (Of. nº 46/2017-BLOMOD).
16. Em 17.04.2017, o Senador Pedro Chaves passa a compor o colegiado, como membro suplente, pelo Bloco Moderador (Of. nº 40/2017-BLOMOD).
17. Em 17.04.2017, o Senador Thieres Pinto deixa de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.
18. Em 24.04.2017, o Senador Telmário Mota passa a compor o colegiado, como membro suplente, pelo Bloco Moderador (Of. nº 54/2017-BLOMOD).
19. Em 26.04.2017, a Comissão reunida elegeu o Senador Wellington Fagundes Vice-Presidente deste colegiado (Memo. nº 9/2017-CMA).
20. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.
21. Em 10.10.2017, o Senador Roberto Rocha deixa de compor a Comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (Memo. 4/2017-GLBPDC).
22. Em 07.11.2017, o Senador Ricardo Ferraço licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, conforme os Requerimentos nºs 959 e 960/2017.
23. Em 24.04.2018, o Senador Renan Calheiros deixou de compor a Comissão, pelo Bloco da Maioria (Of. 52/2018-GLPMDB).
24. Em 25.04.2018, o Senador Romero Jucá foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria para integrar o colegiado (Of. 55/2018-GLPMDB).
25. Em 03.05.2018, o Senador Rodrigues Palma foi designado membro titular, pelo Bloco Moderador, em substituição ao Senador Cidinho Santos (Of. 28/2018-BLOMOD)

Secretário(a): Airton Luciano Aragão Júnior

Reuniões: Terças-Feiras 11:30min -

Telefone(s): 61 33033284

E-mail: cma@senado.leg.br



6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Regina Sousa (PT-PI)

VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS)

TITULARES	Suplentes
PMDB (21)	
Senador Fernando Bezerra Coelho (6,10,22)	1. Senador Valdir Raupp (6)
Senadora Marta Suplicy (6)	2.
Senador Hélio José (PROS-DF) (6)	3.
VAGO (6,9)	4.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senadora Ângela Portela (PDT-RR) (4,30,32)	1. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) (4)
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) (4)	2. Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) (4)
Senador Paulo Paim (PT-RS) (4)	3. Senador Paulo Rocha (PT-PA) (4)
Senadora Regina Sousa (PT-PI) (4)	4. Senador Jorge Viana (PT-AC) (4,28,29,33)
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Eduardo Amorim (PSDB-SE) (1,8,19)	1.
Senador José Medeiros (PODE-MT) (1,11,25)	2.
VAGO (1,12)	3.
VAGO (7,14)	4.
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) (3,24)	1. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) (3)
Senadora Ana Amélia (PP-RS) (20)	2. Senadora Kátia Abreu (PDT-TO) (23)
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PODE, PSB, PCdoB, REDE, PPS) (17)	
Senador João Capiberibe (PSB-AP) (2)	1. Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) (16,31)
Senador Romário (PODE-RJ) (2)	2. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) (18,27)
Bloco Moderador (PR, PTB, PRB, PTC)	
Senador Magno Malta (PR-ES) (5)	1. Senador Rodrigues Palma (PR-MT) (5,34)
Senador Telmário Mota (PTB-RR) (5,13,15)	2. Senador Pedro Chaves (PRB-MS) (5,26)

Notas:

* O PMDB e o Bloco Resistência Democrática compartilham 1 vaga na Comissão, com a qual o Colegiado totaliza 19 membros.

1. Em 09.03.2017, os Senadores Dalírio Beber, Eduardo Amorim e Ricardo Ferraço foram designados membros titulares, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 039/2017-GLPSDB).

2. Em 09.03.2017, os Senadores João Capiberibe e Romário foram designados membros titulares pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 21/2017-BLSDEM).

3. Em 09.03.2017, o Senador José Medeiros foi designado membro titular; e o Senador Sérgio Petecão, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Memo. 24/2017-BLDPRO).

4. Em 09.03.2017, os Senadores Ângela Portela, Fátima Bezerra, Paulo Paim e Regina Sousa foram designados membros titulares; e os Senadores Gleisi Hoffmann, Lindbergh Farias, Paulo Rocha e Acir Gurgacz, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Memo. 8/2017-GLBPRD).

5. Em 09.03.2017, os Senadores Magno Malta e Thieres Pinto foram designados membros titulares; e os Senadores Cidinho Santos e Wellington Fagundes, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 5/2017-BLOMOD).

6. Em 10.03.2017, os senadores Eduardo Braga, Marta Suplicy, Hélio José e Garibaldi Alves Filho foram designados membros titulares; e o senador Valdir Raupp, membro suplente, pelo PMDB, para compor a CDH (Of. nº 39/2017-GLPMDB).

7. Em 13.03.2017, a Senadora Maria do Carmo Alves foi designada membro titular pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 7/2017-GLDEM).

8. Em 21.03.2017, o Senador Dalírio Beber deixou de ocupar a vaga de titular pelo Bloco Social Democrata (Of. nº 101/2017-GLPSDB).

9. Em 22.03.2017, o Senador Garibaldi Alves Filho deixou de ocupar a vaga de titular pelo PMDB no colegiado (Of. nº 73/2017-GLPMDB).

10. Em 31.03.2017, o Senador Eduardo Braga deixa de compor o colegiado, como membro titular, pelo PMDB (Of. nº 85/2017-GLPMDB).

11. Em 03.04.2017, o Senador Eduardo Amorim deixa de compor o colegiado, como membro titular, pelo Bloco Social Democrata (Of. nº 102/2017-GLPSDB).

12. Em 03.04.2017, o Senador Ricardo Ferraço deixa de compor o colegiado, como membro titular, pelo Bloco Social Democrata (Of. nº 103/2017-GLPSDB).

13. Em 17.04.2017, o Senador Thieres Pinto deixou de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>

14. Em 18.04.2017, a Senadora Maria do Carmo Alves deixa de compor o colegiado, pelo Bloco Social Democrata (Of. 13/2017-GLDEM).
15. Em 19.04.2017, o Senador Telmário Mota foi designado membro titular, em substituição ao Senador Thieres Pinto, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 48/2017-BLOMOD).
16. Em 02.05.2017, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. nº 43/2017-BLSDEM).
17. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.
18. Em 07.11.2017, o Senador Cristovam Buarque foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania, para compor o colegiado (Memo. nº 10/2017-GLBPDC).
19. Em 28.11.2017, o Senador Eduardo Amorim foi designado membro titular, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 246/2017-GLPSDB).
20. Em 28.11.2017, a Senadora Ana Amélia foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Memo. nº 83/2017-BLDPRO).
21. Em 07.02.2018, o Bloco da Maioria (PMDB) cedeu uma vaga de titular ao PRTB (Of. 16/2017-GLPMDB).
22. Em 27.02.2018, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado membro titular pelo PMDB, para compor a comissão (Of. 22/2018-GLPMDB).
23. Em 27.02.2018, a Senadora Kátia Abreu foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Memo. nº 20/2018-BLDPRO).
24. Em 27.02.2018, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, em substituição ao Senador José Medeiros, para compor o colegiado (Memo. nº 20/2018-BLDPRO).
25. Em 14.03.2018, o Senador José Medeiros foi designado membro titular, em vaga cedida pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Memo. nº 25/2018-GLPSDB).
26. Em 15.03.2018, o Senador Pedro Chaves foi designado membro suplente pelo Bloco Moderador, em substituição ao Senador Wellington Fagundes (Of. 19/2018-BLOMOD).
27. Em 10.04.2017, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania, em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Memo. nº 28/2018-GLBPDC).
28. Em 11.04.2018, o Senador Jorge Viana foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Acir Gurgacz, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o Colegiado (Of. 24/2018-BLPRD).
29. Em 17.04.2018, o Senador Humberto Costa foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Jorge Viana, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o Colegiado (Of. 25/2018-BLPRD).
30. Em 17.04.2018, o Senador José Pimentel foi designado membro titular, em substituição à Senadora Ângela Portela, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 28/2018-BLPRD).
31. Em 17.04.2018, a Senadora Lidice da Mata foi designada membro suplente, em substituição ao Senador Randolfe Rodrigues, pelo Bloco Democracia e Cidadania, para compor o Colegiado (Memo 31/2018-GLBDPC).
32. Em 25.04.2018, a Senadora Ângela Portela foi designada membro titular, em substituição ao Senador José Pimentel, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o Colegiado (Ofício 29/2018-BLPRD).
33. Em 25.04.2018, a Senador Jorge Viana foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Humberto Costa, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o Colegiado (Ofício 30/2018-BLPRD).
34. Em 03.05.2018, o Senador Rodrigues Palma foi designado membro suplente, pelo Bloco Moderador, em substituição ao Senador Cidinho Santos (Of. 28/2018-BLOMOD)

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Reuniões: Quartas-Feiras 11:30 horas -

Telefone(s): 61 3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: cdh@senado.gov.br



6.1) SUBC. PERM. PARA ENFRENTAMENTO DO TRÁFICO NAC. E INTERNACIONAL DE
PESSOAS E COMBATE AO TRAB. ESCRAVO

Finalidade: Elaborar e aprovar proposições legislativas, bem como analisar políticas públicas já existentes acerca do Tráfico de Pessoas e Combate ao Trabalho Escravo.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br



6.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO

Finalidade: Acompanhar a conclusão e as recomendações do relatório da Comissão Nacional da Verdade.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
VAGO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
Maioria	
VAGO	1. VAGO
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
VAGO	1. VAGO

Notas:

1. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Reuniões: Quartas-Feiras 11:30 horas -

Telefone(s): 61 3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: cdh@senado.gov.br



6.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DO ESTATUTO DO TRABALHO

Finalidade: Aprofundar o debate sobre a reforma trabalhista com vistas a criação do Estatuto do Trabalho, no âmbito da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Número de membros: 3 titulares e 3 suplentes

PRESIDENTE: Senador Telmário Mota (PTB-RR) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽³⁾

Instalação: 09/08/2017

TITULARES	SUPLENTES
PMDB	
Senador Valdir Raupp ⁽²⁾	1. Senador Hélio José (PROS-DF) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽²⁾	1. Senadora Ângela Portela (PDT-RR) ⁽²⁾
Bloco Moderador (PR, PTB, PRB, PTC) ⁽¹⁾	
Senador Telmário Mota (PTB-RR) ⁽²⁾	1. Senador João Capiberibe (PSB-AP) ⁽²⁾

Notas:

- Os Blocos Social Democrata, Democracia Progressista, Socialismo e Democracia e Moderador compartilham uma vaga no Colegiado.
 - Em 04.08.2017, foram designados os Senadores Valdir Raupp, Paulo Paim e Telmário Mota, como titulares, e Hélio José, Ângela Portela e João Capiberibe, como suplentes, para compor o Colegiado (Of. nº 75/2017-CDH)
 - Em 09.08.2017, a Comissão reunida elegeu os Senadores Telmário Mota e Paulo Paim, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. 76/2017-CDH).
- *. Em 03.08.2017, é criada a Subcomissão Temporária, nos termos do Requerimento nº 83, de 2017, da CDH (Of. nº 74, de 2017-CDH)
 **. Em 09.08.2017, a Comissão reunida aprovou o RDH 87/2017, que alterou o nome da Comissão para Subcomissão Temporária do Estatuto do Trabalho (Of. 76/2017-CDH).

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Reuniões: Quartas-Feiras 11:30 horas -

Telefone(s): 61 3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: cdh@senado.gov.br



6.4) SUBCOMISSÃO DOS DIREITOS HUMANOS NA INTERVENÇÃO FEDERAL

Finalidade: Proteção dos Direitos Humanos na vigência da intervenção federal no Estado do Rio de Janeiro, estabelecida pelo Decreto Federal nº 9.288, de 16 de fevereiro de 2018.

Número de membros: 3 titulares e 3 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
PMDB	
	1. Senador Hélio José (PROS-DF)
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PODE, PSB, PCdoB, REDE, PPS)	
Senador Romário (PODE-RJ)	
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senador Paulo Paim (PT-RS)	1. Senadora Ângela Portela (PDT-RR)
	2. Senador Lindbergh Farias (PT-RJ)
Bloco Moderador (PR, PTB, PRB, PTC)	
Senador Telmário Mota (PTB-RR)	

Notas:

*. Em 07.03.2018, foram indicados como membros titulares o Senador Romário, o Senador Paim e o Senador Telmário Mota, pelos Blocos Parlamentar Democracia e Cidadania, Bloco Parlamentar da Resistência Democrática e Bloco Moderador, respectivamente, e membros suplentes o Senador Hélio José, a Senadora Ângela Portela e o Senador Lindbergh Farias, pelos PMDB, Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania e Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, respectivamente, para compor a Comissão (Of. 3/2018-CDH).

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Reuniões: Quartas-Feiras 11:30 horas -

Telefone(s): 61 3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: cdh@senado.gov.br



7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Fernando Collor (PTC-AL) ⁽⁹⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Jorge Viana (PT-AC) ⁽⁹⁾

TITULARES	Suplentes
PMDB	
Senador Edison Lobão ⁽⁷⁾	1. VAGO ^(7,13,25)
Senador João Alberto Souza ⁽⁷⁾	2. Senador Valdir Raupp ⁽⁷⁾
Senador Roberto Requião ^(7,13)	3. Senador Hélio José (PROS-DF) ⁽⁷⁾
Senador Romero Jucá ⁽⁷⁾	4. Senadora Marta Suplicy ^(17,21,22)
Senador Fernando Bezerra Coelho ⁽²¹⁾	
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) ⁽⁵⁾	1. Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ⁽⁵⁾
Senadora Kátia Abreu (PDT-TO) ^(5,16,24)	2. Senador José Pimentel (PT-CE) ⁽⁵⁾
Senador Jorge Viana (PT-AC) ⁽⁵⁾	3. Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽⁵⁾
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽⁵⁾	4. Senador Humberto Costa (PT-PE) ^(5,16)
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) ⁽²⁾	1. Senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) ⁽²⁾
Senador Paulo Bauer (PSDB-SC) ⁽²⁾	2. Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) ⁽⁸⁾
Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) ^(2,12,23)	3. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽¹¹⁾
Senador José Agripino (DEM-RN) ⁽⁸⁾	4. Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) ⁽¹²⁾
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Lasier Martins (PSD-RS) ⁽⁶⁾	1. Senador José Medeiros (PODE-MT) ⁽⁶⁾
Senadora Ana Amélia (PP-RS) ⁽⁶⁾	2. Senador Gladson Cameli (PP-AC) ⁽⁶⁾
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PODE, PSB, PCdoB, REDE, PPS) ⁽²⁰⁾	
Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) ⁽⁴⁾ (4,18)	1. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ⁽⁴⁾
	2. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ⁽¹⁾
Bloco Moderador (PR, PTB, PRB, PTC)	
Senador Fernando Collor (PTC-AL) ⁽³⁾	1. Senador Wellington Fagundes (PR-MT) ^(3,10,14,15,19)
Senador Pedro Chaves (PRB-MS) ⁽³⁾	2. Senador Armando Monteiro (PTB-PE) ⁽³⁾

Notas:

* O PMDB e o Bloco Resistência Democrática compartilham 1 vaga na Comissão, com a qual o Colegiado totaliza 19 membros.

1. Em 09.03.2017, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia para compor o colegiado (Of. 16/2017-BLSDEM).

2. Em 09.03.2017, os Senadores Antonio Anastasia, Paulo Bauer e Tasso Jereissati foram designados membros titulares; e o Senador Cássio Cunha Lima, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 32/2017-GLPSDB).

3. Em 09.03.2017, os Senadores Fernando Collor e Pedro Chaves foram designados membros titulares; e os Senadores Cidinho Santos e Armando Monteiro, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 5/2017-BLOMOD).

4. Em 09.03.2017, os Senadores Cristovam Buarque e Fernando Bezerra Coelho foram designados membros titulares; e a Senadora Vanessa Grazziotin, membro suplente, pelo Bloco Socialismo e Democracia para compor o colegiado (Of. 10/2017-BLSDEM).

5. Em 09.03.2017, os Senadores Gleisi Hoffmann, Humberto Costa, Jorge Viana e Lindbergh Farias foram designados membros titulares; e os Senadores Fátima Bezerra, José Pimentel, Paulo Paim e Acir Gurgacz, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática para compor o colegiado (Of. 9/2017-GLBPRD).

6. Em 09.03.2017, os Senadores Lasier Martins e Ana Amélia foram designados membros titulares; e os Senadores José Medeiros e Gladson Cameli, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista para compor o colegiado (Of. 29/2017-BLDPRO).

7. Em 09.03.2017, os Senadores Edison Lobão, João Alberto Souza, Renan Calheiros e Romero Jucá foram designados membros titulares; e os Senadores Roberto Requião, Valdir Raupp e Hélio José, membros suplentes, pelo PMDB para compor o colegiado (Of. 38/2017-GLPMDB).

8. Em 13.03.2017, o Senador José Agripino foi designado membro titular; e o Senador Ronaldo Caiado, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 07/2017-GLDEM).

9. Em 14.03.2017, a Comissão reunida elegeu os Senadores Fernando Collor e Jorge Viana, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Memo. nº 1/2017-CRE).

10. Em 14.03.2017, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro suplente, em substituição ao senador Cidinho Santos, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 29/2017-BLOMOD).



11. Em 21.03.2017, o Senador Flexa Ribeiro foi designado membro suplente pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 106/2017-GLPSDB).
12. Em 21.03.2017, o Senador Ricardo Ferraço foi designado membro titular para compor o colegiado, em substituição ao senador Tasso Jereissati, que passa a atuar como suplente, pelo Bloco Social Democrata (Of. nº 99/2017-GLPSDB).
13. Em 24.03.2017, o Senador Roberto Requião foi designado membro titular para compor o colegiado, em substituição ao senador Renan Calheiros, que passa a atuar como suplente, pelo PMDB (Of. nº 75/2017-GLPMDB).
14. Em 10.04.2017, o Senador Thieres Pinto foi designado membro suplente para compor o colegiado, em substituição ao Senador Wellington Fagundes, pelo Bloco Moderador (Of. nº 43/2017-BLOMOD).
15. Em 17.04.2017, o Senador Thieres Pinto deixa de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.
16. Em 07.06.2017, o Senador Acir Gurgacz passou a ocupar a vaga de titular pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, em permuta com o Senador Humberto Costa, que passou a ocupar a vaga de suplente na Comissão (of. 74/2017-GLBPRD).
17. Em 13.09.2017, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado membro suplente, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 180/2017-GLPMDB).
18. Em 13.09.2017, vago em virtude de o Senador Fernando Bezerra Coelho ter sido designado membro suplente, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 180/2017-GLPMDB).
19. Em 19.09.2017, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro suplente, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 93/2017-BLOMOD).
20. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.
21. Em 11.10.2017, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado membro titular, pelo PMDB, para compor o colegiado, deixando de compor a composição como suplente (Of. nº 199/2017-GLPMDB).
22. Em 31.10.2017, a Senadora Marta Suplicy foi designada membro suplente, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 208/2017-GLPMDB).
23. Em 07.11.2017, o Senador Ricardo Ferraço licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, conforme os Requerimentos nºs 959 e 960/2017.
24. Em 24.04.2018, a Senadora Kátia Abreu foi designada membro titular pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of. 33/2018-BLPRD).
25. Em 24.04.2018, o Senador Renan Calheiros deixou de compor a Comissão, pelo Bloco da Maioria (Of. 52/2018-GLPMDB).

Secretário(a): Alvaro Araujo Souza
Reuniões: Quintas-Feiras 9:00 horas -
Telefone(s): 61 3303-3496
E-mail: cre@senado.leg.br



7.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA FÓRUM MUNDIAL DA ÁGUA

Finalidade: Proceder aos preparativos do 8º Fórum Mundial da Água, que será realizado entre os dias 18 e 23 de março de 2018, em Brasília.

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Jorge Viana (PT-AC) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) ⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTES
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽¹⁾	1.
Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) ⁽¹⁾	2.
Senadora Ana Amélia (PP-RS) ⁽¹⁾	3.
Senador Telmário Mota (PTB-RR) ^(1,3)	4.
Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) ⁽¹⁾	5.
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ⁽¹⁾	6.
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ⁽¹⁾	7.
Senador Fernando Bezerra Coelho (PMDB-PE) ⁽¹⁾	8.
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽¹⁾	9.
Senador Hélio José (PROS-DF) ⁽¹⁾	10.
Senador Jorge Viana (PT-AC) ⁽¹⁾	11.
Senador Lasier Martins (PSD-RS) ⁽¹⁾	12.
Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽¹⁾	13.
Senador Roberto Muniz (PP-BA) ⁽¹⁾	14.
Senadora Regina Sousa (PT-PI) ⁽¹⁾	15.
Senador Reguffe (S/Partido-DF) ⁽¹⁾	16.
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ⁽¹⁾	17.

Notas:

1. Em 26.02.2018, os Senadores Acir Gurgacz, Antônio Anastasia, Ana Anélia, Armando Monteiro, Cristovam Buarque, Davi Alcolumbre, Fátima Bezerra, Fernando Bezerra Coelho, Flexa Ribeiro, Hélio José, Jorge Viana, Lasier Martins, Otto Alencar, Roberto Muniz, Regina Souza, Reguffe e Vanessa Grazziotin foram designados membros da subcomissão (Of. 10/2018-CRE).

2. Foram eleitos os Senadores Jorge Viana e Cristovam Buarque para ocupar os cargos de Presidente e Vice-Presidente da subcomissão respectivamente (publicação no Diário do Senado do dia 23.02.2018, página 17).

3. Em 14.03.2018, o Senador Telmário Mota foi designado membro da subcomissão, em substituição ao Senador Armando Monteiro, para compor o colegiado (Of. 21/2018-CRE).

*. Em 08.02.2018, os Senadores Acir Gurgacz, Antonio Anastasia, Cristovam Buarque, Davi Alcolumbre, Fátima Bezerra, Fernando Bezerra Coelho, Jorge Viana, Otto Alencar e Vanessa Grazziotin foram designados membros do colegiado (Of. 10/2018-CRE).

Secretário(a): Alvaro Araujo Souza

Reuniões: Quintas-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-3496

E-mail: cre@senado.leg.br



8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

PRESIDENTE: Senador Eduardo Braga (PMDB-AM)

VICE-PRESIDENTE: Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)

TITULARES	Suplentes
PMDB	
VAGO (7,30)	1. Senador Hélio José (PROS-DF) (7)
Senador Eduardo Braga (7)	2. Senador Romero Jucá (7,9,10,23,29)
Senador Fernando Bezerra Coelho (7,15)	3. Senadora Rose de Freitas (PODE-ES) (7)
Senador Elmano Férrer (PODE-PI) (7)	4. Senador Jader Barbalho (7)
Senador Valdir Raupp (7,27)	5. VAGO (10,27)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senadora Ângela Portela (PDT-RR) (3)	1. Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) (3)
Senador Jorge Viana (PT-AC) (3)	2. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) (3)
Senador José Pimentel (PT-CE) (3)	3. Senador Humberto Costa (PT-PE) (3)
Senador Paulo Rocha (PT-PA) (3)	4. Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) (3)
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) (3)	5. Senadora Regina Sousa (PT-PI) (3)
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) (2)	1. Senador José Agripino (DEM-RN) (6)
Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) (2,8,11,19,20,24,25)	2. Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) (18)
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) (2)	3.
Senador Wilder Morais (DEM-GO) (6,28)	4.
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Otto Alencar (PSD-BA) (4)	1. Senador Lasier Martins (PSD-RS) (4)
VAGO (4,28)	2. Senador Ivo Cassol (PP-RO) (4)
Senador Roberto Muniz (PP-BA) (4)	3. Senador Gladson Cameli (PP-AC) (4)
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PODE, PSB, PCdoB, REDE, PPS) (17)	
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) (1)	1. Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) (1,21)
(1,16)	2.
VAGO (14,18)	3.
Bloco Moderador (PR, PTB, PRB, PTC)	
Senador Wellington Fagundes (PR-MT) (5)	1. Senadora Kátia Abreu (PDT-TO) (5,22)
Senador Vicentinho Alves (PR-TO) (5)	2. Senador Telmário Mota (PTB-RR) (5,12,13)
Senador Armando Monteiro (PTB-PE) (5,26,31)	3. Senador Magno Malta (PR-ES) (5)

Notas:

- Em 09.03.2017, os Senadores Vanessa Grazziotin e Fernando Bezerra Coelho foram designados membros titulares; e o Senador Antonio Carlos Valadares, membro suplente, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 9/2017-BLSDDEM).
- Em 09.03.2017, os Senadores Ataídes Oliveira, Cássio Cunha Lima e Flexa Ribeiro foram designados membros titulares, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 33/2017-GLPSDB).
- Em 09.03.2017, os Senadores Ângela Portela, Jorge Viana, José Pimentel, Paulo Rocha e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os Senadores Fátima Bezerra, Gleisi Hoffmann, Humberto Costa, Lindbergh Farias e Regina Sousa, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. 6/2017-GLBPRD).
- Em 09.03.2017, os Senadores Otto Alencar, Wilder Morais e Roberto Muniz foram designados membros titulares; e os Senadores Lasier Martins, Ivo Cassol e Gladson Cameli, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Memo. 30/2017-BLDPRO).
- Em 09.03.2017, os Senadores Wellington Fagundes, Vicentinho Alves e Pedro Chaves foram designados membros titulares; e os Senadores Armando Monteiro, Thieres Pinto e Magno Malta, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 5/2017-BLOMOD).
- Em 13.03.2017, o Senador Ronaldo Caiado foi designado membro titular; e o Senador José Agripino, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 07/2017-GLDEM).
- Em 14.03.2017, os Senadores Renan Calheiros, Eduardo Braga, Romero Jucá, Elmano Férrer e Raimundo Lira foram designados membros titulares; e os Senadores Hélio José, Garibaldi Alves Filho, Rose de Freitas e Jader Barbalho, membros suplentes, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 33/2017-GLPMDB).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



8. Em 21.03.2017, o Senador Cássio Cunha Lima deixou de compor, pelo Bloco Social Democrata, a CI (Ofício 105/2017-GLPSDB).
9. Em 22.03.2017, o Senador Garibaldi Alves Filho deixou de compor, como membro suplente pelo PMDB, o colegiado (Ofício 72/2017-GLPMDB).
10. Em 28.03.2017, os Senadores Kátia Abreu e Valdir Raupp foram designados membros suplentes, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 81/2017-GLPMDB).
11. Em 29.03.2017, o Senador Ricardo Ferraço foi designado membro titular, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 110/2017-GLPSDB).
12. Em 17.04.2017, o Senador Thieres Pinto deixa de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.
13. Em 19.04.2017, o Senador Telmário Mota foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Thieres Pinto, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 49/2017-BLOMOD).
14. Em 12.09.2017, o Senador Roberto Rocha foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Of. nº 78/2017-BLSDEM).
15. Em 13.09.2017, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado membro titular, em substituição ao Senador Romero Jucá, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 180/2017-GLPMDB).
16. Em 13.09.2017, vago em virtude de o Senador Fernando Bezerra Coelho ter sido designado membro titular, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 180/2017-GLPMDB).
17. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.
18. Em 09.10.2017, o Senador Roberto Rocha foi designado membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado, deixando de ocupar a vaga de titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (Of. nº 215/2017-GLPSDB).
19. Em 07.11.2017, o Senador Ricardo Ferraço licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, conforme os Requerimentos nºs 959 e 960/2017.
20. Em 21.11.2017, o Senador Sérgio de Castro foi designado membro titular, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Ricardo Ferraço (Of. nº 237/2017-GLPSDB).
21. O Senador Antonio Carlos Valadares licenciou-se por 121 dias, nos termos do art. 43, incisos I e II, do RISF a partir do dia 22 de novembro de 2017, conforme Requerimentos nºs 1.000 e 1.001, de 2017, deferido em 22.11.2017.
22. Em 07.12.2017, a Senadora Kátia Abreu foi designada membro suplente, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado, em substituição ao Senador Armando Monteiro (Of. nº 120/2017-BLOMOD).
23. Em 07.12.2017, a segunda suplência do PMDB fica vaga, em virtude da designação da Senadora Kátia Abreu como suplente, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado, conforme nota nº 22.
24. Em 12.03.2018, vago em virtude do retorno do Senador Ricardo Ferraço, titular do mandato.
25. Em 13.03.2018, o Senador Ricardo Ferraço foi designado membro titular, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 18/2018-GLPSDB).
26. Em 10.04.2018, o Senador Pedro Chaves deixou de compor o colegiado pelo Bloco Moderador (Of. nº 25/2018-BLOMOD).
27. Em 17.4.2018, o Senador Valdir Raupp deixou de ocupar a vaga de suplente para ocupar a vaga de titular na comissão, pelo PMDB, em substituição ao Senador Raimundo Lira (Of. 46/2018-GLPMDB).
28. Em 17.04.2018, o Senador Wilder Morais foi designado membro titular, em substituição ao Senador Ronaldo Caiado, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 7/2018-GLDEM).
29. Em 18.04.2018, o Senador Romero Jucá foi designado membro suplente, pelo Bloco da Maioria, para compor o colegiado (Of. nº 50/2018-GLPMDB).
30. Em 24.04.2018, o Senador Renan Calheiros deixou de compor a Comissão, pelo Bloco da Maioria (Of. 52/2018-GLPMDB).
31. Em 08.05.2018, o Senador Armando Monteiro foi designado membro titular pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº32/2018-BLOMOD).

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Morais

Reuniões: Terças-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

E-mail: ci@senado.gov.br



8.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - PLANO DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 6/2007, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, com o objetivo de acompanhar a implementação do Plano de Aceleração do Crescimento - PAC.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Morais

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br



8.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA O ACOMPANHAMENTO DAS ATIVIDADES DA ELETROBRÁS DISTRIBUIÇÃO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 8/2012, do Senador Ivo Cassol, para o acompanhamento das atividades da Eletrobrás Distribuição Acre, Eletrobrás Distribuição Alagoas, Eletrobrás Distribuição Piauí, Eletrobrás Distribuição Rondônia, Eletrobrás Distribuição Roraima e Eletrobrás Amazonas Energia, com a finalidade de discutir a qualidade de energia produzida e oferecida aos consumidores, os problemas, causas, efeitos e soluções técnico-operacionais e de gestão administrativa.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Morais
Telefone(s): 61 3303-4607
Fax: 61 3303-3286



8.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE SOBRE OBRAS DE PREPARAÇÃO PARA A SECA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 20/2013, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, com o objetivo de propor políticas e propiciar as condições necessárias para a execução de obras que permitam o desenvolvimento econômico do Nordeste e o bem estar de sua população.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Morais

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br



8.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DO SETOR DE MINERAÇÃO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 24/2015, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, destinada ao estudo e acompanhamento do setor de mineração no Brasil.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Designação: 20/05/2015

Instalação: 10/06/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)	1. Senador Walter Pinheiro (S/Partido-BA)
Maioria	
Senador Hélio José (PROS-DF)	1. Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Wilder Morais (DEM-GO)	1. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)

Notas:

*. Em 12.07.2017, foi lido em Plenário o Requerimento nº12, de 2017, da CI, que altera de 3 para 5 o número de membros da subcomissão (Of. 99/2017-PRESCI).

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Morais

Reuniões: Terças-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

E-mail: ci@senado.gov.br



9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ⁽⁹⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ⁽¹³⁾

TITULARES	Suplentes
PMDB	
Senador Hélio José (PROS-DF) ^(8,14)	1. Senador Romero Jucá ⁽⁸⁾
Senador Elmano Férrer (PODE-PI) ⁽⁸⁾	2. Senadora Simone Tebet ^(8,14)
Senador Waldemir Moka ^(8,10)	3. Senador Valdir Raupp ⁽⁸⁾
Senador João Alberto Souza ⁽⁸⁾	4. Senador Dário Berger ⁽⁸⁾
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senador Humberto Costa (PT-PE) ^(4,12)	1. Senador Paulo Paim (PT-RS) ^(4,12,24)
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ⁽⁴⁾	2. Senador Jorge Viana (PT-AC) ⁽⁴⁾
Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽⁴⁾	3. Senador José Pimentel (PT-CE) ⁽⁴⁾
Senadora Regina Sousa (PT-PI) ⁽⁴⁾	4. Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽⁴⁾
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) ⁽⁵⁾	1. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽⁵⁾
VAGO ^(5,11)	2. Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) ^(7,15,21)
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ^(7,15)	3. Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) ⁽¹¹⁾
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽³⁾	1. Senador José Medeiros (PODE-MT) ⁽³⁾
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) ⁽³⁾	2. Senador Roberto Muniz (PP-BA) ^(17,27)
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PODE, PSB, PCdoB, REDE, PPS) ⁽²⁰⁾	
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ⁽¹⁾	1. VAGO ^(19,22,23,26)
^(2,18)	2.
Bloco Moderador (PR, PTB, PRB, PTC)	
Senador Wellington Fagundes (PR-MT) ⁽⁶⁾	1. Senador Armando Monteiro (PTB-PE) ⁽⁶⁾
Senador Telmário Mota (PTB-RR) ^(6,16,25)	2. Senador Eduardo Lopes (PRB-RJ) ⁽⁶⁾

Notas:

- Em 09.03.2017, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro titular pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 26/2017-BLSDEM).
- Em 09.03.2017, o Senador Antônio Carlos Valadares foi designado membro titular pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 17/2017-BLSDEM).
- Em 09.03.2017, os Senadores Sérgio Petecão e Ciro Nogueira foram designados membros titulares; e o Senador José Medeiros, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista para compor o colegiado (Of. 25/2017-BLDPRO).
- Em 09.03.2017, os Senadores Ângela Portela, Fátima Bezerra, Paulo Rocha e Regina Sousa foram designados membros titulares; e os Senadores Humberto Costa, Jorge Viana, José Pimentel e Acir Gurgacz, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática para compor o colegiado (Of. 12/2017-GLBPRD).
- Em 09.03.2017, os Senadores Ataídes Oliveira e Tasso Jereissati foram designados membros titulares; e o Senador Flexa Ribeiro, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 34/2017-GLPSDB).
- Em 09.03.2017, os Senadores Wellington Fagundes e Thieres Pinto foram designados membros titulares; e os Senadores Armando Monteiro e Eduardo Lopes, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 5/2017-BLOMOD).
- Em 13.03.2017, a Senadora Maria do Carmo Alves foi designada membro titular; e o Senador Davi Alcolumbre, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 7/2017-GLDEM).
- Em 14.03.2017, os Senadores Simone Tebet, Elmano Férrer, Jader Barbalho e João Alberto Souza foram designados membros titulares; e os Senadores Romero Jucá, Hélio José, Valdir Raupp e Dário Berger, membros suplentes, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 35/2017-GLPMDB).
- Em 15.03.2017, a Comissão reunida elegeu a Senadora Fátima Bezerra Presidente deste colegiado (Memo. nº 6/2017-CDR).
- Em 15.03.2017, o Senador Waldemir Moka foi designado membro titular, em substituição ao Senador Jader Barbalho, pelo PMDB (Of. 56/2017-GLPMDB).
- Em 21.03.2017, o Senador Tasso Jereissati foi designado membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, deixando de ocupar a comissão como membro titular (Ofício 100/2017-GLPSDB).
- Em 22.03.2017, o Senador Humberto Costa foi designado membro titular; e Senadora Ângela Portela, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. nº 48/2017-GLBPRD).
- Em 29.03.2017, a Comissão reunida elegeu a Senadora Lídice da Mata Vice-Presidente deste colegiado (Memo. nº 8/2017-CDR).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



14. Em 29.03.2017, o Senador Hélio José passa a atuar como membro titular, em substituição à Senadora Simone Tebet, designada como suplente, pelo PMDB (Of. 71/2017-GLPMDB).
15. Em 29.03.2017, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular, deixando de atuar como suplente, em substituição à Senadora Maria do Carmo Alves, pelo Bloco Social Democrata (Of. 12/2017-GLDEM).
16. Em 17.04.2017, o Senador Thieres Pinto deixa de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.
17. Em 08.08.2017, o Senador Wilder Morais foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Memo. 55/2017-BLDPRO).
18. Em 12.09.2017, o Senador Antonio Carlos Valadares deixa de compor a Comissão, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. nº 81/2017-BLSDEM).
19. Em 19.09.2017, o Senador Antonio Carlos Valadares foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. nº 86/2017-BLSDEM).
20. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.
21. Em 07.11.2017, o Senador Antonio Anastasia foi designado membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Ofício 228/2017-GLPSDB).
22. O Senador Antonio Carlos Valadares licenciou-se por 121 dias, nos termos do art. 43, incisos I e II, do RISF a partir do dia 22 de novembro de 2017, conforme Requerimentos nºs 1.000 e 1.001, de 2017, deferido em 22.11.2017.
23. Em 05.12.2017, o Senador Elber Batalha foi designado membro suplente, para compor o colegiado, pelo Bloco Democracia e Cidadania, em substituição ao Senador Antônio Carlos Valadares, que está de licença (Memo. nº 14/2017-GLBPDC).
24. Em 13.12.2017, o Senador Paulo Paim foi designado membro suplente, para compor o colegiado, pelo Bloco Resistência Democrática, em substituição à Senadora Ângela Portela (Of. nº 122/2017-BLPRD).
25. Em 07.03.2018, o Senador Telmário Mota foi designado membro titular, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 15/2018-BLOMOD).
26. Em 23.03.2018, o Senador Elber Batalha deixa de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular (Of. nº 1/2018-GSACAR).
27. Em 08.05.2018, o Senador Roberto Muniz foi designado membro suplente, para compor o colegiado, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, em substituição ao Senador Wilder Morais (Of. nº 6/2018-BLDPRO).

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Reuniões: Quartas-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: cdr@senado.gov.br



9.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 2/2011, do Senador Wellington Dias, com o objetivo de acompanhar o Desenvolvimento do Nordeste.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho
Telefone(s): 3303-4282
Fax: 3303-1627



9.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 1/2011, da Senadora Vanessa Grazziotin, com o objetivo de acompanhar as políticas referentes à Amazônia.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho
Telefone(s): 3303-4282
Fax: 3303-1627



9.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DESENVOLVIMENTO DO CODESUL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 5/2011, da Senadora Ana Amelia, com o objetivo de debater as propostas de integração regional e desenvolvimento dos Estados da região Sul.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627



10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Ivo Cassol (PP-RO) ⁽⁸⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Valdir Raupp (PMDB-RO) ⁽⁸⁾

TITULARES	Suplentes
PMDB	
Senador Waldemir Moka ⁽⁶⁾	1. Senadora Rose de Freitas (PODE-ES) ⁽⁶⁾
Senador Elmano Férrer (PODE-PI) ⁽⁶⁾	2. Senador Romero Jucá ⁽⁶⁾
Senador Valdir Raupp ⁽⁶⁾	3.
Senador Dário Berger ⁽⁶⁾	4.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ⁽¹⁾	1. Senadora Ângela Portela (PDT-RR) ⁽¹⁾
Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽¹⁾	2. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) ⁽¹⁾
Senadora Regina Sousa (PT-PI) ⁽¹⁾	3. Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽¹⁾
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽¹⁾	4. Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽¹⁾
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Dalirio Beber (PSDB-SC) ⁽⁴⁾	1. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽⁴⁾
Senador Eduardo Amorim (PSDB-SE) ⁽⁴⁾	2. Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ⁽⁷⁾
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) ⁽⁷⁾	3.
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Lasier Martins (PSD-RS) ⁽³⁾	1. Senador José Medeiros (PODE-MT) ⁽³⁾
Senador Ivo Cassol (PP-RO) ⁽³⁾	2. Senadora Ana Amélia (PP-RS) ⁽³⁾
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PODE, PSB, PCdoB, REDE, PPS) ⁽¹²⁾	
Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO) ⁽²⁾	1.
(2,9)	2.
Bloco Moderador (PR, PTB, PRB, PTC)	
Senador Wellington Fagundes (PR-MT) ⁽⁵⁾	1. Senador Telmário Mota (PTB-RR) ^(5,10,11)
Senador Rodrigues Palma (PR-MT) ^(5,13)	2. Senador Pedro Chaves (PRB-MS) ⁽⁵⁾

Notas:

- Em 09.03.2017, os Senadores Fátima Bezerra, Paulo Rocha, Regina Sousa e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os Senadores Ângela Portela, Gleisi Hoffmann, Humberto Costa e Paulo Paim, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a CRA (Of. nº011/2017-GLBPRD).
- Em 09.03.2017, os Senadores Wellington Fagundes e Cidinho Santos foram designados membros titulares; e os Senadores Thieres Pinto e Pedro Chaves, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 5/2017-BLOMOD).
- Em 09.03.2017, os Senadores Dalirio Beber e Eduardo Amorim foram designados membros titulares; e o Senador Flexa Ribeiro, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 30/2017-GLPSDB).
- Em 09.03.2017, os Senadores Lasier Martins e Ivo Cassol foram designados membros titulares; e os Senadores José Medeiros e Ana Amélia, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor a CRA (Memo. nº028/2017-BLDPRO).
- Em 09.03.2017, os Senadores Lúcia Vânia e Roberto Rocha foram designados membros titulares pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CRA (Memo. nº018/2017-BLSDEM).
- Em 10.03.2017, os senadores Waldemir Moka, Elmano Férrer, Valdir Raupp e Dário Berger foram designados membros titulares; e os senadores Rose de Freitas e Romero Jucá, membros suplentes, pelo PMDB, para compor a CRA (Of. nº 37/2017-GLPMDB).
- Em 13.03.2017, o Senador Ronaldo Caiado foi designado membro titular; e o Senador Davi Alcolumbre, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 7/2017-GLDEM).
- Em 15.03.2017, a Comissão reunida elegeu os Senadores Ivo Cassol e Valdir Raupp, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 2/2017-SACRA).
- Em 06.04.2017, o Senador Roberto Rocha deixou de compor a comissão, pelo Bloco Socialismo e Democracia (Memo. 42/2017-BLSDEM).
- Em 17.04.2017, o Senador Thieres Pinto deixa de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.
- Em 19.04.2017, o Senador Telmário Mota foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Thieres Pinto, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 51/2017-BLOMOD).
- Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.
- Em 03.05.2018, o Senador Rodrigues Palma foi designado membro titular, pelo Bloco Moderador, em substituição ao Senador Cidinho Santos (Of. 28/2018-BLOMOD).



Secretário(a): Marcello Varella
Reuniões: Terças-Feiras 11:00 horas -
Telefone(s): 3303 3506
Fax: 3303 1017
E-mail: cra@senado.gov.br



10.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS

Finalidade: REQUERIMENTO nº 3, DE 2007 ? CRA, que requer a criação, no âmbito da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, de Subcomissão Permanente dos Biocombustíveis, com 7 membros titulares e mesmo número de suplentes, com o objetivo de acompanhar o impacto e as perspectivas, para o setor agrícola brasileiro, da produção mundial de biocombustíveis.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Marcello Varella

Telefone(s): 3311-3506/3321

Fax: 3311-1017

E-mail: scomcra@senado.gov.br



**11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA,
INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT**

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Otto Alencar (PSD-BA)

VICE-PRESIDENTE: Senador Waldemir Moka (PMDB-MS)

TITULARES	Suplentes
PMDB (22)	
Senador Waldemir Moka (8)	1. Senador Airtton Sandoval (10)
VAGO (8,12)	2. Senador Hélio José (PROS-DF) (11)
Senador Valdir Raupp (8)	3. Senador Dário Berger (16)
Senador João Alberto Souza (8)	4.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senador Paulo Rocha (PT-PA) (1,15)	1. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) (1)
Senadora Regina Sousa (PT-PI) (1,14,23)	2. Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) (1)
Senador Jorge Viana (PT-AC) (1)	3. Senadora Ângela Portela (PDT-RR) (1,15)
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) (1)	4. Senador Humberto Costa (PT-PE) (1,23)
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) (4)	1. Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) (7)
Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) (4,20)	2.
Senador José Agripino (DEM-RN) (7)	3.
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Omar Aziz (PSD-AM) (2)	1. Senador Gladson Cameli (PP-AC) (2)
Senador Otto Alencar (PSD-BA) (2)	2. Senador Ivo Cassol (PP-RO) (2)
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PODE, PSB, PCdoB, REDE, PPS) (17)	
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) (9)	1. VAGO (3,18)
	2. Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) (6)
Bloco Moderador (PR, PTB, PRB, PTC)	
VAGO (5,13,19,21)	1. Senador Pedro Chaves (PRB-MS) (5)
Senador Magno Malta (PR-ES) (5)	2. Senador Eduardo Lopes (PRB-RJ) (5)

Notas:

- Em 09.03.2017, os Senadores Ângela Portela, Fátima Bezerra, Jorge Viana e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os Senadores Gleisi Hoffmann, Lindbergh Farias, Paulo Rocha e Regina Sousa, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a CCT (Of. nº013/2017-GLBPRD).
- Em 09.03.2017, os Senadores Omar Aziz e Otto Alencar foram designados membros titulares; e os Senadores Gladson Cameli e Ivo Cassol, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor a CCT (Memo. nº023/2017-BLDPRO).
- Em 09.03.2017, a Senadora Lídica da Mata foi designada membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia para compor o Colegiado (Memo. nº006/2017-BLSDEM).
- Em 09.03.2017, os Senadores Flexa Ribeiro e Ricardo Ferraço foram designados membros titulares, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 31/2017-GLPSDB).
- Em 09.03.2017, os Senadores Thieres Pinto e Magno Malta foram designados membros titulares; e os Senadores Pedro Chaves e Eduardo Lopes, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 5/2017-BLOMOD).
- Em 09.03.2017, o Senador Cristovam Buarque foi designado membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia para compor o Colegiado (Memo. nº 24/2017-BLSDEM).
- Em 13.03.2017, o Senador José Agripino foi designado membro titular; e o Senador Davi Alcolumbre, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 7/2017-GLDEM).
- Em 14.03.2017, os Senadores Waldemir Moka, Eduardo Braga, Valdir Raupp e João Alberto Souza foram designados membros titulares pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 34/2017-GLPMDB).
- Em 14.03.2017, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro titular pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Of. nº 31/2017-BLSDEM).
- Em 15.03.2017, o Senador Airtton Sandoval foi designado membro suplente pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 58/2017-GLPMDB).
- Em 22.03.2017, o Senador Hélio José foi designado membro suplente pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 70/2017-GLPMDB).
- Em 31.03.2017, o Senador Eduardo Braga deixa de compor o colegiado, como membro titular, pelo PMDB (Of. nº 85/2017-GLPMDB).
- Em 17.04.2017, o Senador Thieres Pinto deixou de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.



14. Em 02.05.2017, a Senadora Fátima Bezerra deixou de compor, como membro titular, o colegiado, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 62/2017-GLBPRD).
15. Em 08.05.2017, o Senador Paulo Rocha passou a compor, como membro titular, o colegiado, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, em substituição à Senadora Ângela Portela, que passou a ocupar o colegiado como membro suplente (Of. 64/2017-GLBPRD).
16. Em 11.07.2017, o Senador Dário Berger foi designado membro suplente pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 141/2017-GLPMDB).
17. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.
18. Em 10.10.2017, a Senadora Lídice da Mata deixa de compor a Comissão, como suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (Memo. 2/2017-GLBPDC).
19. Em 24.10.2017, o Senador Cidinho Santos foi designado membro titular pelo Bloco Moderador, para compor o Colegiado (Of. 104/2017-BLOMOD).
20. Em 07.11.2017, o Senador Ricardo Ferraço licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, conforme os Requerimentos nºs 959 e 960/2017.
21. Em 28.11.2017, o Senador Cidinho Santos deixou de compor, como membro titular, o colegiado, pelo Bloco Moderador (Of. 118/2017-BLOMOD).
22. Em 07.02.2018, o Bloco da Maioria (PMDB) cedeu uma vaga de titular ao PRTB (Of. 16/2017-GLPMDB).
23. Em 24.04.2018, o Senador Humberto Costa foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, em substituição à Senadora Regina Sousa, que passou a compor o colegiado como membro titular (Of. 32/2018-BLPRD).

Secretário(a): Mariana de Abreu Cobra Lima

Reuniões: Terças-Feiras 14h:30 min -

Telefone(s): 61 33031120

E-mail: cct@senado.gov.br



12) COMISSÃO SENADO DO FUTURO - CSF**Número de membros:** 11 titulares e 11 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Hélio José (PROS-DF) ⁽⁸⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Wellington Fagundes (PR-MT) ⁽⁸⁾**RELATOR:** VAGO

TITULARES	Suplentes
PMDB	
Senador Valdir Raupp ⁽³⁾	1. VAGO ^(6,14)
Senador Hélio José (PROS-DF) ⁽³⁾	2.
Senador João Alberto Souza ^(3,6,9)	3.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ⁽¹⁾	1. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) ⁽¹⁾
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽¹⁾	2. Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽¹⁾
Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽¹⁾	3. Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽¹⁾
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ⁽⁴⁾	1. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) ⁽⁴⁾
VAGO ^(7,12)	2. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽⁷⁾
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Roberto Muniz (PP-BA) ⁽¹¹⁾	1. Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽¹¹⁾
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PODE, PSB, PCdoB, REDE, PPS) ⁽¹³⁾	
Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) ⁽²⁾	1.
Bloco Moderador (PR, PTB, PRB, PTC)	
Senador Wellington Fagundes (PR-MT) ⁽⁵⁾	1. VAGO ^(5,10)

Notas:

- Em 09.03.2017, os Senadores Fátima Bezerra, Lindbergh Farias e Paulo Paim foram designados membros titulares; e os Senadores Gleisi Hoffmann, Humberto Costa e Paulo Rocha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. 15/2017-GLBPRD).
- Em 09.03.2017, o Senador Cristovam Buarque foi designado membro titular, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 13/2017-BLSDEM).
- Em 10.03.2017, os senadores Valdir Raupp, Hélio José e Kátia Abreu foram designados membros titulares, pelo PMDB, para compor a CDH (Of. nº 43/2017-GLPMDB).
- Em 13.03.2017, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular; e a Senadora Maria do Carmo Alves, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 7/2017-GLDEM).
- Em 14.03.2017, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular; e o Senador Thieres Pinto, membro suplente, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 28/2017-BLOMOD).
- Em 28.03.2017, a Senadora Kátia Abreu deixou de compor o colegiado como titular, passando a atuar como suplente, pelo PMDB (Of. nº 82/2017-GLPMDB).
- Em 04.04.2017, o Senador Dalírio Beber foi designado membro titular; e o Senador Flexa Ribeiro, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 111/2017-GLPSDB).
- Em 05.04.2017, a Comissão reunida elegeu os Senadores Hélio José e Wellington Fagundes, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Memo. nº 1/2017-CSF).
- Em 05.04.2017, o senador João Alberto Souza foi designado membro titular, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 93/2017-GLPMDB).
- Em 17.04.2017, o Senador Thieres Pinto deixa de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.
- Em 29.06.2017, o Senador Roberto Muniz foi designado membro titular e o Senador Otto Alencar, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Of. nº 36/2017-BLDPRO).
- Em 28.08.2017, o Senador Dalírio Beber deixou de compor, como titular, a comissão, pelo Bloco Social Democrata (Of. 197/2017-GLPSDB).
- Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.
- Em 23.02.2018, a Senadora Kátia Abreu deixou de compor, como suplente, a comissão, pelo PMDB (Of. 20/2018-GLPMDB).

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz**Telefone(s):** 61 33034440**E-mail:** csf@senado.leg.br

**13) COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA,
FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR - CTFC**

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) ⁽¹²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Airtton Sandoval (PMDB-SP) ⁽¹²⁾

TITULARES	Suplentes
PMDB	
VAGO ^(10,21)	1. Senadora Simone Tebet ⁽¹⁸⁾
Senador Airtton Sandoval ⁽¹⁰⁾	2. Senador Garibaldi Alves Filho ⁽¹⁸⁾
Senador Dário Berger ⁽¹⁰⁾	3. Senador Elmano Férrer (PODE-PI) ⁽¹⁸⁾
Senador Romero Jucá ⁽¹⁰⁾	4.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ⁽⁴⁾	1. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) ⁽⁴⁾
Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽⁴⁾	2. Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽⁴⁾
Senadora Regina Sousa (PT-PI) ⁽⁴⁾	3. Senador Jorge Viana (PT-AC) ⁽⁴⁾
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽⁴⁾	4. Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽¹¹⁾
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) ⁽⁵⁾	1. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) ⁽⁶⁾
Senador Dalirio Beber (PSDB-SC) ⁽⁵⁾	2. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽⁷⁾
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ⁽⁶⁾	3. Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) ^(7,20)
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽⁹⁾	1. Senadora Ana Amélia (PP-RS) ⁽¹⁷⁾
Senador Gladson Cameli (PP-AC) ⁽⁹⁾	2. Senador Wilder Moraes (DEM-GO) ⁽¹⁷⁾
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PODE, PSB, PCdoB, REDE, PPS) ⁽¹⁹⁾	
Senador João Capiberibe (PSB-AP) ⁽¹⁾	1. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ⁽³⁾
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ^(2,13)	2. Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) ⁽³⁾
Bloco Moderador (PR, PTB, PRB, PTC)	
Senador Rodrigues Palma (PR-MT) ^(8,15,16,22)	1. Senador Eduardo Lopes (PRB-RJ) ⁽¹⁶⁾
Senador Armando Monteiro (PTB-PE) ^(8,14)	2.

Notas:

*. Em 30.03.2017, foi publicada a Resolução nº 3, de 2017, que alterou o nome da "Comissão de Transparência e Governança Pública" (CTG) para "Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor" (CTFC).

- Em 09.03.2017, o Senador João Capiberibe foi designado membro titular pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 11/2017-BLSDEM).
- Em 09.03.2017, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro titular pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 27/2017-BLSDEM).
- Em 09.03.2017, os Senadores Randolfe Rodrigues e Cristovam Buarque foram designados membros suplentes pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 28/2017-BLSDEM).
- Em 09.03.2017, os Senadores Fátima Bezerra, Paulo Paim, Regina Sousa e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os Senadores Gleisi Hoffmann, Humberto Costa e Jorge Viana, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Memo. 14/2017-GLBPRD).
- Em 09.03.2017, os Senadores Ataídes Oliveira e Dalirio Beber foram designados membros titulares, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 41/2017-GLPSDB).
- Em 13.03.2017, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular; e a Senadora Maria do Carmo Alves, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 7/2017-GLDEM).
- Em 21.03.2017, os Senadores Flexa Ribeiro e Ricardo Ferraço foram designados membros suplentes, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 101/2017-GLPSDB).
- Em 23.03.2017, os Senadores Thieres Pinto e Fernando Collor foram designados membros titulares, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 35/2017-BLOMOD).
- Em 23.03.2017, os Senadores Sérgio Petecão e Gladson Cameli foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Memo. nº 1/2017-BLDPRO).
- Em 31.03.2017, os Senadores Renan Calheiros, Airtton Sandoval, Dário Berger e Romero Jucá foram designados membros titulares, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. 40/2017-GLPMDB).



11. Em 04.04.2017, o Senador Lindbergh Farias foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Memo. 54/2017-GLBPRD).
12. Em 05.04.2017, a Comissão reunida elegeu os Senadores Ataídes Oliveira e Airton Sandoval, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Memo. nº 1/2017-CTFC).
13. Em 06.04.2017, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada membro titular pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado, em substituição à Senadora Lídice da Mata (Memo. 41/2017-BLSDEM).
14. Em 10.04.2017, o Senador Armando Monteiro foi designado membro titular para compor o colegiado, em substituição ao Senador Fernando Collor, pelo Bloco Moderador (Of. nº 41/2017-BLOMOD).
15. Em 17.04.2017, o Senador Thieres Pinto deixa de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.
16. Em 26.04.2017, o Senador Cidinho Santos foi designado membro titular; e o Senador Eduardo Lopes, membro suplente, para compor o colegiado, pelo Bloco Moderador (Of. nº 57/2017-BLOMOD).
17. Em 14.06.2017, os Senadores Ana Amélia e Wilder Morais foram designados membros suplentes, para compor o colegiado, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Memo. nº 29/2017-BLDPRO).
18. Em 08.08.2017, os Senadores Simone Tebet, Garibaldi Alves Filho, Elmano Férrer foram designados membros suplentes pelo Bloco da Maioria (PMDB) no colegiado (Of. 163/2017-GLPMDB).
19. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.
20. Em 07.11.2017, o Senador Ricardo Ferraço licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, conforme os Requerimentos nºs 959 e 960/2017.
21. Em 24.04.2018, o Senador Renan Calheiros deixou de compor a Comissão, pelo Bloco da Maioria (Of. 52/2018-GLPMDB).
22. Em 03.05.2018, o Senador Rodrigues Palma foi designado membro titular, pelo Bloco Moderador, em substituição ao Senador Cidinho Santos (Of. 28/2018-BLOMOD)

Secretário(a): Oscar Perné do Carmo Júnior

Reuniões: Quartas-feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 33033519

E-mail: ctfc@senado.leg.br



CONSELHOS e ÓRGÃOS**1) CORREGEDORIA PARLAMENTAR**
(Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993)

SENADORES	CARGO
Senador Roberto Rocha (PSDB-MA)	CORREGEDOR
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO

Atualização: 03/02/2017**Notas:**

1. Eleito na Sessão do Senado Federal de 27 de junho de 2017.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-5255**Fax:** 3303-5260**E-mail:** saop@senado.leg.br

2) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

*(Resolução do Senado Federal nº 20, de 1993)***Número de membros:** 15 titulares e 15 suplentes**PRESIDENTE:** Senador João Alberto Souza (PMDB-MA) ⁽⁸⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Pedro Chaves (PRB-MS) ⁽⁸⁾**1ª Eleição Geral:** 19/04/1995**7ª Eleição Geral:** 14/07/2009**2ª Eleição Geral:** 30/06/1999**8ª Eleição Geral:** 26/04/2011**3ª Eleição Geral:** 27/06/2001**9ª Eleição Geral:** 06/03/2013**4ª Eleição Geral:** 13/03/2003**10ª Eleição Geral:** 02/06/2015**5ª Eleição Geral:** 23/11/2005**11ª Eleição Geral:** 30/05/2017**6ª Eleição Geral:** 06/03/2007

TITULARES		SUPLENTE	
PMDB			
Senador Airton Sandoval (SP)		1. Senador Jader Barbalho (PA)	
Senador João Alberto Souza (MA)		2. Senador Eduardo Braga (AM)	
Senador Romero Jucá (RR)		3. VAGO ⁽¹⁵⁾	
Senador Hélio José (PROS-DF) ⁽¹⁶⁾		4. (1)	
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)			
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP)		1. Senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) ⁽¹⁴⁾	
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)		2. Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO)	
Senador Eduardo Amorim (PSDB-SE)		3. Senador Paulo Bauer (PSDB-SC)	
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)			
Senador Gladson Cameli (PP-AC) ^(2,3,9,12)		1. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ^(4,5,13)	
Senador Lasier Martins (PSD-RS) ^(2,3)		2. Senador Otto Alencar (PSD-BA) ^(4,5)	
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)			
Senador José Pimentel (PT-CE)		1. Senadora Regina Sousa (PT-PI)	
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)		2. Senadora Ângela Portela (PDT-RR) ⁽⁶⁾	
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PODE, PSB, PCdoB, REDE, PPS)			
Senador João Capiberibe (PSB-AP)		1. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP)	
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE)		2. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)	
Bloco Moderador (PR, PTB, PRB, PTC)			
Senador Telmário Mota (PTB-RR) ^(10,11)		1. Senador Cidinho Santos (PR-MT) ^(7,17)	
Senador Pedro Chaves (PRB-MS)		2.	
Corregedor do Senado (art. 25 da Resolução nº 20/93)			
Senador Roberto Rocha (PSDB/MA)			

Atualização: 07/06/2017**Notas:**

- O Senador Elmano Férrer renunciou à vaga de Suplente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, eleito na Sessão do Senado Federal de 30.05.2017, nos termos do MEMO nº024/2017 - GSEFERRE, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
- Eleito membro titular, nos termos do MEMO nº 017-BLDPRO/2017, lido e publicado na Sessão do Senado Federal de 31.05.2017.
- Eleito membro titular, nos termos do MEMO nº 017-BLDPRO/2017, lido e publicado na Sessão do Senado Federal de 31.05.2017.
- Eleito membro suplente, nos termos do MEMO nº 017-BLDPRO/2017, lido e publicado na Sessão do Senado Federal de 31.05.2017.
- Eleito membro suplente, nos termos do MEMO nº 017-BLDPRO/2017, lido e publicado na Sessão do Senado Federal de 31.05.2017.
- A Senadora Fátima Bezerra renunciou à vaga de Suplente no Conselho de Ética e Decoro Parlamentar para a qual foi eleita na Sessão do Senado Federal de 30.05.2017, nos termos do OF.nº69/2017 - GSFBEZER, lido na sessão do Senado Federal de 05.06.2017.
- O Senador Telmário Mota renunciou à vaga de Suplente no Conselho de Ética e Decoro Parlamentar para a qual foi eleito na Sessão do Senado Federal de 30.05.2017, nos termos do OFÍCIO/GSTMOTA/012/2017, lido na sessão do Senado Federal de 05.06.2017.
- Os Senadores João Alberto Souza e Pedro Chaves foram eleitos, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente do Conselho na 1ª Reunião de 2017, realizada em 06.06.2017.
- O Senador Ivo Cassol renunciou à vaga de 1º Titular do Bloco Parlamentar Democracia Progressista no Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, para o qual foi eleito na Sessão do Senado Federal do dia 31/05/2017, nos termos do Ofício nº220/2017 - GSICAS, lido na Sessão do Senado Federal de 08/06/2017.

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>

10. O Senador Wellington Fagundes renunciou à vaga de Titular do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, nos termos do Of. Nº 074/2017 - BLOMOD, datado de 14.06.2017, lido na sessão do Senado Federal do dia 19.06.2017.
11. O Senador Telmário Mota foi eleito membro titular na Sessão do Senado Federal de 20.06.2017, após indicação realizada por meio do Ofício nº 75/2017-BLOMOD, de 14.06.2017.
12. O Senador Gladson Cameli foi eleito membro titular na Sessão do Senado Federal de 20.06.2017, após indicação realizada por meio do Memorando nº 26/2017- BLDPRO, de 08.06.2017.
13. Eleito membro suplente na Sessão do Senado Federal de 27.06.2017, nos termos do MEMO nº 034-BLDPRO/2017.
14. O Senador Cássio Cunha Lima foi eleito membro suplente do Conselho, conforme Of. nº 170/2017-GLPSDB, subscrito pelo Líder do PSDB, Senador Paulo Bauer, lido na Sessão do Senado Federal de 04 de julho de 2017.
15. O Senador Hélio José renunciou à vaga de Suplente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, nos termos do Memo GSHJOSE nº 07-245/2017, lido na sessão do Senado Federal de 05/07/2017.
16. O Senador Hélio José foi eleito membro titular do Conselho, conforme Of. GLPMDB nº 125/2017, subscrito pelo Líder do PMDB e do Bloco da Maioria, Senador Raimundo Lira, datado de 05.07.2017, lido na Sessão do Senado Federal da mesma data.
17. O Senador Cidinho Santos foi eleito membro suplente do Conselho, conforme OF. nº 081/2017 - BLOMOD, subscrito pelo Líder do Bloco Moderador, Senador Wellington Fagundes, datado de 05.07.2017, lido na Sessão do Senado Federal da mesma data.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: saop@senado.leg.br



3) CONSELHO DO DIPLOMA BERTHA LUTZ
(Resolução do Senado Federal nº 02, de 2001)

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:

1ª Designação: 03/12/2001
2ª Designação: 26/02/2003
3ª Designação: 03/04/2007
4ª Designação: 12/02/2009
5ª Designação: 11/02/2011
6ª Designação: 11/03/2013
7ª Designação: 26/11/2015

MEMBROS
PMDB
PT
PSDB
PSB
PDT
PR
PSD
DEM
PP
PTB
PPS
PCdoB
REDE
PRB
PTC
PODE
PRTB
PROS



Atualização: 08/02/2017



4) CONSELHO DE ESTUDOS POLÍTICOS

(Ato da Comissão Diretora nº 21, de 2006, e Portaria do Presidente nº 8, de 2015)

PRESIDENTE: Senador Fernando Collor (PTC-AL)

MEMBROS**PTB**

Senador Fernando Collor (PTC-AL)

PSC

Senador Eduardo Amorim (PSDB-SE)

PMDB

Senador Romero Jucá (RR)

(1)

Notas:

1. O Senador Jader Barbalho licenciou-se do Senado Federal.



5) CONSELHO DO DIPLOMA JOSÉ ERMÍRIO DE MORAES
(Resolução do Senado Federal nº 35, de 2009)

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:

1ª Designação: 23/03/2010
2ª Designação: 14/03/2011
3ª Designação: 11/03/2013
4ª Designação: 04/03/2015

MEMBROS
PMDB
PT
PSDB
PSB
PDT
PR
PSD
DEM
PP
PTB
PPS
PCdoB
PRB
REDE
PTC
PODE
PRTB
PROS

Atualização: 01/06/2017



SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-5255**Fax:** 3303-5260**E-mail:** saop@senado.leg.br

6) CONSELHO DA COMENDA DE DIREITOS HUMANOS DOM HÉLDER CÂMARA
(Resolução do Senado Federal nº 14, de 2010)

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:

1ª Designação: 30/11/2010
2ª Designação: 14/03/2011
3ª Designação: 21/03/2012
4ª Designação: 11/03/2013
5ª Designação: 20/05/2014
6ª Designação: 04/03/2015

MEMBROS
PMDB
PT
PSDB
PSB
PDT
PR
PSD
DEM
PP
PTB
PPS
PCdoB
PRB
REDE
PTC
PODE
PRTB
PROS



Atualização: 11/11/2015

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: saop@senado.leg.br



7) CONSELHO DO PRÊMIO MÉRITO AMBIENTAL
(Resolução do Senado Federal nº 15, de 2012)

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:

1ª Designação: 12/09/2012

2ª Designação: 11/03/2013

MEMBROS
PMDB
PT
PSDB
PSB
PDT
PR
PSD
DEM
PP
PTB
PPS
PCdoB
PRB
REDE
PTC
PODE
PRTB
PROS

Atualização: 31/01/2015



SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

Endereço: Senado Federal - Ed. Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303.5258**Fax:** 3303.5260**E-mail:** saop@senado.leg.br

8) CONSELHO DA COMENDA DORINA DE GOUVÊA NOWILL
(Resolução do Senado Federal nº 34, de 2013)

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:

1ª Designação: 22/08/2013

2ª Designação: 01/07/2015

MEMBROS
PMDB
PT
PSDB
PSB
PDT
PR
PSD
DEM
PP
PTB
PPS
PCdoB
PRB
REDE
PTC
PODE
PRTB
PROS

Atualização: 18/10/2016



SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Ed. Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-5255**Fax:** 3303-5260**E-mail:** saop@senado.leg.br

9) CONSELHO DA COMENDA SENADOR ABDIAS NASCIMENTO*(Resolução do Senado Federal nº 47, de 2013.)***PRESIDENTE:**
VICE-PRESIDENTE:**1ª Designação:** 20/12/2013**2ª Designação:** 16/09/2015

MEMBROS
PMDB
PT
PSDB
PSB
PDT
PR
PSD
DEM
PP
PTB
PPS
PCdoB
PRB
REDE
PTC
PODE
PROS
PRTB

Atualização: 11/11/2015

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-5255**Fax:** 3303-5260**E-mail:** saop@senado.leg.br

10) PROCURADORIA PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 40, de 1995)

Número de membros: 5 titulares

COORDENADOR:

1ª Designação: 16/11/1995

2ª Designação: 30/06/1999

3ª Designação: 27/06/2001

4ª Designação: 25/09/2003

5ª Designação: 26/04/2011

6ª Designação: 21/02/2013

7ª Designação: 06/05/2015

SENADOR	BLOCO / PARTIDO
VAGO	PMDB
VAGO	PMDB
VAGO	PT
VAGO	PSDB
VAGO	PSD

Atualização: 03/02/2017

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: saop@senado.leg.br



11) PROCURADORIA ESPECIAL DA MULHER
(Resolução do Senado Federal nº 9, de 2013)

SENADOR	CARGO
	PROCURADORA

Atualização: 03/02/2017

SECRETARIA GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): (61) 3303-5255

Fax: (61) 3303-5260

E-mail: scop@senado.leg.br



12) OUVIDORIA DO SENADO FEDERAL

(Resolução do Senado Federal nº 01, de 2005, regulamentada pelo Ato da Comissão Diretora nº 05, de 2005)

SENADOR	CARGO
Senador Renan Calheiros (PMDB-AL)	OUVIDOR-GERAL

Atualização: 31/01/2015

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento - SCOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: scop@senado.leg.br



13) CONSELHO DO PROJETO JOVEM SENADOR

(Resolução do Senado Federal nº 42, de 2010, regulamentada pelo Ato da Comissão Diretora nº 07, de 2011)

Número de membros: 17 titulares

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

1ª Designação: 14/03/2011

2ª Designação: 21/03/2012

3ª Designação: 11/03/2013

4ª Designação: 26/03/2014

5ª Designação: 01/07/2015

MEMBROS	
	PMDB
	VAGO
	PT
	VAGO
	PSDB
	VAGO
	PSB
	VAGO
	PDT
	VAGO
	PR
	VAGO
	PSD
	VAGO
	DEM
	VAGO
	PP
	VAGO
	PTB
	VAGO
	PPS
	VAGO
	PCdoB
	VAGO
	PSC
	VAGO
	PRB
	VAGO
	REDE
	VAGO
	PTC
	PODE



Atualização: 29/11/2016

Notas:

*. Vagos (Art.17, caput, da Res. 42/2010).

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): (61)3303-5255

Fax: (61)3303-5260

E-mail: saop@senado.leg.br



14) CONSELHO DO PRÊMIO SENADO FEDERAL DE HISTÓRIA DO BRASIL
(Resolução do Senado Federal nº 36, de 2008)

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:

MEMBROS
PMDB
PT
PSDB
PSB
PDT
PR
PSD
DEM
PP
PTB
PPS
PCdoB
PRB
REDE
PTC
PODE
PRTB
PROS



15) CONSELHO DA COMENDA DO MÉRITO ESPORTIVO
(Resolução do Senado Federal nº 8, de 2015)

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:

MEMBROS
PMDB
PT
PSDB
PSB
PDT
PR
PSD
DEM
PP
PTB
PPS
PCdoB
PRB
REDE
PTC
PODE
PRTB
PROS



16) COMENDA ZILDA ARNS
(Instituída pela RSF 21/2017, em 26/10/2017)

Número de membros: 18 titulares

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

PRESIDENTE (art. 88, § 3º do RISF):

MEMBROS
PMDB
PT
PSDB
PSB
PDT
PR
PSD
DEM
PP
PTB
PPS
PCdoB
PROS
REDE
PSC
PRB
PTC
PODE



17) COMENDA DO MÉRITO FUTEBOLÍSTICO ASSOCIAÇÃO CHAPECOENSE DE FUTEBOL**Número de membros: 19 titulares****PRESIDENTE:****VICE-PRESIDENTE:****PRESIDENTE (art. 88, § 3º do RISF):**

MEMBROS
DEM
PCdoB
PDT
PMDB
PPS
PP
PRTB
PRB
PROS
PSC
PSD
PSB
PTB
PTC
PR
PSDB
PT
PODE
REDE



18) CONSELHO DO PRÊMIO JOVEM EMPREENDEDOR
(Resolução do Senado Federal nº 31, de 2016)

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:

MEMBROS
PMDB
PT
PSDB
PSB
PDT
PR
PSD
DEM
PP
PTB
PPS
PCdoB
PRB
REDE
PTC
PODE
PRTB
PROS



19) CONSELHO DO PRÊMIO JORNALISTA
ROBERTO MARINHO DE MÉRITO JORNALÍSTICO
(Resolução do Senado Federal nº 08, de 2009)

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

1ª Designação: 01/07/2015

MEMBROS
DEM
PCdoB
PDT
PMDB
PP
PPS
PR
PRB
PSB
PSD
PSDB
PT
PTB
REDE
PTC
PODE
PRTB
PROS

Atualização: 01/06/2016



Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP**Endereço:** Anexo II, térreo**Telefone(s):** 3303-5255**Fax:** 3303-5260**E-mail:** saop@senado.leg.br

20) COMENDA NISE MAGALHÃES DA SILVEIRA
(Resolução do Senado Federal nº 43 de 2016)

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:

MEMBROS
PMDB
PT
PSDB
PDT
PSB
PR
PSD
DEM
PP
PTB
PPS
PCdoB
PRB
REDE
PTC
PODE
PRTB
PROS

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento
Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s): 3303-4561
E-mail: saop@senado.leg.br



Fale com o Senado
0800 61 2211

 /senadofederal
 @senadofederal

Secretaria-Geral da Mesa
Secretaria de Atas e Diários

SENADO
FEDERAL

